MARIA APARECIDA PONTES DA FONSECA
MIRIAM HERMI ZAAR
(ORGANIZADORAS)

TURISMO E AGENDA 2030:

INDICADORES E ANÁLISES MULTIESCALARES NO BRASIL E ESPANHA



edufrn

Reitor
José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor
Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN
Maria das Graças Soares Rodrigues (Diretora)
Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)
Renata Karolyne Gomes Coutinho (Secretária)

Conselho Editorial
Maria das Graças Soares Rodrigues (Presidente)
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Adriana Rosa Carvalho
Alexandro Teixeira Gomes
Anne Christine Damásio
Cândida Maria Bezerra Dantas
Cassiano de Almeida Barros
Cícero Flávio Soares Aragão
Cláudio Marcos Teixeira de Queiroz
Eliane Santos Cavalcante
Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz
Francisco Wildson Confessor
Ismenia Blavatsky de Magalhães
Jacqueline de Araújo Cunha
John Fontenele Araújo
Leonardo Mendes Alvares
Lígia Rejane Siqueira Garcia
Marcelo Gomes Pereira
Márcio Dias Pereira
Olívia Morais de Medeiros Neta
Rogério de Araújo Lima
Samuel Anderson de Oliveira Lima
Tarciro Nortarson Chaves Mendes
Tatyana Mabel Nobre Barbosa
Winifred Knox

TURISMO E AGENDA 2030:

INDICADORES E ANÁLISES MULTIESCALARES NO BRASIL E ESPANHA

Organizadoras:

Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Miriam Hermi Zaar

edufrn

Natal, 2025

Revisão	*Hilanete Porpino de Paiva*
Capa	*José Marinho*
Projeto Gráfico e Diagramação	*Caule de Papiro*

Publicação financiada com recursos advindos de um projeto aprovado pelo CNPQ - Chamada Universal - CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021. A obra foi submetida pela EDUFRN à avaliação às cegas por pares, conforme disposto no processo 23077.088776/2025-11.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Turismo e Agenda 2030 [recurso eletrônico] : indicadores e análises multiescalares no Brasil e Espanha / Organizadoras : Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Miriam Hermi Zaar. - Dados eletrônicos (1 arquivo : 13.738 KB). - Natal, RN : EDUFRN, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web
<http://repositorio.ufrn.br>
Título fornecido pelo criador do recurso.
ISBN 978-65-5569-600-4
DOI 10.21680/978-65-5569-600-4

1. Turismo – Brasil. 2. Turismo – Espanha. 3. Agenda 2030 – Brasil. 4. Agenda 2030 – Espanha. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Zaar, Miriam Hermi.

RN/UF/BCZM 2025/17 CDD 338.479 1
CDU 338.48(81:460)

Elaborada por Audinêz Barreto Araújo – CRB-15/277

Sumário

Apresentação.....7
Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Miriam Hermi Zaar

Capítulo 1

TURISMO RESPONSABLE Y OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE: VALORACIONES E INDICADORES PRÁCTICOS PARA SU EVALUACIÓN..... 11
Ramón García-Marín
Rubén Giménez-García
Víctor Ruiz-Álvarez

Capítulo 2

OS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS BRASILEIROS DIANTE DOS DESAFIOS DA AGENDA 2030 ... 51
Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Maria Rita Nunes

Capítulo 3

LAS RESERVAS DE LA BIOSFERA Y EL PROGRAMA "MAN AND BIOSPHERE" (MAB) DESDE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS)..... 84
Miriam Hermi Zaar

Capítulo 4

INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA DE PLATAFORMA NA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA: CONTRADIÇÕES DE UM DEBATE.....113
Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Ricardo Rayan Nascimento Rocha
Hugo Aureliano da Costa
Kerlei Eniele Sonaglio
Rubén Giménez-García

Capítulo 5

INDICADORES DE SUSTENTABILIDAD TURÍSTICA EN LA RESERVA DE LA BIOSFERA DE SIERRAS DE CAZORLA, SEGURA Y LAS VILLAS: ANÁLISIS, EVALUACIÓN Y ESTRATEGIAS PARA UN DESARROLLO RESPONSABLE..... 139
Rubén Giménez-García
Víctor Ruiz-Álvarez
Ramón García-Marín

Capítulo 6

LA RESERVA DE LA BIOSFERA DEL MONTSENY (CATALUÑA, ESPAÑA): UN ANÁLISIS DESDE LOS INDICADORES DE SOSTENIBILIDAD TURÍSTICA ASOCIADOS A LOS OBJETIVOS DEL DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS)..... 165
Miriam Hermi Zaar

Capítulo 7

DESAFIOS PARA A REGIÃO TURÍSTICA BONITO/SERRA DA BODOQUENA-MS NO CONTEXTO DA AGENDA 2030.....197
Edvaldo Cesar Moretti
Joyce Avila de Oliveira

Capítulo 8

SUSTENTABILIDADE E TRABALHO DECENTE NO SETOR DE HOSPEDAGEM DO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO 214
Maria Rita Nunes

Capítulo 9

SUSTENTABILIDADE, MERCADO IMOBILIÁRIO E TURISMO NA ESCALA LOCAL: GRAVATÁ/PE E GUARAMIRANGA/CE 240
Ricardo Rayan Nascimento Rocha
Matheus Filipe Dias Davi

Capítulo 10

PAISAGEM, MEIO ECOLÓGICO E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO POTIGUAR: INDISSOCIABILIDADE NATUREZA-CULTURA E INTERESCALARIDADE ESPACIAL..... 270
Hugo Aureliano da Costa

Capítulo 11

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL TRAIRI - RIO GRANDE DO NORTE 302
Marília Barbosa Gonçalves

Capítulo 12

SUSTENTABILIDADE, TURISMO E A VALORIZAÇÃO DO LOCAL NAS SERRAS POTIGUARES...328
Maria Heloisa de Souza Barbosa
Hugo Aureliano da Costa
Ricardo Rayan Nascimento Rocha

Breve currículo dos autores.....358

Apresentação

Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Miriam Hermi Zaar

Esta obra é resultado de um projeto aprovado pelo CNPQ - Chamada Universal - CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - e envolveu pesquisadores do Brasil e Espanha. Os artigos contidos no livro "Turismo e Agenda 2030: Indicadores e análises multiescalares no Brasil e Espanha" refletem algumas discussões travadas ao longo dos últimos três anos, período de vigência do projeto, abordando questões que envolvem as destinações turísticas diante dos desafios postos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030.

No século dezenove, o geógrafo Élisée Reclus (1830-1905) já mencionava que ao mesmo tempo que utilizamos a natureza, temos a responsabilidade de cuidar da mesma, envolvendo os seres orgânicos e inorgânicos do planeta Terra, porque é deles que extraímos os recursos necessários para nossa existência (1985). Posteriormente, estudiosos de outras áreas do conhecimento como Murray Bookchin (1921-2006), considerado o fundador da ecologia social, Barry Commoner (1917-2012), Félix Guattari (1930-1992), Michel Serres (1930-2019), entre outros, também alertaram sobre a destruição dos ecossistemas e propuseram novas formas de relações entre o ser humano e a natureza.

Apesar dos alertas ao longo do século vinte, a relação da sociedade humana com o meio natural foi sendo tensionada na medida em que a economia de mercado foi avançando e passou a mediar as diversas esferas das relações sociais. Hoje, vivemos em um período de grandes transformações na economia global ao que se denomina de "capitalismo de plataforma" (Srnicek, 2018), e sua difusão tem alterado a base produtiva da sociedade, a relação capital trabalho, o papel do Estado em suas diversas esferas com reflexos nas políticas públicas, as relações sociais e o quotidiano das pessoas (Dowbor, 2020). Tais mudanças são permeadas por novos conteúdos ideológicos e culturais, com implicações na dimensão ética que perpassam as interações entre as pessoas, entre as empresas e entre pessoas e empresas, em que o individualismo e a competitividade são valores apreciados e estimulados (Ciccolella, 2024).

As transformações são profundas e um dos reflexos de tais mudanças é a crise climática que afeta a sociedade global contemporânea, manifestada pelos desastres naturais/sociais cada vez mais constantes. Discute-se a crise do processo civilizatório

vigente nos dias atuais e muitas instituições como governos, cientistas, filósofos e artistas questionam a pertinência dos rumos que a sociedade humana está tomando.

No âmbito institucional e internacional vários documentos alertaram como esse processo pode colocar em perigo a vida humana. Essa pauta foi tratada em um grande número de conferências – com o apoio da Organização das nações Unidas – abordando temas tais como como meio ambiente, clima e diversidade biológica.

Assim, a concepção de desenvolvimento passa a ser mediada, cada vez mais, pela qualidade de vida, onde o contato com o meio natural se impõe como um valor fundamental na vida das pessoas. Considerado por muitos como utópico há pouco tempo, esse discurso envolve um número crescente de adeptos, com governos e instituições nacionais e internacionais implementando ações no sentido de construir uma sociedade que aponta para outro rumo: uma maior equidade social e uma relação mais respeitosa com a natureza.

Diante desse cenário, a discussão sobre a sustentabilidade torna-se cada vez mais urgente e necessária, avaliando o atual modelo de sociedade e apontando alternativas. A Agenda 2030 que congrega os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável constitui um documento essencial que orienta tanto as ações governamentais, como as da iniciativa privada e todos os demais agentes envolvidos na construção de um mundo alternativo.

A presente obra visa contribuir nesse sentido, refletindo como as localidades turísticas situadas no interior do Brasil e da Espanha vêm incorporando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O conjunto de trabalhos aqui apresentado propõe indicadores, faz avaliações e diagnósticos sobre os municípios turísticos com a finalidade de situar a discussão na perspectiva da sustentabilidade e apontar caminhos para um modelo turístico mais inclusivo, responsável, que valorize a cultura, os empregos e produtos locais, em conformidade com a Agenda 2030.

O livro contempla estudos propositivos que apontam indicadores para avaliar o nível de sustentabilidade das localidades turísticas, trazendo vasta bibliografia para auxiliar na avaliação de cada um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como é o caso do trabalho "Turismo responsable y Objetivos de Desarrollo Sostenible: Valoraciones e indicadores prácticos para su evaluación", desenvolvido por Ramón García-Marín; Rubén Giménez-García; Víctor Ruíz-Álvarez.

Outro estudo de ordem mais geral "Las Reservas de la Biosfera y el Programa "Man and Biosphere" (MAB) desde los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)", de Miriam Hermi Zaar, analisa o contexto e os avanços obtidos com as conferências, protocolos, acordos e programas internacionais, que desde a década de 1970 contemplam o tema da sustentabilidade, e que foram colocados em prática em

vários âmbitos, entre eles, as reservas da biosferas por meio do Programa "*Man and Biosphere*", que possui um papel fundamental no processo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Na sequência, há vários capítulos que discutem as diversas dimensões da sustentabilidade nas localidades turísticas em distintas escalas espaciais. No capítulo "Os municípios turísticos brasileiros diante dos desafios da Agenda 2030",

Maria Aparecida Pontes da Fonseca e Maria Rita Nunes analisam os municípios turísticos brasileiros com alto nível de desenvolvimento sustentável, correlacionando-os com a categorização turística e os Índices de Desenvolvimento Humano.

Outros três capítulos analisam os indicadores de sustentabilidades de áreas turísticas situadas em Reservas da Biosfera, tais como: Reserva da Biosfera da Caatinga (Maria Aparecida Pontes da Fonseca; Ricardo Rayan Nascimento Rocha; Hugo Aureliano da Costa; Kirlei Eniele Sonaglio; Rubén Giménez-García) no Brasil; Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas (Rubén Giménez-García; Víctor Ruíz-Álvarez; Ramón García-Marín) e Reserva de la Biosfera del Montseny (Miriam Hermi Zaar), ambas na Espanha.

No contexto da região Centro-Oeste do Brasil, tem-se o trabalho desenvolvido por Edvaldo Cesar Moretti e Joyce Avila de Oliveira – "Desafios para a região turística Bonito/Serra da Bodoquena-MS no contexto da Agenda 2030" – onde é realizada uma avaliação dos indicadores de sustentabilidade de uma destinação turística consolidada, mas que vivencia o conflito de interesses pelo uso dos recursos naturais entre o poderoso agronegócio e o ócio associado ao turismo.

Outros capítulos têm como foco uma escala mais regional, tendo como recorte de análise o Nordeste do Brasil, tais como o estudo desenvolvido por Maria Rita Nunes – "Sustentabilidade e trabalho decente no setor de hospedagem do interior do Nordeste brasileiro" – onde é analisado o setor turístico na perspectiva do trabalho decente; o capítulo de Ricardo Rayan Nascimento Rocha e Matheus Filipe Dias Davi – "Sustentabilidade, mercado imobiliário e turismo na escala local: Gravatá/PE e Guaramiranga/CE" – em que os autores avaliam a dinamização do mercado imobiliário a partir da chegada das plataformas de hospedagem em pequenas cidades turísticas do Nordeste brasileiro; e o capítulo de Marília Barbosa Gonçalves – "Avaliação dos indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios da Instância de Governança Regional Trairi/RN" – que faz uma análise mais quantitativa da região turística do Trairi, localizados no estado do Rio Grande do Norte, na perspectiva de atingir os ODS definidos pela Agenda 2030.

O estudo desenvolvido por Hugo Aureliano da Costa – "Paisagem, meio ecológico e sustentabilidade no turismo potiguar: indissociabilidade natureza-cultura

e interescalaridade espacial" – traz uma importante análise na perspectiva da paisagem, observando sua relevância na estruturação do turismo no Rio Grande do Norte e na constituição de processos de interescalaridades espaciais.

A obra finaliza com o capítulo de Maria Heloisa de Souza Barbosa, Hugo Aureliano da Costa e Ricardo Rayan Nascimento Rocha – "Sustentabilidade, turismo e a valorização do local nas serras potiguares"– onde são analisados os indicadores de sustentabilidade dos municípios turísticos serranos das regiões Agreste e Seridó, no interior do Rio Grande do Norte, destacando aspectos referentes à valorização local para o desenvolvimento do turismo.

Referências

CICCOLELLA, P. Capitalismo digital, modo de desarrollo informacional y territorio en América Latina. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 46, 2024.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**. Novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC, 2020.

RECLUS, E. O Homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Florestan (Org. y Coord.). **Reclus Élisée**. São Paulo: Editora Ática, p. 38-40. Título original: Préface. L'homme est la nature prenant conscience d'elle-mêsme. *L'homme et la Terre*, 1905-1908, tomo I., 1985.

SRNICEK, N. **Capitalismo de Plataformas**. Caja Negra Editora, Buenos Aires, 2018.

Capítulo 1

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap01

TURISMO RESPONSABLE Y OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE: VALORACIONES E INDICADORES PRÁCTICOS PARA SU EVALUACIÓN

Ramón García-Marín[1]
Rubén Giménez-García[2]
Víctor Ruiz-Álvarez[3]

Introducción

El turismo es una actividad que ha estado en constante progresión en muchas regiones del mundo. Este deseo de crecimiento continuado viene motivado por la generación de beneficios económicos significativos, de forma directa o indirecta: creación de empleo, aumento de ingresos para las comunidades locales, atracción de inversiones en negocios y servicios complementarios, etc. El desarrollo turístico ha sido notable en los últimos años, especialmente antes de la pandemia de Covid-19. Según la Organización Mundial del Turismo (UNTWO, 2021), el turismo internacional creció un 4% en 2019, alcanzando un récord de 1,5 mil millones de llegadas de turistas. Sin embargo, la pandemia afectó drásticamente a esta industria en 2020, con una caída del 74% en las llegadas internacionales. En 2021 y 2022, muchos destinos comenzaron a recuperarse, aumentando los turistas a medida que se levantaban las restricciones de viaje. Así, en 2022 el turismo internacional había alcanzado aproximadamente el 63% de los niveles de 2019, y alcanzaba de nuevo los 1.400 millones de viajeros en 2024 (99% de las cifras logradas en 2019). Las previsiones apuntan a que en 2025 las llegadas seguirán en aumento, pero habrá una estabilización de

1 Doctor. Catedrático en el Departamento de Geografía de la Universidad de Murcia (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0003-3268-5182. Email: ramongm@um.es

2 Doctor. Profesor Ayudante Doctor en el Departamento de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0001-7889-994X . Email: rubengim@ucm.es

3 Doctor. Profesor Sustituto en el Departamento de Geografía de la Universidad de Sevilla (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0002-6630-4571. Email: vruiz4@us.es

las tasas de crecimiento, con un avance de entre un 3% y un 5% en relación con el ejercicio anterior (UNTWO, 2024).

Esta búsqueda de crecimiento incesante puede llevar a problemas graves de congestión, deterioro ambiental y pérdida de la calidad de vida para los residentes locales (Milano *et al*., 2024; Dilshan *et al*., 2025). Este es un tema importante porque, aunque el turismo puede ser beneficioso para la economía, también es crucial encontrar un equilibrio para proteger tanto a los destinos como a sus comunidades. En un contexto de overtourism en numerosos destinos ya consolidados, en los últimos años, algunos expertos en análisis turístico centran sus investigaciones en la teoría del decrecimiento (Blázquez-Salom & Blanco-Romero, 2024, entre otros). Reconocen estos autores los problemas derivados del turismo y proponen claves para la defensa de los derechos de los ciudadanos y con el fin de generar una gobernanza turística más equitativa y democrática, desde la perspectiva de posiciones contrarias a las hegemónicas capitalistas. Sin embargo, en otras publicaciones recientes se advierte que predominan aquellos casos en los que ese enfoque anhelado de desarrollo sostenible es más un slogan publicitario que una gestión efectiva o real (Mendoza-de-Miguel *et al*., 2024).

Debe indicarse que cambiar el modelo de crecimiento turístico en destinos consolidados hacia un enfoque más sostenible y de "crecimiento cero" no es o será tarea sencilla, pues han estado desarrollando sus infraestructuras, servicios y estrategias durante décadas, y el crecimiento constante ha sido parte fundamental de su éxito económico. La transición hacia un turismo sostenible, que busque limitar o equilibrar el crecimiento, plantea diversos retos, tanto desde el punto de vista económico, como social y ambiental. En primer lugar, existe o surgirá una resistencia económica, al ser el turismo en numerosos lugares una de las principales fuentes de ingresos; y modificar este sistema puede resultar en una disminución de las ganancias a corto plazo, lo que puede generar oposición por parte de empresarios, empleados y gobiernos locales que dependen del sector. Asimismo, las infraestructuras turísticas han sido diseñadas para soportar un crecimiento continuo, como aeropuertos, hoteles, servicios de transporte, etc., y rediseñar estos sistemas para adaptarlos a una capacidad de carga limitada puede requerir grandes inversiones y causar disrupciones en el corto plazo. En segundo lugar, y desde el punto de vista social, muchas comunidades locales están fuertemente integradas en el modelo turístico predominante y podrían experimentar efectos negativos si se reduce el flujo de turistas. Y en tercer lugar, y desde la perspectiva ambiental, se necesitará una muy buena planificación y gestión para equilibrar las necesidades turísticas con la conservación de los recursos.

A pesar de estos desafíos, parecen recobrar fuerza, ahora más que nunca, aquellas ideas que ya fueron manifestadas por el Club de Roma en 1972 (*The limits to growth*) (Meadows *et al*., 1972; Schumacher, 1973; Tamames, 1974). También es cierto que esos destinos turísticos consolidados, de acuerdo con modelo de Butler (1980), pueden llegar a una situación de estancamiento o declive y necesitar un rejuvenecimiento para poder seguir compitiendo, y será ese un momento propicio, quizá, para conjuntar esfuerzos y que el destino cambie de enfoque, se vuelva más sostenible y se dirija a otros mercados. Pero este cambio de modelo turístico, aun siendo posible y necesario, requerirá de una transición gradual, basada en la cooperación entre gobiernos, empresarios y la comunidad local; será necesario un esfuerzo colectivo y una voluntad política firme.

Por todos es sabido que el turismo es uno de los sectores líderes de la economía mundial, y resulta necesario que los gobiernos y empresas mejoren los beneficios económicos, sociales y ambientales del turismo, y sobre todo que gestionen sus impactos negativos (Vargáné-Csobán & Bauerné-Gáthy, 2009). La actividad turística requiere, hoy más que nunca, del desarrollo de prácticas sostenibles para favorecer la conservación del patrimonio natural y cultural heredado, así como la identidad y existencia local de los distintos destinos turísticos (Hosseini *et al*., 2021; Roslan *et al*., 2021). Se trata, en definitiva, de generar un modelo turístico más colaborativo, equitativo e inclusivo (Dangi & Petrick, 2021; Molina-Azorín *et al*., 2022).

En el contexto actual de economía global, el turismo desempeña un papel capital como actividad económica, pues impulsa el desarrollo en numerosos países al crear oportunidades de empleo y estimular el crecimiento económico (Ady *et al*., 2022; Thommandru *et al*., 2023). Verdaderamente, fomentar la actividad turística parece resultar beneficioso para las naciones que han sufrido impactos negativos en el empleo debido a la industrialización y a los cambios en sus sistemas de producción primaria (Vu & Hartley, 2022; Igoumenakis *et al*., 2023). No obstante, también es perentorio reconocer la estrecha conexión entre turismo, medio ambiente y entorno socio-cultural, e investigar sus impactos tanto a corto como a medio y largo plazo (Stojanovska-Stefanova *et al*., 2019).

Según la Organización Mundial del Turismo, una actividad turística sostenible abarca la consideración de las consecuencias económicas, sociales y ambientales presentes y futuras para satisfacer las necesidades de los turistas, la industria, el medio ambiente y las comunidades locales (OMT, 2022). Esta definición resalta lo ya expresado por London *et al*. (2021), subrayando la importancia no sólo de los impactos económicos positivos del turismo, sino también de los efectos negativos que puede tener sobre los recursos naturales, tanto ahora como en el futuro. Asimismo, y de

acuerdo con Birendra (2022), debe tenerse en cuenta el contexto socioeconómico en el que se desarrolla la actividad turística, pues si un destino prioriza la protección y conservación de los recursos, se desarrollarán marcos legales que restringirán aquellas actividades consideradas altamente perjudiciales.

El sector turístico se vincula con la Agenda 2030 y de forma destacada con varios de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) (Puig-Cabrera & Foronda-Robles, 2018; Buhalis *et al*., 2023). Además, las empresas ya advierten que es ineludible implementar prácticas de gestión ambiental y social, así como realizar diagnósticos para determinar su contribución al Pacto Mundial de Naciones Unidas (Jones & Confort, 2019; Lacruhy-Enríquez, 2023; UNGC, 2024). De forma común, son las grandes empresas las que están generando informes de sostenibilidad de manera voluntaria (hasta el 95% de las empresas que aparecen en *The Global Fortune 250–GF250*), y principalmente en Europa, mientras que en otras regiones, como América Latina, ese porcentaje es mucho menor: en Brasil alcanzan el 45% de participación, pero en México solamente el 10% (Miranda-Pegueros *et al*., 2021). En España, Casabo-Ortí (2021) documentó recientemente hasta 200 iniciativas de adaptación de modelos de producción y consumo sostenibles, atestiguando que esas empresas que procuraban dar respuesta a los problemas ambientales lo hacían como contestación a las nuevas tendencias del mercado, pues los consumidores cada vez valoran más esas iniciativas de sostenibilidad, y así mejoran el posicionamiento de su marca. En muchas ocasiones, estas empresas obtienen ventajas competitivas (Porter y Kramer, 2011; Melamed-Valera *et al*., 2018).

En el ámbito científico, la investigación es de gran importancia, pues revela información sensible sobre la problemática relacionada con la actividad turística, destacando la necesidad de fomentar en cualquier territorio la implementación de políticas que prioricen el desarrollo de propuestas de turismo inteligente, sostenible y responsable (Ivars-Baidal *et al*., 2023), buscando equilibrar el disfrute de los viajeros con la conservación del entorno y el bienestar de las comunidades locales y minimizar los impactos negativos y la pérdida de una cultura particular o específica. Además, un turismo responsable fomenta una experiencia más auténtica y enriquecedora, tanto para los visitantes como para los residentes. En resumen, se trata de crear un turismo que beneficie a todos y que pueda perdurar en el tiempo (Mihalic, 2016; Cheer *et al*., 2021, entre otros muchos autores).

Con este capítulo esperamos contribuir a la literatura científica del siguiente modo: en primer lugar, proponer indicadores de desempeño de gestión de ODS orientados a la planificación y gestión del sistema turístico, intentando cumplir siempre con una serie de características y funciones básicas (que sean sencillos,

integradores, aplicables en diferentes destinos, etc.) (Vera & Ivars, 2003a y 2003b; Rivas-García, 2007); y en segundo término, aportar iniciativas de sostenibilidad para la gestión de empresas turísticas en las que se valore de forma destacada su incidencia en los sistemas socio-ecológicos para conseguir el tan deseado turismo sostenible. A un lustro para que finalice el plazo establecido para cumplir con la Agenda 2030, los estudios integrales sobre indicadores prácticos que relacionen los ODS con la actividad turística aún son escasos (Artal-Tur y Badillo-Amador, 2023), y lograr la inclusión de esos objetivos en la gestión y el seguimiento con indicadores para cualquier empresa de turismo siempre constituye una oportunidad de mejora.

Metodología

La metodología seguida para llevar a cabo esta investigación es doble: i) por un lado, está basada en la revisión de artículos científicos para realizar un análisis crítico de los mismos, esto es, una revisión sistemática o metaanálisis (Roberts *et al*., 2022); y ii) una metodología basada en el denominado "Marco de Medición de Turismo Sostenible", herramienta que se utiliza para evaluar y mejorar el impacto del turismo en el medio ambiente, la economía y la sociedad (Miller & Torres-Delgado, 2023).

En el caso de la revisión sistemática de la literatura, se realiza de forma cualitativa, presentando evidencias de manera descriptiva, sin análisis estadístico. Esta metodología permite evaluar de manera rigurosa la calidad y la validez de la investigación existente sobre este tema específico, sintetizando los hallazgos y proporcionando una visión clara y manifiesta de la evidencia disponible. Normalmente, se utiliza en investigación para sintetizar y analizar datos de estudios previos. En general, se considera más inductiva que deductiva, ya que busca identificar patrones y conclusiones a partir de la recopilación y análisis de múltiples estudios.

Esta revisión sistemática implica recopilar y evaluar de manera exhaustiva la literatura disponible (no toda, lógicamente), siguiendo un protocolo riguroso. El objetivo es conseguir una visión objetiva de las evidencias ya analizadas, identificando patrones y tendencias en la investigación. Se definieron los criterios de selección, en este caso concreto, aquellos artículos relevantes que analizan la relación entre actividad turística y ODS. La búsqueda se realizó en Google Scholar, utilizando palabras clave específicas y filtros para limitar los resultados a artículos recientes o revisiones sistemáticas, y posteriormente examinar sus metodologías, resultados y cómo se relacionan con los ODS. Finalmente, se organizó la información para resaltar las tendencias y hallazgos clave en el campo del turismo y la Agenda 2030.

La metodología que propone herramientas e indicadores para medir las relaciones entre el turismo y los ODS es conocida como "Marco de Medición de Turismo Sostenible". Esta metodología busca evaluar el impacto del turismo en el desarrollo sostenible, proporcionando un conjunto de indicadores que permiten a los destinos turísticos y a las empresas del sector medir su contribución a la Agenda 2030. El objetivo es promover prácticas que sean beneficiosas, tanto para los visitantes como para las comunidades locales y el entorno natural; es decir, ayudar a los destinos turísticos a establecer indicadores y métricas que les permitan medir su progreso hacia un turismo más responsable. Su enfoque cualitativo se orienta a comprender las experiencias, percepciones y comportamientos de las personas involucradas en el turismo, ya sean turistas, comunidades locales o empresarios. Lo normal en este caso es recopilar información rica y detallada a través de entrevistas individuales y grupos focales, pero en esta investigación nos servimos de otras investigaciones que realizan esas entrevistas y observaciones, lo que nos ayuda de forma indirecta a identificar tanto los impactos positivos como negativos del turismo en diferentes contextos. Al centrarse estos estudios en la calidad de la experiencia y en las interacciones sociales con sus entornos, se pueden considerar o desarrollar estrategias efectivas para promover un turismo que beneficie a todos y que respete el medio ambiente y a las generaciones futuras.

Gracias a estas metodologías, conseguimos ofrecer una serie de herramientas e indicadores que pueden favorecer el desarrollo de un turismo ético, con un firme compromiso social y ambiental, tanto desde la perspectiva del empresario, como desde el punto de vista de las comunidades locales o destinos turísticos que sostienen las visitas turísticas.

Resultados

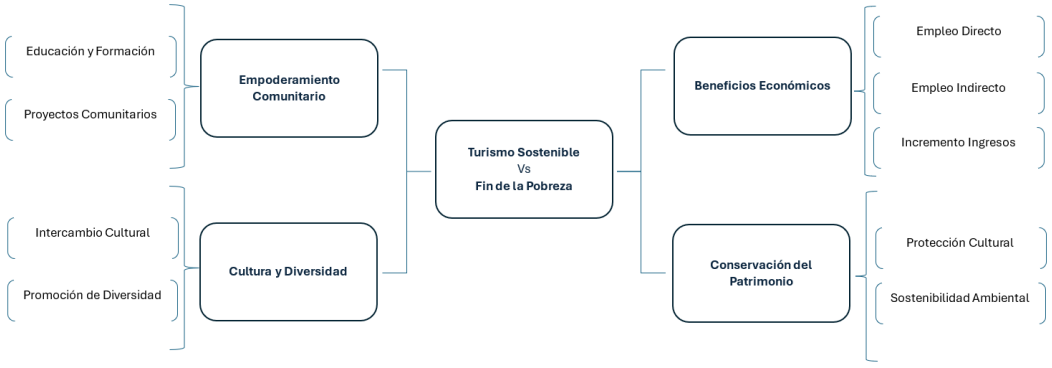
La relación entre ODS y Actividad Turística

La actividad turística se relaciona con varios de los Objetivos de Desarrollo Sostenible declarados por la ONU (UNWTO, 2023). Algunos de los más relevantes, que ofrecen una relación más coherente con el sector turístico, y que en este trabajo de investigación se analizan, son los siguientes:

- **ODS 1: Fin de la pobreza**. El turismo bien gestionado puede ser una herramienta para favorecer el desarrollo local y la lucha contra la pobreza, mejorando las condiciones de vida de las comunidades rurales y urbanas al proporcionar ingresos y mejorar las infraestructuras locales (Figura 1).

- **ODS 8: Trabajo decente y crecimiento económico**. La actividad turística es un motor importante para la economía en muchos países, pues genera empleo y fomenta el crecimiento económico. Promover el turismo sostenible ayuda a generar empleo de calidad y contribuye al desarrollo económico de las comunidades locales.
- **ODS 10: Reducción de las desigualdades**. Desarrollar un turismo inclusivo puede ser una vía para reducir las desigualdades sociales y económicas, asegurando que las comunidades locales, especialmente las más vulnerables, se beneficien: desde la creación de empleo hasta el acceso a recursos y servicios.
- **ODS 12: Producción y consumo responsables**. Un turismo sostenible promueve prácticas responsables en el consumo de recursos naturales, la reducción de residuos y la gestión adecuada de los destinos turísticos. Implica también una minimizar el impacto ambiental de las actividades turísticas.

Figura 1 – El turismo sostenible y responsable puede ser motor clave para erradicar la pobreza (mapa conceptual)

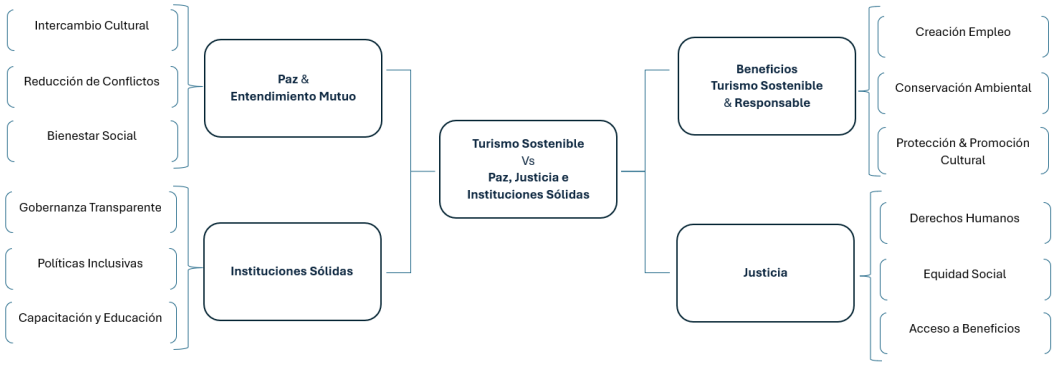


Fuente: Elaboración propia.

- **ODS 13: Acción por el clima**. El sector turístico debe abordar la reducción de su huella de carbono, promoviendo el uso de tecnologías limpias, el transporte sostenible y la reducción de emisiones de gases de efecto invernadero en todas sus operaciones.
- **ODS 14: Vida submarina**. Los destinos turísticos costeros y marinos, como playas y arrecifes de coral, se ven directamente afectados por las actividades humanas. La protección de los ecosistemas marinos es crucial para el mantenimiento del turismo, por lo que es esencial adoptar prácticas sostenibles para su conservación.

- **ODS 15: Vida de ecosistemas terrestres**. El turismo puede tener un impacto significativo sobre los ecosistemas terrestres, especialmente en áreas naturales protegidas. La promoción de prácticas turísticas sostenibles es esencial para proteger estos ecosistemas sensibles.
- **ODS 16: Paz, Justicia e Instituciones Sólidas**. El sector turístico puede fomentar la tolerancia y el entendimiento multicultural e interconfesional, asentando así los cimientos de sociedades más pacíficas. Un turismo sostenible, que beneficia e involucra a las comunidades locales, puede asimismo reforzar la identidad cultural y fomentar actividades que ayuden a evitar la violencia, así como a consolidar la paz en sociedades que han vivido un conflicto reciente (Figura 2).
- **ODS 17: Alianzas para lograr los objetivos**. El sector turístico puede ser un punto de encuentro para que diferentes actores (gobiernos, empresas, ONGs, comunidades locales) trabajen de forma conjunta para promover un turismo responsable y sostenible, generando alianzas que contribuyan al desarrollo de los ODS.

Figura 2 – Un turismo sostenible y responsable puede ayudar a generar paz, justicia e instituciones más sólidas y democráticas (mapa conceptual)



Fuente: Elaboración propia.

En definitiva, el desarrollo de un turismo sostenible puede constituirse como un impulsor esencial para alcanzar estos objetivos si se gestiona adecuadamente, equilibrando los beneficios económicos, sociales y ambientales.

Indicadores prácticos para la evaluación de la relación ODS - Actividad Turística

Hay multitud de indicadores, pero aquí se referencian solamente algunos de los más significativos, a pesar de que algunos (que quizá se omitan en esta síntesis) puedan ser más pertinentes dependiendo del contexto específico del destino turístico

o del tipo de turismo que se esté evaluando. Asimismo, no todos los indicadores son igualmente fáciles de medir, y se seleccionan aquellos quizá más accesibles y que ofrecen datos confiables y consistentes, lo que facilita el seguimiento y la evaluación. Por otra parte, y en muchos casos, los recursos para la recopilación y análisis de datos son limitados. Tratamos en este caso de referenciar indicadores significativos, que faciliten la comparación entre diferentes destinos o programas turísticos, y que ayuden a identificar las mejores prácticas y lecciones aprendidas para que puedan ser aplicadas en otros contextos.

ODS 1: Fin de la Pobreza

De acuerdo con Puig-Cabrera y Foronda-Robles (2018), el turismo puede ser remedio para la pobreza en un territorio dado si existe compromiso por parte de los actores en el destino. Los citados autores proponen varios índices de valoración. Quizá un indicador básico para medir la aportación de la actividad turística al ODS 1 es la denominada *Tasa de Empleo en el Sector Turístico*. Bastante simple, calcula el porcentaje de la población empleada en el sector turístico, lo que puede forjar una idea de cómo esta actividad contribuye a la generación de ingresos y, por ende, a la reducción de la pobreza (Marrero-Rodríguez *et al*., 2016; García-Moreno & Fernández-Alcantud, 2016).

Otro índice esencial es el que nos aporta el *Ingreso Per Cápita en Comunidades Turísticas*, que compara el ingreso per cápita de comunidades que dependen del turismo con aquellas que no lo hacen, y puede ofrecer una perspectiva sobre cómo el impacto económico del turismo repercute en la disminución de la pobreza (Salcedo-Guzmán & San Martín-Rebolloso, 2022).

Por otra parte, y de forma indirecta, podría analizarse la *Inversión en Infraestructura Turística*, es decir, examinar la inversión en infraestructura relacionada con el turismo y su impacto en la economía local, lo que podría ser un buen indicador de cómo el turismo puede contribuir al desarrollo económico (Morillo *et al*., 2014). Asimismo, también podría compararse el *Índice de Desarrollo Humano (IDH)* en áreas turísticas con otras áreas, y comprobar de este modo cómo el turismo puede influir en este indicador (Jiménez-Jiménez *et al*., 2021). Evaluar el acceso a servicios básicos como agua potable, educación y salud en comunidades turísticas puede ayudar a entender cómo el turismo puede mejorar la calidad de vida y reducir la pobreza (Estrella & Frías, 2017).

ODS 8: Trabajo decente y crecimiento

Valorar la relación entre turismo y conseguir un trabajo decente que genere crecimiento económico sostenible implica analizar cómo el sector turístico puede contribuir a conseguir empleo de calidad y a la mejora de las condiciones laborales, intentando a su vez minimizar los efectos negativos provocados por el turismo masivo y fomentar una economía más social, colaborativa e inclusiva (Brinckmann & Sidnei-Wildgen, 2003; Jouault *et al.,* 2016; Gómez *et al.,* 2021; entre otros autores).

Uno de los índices que podrían utilizarse para medir esta relación es el *Índice de Creación de Empleo en el Turismo*, que mide el porcentaje de la población empleada en el sector turístico (Garduño-Mendoza *et al*., 2009), tanto de manera directa (hoteles, agencias de viajes, transporte, etc.) como indirecta (agricultura, comercio, servicios locales). Pero quizá mejor sería aplicar el denominado *Índice de Calidad del Empleo en el Turismo,* que cuantifica la calidad del empleo en el sector turístico, evaluando factores como salarios, beneficios sociales, seguridad laboral, estabilidad, y condiciones laborales (Barrón-Arreola *et al*., 2022). Para calcularlo se podrían utilizar varios subíndices: i) *Índice de salario medio*: calcula el salario promedio de los empleados turísticos en relación con el salario mínimo y la media nacional; ii) *Índice de seguridad laboral*: valora la proporción de trabajadores con contratos laborales formales; iii) *Índice de formación y capacitación*: evalúa la proporción de empleados turísticos que reciben formación o capacitación continua.

ODS 10: Reducción de las desigualdades

De acuerdo con Murray & Martínez-Caldentey (2020), sería conveniente desarrollar más la investigación sobre la cuestión de la desigualdad y el turismo, combinando el análisis de la economía política y el análisis cuantitativo. Tal vez algunos índices apropiados para llevar a cabo este examen sean los que siguen:

- *Índice de Gini*, que determina la desigualdad en la distribución del ingreso y se podría identificar cómo la actividad turística impacta en la distribución de ingresos en una región dada (Montaño-Armendáiz *et al*., 2023).
- Otro buen indicador podría ser el *Cálculo de participación de la comunidad local en el turismo*, es decir, evaluar cuántos negocios turísticos son de propiedad local y cuántos empleos son ocupados por residentes locales, lo que ayudaría a ver cómo el turismo ayuda a reducir las desigualdades (Liévano-Torres *et al*., 2018).

- Medir la participación de hombres y mujeres en el sector turístico puede ofrecer una perspectiva sobre cómo el turismo afecta a la igualdad de género (Valencia-Velasco, 2023).

Otros índices mencionados anteriormente, como la *Tasa de empleo en el sector turístico* o el *Índice de Desarrollo Humano* en comunidades que dependen del turismo también podrían ayudar al análisis de la relación entre éste ODS y la reducción de desigualdades.

ODS 12: Producción y consumo responsables

Valorar la relación entre turismo y producción y consumo responsables implica evaluar cómo el sector turístico impacta en esos patrones de consumo y producción, tanto a nivel de la oferta como de la demanda, y examinar si se gestionan los recursos de manera responsable (Larios-Calderón *et al*., 2023). Se trata de promover el uso eficiente de los recursos y reducir los residuos que se generan para contribuir a un futuro más sostenible.

Algunos indicadores e índices que pueden utilizarse para valorar esta relación serían:

- *Índice de Consumo Responsable de Recursos Naturales en el Turismo*: calcula la cantidad de recursos naturales (agua, energía, alimentos, etc.) consumidos por el sector turístico en comparación con los recursos disponibles y sostenibles de la región o destino turístico (London *et al*., 2021). Un valor bajo de este índice indicaría que el sector turístico está consumiendo los recursos de manera responsable y dentro de los límites de la sostenibilidad, mientras que un valor alto mostraría un consumo excesivo que pone en riesgo el futuro de esos recursos naturales y, por tanto, la actividad turística dependiente (Orellana-Salas & Lalvay-Portilla, 2018).
- *Índice de Gestión de Residuos en el Turismo*: mide el porcentaje de residuos generados por la actividad turística que son reciclados, reutilizados o gestionados de manera eficiente, en lugar de ser desechados sin tratamiento. Un valor alto de este índice reflejaría que el sector turístico está adoptando prácticas de consumo responsable, lo cual es clave para reducir el impacto ambiental y promover la economía circular (Díaz-Fariña *et al*., 2024).
- *Índice de Uso de Energías Renovables en el Turismo*: se trata de calcular el porcentaje de energía consumida por el sector turístico que proviene de fuentes renovables (solar, eólica, biomasa, etc.). Un valor alto de este índice indicaría que el sector turístico está promoviendo el uso de energías limpias,

contribuyendo a la reducción de emisiones de CO_2 y a la sostenibilidad ambiental (Blázquez-Valerón *et al*., 2024).

- *Índice de Consumo Sostenible de Alimentos en el Turismo*: computa el porcentaje de alimentos adquiridos por los establecimientos turísticos que provienen de fuentes sostenibles, como productos locales de proximidad, orgánicos o certificados como sostenibles (Ascorbe-Landa, 2018). Un valor alto demostraría que los establecimientos turísticos están promoviendo el consumo responsable de alimentos, reduciendo la huella de carbono, apoyando a la agricultura local y fomentando prácticas más responsables en la cadena de suministro alimentaria (Leal-Londoño, 2024).
- *Índice de Turismo Sostenible y Responsabilidad Social Corporativa* (RSC): Evalúa el grado en que las empresas turísticas implementan políticas y prácticas de sostenibilidad, que incluyen la producción responsable, gestión de recursos, reducción de desechos y la integración de prácticas de comercio justo. Un valor alto reflejaría que están adoptando una responsabilidad social y ambiental activa, alineándose con los principios de producción y consumo responsables establecidos por el ODS 12 (Pacherres-Nolivos *et al*., 2020).
- *Índice de Impulso a la Economía Circular en el Turismo*: tantea el grado en que el sector turístico adopta prácticas de economía circular (Acosta-Pérez *et al*., 2020), como la reutilización de productos, la reparación en lugar de la compra de nuevos, y la maximización de la vida útil de los recursos (entre otros: recursos reciclados/reutilizados en el sector turístico×100). Un valor alto reflejaría la adopción de principios de economía circular en el sector, lo que puede ayudar a reducir los residuos, promover la reutilización y disminuir la demanda de recursos naturales.
- *Índice de Educación y Conciencia Ambiental del Turista*: evalúa el nivel de concienciación y comportamiento responsable de los turistas en cuanto al consumo sostenible, el respeto por el medio ambiente y las prácticas responsables durante su viaje (Ramos-Guzmán & Fernández, 2013; Chen *et al*., 2022). Un valor elevado podría sugerir que los turistas están más comprometidos con prácticas solidarias.

ODS 13: Acción por el Clima

No podemos olvidar que el turismo contribuye al cambio climático, pero a su vez la actividad turística se ve afectada por el mismo (Olcina-Cantos, 2012; Steiger *et al*., 2024). Por ello, redunda en el propio interés del sector que éste tenga un papel protagonista en la respuesta global al cambio climático. ¿Cómo? pues en primer lugar

reduciendo el consumo de energía y utilizando fuentes renovables, especialmente en el sector del transporte y el alojamiento.

Quizá uno de los índices más relevantes sea el *Índice de Emisiones de Carbono*, medida que se utiliza para cuantificar la cantidad de dióxido de carbono (CO_2) y otros gases de efecto invernadero que se emiten a la atmósfera como resultado de actividades turísticas diversas (Liu, 2019). Además, el *Índice de Adaptación al Cambio Climático* en el sector turístico puede ser útil para entender cómo las iniciativas turísticas están contribuyendo a la resiliencia climática. Algunos de los aspectos que se suelen considerar al aplicar este índice son: i) el uso de recursos naturales, la gestión de residuos y la conservación de la biodiversidad; ii) análisis de las políticas y prácticas implementadas por las empresas turísticas para reducir su huella ecológica, como el uso de energías renovables, la eficiencia energética y la gestión sostenible del agua; y iii) resiliencia climática, es decir, evaluación de las estrategias que los destinos turísticos están implementando para adaptarse a los efectos del cambio climático, como la planificación urbana sostenible y la protección de ecosistemas vulnerables (Scott *et al*., 2019). Este índice puede variar según la metodología utilizada y los indicadores específicos que se elijan, pero, en general, su objetivo es proporcionar una visión clara de cómo el turismo puede ser una fuerza positiva para el desarrollo sostenible y la acción climática. A continuación, se presenta una posible estructura y elementos clave que pueden ser considerados en un índice complejo como éste:

- *Vulnerabilidad Climática del Destino*: por ejemplo, exposición a riesgos climáticos (sequías, tormentas intensas, olas de calor, aumento del nivel del mar etc.) (Gössling & Scott, 2008; Santos-Lacueva *et al*., 2017).
  - » *Efectos en Infraestructura*: evaluación de la infraestructura turística clave (hoteles, rutas de transporte, instalaciones turísticas) y su exposición a daños climáticos.
  - » *Impactos Climáticos en el Entorno Natural*: estimación de la vulnerabilidad de los recursos naturales que atraen a los turistas, como playas, parques nacionales, bosques, fauna, etc.
- *Capacidades de Adaptación del Sector Turístico* (Kaján & Saarinen, 2013; Hoogendoorn & Fitchett, 2018; Rahmawati *et al*., 2019):
  - » *Planes de Gestión Climática*: ¿Existen planes formales para gestionar los impactos del cambio climático en el destino turístico?
  - » *Inversión en Infraestructura Resiliente*: nivel de inversión en infraestructuras sostenibles, como edificaciones resistentes al clima extremo, sistemas de gestión del agua, o desarrollo de energías renovables.

  - » *Diversificación de la Oferta Turística*: capacidad para diversificar las actividades turísticas, de modo que el destino pueda adaptarse a cambios en el clima, como el desarrollo de turismo de invierno si se reducen las temporadas cálidas.
- *Políticas y Gobernanza* (Becken *et al*., 2020; Font *et al*., 2023; Becken & Loehr, 2024):
  - » *Marco Regulatorio y Políticas Públicas*: evaluación de las políticas gubernamentales y regulaciones que apoyan la adaptación al cambio climático en el sector turístico (por ejemplo, políticas de sostenibilidad y protección ambiental).
  - » *Cooperación entre Actores*: participación del sector privado (hoteles, operadores turísticos, etc.), ONGs y la comunidad local en la creación y aplicación de medidas de adaptación (Reddy & Sailesh, 2024).
- *Capacitación y Concienciación* (Morote-Seguido & Moreno-Vera, 2021; Dredge, 2022):
  - » *Educación y Capacitación en Adaptación Climática*: formación de los actores clave (empresarios turísticos, empleados, autoridades locales) en medidas de adaptación al cambio climático.
  - » *Concienciación del Turista*: ¿Se informa a los turistas sobre los impactos del cambio climático en el destino y sobre las prácticas sostenibles que pueden adoptar?
- *Impacto Económico del Cambio Climático en el Turismo* (Fuentes *et al*., 2017; Arabadzhyan *et al*., 2021; Carrillo *et al*., 2022):
  - » *Evaluación de los Impactos Económicos*: es decir, analizar cómo los efectos del cambio climático podrían afectar la demanda turística, los ingresos generados por el sector y la competitividad del destino.
  - » *Costos de Adaptación*: ¿Qué recursos económicos se destinan a la adaptación del sector turístico a los cambios climáticos?
- *Medición y Monitoreo* (Zhong *et al*., 2019; Singgalen, 2024, entre otros):
  - » *Sistema de Monitoreo de Impactos Climáticos*: ¿Se implementan sistemas para monitorear cambios climáticos a nivel local y sus impactos en el sector turístico?
  - » *Evaluación de la Resiliencia:* ¿Existen indicadores que midan la capacidad del destino para mantenerse operativo y atractivo frente a la alteración de los patrones climáticos?

Algunos ejemplos de indicadores específicos para desarrollar el *Índice de Adaptación al Cambio Climático* podrían ser:

- Porcentaje de infraestructuras turísticas adaptadas a los riesgos climáticos.
- Porcentaje de oferta turística diversificada según las condiciones climáticas.
- Índice de concienciación y formación sobre cambio climático entre los actores turísticos.
- Inversión pública y privada en adaptación climática en el sector turístico.
- Etc.

Por otra parte, existen modelos y herramientas que pueden utilizarse para desarrollar este índice:

- *Tourism Vulnerability Index* (TVI): cuantifica la vulnerabilidad y resiliencia del turismo ante el cambio climático (Perch-Nielsen, 2010).
- *Planificación de Turismo Sostenible*: basado en estrategias como las del *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC) (Bricker & Schultz, 2011; Anis *et al*., 2023), Green Destination Standard (Durband, 2021; Bradić-Martinović *et al*., 2023) o Tourism Sustainability Index (TSI) (De Marchi *et al*., 2022).

Este *Índice de Adaptación al Cambio Climático* en el sector turístico es esencial para ayudar a los destinos a gestionar los riesgos derivados del cambio climático. Implementar este tipo de herramientas permite mejorar la resiliencia, optimizar el uso de los recursos naturales y garantizar que el turismo siga siendo una actividad rentable y sostenible en el futuro.

ODS 14: Vida Submarina

El turismo costero y marítimo es un segmento turístico fundamental, sobre todo para los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo (PEID), y es dependiente de la conservación de unos ecosistemas marinos saludables (Wolf *et al*., 2024). El desarrollo turístico, en este sentido, se subordina a una adecuada ordenación integrada de las zonas costeras, con la finalidad de mantener y salvaguardar unos ecosistemas marinos frágiles. Desde esta perspectiva, valorar y determinar la relación entre vida submarina y turismo resulta preciso para confirmar que las actividades turísticas en esos medios marinos y litorales se despliegan de manera responsable, respetando principalmente la biodiversidad marina y promoviendo su conservación (García & Cater, 2022). Para ello, deben identificarse y utilizarse indicadores que calculen tanto la calidad ambiental de los ecosistemas marinos como la forma en que las actividades turísticas afectan a estos ambientes.

Con el objetivo de evaluar el estado de los ecosistemas submarinos (arrecifes de coral, fondos marinos y praderas de pastos marinos, por ejemplo), y su capacidad para sostenerla biodiversidad asociada, podrían manejarse las siguientes medidas:

- *Cobertura de Arrecifes de Coral*: porcentaje de cobertura de coral en buen estado en aquellas áreas más visitadas por los turistas. Si la evolución en el tiempo es negativa, provocando desaparición de arrecifes, se deberán tomar medidas urgentes (Diedrich, 2007; Prideaux & Pabel, 2018).
- *Índice de Biodiversidad Marina*: se trata de calcular el número de especies marinas presentes en el ecosistema, tanto en términos de fauna como de flora. Se determina, por tanto, la diversidad de especies y su estabilidad en áreas de alta actividad turística (Sobhee, 2006; Kurniawan *et al*., 2016).
- *Abundancia de Especies Clave*: cálculo de la abundancia de especies marinas emblemáticas, representativas o singulares. La sobreexplotación o el impacto negativo del turismo pueden reducir estas poblaciones esenciales (Cisneros-Montemayor *et al*., 2020).
- *Estado de los Pastos Marinos*: las áreas de praderas oceánicas saludables son básicas para el sustento de la biodiversidad marina y la protección costera (Campagne *et al*., 2015).

Por otra parte, resulta igualmente interesante medir los impactos directos del turismo sobre la calidad del agua en áreas submarinas. Algunas dimensiones necesarias de contrastar serían:

- *Niveles de Contaminación por Residuos Sólidos*: es decir, calcular la cantidad de desechos sólidos (plásticos, residuos de embarcaciones, etc.) localizados en las zonas de buceo o snorkel, por ejemplo. Un turismo irresponsable contribuye a la contaminación por plásticos en los océanos (Das, 2023; Pásková *et al*., 2024).
- *Niveles de Contaminación por Productos Químicos*: medición de la presencia de productos químicos dañinos en el agua (protector solar, entre otros), y que pueden ser tóxicos para corales y otras especies marinas (Downs *et al*., 2022).
- *Eutrofización*: evaluación de la concentración de nutrientes (nitrógeno, fósforo, etc.) en el agua, que puede provenir de actividades turísticas relacionadas con el vertido de aguas residuales o el uso de fertilizantes asociados a cultivos intensivos en la zona costera. La eutrofización puede llevar a la proliferación de algas y la desoxigenación del agua, con sus muchas consecuencias derivadas (Ouaissa *et al*., 2023; Zaragoza *et al*., 2025).

Además de la necesaria revisión del estado de las aguas y ecosistemas marinos, también parece interesante cuantificar o evaluar la resiliencia socioeconómica y natural existente en estos entornos. Por ejemplo:

- *Desarrollo y Promoción de Infraestructuras Sostenibles*: grado en que las infraestructuras turísticas están diseñadas y operan de forma que minimicen los impactos ambientales (Ibarra-Marinas *et al*., 2021; Romero-Martínez & Romero-Padilla, 2024).
- *Porcentaje de Infraestructuras para desarrollar Prácticas Sostenibles*: es decir, evaluar la adopción de prácticas sostenibles por parte de los destinos turísticos (uso de embarcaciones de bajo impacto: sin motor fuera de borda, infraestructura para el reciclaje de materiales, o para la gestión sostenible del uso de agua y energía) (Caparrós-Martínez *et al*., 2022). En este mismo caso, podrían cuantificarse cuántos centros de buceo y otros servicios están certificados como sostenibles, en términos de prácticas de conservación marina y uso responsable de los recursos (Spinelli & Benevolo, 2024).

Los indicadores descritos no sólo ayudan a evaluar el estado de los ecosistemas marinos, sino que además permiten que las comunidades locales, operadores turísticos y administraciones trabajen unidos para asegurar que el turismo contribuya a la conservación y al bienestar económico y social a largo plazo.

ODS 15: Vida de Ecosistemas Terrestres

Disfrutar de paisajes agradables, bosques con buena salud, biodiversidad abundante y enclaves clasificados como patrimonio natural es frecuentemente una de las principales razones para que los turistas visiten un destino. Por este motivo, la actividad turística debe ser lo más responsable posible con el entorno y desempeñar un papel importante, no sólo en la conservación y la preservación de la biodiversidad, sino también en el respeto de los ecosistemas terrestres (Martínez-Quintana, 2017; Zhang *et al., 2023).*

Determinar si el turismo afecta a ecosistemas terrestres es fundamental para garantizar que las actividades turísticas protejan y promuevan la conservación y restauración de los entornos naturales, mientras que al mismo tiempo beneficien a las comunidades locales y fomenten un desarrollo económico de manera equilibrada. A continuación se muestran indicadores que podrían ser de interés:

- *Indicadores de Impacto Ambiental*: destacamos aquellos que evalúan la condición en la que se encuentran los **hábitats naturales, es decir, su** estado

de conservación tras ser visitados por turistas (Hughes, 2002; Zeppel, 2015; Marinello *et al*., 2023). Los daños pueden ser varios: pérdida de hábitats, degradación del suelo, pérdida de biodiversidad etc.

  - » Porcentaje de áreas protegidas o conservadas que han mantenido o mejorado su calidad ecológica debido a la gestión de la actividad turística (Blanco-Cerradelo *et al*., 2022).
  - » Abundancia y diversidad de especies singulares: se trata de tantear la diversidad biológica en áreas turísticas, particularmente la presencia de especies endémicas, amenazadas o vulnerables que puedan verse afectadas por las actividades turísticas. La aplicación del índice de diversidad de especies (Shannon-Wiener) en áreas turísticas podría ser de interés (Apeno & Aponte, 2022).
  - » Erosión del suelo y compactación: el turismo puede contribuir a la erosión del suelo, especialmente en áreas montañosas. Un indicador clave sería el cálculo de las tasas de erosión o de compactación del suelo debido a actividades turísticas (Dragovich & Bajpai, 2022; Marques de Lima *et al*., 2024).
  - » Contaminación por residuos sólidos y productos químicos: ya se mencionaron anteriormente algunas herramientas para evaluar los residuos generados por el turismo, como plásticos y otros contaminantes derivados de actividades turísticas.
  - » Uso de recursos naturales: calcular el consumo de agua, energía y otros recursos naturales básicos en los destinos turísticos, comparado con las capacidades regenerativas de los ecosistemas constituyen, como ya indicamos previamente para otros ODS, indicadores clave.

- *Adopción de Prácticas de Turismo Responsable* o *Medidas de Educación y Sensibilización Ambiental*: de interés resulta también examinar la adopción de prácticas de turismo responsable que minimicen el impacto ambiental y promuevan la conservación de los ecosistemas terrestres:
  - » Número de operadores turísticos certificados en sostenibilidad, es decir, computar la cantidad de operadores turísticos que cumplen con estándares de sostenibilidad reconocidos (porcentaje sobre el total), como el Global Sustainable Tourism Council (GSTC) o Earth Check (Rodríguez-García *et al*., 2023).
  - » Número de turistas informados sobre sostenibilidad y que cumplen una conducta proambiental: evaluar la proporción de turistas que reciben educación o información sobre la importancia de la conservación de los

ecosistemas terrestres antes de realizar actividades turísticas (porcentaje de turistas que participan en programas educativos sobre sostenibilidad y conservación y/o que siguen códigos de conducta ambiental) (Berman, 2021; Tauro *et al*., 2021; Rivera-Mateos & Mendoza-Montesdeoca, 2022).

- *Impacto Económico destinado a la Conservación y Gestión Ambiental*:
  - » Porcentaje de ingresos generados por la actividad turística destinados a la conservación de hábitats y a actividades de restauración o gestión sostenible de los ecosistemas terrestres (Schwoerer & Dawson, 2022; Kamuti, 2024).
  - » Apoyo a iniciativas de conservación comunitaria: es decir, cantidad de recursos (financieros o materiales) que el turismo genera para proyectos de conservación local (Suresh *et al*., 2022; Zoysa, 2022).
- *Gestión de la Capacidad de Carga y Conservación del Territorio*: se trata de asegurar que la cantidad de turistas no exceda la capacidad de los ecosistemas para soportar la actividad sin sufrir daños irreparables (Soria-Díaz *et al*., 2022; Long *et al*., 2022; Santos & Brilha, 2023). En este caso cabe la posibilidad de valorar iniciativas, normativa o regulación para gestionar la cantidad de turistas en zonas sensibles o áreas protegidas, comparado con la capacidad de carga sostenible del ecosistema (p.e. número de turistas por kilómetro cuadrado en áreas protegidas o sensibles; número de visitas a zonas sensibles – por día, mes o temporada –; existencia y efectividad de sistemas de control de acceso en áreas naturales protegidas, etc.).

Con un enfoque integral que aborde la conservación, la educación y la gobernanza, es posible fomentar un turismo que respete y potencie los ecosistemas terrestres, asegurando su preservación para las generaciones futuras.

ODS 16: Paz, Justicia e Instituciones Sólidas

El desarrollo de un turismo sostenible y responsable puede desempeñar un papel importante en la prevención de la violencia y conflictos de todo tipo, así como favorecer la consolidación de procesos de paz, gracias a su capacidad para promover el entendimiento y el respeto por las diferentes culturas (Carbone, 2017; Scheyvens *et al*., 2021; Farmaki & Stergiou, 2021; Higgins-Desbiolles *et al*., 2022; Seyfi *et al*., 2022; Guasca *et al*., 2022). Sin embargo, medir su impacto en estos ámbitos requiere el desarrollo de indicadores específicos que evalúen cómo el turismo puede contribuir a la reducción de tensiones y a fomentar la cohesión social. A continuación, se presentan indicadores clave para medir esta relación:

- *Fomento de la Cohesión Social*: el objetivo es valorar el grado en que el turismo promueve la inclusión, la cohesión social y el entendimiento entre diferentes grupos sociales, étnicos o religiosos (Rivera-Mateos, 2012; Brandano & Crociata, 2023).
  - » *Índice de integración social*: cuantifica cómo las actividades turísticas fomentan la integración de grupos diversos dentro de la comunidad, como minorías étnicas, refugiados, mujeres y jóvenes (p.e. porcentaje de proyectos turísticos que incluyen a grupos sociales vulnerables en su desarrollo) (Ritchie *et al*., 2023).
  - » *Percepción de la comunidad sobre la cohesión social*: evaluar cómo los residentes locales perciben la mejora en las relaciones intercomunitarias y el fortalecimiento de la cohesión social debido al desarrollo turístico (p.e. índice de satisfacción de la comunidad local sobre la mejora de las relaciones interpersonales y la integración social promovida por el turismo) (Burgos-Doria, 2016; Moayerian *et al*., 2022).
  - » *Niveles de participación comunitaria*: grado de participación de la comunidad en la planificación y gestión de proyectos turísticos (p.e. porcentaje de población local que participa en la toma de decisiones relacionadas con el turismo) (Narváez *et al*., 2018; Ramírez-Hernández, 2019).
- *Generación de Empleo y Reducción de Desigualdades*: el propósito es determinar cómo el turismo contribuye a la creación de empleo y la mejora de las condiciones económicas, especialmente en contextos de posconflicto o de alta vulnerabilidad social (Kalvelage *et al*., 2020; Zhao, 2021). En este caso, recomendamos volver a ver los índices propuestos para los ODS 1, 8 y 10.
- *Promoción del Diálogo y la Comprensión Cultural*: consiste en evaluar cómo el turismo promueve el entendimiento mutuo, el respeto intercultural y reduce las tensiones entre grupos sociales (Cabras *et al*., 2013).
  - » *Número de iniciativas interculturales en el sector turístico*: estimar el número de proyectos turísticos que promueven el intercambio cultural entre turistas y comunidades locales de diferentes orígenes étnicos, nacionales o religiosos (festivales, intercambios, programas educativos) (Tubay-Zambrano, 2019; Snowball & Antrobus, 2021).
  - » *Percepción de turistas y comunidades locales sobre el entendimiento mutuo*: contrastar cómo tanto turistas como residentes locales perciben el impacto del turismo en el aumento del entendimiento y respeto cultural (a través de encuestas o entrevistas) (Yu & Lee, 2014; Stylidis *et al*., 2021).

- *Fortalecimiento de la Gobernanza Local y la Capacitación*: tiene que ver con la comprobación del impacto que un turismo sostenible puede generar en la mejora de las capacidades de gobernanza local y, por tanto, en la resolución pacífica de conflictos (Pimentel de Oliveira Santos, 2018; Rivera-Cabrera & Echeverri-Rubio, 2020). Posibles indicadores:
  - » *Capacitación de líderes comunitarios en gestión del turismo*: cantidad de formación o capacitación proporcionada a líderes locales para gestionar el turismo de manera sostenible y responsable y que puedan responder así de manera eficiente a potenciales dificultades (Moscardo, 2014; Bravo & Zambrano, 2018) (indicador: número de líderes locales capacitados en gestión de turismo sostenible, resolución de conflictos y construcción de paz).
  - » *Establecimiento de mecanismos de gobernanza participativa*: la creación de mecanismos de participación ciudadana puede influir en una mejora de toma de decisiones y en la concienciación de la población local (indicador: número de mesas de diálogo o comités de gobernanza que incluyen a actores locales en la toma de decisiones) (Tukamushaba & Okech, 2011; González-Domínguez *et al*., 2022; Trujillo-Sánchez & Urrego-Carvajal, 2024).
  - » *Nivel de colaboración entre actores del sector turístico y organizaciones que promueven la paz*: esta colaboración sería esencial para la prevención de conflictos (Senbeto, 2022; Wani *et al*., 2022) (indicador: número de acuerdos de cooperación entre operadores turísticos, gobiernos locales y ONGs de paz para la resolución de problemas). Otras herramientas para prevenir conflictos y disminuir tensiones sociales podrían ser: i) número de conflictos sociales o étnicos que se han reducido o evitado gracias al turismo como herramienta de integración y cohesión, ii) índice de recuperación social y económica en zonas postconflicto impulsadas por iniciativas turísticas sostenibles; iii) número de quejas o protestas locales relacionadas con la gestión del turismo en áreas vulnerables y expuestas a conflictos.

En definitiva, y de acuerdo con Becken & Carmignani (2016), resumimos expresando que generar un turismo sostenible y democrático puede ser una herramienta poderosa para evitar la violencia, mitigar conflictos y consolidar la paz cuando se gestiona de manera inclusiva, respetuosa y estratégica.

ODS 17: Alianzas para lograr los Objetivos

Debido a su naturaleza intersectorial, el turismo tiene la capacidad de reforzar las asociacionespúblico-privadas ydeinvolucrara losmúltiplesagentes interesados – internacionales, nacionales, regionales y locales – para trabajar de manera conjunta con el fin de alcanzar los ODS mencionados y otros objetivos comunes. Efectivamente, la cooperación y las asociaciones constituyen principios necesarios para el desarrollo del turismo y para cumplir con la Agenda 2030 (Scheyvens & Cheer, 2022; Liburd *et al., 2022).*

A continuación, se presentan indicadores clave para reflexionar cómo el turismo puede reforzar las asociaciones público-privadas y la cooperación intersectorial:

- *Nivel de Colaboración entre el Sector Público y Privado*: en este caso el objetivo es evaluar el grado de cooperación y sinergia entre los actores públicos y privados en la planificación, gestión y promoción del turismo (Muñoz-Mazón & Velasco-González, 2015; Russo & Darmohraj, 2016; Sabines-Cobos *et al*., 2022; Esperilla *et al*., 2025).
  - » *Número de proyectos público-privados en el sector turístico*: se trata de determinar la cantidad de proyectos desarrollados conjuntamente entre entidades públicas y empresas privadas en áreas clave (Geoffrey-Deladem *et al*., 2021; Ghanem *et al*., 2022), como infraestructura, promoción o sostenibilidad (indicadores posibles: número de proyectos de infraestructura turística gestionados en asociación entre gobiernos y empresas privadas; porcentaje de proyectos turísticos financiados por asociaciones público-privadas en relación con la inversión total en el sector; número de destinos que han establecido alianzas público-privadas para el desarrollo de infraestructura o promoción turística).
- *Eficiencia y Efectividad en la Gestión de Proyectos Turísticos*: consiste en examinar cómo la colaboración entre sectores mejora la gestión de proyectos turísticos (Jotaworn *et al*., 2021; Suhardono *et al*., 2024), especialmente en términos de eficiencia y efectividad en la implementación (indicador: índice de satisfacción de los actores clave con la ejecución y los resultados de proyectos turísticos gestionados en colaboración público-privada).
- *Desarrollo de Capacidades y Transferencia de Conocimiento*: el objetivo radica en medir el impacto de las asociaciones público-privadas en el desarrollo de capacidades y la transferencia de conocimiento entre los diferentes sectores involucrados (Lopes *et al*., 2021) (indicadores: número de programas de formación conjunta dirigidos a actores del sector turístico, como capacitación

en prácticas sostenibles, gestión de destinos, etc.; porcentaje de trabajadores locales capacitados en el sector turístico gracias a programas de formación público-privados).

- *Sostenibilidad y Responsabilidad Social*: en este caso se trata de tantear cómo las asociaciones público-privadas contribuyen a la sostenibilidad del turismo y a la Responsabilidad Social Empresarial (RSE), tanto en términos de impacto ambiental como social (Giampiccoli & Mtapuri, 2022) (indicadores: porcentaje de proyectos turísticos que incorporan evaluaciones de impacto ambiental y planes de mitigación; número de iniciativas de RSE en el sector turístico promovidas por asociaciones público-privadas (por ejemplo, proyectos de apoyo a comunidades vulnerables o conservación del patrimonio local).
- *Innovación en la Promoción y Marketing Turístico*: consiste en evaluar cómo las alianzas entre el sector público y privado mejoran la promoción de destinos turísticos a través de estrategias innovadoras de marketing y promoción (Cabra-Salinas *et al*., 2021; Wan *et al*., 2022) (posibles indicadores: número de campañas de marketing o promoción turística realizadas de manera conjunta por el sector público y privado; número de plataformas digitales, aplicaciones o sitios web de promoción turística creados a través de colaboraciones público-privadas).
- *Fomento de la Inclusión y la Equidad en el Turismo*: para este caso, resulta recomendable analizar cómo el turismo, a través de la colaboración entre sectores, puede contribuir a la inclusión social y económica de diferentes grupos, como mujeres, jóvenes, minorías y comunidades vulnerables (Scheyvens & Biddulph, 2018; Nyanjom *et al*., 2018; Bélanger & Gómez, 2024). Indicador factible:
  - » *Porcentaje de proyectos turísticos inclusivos*: evaluar el porcentaje de proyectos turísticos promovidos por asociaciones público-privadas que aborden la inclusión social (número de proyectos turísticos que tienen un enfoque inclusivo, ya sea en términos de empleo, acceso o participación social, con relación al total).
- *Monitoreo y Evaluación de la Cooperación Intersectorial*: resulta imprescindible supervisar y evaluar el impacto de la cooperación intersectorial y las asociaciones público-privadas en el sector turístico (Taufik *et al*., 2023; Trentin *et al*., 2025). Algunos indicadores probables serían: i) existencia de un sistema formal de evaluación y monitoreo de proyectos turísticos realizados en colaboración público-privada; ii) grado de transparencia y procesos de rendición de cuentas en proyectos turísticos público-privados).

Las herramientas para comprobar cómo el turismo puede reforzar las asociaciones público-privadas y la cooperación intersectorial permiten evaluar el impacto y la eficacia de las colaboraciones entre los sectores público y privado en el desarrollo de un turismo más sostenible, inclusivo y equitativo. Al monitorear estos indicadores, se pueden identificar áreas de mejora y asegurarse de que el turismo contribuya de manera significativa al bienestar económico, social y ambiental.

Breves consideraciones finales

Aportar indicadores prácticos para valorar la relación entre turismo y ODS tiene múltiples beneficios y contribuciones significativas. Quizá debe destacarse que los indicadores revelados anteriormente permiten cuantificar y evaluar el impacto que tienen las actividades turísticas en las comunidades locales, el medio ambiente y la economía social. Y esto ayuda a identificar áreas de mejora y a tomar decisiones informadas. Asimismo, al establecer indicadores claros, se promueve la transparencia en la gestión del turismo, lo que genera confianza entre los visitantes, sociedad local y operadores turísticos, y ayuda, por lo tanto, a generar un desarrollo turístico sostenible.

Por otra parte, los indicadores facilitan la identificación de cómo el turismo puede contribuir a objetivos específicos, como la reducción de la pobreza, la igualdad de género, la conservación de la biodiversidad o el desarrollo económico comunitario, entre otros. Proporcionan, igualmente, una base para la evaluación continua y la mejora de las prácticas turísticas. Y al monitorear el progreso hacia los ODS, las empresas y destinos turísticos pueden ajustar sus estrategias y operaciones para que sean más sostenibles.

De especial interés es el aporte hacia la mejora de la sensibilización y educación, pues los indicadores pueden ser utilizados como herramientas educativas para sensibilizar a los turistas y a las comunidades receptoras sobre la importancia del desarrollo de un turismo responsable y comprometido con la conservación y mejora de la calidad de vida del destino.

Gracias a los datos obtenidos a través de estos indicadores propuestos, pueden formularse políticas públicas que fomenten ese tan deseado turismo responsable y la sostenibilidad del entorno en el que se desarrolla la actividad turística, apoyando así el desarrollo de marcos regulatorios más efectivos. Del mismo modo, facilitan la colaboración entre diferentes actores, como gobiernos, empresas, ONGs y comunidades locales, al proporcionar un lenguaje común y objetivos compartidos en torno al turismo sostenible.

Por último, algunos de los indicadores planteados permitirán evaluar la satisfacción de los turistas y de las comunidades locales, asegurando que el turismo responsable beneficie a todos los involucrados y no solo a los visitantes. En definitiva, estos indicadores prácticos son herramientas esenciales para evaluar y mejorar la relación entre el turismo responsable y los ODS, promoviendo un enfoque más sostenible y equitativo en la industria turística.

Referencias

ACOSTA-PÉREZ, Idalmis; MARRERO-DELGADO, Fernando; ESPINOSA-MARTÍNEZ, José. La economía circular como contribución a la sostenibilidad en un destino turístico cubano de sol y playa. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, 29, 2, p. 406-425, 2020. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7316508. Consulta el: 17 abr. 2025

ADY, Sri; MOSLEHPOUR, Massoud; VAN, Dan; JOHARI, Sobar; THUY, Van Vo; HIEU, Vu. The impact of Sustainable tourism growth on the economic development: evidence from a developing economy. **Cuadernos de Economía**, 45, 127, p. 130-139, 2022. https://doi.org/10.32826/cude.v1i127.611.

ANIS, Ali; PUTRA, Hari; AZHAR, Zul; RAHMADANI, Tia. Global Sustainable Tourism Council Criteria (GSTC) Approach in Sustainable Tourism Planning. *In:* **Ninth Padang International Conference on Economics Education, Economics, Business and Management, Accounting and Entrepreneurship (PICEEBA 2022)**. Dordrecht: Atlantis Press, 2023, p. 182-189. https://www.atlantis-press.com/proceedings/piceeba-22/125988050. Consulta el: 22 abr. 2025

APENO, Antony; APONTE, Héctor. Caracterización de la diversidad de aves en un humedal altamente intervenido del Pacífico suramericano. **Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales**, 46, 179, p. 380-392, 2022. https://doi.org/10.18257/raccefyn.1605.

ARABADZHYAN, Anastasia; FIGINI, Paolo; GARCÍA, Carmen; GONZÁLEZ, Matías; LAM-GONZÁLEZ, Yen; LEÓN, Carmelo. Climate change, coastal tourism, and impact chains – a literature review. **Current Issues in Tourism**, 24, 16, p. 2233-2268, 2020. DOI: 10.1080/13683500.2020.1825351.

ARTAL-TUR, Andrés.; BADILLO-AMADOR, Lourdes. Indicadores de Sostenibilidad Turística: un análisis del Modelo de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) en su contexto internacional, europeo y español. **Cátedra de Turismo Sostenible de la Región de Murcia (UPCT-ITREM), Documento de Trabajo DT 23/01**, p. 1- 36, 2023. https://emfoca.upct.es/downloadFile/adbzZ39bL6. Consulta el: 15 abr. 2025.

ASCORBE-LANDA, Cristina. Alimentos y gastronomía de cercanía: ¿un valor en alza? **Nutrición Hospitalaria**, 35, 4, p. 44-48, 2018. https://dx.doi.org/10.20960/nh.2124. Consulta el: 15 abr. 2025.

BARRÓN-ARREOLA, Karla; TRUJILLO-UBALDO, Elizabeth; ÁLVAREZ-LÓPEZ, Plácido. Índice de calidad del empleo en el Sector Hotelero: Estimación para Nuevo Vallarta, Los Cabos y Cancún. **Dimensiones Turísticas**, 6,10, p. 85-110, 2022. https://doi.org/10.47557/LTBD5694.

BECKEN, Susanne, WHITTLESEA, Emma; LOEHR, Johanna; SCOTT, Daniel. Tourism and climate change: Evaluating the extent of policy integration. **Journal of Sustainable Tourism**, 28, 10, p. 1603-1624, 2020. DOI: 10.1080/09669582.2020.1745217.

BECKEN, Susanne.; CARMIGNANI, Fabrizio. (2016). Does tourism lead to peace? **Annals of Tourism Research**, 61, p. 63-79, 2026. https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.09.002.

BECKEN, Susanne; LOEHR, Johanna. Tourism governance and enabling drivers for intensifying climate action. **Journal of Sustainable Tourism**, 32, 9, p. 1743-1761, 2024. DOI: 10.1080/09669582.2022.2032099.

BÉLANGER, Carles; GÓMEZ, Verónica. ISTO: Líder mundial en sostenibilidad social del turismo. **Estudios Turísticos**, 228, p. 181-192, 2024. https://doi.org/10.61520/et.2282024.1251.

BERMAN, Nina. Environmental education catalyzed by tourism: Ecoliteracy initiatives on the coast of Kenya. **Sustainability**, 13, 15, 8501, 2021. https://doi.org/10.3390/su13158501.

BIRENDRA, K.C. Complexity in balancing conservation and tourism in protected areas: Contemporary issues and beyond. **Tourism and Hospitality Research**, 22, 2, p. 241-246, 2022. https://doi.org/10.1177/14673584211015807.

BLANCO-CERRADELO, Lidia; DIÉGUEZ-CASTRILLÓN, María. Isabel; FRAIZ-BREA, José Antonio; GUEIMONDE-CANTO, Ana. Áreas protegidas y recursos turísticos: Hacia una gestión sostenible. **Land**, 11, 11, 2059, 2022. https://doi.org/10.3390/land11112059.

BLÁZQUEZ-SALOM, Macià; BLANCO-ROMERO, Asunción. Turismo localista. Contracción y convergencia para el decrecimiento turístico. *In*: **Repensando los destinos turísticos en tiempos de cambio global** (p. 541-547). Valencia, Fundació General de la Universitat de València, 2024.

BLÁZQUEZ-VALERÓN, Jaime, MAUTONE, Marcelo; LAM-GONZÁLEZ, Yen; LEDESMA, Javier. Gestión de la energía. *In:* HERNÁNDEZ-MARTÍN Raúl; LEÓN, Carmelo. **Fundamentos para la medición de la sostenibilidad del turismo**. Madrid: McGraw Hill, 2024, pp. 109-126. http://hdl.handle.net/10553/132823. Consulta el: 17 abr. 2025

BRADIĆ-MARTINOVIĆ, Aleksandra; ANTONIJEVIĆ, Marija; LAZIĆ, Milena. (2023). Feasibility of green tourism in small European emerging economies. *In:* **Achieving economic growth and welfare through green consumerism**. Pensilvania: IGI Global, 2023, p. 155-184. DOI: 10.4018/978-1-6684-8140-0.ch007.

BRANDANO, María; CROCIATA, Alessandro. Cohesion policy, tourism and culture in Italy: A regional policy evaluation. **Regional Studies**, 57, 4, p. 763-779, 2023. https://doi.org/10.1080/00343404.2022.2106365.

BRAVO, Olga; ZAMBRANO, Paola. Turismo comunitario desde la perspectiva del desarrollo local: un desafío para la Comuna 23 de Noviembre, Ecuador. **Revista Espacios**, 39, 7, p. 28-43, 2018. https://revistaespacios.com/a18v39n07/a18v39n07p28.pdf. Consulta el: 22 abr. 2025

BRICKER, Kelly; SCHULTZ, Jeremy. Sustainable tourism in the USA: A comparative look at the Global Sustainable Tourism Criteria. **Tourism Recreation Research**, 36, 3, p. 215-229, 2011. https://asu.elsevierpure.com/en/publications/sustainable-tourism-in-the-usa-a-comparative-look-at-the-global-s. Consulta el: 17 abr. 2025

BRINCKMANN, Wanderléia; SIDNEI-WILDGEN, Jairo. Desafíos para los estudiosos del turismo: la construcción de la «sociedad inclusiva» y del «turismo accesible». **Cuadernos de Turismo**, 11, p. 41-58, 2003. https://revistas.um.es/turismo/article/view/19621. Consulta el: 17 abr. 2025

BUHALIS, Dimitrios *et al*. Tourism 2030 and the contribution to the sustainable development goals: the tourism review viewpoint. **Tourism Review**, 78, 2, p. 293-313, 2023. https://doi.org/10.1108/TR-04-2023-620.

BURGOS-DORIA, Rosalía. El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local: Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. **Hallazgos**, 13, 26, p. 193-214, 2016. https://doi.org/10.15332/s1794-3841.2016.0026.08.

BUTLER, Richard W. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**, 24(1), 5-12, 1980.

CABRAS, Emanuele; CRISPONI, María; PINNA, Paola; SISTU, Giovanni. Las oportunidades del diálogo intercultural y el desarrollo de las comunidades marginales a través del turismo cultural. Un caso de estudio: South-East Archeritage. **Revista Jangwa Pana**, 12, 1, p. 99-114, 2013. https://core.ac.uk/download/pdf/268589398.pdf. Consulta el: 22 abr. 2025

CABRA-SALINAS, Camilo *et al.* Plan de transformación digital para la promoción turística en el Viceministerio de Turismo. Caso de estudio: Departamento de Boyacá. **Turismo y Sociedad**, 28, p. 151-185, 2021. https://doi.org/10.18601/01207555.n28.08.

CAMPAGNE, Carole; SALLES, Jeans; BOISSERY, Pierre; DETER, Julie. The seagrass Posidonia oceanica: ecosystem services identification and economic evaluation of goods and benefits. **Marine pollution bulletin**, 97, 1-2, p. 391-400, 2015. https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2015.05.061.

CAPARRÓS-MARTÍNEZ, José; MARTÍNEZ-VÁZQUEZ, Rosa; DE PABLO VALENCIANO, Jaime. Analysis and global research trends on nautical tourism and green coastal infrastructures: the case of coral reefs and seagrass meadows. **Environmental Sciences Europe**, 34(1), 33, 2022. https://doi.org/10.1186/s12302-022-00614-2.

CARBONE, Fabio. International tourism and cultural diplomacy: A new conceptual approach towards global mutual understanding and peace through tourism. **Tourism: An International Interdisciplinary Journal**, 65, 1, p. 61-74, 2017. http://hrcak.srce.hr/178623?lang=en. Consulta el: 17 abr. 2025

CARRILLO, Judit; GONZÁLEZ, Albano; PÉREZ, Juan; EXPÓSITO, Francisco; DÍAZ, Juan. Projected impacts of climate change on tourism in the Canary Islands. **Regional Environmental Change**, 22(2), 61, 2022. https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-022-01880-9. Consulta el: 15 abr. 2025

CASABÓ-ORTÍ, María. Marketing medioambiental a través del análisis de iniciativas empresariales españolas recientes: balance sobre autorregulación y compromiso organizacional sostenible. **Revista de Marketing y Publicidad**, 1, 4, p. 61-84, 2020. https://doi.org/10.51302/marketing.2021.818.

CHEER, Joseph; TING, Hiram; LEONG, Choi. Responsible tourism: A new era of responsibility. **Journal of Responsible Tourism Management**, 1, 1, p. 1-17, 2021. DOI: 10.47263/JRTM.01-01-01.

CHEN, Meiai; PEI, Tingting; JERONEN, Eila; WANG, Zhihui.; XU, Lihua. Teaching and learning methods for promoting sustainability in tourism education. **Sustainability**, 14, 21, 14592, 2022. https://doi.org/10.3390/su142114592.

CISNEROS-MONTEMAYOR, Andrés *et al.* Nature-based marine tourism in the Gulf of California and Baja California Peninsula: Economic benefits and key species. *In:* **Natural Resources Forum**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 44, 2, 2020, p. 111-128. https://ideas.repec.org/a/wly/natres/v44y2020i2p111-128.html. Consulta el: 22 abr. 2025

DANGI, Trek; PETRICK, James. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: A case study. **International Journal of Tourism Cities**, 7, 4, p. 1029-1048, 2021. https://doi.org/10.1108/IJTC-10-2020-0223.

DAS, Gautam. Coastal tourism and pollution. *In:* **Coastal Environments of India: A coastal West Bengal perspective**. Cham: Springer International Publishing, p. 213-232, 2023. DOI: 10.1007/978-3-031-18846-6_11.

DE MARCHI, Damiano; BECARELLI, Rudy; DI SARLI, Leonardo. Tourism sustainability index: Measuring tourism sustainability based on the ETIS toolkit, by exploring tourist satisfaction via sentiment analysis. **Sustainability**, 14, 13, 8049, 2022. https://doi.org/10.3390/su14138049.

DÍAZ-FARIÑA, Eugenio; GARCIA GONZÁLEZ, Sara; MIRKOVA-BLAGOSLAVOVA, Ivelina; PADRON-FUMERO, Noemi; ESTÉVEZ-BAULUZ, Alba. Gestión de los residuos en el turismo. *In:* HERNÁNDEZ-MARTÍN, Raúl; LEÓN, Carmelo. J. **Fundamentos para la medición de la sostenibilidad del turismo**. Madrid: McGraw Hill, p. 143-162, 2024. http://hdl.handle.net/10553/135055. Consulta el: 17 abr. 2025

DIEDRICH, Amy. The impacts of tourism on coral reef conservation awareness and support in coastal communities in Belize. **Coral Reefs**, 26, 4, p. 985-996, 2007. DOI: 10.1007/s00338-007-0224-z.

DILSHAN, Thusitha**;** NAKABASAMI, Chieko. Overtourism: a systematic review of global issues and management strategies. **International Journal of Tourism Policy**, 15, 1, p. 50-66, 2025. https://doi.org/10.1504/IJTP.2025.144178.

DOWNS, Craig; CRUZ, Orion; REMENGESAU, Tommy. Sunscreen pollution and tourism governance: Science and innovation are necessary for biodiversity conservation and sustainable tourism. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, 32, 5, p. 896-906, 2022a. https://doi.org/10.1002/aqc.3791.

DRAGOVICH, Deirdre; BAJPAI, Sunil. Managing tourism and environment-trail erosion, thresholds of potential concern and limits of acceptable change. **Sustainability**, 14, 7, 4291, 2022. https://doi.org/10.3390/su14074291.

DREDGE, Dianne. Regenerative tourism: Transforming mindsets, systems and practices. **Journal of Tourism Futures**, 8, 3, p. 269-281, 2022. https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jtf-01-2022-0015/full/html. Consulta el: 17 abr. 2025

DURBAND, Randy. Establishing sustainability standards in tourism. *In:* **Handbook for Sustainable Tourism Practitioners**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. 233-248, 2021.

ESPERILLA, Yorela; BAEZA, María; GÁLVEZ-SÁNCHEZ, Francisco. Impulsando el turismo a través de la colaboración pública privada. *In:* MARMOLEJO, Juan Antonio; MORAL, Salvador (Coords.). **Nuevas dimensiones de cambio en el panorama turístico actual. Melilla como destino emergente**. Madrid: Dykinson. p. 251-258, 2025. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10051181. Consulta el: 22 abr. 2025

ESTRELLA, Manuel; FRÍAS, Roberto. Impacto del turismo en el alivio de la pobreza. Caso Ecuador. **Eca Sinergia**, 8, 2, p. 69-79, 2017. https://doi.org/10.33936/eca_sinergia.v8i2.989.

FARMAKI, Anna; STERGIOU, Dimitrios. Peace and tourism: Bridging the gap through justice. **Peace & Change**, 46, 3, p. 286-309, 2021. https://doi.org/10.1111/pech.12472.

FERNÁNDEZ, Alfonso. Turismo Agroecológico: Un Enfoque Transdisciplinario para el Desarrollo Sostenible en Zonas Rurales. **Sathiri,** 20, 1, p. 134-150, 2025. https://doi.org/10.32645/13906925.1335.

FONT, Xavier *et al.* The impact of sustainable tourism indicators on destination competitiveness: The European Tourism Indicator System. **Journal of Sustainable Tourism**, 31, 7, p. 1608-1630, 2023. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1910281.

FUENTES, Noé *et al.* Impactos Económicos del cambio climático con base en un enfoque sistémico. **Revista de economía**, 34, 89, p. 9-41, 2017. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2395-87152017000200009.

GARCIA, Olga; CATER, Carl. Life below water; challenges for tourism partnerships in achieving ocean literacy. **Journal of Sustainable Tourism**, 30, 10, p. 2428-2447, 2022. https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1850747.

GARCÍA-MORENO, Beatriz; FERNÁNDEZ-ALCANTUD, Andrés. El empleo en el sector turístico español y su papel en la recuperación de la crisis económica. **Estudios Turísticos**, 209, p. 29-41, 2016. https://doi.org/10.61520/et.2092016.130.

GARDUÑO-MENDOZA, Martha; GUZMÁN-HERNÁNDEZ, Celia; ZIZUMBO-VILLARREAL, Lilia. Turismo rural: Participación de las comunidades y programas federales. **El Periplo Sustentable**, 17, p. 5-30, 2009. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026276. Consulta el: 15 abr. 2025

GEOFFREY-DELADEM, Tamakloe *et al.* Developing sustainable tourism through public-private partnership to alleviate poverty in Ghana. **Tourist Studies**, 21, 2, p. 317-343, 2021. https://doi.org/10.1177/1468797620955250.

GHANEM, Marwa; ELSHAER, Ibrahim; SAAD, Samar. Tourism public-private partnership (PPP) projects: an exploratory-sequential approach. **Tourism Review**, 77, 2, p. 427-450, 2022. https://doi.org/10.1108/TR-03-2021-0105.

GIAMPICCOLI, Andrea; MTAPURI, Oliver. Going beyond corporate social responsibility: possible new directions in tourism. **International Journal of Business Governance and Ethics**, 16, 4, p. 481-495, 2022. https://doi.org/10.1504/IJBGE.2022.126174.

GÓMEZ, Rosa; MINDIOLA-CARRILLO, Navil; SOLARTE, Claudia. Ecoturismo comunitario, una opción de desarrollo local desde la economía inclusiva y la interculturalidad: Sendero ecológico en el Corregimiento de Chorrera, Municipio de Distracción–La Guajira, Colombia. **Revista la Junta**, 4, 1, p. 15-31, 2021. https://doi.org/10.53641/junta.v4i1.65.

GONZÁLEZ-DOMÍNGUEZ, Iván; PASTOR-ALFONSO, María; DELGADO-CRUZ, Alejandro; THOMÉ-ORTÍZ, Humberto. Gestión del turismo rural comunitario en el centro de México: una mirada desde la teoría del empoderamiento. **Cuadernos de Turismo**, 50, p. 71-96, 2022. https://doi.org/10.6018/turismo.541871.

GÖSSLING, Stefan; SCOTT, Daniel. Climate change and tourism: exploring destination vulnerability. **Tourism Review International**, 12, 1, p. 1-3, 2008. DOI: 10.3727/154427208785899975.

GUASCA, Monica; VANNESTE, Dominique; VAN-BROECK, Anne. Peacebuilding and post-conflict tourism: addressing structural violence in Colombia. *In:* HIGGINS-DESBIOLLES, Freya; BLANCHARD, Lynda; URBAIN, Yoko. **Peace Through Tourism**. London: Routledge, 2022, p. 98-114. https://doi.org/10.4324/9781003299578.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya.; BLANCHARD, Lynda; URBAIN, Yoko. Peace through tourism: Critical reflections on the intersections between peace, justice, sustainable development and tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, 30, 2-3, p. 335-351, 2022. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1952420.

HOOGENDOORN, Gijsbert; FITCHETT, Jennifer. Tourism and climate change: A review of threats and adaptation strategies for Africa. **Current Issues in Tourism**, 21, 7, p. 742-759, 2018. DOI: 10.1080/13683500.2016.1188893.

HOSSEINI, Keyvan; STEFANIEC, Agnieszka; HOSSEINI, Seyedeh. World Heritage Sites in developing countries: Assessing impacts and handling complexities toward sustainable tourism. **Journal of Destination Marketing & Management**, 20, 100616, 2021. https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2021.100616.

HUGHES, George. Environmental indicators. **Annals of Tourism Research**, 29(2), p. 457-477, 2002. https://doi.org/10.1016/S0160-7383(01)00071-8.

IBARRA-MARINAS, Daniel; BELMONTE-SERRATO, Francisco; BALLESTEROS-PELEGRÍN, Gustavo; GARCÍA-MARÍN, Ramón. Evolution of the Beaches in the Regional Park of Salinas and Arenales of San Pedro del Pinatar (Southeast of Spain) (1899-2019). **ISPRS International Journal of Geo-Information**, 10, 4, 200, 2021. https://doi.org/10.3390/ijgi10040200.

IGOUMENAKIS, Giorgos; THEODOROPOULOU, Alexandra; HALKIOPOULOS, Constantinos. Tourism and developing countries. conditions and prospects for tourism development. *In:*

International Conference of the International Association of Cultural and Digital Tourism. Cham: Springer Nature Switzerland, p. 721-748, 2023. DOI: 10.1007/978-3-031-54338-8_43.

IVARS-BAIDAL, Josep. VERA-REBOLLO, Fernando; PERLES-RIBES, José; FEMENIA-SERRA, Francisco; CELDRÁN-BERNABEU, Marco. Sustainable tourism indicators: what's new within the smart city/destination approach? **Journal of Sustainable Tourism**, 31, 7, p. 1556-1582, 2023. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1876075.

JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, Félix, MUÑOZ-MAZÓN, Ana Isabel; FUENTES-MORALEDA, Laura. Evaluación del bienestar en los destinos turísticos ¿Cómo aplicar el Índice de Desarrollo Humano? El Caso de Tapijulapa, Pueblo Mágico, Méjico. **Investigaciones Turísticas**, 21, p. 86-105, 2021. https://doi.org/10.14198/INTURI2021.21.5.

JONES, Peter; CONFORT, Daphne. Sustainable Development Goals and World´s Leading Hotels Groups. **Athens Journal of Tourism**, 6, 1, p. 1-4, 2019. https://doi.org/10.30958/ajt.6-1-1.

JOTAWORN, Surasak; NITIVATTANANON, Vilas; KUSAKABE, Kyoko; XUE, Wenchao. Partnership towards synergistic municipal solid waste management services in a coastal tourism sub-region. **Sustainability,** 13, 1, 397, 2021. https://doi.org/10.3390/su13010397.

JOUAULT, Samuel; GARCÍA DE FUENTES, Ana; RIVERA, Tlacaelel. Un modelo regional de turismo alternativo y economía social en la Península de Yucatán, México. **Otra Economía**, 9, 17, p. 164-176, 2016. https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.917.05. Consulta el: 15 abr. 2025

KAJÁN, Eva; SAARINEN, Jarkko. Tourism, climate change and adaptation: A review. **Current Issues in Tourism**, 16, 2, p. 167-195, 2013. DOI: 10.1080/13683500.2013.774323.

KALVELAGE, Linus; REVILLA-DIEZ, Javier; BOLLIG, Michael. How much remains? Local value capture from tourism in Zambezi, Namibia. **Tourism Geographies**, 24, 4-5, 759-p. 780, 2019. https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1786154.

KAMUTI, Tariro. The State of Wildlife Tourism in the Southern African Region: The Case of the Southern African Development Community (SADC). *In:* STONE, Lesego; STONE, Moren (eds.) **Wildlife Tourism Dynamics in Southern Africa. Geographies of Tourism and Global Change**. Cham: Springer, 2024, p. 3-85. https://doi.org/10.1007/978-3-031-57252-4_6.

KURNIAWAN, Fery; ADRIANTO, Luky; BENGEN, Dietriech; PRASETYO, Lilik. Vulnerability assessment of small islands to tourism: The case of the Marine Tourism Park of the Gili Matra Islands, Indonesia. Global ecology and conservation, 6, p. 308-326, 2016. DOI: 10.1016/j.gecco.2016.04.001.

LACRUHY-ENRÍQUEZ, Claudia. Creating shared value strategies for the 2030 Agenda. Virtual ethnography in hotel groups. **New Trends in Qualitative Research**, 19, e895, 2023. https://doi.org/10.36367/ntqr.19.2023.e895.

LARIOS-CALDERÓN, Aralí; ARIAS-CABANILLAS, Analy; CRUZ-CORIA, Érika. Enfoques del consumo responsable en el turismo. *In:* VALENCIA, Karina; ROJAS, María Magdalena; SÁNCHEZ, José Luis (coords). **Empresas sociales y consumo responsable.** México: Plaza y Valdés Eds, p. 97-116, 2023. https://isbnmexico.indautor.cerlalc.org/catalogo.php?mode=-detalle&nt=402897. Consulta el: 17 abr. 2025

LEAL-LONDOÑO, María del Pilar. La gastronomía y el turismo: Desafíos y perspectivas de futuro en un contexto sostenible. *In:* COVARRUBIAS, Marco; MEDINA, Xavier; CONDE-CABALLERO, David (eds.). **Gastronomías y cocinas para el resto del siglo XXI. Patrimonios, territorios, innovaciones y buenas prácticas**. Barcelona y Ciudad de México: Colección Alimus, Cátedra UNESCO de Alimentación, Cultura y Desarrollo-UOC, Universidad del Claustro de Sor Juana e International Commission on the Anthropology of Food and Nutrition (ICAF), p. 139-158, 2024. https://openaccess.uoc.edu/bitstream/10609/151453/1/Covarrubias_ALIMUS3_Gastronomias.pdf. Consulta el: 22 abr. 2025

LIBURD, Janne; DUEDAHL, Eva; HEAPE, Chris. Co-designing tourism for sustainable development. **Journal of Sustainable Tourism**, 30, 10, p. 2298-2317, 2022. https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1839473.

LIÉVANO-TORRES, Kristian., MAZÓ-QUEVEDO, María; TORRES-MÉNDEZ, Fabiola. Percepción y planificación del turismo sostenible en comunidades indígenas de México. **RETOS. Revista de Ciencias de la Administración y Economía**, 8, 15, p. 117-133, 2018. https://doi.org/10.17163/ret.n15.2018.08.

LIU, Peng. Investigación sobre la huella ecológica del turismo: El caso de Langzhong en China. **Observatorio Medioambiental**, 22, p. 245-263, 2019. https://doi.org/10.5209/obmd.67071.

LONDON, Silvia; ROJAS, Mara; CANDIAS, Karen. Turismo sostenible: un modelo de crecimiento con recursos naturales. **Ensayos de Economía**, 31, 58, p. 158-177, 2021. https://doi.org/10.15446/ede.v31n58.88712.

LONG, Cheng; LU, Song; CHANG, Jie; ZHU, Jiaheng; CHEN, Luqiao. Tourism environmental carrying capacity review, hotspot, issue, and prospect. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 19, 24, 16663, 2022. https://doi.org/10.3390/ijerph192416663.

LOPES, Joao; OLIVEIRA, Márcio; LOPES, Jorge; ZAMAN, Umer. Networks, innovation and knowledge transfer in tourism industry: An empirical study of SMEs in Portugal. **Social Sciences**, 10, 5, 159, 2021. https://doi.org/10.3390/socsci10050159.

MARINELLO, Samuele; BUTTURI, María; GAMBERINI, Rita; MARTINI, Umberto. Indicators for sustainable touristic destinations: A critical review. **Journal of Environmental Planning and Management**, 66, 1, p. 1-30, 2023. https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1978407.

MARQUES DE LIMA, Guilherme *et al.* Water Erosion Processes on the Geotouristic Trails of Serra da Bocaina National Park Coast, Rio de Janeiro State, Brazil. **Soil Systems**, 8, 1, 24, 2024. https://doi.org/10.3390/soilsystems8010024.

MARRERO-RODRÍGUEZ, Rosa; RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, Pablo; RAMOS-HENRÍQUEZ, José Manuel. La flexibilidad laboral en el sector turístico: Un análisis a partir de las ofertas de empleo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, 25, 2, p. 143-163, 2016. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6330793. Consulta el: 17 abr. 2025

MARTÍNEZ-QUINTANA, Violante. El turismo de naturaleza: un producto turístico sostenible. **Arbor**, 193, 785, 2017. https://doi.org/10.3989/arbor.2017.785n3002.

MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis L. **The limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MELAMED-VARELA, Enrique; BLANCO-ARIZA, Ana Beatriz; RODRÍGUEZ-CALDERÓN, Gisella. Creación de valor compartido: estado y contribuciones a la sostenibilidad corporativa. **Revista EAN**, 85, p. 37-56, 2018. https://doi.org/10.21158/01208160.n85.2018.2047.

MENDOZA-DE-MIGUEL, Sofía; CALLE-VAQUERO, Manuel.; GARCÍA-HERNÁNDEZ, María. Representación del Overtourism en los Programas Electorales de Ciudades Españolas. *In*: **Repensando los destinos turísticos en tiempos de cambio global**. Valencia, Fundació General de la Universitat de València, p. 204-206, 2024.

MIHALIC, Tanja. Sustainable-responsible tourism discourse – Towards 'responsustable' tourism. **Journal of Cleaner Production**, 111, p. 461-470, 2016. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.12.062.

MILANO, Claudio; NOVELLI, Marina; RUSSO, Antonio Paolo (2024). Anti-tourism activism and the inconvenient truths about mass tourism, touristification and overtourism. **Tourism Geographies**, 26, 8, p. 1313-1337, 2024. https://doi.org/10.1080/14616688.2024.2391388.

MILLER, Graham; TORRES-DELGADO, Anna. Measuring sustainable tourism: A state of the art review of sustainable tourism indicators. **Journal of Sustainable Tourism**, 31, 7, p. 1483-1496, 2023. https://doi.org/10.1080/09669582.2023.2213859.

MIRANDA-PEGUEROS, Magdalena; LÓPEZ-CASTRO, Elda; VEGA-ZARATE, Cesar. Hacia una perspectiva integral de gestión en sostenibilidad empresarial. **Trascender, contabilidad y gestión**, 7, 19, p. 150-164, 2022. https://doi.org/10.36791/tcg.v7i19.136.

MOAYERIAN, Neda; MCGEHEE, Nancy; STEPHENSON, Max. Community cultural development: Exploring the connections between collective art making, capacity building and sustainable community-based tourism. **Annals of Tourism Research**, 93, 103355, 2022. https://doi.org/10.1016/j.annals.2022.103355.

MOLINA-AZORÍN, José Francisco; TARÍ, Juan José; LÓPEZ-GAMERO, María; PEREIRA-MOLINER, Jorge; PERTUSA-ORTEGA, Eva; ANTÓN-LÓPEZ, Ana. Los destinos turísticos inteligentes y la sostenibilidad. **Revista de Estudios Empresariales**, 2, p. 51-71, 2022. https://doi.org/10.17561/ree.n2.2022.7041.

MONTAÑO-ARMENDÁRIZ, Angélica; MARTÍNEZ-SIDÓN, Gilberto; PÉREZ-CONCHA, Juan Carlos. Actividad turística y desigualdad del ingreso en Los Cabos, Baja California Sur, México. **Análisis Económico**, 38, 98, p. 155-172, 2023. https://doi.org/10.24275/uam/azc/dcsh/ae/2023v38n98/montano.

MORILLO, Marysela; ROSALES, María; CADENAS, Evelín. Inversión turística: Una contribución educativa para la inversión en turismo receptivo. **Actualidad Contable Faces**, 17, 29, p. 87-107, 2014. https://biblat.unam.mx/hevila/ActualidadcontableFACES/2014/vol17/no29/5.pdf.

MOROTE-SEGUIDO, Alvaro; MORENO-VERA, Juan Ramón. La percepción de los futuros docentes de Educación Secundaria sobre las implicaciones territoriales del cambio climático

en destinos turísticos del litoral mediterráneo. **Gran Tour, revista de investigaciones turísticas**, 23, p. 261-282, 2021. https://eutm.es/grantour/index.php/grantour/article/view/217.

MOSCARDO, Gianna. Tourism and community leadership in rural regions: Linking mobility, entrepreneurship, tourism development and community well-being. **Tourism Planning & Development**, 11, 3, p. 354-370, 2014. https://doi.org/10.1080/21568316.2014.890129.

MUÑOZ-MAZÓN, Ana; VELASCO-GONZÁLEZ, María. Colaboración y gobernanza para el desarrollo turístico. Aranjuez como estudio de caso. **Cuadernos de Turismo**, 35, p. 311-334, 2015. https://doi.org/10.6018/turismo.35.221631.

MURRAY, Iván; MARTÍNEZ-CALDENTEY, María Antonia. Turismo y desigualdad: un debate pendiente. **Monografies de la Societat d'Història Natural de les Balears**, 31, p. 593-606, 2020. https://ibdigital.uib.es/greenstone/sites/localsite/collect/monografiesHistoriaNatural/index/assoc/Monograf/iesSHNB_/2020vol0/31p593.dir/MonografiesSHNB_2020vol031p593.pdf.

NARVÁEZ, Mercy; FERNÁNDEZ, Gladys; GUTIERREZ, Carmen. Participación de las Comunidades Organizadas en el Desarrollo Turístico Local (Paraguaná–Venezuela). **Revista Venezolana de Gerencia**, 23, 81, p. 106-120, 2018. https://www.redalyc.org/journal/290/29055767007/html/. Consulta el: 17 abr. 2025

NYANJOM, Julie; BOXALL, Kathy; SLAVEN, Janine. Towards inclusive tourism? Stakeholder collaboration in the development of accessible tourism. **Tourism Geographies**, 20, 4, p. 675-697, 2018. https://doi.org/10.1080/14616688.2018.1477828.

OLCINA-CANTOS, Jorge. Turismo y cambio climático: una actividad vulnerable que debe adaptarse. **Investigaciones Turísticas**, 4, p. 1-34, 2012. http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2012.4.01.

ORELLANA-SALAS, Jordy; LALVAY-PORTILLA, Tatiana. Uso e importancia de los recursos naturales y su incidencia en el desarrollo turístico. Caso Cantón Chilla, El Oro, Ecuador. **Revista interamericana de ambiente y turismo**, 14, 1, p. 65-79, 2018. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-235X2018000100065.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT) (2022). **Desarrollo Sostenible**. https://www.unwto.org/es/desarrollo-sostenible. Consulta el: 22 abr. 2025

OUAISSA, Sophia *et al.* Phytoplankton dynamics in the Mar Menor, a Mediterranean coastal lagoon strongly impacted by eutrophication. **Marine Pollution Bulletin**, 192, 115074, 2023. https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2023.115074.

PACHERRES-NOLIVOS, Sofía; VERGARA-ROMERO, Arnaldo; SORHEGUI-ORTEGA, Rafael. Responsabilidad social corporativa y el turismo sostenible. **Revista científica ECOCIENCIA**, 7, 2, p. 1-20, 2020. https://doi.org/10.21855/ecociencia.72.340.

PÁSKOVÁ, Martina; ŠTEKEROVÁ, Kamila; ZANKER, Marek; LASISI, Taiwo; ZELENKA, Josef. Water pollution generated by tourism: Review of system dynamics models. **Heliyon**, 10, 1, e23824, 2024. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e23824.

PERCH-NIELSEN, Sabine. The vulnerability of beach tourism to climate change – an index approach. **Climatic change**, 100, 3, p. 579-606, 2010. https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-009-9692-1.

PIMENTEL DE OLIVEIRA SANTOS, Danielle. La educación en base a la gobernanza: otra dimensión del desarrollo y del desarrollo turístico sostenible. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, 8, 1, p. 142-166, 2018. https://doi.org/10.28998/10.28998/RITURritur.V8.N1.A4149pp.142-1664149.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. La creación de valor compartido. **Harvard Business Review**, 89, 1, p. 32-49, 2011. https://pablosaraviatasayco.com/wp-content/uploads/2015/07/3-la-creacion-de-valor-compartido.pdf. Consulta el: 15 abr. 2025

PRIDEAUX, Bruce; PABEL, Anja. (eds.). **Coral reefs: Tourism, conservation and management**. Australia: Routledge, 2018. https://doi.org/10.4324/9781315537320.

PUIG-CABRERA, Miguel; FORONDA-ROBLES, Concepción. El Turismo y el alivio de la pobreza: un enfoque desde el prisma de los destinos emergentes en el marco de la Agenda 2030. **Investigaciones Turísticas**, 16, p. 1-22, 2018. http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2018.16.01.

RAHMAWATI, Putu; JIANG, Min; DELACY, Terry. Framework for stakeholder collaboration in harnessing corporate social responsibility implementation in tourist destination to build community adaptive capacity to climate change. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 26, 6, p. 1261-1271, 2019. https://doi.org/10.1002/csr.1745.

RAMÍREZ-HERNÁNDEZ, Osmar. Propuesta metodológica para la generación de productos turísticos a partir de la comunidad local. **RETOS. Revista de Ciencias de la Administración y Economía**, 9, 17, p. 127-143, 2019. https://doi.org/10.17163/ret.n17.2019.08.

RAMOS-GUZMÁN, Aldo; FERNÁNDEZ, Guillermina. La educación ambiental: Un instrumento para el turismo sustentable. **Revista Hospitalidade**, 10, 2, p. 296-312, 2013. https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/521. Consulta el: 17 abr. 2025

REDDY, Kiran; SAILESH, Bhaskar. Integrating Marine Tourism into the Blue Economy Framework. **Journal of Environmental Management & Tourism**, 15, 3, p. 501-520, 2024. https://doi.org/10.14505/jemt.v15.3(75).07.

RITCHIE, Stanley; VOGT, Bynum; ANDERECK, Deborah. Beyond the Brochure: The Role of Diversity and Inclusion in Shaping the Future of American Tourism Industry. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, 6, 2, p. 1-10, 2023. https://doi.org/10.53819/81018102t4136.

RIVAS-GARCÍA, Jesús; MAGADÁN-DÍAZ, Marta. Los indicadores de sostenibilidad en el turismo. **Revista de Economía, Sociedad, Turismo y Medio Ambiente: RESTMA**, 6, p. 27-62, 2007. https://elprincipalisimo.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/los-indicadores-de-sostenibilidad-en-el-turismo.pdf. Consulta el: 17 abr. 2025

RIVERA-CABRERA, Yenny; ECHEVERRI-RUBIO, Alejandro. Turismo y Paz: una estrategia de desarrollo local sostenible en el municipio de Florencia, Caquetá. **NOVUM**, 1, 10, p. 42-60, 2020. https://revistas.unal.edu.co/index.php/novum/article/view/79790. Consulta el: 15 abr. 2025

RIVERA-MATEOS, Manuel. Un turismo desigual en un mundo globalizado: lógicas dominantes y alternativas de las nuevas formas de turismo responsable. *In*: RIVERA-MATEOS, Manuel; RODRÍGUEZ-GARCÍA, Luis (Coords.). **Turismo responsable, sostenibilidad y desarrollo local comunitario**. Córdoba: Universidad de Córdoba, Cátedra Intercultural, p. 15-42, 2012. http://hdl.handle.net/10396/14889. Consulta el: 22 abr. 2025

RIVERA-MATEOS, Manuel; MENDOZA-MONTESDEOCA, Iván. La percepción de los visitantes sobre la gestión sostenible del turismo en destinos de naturaleza. Estudio de caso en el parque nacional Galápagos (Ecuador). **Cuadernos de Turismo**, 50, p. 355-380, 2022. https://doi.org/10.6018/turismo.542011.

ROBERTS, Chris; REYNOLDS, Joel; DOLASINSKI, Mary. Meta-analysis of tourism sustainability research: 2019-2021. **Sustainability**, 14, 6, 3303, 2022. https://doi.org/10.3390/su14063303.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Roberto; FERRERO-FERRERO, Idoya; FERNÁNDEZ-IZQUIERDO, María Ángeles. Analysis of integration of sustainability in sustainability certifications in the hotel industry. **Frontiers in Sustainability**, 4, 1116359, 2023. https://doi.org/10.3389/frsus.2023.1116359.

ROMERO-MARTÍNEZ, José María; ROMERO-PADILLA, Yolanda. ¿Por qué desurbanizar, desconstruir y renaturalizar? justificaciones para iniciar la transición ecosocial en los litorales turísticos. **Ciudad y Territorio-Estudios Territoriales**, 56, 222, p. 1133-1152, 2024. https://doi.org/10.37230/CyTET.2024.222.3.

ROSLAN, Zainab *et al.* Reflections on local community identity by evaluating heritage sustainability protection in Jugra, Selangor, Malaysia. **Sustainability**, 13, 16, 8705, 2021. https://doi.org/10.3390/su13168705.

RUSSO, Nicolas; DARMOHRAJ, Adrán. Colaboración público-privada en turismo. Capacidades institucionales en partenariados de gestión turística local en Argentina. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, 65, p. 157-192, 2016. https://clad.org/wp-content/uploads/2024/03/065-06-russoDarmohraj.pdf. Consulta el: 22 abr. 2025

SABINES-COBOS, Alianys., HERNÁNDEZ-BECIL, Jonattan; PÉREZ-DOMÍNGUEZ, Laura; CASANOVA-MARTÍNEZ, Amanda. Sinergia entre el sector estatal y el sector privado en el turismo. **Retos Turísticos**, 21, 1, e-4541, p. 1-11, 2022.

SALCEDO-GUZMÁN, María; SAN MARTÍN-REBOLLOSO, Fidel. Turismo y sustentabilidad: paradigma de desarrollo entre lo tradicional y lo alternativo. **Revista Gestión y Estrategia**, 41, p. 71-86, 2022. https://doi.org/10.24275/uam/azc/dcsh/gye/2012n41/Salcedo.

SANTOS, Priscila; BRILHA, José. A review on tourism carrying capacity assessment and a proposal for its application on geological sites. **Geoheritage**, 15, 2, 47, 2023. https://doi.org/10.1007/s12371-023-00810-3.

SANTOS-LACUEVA, Raquel; ANTON CLAVE, Salvador; SALADIÉ, Òscar. The vulnerability of coastal tourism destinations to climate change: The usefulness of policy analysis. **Sustainability**, 9, 11, 2062, 2017. https://doi.org/10.3390/su9112062.

SCHEYVENS, Regina; BIDDULPH, Robin. Inclusive tourism development. **Tourism Geographies**, 20, 4, p. 589-609, 2018. https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1381985.

SCHEYVENS, Regina; CARR, Anna; MOVONO, Apisalome; HUGHES, Emma; HIGGINS-DESBIOLLES, Freya; MIKA, Jason. Indigenous tourism and the sustainable development goals. **Annals of Tourism Research**, 90, 103260, 2021. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260.

SCHEYVENS, Regina; CHEER, Joseph. Tourism, the SDGs and partnerships. **Journal of Sustainable Tourism**, 30, 10, p. 2271-2281, 2022. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1982953.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **Small is beautiful: Economics as if people mattered**. London: Blond & Briggs, 1973.

SCHWOERER Tobias; DAWSON, Natalie. Small sight – Big might: Economic impact of bird tourism shows opportunities for rural communities and biodiversity conservation. **PLoS ONE**, 17,7, e0268594, 2022. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0268594.

SCOTT, Daniel; HALL, Colin; GÖSSLING, Stefan. Global tourism vulnerability to climate change. **Annals of Tourism Research**, 77, p. 49-61, 2019. DOI: 10.1016/j.annals.2019.05.007.

SENBETO, Dagnachew. One stone, two birds: harnessing interfaith tourism for peacebuilding and socio-economic development. *In:* HIGGINS-DESBIOLLES, Freya; BLANCHARD, Lynda; URBAIN, Yoko (eds.). **Peace Through Tourism**. London: Routledge, p. 224-238, 2022. https://doi.org/10.4324/9781003299578.

SEYFI, Siamak; HALL, Colin; VO-THANH, Tan. Tourism, peace and sustainability in sanctions-ridden destinations. *In:* HIGGINS-DESBIOLLES, Freya; BLANCHARD, Lynda; URBAIN, Yoko (eds.). **Peace Through Tourism**. London: Routledge, p. 43-62, 2022. London: Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003299578.

SINGGALEN, Yerik. Coastal and Marine Tourism Monitoring System Design using Rapid Application Development (RAD). **J. Inf. Syst. Res**, 5, 2, p. 468-479, 2024. DOI: 10.47065/josh.v5i2.4720.

SNOWBALL, Jen; ANTROBUS, Geoff. Festival value in multicultural contexts: City festivals in South Africa. **Tourism economics**, 27, 6, p. 1256-1275, 2021. https://doi.org/10.1177/1354816620932808.

SOBHEE, Sanjeev. Fisheries biodiversity conservation and sustainable tourism in Mauritius. **Ocean & Coastal Management**, 49, 7-8, p. 413-420, 2006. DOI: 10.1016/j.ocecoaman.2006.05.001.

SORIA-DÍAZ, Henry; GRAÇA, Paulo; SORIA-SOLANO, Benjamín. Análisis de la capacidad de carga de los atractivos turísticos en la Amazonía Central, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, 108, e60531, 2022. https://doi.org/10.14350/rig.60531.

SPINELLI, Riccardo; BENEVOLO, Clara. Sustainability in the Mediterranean tourist ports: The role of certifications. **Tourism and Hospitality Research**, 24, 3, p. 479-489, 2024. https://doi.org/10.1177/14673584231151896.

STEIGER, Robert; DEMIROGLU, Cenk; PONS, Mark; SALIM, Emanuel. Climate and carbon risk of tourism in Europe. **Journal of Sustainable Tourism**, 32, 9, p. 1893-1923, 2024. https://doi.org/10.1080/09669582.2022.2163653.

STOJANOVSKA-STEFANOVA, Aneta; DIMITROV, Nikola; MAGDINCEVA-SOPOVA, Marija. The Significant Role Of The Tourism in Achieving The United Nations Sustainable

Development Goals. **Knowledge - International Journal, Scientific Papers**, 34, 5, p. 1259-1264, 2019. DOI: 10.35120/kij34051259S.

STYLIDIS, Dimitrios; WOOSNAM, Kyle; TASCI, Asli. The effect of resident-tourist interaction quality on destination image and loyalty. **Journal of Sustainable Tourism**, 30, 6, p. 1219-1239, 2021. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1918133.

SUHARDONO, Edi; RIANTO, Budi; AMIN, Moeh. Analysis of Collaborative Governance Policies in the Development of Marine Tourism in Indonesia. **Journal of Ecohumanism**, 3, 8, p. 725-737, 2024. https://doi.org/10.62754/joe.v3i8.4762.

SURESH, Kanesh; WILSON, Clevo; QUAYLE, Annette; MANAGI, Shunsuke; KHANAL, Uttam. Can a tourist levy protect national park resources and compensate for wildlife crop damage? An empirical investigation. **Environmental Development**, 42, 100697, 2022. https://doi.org/10.1016/j.envdev.2021.100697.

TAUFIK, Muh; IBRAHIM, Muh; AHMAD, Badu; SUNI, Muhadjir; NUR, Muhammad. Collaborative Government in Tourism Sector Development. **KnE Social Sciences** (1st Doctoral International Conference 2023), p. 530-547, 2023. https://doi.org/10.18502/kss.v8i17.14148.

TAURO, Alejandra *et al*. Field environmental philosophy: a biocultural ethic approach to education and ecotourism for sustainability. **Sustainability**, 13, 8, 4526, 2021. https://doi.org/10.3390/su13084526.

THOMMANDRU, Abhishek *et al.* Role of tourism and hospitality business in economic development. **Materials Today: Proceedings**, 80, p. 2901-2904, 2023. https://doi.org/10.1016/j.matpr.2021.07.059.

TRENTIN, Fabia; WALKOWSKI, Marines; LOHMANN, Gui. Tourism governance in Brazil. *In:* **Handbook on Tourism Governance.** Tallin: Edward Elgar Publishing, p. 325-335, 2025. https://doi.org/10.4337/9781800374287.00032.

TRUJILLO-SÁNCHEZ, Juan; URREGO-CARVAJAL, Elizenia. **Transformación territorial y construcción de paz: una apuesta desde el turismo comunitario y la autoorganización social en la vereda Chontaduralito, Mutatá, Antioquia**. Medellín: Tecnológico de Antioquia, Institución Universitaria, 2024. https://dspace.tdea.edu.co/handle/tdea/6681.

TUBAY-ZAMBRANO, Fanny. Turismo, escuela e interculturalidad. **Caderno Virtual de Turismo**, 19, 1, 2019. https://doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1398.

TUKAMUSHABA, Eddy; OKECH, Roselyne. Tourism training and education, community empowerment and participation in tourism planning and development: A case of Uganda. **Journal of Tourism**, 12, 1, p. 79-102, 2011. https://nru.uncst.go.ug/items/ce545312-81dd-4ba4-8c03-50f0f334a5c7. Consulta el: 15 abr. 2025

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **European Private Sector SDG Stocktake. A study by 10 European country networks of the un global compact**. París: UNGC Network France, 2024. https://sdgs-stocktake-europe.org/. Consulta el: 17 abr. 2025

UNWTO. **Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism–Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)**. UNWTO, Madrid, 2023. https://doi.org/10.18111/9789284424344.

UNWTO. **Panorama del turismo internacional**. Edición 2020, OMT, Madrid, 2021. https://doi.org/10.18111/9789284422746.

UNWTO. **UNWTO World Tourism Barometer – Barómetro OMT del Turismo Mundial**. UNWTO, Madrid, 2024. https://www.unwto.org/es/barometro-del-turismo-mundial-de-o-nu-turismo. Consulta el: 22 abr. 2025

VALENCIA-VELASCO, Boris. **Igualdad de género y turismo en Suramérica, periodo 2006-2018** (Tese Doutorado). Riobamba: Universidad Nacional de Chimborazo, 2023. http://dspace.unach.edu.ec/handle/51000/10866. Consulta el: 15 abr. 2025

VARGÁNÉ-CSOBÁN, Katalin; BAUERNÉ-GÁTHY, Andrea. Long-term government responses to sustainable tourism development: principles and strategies. **Applied Studies in Agribusiness and Commerce**, 3, 3-4, p. 89-92, 2009. https://doi.org/10.19041/apstract/2009/3-4/19.

VERA, José Fernando; IVARS, Josep Antoni. Measuring Sustainability in a Mass Tourist Destination: Pressures, Perceptions and Policy Responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, 11, 2&3, p. 181-203, 2003a. http://dx.doi.org/10.1080/09669580308667202.

VERA, José Fernando; IVARS, Josep Antoni. Sistema de Indicadores Aplicado a la Planificación y Gestión del Desarrollo Turístico Sostenible. *In*: **Experiencias Públicas y Privadas en el Desarrollo de un Modelo de Turismo Sostenible**. Fundación Universidad de Oviedo, p. 105-129, 2003b. https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=400705. Consulta el: 15 abr. 2025

VU, Khuong; HARTLEY, Kris. Drivers of growth and catch-up in the tourism sector of industrialized economies. **Journal of Travel Research**, 61, 5, p. 1156-1172, 2022. https://doi.org/10.1177/00472875211019478.

WAN, Yim; LI, Xiangping; LAU, Virginia; DIOKO, Leonardo. Destination governance in times of crisis and the role of public-private partnerships in tourism recovery from COVID-19: The case of Macau. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, 51, p. 218-228, 2022. https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2022.03.012.

WANI, Mehraj; DADA, Zubair; SHAH, Shamim. A. Building peace through tourism: The analysis of an ongoing Siachen Glacier dispute between India and Pakistan. **Asian Journal of Comparative Politics**, 7, 4, p. 836-848, 2022. https://doi.org/10.1177/20578911221118730.

WOLF, Franziska *et al.* Small island developing states, tourism and climate change. **Journal of Sustainable Tourism**, 32, 9, p. 1965-1983, 2024. https://doi.org/10.1080/09669582.2022.2112203.

YU, Jiyun; LEE, Timothy. Impact of tourists' intercultural interactions. **Journal of Travel Research**, 53, 2, p. 225-238, 2014. https://doi.org/10.1177/0047287513496467.

ZARAGOZA, Juan Manuel; SOTO, David; CANTERO, Malena (eds.). **The History of Environmental Degradation in Mar Menor: A Case Study**. London: Taylor & Francis, 2025. https://doi.org/10.4324/9781003489078.

ZEPPEL, Heather. Environmental indicators and benchmarking for sustainable tourism development. *In:* HALL, Michael; GOSSLING, Stefan; SCOTT, Daniel. **The Routledge Handbook of tourism and sustainability**. London: Routledge, p. 187-199, 2015. https://doi.org/10.4324/9780203072332.

ZHANG, Zhenzhen; XIONG, Kangning; HUANG, Denghong. Natural world heritage conservation and tourism: A review. **Heritage Science**, 11, 1, 55, 2023. https://doi.org/10.1186/s40494-023-00896-6.

ZHAO, Lei. Tourism, institutions, and poverty alleviation: Empirical evidence from China. **Journal of Travel Research**, 60, 7, p. 1543-1565, 2021. https://doi.org/10.1177/0047287520947792.

ZHONG, Linsheng; YU, Hu; ZENG, Yuxi. Impact of climate change on Tibet tourism based on tourism climate index. **Journal of Geographical Sciences**, 29, p. 2085-2100, 2019. https://doi.org/10.1007/s11442-019-1706-y.

ZOYSA, Mangala. Forest-based ecotourism in Sri Lanka: a review on state of governance, livelihoods, and forest conservation outcomes. **Journal of Sustainable Forestry**, 41, 3-5, p. 413-439, 2022. https://doi.org/10.1080/10549811.2021.1943450.

Capítulo 2

DOI: 110.21680/978-65-5569-600-4_cap02

OS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS BRASILEIROS DIANTE DOS DESAFIOS DA AGENDA 2030

Maria Aparecida Pontes da Fonseca[1]
Maria Rita Nunes[2]

Introdução

O turismo, um setor que até 2019 estava em franca expansão e representava 1 em cada 11 empregos no mundo, tem uma força descomunal na economia e no mundo (WTTC, 2025). É citado nos documentos da Agenda 2030 (UNWTO, 2017) como uma atividade que pode contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, sendo mencionado diretamente em três: ODS 8 – trabalho digno e crescimento econômico, ODS 12 – consumo e produção sustentável e ODS 14 – uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos. Além desses, o turismo pode ser um importante aliado para a promoção de outros ODS, dadas a complexidade e a multidimensionalidade dessa atividade (Irving, Coelho, Arruda, 2020), que se relaciona com diversas esferas da vida econômica, social e natural. Dependendo de como ocorrer sua promoção, essa atividade poderá propiciar maiores benefícios para a população local, bem como para a preservação da qualidade ambiental.

A difusão do ideário neoliberal acarretou o aprofundamento da mercantilização de vários aspectos da vida cotidiana, atravessando o turismo. Essa atividade assumiu grande relevância com a globalização da economia e também se insere nessa lógica de mercado, apresentando a mesma racionalidade e *modus operandi*. Muitos trabalhos analisam como no turismo o paradigma neoliberal contribuiu para o acirramento das contradições e acentuou processos de segregação socioespacial (Cocola-Gant, 2020;

1 Doutora. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Bolsista de produtividade em pesquisa - PQ-2/CNPq. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4606530449881824. E-mail: maria.pontes@ufrn.br

2 Doutora. Estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista CNPQ. Currículo: http://lattes.cnpq.br/5697616012695964. E-mail: mariaritanunes1@gmail.com

Sequera Fernandez, 2020; Blanco-Romero, Pons, Blázquez-Salom, Navalón-García, Troitiño-Torralba, 2020; Bei, Celata, 2023; Cruz, Araujo, Abreu, 2024)

Entretanto, na realidade brasileira, algumas iniciativas estão sendo tomadas no sentido de avançar na perspectiva de um turismo mais sustentável, seja por meio da difusão do Turismo de Base Comunitária (Kiyotani, Costa, Fonseca, 2024), da introdução dos princípios do *environmental, social and governance* na gestão dos negócios (Pontes, Fonseca, Nunes, 2024) ou dos documentos orientadores das políticas públicas divulgados pelo MTur (2003; 2007; 2013; 2018; 2024; 2023a; 2023b) e Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (IPEA, 2028) que reafirmam a necessidade da promoção de um novo turismo mais inclusivo e responsável. Esse último aspecto envolvendo a dimensão da sustentabilidade nas políticas públicas será trabalhado neste artigo de modo mais detalhado.

A crise climática que mobiliza a sociedade contemporânea em função do aumento das catástrofes ambientais/sociais torna essa discussão ainda mais urgente. Diante das problemáticas, contradições e paradoxos que envolvem o turismo, é relevante avaliar como os municípios turísticos inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro (MTur, 2025) se apresentam diante dos ODS da Agenda 2030.

O paradigma da sustentabilidade contribuiu para a interiorização do turismo no Brasil (Fonseca, Todesco, Silva, 2022), disseminando a ideia de que é necessário promover um turismo de baixo impacto, com maior responsabilidade ambiental e mais inclusivo, onde também é contemplada a valorização do local. Neste momento, torna-se necessário discutir como os municípios turísticos brasileiros vêm incorporando as diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030 para avançar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Isso posto, o trabalho tem como objetivo analisar os indicadores de sustentabilidade dos municípios turísticos brasileiros, correlacionando com a categorização atribuída no Mapa do Turismo Brasileiro.

O paradigma da sustentabilidade e a Agenda 2030: uma nova ética e a valorização do local

O debate acerca dos limites do desenvolvimento teve início na década de 1970, quando se questionou a exploração dos recursos ambientais do planeta. A partir disso, ocorreram reuniões com lideranças mundiais para debater os procedimentos necessários para diminuir os impactos gerados a partir da exploração desenfreada dos recursos ambientais, sobretudo nos países desenvolvidos.

Em 1986, no relatório denominado "Nosso Futuro Comum", formulou-se o conceito que seria utilizado nos próximos anos, definindo o desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais, mas sem comprometer que as gerações futuras tenham as suas necessidades desconsideradas (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Esse conceito foi reafirmado nas reuniões seguintes, como a ECO 92, no Rio de Janeiro (1992), ganhando, inclusive, uma abordagem mais prática. Percebeu-se que era necessário integrar novos elementos ao conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em Joanesburgo (2002), acrescentou outros três componentes: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Na conferência seguinte, dez anos depois, a Rio +20 (2012), formulou-se o conceito de desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

> Reafirmamos também a necessidade de alcançar o desenvolvimento sustentável através da promoção sustentada, inclusiva e justa do crescimento econômico, da criação de maiores oportunidades para todos, da redução das desigualdades, da elevação dos padrões de vida básicos, da promoção do desenvolvimento social equitativo e inclusivo e da promoção da gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e ecossistemas (Sachs, p. 15, 2015).

Conforme o referido autor, o desenvolvimento sustentável demanda um pensamento complexo, tendo como normativa um mundo menos desigual. Uma sociedade concebida como exitosa é uma sociedade economicamente próspera, mas também uma sociedade socialmente inclusiva, ambientalmente sustentável e bem governada.

Diante da necessidade de seguir afirmando o posicionamento das nações frente às demandas do planeta, na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015, realizada em Nova Iorque, foram estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com 169 metas associadas a serem alcançadas pelo planeta até 2030 (Figura 1).

Figura 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: ONU (2025).

Dessa maneira, os 193 estados-membros das Nações Unidas comprometeram-se em alcançar 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, denominado Agenda 2030. Os ODS têm ação global em áreas diversas, como o meio ambiente, a igualdade de gênero, o acesso à educação, a diminuição das desigualdades entre outros, de modo que os 17 objetivos perpassam vários aspectos da vida socioeconômica e não só a área ambiental.

Irving, Coelho e Arruda (2020, p. 86) trazem uma importante discussão sobre turismo e sustentabilidade, observando que não se trata de um segmento turístico, "porque todas as iniciativas de turismo deveriam ser, em tese, sustentáveis". Também destacam que o novo turismo guiado pelos princípios da sustentabilidade não deve ser orientado apenas pela demanda do mercado, exigindo um "compromisso ético com as questões socioambientais do desenvolvimento". Destacam ainda que atualmente a sustentabilidade se constitui em um caminho sem volta no que se refere ao planejamento turístico. Essa nova ética constitui um aspecto essencial na discussão atual de sustentabilidade. Os autores fizeram uma síntese dos documentos globais que abordam a sustentabilidade pós Rio 92, destacando seus principais objetivos, conforme reproduzido no quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Matriz-síntese relativa aos principais dispositivos globais na interface com a reflexão sobre sustentabilidade no turismo no pós Rio 92

DOCUMENTOS	SÍNTESE/OBJETIVOS
Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (WTO, 1995a)	O documento explicita diretrizes para o desenvolvimento sustentável com base na *Agenda 21* para os governos e organizações comerciais representativas e para as empresas, sendo identificadas áreas prioritárias para orientar as ações do setor.
Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo (UNEP, 1995)	O documento busca apresentar, sistematizar e divulgar os códigos existentes e fornece algumas diretrizes para outros que possam ser elaborados no futuro.
Carta do Turismo Sustentável (WTO, 1995b)	Esse foi o primeiro pacto para o turismo sustentável construído no âmbito da OMT após a *Rio 92*, inspirado nos princípios da *Agenda 21*. Nele, são definidas as bases de um plano de ação para o turismo sustentável, a ser desenvolvido por todos os países-membros da ONU.
Carta Internacional do Turismo Cultural (UNESCO, 1999)	Nesse documento, é enfatizado o desenvolvimento turístico, em harmonia com o respeito e a valorização tanto do patrimônio cultural quanto das culturas vivas das comunidades autóctones. Esse código reafirma o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável, em benefício de toda a sociedade.
Carta do Turismo Sustentável + 20 (UNWTO, 2015)	Nesse documento, são considerados os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) adotados pelas *Nações Unidas* em 2015, como oportunidade para o desenvolvimento turístico de forma inclusiva e sustentável. São também reconhecidos os impactos negativos do turismo com relação aos recursos naturais e culturais, os desequilíbrios e desigualdades sociais e o risco de terrorismo em muitos destinos turísticos. Nesse documento, o turismo é considerado uma via potencial para a paz e a tolerância planetárias.
Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030 (UNWTO, 2017)	A *Agenda 2030* estabelece os novos 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) e implica, por pressuposto, um novo paradigma de desenvolvimento, segundo uma nova ética, orientada pelo combate à fome e redução das desigualdades sociais, considerando a compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e o compromisso com a proteção da natureza e sua manutenção para as gerações atuais e futuras. Neste documento, é enfatizado o potencial do turismo para contribuir direta e/ou indiretamente com todos os 17 ODS e, em especial, para o crescimento, produção e consumo sustentáveis e o uso sustentável de oceanos e recursos marinhos.

Fonte: Irving, Coelho e Arruda (2020, p. 88).

Baseados nesses documentos, muitos estudos reafirmam a valorização do local como um fator primordial quando se aborda os princípios da sustentabilidade e turismo sustentável. Na "Carta do Turismo Sustentável + 20" (UNWTO, 2015), é

feita referência aos ODS, observando que o turismo pode causar danos ambientais e socioculturais. Posteriormente, no documento "Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030", é mencionado que o turismo sustentável pode contribuir para o alcance dos ODS por meio da redução da fome, das desigualdades sociais, da criação de ofertas de empregos e da promoção da cultura e produtos locais (UNWTO, 2017).

Como parte desse movimento de redefinição dos valores éticos do fenômeno turístico, no qual a promoção do desenvolvimento econômico inclui a preocupação com o bem-estar das populações locais e com a preservação ambiental, o governo brasileiro, por meio da Lei Geral do Turismo (Brasil, 2024) e dos Planos Nacionais de Turismo (MTur, 2003; 2007; 2013; 2018, 2024), formula algumas diretrizes para guiar as políticas públicas, tendo como finalidade estimular o turismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os Planos Nacionais de Turismo (PNT) definem as diretrizes gerais para as políticas, programas e projetos para a promoção do setor no Brasil. Analisando todos os planos, é notório um alinhamento das políticas nacionais com os princípios da sustentabilidade (Quadro 2).

Quadro 2 – Abordagem da sustentabilidade nos Planos Nacionais de Turismo

TÍTULOS DO PNT	SÍNTESE/OBJETIVO
Diretrizes, metas e programas - 2003/2007	O primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) estabeleceu metas ambiciosas, incluindo a geração de receitas bilionárias, especialmente por se tratar do primeiro plano formulado por um Ministério recém-criado. Desde sua concepção, o documento já demonstrava preocupação com a "utilização sustentável de nossos recursos naturais e culturais" (p. 6), adotando a ética e a sustentabilidade como princípios fundamentais. Entre seus principais objetivos, destacava-se a promoção de um turismo alinhado aos preceitos da sustentabilidade e a redução das desigualdades socioeconômicas.
Uma viagem de inclusão - 2007/2010	O objetivo do plano era promover o turismo como um fator de inclusão social por meio do trabalho e da renda. O sentido profundo do plano era fazer os brasileiros conhecerem o seu país e incluir a atividade no consumo de todos os brasileiros. Nesse plano, o turismo foi inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que, segundo o documento, propiciava o desenvolvimento sustentável do setor. Destarte, o turismo foi caracterizado como uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos do Milênio.
O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil - 2013/2016	Esse plano teve como objetivos preparar o Brasil para a recepção de megaeventos, aumentar a quantidade de turistas e, consequentemente, das divisas, além de incentivar os brasileiros a viajarem. Nele, a sustentabilidade foi abordada de maneira a estimular o desenvolvimento sustentável da atividade e fomentar o turismo de base comunitária. No documento, o país assume que a sustentabilidade era uma temática periférica, mas que agora será tratada com protagonismo. Há, nesse plano, a relação da sustentabilidade com o combate à exploração sexual infantil, a produção local associada à cadeia turística e o fomento ao turismo de base comunitária.

Mais emprego e renda para o Brasil - 2018/2022	As metas desse plano seguiram parecidas com as do antecedente. No entanto apresentou como diretriz a promoção da sustentabilidade. Além disso, definiu como linha de atuação a promoção do turismo responsável, promovendo políticas públicas de turismo sustentável e de turismo de base local e premiando boas práticas de turismo sustentável. Nele, a agenda 2030 é ressaltada e revelada a sua importância, no entanto os ODS não são detalhados.
O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo - 2024/2027	O plano atual, em suas páginas iniciais, afirma que o documento é uma orientação das ações governamentais no setor do turismo com base na sustentabilidade e na Agenda 2030. Além disso, afirma que o turismo será considerado protagonista do desenvolvimento sustentável no Brasil. É feito também um balanço do que foi planejado nos mais de 20 anos de Ministério do Turismo, além de projeções para os anos seguintes, tendo, entre os princípios, a sustentabilidade, a atenção às alterações climáticas e a descarbonização do setor.

Fonte: MTur (2003; 2007; 2013; 2018, 2024).

No primeiro PNT "Diretrizes, metas e programas" (2023/2007), considera-se a atividade como geradora de renda e um vetor de valorização da cultura e da natureza. Posteriormente, nos PNT "Uma viagem de inclusão" (2007/2010) e PNT "O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil" (2013/2016), há uma inclinação para a valorização dos aspectos da natureza e da proteção do meio ambiente. No PNT "Mais emprego e renda para o Brasil" (2018/2022), há uma guinada nas diretrizes do Plano Nacional, definindo objetivos e metas voltados especificamente para o desenvolvimento sustentável da atividade e o turismo de base local. No último PNT, "O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável" (2024/2027), a temática da sustentabilidade tornou-se a tônica central do plano.

No PNT (2024, p. 20), são mencionados os 10 pontos convergentes que constam em todos os PNT dos últimos 20 anos, e um desses pontos diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ético: "Todos os planos enfatizam a necessidade de um turismo sustentável e ético, considerando a proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e a promoção da igualdade".

Portanto, os princípios da sustentabilidade constituem um norteador expresso nos documentos das políticas nacionais de turismo nas últimas décadas e vão ganhando mais expressividade, orientando as ações dos gestores públicos. No entanto será que a prática turística dos municípios brasileiros vêm incorporado essas premissas orientadoras? É o que iremos discutir a seguir.

Metodologia

O trabalho tem como recorte espacial o conjunto dos municípios turísticos com Índice de Desenvolvimento Sustentável alto, observando, desde já, que nenhum município brasileiro insere-se na categoria muito alto.

Na elaboração da pesquisa foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, priorizou-se artigos que traziam a discussão sobre turismo na perspectiva da sustentabilidade. No que se refere aos documentos consultados, destacam-se a plataforma que apresenta o Índice de Desenvolvimento das Cidades (IDSC, 2024) para o conjunto dos 5.570 municípios brasileiros. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC - BR) é formulado a partir de uma série de relatórios desenvolvidos para acompanhar a aderência dos países membros da ONU aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituindo-se uma iniciativa do Instituto das Cidades Sustentáveis e da *Sustainable Development Solutions Networ*k, com consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), sendo cofinanciado pela Caixa, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela União Europeia.

No Brasil, o IDSC faz uso de mais de 100 indicadores provenientes de fontes públicas oficiais nacionais, como o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre outros. A partir desses indicadores, os municípios são pontuados com valores entre 0 e 100, em que o zero indica o pior desempenho e 100, o desempenho ótimo. A depender da pontuação recebida, os municípios podem ser considerados com um alcance Muito Alto (80 a 100), Alto (60 a 79,99), Médio (50 a 59,99), Baixo (40 a 39,99) e Muito Baixo (0 a 39,99), conforme indicadores apresentados no quadro 3, abaixo.

Quadro 3 – Classificação do nível de desenvolvimento sustentável

NÍVEL	INDICADORES
Muito alto	80 a 100
Alto	60 a 79,99
Médio	50 a 59,99
Baixo	40 a 49,00
Muito baixo	0 a 39,99

Fonte: IDSC (2025).

Por meio de uma metodologia própria, o IDCS identificou os níveis de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros, com realidades díspares, a partir dos 17 ODS elencados pela Agenda 2030 da ONU. O IDSC utiliza 100 indicadores para o cálculo do alcance dos ODS nos municípios, sendo esses indicadores constantemente atualizados e com validade estatística. Outra preocupação do Instituto

é que o dado analisado contenha informações de 80% do conjunto dos municípios, que apresentem relação direta com a implementação de políticas públicas e para os quais seja possível estabelecer resultados como "bom" ou "ruim", como ascendente e descendente. Foram estabelecidos limites para cada classificação, utilizando-se de técnicas estatísticas. Os limites são expressos em valores absolutos e se aplicam a todos os municípios.

Para conseguir estar classificado com um dos ODS como "Muito Alto", os municípios precisam cumprir 100% dos atributos de determinado ODS. Em alguns deles, os valores máximos de alcance, como o ODS 1 - Erradicação da pobreza, o ODS 5 - Igualdade de gênero e o ODS 6 - Água limpa e saneamento, por exemplo, já apresentam métricas preestabelecidas pelos organismos internacionais. Logo, o IDSC não designa atributos quantificáveis para eles. Quando a meta não é clara, utiliza-se o "acesso universal" como critério para pontuação máxima. Exemplos disso são o acesso irrestrito à água potável, ou de privação zero, nas medidas de pobreza.

Para outros indicadores onde não há uma métrica previamente estabelecida, nem pelo próprio ODS, nem pelos estudos científicos, estabelece-se a média dos municípios com os melhores desempenhos. Tais critérios estabelecem os valores-alvo para serem alcançados nos ODS e enfatizam aqueles municípios que estão longe da meta.

Os 17 ODS foram considerados com pesos iguais, refletindo o compromisso de tratá-los como um conjunto integrado e indivisível. Isso significa que, para melhorar sua pontuação no índice, os municípios devem dar atenção a todos os objetivos. Para calcular o IDSC-BR, atribui-se uma pontuação a cada um dos 17 ODS, utilizando a média aritmética dos indicadores correspondentes a cada objetivo. A média dessas pontuações gera o valor final do índice.

Além de desenvolver uma metodologia própria, o IDSC disponibiliza os dados encontrados em seu endereço na *internet*, o que possibilita aos gestores e pesquisadores saber como está a aderência dos mais de cinco mil municípios brasileiros aos ODS.

No entanto, apesar de ser um importante índice, os dados utilizados para isso apresentam limitações devido a falhas nos dados oficiais. A partir das informações, não é possível cobrir todas as dimensões dos objetivos. Outra limitação do índice diz respeito ao ano de referência dos dados, pois alguns deles podem ser antigos, o que evidencia tanto a falta de transparência das instituições quanto a necessidade de uma melhor disposição de informações públicas. Todavia o índice é uma ferramenta importante no auxílio a pesquisas científicas, na formulação de políticas públicas e no apoio aos gestores municipais.

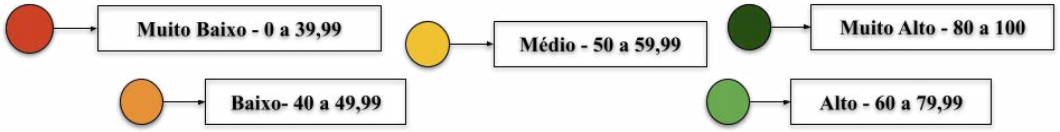
Visando aprofundar essa análise, posteriormente correlacionaram-se os municípios com IDS alto com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponibilizado pelo IBGE (2025a) para o ano de 2021, e com a classificação dos municípios e categorização turística atribuída pelo Mapa do Turismo Brasileiro (MTur, 2025). No IBGE (2020; 2025), também foram obtidas informações sobre os municípios analisados, tais como a posição das cidades turísticas na hierarquia urbana e o tamanho populacional.

Os municípios turísticos brasileiros e os indicadores de sustentabilidade

No Brasil, existem 5.570 municípios (IBGE, 2025) e, desse total, apenas 91 são classificados com nível de desenvolvimento sustentável alto, sendo que nenhum município brasileiro atingiu o nível muito alto (IDSC, 2025). O número de municípios com IDS alto representa, portanto, apenas 1,6% do total do país, evidenciando a baixa performance do Brasil, com resultados tímidos para o alcance dos ODS. A região Norte e o oeste da região Nordeste do país apresentam os piores indicadores de sustentabilidade, conforme evidenciado na figura 1.

Figura 1 – Nível de desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros - 2025





Fonte: IDSC (2025)

Um dado muito expressivo é o desempenho mais satisfatório do estado de São Paulo em relação ao conjunto do país, englobando 85,7% do total dos municípios com IDS alto (71). Minas Gerais participa com 7,69% (7), Rio Grande do Sul com 3,29% (3), Paraná, Santa Catarina e Pernambuco participam com 1,09%, constando apenas 1 município em cada estado (Tabela 1).

Tabela 1 – Municípios com Índice de Desenvolvimento Sustentável alto no Brasil - 2025

MUNICÍPIOS	SP	MG	RS	PR	SC	PE	TOTAL
Não turístico	42	1			1	-	44
Turístico	36	6	3	1	-	1	47
Total	78	7	3	1	1	1	91

Fonte: IDSC (2025); MTur (2025).

Outra constatação importante é o melhor posicionamento da região Sudeste do país (SP e MG) e, de forma tímida, a participação da região Sul (RS, SC e PR). A região Nordeste é representada apenas por um município de Pernambuco (Fernando de Noronha), enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte não apresentam nenhum município com IDS alto. Todos os demais municípios brasileiros (5.479) são enquadrados nas categorias médio, baixo ou muito baixo no que se refere ao nível de desenvolvimento sustentável (IDSC, 2025).

Os dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são mais favoráveis para o conjunto do Brasil, situando-se nos níveis muito alto, alto e médio, de modo que nenhum estado brasileiro se enquadra nos níveis baixo ou muito baixo[3].

Fazendo uma correlação entre o IDH e o IDS, verifica-se certa similaridade, isto é, as regiões Sudeste (SP, MG, RJ ES) e Sul (RS, SC, PR) destacam-se ocupando as melhores posições tanto nos indicadores de IDH como também nos indicadores de sustentabilidade. Na região Centro-Oeste, o destaque é para o Distrito Federal, ocupando o primeiro lugar quanto ao IDH, no entanto Brasília não é enquadrada entre os municípios com IDS alto. Assim, o DF, que assume centralidade política,

3 Não há dados atualizados do IDH para os municípios brasileiros. O IBGE (2025) disponibilizou apenas informações desse indicador para as unidades federativas. Portanto, para este estudo, serão utilizados dados dos estados relativos ao ano de 2021.

e o estado de São Paulo, que assume centralidade econômica, se posicionam nas primeiras posições quanto aos IDH no Brasil, com níveis muito altos. Os indicadores menos satisfatórios encontram-se nas regiões Nordeste e Norte (Tabela 2).

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano nas unidades federativas brasileiras e Distrito Federal - 2021[4]

POSIÇÃO	ESTADO	IDH	POSIÇÃO	ESTADO	IDH	POSIÇÃO	ESTADO	IDH
1º	DF	0,814	9º	GO	0,737	17º	RO	0,700
2º	SP	0,806	10º	MT	0,736	18º	RR	0,699
3º	SC	0,792	11º	CE	0,734	19º	PB	0,698
4º	MG	0,774	12º	TO	0,731	20º	BA	0,691
5º	ES	0,771	13º	RN	0,728	21º	PI	0,69
5º	RS	0,771	14º	PE	0,719	21º	PA	0,69
6º	PR	0,769	15º	AC	0,710	22º	AP	0,688
7º	RJ	0,762	16º	SE	0,702	23º	AL	0,684
8º	MS	0,742	17º	AM	0,700	24º	MA	0,676

Fonte: IBGE (2025a).

Legenda – Classificação do IDH[5]

NÍVEL	INDICADORES
Muito Alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito Baixo	0,00 - 0,499

Fonte: PNUD (2025).

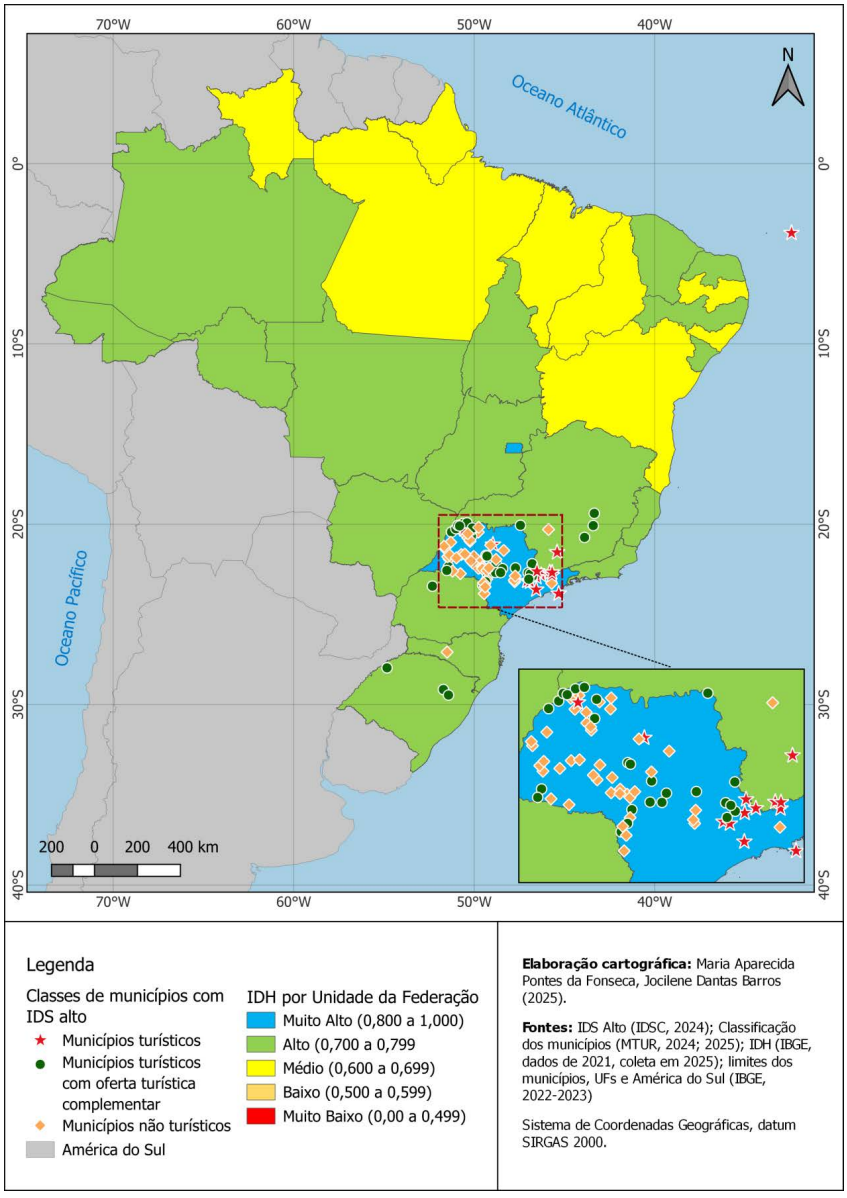
Constata-se ainda que os estados brasileiros com economia mais pujante e melhor indicadores de desenvolvimento geral também estão melhores posicionados no que se refere ao nível de desenvolvimento sustentável, encontrando-se nesse grupo apenas um município no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

4 ES e RS ocupam a mesma posição (5º lugar); AM e RO ocupam a mesma posição (17º lugar); PI e PA ocupam a mesma posição (21º lugar).

5 Os níveis do IDH adotado neste estudo seguiram a classificação estabelecida pela PNUD (2025).

Portanto o país apresenta uma realidade muito preocupante em relação aos desafios postos pela Agenda 2030. São Paulo apresenta os melhores indicadores sociais do país e um maior quantitativo de municípios com IDS alto. A expressividade de seus indicadores mais elevados é reveladora de que os melhores IDS reproduzem as melhores condições socioeconômicas existentes no contexto estadual, conforme evidenciado no mapa 1.

Mapa 1 – Municípios com Índice de Desenvolvimento Sustentável alto e Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil



Do total de 91 municípios com IDS alto no Brasil, 47 são considerados turísticos, segundo critérios do MTur (2025), tendo boa representatividade dentro do quadro pouco satisfatório que se apresenta para o conjunto do Brasil (Tabela 1). Excetuando-se Fernando de Noronha, localizado no Nordeste (Pernambuco), todos os demais municípios encontram-se nas regiões Sudeste e Sul: São Paulo (36), Minas Gerais (6), Rio Grande do Sul (3) e Paraná (1). A região Sudeste assume novamente maior representatividade, sendo que São Paulo abarca 76,59% dos municípios turísticos com IDS alto. No entanto, se considerarmos o quantitativo de municípios identificados como turísticos pelo MTur (2025) em distintos estágios de evolução (2.707) e os classificados com IDS alto (47), o percentual representa 1,7% do total, ou seja, um resultado próximo à totalidade do municípios brasileiros (1,6%).

A distribuição espacial dos municípios turísticos também reproduz o padrão geral do país, isto é, há uma relação entre a localização dos municípios turísticos com melhores IDS e as unidades federativas do país mais bem posicionadas em termos de desenvolvimento socioeconômico, destacando o estado de SP. Dessa forma, o padrão dos indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios turísticos reproduz o padrão geral dos municípios não turísticos para o conjunto do país.

A categorização dos municípios turísticos brasileiros no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em 2013 o MTur definiu alguns parâmetros para diferenciar os municípios turísticos brasileiros por meio da categorização. Os municípios foram classificados em conformidade com o desenvolvimento da atividade na destinação, sendo atribuída a categoria mais elevada (A) para destinações turísticas consolidadas e a categoria mais baixa (E) para os municípios em estágios iniciais de organização turística. As categorias B, C e D são atribuídas para destinos turísticos em estágios intermediários de desenvolvimento turístico (MTur, 2025b).

No ano de 2015, por meio da Portaria Ministerial nº 144/2015 (MTur, 2015), foram definidos alguns critérios mais objetivos para categorização, tais como: 1 – Número de estabelecimentos de hospedagem; 2 – Número de empregos formais no setor de hospedagem; 3 – Estimativa de turistas a partir do estudo de demanda doméstica; 4 – Estimativa de turistas a partir do estudo de demanda internacional; 5 – Existência de órgão oficial de turismo no município com dotação orçamentária. Os critérios tornaram-se mais exigentes e em 2017 o MTur adotou algumas regras para transferências de recursos públicos e definiu tipologias de ações para financiamento público na área do turismo segundo a categoria atribuída aos municípios. Já em

2018 a instituição passa a exigir o cadastro de serviços turísticos no CADASTUR e a existência de um conselho municipal de turismo ativo.

Ao longo dos anos, o MTur atuou no sentido de aperfeiçoar os critérios para categorizar os municípios turísticos, trazendo inovação a cada edição do Mapa Brasileiro do Turismo. No entanto, como observado por Fonseca, Todesco e Silva (2022), os critérios definidores sempre eram de natureza burocrática.

Por meio da Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021 (MTur, 2021), foram definidas a relevância e a utilidade da categorização turística dos municípios brasileiros no sentido de identificar e avaliar a economia da atividade turística de cada município, de modo que "esse instrumento, previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros". Dentre as finalidades da categorização, é possível destacar duas: "otimizar a distribuição de recursos públicos" e "auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional".

Ou seja, a categorização assumiu um papel relevante na definição das políticas públicas de turismo, auxiliando na destinação de recursos públicos e como um instrumento para a promoção do desenvolvimento regional. Somando-se a categorização anterior, no último Plano Nacional de Turismo (MTur, 2024) institui uma nova classificação e os municípios turísticos brasileiros são enquadrados em 3 grupos: município turístico; município com oferta turística complementar; município de apoio ao turismo[6].

É relevante considerarmos que a discussão sobre a categorização ou outro critério para diferenciar os destinos turísticos, visando ao aprimoramento das políticas públicas, passa necessariamente pela discussão da aderência dos municípios turísticos aos ODS estabelecidos pela Agenda 2030, e é sobre essa discussão que iremos nos debruçar a seguir.

Ao se analisar o IDS a partir da categorização turística atribuída pelo MTur (2025), verifica-se que poucos municípios com IDS alto possuem categoria turística elevada, sendo apenas 2 na categoria A (Ilhabela/SP e Fernando de Noronha/PE) e 11 na categoria B (São Caetano do Sul/SP, São Bento do Sapucaí/SP, Jundiaí/SP, Catanduva/SP, Santo Antônio do Pinhal/SP, Bragança Paulista/SP, Jales/SP, Socorro/SP, Varginha/MG, Gonçalves/MG e Extrema/MG), enquanto os demais 34 municípios

6 Essa nova classificação é estabelecida considerando-se as categorizações anteriores: município turístico (categorias A e B); município com oferta turística complementar (categorias C e D); município de apoio ao turismo (todos de categoria E), conforme o MTur (2024). No entanto há exceções e essa correlação não pode ser considerada uma regra geral.

(72,33%) se enquadram nas categorias C ou D. Não há municípios com IDS alto na categoria E (Tabela 3).

Tabela 3 – Municípios turísticos categorizados pelo MTur e com IDS alto - 2025

CATEGORIA	IDS ALTO		LOCALIDADES COM IDS ALTO
A	02	MT	Ilhabela/SP; Fernando de Noronha/PE
		MOTC	-
B	11	MT	São Caetano do Sul/SP; São Bento do Sapucaí/SP; Jundiaí/SP; Catanduva/SP; Santo Antônio do Pinhal/SP; Bragança Paulista/SP; Jales/SP; Socorro/SP; Varginha/MG; Gonçalves/MG; Extrema/MG
		MOTC	-
C	10	MT	Itupeva/SP
		MOTC	Jaguariúna/SP; Boracéia/SP; Piraju/SP; Itupeva/SP; Lençóis Paulista/SP; São Manuel/SP; Ilha Solteira/SP; Vinhedo/SP; Espírito Santo do Pinhal/SP; Catas Altas/MG
D	24	MT	-
		MOTC	Uru/SP; Pongaí/SP; Santa Clara d'Oeste/SP; Morungaba/SP; Pedranópolis/SP; Floreal/SP; Fartura/SP; Pedreira/SP; Anhumas/SP; Narandiba/SP; Rubinéia/SP; Águas de Santa Bárbara/SP; Mineiros do Tietê/SP; Mesópolis/SP; Santa Rita d'Oeste/SP; Ouroeste/SP; Rifaina/SP; Ipeúna/SP; Santa Tereza/RS; Tupandi/RS; Campina das Missões/RS; Itambé do Mato Dentro/MG; Queluzito/MG; São Jorge do Ivaí/PR
		MOTC	-
Total	47		-

Fonte: IDSC (2025); MTur (2025).
MT – Municípios Turísticos. MOTC – Municípios com Oferta Turística Complementar

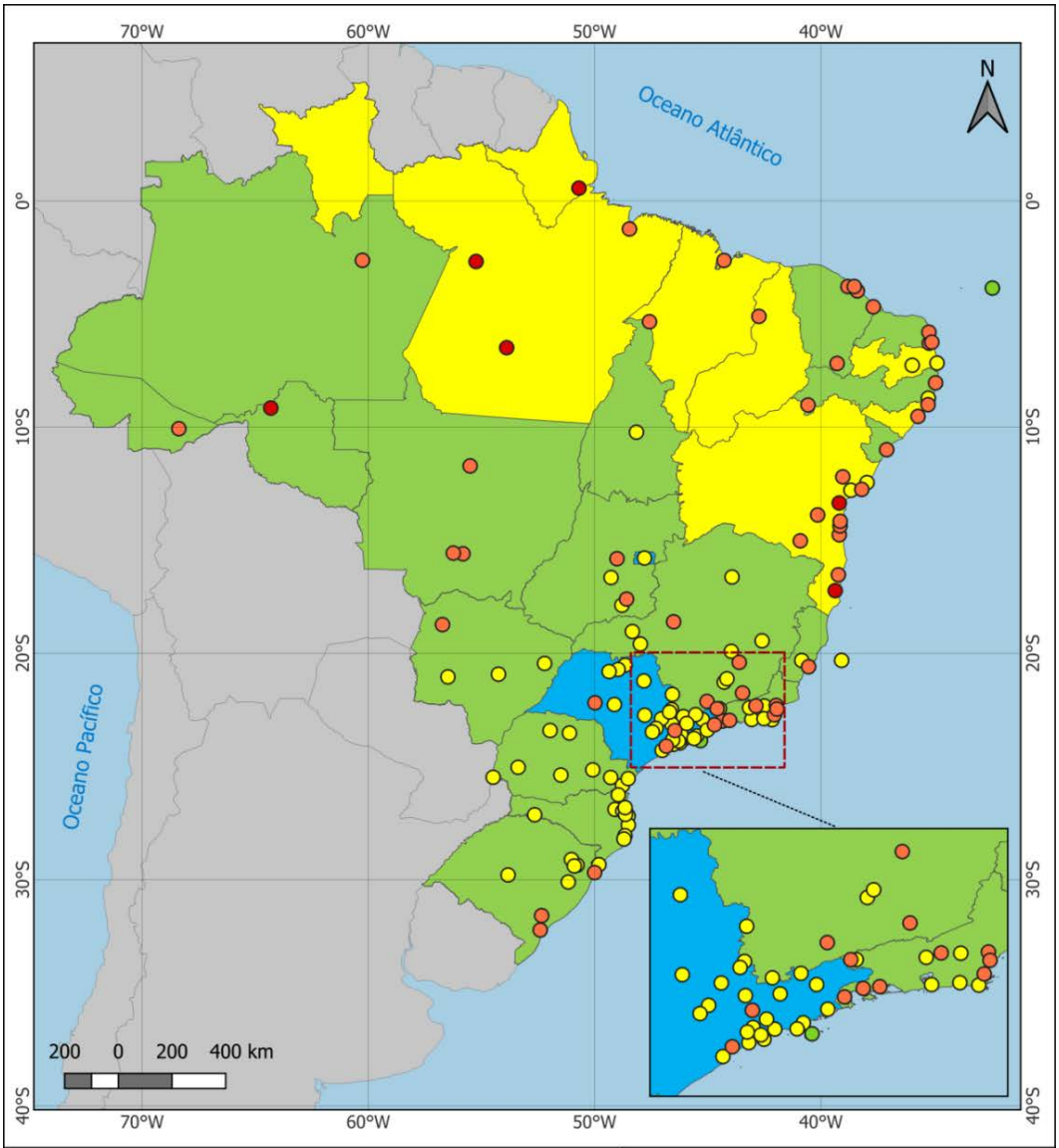
Na classificação mais recente, apenas 13 desses municípios são destinos turísticos consolidados (categorias A e B), enquanto 34 são municípios com oferta turística complementar (excetuando-se Itupeva/SP, categoria C, e classificado como município turístico). Esse dado reforça a ideia de que o turismo não assume papel importante no conjunto dos municípios com IDS alto (91), representando 14,2%. Se considerarmos o conjunto dos 3 grupos de municípios turísticos definidos pelo Mtur (2025) no Brasil, temos o quantitativo de 2.707, e, desse total, 47 são enquadrados no IDS alto, representando 1,73% os municípios turísticos brasileiros, ou seja, uma quantidade ínfima (tabela 3).

Com exceção de Fernando de Noronha, todos os municípios com IDS alto e com categorias também mais elevadas (A e B) estão localizados nos estados de São

Paulo (9) e Minas Gerais (3), reforçando o padrão identificado para os municípios não turísticos, conforme mapa 1. Portanto, ao se avaliar os 91 municípios com IDS alto, verifica-se que 44 não são turísticos, enquanto 34 têm atividade turística pouco desenvolvida (10 categoria C; 24 categoria D), indicando que o turismo não tem participação relevante no grupo de municípios com IDS alto.

A análise, a partir dos 149 municípios turísticos categorizados com A no Brasil, também se mostra reveladora. O número de destinações melhor categorizadas pelo Mtur (2025) também concentra-se nos estados do Sudeste e Sul (SE – 66; S – 29; CO – 12; NE – 34; N – 8) e, além disso, o maior quantitativo de destinações com os IDS mais satisfatórios (médio) está presente nessas duas regiões. Nas regiões Norte e Nordeste, predomina a presença de municípios da categoria A, com níveis de desenvolvimento sustentável baixo e, inclusive, muito baixo (Macapá/AP, Santarém/PA, Altamira/PA, Porto Velho/RO, Valença/BA e Prado/BA), conforme mapa 2.

Mapa 2 – Níveis de sustentabilidade dos municípios turísticos categorizados com A e IDH no Brasil



Legenda

Níveis de sustentabilidade
- Muito Alto (80 a 100)
- Alto (60 a 79,99)
- Médio (50 a 59,99)
- Baixo (40 a 49,99)
- Muito Baixo (0 a 39,99)
- América do Sul

IDH por Unidade da Federação
- Muito Alto (0,800 a 1,000)
- Alto (0,700 a 0,799
- Médio (0,600 a 0,699)
- Baixo (0,500 a 0,599)
- Muito Baixo (0,00 a 0,499)

Elaboração cartográfica: Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Jocilene Dantas Barros (2025).

Fontes: Níveis de sustentabilidade (IDSC, 2024), municípios de categoria "A" (MTUR, 2025); IDH (IBGE, dados de 2021, coleta em 2025); limites dos municípios, UFs e América do Sul (IBGE, 2022-2023)

Sistema de Coordenadas Geográficas, datum SIRGAS 2000.

Assim, os dados apresentados no mapa 2 reafirmam que os melhores IDS dos municípios turísticos estão relacionados não com os destinos onde o turismo é mais desenvolvido, mas sim com os que possuem IDH mais favorável.

É importante ressaltar que os dois únicos municípios turísticos categorizados com A e com IDS alto são ilhas (Fernando de Noronha e Ilhabela). Pelas suas características geográficas, há um isolamento natural dessas localidades e uma maior dificuldade de acesso, tanto pela limitação na conexão com transporte de carga e passageiros como pelas taxas de visitação que são cobradas no caso de Fernando de Noronha[7]. Considera-se que tais características podem refletir positivamente nesses índices. Além disso, segundo a PNUD (2025), tais localidades abrangem unidades de conservação que compreendem grande parte da área municipal: Ilhabela integra o Parque Estadual de Ilhabela, que compreende 85% de sua área territorial (São Paulo, 2025); Fernando de Noronha, por sua vez, engloba duas unidades de conservação federais (o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e a Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha), sendo que o parque abrange 70% da ilha (ICMBIO, 2025).

Portanto a posição geográfica e características políticas singulares (áreas de proteção e instrumentos normativos de uso e ocupação do solo mais restritivos) podem sinalizar a justificativa dos altos índices de sustentabilidade alcançados pelos dois municípios insulares.

Analisando-se os 14 municípios turísticos definidos pelo MTur e com IDS alto, verifica-se que os principais segmentos turísticos encontrados são: rural (7); ecoturismo (6); negócios e eventos (6); aventura (5); cultural (4); náutico (3); sol e praia (2). Dessa forma, o destaque é para os municípios do interior do país onde são desenvolvidas atividades ligadas à vida rural, ecoturismo e aventura. No entanto chama atenção também o segmento de negócios e eventos, que aparece com frequência. Já o principal segmento do turismo brasileiro (sol e praia) aparece nas 2 únicas destinações com IDS alto (Tabela 4).

7 Conforme Decreto Distrital nº 018/2004 (publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 06/02/2004), ficou estabelecido que: A Taxa de Preservação Ambiental - TPA, instituída pela Lei nº 10.403, de 29/12/1989, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.704, de 29/11/99, nº11.923, de 29/12/00 e nº 11.949, de 09/04/01, será cobrada a todas as pessoas, não residentes ou domiciliadas no Arquipélago de Fernando de Noronha, que estejam em visita, de caráter turístico, e será calculada em razão dos dias de permanência, nos termos da Lei. Fonte: https://www.noronha.pe.gov.br/catalogo-de-servicos/taxa-de-preservacao-ambiental-tpa/

Tabela 4 – Municípios turísticos brasileiros com nível de desenvolvimento sustentável alto

MUNICÍPIO	IDS	POSIÇÃO/ BRASIL	CATEGORIA TURÍSTICA - 2025	PRINCIPAIS SEGMENTOS	HIERARQUIA URBANA	POPUL. 2022
1. São Caetano do Sul/SP	64,03	8	B	Negócios e Eventos	APSP Grande Metrópole	165.655
2. Varginha/ MG	63,81	10	B	Negócios e Eventos	Capital Regional C	136.467
3. São Bento do Sapucaí/SP	63,61	11	B	Negócios e Eventos Cultural; Aventura; Ecoturismo; Rural	Centro Local	11.674
4. Gonçalves/MG	62,75	22	B	Aventura; Ecoturismo; Rural	Centro Local	4.727
5. Fernando de Noronha/PE	62,52	27	A	Sol-praia; Aventura; Ecoturismo;	Centro Local	3.167
6. Itupeva/ SP	61,07	54	C	Cultural; Histórico; Religioso; Rural; Pedagógico, Cicloturismo*	Capital Regional C	70.616
7. Jundiaí/ SP	61,03	57	B	Rural	Capital Regional C	443.221
8. Catanduva/SP	61,02	58	B	Negócios e Eventos	Capital Regional C	115.791
9. Santo Antônio do Pinhal/SP	60,81	61	B	Rural	Centro Local	7.133
10. Bragança Paulista/SP	60,44	71	B	Cultural; Náutico; Rural	Centro Sub regional A	176.811
11. Extrema/ MG	60,4	73	B	Negócios e Eventos Cultural Aventura; Ecoturismo; Rural	Centro Sub regional B	53.482
12. Jales/SP	60,37	74	B	Negócios e Eventos	Centro Sub-regional B	48.776
13. Ilhabela/ SP	60,36	75	A	Sol-praia; Náutico; Ecoturismo; Cultural	Centro Sub-regional B	34.934

14. Socorro/ SP	60,29	81	B	Aventura	Centro Local	40.122

Fonte: IDSC (2025); MTur (2025); IBGE (2025); *PREFEITURA DE ITUPEVA (2022).

Segundo a classificação dos municípios por Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2000), que estabelece a hierarquia das cidades brasileiras, temos a seguinte distribuição: 5 centros locais; 4 capitais regionais C; 4 centros sub-regionais (sendo 1 A e 3 B) e 1 que participa do arranjo populacional de São Paulo, isto é, da grande metrópole[8]. Com relação ao tamanho populacional, 7 municípios tem uma população inferior à 50 mil habitantes (3 abaixo de 10 mil); 2 municípios entre 50 e 100 mil; e 5 municípios entre 100 e 200 mil habitantes. Ou seja, predomina municípios de pequeno ou médio porte, sendo que apenas um participa da região metropolitana de São Paulo (São Caetano do Sul), conforme dados da tabela 4.

Atualmente, o MTur está redefinindo os parâmetros para categorização dos municípios turísticos. Nesse sentido, é primordial que os indicadores de sustentabilidade sejam considerados nesse importante programa que avalia os municípios, classifica e define critérios para destinação de recursos públicos.

O Programa de Regionalização do Turismo contribuiu para melhorar a organização institucional dos municípios turísticos (conselhos municipais, instâncias de governança regional, cadastramento das empresas turísticas etc.), incidindo particularmente no âmbito burocrático. Torna-se urgente avançar e, nesse sentido, é fundamental estimular os municípios a adotarem práticas sustentáveis de modo que possam contribuir para a melhoria dos indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no âmbito nacional.

Municípios turísticos brasileiros com índices de desenvolvimento sustentável alto diante das metas da Agenda 2030

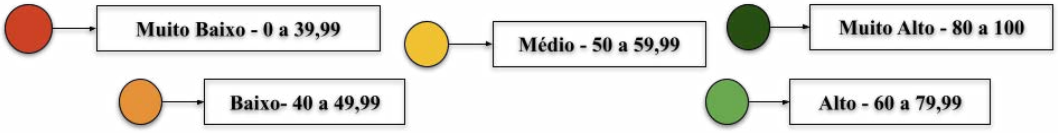
Avaliando os 14 municípios turísticos com IDS alto a partir de seus desempenhos em relação a cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, verifica-se diferenciação quanto ao alcance dos indicadores (Quadro 4).

8 O IBGE classifica a rede urbana brasileira com base na hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis: 1. Metrópoles: são subdivididas em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole, das quais todos os municípios brasileiros recebem influência direta; 2. Capitais Regionais: são subdivididas em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C e possuem alta concentração de atividades de gestão, mas com influência menor; 3. Centros Sub-Regionais: são subdivididos em Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B, agregando cidades de menor porte populacional e que exercem um nível de gestão mais restrito e com menos complexidade; 4. Centros de Zona: menor nível de gestão, exercendo influência por meio do seu comércio e serviços em função das relações de proximidade; 5. Centro locais: último nível na hierarquia urbana, em geral, exercem influência apenas nos seus próprios limites territoriais. Suas atividades de gestão pública e empresariais apresentam fraca centralidade (IBGE, 2000).

Quadro 4 – Nível de sustentabilidade dos ODS dos municípios turísticos com IDS alto – 2025

Indicadores	Municípios turísticos													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1 – Erradicação da Pobreza														
2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável														
3 – Saúde e Bem-Estar														
4 – Educação de Qualidade														
5 – Igualdade de Gênero														
6 – Água Limpa e Saneamento														
7 – Energia Limpa e Acessível														
8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico														
9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura					-									
10 – Redução das Desigualdades														
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis														
12 – Consumo e Produção Responsáveis														
13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima														
14 – Vida na Água											-			
15 – Proteger a Vida Terrestre														
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes														
17 – Parcerias e Meios de Implementação					-									
Classificação Geral no Brasil	8	10	11	22	27	54	57	58	61	71	73	74	75	81

Fonte: Índice de Desenvolvimento das Cidades (IDSC, 2024).
Municípios turísticos segundo MTUR(2025): 1.São Caetano do Sul/SP; 2.Varginha/MG; São Bento do Sapucaí/SP; 4.Gonçalves/MG; 5. Fernando de Noronha/PE; 6. Itupeva/SP; 7. Jundiaí/SP; 8.Catanduva/SP; 9.Santo Antônio do Pinhal/SP; 10.Bragança Paulista/SP; 11.Extrema/MG; 12.Jales/SP; 13.Ilhabela/SP; 14.Socorro/SP
Legenda - Nível de desenvolvimento sustentável



Os níveis de sustentabilidade dos ODS são classificados pelo IDSC (2025) em 5 classes: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. As melhores performances dos ODS no conjunto dos 14 municípios foram as seguintes: ODS 3 - Saúde e Bem Estar; ODS 7 - Energia Limpa e Acessível (todos atingiram a classe de muito alto); ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; ODS 6 - Água Limpa e Saneamento; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 - Consumo e produção responsáveis; ODS 14 - Vida na Água. No geral, são indicadores relacionados à dimensão ambiental, infraestrutura e saneamento.

Nas situações mais intermediárias, encontram-se os ODS 1 - Erradicação da Pobreza; ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 8 - Trabalho Decente e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das Desigualdades; ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre;

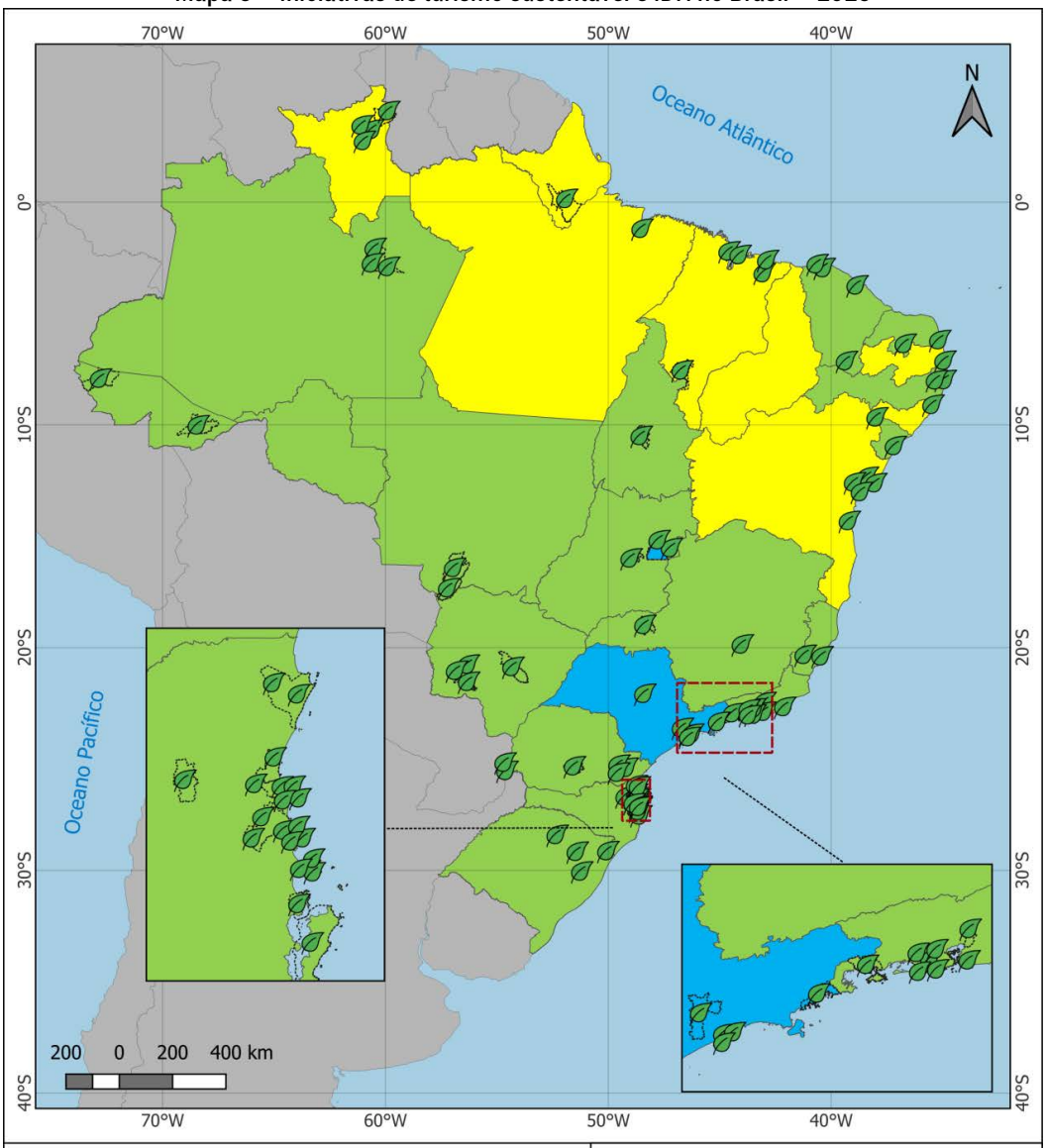
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Ou seja, encontram-se nessas posições alguns objetivos relacionados a indicadores sociais, tais como educação, trabalho e redução das desigualdades; um relacionado à dimensão ambiental, particularmente à vida na terra; e outro relativo ao desempenho das instituições de justiça e paz.

Mesmo nos municípios turísticos com alto desempenho quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável, alguns ODS apresentam baixos níveis, indicando fragilidade para avançar em alguns indicadores, tais como: ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 5 - Igualdade de Gênero; ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação. Assim, os indicadores encontrados na dimensão social têm desempenho mediano ou ruim e o pior indicador diz respeito à gestão, evidenciando as dificuldades de integrar as ações para promoção do conjunto dos ODS.

O projeto intitulado "Brasil: esta é nossa praia" é uma iniciativa do Ministério do Turismo em conjunto com o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entre os produtos que resultaram do projeto, tem-se a criação do Mapa Brasileiro de Turismo Sustentável (MTur, 2025b), que identifica as experiências e os destinos turísticos com Boas Práticas de Sustentabilidade, Turismo de Base Comunitária e Segurança Turística, distribuídos nas cinco macrorregiões do Brasil.

Na dimensão da sustentabilidade, o mapa foi elaborado a partir de consultas aos órgãos oficiais de turismo estaduais, pesquisa exploratória na base de dados do Google e do Facebook e contato com representantes/responsáveis pelas boas práticas de turismo sustentável. No mapa 3, é possível visualizar as iniciativas de turismo sustentável praticadas em todo o país. Nota-se que há uma maior concentração de iniciativas nas regiões Sul/Sudeste e em localidades próximas à costa brasileira, havendo um número tímido de iniciativas no interior do país.

Mapa 3 – Iniciativas de turismo sustentável e IDH no Brasil – 2025



Legenda

- Práticas de turismo sustentável
- Municípios
- América do Sul

IDH por Unidade da Federação

- Muito Alto (0,800 a 1,000)
- Alto (0,700 a 0,799
- Médio (0,600 a 0,699)
- Baixo (0,500 a 0,599)
- Muito Baixo (0,00 a 0,499)

Elaboração cartográfica: Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Jocilene Dantas Barros (2025).

Fontes: práticas de turismo sustentável (MTUR, 2025); IDH (IBGE, dados de 2021, coleta em 2025); limites dos municípios, UFs e América do Sul (IBGE, 2022-2023); ícone (Pixel perfect - Flaticon)

Sistema de Coordenadas Geográficas, datum SIRGAS 2000.

O mapa contabilizou na dimensão sustentabilidade diferentes iniciativas em todo o Brasil: região Centro-Oeste - 9; região Norte - 12; região Nordeste - 23; região Sudeste - 19 e região Sul - 29. O destaque é a região Sul, com maior número de ações catalogadas, ressaltando-se Santa Catarina, com 21 iniciativas. Não foi possível inferir se os municípios categorizados com A apresentaram iniciativas de sustentabilidade, no entanto é importante mencionar que o Brasil está direcionando esforços, recursos e políticas para incentivar iniciativas ligadas à sustentabilidade. Desse modo, o presente trabalho reitera que, para tal objetivo, são necessárias ações mais eficientes que viabilizem o alcance dos ODS e proporcionem uma melhor adequação dos municípios turísticos à Agenda 2030.

Os municípios turísticos no estado melhor posicionado nos indicadores de sustentabilidade: São Paulo

Apesar dos indicadores gerais de sustentabilidade não serem favoráveis para o conjunto do país, em São Paulo são mais satisfatórios, apresentando maior quantitativo de municípios sustentáveis tanto turísticos quanto não turísticos (Tabela 1). O estado paulista possui um número expressivo de municípios turísticos incluídos nas diversas categorias (347), sendo que, desse quantitativo, 36 destinações possuem IDS alto, o que representa 10,37% (Tabela 5), enquanto que no Brasil essa proporção é de 1,73%[9].

Tabela 5 – Municípios turísticos categorizados no estado de São Paulo - 2025

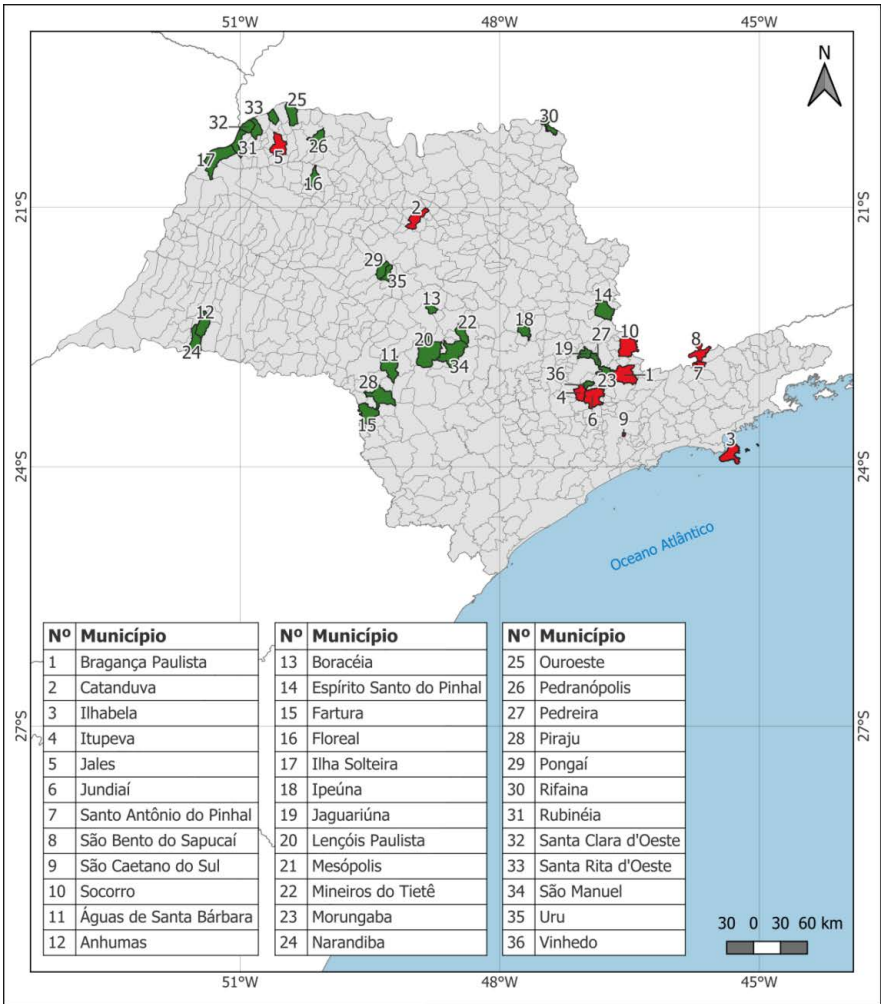
CATEGORIA		TOTAL
Municípios em SP		645
Municípios turísticos em SP (Categorias A, B, C, D)		347
Municípios turísticos em SP com IDS alto (Categorias A, B, C, D)		36
Municípios turísticos	A	30
	B	57
	C	1
Municípios com oferta turística complementar	C	87
	D	172
Municípios de apoio ao turismo	E	Inexistente

Fonte: MTur (2025).

9 No Brasil, há 2.707 (MTur, 2025), sendo que desse total 47 possuem IDS alto, representando 1,73% dos municípios turísticos brasileiros.

No mapa 4, é apresentada a distribuição dos municípios turísticos e municípios turísticos com oferta turística complementar com IDS alto em São Paulo. Observa-se uma concentração em 3 áreas: 1 - no entorno da Região Metropolitana de Campinas, que situa-se próximo à capital do estado; 2 - na porção mais central, com todos os municípios com oferta turística complementar; 3 - no Noroeste, próximo ao Rio Paraná.

Mapa 4 – Municípios turísticos com IDS alto e IDH em São Paulo



Nº	Município
1	Bragança Paulista
2	Catanduva
3	Ilhabela
4	Itupeva
5	Jales
6	Jundiaí
7	Santo Antônio do Pinhal
8	São Bento do Sapucaí
9	São Caetano do Sul
10	Socorro
11	Águas de Santa Bárbara
12	Anhumas

Nº	Município
13	Boracéia
14	Espírito Santo do Pinhal
15	Fartura
16	Floreal
17	Ilha Solteira
18	Ipeúna
19	Jaguariúna
20	Lençóis Paulista
21	Mesópolis
22	Mineiros do Tietê
23	Morungaba
24	Narandiba

Nº	Município
25	Ouroeste
26	Pedranópolis
27	Pedreira
28	Piraju
29	Pongaí
30	Rifaina
31	Rubinéia
32	Santa Clara d'Oeste
33	Santa Rita d'Oeste
34	São Manuel
35	Uru
36	Vinhedo

Legenda

Classes de municípios turísticos com IDS alto
- Municípios turísticos
- Municípios turísticos com oferta turística complementar

- Municípios de São Paulo
- Limites estaduais do Brasil

Elaboração cartográfica: Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Jocilene Dantas Barros (2025).

Fontes: IDS Alto (IDSC, 2024); Classificação dos municípios (MTUR, 2024; 2025); limites dos municípios e UFs (IBGE, 2022-2023)

Sistema de Coordenadas Geográficas, datum SIRGAS 2000.

Chama-nos atenção que o maior número de municípios turísticos com IDS alto estão no entorno das regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, onde residem populações com altos rendimentos. Dessa forma, o padrão também se reproduz no âmbito do estado paulista, observando-se maior presença de destinações com turismo consolidado e com IDS alto nas áreas com economia mais pujante e onde reside a população com maior poder aquisitivo.

Analisando os dados da tabela 6, constata-se que, no conjunto das destinações paulistas categorizadas com A pelo MTur (2025), apenas 1 tem IDS alto, sendo as demais posicionadas no nível médio (26) ou baixo (3). Ilhabela ocupa o 75º lugar entre os 91 municípios brasileiros com IDS alto[10]. Ao se fazer um recorte estadual, os dados revelam, mais uma vez, que o turismo não assume relevância na promoção do desenvolvimento sustentável mesmo no estado mais rico da nação.

Tabela 6 – Nível de sustentabilidade dos municípios turísticos categorizados com A no Estado de São Paulo - 2005

MUNICÍPIO	NÍVEL	INDICADOR	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	NÍVEL	INDICADOR	POSIÇÃO
1. Ilhabela	Alto	60,36	75	16. C. do Jordão	Médio	55,14	614
2. S J do Rio Preto	Médio	59,21	142	17. Praia Grande	Médio	54,56	707
3. Piracicaba	Médio	58,31	209	18. Aparecida	Médio	54,50	718
4. Serra Negra	Médio	58,16	222	19. Sorocaba	Médio	54,34	753
5. S J dos Campos	Médio	57,90	254	20. Mogi das Cruzes	Médio	53,89	844
6. Ribeirão Preto	Médio	57,77	264	21. Guarujá	Médio	53,23	978
7. Santos	Médio	57,44	312	22. Santo André	Médio	53,11	999
8. Atibaia	Médio	56,83	373	23. Olímpia	Médio	51,98	1252
9. Itu	Médio	56,80	375	24. São B. do Campo	Médio	51,38	1394
10. São Sebastião	Médio	56,78	378	25. Bertioga	Médio	50,88	1535
11. Caraguatatuba	Médio	56,72	388	26. Ubatuba	Médio	50,78	1573
12. Campinas	Médio	56,32	426	27. Bauru	Médio	50,71	1594
13. A de Lindóia	Médio	55,81	506	28. Itanhaém	Baixo	49,72	1861
14. Barretos	Médio	55,49	567	29. Guarulhos	Baixo	48,83	2114
15. Peruíbe	Médio	55,41	576	30. Marília	Baixo	46,88	2691

Fonte: IDSC (2025); MTur (2025).

10 O IDSC (2025) relaciona 5.570 municípios no Brasil, definindo a pontuação e classificação de cada um no que se refere ao IDS.

Dentre os destinos melhor posicionados (com nível de sustentabilidade médio), encontram-se municípios que se constituem como polos econômicos que assumem expressividade na economia brasileira (São José do Rio Preto, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos, Campinas, entre outros), ocupando as primeiras posições no conjunto dos municípios categorizados com A.

Finalmente, se focarmos na escala local, no município de Ilhabela (único na categoria A e IDS alto), constata-se que os 17 ODS encontram-se em distintos graus de desenvolvimento para alcançar as metas delineadas pela Agenda 2030 (Quadro 4). Os níveis de desenvolvimento dos ODS em Ilhabela se encontram da seguinte forma:

Muito Alto: 7 – Energia Limpa e Acessível; 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

Alto: 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 – Saúde e Bem Estar: 4 – Educação de Qualidade; 6 – Água Limpa e Saneamento; 10 – Redução das Desigualdades; 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

Médio: 1 – Erradicação da Pobreza; 8 – Trabalho Decente e crescimento econômico.

Baixo: 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 15 – Proteger a Vida Terrestre; 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Muito Baixo: 5 – Igualdade de Gênero; 12 – Consumo e produção responsáveis; 14 – Vida na Água.

Portanto, no único município paulista categorizado com A pelo MTur (2024) e com IDS alto, seis ODS encontram-se no nível baixo ou muito baixo de desenvolvimento. É importante destacar que, entre esses, encontram-se dois dos ODS que a Agenda 2030 menciona diretamente o turismo como uma atividade que pode contribuir para a promoção da sustentabilidade, mas que, nesse caso, encontram-se com níveis de desenvolvimento muito baixo (ODS 12 – Consumo e produção responsáveis e ODS 14 – Vida na Água). Como se constitui em uma ilha onde o turismo assume papel primordial, são preocupantes os péssimos indicadores no que se refere à vida na água. Dentre todos os municípios turísticos e com IDS alto, apenas Ilhabela apresenta esse indicador ruim para o ODS 14 – Vida na Água (Quadro 4).

Nota-se, assim, que mesmo o município que possui a maioria dos ODS com indicadores favoráveis falha nos diretamente relacionados ao turismo, demonstrando, mais uma vez, que o alcance aos ODS não está atrelado ao desenvolvimento do turismo, ou mesmo do turismo sustentável, mas sim com o desenvolvimento humano e integral.

Considerações finais

Os dados levantados revelam que, em conformidade com o conjunto do país, o nível de desenvolvimento sustentável dos municípios turísticos brasileiros não é satisfatório. Verifica-se uma correlação direta entre os melhores indicadores de desenvolvimento sustentável e os melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico, e não entre os indicadores de desenvolvimento sustentável e a atividade turística, ou seja, o turismo não tem sido um fator importante para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Conforme foi mostrado em trabalho anterior (Fonseca, Todesco, Silva, 2022), o paradigma de sustentabilidade contribuiu para a difusão do turismo no interior do Brasil, possibilitando a emergência de novas destinações turísticas, tendo como foco o meio natural. No entanto a atividade não tem conseguido impor uma nova racionalidade nas destinações no interior do país, atuando no sentido de contribuir para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030.

No entanto há de se considerar que, dos 14 municípios turísticos com índice de desenvolvimento sustentável alto, apenas 2 são defrontantes com o mar, onde se concentram as destinações turísticas brasileiras com maior apelo turístico, sendo os demais municípios localizados no interior do país. Ou seja, se no interior os indicadores não são favoráveis, no litoral os indicadores são proporcionalmente piores, dada a relevância que assume a costa em relação ao interior quando se trata da atividade turística no país.

A peculiaridade desses municípios do segmento sol e praia que assumem maior expressividade turística (Ilhabela/SP; Fernando de Noronha/PE) é que são duas ilhas onde a acessibilidade é mais difícil e há controle do uso e ocupação dos espaços turísticos.

Portanto o fato de ter boa performance turística (particularmente os municípios da costa brasileira e as capitais de estado) não tem contribuído no sentido de melhorar os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Ao contrário, há muitas localidades com índice de desenvolvimento sustentável alto onde não há turismo e outras onde há turismo, mas de forma complementar.

O estado de São Paulo apresentou maior quantitativo de municípios com indicadores de sustentabilidade alto (turísticos e não turísticos), tendo uma performance muito superior em relação ao conjunto do Brasil. Entretanto, quando se trata dos municípios turísticos, a realidade não é tão satisfatória. Abrange 30 municípios categorizados com A, mas apenas um possui índice de desenvolvimento sustentável

alto (Ilhabela). Os segmentos sol-praia e ecoturismo aparecem em alguns municípios paulistas analisados, apresentando uma dissonância paradoxal, uma vez que exploram o segmento que envolve o meio natural e possuem aderência média quanto aos índices de desenvolvimento sustentável, quando o que se esperava era o oposto.

É notório ainda que o único município paulista com melhor performance turística e com índice de desenvolvimento sustentável alto apresenta os piores indicadores de desenvolvimento (nível muito baixo) em dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em que o turismo é mencionado diretamente pela Agenda 2030 com possibilidades de contribuir para promoção do emprego, produtos e cultura local (12 – Consumo e produção responsáveis e 14 – Vida na Água).

Assim, com este estudo foi evidenciado que é necessário avançar nos indicadores de sustentabilidade das destinações turísticas. Para tanto, considera-se primordial que o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo estabeleça alguns critérios vinculados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para avaliação dos municípios turísticos. Desde 2015 o Brasil tornou-se signatário da Agenda 2030 e assumiu compromissos na Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável. Portanto sugere-se que na futura classificação/categorização dos municípios turísticos também sejam considerados os indicadores de sustentabilidade, observando a aderência desses municípios aos princípios da Agenda 2030. Espera-se que a inclusão desse novo critério possa estimular os municípios turísticos no sentido de implementar práticas mais sustentáveis.

Referências

BEI, G.; CELATA, F. Challenges and effects of short-term rentals regulation: a counterfactual assessment of European cities. **Annals of Tourism Research**, v. 101, 2023.

BLANCO-ROMERO, A. *et al*. La sostenibilidad turística a debate. *In*: PONS, G. X. *et al*. (org.). **Sostenibilidad Turística:** overtourism vs undertourism. Palma: Mon. Soc. Hist. Nat. Balears, 2020.

BRASIL (2024). Lei Geral do Turismo. Lei Nº 14.978, de 18 de setembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14978.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Áreas Protegidas. **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras**. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br/powerbi. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes, metas e programas: 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em: https://web.archive.org/web/20240219174610/https://antigo.turismo.gov.

br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf#expand. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo do Brasil**. 2025. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa Brasileiro do Turismo Responsável**. 2023. Disponível em: https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil: 2013-2016**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O que é a Categorização**. 2025. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015**. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2015/portaria-n-144-de-27-de-agosto-de-2015. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-41-de-24-de-novembro-de-2021. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo responsável**: dimensão turismo de base comunitária: levantamento e sistematização das políticas, programas e projetos desenvolvidos em âmbito nacional e estadual. Coord. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto; Ricardo Lanzarini. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: MTUR, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Uma viagem de inclusão: 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: https://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mais emprego e renda para o Brasil: 2018-2022**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo: 2024-2027**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

COCOLA-GANT, A. Apartamentos turísticos, covid-19 e capitalismo de plataforma. **Finisterra**, v. 55, n. 115, p. 211-216, 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025

CRUZ, R. C. A.; ARAÚJO, C. P.; ABREU, L. M. **Nas tramas do neoliberalismo**: o impacto do Airbnb no setor hoteleiro e no mercado imobiliário em São Paulo e no Rio de Janeiro, Brasil. Via, n. 26, 2024. Disponível em: https://journals.openedition.org/viatourism/12253 Acesso em: 05 fev. 2025 .

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 172 p. E-book. ISBN 978-85-7785-744-9. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49374. Acesso em: 02 fev.2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. [2025]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 04 abr. 2025

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: ranking. [2025]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/37/30255?tipo=ranking. Acesso em: 07 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Fernando de Noronha**: áreas de proteção ambiental. [2025]. Disponível em: https://www.parnanoronha.com.br/%-C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-ambiental. Acesso em: 26 mar. 2025.

IDSC. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br. Acesso em: 2 fev. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. **Agenda 2030**. Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2028. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 1 fev. 2025

ITUPEVA (Município). Secretaria de Turismo e Desenvolvimento; Conselho Municipal de Turismo. **Itupeva: turismo é aqui**. 2022. Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_77_0_1_27092022120706.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Observatório de Inovação do Turismo**, v. 16, n. especial, 2020.

KIYOTANI, I. B.; COSTA, W. F.; FONSECA, M. A. P. Community-based tourism in the context of the neoliberal paradigm: counter-hegemonic initiatives and land disputes in northeastern Brazil. **Via@ Tourism Review**, v. 26, p. 1-17, 2024.

OLIVEIRA, D. P.; MARQUESAN, F. F. S. Gentrificação em Fernando de Noronha. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1334. Acesso em: 05 mar. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 15 mar. 2025.

PONTES, J. L.; FONSECA, M. A. P.; MUNES, M. R. O. Os princípios do environmental, social and governance no setor de hospedagem na destinação Pipa-Tibau do Sul, Rio Grande do Norte [Brasil]. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 16, n. 4, p. 865-884, 2024. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/13214

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Painel de IDH Brasil**. 2025. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm. Acesso em: 5 mar. 2025.

SACHS, J. D. **A era do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Leya, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. **Guia de áreas protegidas**: Parque Estadual Ilhabela. 2025. Disponível em: https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-ilhabela/. Acesso em: 26 mar. 2025.

SEQUERA FERNÁNDEZ, J. **Gentrificación**: capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano. Madrid: Catarata, 2020.

UNWTO - United Nations Word Tourism Organization (2015). **The world charter for sustainable tourism + 20**. UNWTO. Disponível em: https://www.biospheretourism.com/es/carta-mundialde-turismo-sostenible-20/25, Acesso em: 9 mar. 2025.

UNWTO. World Tourism Organization and United Nations Development Programme. (2017). **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030**. Madri: UNWTO. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284419401. Acesso em: 9 mar. 2025.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Pesquisa de impacto econômico em viagens e turismo**: relatório anual. 2025. Disponível em: https://wttc.org/research/economic-impact. Acesso em: 02 mar. 2025.

Capítulo 3

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap03

LAS RESERVAS DE LA BIOSFERA Y EL PROGRAMA "MAN AND BIOSPHERE" (MAB) DESDE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS)

Miriam Hermi Zaar[1]

Introducción

La preocupación con la destrucción de la naturaleza no es reciente. Nos remontamos al siglo XIX para señalar las contribuciones del geógrafo Élisée Reclus en este campo científico, cuando afirma que la Tierra es un 'organismo vivo', y su naturaleza es la escuela de la humanidad futura, en la que a los seres humanos les corresponde la conciencia de este gigante organismo, es su parte pensante. Esta condición nos atribuye a todos la facultad de utilizar la naturaleza, y a la vez, la responsabilidad de cuidar de la misma, de los demás seres orgánicos e inorgánicos del planeta, porque es de ella, de la Tierra, de donde extraemos nuestra vida (*El Hombre y la Tierra*, 1985 [1905-1908], p. 38-40).

Se trata de una visión crítica sobre la necesidad de formar una conciencia medioambiental y crear una sensibilidad hacia la naturaleza para poder desfrutar de sus efectos beneficiosos, que pasamos a denominar servicios ecosistémicos. También consideró fundamental una educación que estuviese comprometida con la naturaleza, proporcionando a los educandos prácticas que llevasen a la comprensión y al respeto de sus leyes, fomentando de este modo, una concienciación medioambiental.

También en el siglo XIX, destaca las contribuciones de Piotr Kropotkin (1842-1921), Lev Metchnikov (1838-1888), Henry David Thoreau (1817-1862), John Muir (1838-1914). Ya en la primera mitad del siglo XX sobresalen los trabajos del historiador de inspiración anarquista Murray Bookchin (1921-2006), fundador de la ecología social con obras como *Nuestro Entorno Sintético* (1962) que trata de la colisión catastrófica de la humanidad contra el mundo natural, o *Crisis en Nuestras Ciudades* (1965), y

1 Doctora em Geografía. Vinculada al Departamento de Geografía de la Universidad de Barcelona; Currículo: http://lattes.cnpq.br/6274831266736496 y https://orcid.org/0000-0002-1717-8118; E-mail: miriamzaar@gmail.com.

también otros investigadores como el biólogo y activista político Barry Commoner (1917-2012) a través de sus obras *Ciencia y Supervivencia* (1966) y *El círculo que se cierra* (1971). Estos, entre muchos otros científicos, naturalistas, poetas… denunciaron a través de sus obras el deterioro medioambiental provocado por la deforestación, la contaminación de la atmosfera, del agua y del suelo en las ciudades y áreas rurales, en consecuencia, en gran medida, de la Revolución Industrial, de las Primera y Segunda Guerras Mundiales, pero también de muchos otros procesos de destrucción masiva de la naturaleza y su entorno social.

En el ámbito del desarrollo sostenible, el impuso inicial ocurrió con la fundación del Club de Roma en 1968, en el que participó un grupo pequeño de científicos y políticos, provenientes de países distintos, y cuyo objetivo era debatir sobre el presente y el futuro de la especie humana.

Sin embargo, la formulación de conceptos que indicasen las posibles vías hacia el paradigma de la sostenibilidad tuvo inicio a partir de las décadas de 1980 y 1990, y contó con el aporte teórico de filósofos, historiadores y ecologistas como Félix Guatarri (*Las tres ecologías*, 1989), Michel Serres (*El contrato natural*, 1990) y Murray Bookching (*La ecología de la libertad*, 1999), además de economistas como Manfred Max Neef (*Desarrollo a escala humana*, 1993), Amartya Sen (*Desarrollo y libertad*, 1999) e Ignacy Sachs (*Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, 2002). Sus contribuciones cuestionan el sistema capitalista y sus contradicciones y se debruzan sobre la necesidad de buscar nuevas vías hacia un desarrollo que contemple la satisfacción de las necesidades humanas y sociales, y una mayor preservación de los sistemas naturales, como se analiza a continuación.

A finales de 1989 Guatarri afirmó que, para resolver los desequilibrios ecológicos que el planeta Tierra sufre, es necesario una articulación ético-política entre el medio ambiente (ecología medioambiental), las relaciones sociales (ecología social) y la subjetividad humana (ecología mental), a la que denomina ecosofía. Esto porque, según el autor "la verdadera respuesta a la crisis ecológica sólo podrá darse a escala planetaria a condición de que se realice una auténtica revolución política, social y cultural que reoriente los objetivos de la producción de los bienes materiales e inmateriales" (p. 7-10), a través del desplazamiento generalizado de los actuales sistemas de valor y la aparición de nuevos polos de valorización.

Para Serres (1990), la razón humana, monopolizada por la ciencia y un conjunto de técnicas, asociada al derecho a la propiedad, derrotó a la naturaleza exterior, transformándola en fetiches o mercancías, y también en apuestas de los juegos estratégicos. En este proceso, explica el autor, nos hemos apropiado del planeta y excluido todas las otras especies de su territorio, ahora global, deteriorando los

ecosistemas: nos hemos situado en el centro del ecosistema Tierra, y actuado como que se apropian de todo, confunden el uso y el abuso, lesionando y destruyendo el anfitrión, parásitos comprometiendo nuestra existencia (p. 54-67).

A su vez, Murray Bookchin, en su obra *Por una sociedad ecológica*, 1974, sostuvo que no se podría hacer ecología natural sin ecología social, y que esta última supone el fin de la jerarquía y de todas las formas de dominación. Su análisis, abarca temas que van desde una crítica a la lógica capitalista, que, según él, es por naturaleza intrínsicamente antiecológica, transformando tanto a los humanos como a la naturaleza en sus víctimas, hasta la ecología como problema social, derivado de la alienación del hombre respecto a la naturaleza, que se ha incrementado con el desarrollo tecnológico y el crecimiento de las ciudades (p. 76-77).

Con relación a las aportaciones hacia un desarrollo humano y social, a inicios de la década de 1990 Max Neef afirmaba que el "desarrollo a escala humana se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autosuficiencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología" (p. 30), tanto en los procesos globales como en los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado. Para ello, defiende la institución de una base sólida "a partir del protagonismo real de las personas, como consecuencia de privilegiar tanto la diversidad como la autonomía de espacios en que el protagonismo sea realmente posible", ya que "lograr la transformación de la persona-objeto en persona-sujeto del desarrollo es, entre otras cosas, un problema de escala; porque no hay protagonismo posible en sistemas […] organizados jerárquicamente desde arriba hacia abajo" (p. 30). Asimismo, sostiene, por un lado, que el desafío para alcanzar este estado de desarrollo está estrechamente vinculado a la capacidad de la propia sociedad civil de organizarse en movimientos sociales y políticos articulados y representativos, con el propósito de poner en marcha, conjuntamente con responsables por la planificación, proyectos hacia las necesidades, acciones y aspiraciones de los diversos y heterogéneos sujetos sociales.

Estos conceptos pueden ser complementados con los de Amartya Sen cuando define el desarrollo como un proceso de expansión de las libertades reales de que disfrutan los individuos, ya que la libertad es, al mismo tiempo, el fin primordial y el medio principal del desarrollo, y que las capacidades individuales dependen, entre otros, de los sistemas económicos, sociales y políticos.

Estas y otras contribuciones, y los acontecimientos que les siguieron, como la elaboración de Informes, la realización de Conferencias y Cumbres, y la firma de Convenios, Protocolos y Acuerdos a nivel internacional, culminaron con la

aceptación e implementación de este nuevo paradigma basado en un "desarrollo socio-ecológico", que son objeto de examen, porque contribuyeron definitivamente a sentar las bases de un movimiento global que clama por una concienciación medio-ambiental, y que se analiza en este capítulo desde los avances hacia un planeta más sostenible y equitativo, en los que el Programa "Man and Biosphere" y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) poseen un papel esencial.

Metodología

Este análisis se diseñó como una revisión sistemática bajo un esquema interpretativo y cualitativo que busca confirmar una hipótesis: Las Reservas de la Biosfera y el Programa "Man and Biosphere" (MAB) contribuyen a alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).

Para ello se cumplen varias etapas:

a) una exhaustiva revisión bibliográfica sobre los contenidos que tratan del contexto en el que se crearon las Reservas de la Biosfera, el Programa "Man and Biosphere" (MAB), así como la Red Mundial de Reservas de la Biosfera, dentro de un conjunto de iniciativas a nivel global;
b) la búsqueda de datos en diversas bases de fuentes oficiales, como la Organización de las Naciones Unidas, la UNESCO, la Comisión Europea, el Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de España, y en organizaciones internacionales que estudian los varios aspectos del desarrollo sostenible y del cambio climático, como *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), *Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Biodiversidad y Servicios de los Ecosistemas* (IPBES), *World Climate Research Programme* y *World Wildlife Fund* (WWF), entre otros.
c) La evaluación y selección de los criterios, y artículos que presentan informaciones y datos necesarios para la organización y la elaboración de este capítulo, en el que también fueron imprescindibles los datos obtenidos en las Webs de la Red Mundial de Reservas de la Biosfera, su homónima regional Red Iberoamericana de Reservas de la Biosfera, y dos de sus ámbitos nacionales: Red Española de Reservas de la Biosfera y Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. Estas últimas han posibilitado ampliar el debate, elaborando un estudio comparativo entre dos países: España y Brasil.
d) La elaboración del texto propiamente dicho, desde un enfoque reflexivo y analítico, primando, inicialmente la problemática, y a continuación, un estudio sobre el esfuerzo necesario para elaborar normativas que sirvan de base

para aplicar políticas de incentivo para la reducción de la contaminación y la destrucción de los ecosistemas, ante las consecuencias del cambio climático.

Todo esto con el objetivo de identificar y analizar las razones por las que se afirma que las directrices y estrategias de actuación, establecidas por el Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB) y la Red Mundial de Reservas de la Biosfera no solo incentivan, sino que también contribuyen a alcanzar los 17 Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS), planteados en el marco de la Agenda 2030. La principal justificación de este análisis, son las recientes transformaciones ocurridas en los territorios donde se sitúan las reservas de la biosfera, debido a los cambios de ritmo en el uso de los recursos naturales, en gran parte por el incremento del número de visitantes y la masificación en algunos itinerarios.

Hacia un planeta más sostenible y equitativo: contexto y avances

Ya en la década de 1950, estudios realizados por el filósofo Günther Anders (*Die Antiquiertheit des Menschen* I, 1956), la teórica política Hannah Arendt (*The Human Condition*, 1958), el economista rumano Nicholas Georgescu-Roegen (*The Entropy law and the Economic Process*, 1971) y el *Informe Meadows* de 1972 - encargado por el Club de Roma y elaborado por Donella Meadows-, demostraban que caminamos hacia una crisis medioambiental, y proponían un conjunto de recomendaciones hacia una sociedad sostenible (Zaar, 2021).

Sus contribuciones fueron esenciales para que a partir de la década de 1970 se realizasen conferencias internacionales en las que, se discutiese esta coyuntura y se propusiesen soluciones, con importantes repercusiones en las medidas adoptadas en las últimas cinco décadas.

Fue en la Primera Conferencia sobre el Medio Ambiente Humano en Estocolmo, Suecia, en 1972, cuando se dio el impulso inicial de este proceso, con la elaboración de la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, firmada en 1992 en Rio de Janeiro. Sus 27 principios que asocian las actuaciones de los seres humanos a la necesidad de preservación del medioambiente, destacan la necesidad de erradicar la pobreza, la importancia de la solidaridad global y el intercambio de conocimientos para la integridad del ecosistema Tierra, el papel de los Estados y de las legislaciones nacionales para reducir la degradación medioambiental, y la necesidad de una amplia participación ciudadana en este proceso (ONU, 1972).

Cinco años más tarde, en la Primera Conferencia Mundial sobre el Clima (Ginebra, 1979) convocada por la Organización Meteorológica Mundial (OMM), se estableció un Programa Mundial sobre el Clima (PMC), y se hizo un llamamiento a

los gobiernos a hacer frente a este reto. Fue cuando las actividades humanas ganaron un protagonismo mayor: se consideró, por primera vez, el cambio climático antropogénico como una amenaza real para el planeta, y se firmó una declaración que llamaba a los gobiernos a prever y evitar los cambios provocados por el ser humano (Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de España, s/f).

En esta misma línea de pensamiento, la publicación en 1987 del Informe "Nuestro futuro común" -conocido también como "Informe Brundtland"-, por la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo de las Naciones Unidas, supuso un punto de inflexión, al contrastar las posturas sobre el desarrollo económico y la necesidad de la sostenibilidad medioambiental.

Estas iniciativas contribuyeron a que en la Cumbre de la Tierra celebrada en la ciudad de Rio de Janeiro en 1992, se firmasen documentos vitales para el avance que tuvimos en las últimas dos décadas en materia de acuerdos internacionales:

a) el Convenio sobre la Diversidad Biológica, un tratado internacional jurídicamente vinculante con tres objetivos principales: la conservación de la diversidad biológica, la utilización sostenible de sus componentes y la participación justa y equitativa en los beneficios que se deriven de la utilización de los recursos genéticos (ONU, 1992);
b) la Agenda 21 (Programa 21), un plan de acción que gobiernos, organizaciones vinculadas a las Naciones Unidas y organismos de desarrollo se comprometen a aplicar en todas las áreas, para reducir los efectos de la actividad humana sobre el medio ambiente (ONU, 1992).

También estuvieron asociadas a la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, creada en 1992 y que entró en vigor en 1994, a partir de la cual se derivaron varios instrumentos:

a) El Protocolo de Kyoto en 1997, como el primer acuerdo internacional en el que los países industrializados firmaron compromisos concretos y establecieron un calendario de actuación. Se logró un acuerdo vinculante con todos los países firmantes para que entre 2008 y 2012 se redujesen las emisiones de los seis gases que más potencian el efecto invernadero en un 5,2%, respecto a 1990. También se creó el *Green Climate Fund* (Fundo Verde para el Clima), como un mecanismo financiero para apoyar proyectos, programas, políticas y otras actividades en países en desarrollo (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, s/f).

b) El Acuerdo de París (diciembre de 2015) en el que se estableció "mantener el aumento de la temperatura media mundial muy por debajo de 2°C sobre los niveles preindustriales y proseguir los esfuerzos para limitarlo a 1,5°C", reconociendo que ello reduciría considerablemente los riesgos y los efectos del cambio climático (Comisión Europea; ONU, 2015; Zaar, 2021).
c) El Marco Mundial para los Servicios Climáticos (MMSC) que se estableció en 2009 con objeto de alcanzar una mejor gestión de los riesgos asociados a la variabilidad del clima y al cambio climático, así como de facilitar la adaptación al mismo (Organización Meteorológica Mundial, Marco Mundial para los Servicios Climáticos: propuesta de valor, 2009).

A su vez, y abarcando aspectos más amplios, destacan las siguientes cumbres:

a) Cumbre del Milenio en Nueva York con la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas, firmada en septiembre de 2000 que comprende los ocho Objetivos generales de Desarrollo del Milenio (ODM), para alcanzar hasta 2015.
b) Cumbre de la Tierra de Johannesburgo 2002, en la que se firmó una Declaración Política y un Plan de Implementación que incluyó disposiciones que cubren un conjunto de actividades y medidas para lograr un desarrollo que tenga en cuenta el respeto por el medio ambiente.
c) Cumbre Río+20 (2012) cuyo documento final "El futuro que queremos", reconoce que los problemas derivados de la actuación humana sobre los ecosistemas, poseen una alta probabilidad a que se acentúen en los decenios siguientes.

En la Cumbre Rio+20 también se reconoció la necesidad de poner en marcha una serie de objetivos, que se pasó a conocer como Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y cuyas metas están conexas con el propósito de atender, al mismo tiempo, a las necesidades humanas y al cambio medioambiental. Además, se adoptó directrices innovadoras sobre políticas de economía verde y estrategia para financiar el desarrollo sostenible.

Este largo camino de más de 50 años, culminó en 2015 con la Agenda 2030 y los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) establecidos en la Asamblea General de las Naciones Unidas, interconectados y diseñados para ser un plan que logre un futuro mejor y más sostenible para todos, hasta 2030. Con sus 169 metas de carácter integrado, abarca las esferas sociales, medioambientales y económicas (Cuadro 1).

Cuadro 1 – Principales eventos y publicaciones. Contribuciones y sus derivaciones

EVENTOS Y PUBLICACIONES	LUGAR/INSTITUCIÓN Y FECHA	PRINCIPALES CONTRIBUCIONES	DERIVACIONES
Publicaciones: *- Die Antiquiertheit des Menschen I,* *-The Human Condition,* *- The Entropy law and the Economic Process*	1956, 1958 y 1971, respectivamente	Un conjunto de recomendaciones hacia una sociedad sostenible	Constituyó la base inicial para los futuros informes y acuerdos internacionales
Publicación del Informe Meadows	Club de Roma, elaborado por Donella Meadows, 1972	Expone los límites del crecimiento económico en un planeta limitado	Un conjunto de recomendaciones para una sociedad sostenible
Primera Conferencia sobre el Medio Ambiente Humano	Estocolmo, 1971	Elaboración de la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, firmada en 1992, en Río de Janeiro	27 principios que asocian las actuaciones de los seres humanos a la necesidad de preservación del medioambiente
Primera Conferencia Mundial sobre el Clima	Organización Meteorológica Mundial, Ginebra, 1979	Programa Mundial sobre el Clima (PMC)	Declaración que llama a los gobiernos a prever y evitar los cambios provocados por el ser humano
Publicación del "Informe Brundtland"	Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, 1987	Contrasta posturas sobre el desarrollo económico y la necesidad de la sostenibilidad medioambiental	Informaciones que sirvieron de base para acuerdos internacionales
Cumbre de la Tierra	Rio de Janeiro, 1992	Convenio sobre la Diversidad Biológica	Tratado internacional para la conservación de la biodiversidad
		Agenda 21 (Programa 21)	Plan de acción para gobiernos y organismos internacionales
		Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático	-Protocolo de Kyoto, 1997; *-Green Climate Fund*
			Acuerdo de París, 2015
			Marco Mundial para los Servicios Climáticos (MMSC), 2009
Cumbre del Milenio	Nueva York, septiembre de 2000	Declaración del Milenio de las Naciones Unidas	Los ocho Objetivos generales de Desarrollo del Milenio (ODM)

Cumbre de la Tierra	Johannesburgo 2002	Declaración Política y un Plan de Implementación	Responsabilidades gubernamentales y empresariales en la implementación de planes
Cumbre Río+20	Rio de Janeiro, 2012	-Documento "El futuro que queremos" - Se reconoció la necesidad de poner en marcha los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)	Agenda 2030 y dos 17 ODS que, con sus 169 metas de carácter integrado, abarcan las esferas social, medioambiental y económica

Fuente: Elaboración propia.

Simultáneamente a estas cumbres y sus acuerdos, se crearon varias instituciones que subsidiaron las tomas de decisiones en estas y otras iniciativas:

a) En 1980 se creó el *World Climate Research Programme* con el propósito de determinar la previsibilidad del clima y la responsabilidad de las actividades humanas en la alteración del mismo.
b) En 1988 se instituyó el *Panel Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático* (IPCC), órgano científico internacional que examina y evalúa la bibliografía científica, técnica y socioeconómica relacionada con el mismo y que ya publicó varios informes, el último en 2022, en el que enfatiza la importancia de un desarrollo que sea resiliente para el clima, y en consecuencia para el ser humano y los ecosistemas.
c) En 1998, la *World Wildlife Fund* (WWF) publicó, por primera vez, el *Informe Planeta Vivo*, con el propósito de estudiar, el estado y la evolución de la biodiversidad del planeta. Su último Informe de 2024 afirma "La naturaleza está desapareciendo: hemos perdido el 73% de las poblaciones de vertebrados en 50 años" (WWF, 2024).
d) En 2001, se creó el *Global Carbón Proyect* que tiene como fin trabajar con la comunidad científica internacional y establecer una base de conocimientos común y mutuamente acordada, para asesorar el debate sobre políticas y acciones, con la finalidad de frenar el aumento de gases de efecto invernadero en la atmósfera (Zaar, 2021).
e) En 2010 se fundó la *Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Biodiversidad y Servicios de los Ecosistemas* (IPBES), con el objetivo de reforzar la interfaz científico-política sobre la biodiversidad y los ecosistemas, y de contribuir a su conservación, al bienestar humano y al desarrollo sostenible. Sus funciones principales consisten en identificar y priorizar

> la información científica necesaria y catalizar los esfuerzos para generar nuevos conocimientos, realizar evaluaciones regulares de los conocimientos en materia de biodiversidad y servicios de los ecosistemas, servir de apoyo para la elaboración y aplicación de políticas, mediante la identificación de instrumentos y metodologías relevantes, y priorizar las necesidades en materia de creación de capacidades (Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de España, s/f).

Es en este contexto que incluimos el Programa "Man and Biosphere" (MAB) de la UNESCO cuyo inicio fue en 1971, después de las publicaciones de Günther Anders (*The Antiquatedness of Man* I, 1956), de Hannah Arendt (*The Human Condition* 1958), de Nicholas Georgescu-Roegen (*The Entropy law and the Economic Process*, 1971) y casi simultáneamente a la publicación del *Informe Meadows* y la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, ambos en 1972. Se constituyó con la finalidad de establecer una base científica para mejorar la relación entre los seres humanos y el medio ambiente, ofreciendo posibilidades innovadoras sobre un futuro sostenible que haga hincapié en la conservación de la biodiversidad en las reservas de la biosfera, aunque, su reclamo como lugar turístico puede dificultar el logro de esta meta.

El Programa "Man and Biosphere" (MAB): las Reservas de la Biosfera como protagonistas para la praxis de los ODS

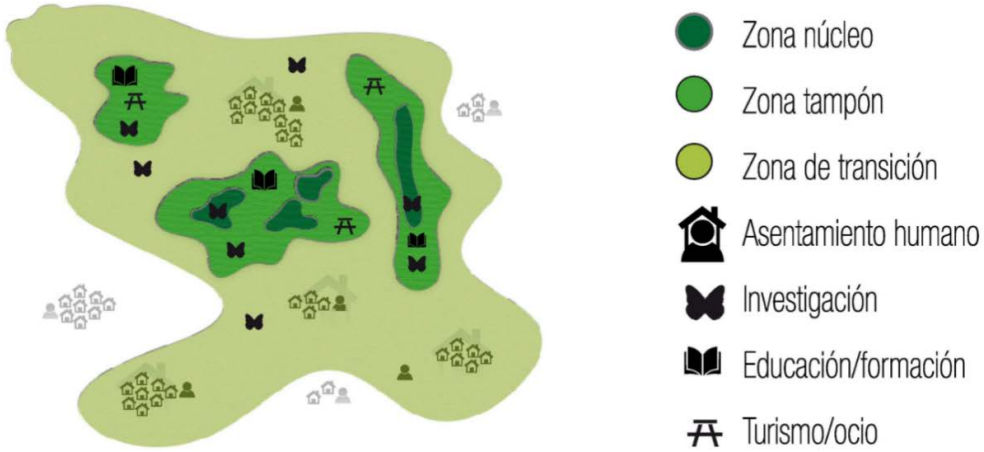
El Programa "Man and Biosphere" es un programa científico intergubernamental que tiene por meta desarrollar las bases, dentro de las ciencias naturales y sociales, para el uso racional, sostenible y la conservación de los recursos de la biosfera, mejorando así, la relación ser humano-naturaleza. Se conjugan para esto, además de la aplicación práctica de las ciencias exactas y naturales con las ciencias sociales, la educación y la economía como ámbitos esenciales en la mejora en los medios de subsistencia de los seres humanos, el aprovechamiento equitativo de los beneficios y la preservación de los ecosistemas, sean naturales u no, promoviendo de esta manera, planteamientos innovadores para un desarrollo sostenible, desde el punto de vista cultural, social y económico.

Los ámbitos de aplicación son las reservas de la biosfera, en las que se incluyen ecosistemas terrestres, costeros y/o marinos que posean una biodiversidad representativa en una región biogeográfica, desde prácticas de conservación adecuadas.

Para alcanzar estas metas, cada reserva de la biosfera debe combinar tres funciones interconectadas -conservación, desarrollo y apoyo logístico- a través de

distintas áreas caracterizadas por: 1) zonas núcleo protegidas jurídicamente constituidas y en las que se realizan tareas de conservación e investigación; 2) zonas tampón adyacentes, en las que se incluyen, además de la conservación y la investigación, la educación y el turismo; 3) zonas exteriores de transición y también asentamientos humanos, donde autoridades públicas, comunidades locales y empresas fomenten y practiquen formas sostenibles de explotación de sus recursos, entre ellas, las actividades turísticas (Figura 1).

Figura 1 – Estructura básica de una Reserva de la Biosfera



Fuente: Red Iberoamericana de reservas de la Biosfera (IberoMAB), adaptada por la autora.

Así, las reservas de la biosfera han sido instituidas como modelos territoriales donde se aplican métodos interdisciplinarios para estudiar y gestionar los cambios e interacciones que ocurren entre los sistemas sociales y ecológicos. También se previene la conservación de la biodiversidad y los posibles conflictos, como puede ser el turismo masivo, mediante soluciones que concilien su explotación con el desarrollo sostenible a escalas locales y regionales.

A esto, también han contribuido sinérgicamente:

a) la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural, que instituyó una Lista del Patrimonio Mundial de sitios culturales y naturales de valor universal excepcional, y que deberán ser preservados en todos sus aspectos.

b) la Convención intergubernamental relativa a los Humedales (Convención de Ramsar) firmada en 1971, que establece un marco para la adopción de medidas nacionales y la cooperación internacional para la conservación y el uso racional de los humedales y sus recursos.

De este modo, las Reservas de la Biosfera, por su vocación de territorios para el desarrollo sostenible, son lugares privilegiados para trabajar experiencias científicas aplicables, y transmitirlas a otros territorios (Miren Onaindia, 2020-2021, p. 5), razón por las que "resultan ser los escenarios idóneos donde ensayar la transición a la sostenibilidad" (De Lucio *et al*., 2020, p. 61)..

En este sentido, la estructura intergubernamental de la UNESCO apoya el programa MAB y los gobiernos nacionales, regionales y locales, respaldando así la planificación e implementación de programas de investigación, además de la capacitación con asistencia técnica y asesoramiento científico.

Respecto a la biodiversidad, las Directrices Técnicas para las Reservas de la Biosfera, defienden su conservación natural y biocultural, mediante proyectos asociados a la conservación de la naturaleza y al desarrollo sostenible. También establecen los factores que influyen en la zonificación: territorios de un alto valor biodiverso, que presentan mínimas perturbaciones antropogénicas, «bosques primarios» y «zonas en estado natural», salud del ecosistema y un tamaño que posibilite la prestación de sus servicios, conectividad entre ecosistemas y corredores, o una configuración de su entorno físico (2022, p. 32).

Estas condiciones residen en el hecho que la diversidad biológica abarca la totalidad del vasto espectro de la vida, desde los genes individuales hasta la totalidad de la biosfera. Así, las decisiones sobre lo que necesitamos conservar para salvarla, implican lidiar con una enorme variedad de posibles de todo tipo y tamaño. Por eso, no todos estos objetivos pueden alcanzarse mediante enfoques convencionales de áreas protegidas (Coetzer, Witkowski, Erasmus, 2013).

En se tratando de actividades turísticas sostenibles, es necesario que se consideren todas las consecuencias presentes y futuras de las mismas, ya sean medioambientales, sociales o económicas, prioritariamente en el ámbito de las comunidades locales (Organización Mundial del Turismo, 2022).

Es por esta razón que los parámetros para alcanzar la sostenibilidad, incluyen también "la participación directa de la población local en la gestión de las reservas de la biosfera, junto con el mantenimiento de las actividades de investigación y vigilancia en ellas, constituyendo así, la mejor garantía para la conservación a largo plazo de los recursos genéticos a escala mundial", como afirma Michel Batisse (1982, p. 1).

La estrategia del Programa "Man and Biosphere" 2015-2025 y los 17 ODS

La gestión sostenible de los bosques es crucial para la resiliencia de los ecosistemas (IPCC, 2022). En 2015, había 651 reservas de la biosfera en 120 países, entre ellas 14 reservas transfronterizas, situadas en territorio de dos o más países. Fue cuando, en el 4° Congreso Mundial de Reservas de la Biosfera (Lima, Peru), se presentó, se debatió y se aprobó su Plan Estratégico para 2015-2025, en el que se intensifica su apoyo a los Estados Miembros en favor de la conservación de la biodiversidad, el restablecimiento y la mejora de los servicios de los ecosistemas, y el fomento del uso sostenible de los recursos naturales; la creación de economías y sociedades sostenibles, sanas y equitativas y de asentamientos humanos prósperos; además del empoderamiento de las personas, a fin de atenuar los efectos del cambio climático y adaptarse a éste.

Estos principios están directamente vinculados a los 17 Objetivos del Desarrollo Sostenible, a saber:

- ODS 1. Fin de la pobreza
- ODS 2. Hambre cero
- ODS 3. Salud y bienestar
- ODS 4. Educación de calidad
- ODS 5. Igualdad de género
- ODS 6. Agua limpia y saneamiento
- ODS 7. Energía sostenible y no contaminante
- ODS 8. Trabajo decente y crecimiento económico
- ODS 9. Industria, innovación e infraestructura
- ODS 10. Reducción de las desigualdades
- ODS 11. Ciudades y comunidades sostenibles
- ODS 12. Producción y consumo responsables
- ODS 13. Acción por el clima
- ODS 14. Vida submarina
- ODS 15. Vida de ecosistemas terrestres
- ODS 16. Paz, justicia e instituciones sólidas
- ODS 17. Alianzas para lograr los objetivos (ONU, 2015)

Para alcanzar estas metas, La Estrategia del Programa "Man and Biosphere" 2015-2025 (ONU. Conferencia General, Estrategia del Programa el Hombre y la

Biosfera para el periodo 2015-2025, 2015), trazó cuatro objetivos principales, definió cinco ámbitos de acción, y estableció los resultados esperados.

Todos ellos asociados al hecho de que la conservación de la biodiversidad y de los ecosistemas son esenciales para un desarrollo resiliente, lo que requiere proteger entre el 30% y el 50% de las áreas terrestres y acuáticas del planeta (IPCC, 2022).

Los objetivos y sus vínculos con los 17 ODS son:

1. Conservar la biodiversidad, restaurar y mejorar los servicios de los ecosistemas, y fomentar el uso sostenible de los recursos naturales (ODS 7, 11, 12, 13, 14, 15);
2. Contribuir a construir sociedades y economías sostenibles, sanas y equitativas y asentamientos humanos prósperos en armonía con la biosfera (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15);
3. Facilitar la ciencia sobre la biodiversidad y la sostenibilidad, la educación para el desarrollo sostenible y la creación de capacidades (ODS 4, 8, 9, 13, 14 y 15);
4. Apoyar la atenuación de los efectos del cambio climático y otros aspectos del cambio medioambiental mundial y la adaptación a éste (ONU, 2015, Anexo - pág. 7) (ODS 13 principalmente).

Asimismo, se definieron sus ámbitos de acción:

1. La Red Mundial de Reservas de Biosfera compuesta por modelos de funcionamiento eficaz para el desarrollo sostenible;
2. Colaboración y creación de redes inclusivas, dinámicas y orientadas a los resultados dentro del Programa MAB y la Red Mundial de Reservas de Biosfera;
3. Colaboraciones externas eficaces y financiación suficiente y sostenible para el Programa MAB y la Red Mundial de Reservas de Biosfera;
4. Comunicación, información e intercambio de datos de forma integral, moderna, abierta y transparente;
5. Gobernanza eficaz del Programa MAB y la Red Mundial de Reservas de Biosfera y dentro de ellos (ONU, 2015, Anexo - pág. 10-14).

Y, considerando que la planificación del desarrollo y la cooperación internacional debe integrar la adaptación y la mitigación para reducir la vulnerabilidad y restaurar ecosistemas (IPCC, 2022), se establecieron los resultados esperados en tres escalas de actuación:

1. Que los Estados Miembros y demás administraciones:

1.1 Presten un apoyo activo a las reservas de biosfera como modelos para la aplicación de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMCCNU), la Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación y el Marco Mundial para los Servicios Climáticos, y velen por la prestación permanente de los servicios de los ecosistemas en las propias reservas de la biosfera, así como en las comunidades que dependen de estos servicios para su salud y bienestar.

1.2 Pongan en práctica una planificación eficaz, equitativa y participativa para el desarrollo sostenible en las reservas de la biosfera, y para que éstas contribuyan directamente en la salud y el bienestar de quienes viven en ellas y quienes con ellas están relacionados.

2. Que las reservas de la biosfera:

2.1 Sirvan de modelo para estudiar, establecer y demostrar enfoques innovadores que fomentan la resiliencia de las comunidades, mediante la diversificación de los medios de subsistencia, empresas ecológicas y sociales, comprendido el turismo responsable, para que influyan positivamente en la conservación de la biodiversidad y su uso sostenible.

2.2 Sean lugares de actividades de aprendizaje, formación y creación de capacidades innovadoras en los planos regionales, nacionales y mundial para poner en práctica acciones articuladas de conservación y uso sostenible de la biodiversidad, del consumo responsable, de la atenuación de los efectos del cambio climático y la adaptación a éste, además del bienestar cultural y socioeconómico de las comunidades humanas.

3.3 Se transformen en lugares prioritarios para la formulación y aplicación de estrategias sobre la adaptación a los efectos del cambio climático y su atenuación, en particular mediante: a) la eficacia energética y el desarrollo y adopción de energías renovables y limpias, así como el ahorro de energía mediante un consumo responsable; y b) métodos relacionados con la captación de carbono y la reducción de las emisiones resultantes de la deforestación y la degradación de los bosques.

3. Que se creen a nivel local, regional, nacional e internacional:

3.1 Una red de científicos que trabajen en reservas de la biosfera con el objetivo de aportar conocimiento y colaborar con sus administradores/coordinadores y otras partes interesadas, ya que la ciencia de la sostenibilidad se caracteriza por la utilización de metodologías centradas en la solución de problemas mediante el diálogo entre la misma y la sociedad, desde la integración de

múltiples formas de conocimiento que conduzcan a políticas adecuadas hacia un desarrollo sostenible.

3.2 Alianzas con el objetivo de que las reservas de biosfera desempeñen su función de conservación de la biodiversidad y reporten beneficios a las poblaciones locales, contribuyendo así a la consecución del plan estratégico en favor de la diversidad biológica;

3.3 Acuerdos multilaterales sobre el medio ambiente y el logro de los correspondientes ODS (ONU, 2015, 38 C/55 Anexo - pág. 7-10).

Así, y teniendo en cuenta que la gestión sostenible de los bosques es crucial para la resiliencia de los ecosistemas (IPCC, 2022), el MAB advoca por un enfoque ecosistémico, desde el Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB), como una estrategia que integra los 17 ODS para la conservación y el uso sostenible y equitativo de los sistemas terrestres, acuáticos/marítimas por el ser humano.

La Red Mundial de Reservas de la Biosfera

Bajo estos preceptos, en 1976 se instituyó la Red Mundial de Reservas de la Biosfera (RMRB) del Programa MAB como un conjunto dinámico e interactivo de sitios de excelencia, que promueve la colaboración norte-sur, sur-sur y sur-norte-sur, y representa un instrumento único para la cooperación internacional mediante el intercambio de experiencias y conocimientos especializados, el desarrollo de las capacidades y la promoción de mejores prácticas en las Reservas de la Biosferas (UNESCO, s/f).

En su Marco Estatutario se refleja el objetivo principal, que es el de "extender el reconocimiento de las reservas de la biosfera, alentar y promover ejemplos de buen funcionamiento en lugares de excelencia para el ensayo y la demostración de métodos de conservación y desarrollo sostenible en escala regional" (UNESCO; MAB; ODS, 2020, s/p).

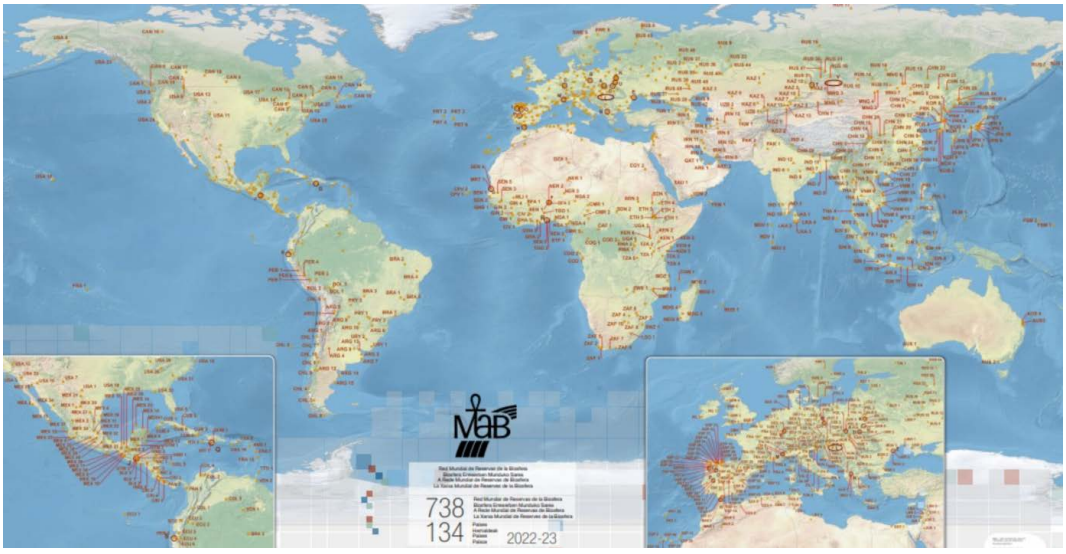
El ámbito de actuación de esta Red comprende "un mosaico de sistemas ecológicos representativos de las principales regiones biogeográficas, incluyendo una progresividad de intervenciones humanas", donde se brinda la posibilidad de explorar y demostrar enfoques para el desarrollo sostenible a escala regional" (UNESCO; MAB; ODS, 2020, p. 29).

Así pues, en las reservas de la biosfera se prioriza la integración de la diversidad biológica y cultural y se reconoce el contexto natural-histórico-sociocultural y económico en la reordenación de estos ecosistemas. Todo ello, fomentado desde sistemas de gobernanza innovadores y participativos: un enfoque de participación

múltiple, haciendo especial hincapié en la participación de las comunidades locales en la gestión de estos enclaves, cuyos representantes son renovados cada 10 años.

En este contexto, el incremento del número de reservas de la biosfera y de países que se incorporan a su Red mundial se ha incrementado constantemente en los últimos años, gracias al surgimiento de este nuevo enfoque volcado a la concienciación para la conservación de espacios naturales únicos y a la difusión de conceptos sobre la sostenibilidad: en 2016 había 669 reservas de la biosfera en 120 países, de las que 16 eran transfronterizas; en 2022 ya eran 738 en 134 países, incluyendo 22 transfronterizas; en 2023 se añadieron otras 10 reservas; y en 2024, la Red Mundial de Reservas de la Biosfera contaba con 759 reservas, situadas en 136 países (Figura 2).

Figura 2 – Red Mundial de Reservas de la Biosfera (2024)



Fuente: Red Española de Reservas de la Biosfera. El Programa MAB de la UNESCO s/f.

Esta Red Mundial de Reservas de la Biosfera cuenta con el apoyo de otras redes regionales, formadas por sus respectivos comités nacionales:

- La EuroMAB, Red de Reservas de la Biosfera en Europa y Norteamérica (EEUU y Canadá), creada en 1987, con 53 países, constituyéndose como la mayor red regional del MAB.
- La Red Iberoamericana de MAB (IberoMAB), creada en 1992 y que comprende 24 países de América Latina y el Caribe, España y Portugal.

- La Red de Reserva de la Biosfera del Atlántico Oriental (REDBIOS) creada en 1994 y que comprende las Islas Canarias (España), Cabo Verde, Guinea Bissau, Madeira y Azores (Portugal), Mauritania, Marruecos, Santo Tomé y Príncipe, y Senegal.
- La Red de Reserva de la Biosfera de Asia Oriental creada en 1994 y formada por China, las dos Coreas, Japón, Kazajstán, Mongolia y la Federación de Rusia.
- La Red Africana de Reservas de la Biosfera (AfriMAB), creada en 1996 e integrada por 33 países.
- The ArabMAB, que se puso en marcha oficialmente en 1997 y representa a 18 países árabes.
- La Red de Reserva de la Biosfera del Sudeste Asiático (SeaBRnet) creada en 1998, y de la que forman parte Camboya, China, Indonesia, Japón, Laos, Malasia, Myanmar, Filipinas, Tailandia y Vietnam.
- La Red del MAB para Asia Central y Meridional (SACAM), creada en 2002 y formada por Afganistán, Bangladés, Bután, India, Irán, Kazajistán, Maldivas, Nepal, Pakistán y Sri Lanka.
- La Red del MAB para el Pacífico (PacMAB), que se creó en 2006 y abarca los Estados Federados de Micronesia, Kiribati, Palau, Papúa Nueva Guinea, Samoa y Tonga.
- La Red Mundial de Reservas de la Biosfera Insular y Costera que se estableció en 2012 y comprende 22 países.
- La Red de Reservas de la Biosfera Mediterráneas (RRBBMed) instituida en 2015, y que tiene como meta facilitar el intercambio y la transferencia de conocimiento entre ambas orillas del Mediterráneo.

Todas ellas, comparten los mismos propósitos, que son los de estudiar, aplicar y difundir estrategias para preservar la diversidad biológica y el patrimonio, promover el desarrollo sostenible, así como adaptarse y a la vez mitigar los efectos del cambio climático.

Con el objetivo de consolidar prioridades, reforzar la colaboración y definir un Plan de Acción Mundial para el futuro, entre 22 y 26 de septiembre de 2025, se realizará el 5º Congreso Mundial de Reservas de la Biosfera en Hangzhou (China).

Según las estimativas, se prevé que participen más de 2.000 partes interesadas -entre científicos, responsables políticos, líderes comunitarios, empresarios y conservacionistas-, y los debates,

> "se centrarán en la contribución de la Red Mundial de Reservas de Biosfera a la sostenibilidad mundial, alineando los esfuerzos con marcos internacionales clave como el Marco Mundial para la Biodiversidad de Kunming-Montreal y el Acuerdo de París sobre el Cambio Climático" (UNESCO, s/f).

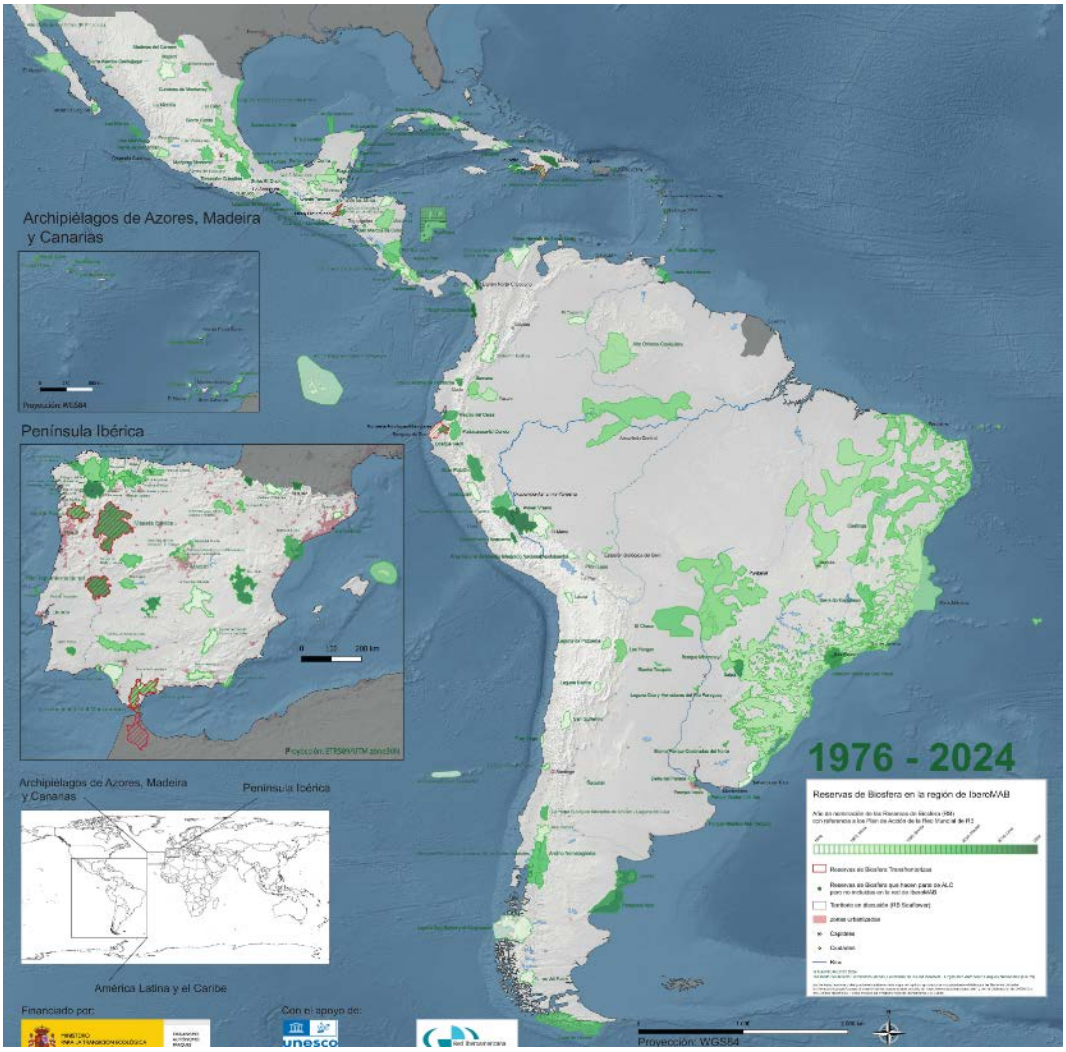
De este modo, tanto el Programa "Man and Biosphere", como la Red Mundial de las Reservas de la Biosfera (RMRB) dan continuidad a sus propósitos, que son contribuir al alcance de los Objetivos de Desarrollo Sostenible y a la aplicación de la Agenda 2030, para el desarrollo de las reservas de la biosfera mediante la difusión mundial de nuevos modelos de desarrollo sostenible. Esto se hará mediante la aplicación de una serie de objetivos estratégicos, de ámbitos y planes de acción estratégicos, que promuevan -mediante alianzas externas eficaces-, la participación de los Estados y la cooperación científica internacional en torno a los problemas críticos para el desarrollo sostenible a diferentes escalas territoriales, a corto, medio y largo plazos.

Las Reservas de la Biosfera en España y Brasil

Tanto Brasil como España son miembros activos de la Red de Comités Nacionales MAB y de la Red de Reservas de la Biosfera de Iberoamérica y El Caribe (IberoMaB), que están formadas por 197 Reservas de la Biosfera de 24 países (de las cuales 7 son transfronterizas) y que abarcan una superficie de 4 millones de km^2 donde habitan cerca de 106 millones de personas (Red Española de Reservas de la Biosfera, s/f) (Figura 3).

Sin embargo, mientras Brasil participa únicamente de la Red de Comités Nacionales MaB y Reservas de la Biosfera de Iberoamérica y El Caribe, (IberoMaB), España, por su situación geográfica, también participa de otras dos redes: la EuroMaB la red más antigua, integrada por 302 Reservas de la Biosfera situadas en Europa, EEUU y Canadá; y la Red de Reservas de la Biosfera Mediterráneas (MedMaB) (Red Española de Reservas de la Biosfera, s/f).

Figura 3 – Red IberoMab. Reservas de la Biosfera (2024-2025)



Fuente: IberoMab. Para obtener detalles acceder a http://rerb.oapn.es/images/PDF_publicaciones/2025-02-14_IberoMAB_V1_SEGIB.jpg

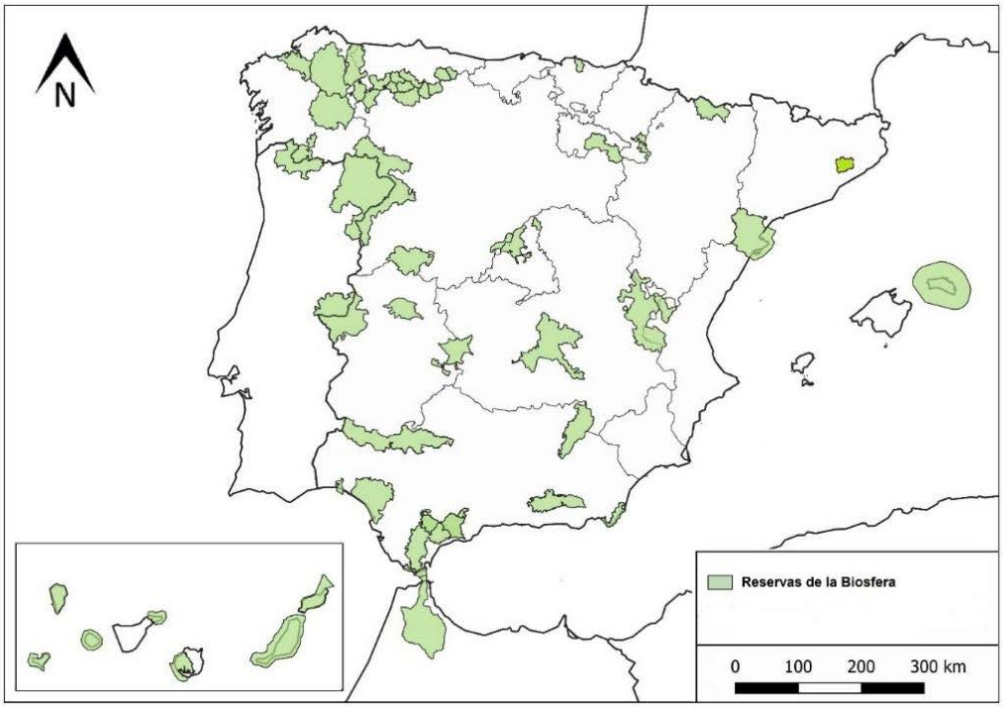
Aunque las metas de los miembros participantes de estas redes son similares, el contexto de cada país y las características de sus reservas son diferentes, y, por lo tanto, peculiares, lo que induce a elaborar un breve análisis, con el objetivo de identificar sus rasgos propios desde un estudio comparativo.

En España, hay 55 Reservas Naturales de la Biosfera, y 4 de ellas se sitúan en áreas trasfronterizas: 3 con Portugal (Meseta Ibérica; Tajo-Trejo Internacional; Transfronteriza Geres-Xures) y una con Marruecos (Intercontinental del Mediterráneo).

Las primeras reservas de la biosfera fueron la de la Sierra de Grazalema (Andalucía) con 53.411,27 ha y Ordeza-Viñamala (Aragón) con 117.264,99 ha, así declaradas en el año de 1977, y las últimas, Vall d'Aran (Cataluña) y Irati (Navarra) que consiguieron esta distinción en 2024.

Respecto a su distribución territorial, las reservas españolas se extienden por 16 de las 17 Comunidades Autónomas: 18 de ellas están agrupadas en la región noroeste, 7 se concentran en la Comunidad Autónoma de Canarias, otras 8 en la Comunidad Autónoma de Andalucía, y las demás se sitúan en otras regiones. En total cubren el 15% del territorio español, en el que se desarrollan diversas actividades, como la agricultura en pequeña escala, la cría de ganado, y más recientemente, actividades asociadas al turismo (Figura 4).

Figura 4 – Red Española de Reservas de la Biosfera



Fuente: Elaborado por Rubén Giménez García, 2025 y adaptado por la autora.

La Red Española de Reservas de la Biosfera las clasifica según las siguientes características:

a) Agua como protagonista: 10 reservas localizadas en diferentes regiones, caracterizadas por lagunas y humedales;

b) Islas-gestión integrada: una reserva situada en la Comunidad Autónoma Balear (Islas Baleares) y otras siete en la Comunidad Autónoma de Canarias (Archipiélago Canario);

c) Alta montaña: una reserva situada en los Pirineos aragoneses y otra en Sierra Nevada;

d) Ambiente mediterráneo de media montaña: 14 reservas que ocupan las mesetas centrales, aunque también la Reserva del Montseny.

e) Montaña Cantábrica: el noroeste de España, principalmente las Comunidades Autónomas Principado de Asturias, Castilla-León y Galicia.

f) Transfronterizas: tres reservas compartidas con Portugal y una con Marruecos.

En Brasil, son 7 las reservas de la biosfera. Una de ellas, la mayor, es la de la Mata Atlântica, creada en 1991 y que comprende una vasta extensión desde la Región Nordeste hasta el estado de Rio Grande do Sul, en el extremo sur del país (89.700.000 hectáreas), incluyendo una amplia gama de ecosistemas terrestres, costeros y/o marinos. Forma un gran corredor ecológico en 17 estados brasileiros y tiene como objetivo principal la conservación, la recuperación y el uso responsable de sus biosistemas.

A la Mata Atlântica se suman otras seis:

a) Reserva de la Biosfera del Cerrado, declarada en 1993, con una superficie de 30 mil hectáreas, y se localiza en la región central de territorio brasileño, abarcando superficies del Distrito Federal y los estados de Goiás, Tocantins, Maranhão y Piauí.

b) Reserva de la Biosfera del Cinturón Verde de la Ciudad de São Paulo, reconocida en 1994 con 2,4 millones de hectáreas, y compuesta por 78 municipios.

c) Reserva de la Biosfera del Pantanal, reconocida en 2000 con una superficie de 60 millones de hectáreas, se extiende sobre una planicie pantanosa que abarca los estados de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul, limitando con sus países vecinos Bolivia y Paraguay.

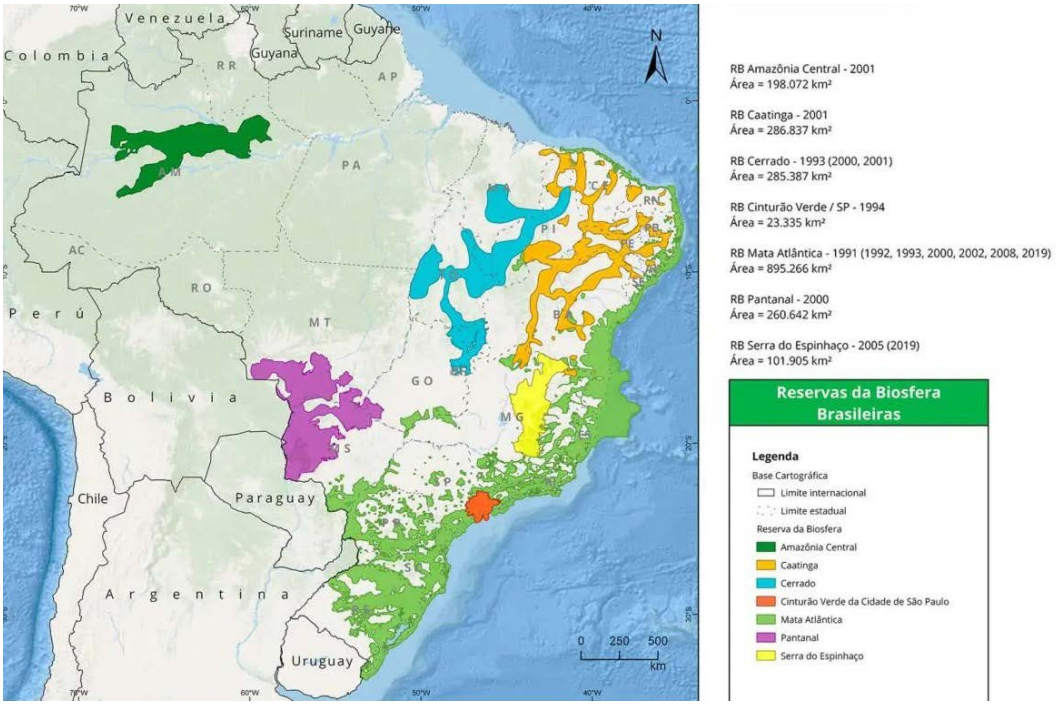
d) Reserva de la Biosfera de la Amazonía Central, creada en 2001 con casi 20 millones de hectáreas, y compuesta por Unidades de Conservación, con el objetivo de conservar porciones estratégicas de la cobertura forestal.

e) Reserva de la Biosfera de la Caatinga creada en 2001 que comprende parte de los nueve estados del Nordeste, además del norte de Minas Gerais, con casi 20 millones de hectáreas de superficie. Sus prioridades, además de conservar la rica biodiversidad de la región, son la lucha contra la desertificación y

la promoción de actividades económicas sostenibles (apicultura, turismo, artesanía, etc.).

f) Reserva de la Biosfera de la Sierra de Espinhaço reconocida en 2005, ubicada en la Sierra de Espinhaço, estado de Minas Gerais, con una superficie total de poco más de 10 millones de hectáreas (Rede Brasileira de Reservas de la Biosfera, s/f (Figura 5).

Figura 5 – Rede Brasileira das Reservas da Biosfera



Fuente: Rede Brasileira de Reservas da Biosfera (RBRB), s/f.

A nivel comparativo entre España y Brasil, destacan varios aspectos. Uno de ellos es la relación entre sus superficies totales, el número de reservas de la biosfera y sus extensiones.

El territorio español de aproximadamente 500.000 Km², se caracteriza por un gran número de reservas, en su mayoría de pequeña extensión, tal como las reservas situadas en la Comunidad Autónoma del Principado de Asturias, con extensiones que varían entre 20 mil y 60 mil hectáreas, aunque también existen otras con menor extensión, como la reserva de la Biosfera Marismas de Odiel en la Comunidad Autónoma de Andalucía, con solo 12 mil hectáreas. Por otra parte, las reservas de la biosfera españolas más extensas son Dehesas de Sierra Morena en la Comunidad

Autónoma de Andalucía con 425 mil hectáreas, Terres de L'Ebre en la Comunidad Autónoma de Cataluña con 287 mil hectáreas y Doñana en la Comunidad Autónoma de Andalucía con 270 mil hectáreas.

El territorio brasileño, se distingue por un pequeño número de reservas en un territorio inmenso, de aproximadamente 8,5 millones de km². Esta condición, tiene como consecuencia reservas con grandes superficies: la mayor corresponde a la Reserva da Biosfera Mata Atlântica con casi 90 millones de hectáreas, y la menor, la Reserva da Biosfera del Cinturón Verde de la Ciudad de São Paulo, posee 2,4 millones de hectáreas, que por su situación geográfica -una región muy urbanizada y con tradición industrial-, la hace esencial.

Así que, mientras en Brasil, se reconocieron como reservas de la biosfera extensas áreas, en España la mayoría de las reservas de la biosfera abarcan territorios pequeños, cuyas singularidades les distinguen de su entorno.

Otro punto a contrastar son las fechas de reconocimiento de las reservas de la biosfera de estos dos países. Mientras en España la creación de las dos primeras reservas data del año 1977 adelantándose a la constitución de la EuroMAB en 1987, en Brasil el primer reconocimiento ocurrió en 1994 con la Reserva de la Biosfera del Cinturón Verde de la Ciudad de São Paulo, hecho que seguramente está vinculado a la formación de la IberoMAB en 1992.

Un tercer aspecto a considerar es cómo evoluciona el número de reservas reconocidas. Mientras en Brasil, se reconocieron todas las reservas entre 1994 y 2005, algunas de ellas ampliadas posteriormente en varias etapas (RB Mata Atlântica, RB Cerrado y RB Espinhaço), en España la creación de reservas de la biosfera ha sido continua, culminando con el reconocimiento de dos ellas en 2024: Vall d'Aran (Cataluña) y Irati (Navarra).

Con relación a otras características que se podrían contrastar, lo que tendría un mérito singular, es el análisis de todos las dimensiones vinculadas a las Reservas de la Biosfera de Iberoamérica y El Caribe (IberoMaB) o de sus homónimas regionales, para determinar su relación precisa con los ODS, es decir, si cumplen o si están consiguiendo avanzar en los esfuerzos para lograr los Objetivos del Desarrollo Sostenible, aunque muchas de ellas se han reconvertido en zonas de masificación turística. Sería una tarea muy laboriosa, ya que muchos datos disponibles están a escala municipal.

Respecto a la masificación turística, en España se constata que ocurre principalmente en los fines de semana y meses de verano, lo que exige medidas de control en muchas reservas, como reflejan los análisis de algunos capítulos de esta publicación. En Brasil, debido a la gran extensión de las reservas, algunos estudios

en ciernes o concluidos en áreas concretas aportan importantes contribuciones al tema, y se incluyen en otros capítulos.

Con relación con el cumplimiento de los Objetivos del Desarrollo Sostenible en los municipios que abarcan las reservas de la biosfera, en Brasil habría la necesidad de evaluar por lo menos 4.467 de estos, y los que comprenden la reserva de la biosfera del Pantanal, cuyo número no está disponible en las Webs consultadas.

En España, las tres reservas más extensas comprenden 101 municipios. Otras reservas como la de Valles de Leza, Jubera, Cidacos y Alhama (La Rioja) comprende 26 municipios y la reserva Mancha Húmeda otros 30, lo que indica que el total de municipios involucrados podría superar el millar.

En este mismo contexto, tanto en España como en Brasil, existe un gran número de reservas de la biosfera que abarcan solo un porcentaje de la superficie de los municipios que a integran, lo que dificulta distinguir si la evaluación es la misma en un área urbanizada y en una reserva de la biosfera.

A pesar de estas dificultades, se han elaborado estudios de caso en los que se analizan algunos de los muchos municipios que se sitúan en las Reservas de la Biosfera de Iberoamérica y El Caribe (IberoMaB), como se refleja en esta publicación.

Conclusiones

En las últimas décadas se ha hecho un gran esfuerzo en materia de normativas y criterios para mejorar los índices de sostenibilidad en los diversos ámbitos que les atañe (natural, social, cultural, económico…). Los avances han sido notables, comparando con el contexto de las décadas de 1970 o 1980, aunque, desde los años 1950 había informes que advertían sobre las consecuencias de la destrucción de los ecosistemas, y la necesidad de que los países se pusiesen de acuerdo para reducir esta tendencia, mediante la aplicación de legislaciones más restrictas sobre la contaminación (atmosférica, suelo, recursos hídricos…), y un intercambio de conocimientos para cuidar los ecosistemas preservados, y recuperar la biodiversidad en los que se encuentran deteriorados.

Desde este escenario se tomó la iniciativa de organizar cumbres y se instituyó un gran número de organizaciones que se dedican a estudiar cómo las actividades humanas interfieren en el comportamiento de los ecosistemas, y buscar soluciones para que no se convierta en un callejón sin salida.

Una de estas iniciativas, ha sido la creación de las Reservas de la Biosfera, del Programa "Man and Biosphere" (MAB), y de la Red Mundial de Reservas de la Biosfera, que, con apoyo de la UNESCO y otras organizaciones intergubernamentales,

poseen como objetivo principal, estudiar y preservar estos sistemas -que están en diferentes niveles de conservación-, desde los Objetivos de Desarrollo Sustentable.

Así, lo que se observa es que se ha puesto en marcha una serie de instrumentos que posibilitan a las administraciones nacionales, regionales y locales adaptarse a la singularidad de cada reserva de la biosfera, para que se consiga avanzar en este proceso, aportando mejorías en las diversas esferas que caracteriza un desarrollo sustentable.

¿Se consigue avanzar? Aunque las normativas y criterios adoptados son generales, este recorrido depende mucho del propósito de las administraciones de priorizar la sustentabilidad ante la explotación, bien sea agraria, industrial o de servicios (turismo). También depende de las poblaciones que viven en estas áreas y cuya concienciación y participación en este proceso de preservación y recuperación es fundamental para que su avance sea integral.

Mientras eso ocurre, la investigación se transforma en una prioridad, ya que provee de datos e informaciones que no solo ayudan en la toma de decisiones, sino que también acompañan y analizan el logro de los ODS, incluyendo los retrocesos y sus causas.

Y, aunque, en el caso de las reservas de la biosfera, la investigación constituye un trabajo arduo debido a la falta de datos específicos fidedignos, es una necesidad, para que proyectos como los que integran las reservas de la biosfera a nivel mundial, sigan adelante y se transformen en modelos para otros territorios. Solo de este modo conseguiremos superar la actual crisis antropogénica y mejorar nuestra relación con el ecosistema Tierra, nuestro anfitrión.

Bibliografía

BATISSE, Michel. The Biosphere Reserve: A Tool for Environmental Conservation and Management. **Environmental Conservation**, vol. 9 , Issue 2 , Summer, p. 101-111, 1982. DOI: https://doi.org/10.1017/S0376892900019937

BOOKCHIN, Murray. **Por una sociedad ecológica**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1974.

COETZER, Kaera; WITKOWSKI, Edward; ERASMUS, Barend. Reviewing Biosphere Reserves globally: effective conservation action or bureaucratic label? **Biological Reviews**, vol. 89, n. 1, 2013. DOI: https://doi.org/10.1111/brv.12044

COMISIÓN EUROPEA. **Acción por el Clima**, s/f. Disponible en https://ec.europa.eu/clima/policies/international/negotiations/paris_es.

DE LUCIO, José V.; HERRERO, Cristina; RODRÍGUEZ, Beni; BARBER, Juana; VARELA, Bernardo; MIGUÉLEZ, Aquino; RUEDA, Tomás; POU, Antonio. Claves de éxito de las

experiencias de transición a la sostenibilidad en reservas de la biosfera: Investigación participativa e intervención sobre sistemas ecológicos y sociales. Fórum de Sostenibilidad. **Revista de la Catedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible de la UPV/EHU**, n. 9, p. 59-71, 2020-2021. Disponible en https://www.ehu.eus/cdsea/web/wp-content/uploads/2017/03/V.-FINAL-REVISTA-FORUM-9.pdf. Consulta el: 20 nov. 2024.

GOBIERNO DE ESPAÑA. MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO DE ESPAÑA. **Plataforma Intergubernamental sobre Biodiversidad y Servicios Ecosistémicos** (IPBES). https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/temas/conservacion-de-la-biodiversidad/conservacion-de-la-biodiversidad-en-el-mundo/cb_mundo_plataforma_ipbes.aspx. Consulta el: 5 abr. 2025.

GOBIERNO DE ESPAÑA. MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO DE ESPAÑA. **La Convención Marco de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático** (CMNUCC), s/f. Disponible en https://www.miteco.gob.es/es/cambio-climatico/temas/el-proceso-internacional-de-lucha-contra-el-cambio-climatico/naciones-unidas.html#la-convencion. Consulta el: 20 mar. 2025.

GLOBAL CARBON PROJECT. Disponible en https://www.globalcarbonproject.org/about/index.htm. Consulta el: 10 abr. 2025.

GUATARRI, Félix. **Las tres ecologías**. Valencia: Pré-Textos, 1996 [1989].

INFORME PLANETA VIVO. **2018: Apuntando más alto**. Disponible en http://awsassets.wwf.es/downloads/informe_planeta_vivo_2018.pdf?_ga=2.80222672.699498645.1563707033-1726489900.1561834853. Consulta el: 12 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Protocolo de Kyoto**, s/f. Disponible en https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2011/08/resumo_dos_resultados_da_cop-17.pdf. Consulta el: 15 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Disponible en https://archive.ipcc.ch/home_languages_main_spanish.shtml. Consulta el: 15 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Disponible en https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Consulta: 10 mai.2025.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). Disponible en https://www.ipbes.net/. Consulta el: 14 abr. 2025.

MAX NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Gorgen; MEADOWS, Dennis**. Los límites del crecimiento**, Barcelona: Galaxia Guterberg, 2006.

ONAINDIA, Miren. Presentación. Fórum de Sostenibilidad. **Revista de la Catedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible de la UPV/EHU**, n. 9, 2020-2021. Disponible en https://www.

ehu.eus/cdsea/web/wp-content/uploads/2017/03/V.-FINAL-REVISTA-FORUM-9.pdf. Consulta el: 22 abr. 2025.

ONU. **Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo**, Estocolmo, 1972. Disponible en https://www.un.org/spanish/esa/sustdev/documents/declaracionrio.htm. Consulta el: 20 abr. 2025.

ONU. **Convenio sobre la Diversidad Biológica**, 1992. Disponible en www.cbd.int/doc/legal/cbd-es.pdf. Consulta el: 18 abr. 2025.

ONU. **Programa 21/Agenda 21**, 1992. Disponible en https://www.un.org/spanish/esa/sustdev/agenda21/agenda21toc.htm. Consulta el: 20 abr. 2025.

ONU. **El Acuerdo de París**, 2015. Disponible en https://unfccc.int/es/acerca-de-las-ndc/el-acuerdo-de-paris. Consulta el: 05 mai. 2025.

ONU. **Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) ultimados en 2015 con ocho propósitos de desarrollo humano.** Disponible en https://www.undp.org/content/undp/es/home/sdgoverview/mdg_goals.html. Consulta el: 05 mai. 2025.

ONU. **Objetivos del Desarrollo Sostenible y Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**, 2015. Disponible en http://www.un.org/sustainabledevelopment/es/2015/09/la-asamblea-general-adopta-la-agenda-2030-para-el-desarrollo-sostenible/. Consulta el: 10 mai. 2025.

ONU. **Conferencia General, Estrategia del Programa el Hombre y la Biosfera para el periodo 2015-2025**, 38ª reunión, 2015, París. Disponible en https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234624_spa. Consulta el: 12 mai. 2025.

ORGANIZACIÓN METEOROLÓGICA MUNDIAL. **Marco Mundial para los Servicios Climáticos: propuesta de valor**, 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Desarrollo Sostenible**, 2022. Disponible en https://www.unwto.org/es/desarrollo-sostenible. Consulta el: 12 mai. 2025.

RED ESPAÑOLA DE RESERVAS DE LA BIOSFERA. Disponible en http://rerb.oapn.es/red-espanola-de-reservas-de-la-biosfera/; http://rerb.oapn.es/espana-y-las-redes-del-programa-mab/participacion-espanola-en-las-redes-del-programa-mab/presentacion y http://www.rerb.oapn.es/documentacion-y-difusion/publicaciones-y-documentos. Consulta el: 12 mai. 2025.

RED ESPAÑOLA DE RESERVAS DE LA BIOSFERA. **El Programa MAB de la UNESCO** s/f. Disponible en: http://rerb.oapn.es/el-programa-mab-de-la-unesco/presentacion. Consulta el: 12 abr. 2025.

RED IBEROAMERICANA DE RESERVAS DE LA BIOSFERA (IberoMAB). **Seguimiento de las acciones a desarrollar por los Comités Nacionales MAB o puntos focales de la Red IberoMab en el marco de su 2º Plan de Acción (2018-2025)**, 2022. Disponible en https://reservasdabiosfera.org.br/wp- content/uploads/2022/08/Cumplimiento_PAI_RB_IberoMaB_2022-1.pdf y http://rerb.oapn.es/images/PDF_publicaciones/2025-02-14_IberoMAB_V1_SEGIB.jpg. Consulta el: 15 mai. 2025.

RECLUS, Élisée (1985) O Homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Florestan (Org. y Coord.). **Reclus Élisée**. São Paulo: Editora Ática, p. 38-40. Título original: Préface. L'homme est la nature prenant conscience d'elle-mêsme. *L'homme et la Terre*, 1905-1908, tomo I.

REDE BRASILEIRA DE RESERVAS DA BIOSFERA (RBRB). Disponible en https://reservas-dabiosfera.org.br/. Consulta el: 15 mai. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 3. ed. 2008.

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad**. Barcelona: Planeta, 2000.

SERRES, Michel. **El contrato natural**. Valencia: Pretextos, 1991.

UNESCO. **Directrices técnicas para las Reservas de la Biosfera**, 2022. Disponible en https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375692_spa. Consulta el: 10 set. 2024.

UNESCO. **5º Congreso Mundial de Reservas de Biosfera.** Disponible en https://www.unesco.org/es/articles/5o-congreso-mundial-de-reservas-de-biosfera. Consulta el: 15 mai. 2025.

UNESCO; MAB; ODS. **Red Mundial de Reservas de Biosfera. Marco Estatutario**, 2020. Disponible en https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373378_spa. Consulta el: 10 mai. 2025.

UNESCO. **Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB)**. Disponible en: https://www.unesco.org/es/mab/wnbr/about. Consulta el: 12 mai. 2025.

WORLD CLIMATE RESEARCH PROGRAMME. Disponible en: https://www.wcrp-climate.org/. Consulta el: 20 abri. 2025.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). Índice Planeta Vivo. **Informe planeta vivo 2024.** Disponible en: https://www.wwf.es/nuestro_trabajo/informe_planeta_vivo_ipv/informe_planeta_vivo_2024_perdidad_biodiversidad/. Consulta el: 10 mai. 2025.

ZAAR, Miriam Hermi. Cambio climático antropogénico y decrecimiento. **Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de enero de 2021, vol. XXV, n. 250. DOI: https://doi.org/10.1344/ara2021.250.33232.

Capítulo 4

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap04

INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA DE PLATAFORMA NA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA: CONTRADIÇÕES DE UM DEBATE

Maria Aparecida Pontes da Fonseca[1]
Ricardo Rayan Nascimento Rocha[2]
Hugo Aureliano da Costa[3]
Kerlei Eniele Sonaglio[4]
Rubén Giménez-García[5]

Introdução

A década de 1990 constitui um marco no turismo brasileiro no que se refere às políticas públicas direcionadas para fins de turistificação. Nesse período foi formatada a primeira Política Nacional de Turismo no Brasil (1996), com a definição de alguns programas estruturantes. Conforme discutido por Candiotto e Bonetti (2015), a partir desse momento as políticas oficiais de turismo passaram a incorporar o discurso da sustentabilidade.

Na década seguinte, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), criado em 2003 pelo Ministério do Turismo (MTUR), por sua vez, reforçou a necessidade de interiorização do turismo, considerando-se que essa atividade se apresentava fortemente concentrada no litoral brasileiro (Cruz, 2018; Dantas, 2013), fato que ainda se manifesta nos dias atuais.

1 Doutora. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de produtividade em pesquisa - PQ-2/CNPq. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4606530449881824. E-mail: maria.pontes@ufrn.br

2 Mestre. Doutorando em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4058452686100591. E-mail: ricardo.rocha.037@ufrn.edu.br

3 Doutor. Professor na Secretaria Municipal de Educação de Natal, RN, Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/0007418624637855. Email: aureliano.hugo@gmail.com

4 Doutora. Professa da Universidade de Brasília e do PPGTUR da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/1823313556538300. E-mail: kerleisonaglio@gmail.com

5 Doctor. Profesor Ayudante Doctor en el Departamento de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0001-7889-994X . Email: rubengim@ucm.es

Paralelamente, a natureza pouco transformada pela ação humana passou a ser valorizada e as experiências mais autênticas assumiram relevância com a difusão do ideário de sustentabilidade. Dado o grau de artificialização do litoral brasileiro decorrente do seu processo histórico de ocupação, o turismo passou a ser difundido para o interior (Fonseca *et al*., 2022) em função de uma nova demanda emergente que desejava um outro modelo de turismo, diferente daquele desenvolvido no período fordista no litoral associado ao sol e praia, isto é, o turismo de massa.

Portanto, além das ações do poder público, a interiorização do turismo no Brasil verificada nas últimas décadas está atrelada ao discurso da sustentabilidade. A Agenda 2030 veio reforçar essa narrativa, citando diretamente o turismo (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 8, 12 e 14)[6] e observando que a atividade turística pode contribuir para atingir as metas estabelecidas, bem como a necessidade de implementação de políticas para promoção do turismo sustentável "que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais" (UNWTO, 2015, p. 1-2).

Em consonância com o paradigma da sustentabilidade, é importante mencionar ainda que na década de 1990 também foram criadas as primeiras Reservas da Biosfera no Brasil chanceladas pela UNESCO[7], sendo a Reserva da Biosfera da Caatinga (RBC) reconhecida em 2001. Nesse período, o turismo se consolida na faixa litorânea do Nordeste brasileiro (Fonseca *et al*., 2022a) e, a partir de 2000 verifica-se sua progressiva difusão para áreas interioranas situadas, inclusive, no Bioma da Caatinga, onde se insere a RBC.

Mais recentemente é possível destacar ainda um outro fator que está contribuindo para a expansão do turismo em direção ao interior do país: o avanço das plataformas de hospedagem. Essas plataformas vêm minimizar a deficiência de meios de hospedagem nos municípios turísticos interioranos, uma vez que tais equipamentos se encontram pouco desenvolvidos e deficientes nessas localidades. Esse terceiro elemento se constitui em uma inovação que complexifica o movimento em curso, isto é, o processo de interiorização, já que causa problemas nas localidades turísticas seja no campo ou na cidade, conforme amplamente discutidas na literatura (Aledo, 2016; Cocola-Gant, 2020), não coadunando com os ideários da sustentabilidade.

À medida que tais plataformas se apresentam como realidade na dinâmica do turismo em meio ao debate da sustentabilidade, "a presença da técnica (física e virtual)

6 6 ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e ODS 14 – Vida na água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

7 Em 1993, foram criadas as primeiras reservas da biosfera no Brasil: a Mata Atlântica e o Cerrado.

necessária para a existência e manutenção do modelo do *Airbnb* provoca tensões e transformações no espaço" (Simoni e Rua, 2021, p. 5). Dessa forma, é importante problematizar e avaliar a dinâmica espacial resultante do processo de interiorização do turismo estimulado pelas políticas públicas, o discurso de sustentabilidade e o surgimento da economia de plataforma.

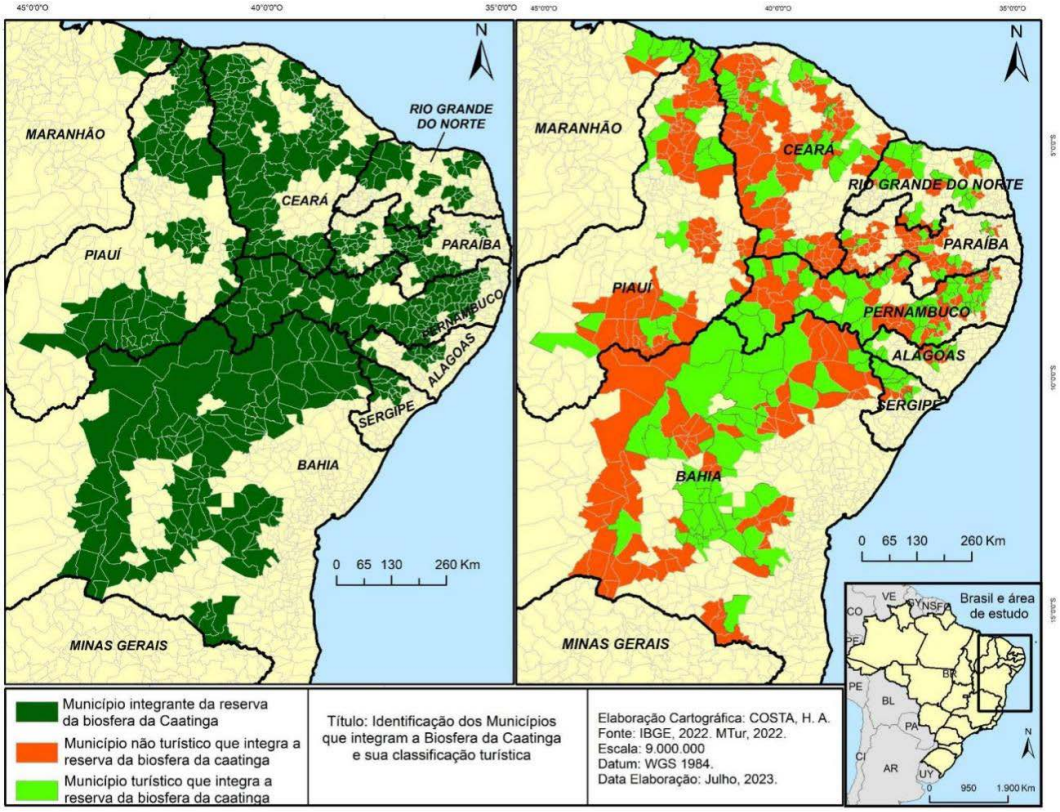
Considerando-se que a dimensão da psicosfera (Santos, 1999) associada à sustentabilidade assumiu relevância para promoção do turismo no interior do país, é importante avaliar se os destinos turísticos emergentes nesse contexto vêm se adequando aos princípios da sustentabilidade e contribuindo para alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030, ou seja, é necessário discutir como tais princípios têm norteado as ações de agentes públicos e privados nas localidades turísticas no interior do Brasil em suas distintas dimensões (sociocultural, ambiental e econômica), particularmente nas reservas das biosferas que, segundo a UNESCO (2023), são "lugares de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável".

Com o propósito de contribuir para essa discussão, o objetivo do trabalho é analisar como os municípios turísticos de Lençóis/BA, Gravatá/PE e Guaramiranga/CE, localizados na Reserva da Biosfera da Caatinga, vêm incorporando os princípios da sustentabilidade no sentido de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Agenda 2030.

Procedimentos metodológicos

A Reserva da Biosfera da Caatinga, instituída pela UNESCO em 2001, foi definida como recorte espacial do presente estudo (Figura 1). É importante mencionar a fragilidade do Bioma da Caatinga e ressaltar que nas últimas décadas vem sofrendo um processo de desertificação (Araújo & Sousa, 2011), sendo necessária a implementação de mudanças com relação ao manejo, uso e ocupação do solo pelas atividades tradicionais (agricultura, criação de rebanhos, atividade ceramista) no sentido de mitigar o processo de degradação ambiental em curso. O turismo se constitui em uma das atividades que recentemente vem sendo introduzidas e disseminadas na RBC e, portanto, a discussão sobre o modelo turístico implementado nesta área assume relevância.

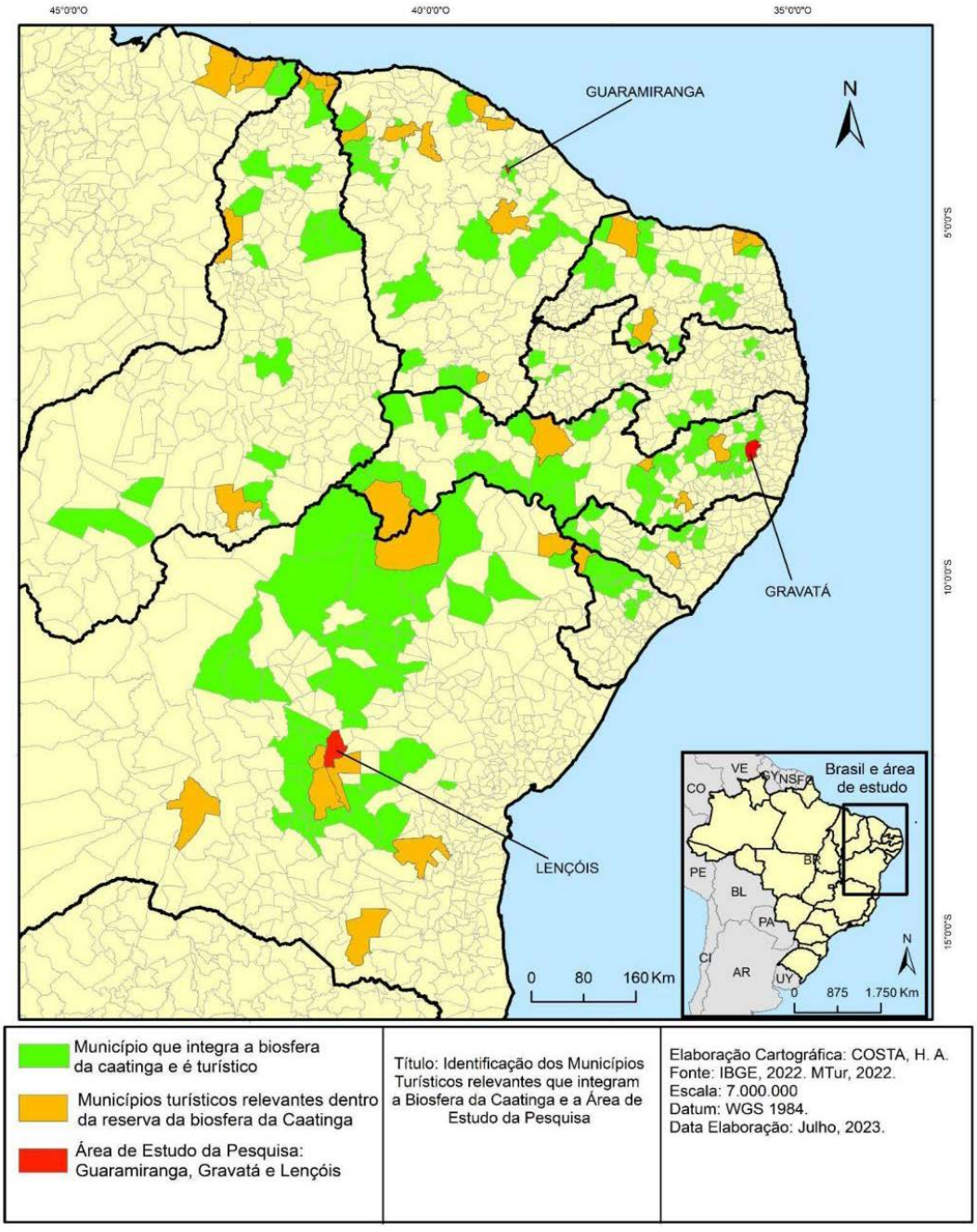
Figura 1 – Reserva da Biosfera da Caatinga



Fonte: Autoria própria (2023).

Conforme o Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP, 2023), a Reserva da Biosfera da Caatinga abrange 594 municípios, sendo que desse quantitativo 214 são considerados turísticos em diferentes estágios de evolução, segundo consta no Mapa do Turismo Brasileiro (MTur, 2023). No entanto, a partir de critérios utilizados em estudo anterior para identificar os municípios turísticos brasileiros (Fonseca *et al*., 2022), foram encontrados 36 municípios turísticos nesse recorte espacial, conforme Figura 2.

Figura 2 – Área de estudo



Fonte: Autoria própria (2023).

Para a caracterização geral dos 36 municípios turísticos inseridos na RBC, foram obtidos dados secundários em diferentes fontes de pesquisa: o número de

hospedagem no Cadastur (MTUR, 2023)[8]; os dados sobre imóveis cadastrados nas plataformas de hospedagem no *Airdna*[9]; informações sobre as tipologias, ano de criação e abrangência das unidades de conservação encontradas na RBC no Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA); os indicadores de sustentabilidade foram consultados por meio da plataforma que disponibiliza o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2023) de cada município brasileiro.

O aprofundamento da discussão foi possível através de um recorte espacial que abrangeu os municípios de Gravatá/PE, Guaramiranga/CE e Lençóis/BA, por meio de uma abordagem mais qualitativa. Apesar de se encontrarem em diferentes estágios de evolução da atividade, tais municípios apresentam protagonismo turístico no interior do Nordeste.

Nesses três municípios, foram realizadas 14 entrevistas com atores locais (representantes do poder público, instituição privada, comerciantes, associações e trabalhadores) nos meses de maio e junho de 2023, com o propósito de identificar como os princípios da sustentabilidade vêm sendo introduzidos na promoção do turismo, tendo como foco a valorização do local/regional.

Turismo no contexto da economia de plataforma e sustentabilidade

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mencionados na Agenda 2030 têm como base os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos entre 2000 e 2015 e resultam do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo (UNRIC, 2023).

O debate da sustentabilidade articula aspectos que, discursivamente, promovem a defesa dos bens culturais e ambientais da humanidade (Porto-Gonçalves, 2006; Sachs, 2002). Esse discurso repercute no reordenamento dos territórios turísticos estimulando a descentralização de políticas públicas de turismo sob a tônica do protagonismo "regional-local" (Fonseca *et al*., 2022). Nessa escala, é valorizado um "outro" turismo que contempla uma nova ética (Irving *et al*., 2020) e promove a valorização do local (cultura, produtos, empregos).

O contato com a natureza e a valorização dos produtos locais mais autênticos são tidos como essenciais nesse novo modelo de turismo. Paradoxalmente, diante do processo de globalização e de tendências homogeneizadoras do consumo, o

8 O Cadastur constitui uma importante fonte de informação sobre a atividade turística no Brasil disponibilizada pelo Ministério de Turismo, sendo o cadastro efetuado de forma voluntária pelos empresários. Apesar de não representar a totalidade das empresas do setor, é um indicativo da relevância assumida pelas atividades turísticas nos municípios brasileiros.

9 *Airdna* é uma plataforma que engloba várias outras plataformas de hospedagem relacionadas a aluguéis de temporada.

diferente também assume forte apelo no mercado (Fonseca, 2005). A valorização do local-regional é apropriada pelos agentes que ofertam os produtos turísticos, em consonância com a demanda emergente. O crescimento econômico que promove maior inclusão social também passou a ser destacado na perspectiva da sustentabilidade.

Independente das contradições existentes em torno desse paradigma, o fato é que, nas palavras de Irving *et al.* (2018), "a reflexão sobre sustentabilidade está impressa, irreversivelmente, na dinâmica contemporânea" (p. 23). Para esses autores, o paradigma da sustentabilidade ganha "fôlego" com a pandemia, de covid-19, sobretudo, ao oportunizar o protagonismo de destinos turísticos da escala "regional-local". Esses lugares turísticos assumem um papel central na dinamização do turismo nacional por serem menos massificados (Neves *et al.*, 2021), e, consequentemente, estarem associados à ética de um "turismo responsável" que valoriza aspectos culturais e naturais locais.

Aliado ao surgimento de novas tramas locacionais da atividade turística a partir da interiorização, após a crise mundial de 2008 o turismo é mediado cada vez mais pelo processo de plataformização do capitalismo atual, implicando em uma economia mais flexível e menos regulada (Cocola-Gant, 2020; Slee, 2017). O primeiro setor a ser atingido diretamente pelas plataformas foi o agenciamento de viagens, posteriormente o setor de hospedagem, seguido do transporte e da alimentação. A ação das empresas globais no âmbito da economia de plataforma repercute fortemente nas localidades turísticas e em distintas escalas (cidades globais, nacionais e locais).

Esse "capitalismo informacional" (Castells & Cardoso, 1999), mediado pela chamada "quarta revolução industrial" (Schwab, 2016) se materializa a partir da popularização dos aplicativos (apps) como mediadores de novas relações de consumo entre o prestador de serviço e o consumidor. Isso é o que autores como Pencarelli (2020) definem como "a revolução digital no setor de viagens e turismo". Plataformas como *EatWith*[10], *Uber* e *Airbnb* demarcam novas características no consumo turístico em que o turista/consumidor assume papel ativo em relação ao mercado tradicional do turismo. Como aponta David-Negre *et al.* (2018), o "turismo eletrônico" baseado em plataformas constitui uma das ferramentas mais importantes no mercado de turismo atual.

Portanto, "a situação do setor turístico está se transformando de maneira vertiginosa com a generalização massiva da economia colaborativa a o surgimento de um tipo de consumidor hiperconectado" (Cerdá-Mansilla *et al.*, 2021, p. 408). Nesse processo de plataformização do turismo, o *Airbnb* adquire singularidade, sobretudo

10 Plataforma virtual em que as pessoas/consumidores abrem e compartilham suas casas e cozinham para visitas.

por apresentar impacto estrutural para esse setor, afinal o setor de hospedagem é transformado perante um aplicativo flexível. Os consumidores, por conseguinte, tornam-se vinculados às novas estruturas das plataformas e os destinos turísticos se adequam a essa nova estrutura territorial do turismo.

Acerca da relação que se apresenta entre a sustentabilidade e o processo turístico imerso na lógica do capitalismo de plataforma, percebe-se que este intensifica as tensões e contradições no que se refere à conciliação entre questões econômicas, socioculturais e ambientais. Conforme Trivi e Travaro (2019, p. 17), "a relação entre o turismo e as plataformas digitais de aluguel é talvez o exemplo mais extremo da dinâmica que adquire o mercado imobiliário na atualidade e seus impactos no espaço urbano rural"

O turismo sustentável reproduz-se a partir de discursos em torno do consumo colaborativo, de baixo custo, da economia solidária e da valorização do "local". No entanto a atuação das plataformas no setor turístico acentua a gentrificação urbana/rural, o encarecimento de imóveis (Cocola-Gant, 2016, 2020; Sequera Fernandez, 2020; Aledo, 2016), a precarização do trabalho (Cardoso, Oliveira, 2020; Lopes, Gomes Jr, 2023; Amaral, Salomão, Strecker, 2023), dentre outros aspectos presentes na dinâmica das localidades turísticas.

O turismo na Reserva da Biosfera da Caatinga (RBC) e os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os municípios turísticos que se encontram na RBC (36) apresentam distintos níveis de desenvolvimento da atividade turística, sendo que a categorização turística atribuída[11] pelo MTUR até abril de 2025 se apresentava da seguinte forma: 23 destinos B; 8 destinos C; 4 destinos D; e 1 destino A (Tabela 1).

Tais municípios podem ser incluídos em diversas tipologias turísticas: negócios (11); natureza (11); praia (7); serra (3); religioso (2); histórico-cultural (1) e diversificado (1). Teresina, capital do Estado do Piauí, possui um turismo mais diversificado contemplando vários segmentos e situa-se em uma posição turística superior, sendo o único município categorizado com "A". Os municípios inseridos na tipologia "negócios" se constituem em polos econômicos e também apresentam melhores indicadores turísticos, sendo todos inseridos na categoria "B". Observa-se que as

11 O MTUR (2023) atribuía periodicamente categorias aos municípios turísticos brasileiros em função do nível de desenvolvimento da atividade: a categoria A para municípios turísticos consolidados e com fluxo turístico internacional; categoria E para os municípios em estágio inicial ou embrionário; categorias B, C e D aos municípios com desenvolvimento turístico intermediário. Em abril de 2025 esta categorização foi extinta e adotada outra classificação para os municípios turísticos: município turístico, município com oferta turística complementar, município de apoio ao turismo.

categorizações mais inferiores "C" e "D" são encontradas predominantemente nos municípios turísticos inseridos na tipologia natureza. Nessas localidades, o turismo é mais recente e sua infraestrutura mais rudimentar, sendo a rusticidade um elemento de atratividade.

Tabela 1 – Dados selecionados da atividade turística e índice de sustentabilidade dos municípios inseridos na Reserva da Biosfera da Caatinga – 2024

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA *	CATE-GORIA	AIRDNA **	AIRBNB ***	MH ****	ÍNDICE DE D.S.	NÍVEL DE D.S.
Arapiraca/AL	Negócio	B	-	24	17	41,42	baixo
Juazeiro/BA	Negócio	B	-	470	50	45,22	baixo
Jequié/BA	Negócio	B	-	34	18	47,57	baixo
Vitória da Con-quista/BA	Negócio	B	-	237	35	49,98	baixo
Quixadá/CE	Negócio	B	-	16	21	41,51	baixo
Sobral/CE	Negócio	B	-	74	27	53,56	médio
Arcoverde/PE	Negócio	B	-	22	-	42,36	baixo
Petrolina/PE	Negócio	B	373	469	-	49,85	baixo
Serra Talhada/PE	Negócio	B	-	48	-	45,58	baixo
Caicó/RN	Negócio	B	-	32	15	49,90	baixo
Mossoró/RN	Negócio	B	-	99	-	47,26	baixo
Andaraí/BA	Natureza	D	49	770	32	41,51	baixo
Lençóis/BA	Natureza	B	408	164	200	49,57	baixo
Mucugê/BA	Natureza	C	147	+1.000	40	47,23	baixo
Palmeiras/BA	Natureza	C	-	+1.000	116	45,93	baixo
Paulo Afonso/BA	Natureza	B	-	47	22	50,13	médio
Tianguá/CE	Natureza	B	-	172	23	48,64	baixo
Paulino Neves/MA	Natureza	D	-	984	-	45,09	baixo
Tutóia/MA	Natureza	D	-	77	-	42,65	baixo
Barreirinhas/MA	Natureza	B	573	933	-	45,07	baixo
S. R. Nonato/PI	Natureza	C	-	64	19	41,64	baixo
C. S. Francisco/SE	Natureza	D	-	201	19	´45,57	baixo
S. G. do Amarante/CE	Praia	C	296	323	51	44,76	baixo

Trairi/CE	Praia	C	338	732	69	44,00	baixo
C. da Praia/PI	Praia	C	285	+1.000	200	37,04	Muito baixo
Luís Correia/PI	Praia	B	566	+1.000	18	40,36	baixo
Parnaíba/PI	Praia	B	103	953	0	46,60	baixo
Touros/RN	Praia	C	-	827	20	46,65	baixo
S. M. do Gostoso/RN	Praia	B	341	539	136	45,90	baixo
Guaramiranga/CE	Serra	C	301	556	43	53,57	médio
Garanhuns/PE	Serra	B	318	389	-	42,11	baixo
Gravatá/PE	Serra	B	971	+1.000	-	42,86	baixo
Bom Jesus da Lapa/BA	Religioso	B	-	22	-	43,29	baixo
Juazeiro do Norte/CE	Religioso	B	-	229	300	46,89	baixo
Caruaru/PE	Histórico Cultural	B	372	367	-	46,05	baixo
Teresina/PI	Diversificado	A	236	287	40	43,75	baixo
TOTAL	-	-	5.677	15.161	1.531	-	-

Fonte: Fonseca, Todesco e Silva (2022); *Mtur (2023); ** Airdna - maio/2024; *** Airbnb – maio/2024 (Aplicativo - aproximação da área do município); ****Mapa do turismo brasileiro – maio/2024 (Exceto município de Luis Correia/PI cuja fonte foi Painel do turismo); Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) – maio/2024.

Essa categorização turística, que evidencia diferentes níveis de desenvolvimento e gestão do turismo, ajuda a entender a dinâmica que esse setor possui mediante a oferta turística. Entre os 10 municípios que mais empregam empregos formais, temos: na tipologia diversificada - Teresina (840); tipologia negócios - Mossoró (448), Vitória da Conquista (354) e Petrolina (319); tipologia histórico-cultural – Caruaru (387); tipologia serra – Gravatá (323) e Garanhuns (192); tipologia praia – Parnaíba (229) e São Miguel do Gostoso (165).

De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil, os municípios possuem um número reduzido de meios de hospedagem (hotéis, pousadas, flats etc.) no Cadastur[12] (MTur, 2023), totalizando 1.531; enquanto os imóveis cadastrados no *Airbnb* chegam a 15.161 unidades, indicando que as plataformas constituem uma inovação, diante da debilidade dos meios de hospedagem tradicionais. De acordo com Munkøe (2017), o *Airbnb* ultrapassa as redes mundiais de hotéis no que se refere ao valor de mercado.

12 O cadastro no Ministério do Turismo é voluntário, não representando a totalidade dos meios de hospedagem existente no município, no entanto é um dado importante para dimensionar a relevância turística da localidade.

De fato, é inegável que tais plataformas vêm contribuindo para a interiorização do turismo oferecendo mais uma opção de hospedagem aos viajantes, ao passo que acarreta intensa produção e especulação imobiliária que incide sobre a qualidade do lugar turístico ofertado, conforme será discutido no tópico seguinte.

A inserção desses agentes externos (*Airbnb)* amplia a possibilidade de participação da população local na atividade turística, oferecendo imóveis para fins turísticos. Por outro lado, resulta em processos de segregação e fragmentação do espaço, via intensificação da produção imobiliária através dos condomínios, constatado em número expressivo no município de Gravatá/PE, conforme informado pelo representante do poder público.

Já os indicadores de desenvolvimento sustentável são ruins e muito preocupantes, sendo que 32 municípios se enquadram em níveis baixos e 1 muito baixo, desse modo cerca de 92% dos municípios turísticos da RBC não apresentam desempenho satisfatório para avançar quanto aos ODS. Esse número expressivo de municípios com baixo desempenho indica que ainda terão grandes desafios para melhorarem seus indicadores. Apenas 3 municípios estão em situação intermediária (8%) quanto ao alcance dos ODS: Guaramiranga/CE (53,57) no segmento serra; Sobral/CE (53,56) no segmento negócios e Paulo Afonso/BA (50,13) no segmento natureza. Assim, o estado do Ceará tem desenvolvido políticas mais assertivas para avançar em direção a Agenda 2030.

As dimensões da sustentabilidade nos municípios turísticos interioranos: Gravatá, Lençóis e Guaramiranga

Visando a uma abordagem mais qualitativa, foram selecionadas três destinações turísticas representativas na RBC para aprofundar a discussão sobre turismo e sustentabilidade. O turismo começou a se desenvolver nessas localidades no mesmo período, sendo que em Gravatá teve início no final da década de oitenta, enquanto em Lençóis e em Guaramiranga a atividade começou a se estruturar a partir dos anos noventa. Gravatá e Guaramiranga situam-se em áreas serranas, e Lençóis está em uma chapada, sendo que a natureza (clima, atrativos naturais) tem grande apelo turístico nas três destinações. O turismo, nessas localidades, apresenta similitudes e se estrutura a partir do turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e turismo de eventos.

Em Gravatá e Lençóis (categoria B), a atividade está mais estruturada e sofre menos os efeitos da sazonalidade comparativamente a Guaramiranga (categoria C), que, por sua vez, possui um fluxo turístico mais reduzido (estadual/regional). Gravatá

tem maior poder de atratividade, com fluxos provenientes dos estados próximos (Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba) e Lençóis consegue atrair fluxo turístico nacional e internacional.

O discurso ambientalista e a difusão do ideário da sustentabilidade contribuíram para a promoção do turismo no interior do Brasil a partir da década de noventa (Fonseca *et al*., 2022) e a expansão do turismo nas localidades pesquisadas estão inseridas nesse contexto. No entanto a questão que se coloca é se tais destinações têm aderido aos princípios da sustentabilidade definidos na Agenda 2030 e, particularmente, se têm promovido produtos, empregos e a cultura local.

Analisando os indicadores de sustentabilidade a partir do IDSC (2023), verifica-se que Guaramiranga está melhor posicionado (53,57), apresentando um nível de desenvolvimento sustentável médio, enquanto Lençóis (49,57) e Gravatá (42,86) possuem um baixo nível de desenvolvimento sustentável. Considerando a classificação quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável para o conjunto dos municípios brasileiros (5.570), Guaramiranga se encontra na posição 737, seguido por Lençóis (1.706) e Gravatá (4.113), conforme a Tabela 2.

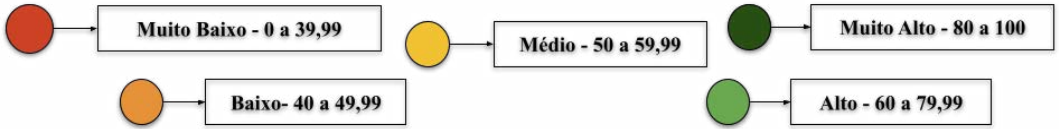
Tabela 2 – Indicadores de sustentabilidade de Gravatá, Lençóis e Guaramiranga – 2023

INDICADORES	LENÇÓIS	GRAVATÁ	GUARAMIRANGA
1 – Erradicação da Pobreza	51,68	55,04	53,89
2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	58,58	58,40	36,33
3 – Saúde e Bem-estar	65,32	66,05	74,42
4 – Educação de Qualidade	37,45	33,06	54,28
5 – Igualdade de Gênero	47,89	18,9	30,9
6 – Água Limpa e Saneamento	75,0	75,61	53,30
7 – Energia Limpa e Acessível	37,34	58,67	58,77
8 – Trabalho Decente e crescimento econômico	39,25	34,51	32,93
9 – Industria, inovação e infraestrutura	7,02	6,10	1,20
10 – Redução das Desigualdades	54,76	53,66	79,48
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	77,69	66,62	82,41
12 – Consumo e produção responsáveis	70,91	76,82	62,73
13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	62,68	56,88	79,12
14 – Vida na Água	57,14	1,6	68,0
15 – Proteger a Vida Terrestre	44,51	20,11	43,84

16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	48,71	27,89	77,38
17 – Parcerias e Meios de Implementação	6,75	18,74	21,77
Pontuação geral	49,57/100	42,86/100	53,57/100
Classificação geral no Brasil	1.706 / 5.570	4.113 / 5.570	737 / 5.570
Nível de Desenvolvimento Sustentável	Baixo	Baixo	Médio

Fonte: Índice de Desenvolvimento das Cidades (IDSC, 2023).

Legenda - Nível de Desenvolvimento Sustentável



Ou seja, no município onde o turismo é mais recente e menos expressivo (Guaramiranga) os indicadores de desenvolvimento sustentável são melhores, enquanto nos municípios com a atividade turística consolidada apresentam indicadores inferiores. Lençóis se aproxima de uma situação intermediária, no entanto em Gravatá, que se caracteriza pelo pioneirismo turístico no interior do Nordeste, os indicadores são mais desfavoráveis.

A Agenda 2030 menciona diretamente a atividade turística nos ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis e ODS 14 – Vida na água. Com a finalidade de aprofundar essa discussão, a seguir será abordado o conjunto dos ODS nos municípios de Gravatá/PE, Guaramiranga/CE e Lençóis/BA, sendo priorizada a análise desses três ODS.

Indicadores de sustentabilidade econômica

Os indicadores da dimensão econômica são preocupantes, apresentando resultados muito baixos nos três municípios e grandes desafios a serem superados (Tabela 2). Considerando-se que o ODS 8 menciona diretamente o turismo, observando a necessidade de promoção de um turismo "que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais", tais resultados tornam-se ainda mais graves, uma vez que não convergem com as metas estabelecidas pela Agenda 2030.

São amplamente discutidos na literatura os problemas que envolvem a qualidade dos empregos turísticos em função da sazonalidade dessa atividade (Cañada & Sud, 2021). Segundo Duro e Farré (2015, p. 158), "a estacionalidade constitui um dos principais desequilibrios dos destinos e regiões turísticas. Suas consequências

nocivas emergem de maneira mais profunda nos destinos desenvolvidos, repercutindo no trabalho, no meio ambiente e na eficiência econômica (p. 158).

As entrevistas realizadas na pesquisa de campo evidenciaram a existência de problemáticas quanto à formalização dos postos de trabalho gerados pelo turismo nos três municípios. Em Lençóis, muitos proprietários dos empreendimentos turísticos não procedem do local, e sim de outras regiões brasileiras (Sudeste) e do exterior. Aliado a isso, as pessoas que comercializam seus produtos em barracas, os ambulantes e os guias de turismo, ou seja, uma oferta de serviços turísticos de menor estrutura, são protagonizados por moradores locais. No entanto, devido às características assumidas pelo turismo local (trilhas e visitas às cachoeiras), há necessidade de um grande número de guias e condutores da localidade com amplo conhecimento da área. A existência da associação dos guias é um indicativo da importância desses profissionais no turismo em Lençóis.

Quanto ao turismo em Gravatá, as segundas residências recebem fluxo semanal constante de turistas, gerando empregos (informais) para parte da população. A oferta de hospedagem baseada nos condomínios fechados ou no uso de segundas residências fomenta e amplia o uso de *apps* no consumo de alimentos (por exemplo, o *iFood*). Esse cenário ganhou maior relevância com a pandemia de covid-19, de acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Turismo. A partir do *iFood*, observou-se um intenso fluxo de restaurantes/lanchonetes que fornecem alimentos para os turistas que se mantêm dentro dos condomínios durante à noite, após passeios diurnos.

Na busca realizada em maio de 2024, verificou-se que, em Gravatá, havia 262 estabelecimentos no *iFood*, enquanto em Lençóis e Guaramiranga o quantitativo era de 6 e 4 estabelecimentos, respectivamente. É importante destacar também a presença marcante dos imóveis cadastrados no *Airbnb* em Gravatá, que se caracterizam majoritariamente pela geração de empregos informais. Ou seja, se há muito tempo os estudos já assinalavam a precarização do trabalho nos meios de hospedagem tradicionais, a atuação das plataformas agudizou tal característica. Dessa forma, a economia de plataforma está moldando a vida e a dinâmica nas localidades turísticas.

Por outro lado, os resultados foram muito satisfatórios no que se refere ao ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, com os três municípios atingindo as metas estabelecidas. Percebem-se algumas iniciativas que valorizam, economicamente, o "local" nos três municípios. Em Guaramiranga, ocorre a valorização das fazendas de café (Figura 3), que compõem roteiros turísticos operacionalizados pelos próprios moradores, destacando o pioneirismo da agroecologia envolvendo a cultura do café, cuja produção é integrada à vegetação nativa. O café também é valorizado na prática

turística, por meio dos vários estabelecimentos onde se pode degustar a bebida e adquirir o produto em suas distintas versões.

Quanto a Gravatá, o município possui uma intensa produção e comercialização do artesanato por meio do Polo Moveleiro (Figura 4), que valoriza o trabalho de artesãos locais e regionais, destacando-se os móveis em madeira e trabalhos de cerâmica, amplamente conhecidos no Brasil. Outro aspecto relevante da dimensão econômica de Gravatá é a expressiva produção de cachaças, licores e flores artesanais, associados ao turismo. Em Lençóis, as ações são mais tímidas, e a pesquisa não identificou uma maior integração do turismo com as demais atividades econômicas locais.

Figuras 3 e 4 – Produção de café agroecológico em Guaramiranga e Polo Moveleiro de Gravatá



3



4

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Percebe-se que cada município (Guaramiranga, Gravatá e Lençóis) possui desdobramentos similares no que se refere à sustentabilidade econômica, conforme contextualizado anteriormente, em consonância com os indicadores de desenvolvimento sustentável.

Indicadores de sustentabilidade sociocultural

Há grandes desafios para o alcance dos indicadores de sustentabilidade no que se refere à dimensão social (Tabela 2), agregando os piores índices para o conjunto dos municípios comparativamente às demais dimensões. Apresentam grandes dificuldades nos ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 – Educação de qualidade e, particularmente, no ODS 05 – Igualdade de gênero, com os piores indicadores. De fato, a melhoria dos indicadores sociais é o mais difícil de se alcançar, pois envolve um projeto de sociedade a longo prazo, que tem como

horizonte a promoção social. Nesse sentido, a realidade desses municípios é similar ao constatado em grande parte dos municípios (turísticos e não turísticos) das regiões Norte e Nordeste do Brasil. No entanto os três municípios conseguiram resultados satisfatórios no ODS 3 – Saúde e Bem-estar e no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A dimensão cultural é relevante e um dos pilares da sustentabilidade em Guaramiranga e, de acordo com a ONG Amigos da Arte de Guaramiranga, o turismo ganha força a partir da cultura como atrativo principal. Percebeu-se a presença de equipamentos culturais nas áreas centrais da cidade, demonstrando a inserção de agentes culturais locais por meio de iniciativas do poder público local. As artes cênicas e a música são manifestações culturais valorizadas localmente, com festivais ao longo do ano.

Quanto a Gravatá, é possível identificar a cultura como elemento dinamizador do turismo, tendo em vista a expressividade do artesanato local e regional (Figuras 5 e 6). Além disso, também possui equipamentos culturais importantes, como o Mercado Público de Gravatá, o Museu Memorial e o Polo Moveleiro, entre outros. Promoções de eventos culturais são constantes na localidade.

Figuras 5 e 6 – Produção e comercialização do artesanato nas áreas centrais de Gravatá



5



6

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Apesar da relevância cultural de Lençóis, que se constitui em um patrimônio arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), observam-se ações tímidas quanto à promoção do turismo cultural, e a valorização e inserção dos artistas locais ainda ocorrem de forma incipiente. Por

meio da pesquisa *in loco*, identificou-se a presença de artesãos nas áreas centrais de Lençóis (Figuras 7 e 8), mas não se percebe uma política cultural que protagonize tais atores.

Figuras 7 e 8 – Produção e comercialização do artesanato nas áreas centrais de Lençóis



7



8

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Os piores indicadores dos municípios encontram-se na dimensão social. É notável que a dimensão cultural assume maior relevância, uma vez que está associada à dimensão econômica, particularmente ao turismo. Nessa perspectiva, por meio da economia criativa, há uma inserção da mão de obra local como protagonista do turismo em Guaramiranga e Gravatá, sendo mais restrita em Lençóis. Assim, há uma valorização do local (produtos e cultura) na promoção da atividade turística.

Indicadores de sustentabilidade ambiental

Os três municípios possuem unidades de conservação (Gravatá – 4; Guaramiranga – 4; Lençóis – 3), sendo a primeira criada em 1985, no município de Lençóis (Parque Nacional Chapada Diamantina), e as demais a partir de 1990, simultaneamente ao início da promoção do turismo no interior do Nordeste brasileiro. A quantidade de unidades de conservação criadas (11) no decorrer de 33 anos é um indicativo do interesse do poder local em associar o turismo à dimensão ambiental (Tabela 3).

Tabela 3 – Unidades de conservação em Gravatá, Lençóis e Guaramiranga - 1985/2018

MUNICÍPIO/ UF	TIPOLOGIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E ESFERA DE ATUAÇÃO	TIPO DE PROTEÇÃO	ÁREA (HECTARES)	ANO DE CRIAÇÃO
Gravatá/PE	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Serra do Contente (Federal)	Sustentável	9,1	2009
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN do Benedito (Estadual)	Sustentável	18,6	2014
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Santo Antônio (Estadual)	Sustentável	119,8	2014
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Karawa-tã (Estadual)	Sustentável	100,58	2009
Lençóis/BA	Parque Nacional da Chapada Diamantina (Federal)	Integral	152	1985
	Área de Proteção Ambiental Marimbus (Estadual)	Sustentável	125,4	1993
	Parque Municipal da Muritiba (Municipal)	Integral	66	1986
Guaramiranga/CE	Refúgio da Vida Silvestre Periquito Cara-Suja (Estadual)	Integral	39,1	2018
	Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité (Estadual)	Sustentável	32,690	1990
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Gália (Federal)	Sustentável	56	2012
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Sítio Lagoa (Federal)	Sustentável	70,1	2018

Fonte: Governo de Pernambuco (2023); MMA (2019).

Ao analisar os indicadores de desenvolvimento sustentável relacionados à dimensão ambiental, verifica-se que o ODS 6 – Água Limpa e Saneamento – apresenta resultados mais satisfatórios, sendo que Lençóis e Gravatá atingiram plenamente esse objetivo. Guaramiranga, com performance mediana, tem problemas em relação ao fornecimento de água, o que gera, inclusive, falta de água nos finais de semana, por causa da grande quantidade de turistas. Lençóis, embora a natureza seja um elemento central no processo de turistificação, não apresenta uma política efetiva de gestão de resíduos sólidos. O município não conta com aterro sanitário, tampouco com uma política local de gestão dos resíduos gerados pelo turismo.

Outro indicador ambiental com resultados mais favoráveis diz respeito ao ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima –, sobressaindo-se Guaramiranga e Lençóis, que atingiram resultados satisfatórios, enquanto Gravatá se encontra numa posição intermediária. Há grandes desafios a serem enfrentados no que se refere ao ODS 7 – Energia Limpa e Acessível – e ao ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre.

Gravatá apresenta os piores indicadores ambientais tanto no que se refere à proteção da vida na água (ODS 14 – Vida na Água), quanto na terra (ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre). É importante mencionar a existência de uma relação direta entre o turismo e a produção imobiliária (condomínios fechados) próxima às áreas verdes e de vegetação nativa do município de Gravatá. Conforme dados obtidos na entrevista junto ao secretário de Turismo, no município existem atualmente cerca de 600 condomínios destinados a segundas residências, que são alugados para turistas eventuais. Muitos condomínios horizontais (Figuras 9 e 10) estão mais afastados da área urbana e, por consequência, localizados na área rural e em regiões serranas, onde a paisagem natural é mais bucólica, resultando no desmatamento de áreas para a construção de condomínios horizontais voltados a pessoas de médio e alto poder aquisitivo.

Figuras 9 e 10 – Condomínios fechados em Gravatá – junho/2023


9


10

Fonte: Tripadvisor (2023) e os autores (2023).

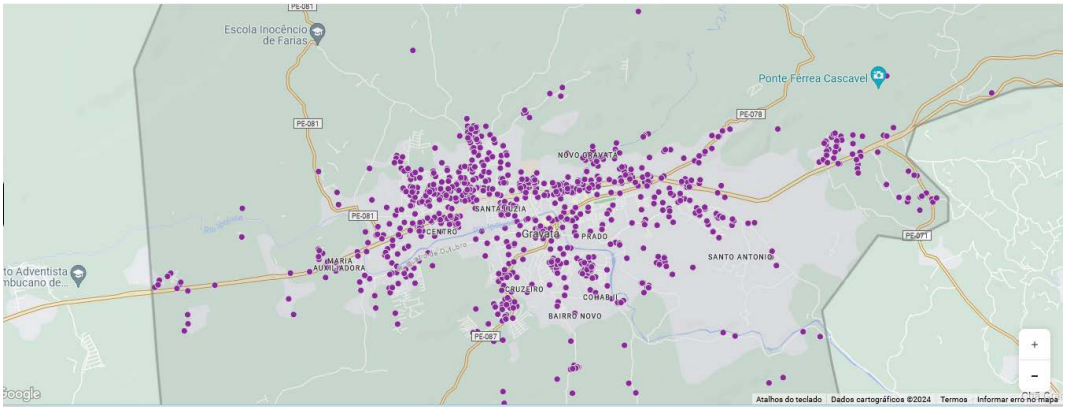
O aquecimento do mercado imobiliário também se verifica em Guaramiranga, com a venda e aluguel de imóveis, seja na zona urbana ou em áreas mais afastadas na zona rural, com "apelo" natural. A dinamização desse mercado torna-se mais preocupante tendo em vista a ausência de projetos urbanísticos, conforme informou um representante do poder público local.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023; 2023a) indicam acentuado crescimento das segundas residências nos municípios entre 2000 e 2022: Gravatá – 285%, Guaramiranga – 233% e Lençóis – 130%. Essa produção imobiliária verificada em Gravatá e Guaramiranga foi potencializada com a disseminação das plataformas, que passaram a ofertar um novo meio de hospedagem nas áreas interioranas, as quais apresentavam deficiências na oferta de hospedagem

tradicional. As segundas residências tornaram-se os imóveis preferenciais nesse novo formato de hospedagem.

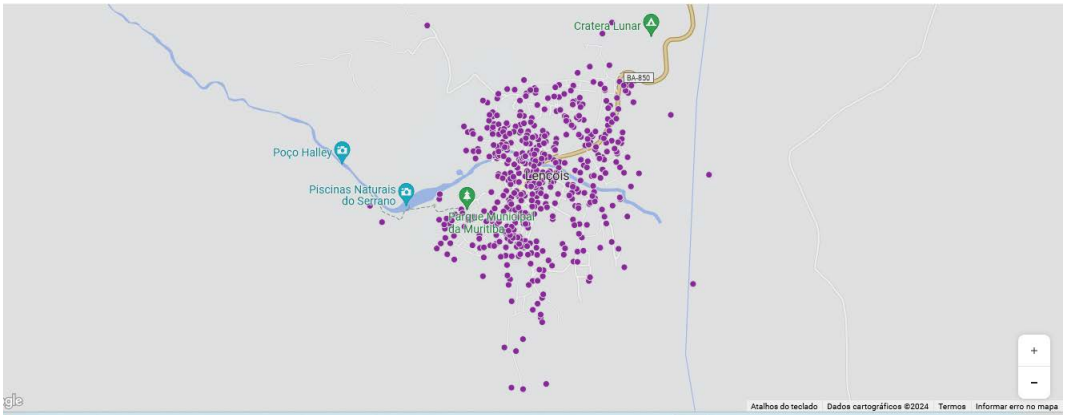
Em um levantamento realizado em maio de 2024, no Airdna, constatou-se a atuação das plataformas nos municípios analisados, sendo mais expressiva em Gravatá, com cerca de 1000 imóveis ofertando hospedagem; em Lençóis há 612, e em Guaramiranga, 343 cadastros. Nas Figuras 11, 12 e 13, é possível observar as áreas de concentração e dispersão dos imóveis cadastrados nas plataformas de hospedagem em maio de 2024.

Figura 11 – Concentração e dispersão de imóveis plataformizados em Gravatá/PE



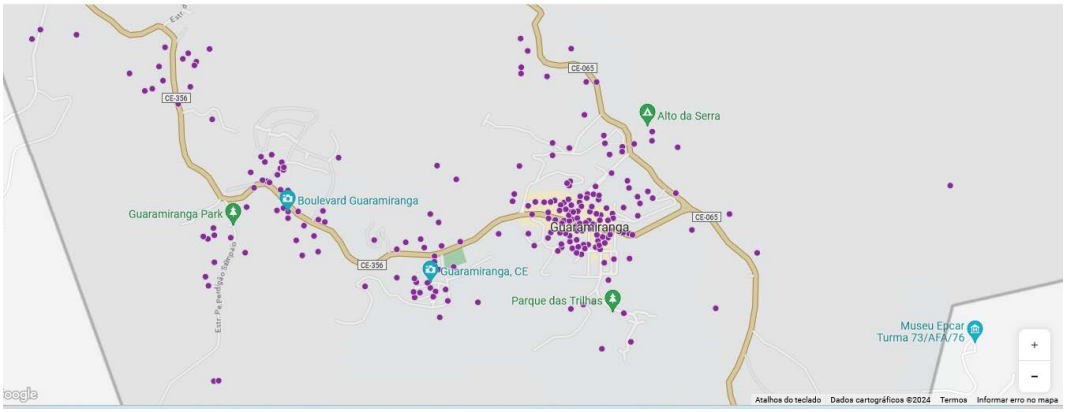
Fonte: Airdna (2024).

Figura 12 – Concentração e dispersão de imóveis plataformizados em Lençóis/BA



Fonte: Airdna (2024).

Figura 13 – Concentração e dispersão de imóveis plataformizados em Guaramiranga/CE



Fonte: Airdna (2024).

Sem dúvida, a expansão das plataformas contribuiu para aumentar a disponibilidade de hospedagens no interior e potencializou a expansão do turismo. No entanto há que se pensar sobre o que representa o avanço das plataformas e quais suas repercussões para que as localidades turísticas possam avançar no sentido de atingir os ODS.

Em Guaramiranga, percebe-se que a política pública municipal está mais voltada para a educação ambiental e a conscientização dos residentes, bem como dos visitantes. Tais ações são realizadas nas escolas e no centro turístico do município. De modo geral, os indicadores ambientais são mais favoráveis em Guaramiranga, seguido de Lençóis e Gravatá.

Já os indicadores de gestão pública, representados pelo ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação –, são muito baixos nos três municípios analisados, indicando a ausência de estudos, planos, projetos e parcerias institucionais para efetivar as políticas públicas municipais. Esse é um dos maiores desafios enfrentados, pois, para que todos os demais ODS tenham desempenho satisfatório, torna-se fundamental avançar no ODS 17.

Conclusão

O ideário da sustentabilidade tem impulsionado a difusão do turismo no interior do Brasil desde os anos 1990. No Nordeste brasileiro, a atividade está fortemente concentrada no litoral, mas vem se disseminando para o interior, mesmo na Reserva da Biosfera da Caatinga, uma área árida e em processo de desertificação. Apesar do discurso da sustentabilidade potencializar o turismo interiorano, os indicadores

de desenvolvimento sustentável nas localidades turísticas analisadas são baixos e tornam-se piores na medida em que o turismo se consolida.

O turismo avança no interior, porém a infraestrutura turística ainda é insuficiente e apresenta debilidades. No entanto foi constatado que as plataformas também têm contribuído para o processo de interiorização do turismo, oferecendo novas opções de hospedagem. O avanço das plataformas é mais notável em Gravatá, onde há um grande número de condomínios destinados às segundas residências e intensa produção imobiliária. A difusão dessa tipologia habitacional (condomínios fechados) propicia a fragmentação territorial e contribui para a segregação residencial. A presença das plataformas de alimentação (*iFood*) também contribui para promover uma nova dinâmica nessa localidade.

Assim, os processos globais avançam, incidem e atravessam áreas turísticas no interior do país. Novos atores entram em cena, gerando riqueza capturada pelas plataformas, que se tornam intermediadoras cada vez mais poderosas, controlando os dois extremos da atividade turística, isto é, o prestador de serviços e o consumidor. No entanto há de se considerar que atores locais, antes excluídos do turismo, passam a atuar tanto no segmento de hospedagem, quanto nos ramos de alimentação e transporte, complexificando a realidade do turismo atual e lançando novos desafios para os estudiosos da área.

O trabalho evidenciou que, na localidade turística onde as plataformas atuam de modo mais intenso (Gravatá), os indicadores de sustentabilidade apresentam níveis inferiores, ou seja, a atuação das plataformas dificulta o avanço no sentido de alcançar os indicadores de sustentabilidade. Por outro lado, em Guaramiranga, onde o turismo é menos intenso e a atuação das plataformas é mais restrita, os indicadores são mais satisfatórios. Lençóis se encontra em situação intermediária.

Como a natureza assume importância na formatação dos produtos turísticos nas localidades, verifica-se maior avanço nos ODS relacionados a essas dimensões, tais como o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; o ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; e o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, enquanto os indicadores relacionados à dimensão social apresentam os piores resultados, uma vez que o avanço nessa área implica mudanças sociais mais profundas e estruturais.

Constatou-se também avanços na dimensão cultural, uma vez que está imbricada com o turismo local. Percebeu-se, nas diferentes destinações, que o turismo depende da preservação da cultura local e, por isso, os elementos integradores da cultura e os próprios trabalhadores relacionados com essa dimensão apresentam protagonismo. A valorização da cultura estimula apresentações musicais e de teatro,

em Guaramiranga, bem como, a produção artesanal, em Gravatá. Cultura e turismo se estimulam mutuamente.

Portanto, em trabalhos posteriores, torna-se relevante aprofundar a discussão sobre como outras localidades turísticas aderem aos princípios da sustentabilidade diante da expansão do capitalismo de plataformas. O presente trabalho evidenciou que a atuação das plataformas tem sido um complicador a mais para o avanço nos ODS estabelecidos pela Agenda 2030.

Referências

AIRDNA. **Short-term rental data analytics**, 2024. Disponível em: https://www.airdna.co/airdna-data-how-it-works. Acesso em: 10 mai.2024.

ALEDO, A. Turismo residencial e vulnerabilidade no interior do Levante espanhol. *In*: GASCÓN, J.; CAÑADA, E. (Coords.). Turismo residencial y gentrificación rural. El Sauzal (Tenerife); Xixón: PASOS, **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**; Foro de Turismo Responsable, 2016. p. 61-80. (Colección PASOS Edita, n. 16). ISBN 978-84-88429-31-5.

AMARAL, S.; SALOMÃO, G.; STRECKER, H. Saúde e trabalho nas plataformas digitais. *In*: TOZI, F. (Org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023.

ARAÚJO, C. S. F.; SOUSA, A. N. Estudo do processo de desertificação na Caatinga: uma proposta de educação ambiental. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 4, p. 975-986, 2011. https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000400013.

BIANCHI, R. V.; MILANO, C. Polycrisis and metamorphosis of tourist capitalism. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 22, n. 2, p. 217-230, 2024. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.014.

CANDIOTTO, L.; BONETTI, L. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19, 2015. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html. Acesso em:

CAÑADA, E.; SUD, A. Trabajo turístico y precariedad. *In*: CAÑADA, E.; MURRAY, I. (Eds.). **Turistificación global: perspectivas críticas en turismo**. Barcelona: Icaria Editorial, 2021. p. 267-287.

CARDOSO, Q. C. M.; OLIVEIRA, M. C. B. E-economia e suas empresas-plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET**, v. 10, p. 1-17, jan./dez. 2020.

CASTELLS, M.; CADOSO, G. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Disponível em: http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0286.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÃO SOBRE PLANTAS (CNIP). **Banco de dados da Reserva da Biosfera da Caatinga (RB da Caatinga)**, 2023. Disponível em: http://www.cnip.org.br/lista_municipios.html. Acesso em: 15 mar. 2024

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO PARA A EUROPA OCIDENTAL (UNRIC). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**, 2023. Disponível em: https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 10 abr. 2024

CERDÁ-MANSILLA, E.; GARCÍA-HENCHE, B.; SUCH-DEVESA, M. J. Análisis de la economía colaborativa en el turismo urbano: estudio de la implantación de Airbnb en Madrid y Barcelona. **Cuadernos de Turismo**, n. 47, p. 383-412, 2021. https://doi.org/10.6018/turismo.474481.

COCOLA-GANT, A. Alojamiento turístico y desplazamiento de población. *In*: **Congreso Internacional Contested Cities**, 2016.

COCOLA-GANT, A. Apartamentos turísticos, covid-19 e capitalismo de plataforma. **Finisterra**, v. 55, n. 115, 2020.

CORREIA, L. Painel do turismo, 2024. Disponível em: https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6114ffd5-73b7-4bd6-9361-f3c1e68ed6d2/sheet/45309610-8f0c-404d-8136-6c06324dfe34/state/analysis. Acesso em: 02 maio. 2024

CRUZ, R. C. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 36, p. 1-15, 2018. https://doi.org/10.4000/confins.13707.

DANTAS, E. W. C. Metropolização turística em região monocultora industrializada. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 65-84, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672006.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024

DAVID-NEGRE, T.; ALMEIDA-SANTANA, A.; HERNÁNDEZ, J. M.; MORENO-GIL, S. **Understanding European tourists' use of e-tourism platforms**: analysis of networks. Information Technology & Tourism, v. 20, p. 131-152, 2018. https://doi.org/10.1007/s40558-018-0113-z.

DURO, J. A.; FARRÉ, F. X. Estacionalidad turística en las provincias españolas: medición y análisis. **Cuadernos de Turismo**, n. 36, p. 157-174, 2015. https://doi.org/10.6018/turismo.36.230921.

FONSECA, M. A. P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005. Disponível em: https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000651672. Acesso em: 02 de mar. 2024.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49374. Acesso em: 10 mar. 2024.

FONSECA, M. A. P.; COSTA, W. F.; FAGERLANDE, S. M. R.; TODESCO, C. Urbanisation and uneven development of tourism on the Brazilian coast. **Mercator**, Fortaleza, v. 21, e21013, 2022a.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (CPRH). **Unidades de Conservação**. Estado de Pernambuco, 2023. Disponível em: https://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao. Acesso em: 15 abr. 2024.

IFOOD. **Estabelecimentos por município no Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.ifood.com.br/cidades-atendidas. Acesso em: 16 abr. 2024

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES (IDSC). **Classificação para os municípios brasileiros**, 2023. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/. Acesso em: 05 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2000**, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022, 2023a. Disponível em:** https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/index.html. Acesso em: 27 maio 2023. 10 mar. 2024.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Fólio Digital, Letra e Imagem, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7866953/mod_resource/content/4/IRVING.%20Ressignificando%20sustentabilidade.pdf. Acesso em: 14 de mar. 2024.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 14, n. 4, p. 73–105, 2020. https://doi.org/10.17648/raoit.v14n4.6661.

LOPES, F. T.; GOMES JUNIOR, A. B. Plataformização do trabalho e gestão do sofrimento. *In*: TOZI, F. (Org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL (MMA). **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras, 2019**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9. Acesso em: 15 abr. 2024

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL (MTUR). **Mapa do turismo brasileiro, 2023**. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 20 abr. 2024.

MUNKØE, M. M. Regulating the European sharing economy: state of play and challenges. **Intereconomics**, v. 52, n. 1, p. 38-44, 2017. https://www.intereconomics.eu/contents/year/2017/number/1/article/regulating-the-european-sharing-economy-state-of-play-and-challenges.html.

NEVES, C. S. B.; CARVALHO, I. S.; SOUZA, W. F. L.; FILIPPIM, M. L. Os impactos da COVID-19 nas viagens de turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e na

expansão da pandemia no Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, n. 1, p. 2-25, 2020. https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p2-25.

PENCARELLI, T. The digital revolution in the travel and tourism industry. **Information Technology & Tourism**, v. 22, n. 3, p. 455-476, 2020. https://doi.org/10.1007/s40558-019-00160-3.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Disponível em: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/images/0/09/Globalizacao_natureza1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.**

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Tradução: João Peres. São Paulo: Edipro, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4212041/mod_folder/content/0/Schwab%20%282016%29%20A%20quarta%20revolucao%20industrial.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEQUERA FERNANDEZ, J. **Gentrificación**: capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano. Madrid: Catarata, 2020.

SIMONI, J. C.; RUA, J. **Lugares rurais e espacialização do capital**: o Airbnb como evidência das urbanidades no rural em um espaço em globalização. GEOgraphia, v. 23, n. 51, p. 1-19, 2021. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i51.a49881.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precário. Tradução: João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TRIVI, N.; FAVARO, L. **La masificación turística en Europa**: una aproximación desde una economía política del paisaje. *In*: XXI Jornadas de Geografía de la UNLP: construyendo una geografía crítica y transformadora: en defensa de la ciencia y la universidad pública, Ensenada, Argentina, 9-11 out. 2019. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.13672/ev.13672.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Man and the Biosphere Programme (MAB)**, 2023. Disponível em: https://www.unesco.org/en/mab/wnbr/about. Acesso em: 30 abr. 2024.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Tourism and the Sustainable Development Goals**. Madrid, 2015. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284417254. Acesso em: 30 abr. 2024.

Capítulo 5

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap05

INDICADORES DE SUSTENTABILIDAD TURÍSTICA EN LA RESERVA DE LA BIOSFERA DE SIERRAS DE CAZORLA, SEGURA Y LAS VILLAS: ANÁLISIS, EVALUACIÓN Y ESTRATEGIAS PARA UN DESARROLLO RESPONSABLE

Rubén Giménez-García[1]
Víctor Ruiz-Álvarez[2]
Ramón García-Marín[3]

Introducción

El turismo rural ha experimentado un importante desarrollo durante las últimas décadas, conformado una actividad esencial para la pervivencia de muchas áreas desfavorecidas (Cañizares, 2019). Actualmente, la evolución adquirida por esta tipología turística ejerce como actividad complementaria de los desempeños tradicionales (agricultura, ganadería, silvicultura, etc.) llevados a cabo históricamente en espacios rurales de interior (Alhama & Rivera, 2023). Los estudios realizados por autores como Gilbert (1989), Sharpley (1997), Herrera *et al*. (2005), o García y Ospino (2020), revelan la evolución sufrida por el turismo rural, actividad que ha pasado de manifestarse únicamente mediante el hospedaje en casas rurales a ampliar un abanico de actividades en el que se interactúa con la naturaleza y los medios de vida tradicionales. Así, el turismo rural se ha diversificado, proponiendo distintas subcategorías como el turismo activo, aventura o deportes al aire libre, el ecoturismo o el agroturismo (Añazco & Alvarado, 2023).

El desarrollo del turismo rural ha tenido como elemento dinamizador la aparición de la reciente (2020) crisis sanitaria generada por la pandemia de Covid-19.

1 Doctor. Profesor Ayudante Doctor en el Departamento de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0001-7889-994X. Email: rubengim@ucm.es

2 Doctor. Profesor Sustituto en el Departamento de Geografía Universidad de Sevilla (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0002-6630-4571. Email: vruiz4@us.es

3 Doctor. Catedrático en el Departamento de Geografía de la Universidad de Murcia (España). Currículum: https://orcid.org/0000-0003-3268-5182. Email: ramongm@um.es

Los periodos de confinamiento, unidos al miedo al contagio de la enfermedad han despertado cierto atractivo de las personas por un turismo de baja densidad alejado del convencional turismo de masas (Rodríguez & Prieto, 2022). Así, se ha confeccionado una alternativa turística complementaria al característico destino de sol y playa. En este sentido, en los últimos años estamos asistiendo a un replanteamiento de los modelos turísticos tradicionales y a la configuración de nuevos productos de calidad que, lejos de poner en peligro la conservación del medio ambiente, ofrecen experiencias auténticas y sostenibles que contribuyen a su conservación (Arold, 2021). En esta línea, la Organización Mundial de Turismo (OMT) considera el turismo sostenible como aquel que cubre las necesidades tanto de los turistas como de los destinos, al mismo tiempo que fomenta y protege el desarrollo y las oportunidades territoriales de las regiones receptoras en el futuro. De este modo, se concibe como una vía que permita la correcta gestión de los recursos de cara a que pueden satisfacer las necesidades turísticas, económicas y sociales, sin afectar a su integridad natural, cultural o biológica (OMT, 2003).

Entre los distintos escenarios en los que se trata de armonizar la conservación natural de la biodiversidad con el desarrollo económico y social que ofrece la práctica turística destacan las Reservas de la Biosfera. Estos territorios designados bajo el Programa "Man and Biosphere" (MAB) de la UNESCO constituyen lugares de aprendizaje, que actúan como laboratorios naturales para la implementación de estrategias de desarrollo sostenible. En este marco, el desarrollo del turismo en estas áreas conlleva la realización de actividades basadas en la identidad local, el respeto por el medio ambiente y la participación social. Su implementación requiere la adopción de modelos de sustentabilidad que minimicen impactos negativos y maximicen beneficios socioculturales y económicos. Así, el turismo en Reservas de la Biosfera se presenta como una estrategia en la que se aprovechan los recursos naturales y culturales de una forma sostenible (UNESCO, 2025).

Con todo ello, la práctica turística desarrollada en las Reservas de la Biosfera debe de permanecer alineada con los principios de sustentabilidad establecidos por los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Entre los 17 ODS establecidos en la Agenda 2030 se registran algunos que ofrecen un marco integral a la hora de tratar de evaluar la sustentabilidad turística en Reservas de la Biosfera. Entre ellos, los más representativos son:

- ***ODS 8 y 10***: *Trabajo decente, crecimiento económico y reducción de las desigualdades*. El desarrollo del turismo en Reservas de la Biosfera, sobre todo en aquellas emplazadas en áreas rurales desfavorecidas, contribuye a la diversificación económica, lo que puede llegar a proporcionar la generación de empleo y la

mejora de la calidad de vida de los residentes en las áreas de implantación, fijando población y siendo una de las posibles soluciones al éxodo rural y sus consecuencias. Estos aspectos poseen una elevada relevancia en cuanto a la cohesión social, disminuyendo las desigualdades existentes entre diferentes territorios.

- ***ODS 12***: Producción y consumo responsable. La gestión de recursos en Reservas de la Biosfera demanda la implementación de prácticas turísticas respetuosas con el medioambiente, tratando de evitar su degradación.
- ***ODS 13***: Acción por el clima. La actividad turística desarrollada en Reservas de la Biosfera debe registrar una escasa o nula huella de carbono, fomentando el empleo de energías limpias y renovables que ayuden a la mitigación y adaptación al cambio climático.
- ***ODS 14 y 15***: Vida submarina y ecosistemas terrestres. El establecimiento de regulaciones estrictas que garanticen tanto la correcta conservación de la biodiversidad como el manejo adecuado de los ecosistemas es fundamental a la hora de desarrollar de forma correcta el turismo en espacios protegidos.

La integración de las diferentes políticas y estrategias establecidas en los ODS permitirá que la práctica turística desarrollada en las Reservas de la Biosfera contribuya tanto a la generación de un desarrollo económico y social responsable, como a la protección del medio ambiente. Para ello, la aplicación de buenas prácticas turísticas, unido al continuo monitoreo de indicadores y a la participación activa de actores locales, conforman la base que permite lograr un correcto equilibrio entre desarrollo económico y conservación.

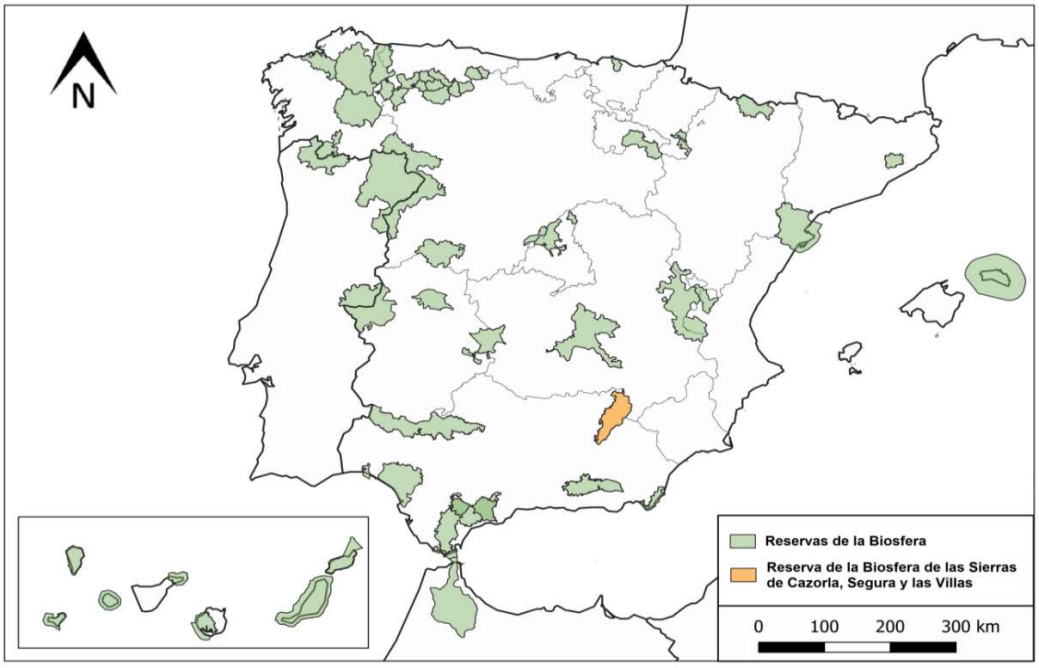
Las Reservas de Biosfera son zonas de ecosistemas terrestres o costeros/marinos, o una combinación de los mismos, reconocidas como tales internacionalmente en el marco del mencionado Programa MAB de la UNESCO. El MAB constituye un programa científico intergubernamental que tiene la finalidad de fortalecer la vinculación entre las personas y el entorno. A este respecto, pretende promover la mejora en la calidad de vida de las personas sin que ello afecte a medio natural. Así, se intentan fomentar enfoques innovadores que permitan un desarrollo económico adecuado y a su vez sostenible.

Actualmente, la Red Mundial de Reservas de la Biosfera está integrada por más de 700 territorios pertenecientes a más 130 países. El concepto de gestión de Reservas de la Biosfera ha evolucionado mucho desde 1976, año en el que los primeros espacios fueron reconocidos con esta distinción. Las que en un principio fueron consideradas como áreas protegidas han pasado a conformar territorios dedicados a la investigación

de los principios y prácticas del desarrollo sostenible. A este respecto, a día de hoy las Reservas de la Biosfera son empeladas para tratar de impulsar la relación existente entre el ser humano y la naturaleza, de cara a promover el desarrollo sostenible de un territorio a través del intercambio de conocimiento, la reducción de la pobreza, la mejora de la calidad de vida de los residentes, el respeto a los valores culturales y la capacidad de adaptación de la sociedad ante los cambios (UNESCO, 2025).

En 2025, España cuenta con un total de 55 Reservas de la Biosfera repartidas en 16 de las 17 comunidades autónomas que componen el territorio nacional. De todas ellas, 4 se extienden fuera del país, ocupando suelo de Portugal (Meseta Ibérica; Tajo-Trejo Internacional; Transfronteriza Geres-Xures) y Marruecos (Intercontinental del Mediterráneo). Entre este conjunto de territorios, el presente trabajo centra su atención en el análisis de la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y las Villas (Figura 1).

Figura 1 – Localización de Reservas de la Biosfera pertenecientes a España



Fuente: Elaboración propia mediante datos obtenidos de Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación.

Delimitación y justificación del ámbito de estudio

La Reserva de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas pertenece a la comunidad autónoma de Andalucía (España), ubicándose al noreste de la

provincia de Jaén. El área ocupada por esta reserva forma parte de las Cordilleras Béticas, extendiéndose sobre un extenso macizo montañoso cuyas características físicas presentan relieves abruptos e infinidad de formaciones kársticas. La UNESCO declaró esta Reserva de la Biosfera en el año 1983. Posteriormente, también fue considerada Parque Natural en el año 1986. También cuenta con otras figuras de protección como Zona de Especial Protección Especial de Aves (ZEPA) o Zona de Especial Conservación (ZEC). Además, los Planes de Ordenación de los Recursos Naturales y Rector de Uso y Gestión (PRUG) del Parque Natural Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas tienen la consideración de Plan de Gestión, tal y como establece el artículo 6 del Real Decreto 1997/1995, de 7 de diciembre, por el que se establece medidas para contribuir a garantizar la biodiversidad mediante la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres. Con todo ello, esta reserva ocupa de forma total o parcial 23 municipios pertenecientes a las tres comarcas que le dan nombre (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de delimitación de la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y las Villas y los municipios que la integran

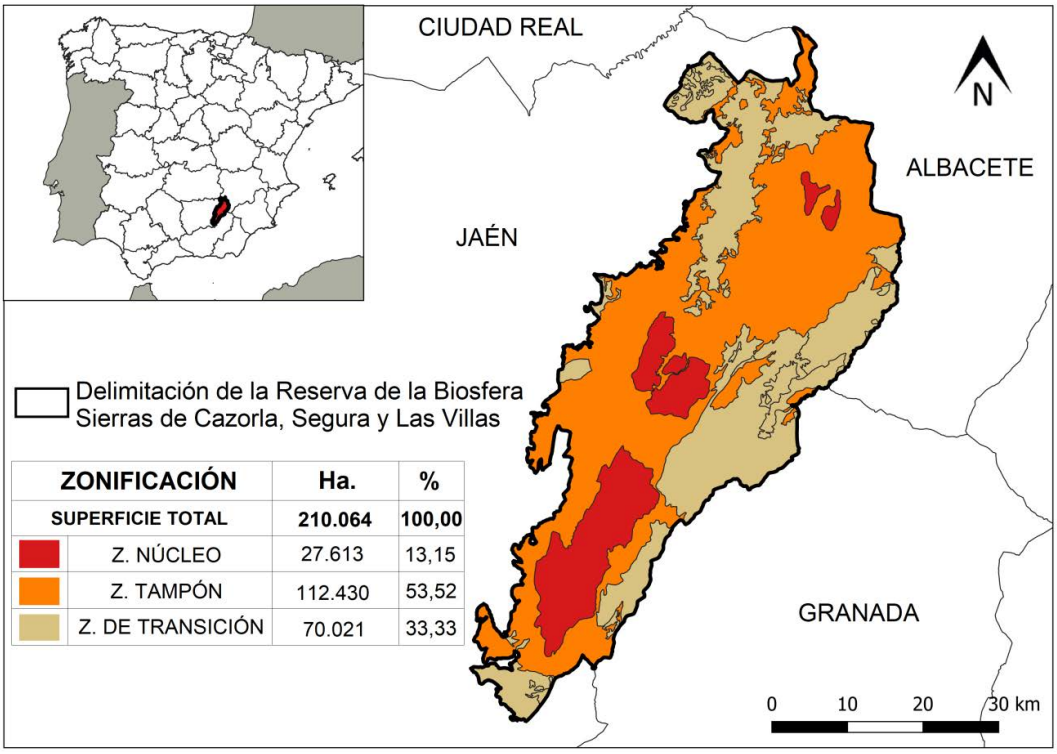


Fuente: Elaboración propia.

De estas tres comarcas, Sierras de Segura acoge la mayor parte de la superficie de la reserva, con más del 67% de la misma. Dentro de esta comarca encontramos los únicos tres municipios cuya delimitación administrativa se localiza integra dentro de los límites de la reserva (Santiago-Pontones, Benatae y Hornos). Uno de estos tres, Santiago-Pontones, es el que mayor superficie del parque acoge de todos los municipios sobre los que se extiende. En relación a ello, el 32,6% del territorio de la reserva pertenece a esta localidad, cifra que se asemeja a la suma de las superficies de la reserva que acogen las comarcas de Sierra de Cazorla y Sierra de Las Villas. Sobre la primera de estas dos comarcas se extiende cerca de una cuarta parte de la reserva, ocupando nueve municipios, entre los que destaca Cazorla. Por su parte, las cuatro localidades de la comarca Sierra de Las Villas que pertenecen a la reserva apenas representan el 8% de la misma.

Las más de 210 mil ha. que comprenden la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas también se dividen en tres zonas (núcleo, tampón y transición). La zona núcleo de las Reservas de la Biosfera constituyen las áreas con mayor grado de protección, donde se prioriza de forma más estricta la conservación de los ecosistemas y la biodiversidad. En el caso que nos ocupa, esta zona ocupa un total de 27.632 ha., lo que representa el 13,15% de la reserva. Se extiende fundamentalmente en la mitad meridional, ocupando municipios como Cazorla o Pela del Berro. Por su parte, la zona tampón o de amortiguación es un área de menor restricción en la que se permite la realización de actividades de investigación, educación ambiental y turismo sostenible. Esta zona ocupa más de la mitad de la reserva (53,52%), albergando más de 112 ha. Así, se extiende a lo largo de una banda noreste-suroeste que ocupa la mayor parte de los municipios. Finalmente, la zona de transición puede acoger la realización de múltiples actividades en las que se debe de fomentar y desarrollar diferentes formas de explotación sostenible de los recursos. En esta última área destaca la presencia de espacios agrícolas y asentamientos humanos. Ocupa un tercio de la reserva con 70 mil ha. aproximadamente (Figura 3).

Figura 3 – Zonificación de la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas



ZONIFICACIÓN	Ha.	%
SUPERFICIE TOTAL	210.064	100,00
Z. NÚCLEO	27.613	13,15
Z. TAMPÓN	112.430	53,52
Z. DE TRANSICIÓN	70.021	33,33

Fuente: Elaboración propia.

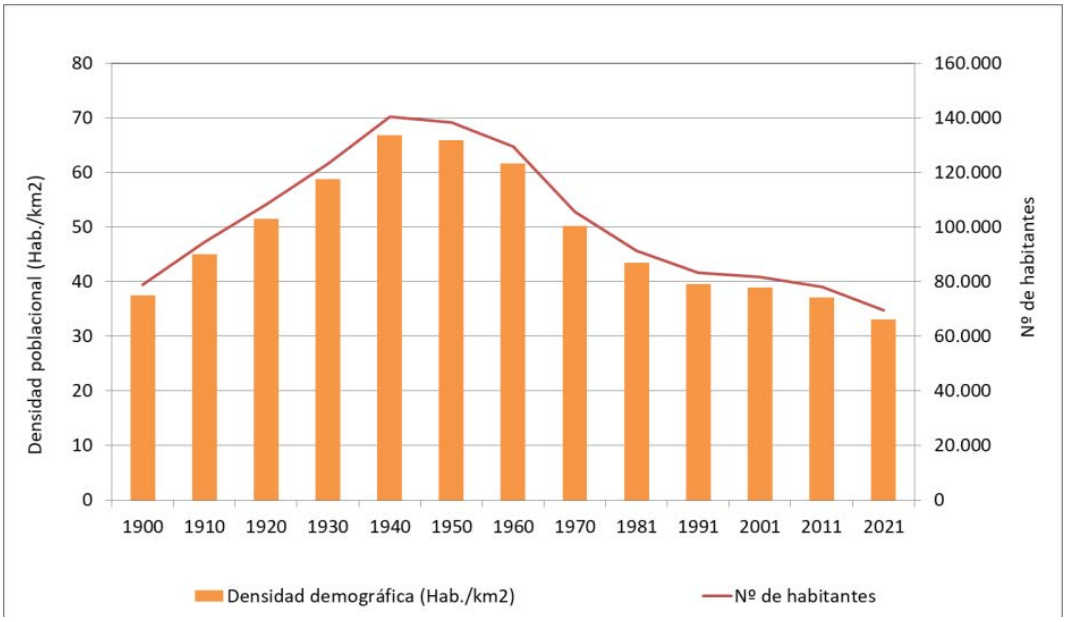
En cuanto al aspecto demográfico se refiere, la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas, ha sufrido dos fases de evolución poblacional contrapuestas. Durante la primera mitad del siglo XX, las áreas rurales del interior peninsular concentraban la mayor parte de la población española (Erdozáin & Mikelarena, 1996). Las elevadas tasas de natalidad, unidas al desabastecimiento de las ciudades ocasionado por las sucesivas guerras (mundiales y civil), y la presencia de recursos alimentarios (derivados de la ganadería y la agricultura) ha provocado que, al igual que la mayor parte de espacios rurales de interior de España, los municipios que integran esta reserva experimenten un importante crecimiento demográfico. Ahora bien, una vez traspasado el ecuador del pasado milenio la tendencia se invierte y este territorio se ve sumido en un descenso demográfico sin precedentes que continua en la actualidad.

La recuperación económica y social del país generó un proceso de atracción urbana impulsado por el desarrollo de la industrialización y el Plan de Estabilización de 1959 (Bandrés & Azón, 2021). La mecanización del campo significó la reducción de las necesidades de mano de obra. Hecho al que se le sumó la degradación de las

actividades del sector primario (predominantes en las áreas rurales) en favor del desarrollo de los sectores de transformación y prestación de servicios implantados en las ciudades. Todo ello empujó a un intenso éxodo rural que afecta a todos los municipios que integran esta reserva.

En conjunto, las localidades que forman parte de la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas alcanzan su cifra población más elevada en la década de 1940, cuando se sobrepasaron los 140 mil residentes. En cambio, a día de hoy se registra la cantidad de habitantes más reducida de su historia, con menos de 69 mil personas. Al igual que los valores absolutos de población, la presión poblacional ejercida por los residentes en los municipios que integran esta reserva ha ido variando con el tiempo. Así, durante la primera mitad del pasado siglo la densidad poblacional tendió al alza, registrando en 1940 su valor más elevado (67 hab./km^2). Desde ese momento hasta la actualidad, la presión poblacional no ha dejado de descender, suponiendo en 2021 alrededor de 33 hab./km2 (Figura 4).

Figura 4 – Evolución de la población y densidad demográfica (1900-2021) en la Reservas de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas

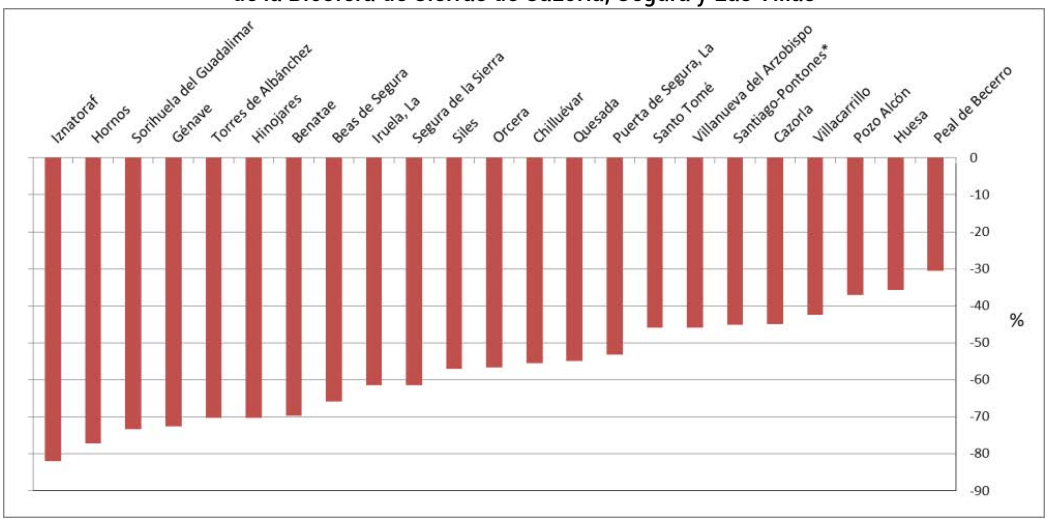


Fuente: Elaboración propia, datos obtenidos de INE.

A nivel individual el descenso poblacional sufrido durante las últimas 8 décadas aún ha sido más elocuente. A este respecto, todos los municipios que integran esta reserva han perdido población. Entre ellos, destaca Iznatoraf con un descenso del 82% de sus habitantes. Esta localidad ha pasado de contabilizar un padrón

demográfico superior a 5 mil residentes a apenas 900 habitantes. En este mismo periodo, los municipios de Torres de Albáncez, Génave, Sorihuela del Guadalimar y Hornos han perdido más del 70% de sus vecinos. Entre los municipios con menor descenso demográfico resalta Peal del Becerro, con una pérdida del 30%. Se trata de un valor que, pese a ser el más contenido, representa un proceso de despoblación muy relevante (Figura 5).

Figura 5 – Evolución porcentual de la población (1940-2021) en la Reservas de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas



Fuente: Elaboración propia, datos obtenidos de INE. *Nota: la evolución del municipio de Santiago-Pontones es desde 1981, primer dato tras su creación mediante la adhesión de las dos localidades que integran el nombre actual en 1975.

Finamente, la densidad demográfica actual de estos municipios también es a destacar. A este respecto, varias de las localidades que integran la Reserva de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas registran valores inferiores a lo que la Unión Europea (UE) considera para áreas en despoblación (12,5 hab./km^2). Este es el caso de Benatae, Génave, Hinojares, Siles o Torres de Albánchez. Además, también se contabilizan municipios con una densidad poblacional por debajo de lo que la UE considera como áreas en riesgo de desaparición (menos de 8 hab./km2), como Segura de la Sierra (7 hab./km2), Hornos (5 hab./km^2) o Santiago-Pontones (4 hab./km^2).

Esta realidad actual, genera un estado de alerta demográfica difícil de revertir. Frente a ello, el turismo rural desempeñado de forma sostenible pude ejercer como elemento dinamizador que aporte ingresos y genere oferta laboral, suponiendo un elemento clave en la atracción y fijación de personas en esta área desfavorecida. Por ello, el análisis de diferentes indicadores de sustentabilidad turística puede servir

para establecer estrategias y líneas de acción que permitan impulsar esta actividad de la forma más respetuosa posible, incentivando el desarrollo económico, demográfico y social del territorio.

La elección de la Reserva de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas para la realización de este trabajo está basada en diferentes aspectos. Entre ellos, destaca tanto la importante trayectoria que posee en la aplicación de políticas de conservación (desde su declaración en 1983), como por la buena y equilibrada gestión llevada a cabo entre la protección del medio ambiente y el desarrollo de la actividad turística y económica. Este último hecho es fundamental, ya que está directamente relacionado con los objetivos que pretende cubrir el trabajo.

Esta investigación tiene el objetivo fundamental de analizar el nivel de cumplimiento que registra esta reserva ante diferentes indicadores de sostenibilidad. Así, se evalúa la sustentabilidad turística que presenta este espacio en relación a diferentes ámbitos: socio-cultural, socioeconómico, de gestión y medioambiental. Otra de las razones que provocan el estudio de esta reserva es que se trata de un de los espacios protegidos más amplios de España el cual pertenece a la Red Natura 2000 y constituye un enclave crucial para la conservación de ecosistemas mediterráneos. Junto a ello, pese a ubicarse en el interior del cuadrante sureste de la Península Ibérica (una de las áreas demográficas más dinámicas de España), permanece emplazada en uno de los espacios más despoblados de Europa. Esta realidad sirve para tratar de analizar el efecto que el desarrollo turístico en zonas rurales desfavorecidas puede ejercer como factor que fije población sobre el territorio y evite la despoblación, uno los problemas más relevantes a los que se enfrenta la sociedad actual (Giménez *et al*., 2023 & 2024). Todo ello, provoca que la Reserva de la Biosfera de las Sierras de Cazorla, Segura y las Villas constituya un caso de estudio clave a la hora de intentar diseñar estrategias de sustentabilidad turística.

Metodología y fuentes

La metodología llevada a cabo para la elaboración de este trabajo está basada en el manual "Destinos Turísticos Sustentables: Propuesta para un Sistema de Distinción" elaborado en el marco del proyecto Diseño e Implementación de un Sistema de Distinción de Destinos Turísticos Sustentables en Chile, por Rivas (2013) a petición del Servició Nacional de Turismo (SERNATUR) del Gobierno de Chile. El Sistema de Distinción de Sustentabilidad de Destinos Turísticos de Chile tiene como marco de referencia las recomendaciones del Consejo Global de Turismo Sostenible y sus criterios ya han sido aplicados por este organismo en Chile, a través del Programa Early Adopter desarrollado en el Lago Llanquihue. Además, cuenta

con el respaldo de la OMT. De este modo, se emplea una metodología cualitativa y exploratoria basada tanto en la revisión científico/técnica de bibliografía, estudios e informes especializados desarrollados sobre la Reserva de la Biosfera de Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas, como en la realización de entrevistas y talleres a actores turísticos locales. En el presente trabajo se ha llevado a cabo una adaptación de esta propuesta metodológica con la finalidad que todos los indicadores puedan ser evaluados en diferentes ámbitos de estudio, pudiéndose implementar en estudios comparativos.

De esta forma se ponderan una serie de criterios e indicadores de sustentabilidad establecidos en dicho manual. Así, entendiendo que la sustentabilidad turística constituye el eje esencial que garantice un balance equilibrado entre la conservación ambiental, el bienestar social y el desarrollo económico, todo llevado a cabo desde una correcta gestión, los criterios e indicadores evaluados manifiestan el impacto de esta actividad en los ámbitos: sociocultural, económico, medioambiental y de gestión. La aplicación de cada uno de estos ámbitos, así como los criterios, indicadores y explicación de los valores asignados a cada uno se analiza, justica y pondera en el apartado de resultados. En total se utilizan un total 21 criterios y 25 indicadores de sustentabilidad turística. A cada uno de los indicadores se le asigna un valor de 0, 1, 2 o 3 en función del estado en el que se encuentren en el ámbito de estudio.

A continuación, se detallan los indicadores utilizados en este estudio para cada uno de los 4 ámbitos seleccionados: sociocultural, económico, medioambiental y de gestión. Del mismo modo se presentan una serie de tablas en la que se describe el significado los valores (0, 1, 2 y 3) correspondientes a cada uno de los indicadores utilizados.

Criterios, indicadores y valores asignados al ámbito sociocultural

En este primer apartado se localizan un total de 5 criterios con sus correspondientes indicadores. En ámbitos rurales como el caso en el que se asienta la Reserva de la Biosfera examinada es muy importante promover un turismo sostenible que beneficie a la población local y que promueva la protección y conservación del patrimonio cultural. En la tabla 1 se presentan los criterios e indicadores que se han utilizado para el ámbito sociocultural. Por su parte, en la tabla 2 se detalla el significado de los diferentes valores.

Tabla 1 – Criterios e indicadores del ámbito sociocultural en la Reserva de la Biosfera Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas

IND	CRITERIOS	INDICADORES
1	Disponibilidad de información e interpretación de los principales sitios turísticos	Información disponible en la(s) oficina (s) de turismo
2	Satisfacción de la comunidad con la actividad turística	Estudio sobre el nivel de satisfacción de los residentes con la actividad turística
3	Conciencia turística y educación ambiental	Campaña o programa de conciencia turística y educación ambiental
4	Manejo de visitantes en sitios turísticos	Programa o plan de manejo de visitantes
5	Protección legal del patrimonio cultural	Medidas de Gestión Sostenible del Patrimonio Cultural

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 2 – Caracterización de los valores por indicadores del ámbito sociocultural

1	Valor 0. No existe información ni promoción
	Valor 1. Existe información a nivel local, en oficinas de turismo y con cartelería en las principales calles.
	Valor 2. Existe información en páginas web, con difusión a escala internacional.
	Valor 3. Existe información y promoción en webs y se adoptan aplicaciones móviles (visitas virtuales, códigos QR, etc.). Destino Smart Tourism
2	Valor 0. No existen informes de satisfacción
	Valor 1. Existen informes de satisfacción de la comunidad local (en oficinas de turismo)
	Valor 2. Existen informes de satisfacción de la comunidad local y de los alojamientos de hospedaje y restauración
	Valor 3. Existen informes de satisfacción y procesos de participación pública en la toma de decisiones para mejorar el turismo sostenible
3	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existe una campaña periódica general de educación ambiental aplicada a la actividad turística
	Valor 2. Existen, además, campañas de educación turística en centros de enseñanza o escolares
	Valor 3. Existen, además, cursos y seminarios de educación ambiental aplicados al turismo para empresarios
4	Valor 0. No existe.
	Valor 1. Existe un informe de capacidad de carga turística en los principales atractivos turísticos
	Valor 2. Existen, además, mapas comunicativos para turistas y proyectos de mejora de la accesibilidad para visitantes con algún grado de minusvalía
	Valor 3. Existen, además, alianzas con touroperadores locales para promover la movilidad responsable en el territorio y dispersión de flujos en temporada alta

5	Valor 0.
	Valor 1. Existe un sistema de monitoreo para medición y mitigación de Impactos.
	Valor 2. Existe, además, un Plan de fiscalización de la normativa vigente
	Valor 3. Existe, además, un Programa de protección de la herencia cultural tangible e intangible.

Fuente: Elaboración propia.

Criterios, indicadores y valores asignados al ámbito económico

En el caso del ámbito económico se encuadran un total de 4 criterios y 6 indicadores. En ámbitos rurales que están sufriendo un fuerte proceso de despoblación en las últimas décadas es fundamental apostar por un turismo sostenible que sea catalizador de creación de empleo con el objetivo de fijar y atraer población. En la tabla 3 se presentan los criterios e indicadores que se han utilizado para el ámbito económico. Por su parte, en la tabla 4 se detalla el significado de los diferentes valores.

Tabla 3 – Criterios e indicadores del ámbito económico en la Reserva de la Biosfera Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas

IND	CRITERIOS	INDICADORES
6	Monitoreo del impacto económico del turismo	A. Estudio del gasto turístico anual y por temporada de los visitantes
		B. Estudio sobre proyectos de inversión turística privada
7	Apoyo a empresarios locales y al comercio justo	A. Programa de fomento a la micro y pequeña empresa turística
		B. Representación de empresas que compra y promocionan productores locales
8	Empleo directo en turismo	Estudio sobre el empleo directo generado por el turismo
9	Certificación de calidad turística	Porcentaje de empresas turísticas registradas por SERNATUR, certificadas con el sello Q de calidad turística

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 4 – Caracterización de los valores por indicadores del ámbito económico

6A.	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existen registros de encuestas realizadas a visitantes
	Valor 2. Existen, además, registros del gasto turístico en comercios y aojamientos locales
	Valor 3. Existe información en las web de ayuntamientos y centros estadísticos regionales. Esta información sirve para la toma de decisiones de las autoridades locales y sector privado

6B.	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existen evidencias de la realización de algunos estudios
	Valor 2. Además, los estudios existentes son divulgados
	Valor 3. Existe un patronato o unión de diferentes empresas privadas que emprende estudios para potenciar proyectos de inversión turística
7A.	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existencia de un programa de fomento de la micro y pequeña empresa turística
	Valor 2. Existe, además, evidencia de la implementación de este programa con financiación para pequeños empresarios
	Valor 3. Se observa que la implementación de estos programas presenta continuidad en el tiempo y favorecen la implantación de nuevas empresas
7B.	Valor 0. No existen empresas que comercializan productos locales
	Valor 1. Son escasos los establecimientos que comercializan productos locales
	Valor 2. Existe una elevada cantidad de empresas comercializan productos locales
	Valor 3. Además, se realizan jornadas o ferias para la promoción y comercialización de productos locales
8.	Valor 0. No existe un estudio que establezca el impacto de turismo en el mercado laboral
	Valor 1. Existen evidencias de la realización de algunos estudios
	Valor 2. Además, los estudios existentes son divulgados
	Valor 3. Además, la información obtenida se emplea para la toma de decisiones de las autoridades locales
9.	Valor 0. No existen empresas que posean la Q de calidad turística
	Valor 1. Menos de un 25% de las empresas locales poseen la Q de calidad turística
	Valor 2. Entre un 25% y un 75% de las empresas locales poseen la Q de calidad turística
	Valor 3. Más de un 75% de las empresas locales poseen la Q de calidad turística

Fuente: Elaboración propia.

Criterios, indicadores y valores asignados al ámbito de gestión

En el caso del ámbito de gestión se encuadran un total de 7 criterios y 8 indicadores. En los últimos años el turismo en los espacios naturales protegidos se ha experimentado un notable crecimiento, por lo que resulta fundamental implementar una correcta gestión ambiental. En la tabla 5 se presentan los criterios e indicadores que se han utilizado para el ámbito de gestión. Por su parte, en la tabla 6 se detalla el significado de los diferentes valores.

Tabla 5 – Criterios e indicadores del ámbito de gestión en la Reserva de la Biosfera Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas

IND	CRITERIOS	INDICADORES
10	Plan o Estrategia de Desarrollo Turístico	Plan (PLADETUR) o estrategia de turismo de largo plazo
11	Planificación y ordenamiento turístico del territorio	A. Planes reguladores actualizados e implementados en el destino
		B. Instrumentos de regulación del uso del suelo (Ordenanzas, políticas o lineamientos para el uso del suelo)
12	Satisfacción general del turista	Estudio de satisfacción del visitante
13	Preparación para crisis y emergencias	Plan de emergencia vigente en el destino
14	Accesibilidad para todos	Política de accesibilidad vigente en el destino
15	Seguridad en el destino	Plan de seguridad ciudadana
16	Implementación de sellos o distinciones de sustentabilidad turística	Porcentaje de empresas de alojamiento distinguidas con el sello de distinción de sustentabilidad (S)

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 6 – Caracterización de los valores por indicadores del ámbito de gestión

10	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existen documentación que respalda la ejecución del plan
	Valor 2. Existen evidencias de la implementación del plan en el destino
	Valor 3. Además, el plan es evaluado de forma periódica y renovado en función de las necesidades consideradas
11A	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existen documentación que respalda la ejecución del plan
	Valor 2. Existen evidencias de la implementación del plan en el destino
	Valor 3. Además, se observan mejoras en todos los ámbitos de regulación
11B	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existen evidencias de la elaboración de un plan que regulen el correcto uso del suelo
	Valor 2. Existen ordenanzas municipales que respaldan la correcta ordenación de los usos del suelo
	Valor 3. Además, existen instrumentos sancionadores específicos para garantizar el cumplimiento de las ordenanzas

12	Valor 0. No existen
	Valor 1. Existen informes de satisfacción del visitante (en oficinas de turismo)
	Valor 2. Además, esta información es divulgada en las web de los Ayuntamientos y portales estadísticos regionales
	Valor 3. Además, la información obtenida por las apreciaciones de los visitantes es utilizada en la toma de decisiones para mejorar el turismo local
13	Valor 0. No existen plan de emergencia
	Valor 1. El destino cuenta con un plan de emergencia, difundido públicamente, pero con personal escaso para su correcta ejecución
	Valor 2. El destino cuenta con un plan de emergencia, difundido públicamente, con personal suficiente y correctamente formado para su correcta ejecución
	Valor 3. Además, el plan de emergencia cuenta con la participación del sector turístico y es evaluado de forma periódica
14	Valor 0. El destino no presenta condiciones accesibles para personas con discapacidad
	Valor 1. Sólo algunos atractivos turísticos presentan condiciones accesibles para persona con discapacidad
	Valor 2. La mayor parte de atractivos turísticos presentan condiciones accesibles para persona con discapacidad
	Valor 3. Además, se realizan actividades específicas para personas con discapacidad
15	Valor 0. El destino no cuenta con plan de seguridad ciudadana
	Valor 1. El destino cuenta con un plan para responder a los actos de delincuencia que puedan afectar al turismo
	Valor 2. Existen evidencias de que las empresas están integradas y de que se ha reducido la delincuencia
	Valor 3. La propia estabilidad del país hace que la seguridad ciudadana esté, relativamente, garantizada
16	Valor 0. No existen empresas locales que posean el sello de sustentabilidad (S)
	Valor 1. Menos de un 25% de las empresas locales poseen el sello de sustentabilidad (S)
	Valor 2. Entre un 25% y un 75% de las empresas locales poseen el sello de sustentabilidad (S)
	Valor 3.Más de un 75% de las empresas locales poseen el sello de sustentabilidad (S)

Fuente: Elaboración propia.

Criterios, indicadores y valores asignados al ámbito medioambiental

En el caso del ámbito medioambiental se encuadran un total de 5 criterios con sus correspondientes indicadores. En áreas de gran valor ambiental como son las Reservas de la Biosfera este ámbito debe jugar un papel fundamental en la

preservación de los ecosistemas. En la tabla 7 se presentan los criterios e indicadores que se han utilizado para el ámbito medioambiental. Por su parte, en la tabla 8 se detalla el significado de los diferentes valores.

Tabla 7 – Criterios e indicadores del ámbito medioambiental en la Reserva de la Biosfera Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas

IND	CRITERIOS	INDICADORES
17	Gestión de riesgos ambientales	Plan de emergencia de riesgos ambientales
18	Protección de la vida silvestre	Plan de fiscalización de normativa vigente
19	Disponibilidad de agua potable	Sistema de monitoreo de disponibilidad de agua
20	Aguas servidas	Plan de fiscalización de la normativa vigente para la ubicación, tratamiento, tipo y descargas de aguas servidas
21	Manejo de residuos solidos	Plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 8 – Caracterización de los valores por indicadores del ámbito medioambiental

17	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existe un diagnóstico general de los posibles riesgos ambientales
	Valor 2. Existe un plan de emergencia y evidencia de su aplicación en la elaboración de propuestas para el desarrollo sustentable del turismo en el destino
	Valor 3. Existen, además, planes específicos para evaluar diferentes riesgos ambientales y se han tomado medidas para minimizar dicho riesgo
18	Valor 0. No existe
	Valor 1. Existe evidencia de la existencia del plan
	Valor 2. Además, se llevan a cabo controles en los espacios naturales protegidos
	Valor 3. El desarrollo del plan ha reducido las infracciones cometidas en los espacios naturales
19	Valor 0. No cuenta con sistemas de monitoreo de disponibilidad de agua
	Valor 1. Existe monitoreo y presencia de agua, pero la calidad de esta está en entredicho
	Valor 2. Se están construyendo infraestructuras para garantizar la disponibilidad de agua potable
	Valor 3. El suministro de agua potable y su monitoreo está correctamente garantizado

20	Valor 0. El destino no cuenta con un plan de fiscalización de la normativa vigente respecto a las aguas servidas
	Valor 1. El destino cuenta con un plan de fiscalización de la normativa vigente respecto a las aguas servidas
	Valor 2. Existe evidencias de que el plan se está implementando de forma correcta en el destino
	Valor 3. Además, se cuenta con registro sistematizado de las descargas de aguas servidas y tratadas
21	Valor 0. El destino no cuenta con un plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R
	Valor 1. El destino cuenta con un plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R
	Valor 2. Existe evidencias de que el plan se está implementando de forma correcta en el destino
	Valor 3. Además, se cuenta con registro sistematizado de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R

Fuente: Elaboración propia.

Resultados

En este apartado se describe y discute sobre los valores que han sido asignados a cada uno de los indicadores de sustentabilidad turística utilizados para cada uno de los cuatro ámbitos seleccionados.

Ámbito sociocultural

En la tabla 9 se muestran los valores que han sido asignados a los 5 indicadores correspondientes al ámbito sociocultural. Este ámbito cuenta un valor porcentual de un 80 %. Este valor se ha obtenido al dividir la suma de los valores (12) por la puntuación máxima posible (15). Cada destacar que el segundo ámbito con mayor valor promedio tan solo por debajo del ámbito medioambiental.

Tabla 9 – Valores asignados a los indicadores del ámbito sociocultural

INDICADOR	VALOR
1	3
2	1
3	3
4	2
5	3
TOTAL	12
%	80,00

Fuente: Elaboración propia.

Al indicador 1 se le ha asignado el máximo valor (3) ya que se ha contrastado que existe amplia información turística en las diferentes páginas webs de los organismos competentes. En este punto cabe destacar que las empresas de turismo activo a escala local también juegan un papel fundamental en la divulgación de información y en la promoción turística. Se ha demostrado que modalidades como el turismo activo desempeñado por estas empresas locales en el medio natural pueden servir de catalizador para el desarrollo sostenible (García, 2010).

Por su parte a los indicadores 3 y 5 también se les ha asignado el valor máximo (3) ya que se ha puesto de manifiesto en el caso del indicador 3 que se desarrollan diferentes cursos de educación ambiental destinados a diferentes actores. Destaca la labor realizada en el centro de educación ambiental ubicado en Fuente Roble (municipio de La Iruela). Respecto al indicador 5 en el Plan de Desarrollo Sostenible del Parque Natural Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas, se detalla la importancia de la protección del patrimonio cultural tangible e intangible.

Por otra parte, al indicador 2 se le ha asignado un valor de 1 ya que hay algunos municipios como Cazorla que tienen encuestas de satisfacción para conocer la opinión de los ciudadanos sobre los servicios municipales. Es necesario reforzar este instrumento por parte de los municipios implicados. Por último, al indicador 4 se le ha asignado un valor de 2, ya que existen mapas comunicativos para turistas y proyectos de mejora de la accesibilidad para personas con discapacidad. Como se manifiesta en Cordero (2017) la dimensión sociocultural es la que presenta un mayor grado de subjetividad, ya que en gran parte las transformaciones y los impactos sociales y culturales están sujetos a las percepciones y experiencias de los residentes y turistas. Ambos actores deben jugar un rol importante dentro de la sostenibilidad turística, más si cabe en espacios tan vulnerables como son las Reservas de la Biosfera.

Ámbito económico

En la tabla 10 se muestran los valores que han sido asignados a los 6 indicadores del ámbito económico. El ámbito económico cuenta un valor porcentual de un 61,1 %. Este valor se ha obtenido al dividir la suma de los valores (11) por la puntuación máxima posible (18).

Tabla 10 – Valores asignados a los indicadores del ámbito económico

INDICADOR	VALOR
6A	0
6B	3
7A	2
7B	3
8	2
9	1
TOTAL	11
%	61,11

Fuente: Elaboración propia.

Los indicadores del ámbito económico son los que presentan un valor promedio más reducido. Tan solo hay dos indicadores que presentan el valor de 3: indicadores 6B y 7B. Respecto al indicador 6B se ha puesto de manifiesto la asistencia de una asociación compuesta por todos los ayuntamientos del Parque Natural, 3 grupos de desarrollo rural, 95 empresarios, 3 asociaciones empresariales, asociaciones sin ánimo de lucro y como socios de Honor el Parque Natural, Diputación Provincial y la Consejería de Turismo de la Junta de Andalucía. En esta asociación están englobadas un total de 13 empresas de turismo activo del ámbito de estudio. Dicha asociación promueve iniciativas para potenciar inversiones públicas y privadas. Por su parte al indicador 7B se le ha asignado el máximo valor ya que se ha evidenciado que se realizan de forma periódica jornadas o ferias para la promoción y comercialización de productos locales. En Pérez (2022) se expone que la Carta Europea de Turismo Sostenible puede suponer una implicación real de las empresas con el territorio incrementando su sentimiento de pertenencia y el asociacionismo activo mediante la puesta en marcha de actuaciones colectivas e individuales que contribuyen a mejorar la sostenibilidad ambiental.

Por su parte 7A y 8 se le ha asignado un valor de 2. En el Plan de Desarrollo Sostenible del Parque Natural Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas se hace referencia a la financiación a empresarios locales. Además, en dicho plan se hace referencia al estado actual del mercado de trabajo en los municipios implicados. El turismo sostenible tiene un gran potencial para generar más empleo directo en este ámbito territorial. En Rivera (2021) que una correcta planificación del turismo rural y de naturaleza puede permitir compatibilizar las políticas de conservación de los espacios naturales protegidos con las del desarrollo socioeconómico del medio rural.

Por último, a los indicadores 9 y 6A se le ha asignado respectivamente un valor de 1 y 0. En este punto cabe destacar que resulta complicado contabilizar los establecimientos que cuentan con la Q de calidad turística, por lo que la evaluación de este indicador resulta muy subjetiva. Sería interesante que los distintos organismos implicados llevarán a cabo una revisión de los sistemas de gestión de calidad turística actuales. En los mismos se deberían tener en cuenta criterios ambientales. En Cañizares (2013) se señala que la evaluación de calidad turística de los establecimientos hoteleros debería tener en cuenta sellos de calidad ambiental como el "Biosphere Hotels" que acredita a los establecimientos hoteleros que integran el factor ambiental en la gestión de calidad turística. Respecto al indicador 6A cabe resaltar que no existe un estudio del gasto turístico anual.

Ámbito de gestión

En la tabla 11 se muestran los valores que han sido asignados a los 8 indicadores del ámbito de gestión. El mismo cuenta un valor porcentual de un 66,7 %. Este valor se ha obtenido al dividir la suma de los valores (16) por la puntuación máxima posible (24). Se trata del segundo ámbito con promedio más bajo tan solo por delante del ámbito económico.

Tabla 11 – Valores asignados a los indicadores del ámbito de gestión

INDICADOR	VALOR
10	3
11A	2
11B	2
12	1
13	2
14	2
15	3
16	1
TOTAL	16
%	66,67

Fuente: Elaboración propia.

Respecto a la valoración hay dos indicadores que cuentan con el máximo valor (3). Se trata de los indicadores 10 y 15. En el caso del indicador 10 cabe destacar que el

Parque Natural donde se asienta la Reserva de la Biosfera examinada cuenta con un plan de desarrollo sostenible y con un plan de ordenación de los recursos naturales y el plan rector de uso y gestión. En el indicador 15 el valor máximo viene asegurado por la seguridad global del país. En relación con la existencia de estos planes se ha asignado un valor de 2 a los indicadores 11A, 11B, 13 y 14. Por último a los indicadores 12 y 16 se le ha asignado un valor de 1. En el caso del 12 se ha contrastado que hay algunos municipios que cuentan con encuestas de satisfacción de los visitantes como el caso de la oficina de turismo de Cazorla. Por su parte respecto al indicador 16, en el ámbito de estudio resulta difícil evaluar la cantidad de empresas que poseen un sello o distinción de sustentabilidad turística. Este indicador está relacionado con el indicador 9 al que también se le ha asignado un valor de 1.

En este punto cabe destacar que lamentablemente en España se carece en general de una política de gestión turística activa en los espacios naturales protegidos. Este hecho a largo plazo puede generar impactos negativos considerables sobre el territorio, especialmente sobre su capacidad como factor de desarrollo regional y rural (Pulido, 2007). Por tanto en marcos territoriales como las Reservas de la Biosfera resulta imprescindible apostar por políticas de gestión turística que promuevan actividades sostenibles desde un punto vista ambiental, social y económico.

Ámbito medioambiental

En la tabla 12 se muestran los valores que han sido asignados a los 5 indicadores del ámbito medioambiental. El mismo cuenta un valor porcentual de un 86,67 %. Este valor se ha obtenido al dividir la suma de los valores (13) por la puntuación máxima posible (15). Se trata del ámbito mejor valorado.

En el ámbito medioambiental a todos los indicadores se le ha asignado al menos un valor 2. Concretamente los indicadores 17, 19 y 20 poseen el máximo valor. El ámbito de estudio tiene asegurada la disponibilidad de agua potable (indicador 19), en muchos casos a través de fuentes naturales ya que se trata de una de las áreas más húmedas del sur de la península ibérica. No obstante, deben promoverse algunas medidas en materia de gestión de los recursos hídricos para asegurar su disponibilidad en episodios de sequía. En referencia al indicador 20 el tratamiento de las aguas residuales resulta adecuado. Por su parte el ámbito de estudio cuenta con planes de emergencia de riesgos ambientales adecuados, como por ejemplo el INFOCA que es el plan autonómico de Andalucía para la gestión del riesgo de incendio forestal. En este punto habría que poner énfasis en la mejora de los planes municipales frente a riesgos naturales.

Por otra parte, a los indicadores 18 y 21 se le ha asignado un valor de 2. Respecto al indicador 18 en el Parque Natural examinado existe un plan de ordenación de los recursos naturales en el que se especifica medidas de protección para la vida silvestre y ecosistemas. No obstante, deben impulsarse medidas para garantizar la protección total de la vida silvestre frente a la acción antrópica. Por último, en referencia a la gestión de los residuos sólidos cabe destacar que en el ámbito se efectúa a través de dos consorcios municipales: Sierra de Cazorla y Condado Segura y Las Villas.

Como ha sido mencionado anteriormente la Carta Europea del Turismo Sostenible puede constituirse como un instrumento muy adecuado para la protección ambiental en los espacios naturales protegidos (Muñoz, 2008). Respecto a esta premisa, en Sánchez y Sánchez (2021) se señala que el planteamiento de modelos de gestión medioambiental adecuados puede favorecer a que el turismo rural sea un elemento de desarrollo sostenible del territorio, mejorando la eficiencia de los empleos generados entorno a este sector. En definitiva, los espacios naturales protegidos constituyen un magnífico ejemplo de las oportunidades que la protección del entorno social y medioambiental ofrece para el emprendimiento responsable y la colaboración entre los diferentes agentes socioeconómicos (Gessa & Toledano, 2011).

Por último, a modo de contextualización de los resultados obtenidos en la tabla 13 se muestra el valor promedio de los diferentes ámbitos examinados. La consideración global de los valores promedio (%) revela que los ámbitos sociocultural y medioambiental son los que presentan un mejor estado actual, poniéndose en evidencia que deben reforzarse las acciones en los ámbitos económico y de gestión. A este respecto, la cuestión medioambiental es la mejor valorada, con más de un 86% de promedio, seguido del mencionado ámbito sociocultural con un 80%. Ambas se sitúan por encima del umbral establecido por el promedio total de la reversa de la biosfera analizada (73,61%). Por debajo, los ámbitos de gestión y económico registran promedios de alrededor de 66% y 61%, respectivamente.

Tabla 13 – Valor promedio de los ámbitos examinados con los indicadores de sustentabilidad turística

ÁMBITO	PROMEDIO (%)
Sociocultural	80,00
Económico	61,11
Gestión	66,67
Medioambiental	86,67
Promedio total	73,61

Fuente: Elaboración propia.

Conclusión

La sostenibilidad debe jugar un papel primordial en el correcto desarrollo de una tipología turística en la que se ponga la conservación medioambiental en un primer plano. Debe ser una forma de entender nuestras relaciones con el medio de una forma respetuosa. Este hecho es aún más transcendental en áreas rurales donde los espacios naturales protegidos son protagonistas en la gestión y planificación territorial

En este sentido en este trabajo se ha llevado a cabo una propuesta de indicadores de sustentabilidad turística para evaluar el impacto actual del desarrollo turístico en diferentes ámbitos: sociocultural, económico, gestión y medioambiental. Dicha metodología ha sido aplicada a la Reserva de la Biosfera Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas, ubicada en la provincia de Jaén (sureste de España). Este territorio se enmarca en una de áreas rurales de España que ha experimentado un mayor descenso poblacional desde la segunda mitad del siglo XX (alrededor de 70.000 habitantes desde 1940). Ante esta premisa el desarrollo del turismo rural puede representar un papel transcendental en la viabilidad futura de muchas áreas desfavorecidas.

Los resultados obtenidos revelan que los ámbitos sociocultural y medioambiental son los que presentan un valor promedio más elevado. Se ha puesto de manifiesto que deben impulsarse instrumentos que permitan evaluar de una forma más efectiva la satisfacción de los turistas y de las comunidades locales. Del mismo modo deberían establecerse herramientas que permitan evaluar la calidad de los establecimientos ligados a la actividad turística. Con esto se podría caminar hacía un desarrollo turístico sostenible y responsable con el medio en el que se desarrolla.

En definitiva, se espera que la propuesta de indicadores de sustentabilidad turística pueda ser un instrumento útil para que la práctica turística desarrollada en las Reservas de la Biosfera permanezca alineada con los principios de sustentabilidad establecidos en los ODS. En futuras investigaciones se espera implementar dicha metodología en otras Reservas de la Biosfera para poder llevar a cabo estudios comparativos sobre el impacto de la actividad turística en ámbitos con condicionantes territoriales diferentes.

Referencias

ALHAMA, Antonio; RIVERA, Manuel. La actividad turística y su incidencia en el desarrollo territorial de las áreas desfavorecidas. Estudio de caso del Parque Natural de la Sierra de Hornachuelos (Córdoba, España). *In:* MULERO, A.; RIVERA Mateos, M. (dir.). **Sierra Morena**

en la encrucijada: despoblación, crisis rural y expectativas de desarrollo sostenible. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023. p. 173-202. http://hdl.handle.net/10396/30680

AÑAZCO Luis; ALVARADO, Luis. Turismo deportivo en espacios naturales terrestres: una revisión sistemática acerca del tema. **Journal of Movement & Health**, 20, 2, 2023. https://doi.org/10.5027/jmh-Vol20-Issue2(2023)art189

AROLD, Patricia. Apuntes para la gestión del turismo en España tras la crisis sanitaria de la Covid-19. **PASOS Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural**, 19, 1, p. 189-194 , 2021. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2021.19.012

BANDRÉS, Eduardo; AZÓN, Vanessa. **La despoblación de la España interior**. Madrid: Funcas, 2021. https://www.funcas.es/wp-content/uploads/2021/02/La-despoblacion-de-la-Espa%C3%B1a-interior.pdf

CAÑIZARES, María del Carmen. Sostenibilidad y turismo de la documentación internacional a la planificación en España "Horizonte 2020". Sostenibilidad y turismo: de la documentación internacional a la planificación. **Boletín de la Asociación Española de Geografía**, 61, p. 67-92, 2013. https://doi.org/10.21138/bage.1536

CAÑIZARES, María del Carmen. Los límites del turismo industrial en áreas desfavorecidas. Experiencias singulares en España. **Cuadernos Geográficos**, 58, 1, p. 180-204, 2019. https://doi.org/10.30827/cuadgeo.v58i1.6746

CORDERO, Juana Catalina. Propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad turística para destinos urbanos. ***Ara: Revista De Investigación En Turismo***, 7, 1, p. 41–51, 2017. https://doi.org/10.1344/ara.v7i1.20025

ERDOZÁIN, Pilar; MIKELARENA, Fernando. Algunas consideraciones acerca de la evolución de la población rural en España en el siglo XIX. **Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural**, 12, p. 91-118 , 1996. http://hdl.handle.net/10234/159432

GARCÍA, Pilar Juana. Turismo activo y medio ambiente: una implicación necesaria. Aspectos jurídicos. **Cuadernos de turismo**, 26, 2010, p. 153-176, 2010. https://revistas.um.es/turismo/article/view/116321

GARCÍA, Rafael; OSPINO, Oscar. Incident variables in the new bets of rural tourism. **Dimensión Empresarial**, 18, 4, 2020. https://doi.org/10.15665/dem.v18i4.2347

GESSA, Ana; TOLEDANO, Nuria. Turismo, emprendimiento y sostenibilidad en los espacios naturales protegidos. **Estudios y perspectivas en turismo**, 20, p. 1154-1174, 2011.

GILBERT, David. Rural tourism and marketing. **Tourism Management**, 19, p. 39-50, 1989.

GIMÉNEZ, Rubén; CEBRIÁN, Francisco; GARCÍA, Ramón. Despoblación del nodo interprovincial del Sureste de la Península Ibérica: ¿hacia el abismo demográfico? **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, 98, 2023. https://doi.org/10.21138/bage.3436

GIMÉNEZ, Rubén; GARCÍA, Ramón; CEBRIÁN, Francisco. Procesos de despoblación en el sur de España: el caso de la Comarca Sierra del Segura (Albacete). **Ager: Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural**, 39, p. 35-84, 2024. https://doi.org/10.4422/ager.2024.02

HERRERA, Luis; BLANCO, Asunción; CÁNOVES, Gema. Turismo rural en España: un análisis de la evolución en el contexto europeo. **Cuadernos de geografía**, 77, p. 41-58 2005. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2091297

MUÑOZ, Juan Carlos. El turismo en los espacios naturales protegidos españoles, algo más que una moda reciente. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, 46, p. 291-304, 2008.

OMT (2003). **Desarrollo Sostenible del Ecoturismo. Una compilación de buenas prácticas en las PYME.** Publicaciones de la OMT. https://fliphtml5.com/ofyg/xzbj/basic

PÉREZ, Belén. Turismo sostenible, ecoturismo y la CETS: Sierra Nevada (España). **HUMAN Review**, 11, p. 1-18, 2022. https://doi.org/10.37467/revhuman.v11.3995

PULIDO, Juan Ignacio. Elementos para orientar la formulación de una política turística sostenible en los parques naturales andaluces. **Cuadernos de turismo**, 19, p. 167-188, 2017. https://revistas.um.es/turismo/article/view/13761

RIVAS, Humberto. **Destinos Turísticos Sustentables: Propuesta para un Sistema de Distinción**. Servició Nacional de Turismo (SERNATUR) del Gobierno de Chile, 2013. https://www.researchgate.net/publication/338297598_Destinos_Turisticos_Sustentables

RIVERA, Manuel. Turismo sostenible en zonas rurales, oportunidad de empleo y desarrollo socioeconómico. **Ambienta,** 129, p. 61-67, 2021.

RODRÍGUEZ, Aura; PRIETO, Miguel. Análisis de estrategias TIC del sector turístico en el departamento del Meta (Colombia) tras la contingencia de la COVID-19. **Economía & Negocios: Revista de la Escuela Profesional de Ingeniería Comercial**, 4, 1, p. 17-28, 2022. https://doi.org/10.33326/27086062.2022.1.1348

SÁNCHEZ, Francisca; SÁNCHEZ, Ana. Medición de la eficiencia laboral del turismo rural sostenible en espacios naturales protegidos de España. **Investigaciones Turísticas**, 22, p. 200-230. https://doi.org/10.14198/INTURI2021.22.9

SHARPLEY, Richard. **Rural tourism: An introduction**. London: International Business, 1997. https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3685406

UNESCO (4 de febrero de 2025). **Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB)** https://www.unesco.org/es/mab.

Capítulo 6

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap06

LA RESERVA DE LA BIOSFERA DEL MONTSENY (CATALUÑA, ESPAÑA): UN ANÁLISIS DESDE LOS INDICADORES DE SOSTENIBILIDAD TURÍSTICA ASOCIADOS A LOS OBJETIVOS DEL DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS)

Miriam Hermi Zaar[1]

Introducción

Los retos sociales y medioambientales de las primeras décadas del siglo XXI, como el cambio climático, la pérdida de la biodiversidad a causa de la sobre explotación de recursos naturales, y la desigualdad socioeconómica, entre otros, exigen una nueva perspectiva territorial que reduzca nuestra huella ecológica y proporcione una mayor resiliencia a los territorios (Panel Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático - IPCC, 2021; Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Biodiversidad y Servicios de los Ecosistemas - IPBES, 2024; *World Wildlife Fund - WWF*, 2024; Zaar, 2021).

Los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), como parte de la Agenda 2030, constituyen un estímulo a la promoción de acciones que conllevan el fin de la pobreza, mediante una relación armoniosa con la naturaleza y la mejora de la calidad de vida en el planeta. Así, sus enfoques, basados en ordenamientos territoriales holísticos que tengan en cuenta la relevancia de los servicios sistémicos – la producción de agua limpia, la formación de suelo, la regulación del clima por parte de los bosques, la polinización, etc. – y la dimensión sociocultural de las comunidades locales, emerge como una de las vías para lograr la preservación de la biodiversidad de los ecosistemas, las capacidades de adaptación y la creación de oportunidades, es decir, de la resiliencia.

A este reto, se suman los doce Objetivos del Turismo Sostenible (OIT, 2005), basados en tres aspectos esenciales: el cuidado con el medioambiente, el respeto

1 Doctora em Geografía. Vinculada al Departamento de Geografía de la Universidad de Barcelona; Currículo: http://lattes.cnpq.br/6274831266736496 y https://orcid.org/0000-0002-1717-8118; E-mail: miriamzaar@gmail.com.

con las comunidades locales y su cultura y una distribución justa de la renta. También la Resolución aprobada por la Asamblea General de Naciones Unidas el 14 de diciembre de 2022 que reafirma la necesidad de una "promoción del turismo sostenible y resiliente, incluido el ecoturismo, para la erradicación de la pobreza y la protección del medio ambiente" (Naciones Unidas. Asamblea General, 14/12/22).

Esto es así porque "la sostenibilidad es equiparable al concepto ecológico de «resiliencia» (capacidad que tienen los sistemas para adaptarse al cambio, para mantener su integridad, vencer los colapsos o las fluctuaciones externas y recuperarse en el tiempo)" (Sotelo, Tolón y Lastra, 2011, p. 612), siempre "considerando que los procesos sociales, políticos, económicos y ecológicos no ocurren aisladamente, sino que interactúan dinámicamente en el tiempo y en las diversas escalas territoriales, lo que incrementa su complejidad" (Zaar, 2023, p. 6).

En este escenario, las Reservas de las Biosfera, como destinos sostenibles, son zonas de ecosistemas terrestres o costero/marinos, ecológicamente representativos o de valor único, en los que la integración de la población humana y sus actividades con la conservación son esenciales. Tienen como objetivo armonizar la conservación de la diversidad biológica y cultural y el desarrollo económico y social mediante una relación respetuosa del ser humano con la naturaleza (Ministerio para la Transición Ecológica y el reto demográfico, s. f.), principalmente donde la demanda turística se incrementa constantemente y puede afectar a los recursos naturales de ecosistemas frágiles.

Estas reservas poseen un amplio reconocimiento en el plano internacional, desde el marco del Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB) de la Unesco, que tiene como propósito promover la investigación interdisciplinaria en ciencias naturales y sociales y la capacitación en gestión de los recursos naturales, en particular, sobre la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad, y el desarrollo de políticas relativas a la utilización racional de la diversidad biológica y cultural (Ministerio para la Transición Ecológica y el reto demográfico s. f.).

Además, el Marco Estatutario de la Red Mundial de Reservas de Biosfera (RMRB), está concebido como un instrumento para la conservación de la diversidad biológica y el uso sostenible de sus componentes, lo que contribuye a alcanzar los objetivos del Convenio sobre la Diversidad Biológica y de otros acuerdos. De este modo, las Reservas de la Biosfera, combinando e integrando aspectos como la conservación, el desarrollo mediante pruebas y estudios en diferentes ecosistemas, y el apoyo logístico, buscan ser lugares de excelencia para el ensayo y la demostración de métodos de conservación y desarrollo sostenible a escala regional (Unesco, MAB

y ODS, s. f.) desde la promoción y la demostración de una relación equilibrada entre los seres humanos y la biosfera.

De este modo, según este mismo Marco Estatutario, una reserva de la biosfera tiene el cometido de abarcar "un mosaico de sistemas ecológicos representativos de las principales regiones biogeográficas, incluyendo una progresividad de intervenciones humanas". Debe ser importante para la conservación de la diversidad biológica y "brindar la posibilidad de explorar y demostrar enfoques para el desarrollo sostenible a escala regional" (s. f., p. 29).

Es así como Michel Batisse concibe las reservas de la biosfera, cuando afirma que

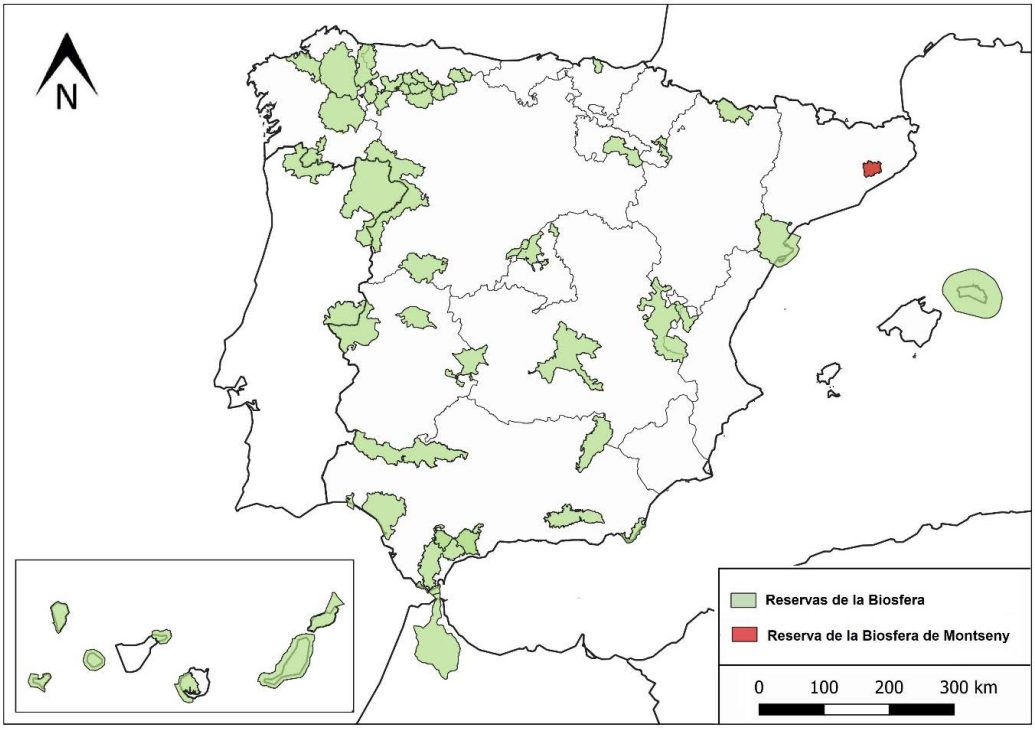
> "la función principal de las reservas de la biosfera sigue siendo la conservación in situ a largo plazo de los recursos genéticos vegetales y animales, junto con la investigación sobre la gestión y conservación de los ecosistemas, el seguimiento de los cambios en la biosfera, la formación de especialistas y la educación ambiental" (Batisse, 1982, p. 1).

Con la implantación de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible el 1 de enero de 2016, su plan de acción transformador basado en 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y sus interacciones y sinergias, las reservas de la biosfera han adquirido una nueva función: actúan como observatorios locales del alcance de los ODS, como resultado de las praxis de transición hacia la sostenibilidad de dichas reservas.

Para esto se requiere el uso de nuevos enfoques tanto para el análisis de los problemas, como para la planificación de estrategias, siempre considerando los límites de los recursos naturales y la necesidad del conocimiento y de la problemática comunitaria, lo que implica el uso del espacio físico, la gestión económica y la valorización de la iniciativa comunitaria, como elementos sustantivos del desarrollo a nivel local (Taymer Miranda, *et al*., 2007).

Según la Red Española de Reservas de la Biosfera (RERB), instituida en 1992, en España hay 55 Reservas Naturales de la Biosfera, 18 de ellas agrupadas en la región noroeste, 7 en la Comunidad Autónoma de Canarias, y las demás distribuidas en otras regiones españolas. En total cubren el 15% del territorio español, en el que se desarrollan actividades de estímulo al turismo rural, sin perder de vista los principios de sustentabilidad.

Figura 1 – Distribución de las Reservas de la Biosfera en España



Fuente: Elaborado por Rubén Giménez García (2025).

El objetivo de este manuscrito es analizar y valorar el cumplimiento de varios indicadores de sostenibilidad turística desde los Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS), vinculados al contexto social, medioambiental y económico, de la Reserva de la Biosfera del Montseny, cuya proximidad con el área metropolitana de Barcelona, con más de 3 millones de habitantes, le imprimen características concretas, entre ellas un gran número de visitantes.

La justificación para este análisis, se centra en dos aspectos principales:

a) que los territorios donde se sitúan las reservas de la biosfera pueden caracterizarse por intensas transformaciones sociales y medioambientales con relevantes cambios de ritmo en el uso de los recursos naturales, especialmente debido al incremento de las actividades turísticas en ámbitos rurales naturales, como complemento de los destinos de sol y playa, como ocurre con la Reserva de la Biosfera del Montseny.

b) que las Reservas de Biosfera, por su vocación de territorios para el desarrollo sostenible, son lugares privilegiados para trabajar en experiencias científicas aplicables y transmitirlas a otros territorios (Miren Onaindia, 2020-2021, p.

5), razón por las que "resultan ser los escenarios idóneos donde ensayar la transición a la sostenibilidad" (De Lucio *et al*., 2020, p. 61).

Metodología

La metodología comprende, por un lado, la Propuesta para un Sistema de Distinción de Destinos Turísticos Sostenibles (Rivas, 2013), adoptados al área de estudio, mediante cuatro grados de valoración: desde cero cuando el territorio no cumple el indicador o inexiste la información, hasta un máximo de tres, cuando su cumplimiento es total respecto a los pilares del turismo sostenible.

Y, por otro, la perspectiva de José Sotero *et al*. (2011), sobre la elección creativa de los indicadores, basada en la motivación, la información y la flexibilidad de las zonas analizadas. En base a estos criterios, para el desarrollo de las etapas es esencial, según los autores: recoger todos los indicadores propuestos en los modelos analizados, definir los indicadores a partir de los datos disponibles, y generar nuevos indicadores como consecuencia de una tormenta de ideas, siempre teniendo en cuenta la contribución de cada subsistema y la viabilidad del sistema (p. 631).

La metodología comprende igualmente una amplia revisión bibliográfica, a partir de artículos científicos pertinentes, destacando entre otros las contribuciones de Michel Batisse (1982), Martí Boada Juncà *et al*. (2010), Lisa Campbell y Arja Vainio Mattila (2003), Kaera Coerzer *et al*. (2013), José de Lucio *et al*. (2020) y Óscar Iván Pérez *et al*. (2020). Asimismo, incluye documentos, informes, mapas y datos recientes publicados por organismos púbicos de diferentes ámbitos administrativos – catalán, español y europeo –, disponibles en la Unesco y el Europarc, en el Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de España, en la Red Española de Reservas de la Biosfera y la Red Española de Destinos, en el Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB), y en la Web de la Generalitat de Catalunya y la Diputación de Barcelona.

Todos ellos han sido debidamente compilados y utilizados para este análisis que comprende 16 criterios y 21 indicativos asociados a 13 ODS y valorados desde los siguientes ámbitos:

a) Ámbito socio cultural, asociado al ODS 4 (Educación de Calidad), que comprende la información y educación medioambiental, el plan de manejo de los visitantes, el nivel de satisfacción de los residentes respecto a las actividades turísticas y medidas de gestión sostenible del patrimonio cultural, a través de 5 indicativos;

b) Ámbito medioambiental asociado a los ODS 6 (Agua limpia y saneamiento), 11 (Ciudades y comunidades sostenibles), 12 (Producción y consumo responsables) y 15 (Vida de ecosistemas terrestres), y que abarca tanto el acceso al agua, al saneamiento y el manejo de los residuos, como el impacto del turismo sostenible, la protección de los espacios naturales y la vida silvestre, desde 5 indicadores;

c) Ámbito económico asociado a los ODS 8 (Trabajo deciente y crecimiento económico), 9 (Industria, innovación e infraestructura), 10 (Reducción de las desigualdades), 11 y 12, mediante criterios como el apoyo a empresarios locales y al comercio justo, el empleo directo en el turismo, la certificación de calidad turística, mediante 4 indicativos;

d) Ámbito gestión, asociado a los ODS 8, 9, 10, 11, además del 13 (Acción por el clima), el 16 (Paz, justicia e instituciones sólidas) y el 17 (Alianzas para lograr los objetivos), a través de Planes de gestión de ordenamiento y desarrollo, implantación de sellos de sostenibilidad, accesibilidad y seguridad para todos, en prevención para los períodos de crisis y emergencias (resiliencia), por medio de 7 indicativos;

e) Ámbito agentes promotores, en consonancia con los ODS 16 y 17, principalmente, en los que se incluyen las comisiones e instituciones que participan directamente, o en colaboración en La Reserva de la Biosfera del Montseny.

Contexto socio-territorial

La Reserva de la Biosfera del Montseny se sitúa en el Parque Natural homónimo, en la Cordillera Prelitoral Catalana, al Nordeste de la Península Ibérica, donde está el macizo más elevado. Tiene la categoría V de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), correspondiente a un paisaje terrestre/marino protegido.

La creación de la primera figura de protección de la actual Reserva de la Biosfera Montseny se remonta al año 1928, y fue mediante la aprobación del *Real Decret de creació del Patronat de la Muntanya del Montseny*. Décadas más tarde, y en base a la Ley del Régimen del Suelo y Ordenación Urbana, se aprobó el *Pla Especial del Parc del Montseny*, respecto al área ubicada en las provincias de Barcelona (julio de 1977) y de Girona (enero de 1978). Se creaba así el primer marco jurídico de protección especial de dicha área. También fue en este último año, precisamente el 28 de abril de 1978, cuando el Montseny pasó a pertenecer a la Red Internacional de Reservas de la Biosfera, promovida por el Programa *Man and Biosphere* de la Unesco.

A continuación, como consecuencia de su nuevo *status*, este parque pasó a estar protegido mediante dos leyes catalanas. La Ley 12/1985 (13 de junio) de espacios naturales le otorgó, a través de normativa urbanística y de protección del medio natural, la categoría de Parque Natural. A su vez, el *Decret 105/1987* (20 de febrero) le concedió el amparo de la normativa propia de espacios protegidos de Cataluña, declarándole *Parque Natural del Massís del Montseny*. Su ampliación ocurrió el 12 de junio de 2014.

Los municipios que forman parte de la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS)[2] en el ámbito de la Reserva de la Biosfera del Montseny se extienden por dos provincias y tres comarcas. Son en total, 26, distribuidos así: 18 de ellos comprenden el parque (la Reserva) y 8 municipios abarcan su entorno inmediato. De los 18 municipios que abarcan la Reserva, 14 pertenecen a la provincia de Barcelona y sus comarcas (11 al Vallés Oriental y tres a Osona), y cuatro se sitúan en la comarca de La Selva, provincia de Girona (Figura 2).

2 La Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS) es una iniciativa de la Federación EUROPARC que tiene como objetivo promover el desarrollo del turismo en clave de sostenibilidad en los espacios naturales protegidos de Europa. Es un método y un compromiso voluntario para aplicar los principios del turismo sostenible, orientando a los gestores de los espacios naturales protegidos y a las empresas para definir sus estrategias de forma participativa.

Figura 2 – Reserva de la Biosfera del Montseny. Situación y configuración de los municipios comprendidos en la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS) 2021-2025



Municipios dentro del ámbito de la CETS Montseny 2021-2025
Fuente: elaboración propia a partir de las fuentes cartográficas de ICGC y Departamento de Territorio y Sostenibilidad de la Generalitat de Catalunya.

Fuente: Carta Europea de Turismo Sostenible: Montseny, 2021-2015, p. 10.

De estos 18 municipios, nueve poseen la mayor parte de su superficie dentro del parque: Montseny con 100% de su superficie en el ámbito del parque, por lo que da nombre a la reserva, Fogars de Montclús con 90,45%, Tagamanent con 90,26%, El Brull con 84,89%, Aiguafreda con 78,76%, Cànoves y Samalús con 63,48%, Riells y Viabrea con 59,05%, Viladrau con 55,82% y Sant Pere de Vilamajor con 51,44% (Figura 2 y Cuadro 1).

Cuadro 1 – Municipios que comprenden la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS) y el porcentaje de su superficie en el ámbito de la Reserva de la Biosfera del Montseny

COMARCA GEOGRÁFICA	MUNICIPIO Y SU ÁREA TOTAL		SUPERFICIE MUNICIPAL SITUADA EN LA RESERVA DEL MONTSENY		PORCENTAJE DEL MONTSENY QUE ESTA SUPERFICIE REPRESENTA
	MUNICIPIO	ÁREA TOTAL (HA)	(HA)	%	
Osona	El Brull	4.103,04	3.483	84,89	11,56%
	Selva	3.040,22	639,5	21,03	2,12%
	Viladrau	5.072,73	2.831,80	55,82	9,40%
	Total comarca	12.215,00	6.954,30	-	22,39%
El Vallés Oriental	Aiguafreda	789,75	622	78,75	2,07%
	Campins	729,04	214	29,35	0,71%
	Cànoves i Samalús	2.919,10	1.852,90	63,48	6,15%
	Figaró-Montmany	1.498,90	586	39,1	1,95%
	Fogars de Montclús	3.971,59	3.592,50	90,45	11,93%
	Gualba	2.328,96	870,2	37,36	2,89%
	La Garriga	1.879,72	499	26,55	1,66%
	Montseny	2.702,00	2.702,00	100	8,97%
	Sant Esteve de Palautordera	1.063,94	336,4	31,62	1,12%
	Sant Pere de Vilamajor	3.472,24	1.786,00	51,44	5,93%
	Tagamanent	4.330,86	3.909,00	90,26	12,98%
	Total comarca	25.660,94	16.970,00	-	54,63%

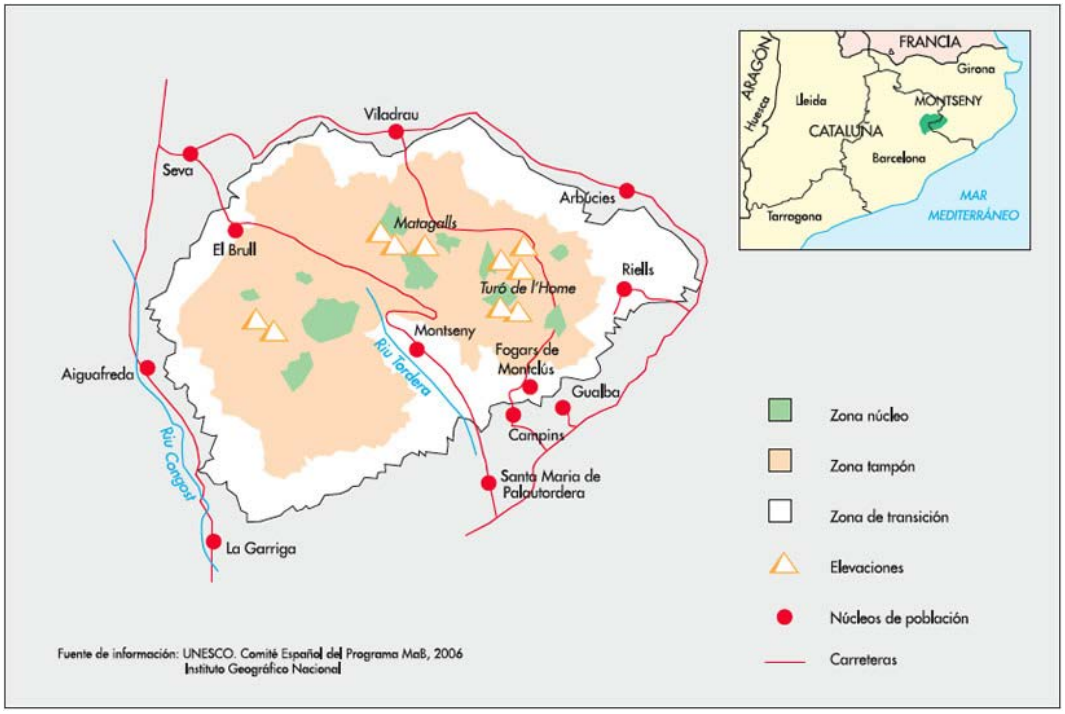
La Selva	Arbúcies	8.622,34	4.197,60	48,68	13,94%
	Breada	501,99	7	1,39	0,02%
	Riells i Viabrera	2.697, 51	1.592,90	59,05	5,29%
	Sant Feliu de Buixalleu	6.193,70	398,3	6,43	1,32%
	Total comarca	18.015,54	6.195,80	-	19,94%
Total general		55.892,56	30.120,10	-	100,00%

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de Europarc 2021-2015.

Todo el ámbito de la Biosfera del Montseny corresponde a más de 55 mil hectáreas. De estas, el Parque Natural del Montseny abarca aproximadamente 30 mil hectáreas (Cuadro 1), con tres zonas específicas, y planes de protección y usos específicos ajustados a sus características, que tienen como finalidad la conservación de la biodiversidad y de los ecosistemas, además del desarrollo de las poblaciones locales:

1. **Zona núcleo o central**, también denominada Zona de reserva calificada, abarca el 3% (1.077,70 ha.) del Parque, y correspondiente a las zonas de reserva natural y zonas de alto interés natural, ecológico (biodiversidad) y paisajístico definidas en el Plan Especial de El Montseny (2008).
2. **Zona tampón o de amortiguamiento,** también definida como Zona de reserva natural, que integra el 55% del Parque Natural del Montseny (16.294,70 ha.), y acompaña los límites definidos en el mismo Plan Especial, además de la incorporación de otras dos áreas: la Riera de Arbúcies y parte de los Cingles de Bertí, incluidas porque pertenecen a la Red Natura 2000 que hace compatible la conservación de especies y hábitats naturales con la actividad humana.
3. **Zona de transición,** también denominada Zona de Influencia o Área pré--parque, y es el área contigua al parque, correspondiente al 42% del total de su superficie (12.747.70 ha). Abarca los municipios que se encuentran fuera de los límites del Parque Natural. Es donde se concentra la mayor parte de poblaciones y actividades socioeconómicas de la Reserva (Diputación de Barcelona) (Figura 3).

Figura 3 – Zonificación de la Reserva de la Biosfera del Montseny

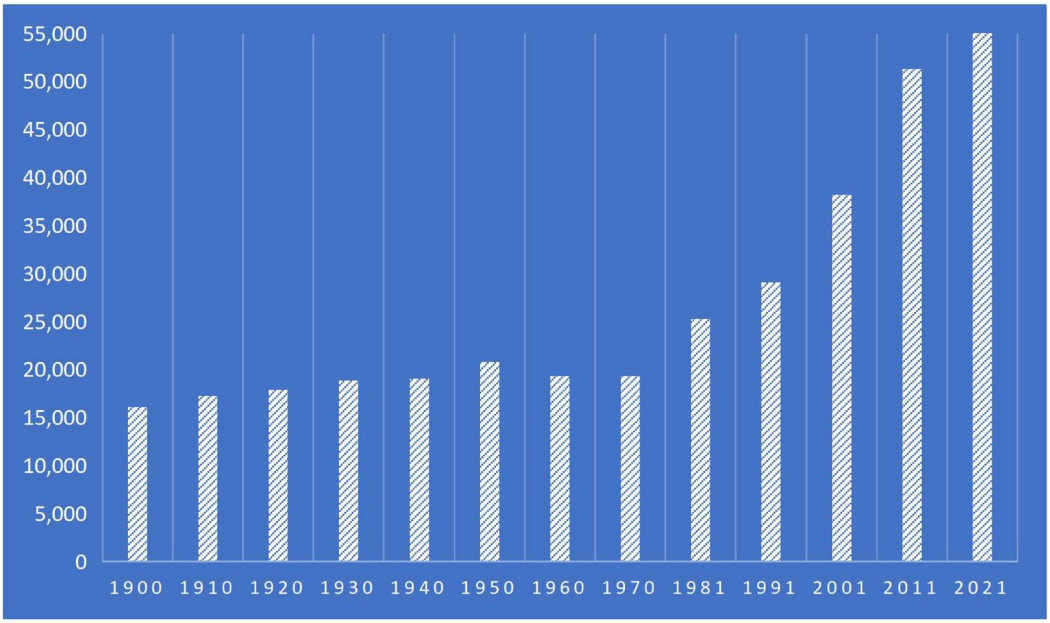


Fuente: Red Española de Reservas de la Biosfera: Montseny, s. f.

Respecto a la población que vive en los municipios que comprende la Reserva de la Biosfera del Montseny, el Marco Estatutario de la Red Mundial de Reservas de Biosfera (RMRB), establece que su tamaño debe ser tal que permita estudiar las interacciones con la naturaleza.

En los municipios de la Reserva del Montseny, residen más de 55.000 personas, y sobre su evolución, se observa, a grandes rasgos, una estabilidad entre 1900 y 1960 (de 16.139 a 19.289). Sin embargo, a partir de esta última década, ocurrió un incremento constante, alcanzando un total de 50.684 habitantes en 2010 y 54.288 en 2020. Contribuyó a este escenario un notable auge de las actividades relacionadas con el sector servicios, vinculadas al ocio y al turismo, que en la mayoría de los municipios compensó la pérdida de población provocada por la progresiva disminución de los usos primarios tradicionales (agricultura, ganadería…) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolución poblacional en los municipios que comprenden la Reserva de la Biosfera del Montseny (1900-2021)



Fuente: Elaboración propia, a partir de datos del Instituto Nacional de Estadística (INE) 1900-1991 y 1996-2021.

Destacan por su incremento poblacional, los municipios de La Garriga con más de un 800% entre los años de 1900 y 2021, Aiguafreda, Seva, Cànoves i Salamus, Riells i Viabrea, Sant Esteve de Palautordera, Sant Pere de Vilamajor con cerca del 500%, algunos de ellos, principalmente en las últimas décadas. Otros, como Arbucies, Breda, Campins, Gualba han tenido un crecimiento poblacional menor, cerca del 50% o menos, como es el caso de Viladrau. La excepción han sido los municipios El Brull, Fogars de Montclús, Montseny, Sant Feliu de Buixalleu, que, en este período, redujeron su población entre un 10 y un 40%.

Asimismo, la alta densidad demográfica de algunos de estos municipios: La Garriga con más de 720 hab/Km², Breda con 753, Aiguafreda con 319 y Sant Esteve de Palautordera con 281 en 2021 (Diputación de Barcelona, Instituto Nacional de Estadística (INE), 2020), mientras la densidad demográfica media es 165,33 hab./Km² (Cuadro 2).

Cuadro 2 – Reserva de la Biosfera del Montseny. Densidad demográfica de los municipios que comprenden la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS)

MUNICIPIO	POBLACIÓN		SUPERFICIE (KM²)	DENSIDAD DEMOGRÁFICA (HAB/KM²) EN 2021
	1960	2021		
Aiguafreda	1.223	2.556	8	319,5
Arbúcies	3.834	6.507	86,22	75,46
Breda	1.769	3.836	5,09	753,63
El Brull	313	275	41,19	6,67
Campins	196	540	7,35	73,47
Cànoves i Salamus	618	3.219	28,48	113,02
Figaró-Montmany	579	1.127	14,95	73,38
Fogars de Montclús	586	467	39,89	11,7
La Garriga	4.121	16.733	18,92	725,84
Gualba	767	1.585	23,03	68,82
Montseny	397	362	26,77	13,52
Riells i Viabrea	453	4.268	26,53	160,87
Sant Esteve de Palautordera	782	2.997	10,65	281,4
Sant Feliu de Buixalleu	1.047	808	61,46	13,14
Sant Pere de Vilamajor	580	4.671	34,3	136,18
Seva	989	3.696	30,51	121,14
Tagamanent	219	325	43,5	7,47
Viladrau	816	1.102	50,7	21,73

Fuente: Elaboración propia.

Indicadores de sostenibilidad

En las últimas décadas, los Sistemas de Indicadores de Sostenibilidad – como base para la elaboración de Programas y Planes de Desarrollo Sostenible –, han evolucionado hacia un enfoque triple dimensional – social, ambiental y económico –, de manera integral. A ello, han contribuido la institución de los Objetivos del Desarrollo Sostenible en 2015/2016 con el objetivo de cuantificar y medir la evolución de este desarrollo, y que exige un grado de integración y coordinación de todos los

actores sociales públicos y privados implicados en un territorio y su entorno, como las administraciones municipales, las empresas privadas, los movimientos ciudadanos, etc. Todos desempeñan un papel relevante y son responsables del éxito o fracaso de la gestión de estas reservas naturales, como se analiza a continuación.

Ámbito Sociocultural

Según las Directrices Técnicas para las Reservas de Biosfera, estas áreas tienen como propósito equilibrar la conservación de la naturaleza con el desarrollo sostenible para y con las comunidades, a través del cumplimiento de tres funciones básicas, iguales y complementarias entre sí: la conservación, el desarrollo social sostenible y el apoyo logístico. Integrado en las mismas, destaca la formación, la concienciación y educación para el desarrollo sostenible, investigación y seguimiento relacionados con la conservación de la naturaleza y el desarrollo sostenible a nivel local (p. 14 y 15), y medidas de gestión sostenible del patrimonio cultural.

Además, "la participación directa de la población local en la gestión de las reservas de la biosfera, junto con el mantenimiento de las actividades de investigación y vigilancia en ellas, constituyen la mejor garantía para la conservación a largo plazo de los recursos genéticos a escala mundial", como afirma Michel Batisse (1982, p. 1).

También son esenciales la información y la educación medioambiental sobre sus recursos naturales, su biodiversidad y los servicios ecosistémicos, asociados a su valor científico y cultural.

Teniendo en cuenta estos propósitos, para evaluar el ámbito sociocultural se crearon cinco criterios con sus indicadores correspondientes, que se analizan en la Reserva de la Biosfera del Montseny:

En el criterio "Disponibilidad de información e interpretación de los principales sitios turísticos", su indicador – Información disponible en las oficinas de turismo – consigue puntuación máxima (3), ya que tanto *in situ* – a través de la presencia de personal informador en todos los fines de semana y días festivos –, como en las páginas Web la información es amplia, con visitas virtuales y aplicaciones móviles. A demás, las informaciones desde códigos QR comprenden actividades, itinerarios, equipamientos y servicios como el tiempo, alojamientos y restaurantes, y se integran en la Red de Parques Naturales disponibles para Android y iOS en catalán y castellano (Diputación de Barcelona).

Del mismo modo, en los criterios "Conciencia turística y educación ambiental" y "Protección legal del patrimonio cultural", sus indicadores – Campañas o programas de conciencia turística y educación ambiental, y Medidas de gestión sostenible del

patrimonio cultural –, respectivamente, obtienen puntuación máxima (3). Esto es así porque, en el Montseny, mediante el Programa Hombre y Biosfera de la Unesco, se desarrolla un Plan Estratégico de Educación Ambiental que: a) forma y asesora los agentes implicados en el turismo; b) promueve la participación de los visitantes en proyectos de concienciación medioambiental; c) impulsa el fomento y conocimiento de los valores del patrimonio cultural arquitectónico y etnológico.

Sin embargo, en otros dos criterios "Satisfacción de la comunidad con la actividad turística" y "Manejo de visitantes en sitios turísticos" y sus indicadores – Estudio sobre el nivel de satisfacción de los residentes con la actividad turística y Programa o Plan de manejo de visitantes –, respectivamente, el Montseny obtiene valoraciones más bajas: respectivamente 1 y 2 (Cuadro 3).

Esto se explica por su situación geográfica, a pocas decenas de kilómetros del área metropolitana de Barcelona, con más de 3 millones de habitantes y muy bien comunicada con la Reserva del Montseny a través de las autovías E-15 y C-17, lo que provoca que, en días o períodos concretos – principalmente fines de semana, festivos o meses vacacionales – el parque se sature de visitantes. Esto ocurre tanto en su oficina de información turística y área de parking que cuenta con 1.300 plazas, como en las rutas más conocidas que se llenan de excursionistas, corredores y ciclistas. Como ejemplo, podemos citar el aluvión de visitantes en 2020, cuando, en pleno contexto pandémico, los Mossos d'Esquadra tuvieron que cortar las carreteras de acceso para contener a los visitantes (Mercader, Crónica Global, 24/10/2020). Se calcula que visitan el Montseny alrededor de 1.000.000 de personas anualmente, una cifra que distribuida a lo largo del año y por toda su superficie con 29 itinerarios, sería asumible. Pero la mayoría, cerca del 65% de los visitantes, se concentra en un enclave que representa el 10% de su superficie, en la Vall de Santa Fe y sobre todo durante el otoño, época de setas, castañas y bosques coloridos, cuando más de 500.000 personas realizan el itinerario Empedrat de Morou (Bosch, La Vanguardia, 16/05/2016).

Por esta razón, la Generalitat de Catalunya y la Diputación de Barcelona pusieron en funcionamiento – enmarcado en el Plan de Acción de la Carta Europea de Turismo Sostenible –, un servicio de transporte público integrado – ferrocarril y bus – entre los municipios próximos y diferentes puntos de la Reserva, en los fines de semana y días festivos (Europarc, Diputación de Barcelona, Diputación de Girona, Generalitat de Catalunya, s. f.). Una medida que creemos solo sirve para paliar el problema, ya que el gran flujo de visitantes compromete, tanto la conservación de la fauna y de la flora, como la convivencia entre visitantes y residentes. Con relación a esta última, no se conocen estudios sobre el nivel de satisfacción de los residentes con la actividad turística; suelen ser los medios de comunicación, como La Vanguardia o El Público,

y páginas Web como Crónica Global los que divulgan como esta convivencia se está deteriorando a medida que el número de visitantes se incrementa.

Cuadro 3 – Indicadores de Sostenibilidad en la Reserva de la Biosfera del Montseny. Ámbito sociocultural

	CRITERIOS	INDICADORES Y VALORACIÓN	
1	Disponibilidad de información e interpretación de los principales sitios turísticos	Información disponible en la(s) oficina (s) de turismo	3
2	Satisfacción de la comunidad con la actividad turística	Estudio sobre el nivel de satisfacción de los residentes con la actividad turística	1
3	Conciencia turística y educación ambiental	Campaña o programa de conciencia turística y educación ambiental	3
4	Manejo de visitantes en sitios turísticos	Programa o plan de manejo de visitantes	2
5	Protección legal del patrimonio cultural	Medidas de Gestión Sostenible del Patrimonio Cultural	3
	TOTAL		12
	%		80,00

Fuente: Elaboración propia.

De este modo, a pesar de que en este ámbito algunos aspectos como la información en la Web y los programas de concienciación están bien valorados, otros asociados a la masificación de visitantes necesitan ser mejor estudiados y planificados, para que la Reserva de la Biosfera del Montseny, alcance el nivel de una reserva resiliente.

Ámbito medioambiental

En lo que concierne a las Directrices Técnicas para las Reservas de Biosfera, éstas defienden la conservación de la biodiversidad natural y biocultural, mediante proyectos asociados a la conservación de la naturaleza y al desarrollo sostenible. Además, establecen los factores que influyen en la zonificación: territorios de un alto valor de biodiversidad, que presentan mínimas perturbaciones antropogénicas, "bosques primarios" y "zonas en estado natural", salud del ecosistema y un tamaño mínimo para que presten sus servicios, conectividad entre ecosistemas y corredores, o una configuración de su entorno físico (2022, p. 32).

Esto porque la diversidad biológica abarca la totalidad del vasto espectro de la vida, desde los genes individuales hasta la biosfera entera. Por esta razón, las decisiones sobre lo que necesitamos conservar para salvar la biodiversidad (una versión condensada del término acuñado quizás en un intento semántico inconsciente

de reducir la dimensión del problema), implican lidiar con una enorme variedad de posibles opciones de objetivos de todo tipo y tamaño. Así, no todos estos objetivos pueden alcanzarse mediante enfoques convencionales de áreas protegidas (Coetzer, Witkowski, Erasmus, 2013).

Además, su particular ubicación geográfica de la Reserva de la Biosfera del Montseny, poseyendo límites septentrional y meridional con distintos organismos y sistemas, posibilita que en su territorio se encuentren muestras de tres regiones biogeográficas de los principales biomas de la Europa Occidental – mediterránea, eurosiberiana y boreoalpina –, asociados a una ocupación humana que ha interactuado durante siglos con los procesos naturales, y que configura el paisaje actual (Boada Juncà *et al*., 2010).

La complejidad de este ecosistema con la acción humana, promueve la interacción entre las fuerzas inductoras de carácter biofísico y las fuerzas inductoras de carácter socioeconómico (Boada Juncà *et al*., 2010), exigiendo un mayor control respecto a los recursos naturales más susceptibles al cambio climático.

En razón de estos propósitos, se definen los siguientes cinco criterios para la Reserva de la Biosfera del Montseny (Cuadro 4), de los que tres y sus indicadores alcanzan la valoración máxima:

El criterio "Gestión de riesgos ambientales" y su indicador – Plan de emergencia de riesgos ambientales – consiguen la valoración máxima (3) debido a existencia de este y otros planes específicos que evalúan diferentes riesgos ambientales, como el Plan de información y vigilancia contra incendios forestales (PVI), en el que se combina la prevención activa de los incendios forestales, la pedagogía y la vigilancia, y el Plan especial de emergencias por riesgo de nevadas en Cataluña (NEUCAT) (Diputación de Barcelona y Diputación de Girona, 2021). También se organizan jornadas cooperativas anuales para la limpieza de su sotobosque (Europarc y Montseny Reserva de la Biosfera, abril de 2021).

Los criterios "Disponibilidad de agua potable" y "Aguas servidas" también consiguen la valoración máxima (3). El primero porque posee un Sistema de monitoreo de disponibilidad de agua, mediante una red de suministro, y con un Plan de fiscalización de la normativa vigente para la ubicación, tratamiento, tipo y descargas de aguas servidas, lo que garantiza el suministro de agua potable y también un tratamiento adecuado de las aguas servidas. El segundo porque el Montseny cuenta, desde noviembre de 2021, con una nueva Estación Depuradora de Aguas Residuales (EDAR) Montseny, situada en la cuenca del Tordera, que posee una capacidad de tratamiento mayor que la demanda, lo que garantiza, también las necesidades futuras.

El criterio "Protección de la vida silvestre" y su indicador – Plan de fiscalización de normativa vigente –, también obtienen valoración máxima (3) dado que la reserva del Montseny está comprometida con el marco legal de espacios protegidos a través de las Directivas comunitarias en materia de conservación de la biodiversidad (LIC y ZEPA). Estas son: a) Directiva 92/43 / CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres; y b) Directiva 2009/147 / CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 30 de noviembre de 2009, relativa a la conservación de las aves silvestres. Ejemplos: los programas de conservación de especies endémicas, como el tritón del Montseny (*Calotriton arnoldi*) y *Viu al Parc* con el producto turístico *Experiencias Parc a Taula*; las *Passejades guiades* – salidas dedicadas al paisaje geológico, a la fauna y la flora –, que se complementan con paneles interpretativos; y también las sanciones y multas para actividades no autorizadas (Diputación de Barcelona).

En el criterio "Manejo de residuos sólidos" y su indicador – Plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R –, la valoración es 2. El motivo es que con la justificación de que "la basura es un reclamo para la fauna salvaje y, por ello, no hay papeleras ni contenedores en muchos espacios naturales" y que "la retirada de la basura de los espacios naturales es complicada y costosa, tanto por la dispersión geográfica de los contenedores como por el acceso del servicio de recogida", la administración de esta Reserva establece que es responsabilidad de los visitantes llevarse los residuos que genere su actividad y reciclarlos.

Esto no quiere decir que no hay depósitos para la basura. La misma medida hace referencia a la existencia de contenedores adecuados para cualquier tipo de desecho exclusivamente en los accesos principales, en las zonas de aparcamiento y, obviamente también en las poblaciones cercanas al parque, con servicios de recogida, y reciclaje (Diputación de Barcelona).

Cuadro 4 – Indicadores de Sostenibilidad en la Reserva de la Biosfera del Montseny. Ámbito medioambiental

	CRITERIOS	INDICADORES Y VALORACIONES	
17	Gestión de riesgos ambientales	Plan de emergencia de riesgos ambientales	3
18	Protección de la vida silvestre	Plan de fiscalización de normativa vigente	3
19	Disponibilidad de agua potable	Sistema de monitoreo de disponibilidad de agua	3
20	Aguas servidas	Plan de fiscalización de la normativa vigente para la ubicación, tratamiento, tipo y descargas de aguas servidas	3
21	Manejo de residuos solidos	Plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R	2
	TOTAL		14
	%		93,33

Fuente: Elaboración propia.

Así que, en el ámbito medioambiental, aunque la mayoría de los indicadores alcanzan una valoración máxima, el Plan de gestión de residuos sólidos considerando las 3R es una incógnita sobre sus resultados reales.

Ámbito Económico

También según las Directrices Técnicas para las Reservas de Biosfera, estas áreas deben centrarse en acciones que promuevan el desarrollo económico sostenible y el empleo en las comunidades que de ellas forman parte, mediante proyectos locales que tengan en cuenta las escalas nacionales y globales (p. 14 y 15).

Y, en los que los enfoques holísticos, asociados a la diversidad, la flexibilidad y la aptitud de transformalidad, sean los protagonistas, ya que producen una mayor capacidad adaptativa para enfrentar las adversidades y absorber las consecuencias de los cambios, ampliando las posibilidades de recuperación a pesar de la complejidad y la incertidumbre que las crisis pueden conllevar (Zaar, 2023, p. 26).

Es decir, aprender a pensar transversalmente las interacciones entre ecosistemas, a partir de nuevas praxis ecológicas en la se incluye "la reconstrucción de las relaciones humanas a todos los niveles sociales" (Guattari, 1996, p. 45), mediante iniciativas que promuevan el desarrollo a escala humana desde la satisfacción de las necesidades fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza, defendiendo

la institución de una base sólida a partir del protagonismo real de las personas, convirtiéndolas en personas-sujeto del desarrollo (Max Neef (1993).

En este contexto, se establecieron para la reserva de la Biosfera del Montseny cuatro criterios (Cuadro 5). La mejor valoración ha obtenido el criterio "El apoyo a empresarios locales y al comercio justo" y sus dos indicativos – Representación de empresas que compra y promocionan productores locales y Programas de fomento a la micro y pequeña empresa turística – con un 3.

La Memoria Anual de la *Carta Europea de Turismo Sostenible del Montseny* de 2022 deja claro que entre sus metas está potenciar las actividades económicas propias del entorno rural y la promoción de redes que aproximan productores y elaboradores locales (artesanales) y el sector turístico en el ámbito de los municipios que participan de la CETS (Europarc; Montseny Reserva de la Biosfera, mayo de 2022).

Con este propósito, en la Reserva de la Biosfera de Montseny se crearon redes de comercialización de productos ecoturísticos de la *Asociación de Empresaris Turístics del Montseny* con los siguientes programas y propuestas para los visitantes: *El Montseny es cultura*; *Coneix i tasta*, Paquetes turísticos, *Escapades al Montseny*, *Regala Montseny*, y el proyecto *Ambaixadors del Montseny*.

En lo que concierne al criterio "Empleo directo en turismo" y su indicador – Estudio sobre el empleo directo generado por el turismo –, la valoración es 2 por varias razones. Una de ellas es que las informaciones no están actualizadas. Los datos del tercer trimestre de 2020 señalan que el 66,92% de los puestos de trabajo en el ámbito CETS se localizan en el sector servicios – 4.573 trabajadores asalariados y 2.612 trabajadores autónomos –, seguido de la industria, la construcción, y el sector primario (Europarc, abril de 2021).

Acerca del criterio "Certificación de Calidad Turísticas" y su indicativo – Porcentaje de empresas turísticas registradas en el Instituto para la Calidad Turística Española (ICTE) y certificadas con el sello Q de calidad turística –, la puntuación también es baja ya que la información existente es insuficiente para calcular el porcentaje.

Así, según el Informe de reevaluación de los municipios que comprenden el Montseny 2021-2025, en el período 2016-2020 existían 23 empresas adheridas a la Carta Europea de Turismo Sostenible, pero en él no se hace alusión al sello Q de estas empresas. Lo que sí, señala, es que está prevista la implantación y compaginación de sistemas de calidad para las empresas turísticas de este ámbito, a través de su Plan de Acción CETS 2016-2020 que tiene continuidad en el Plan de Acción CETS 2021-2025 – actuación número 34 – (Europarc; Montseny Reserva de la Biosfera, abril de 2021). También se afirma que la auditoría de seguimiento de la certificación Q de

Qualidad Turística del Parc Natural del Montseny obtuvo en 2023 una puntuación del 8,77 (Diputación de Barcelona, 2024).

En el análisis del criterio "Monitoreo del impacto económico del turismo", sus indicadores – Estudio del gasto turístico anual y por temporada de los visitantes y Estudio sobre proyectos de inversión turística privada –, no pudieron ser evaluados porque no existen datos disponibles (Cuadro 5). La excepción, la encontramos en la incorporación de esta reserva en la Red de Destinaciones Turísticas Inteligentes que fomenta la colaboración público-pública y público-privada en el desarrollo de productos, servicios y demás actuaciones no especificadas.

Cuadro 5 – Indicadores de Sostenibilidad en la Reserva de la Biosfera del Montseny. Ámbito económico

	CRITERIOS	INDICADORES Y VALORACIÓN	
6	Monitoreo del impacto económico del turismo	A. Estudio del gasto turístico anual y por temporada de los visitantes	0
		B. Estudio sobre proyectos de inversión turística privada	0
7	Apoyo a empresarios locales y al comercio justo	A. Programa de fomento a la micro y pequeña empresa turística	3
		B. Representación de empresas que compra y promocionan productores locales	3
8	Empleo directo en turismo	Estudio sobre el empleo directo generado por el turismo	2
9	Certificación de calidad turística	Porcentaje de empresas turísticas registradas en Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS y certificadas con el sello Q de calidad turística	1
	TOTAL		9
	%		50,00

Fuente: Elaboración propia.

Respecto a este ámbito económico, algunas consideraciones son fundamentales. Una de ellas es la indisponibilidad de datos que involucran tanto a las inversiones privadas como los gastos de los visitantes, lo que ayudaría a analizar cómo y en qué zonas (núcleo, tampón y transición) los mismos evolucionan, a pesar de varias restricciones, e igualmente la contribución de la masificación turística a la generación de empleos y renta, es decir, en la economía local.

Ámbito Gestión

El Marco Estatutario de la Red Mundial de Reservas de la Biosfera (RMRB), señala que todas las Reservas de la Biosfera deben contar con una política o un plan de gestión plurianual de los usos y actividades humanas en las zonas tampón, formulado mediante un proceso participativo y acompañado de dispositivos institucionales encargados de aplicarlos. Estos planes sirven para alcanzar los objetivos declarados de la reserva de biosfera de forma estructurada y medible (Unesco, 2022, p. 72; Unesco, MAB y ODS, s. f.) y cada reserva de biosfera queda sometida a la jurisdicción soberana de los Estados en la que está situada.

Sobre la importancia de los procesos participativos basados en la conservación de territorios, Lisa Campbell y Arja Vainio Mattila afirman que estos deben "lograr que la gente se ponga de parte de la conservación y avanzar hacia la inclusión de la población local en un debate significativo sobre cómo debería ser la conservación en su contexto particular" (2003, p. 434).

En este análisis, la reserva de la Biosfera del Montseny comprende siete criterios, algunos bien valorados y otros no tanto.

El criterio "Plan o Estrategia de Desarrollo Turístico" su indicador – Plan de estrategia de desarrollo turístico a largo plazo – obtienen la puntuación máxima (valor 3) y la razón es que el plan es evaluado de forma periódica y renovado en función de las necesidades (Cuadro 6).

El criterio "Planificación y ordenamiento turístico del territorio", también están bien valorado, y sus dos indicativos – Planes reguladores implementados y actualizados en el destino, e Instrumentos de regulación del suelo: Ordenanzas, políticas o lineamientos para el uso del suelo) – , obtienen la puntuación es máxima: 3. Esto se debe a su Plan Especial de Ordenación de 1977 que determina el régimen de protección y gestión actuales, en aplicación de la legislación urbanística, pero también a otros planes que estructuran la gestión de este espacio protegido:

a) El Plan de conservación del Parque Natural y Reserva de la Biosfera del Montseny (PN - RB Montseny), vigente desde 2009, tiene como uno de sus principales objetivos detener la pérdida de biodiversidad y la degradación de los ecosistemas, y afrontar su conservación o restauración.
b) El Plan de Uso Público – vigente desde el período 2007-2014 con prórrogas del plan de acción – que establece las directrices para su ordenación territorial, con el objetivo de garantizar la compatibilidad entre la conservación del patrimonio natural y cultural y los diversos usos públicos – actividades culturales, educativas y recreativas.

c) El Plan Estratégico de Educación Ambiental que tiene como objetivo principal: utilizar la educación medioambiental como instrumento para incrementar el conocimiento, la sensibilización y la concienciación sobre los problemas que se manifiestan en el Montseny, promoviendo la responsabilidad y la búsqueda de soluciones. Su vigencia se remite al período 2011-2015, con prórrogas del plan de acción.

d) El Plan de Información al Visitante, que se renueva anualmente.

e) El Plan de información y vigilancia contra incendios forestales (PVI), con aprobación y vigencia anual, y que fomenta la concienciación, la disuasión ante negligencias, la detección de incidencias, y la revisión del estado de las infraestructuras y vigilancia (Europarc y Montseny Reserva de la Biosfera, abril de 2021, p. 18, 19 y 20).

En lo referente al criterio "Satisfacción general del turista" y su indicativo – Estudio de satisfacción del visitante –, se averigua que existen informes de satisfacción del visitante en las oficinas de turismo, pero que su resultado no está disponible para el público en general, por lo que su valoración es 1. La Web de la Reserva cuenta con una encuesta de satisfacción para sus visitantes, usuarios y clientes de servicios turísticos adheridos a la CETS. Se sitúa en un apartado titulado "Opine sobre el parque" (Diputación de Barcelona). Con esta actuación, se pretende en el actual período (2021-2025) recopilar y analizar dados sobre la tipología de turismo y el perfil del visitante, además de detectar nuevos mercados potenciales en el ámbito CETS Montseny (Europarc y Montseny Reserva de la Biosfera, abril de 2021, p. 57-58)

A su vez, en el criterio "Preparación para crisis y emergencias", el indicativo – Plan de emergencia vigente en el destino –, el Montseny obtiene un 3. La razón es que existe un Plan de emergencia vigente en el destino, organizado y ejecutado a través del proyecto Life eCOadapt50 y sus *living labs* de adaptación al cambio climático. Son espacios de trabajo y de participación que involucran a las administraciones públicas, sectores económicos, entidades y ciudadanía, con el objetivo de definir las estrategias y acciones que incrementen la resiliencia local, principalmente en los sectores económicos vulnerables al cambio climático (Diputación de Barcelona).

En el criterio "Accesibilidad para todos" y su indicativo – Política de accesibilidad vigente en el destino –, el Montseny posee valoración máxima, porque en una de las líneas estratégicas de su Plan de Acción trata de la accesibilidad. Desde ella se realizó un inventario sobre el acceso de las personas en situación de discapacidad en el ámbito CETS, con el objetivo de conocer sus necesidades en equipamientos e infraestructuras.

Actualmente, tanto el Centre Cultural Casa Nova de l'Obac, como el Centre de Información Can Casades cuentan con plazas de aparcamiento reservado, acceso principal al recinto sin desnivel y aseos accesibles en las zonas comunes del edificio. Además, hay dos itinerarios adaptados: uno es Itinerario de Santa Fe (Font del Frare) con una longitud de 1.1 km en forma circular, y el otro es el itinerario que comienza en la Casa Nova de l`Obac y finaliza en l`Obac Vell (ida y vuelta 1,2 km) (Generalitat de Catalunya).

Respecto al criterio "Implementación de sellos o distinciones de sostenibilidad turística", la Reserva de la Biosfera del Montseny posee desde 2004, la Certificación Q de Calidad Turística, emitida por el Instituto para la Calidad Turística Española, y que fue renovada en 2021 con la nota 8,8, lo que le otorga la valoración máxima (3).

Asimismo, la Reserva del Montseny está acreditada con la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS) desde el año 2011, y 10 empresas obtuvieron también este reconocimiento a finales de 2014, después de un proceso de concreción de compromisos para avanzar en un modelo de turismo sostenible y asegurar su vinculación con el Montseny (Diputación Barcelona, s. f.). Sin embargo, su indicativo – Informaciones sobre las empresas de alojamiento distinguidas con el sello de distinción de sustentabilidad (S) – no se ha podido actualizar, por falta de informaciones en la en la Web de y tampoco en la Red Española de Destinos SICTED, donde se puede consultar datos sobre aquellos servicios turísticos que logran el distintivo "Compromiso de Calidad Turística" (Cuadro 6).

Cuadro 6 – Indicadores de Sostenibilidad en la Reserva de la Biosfera del Montseny. Ámbito gestión

	CRITERIOS	INDICADORES Y VALORACIÓN	
10	Plan o Estrategia de Desarrollo Turístico	Plan de estrategia de desarrollo turístico a largo plazo	3
11	Planificación y ordenamiento turístico del territorio	A. Planes reguladores actualizados e implementados en el destino	3
		B. Instrumentos de regulación del uso del suelo (Ordenanzas, políticas o lineamientos para el uso del suelo)	3
12	Satisfacción general del turista	Estudio de satisfacción del visitante	2
13	Preparación para crisis y emergencias	Plan de emergencia vigente en el destino	3
14	Accesibilidad para todos	Política de accesibilidad vigente en el destino	3
15	Seguridad en el destino	Plan de seguridad ciudadana	3

16	Implementación de sellos o distinciones de sostenibilidad turística	Informaciones sobre las empresas de alojamiento distinguidas con el sello de distinción de sustentabilidad (S)	2
	TOTAL		22
	%		91,67

Fuente: Elaboración propia.

Con relación a este ámbito (gestión), las informaciones disponibles no contemplan dos aspectos importantes: la satisfacción del visitante y cuál es el número o el porcentaje de empresas que poseen el sello de distinción de sostenibilidad, lo que posibilitaría analizar el nivel de sostenibilidad en estos aspectos. Lo que sí contempla, es el criterio "Implementación de sellos o distinciones de sustentabilidad turística". Así se observa una clara prioridad en divulgar las distinciones de sostenibilidad turística de la Reserva, pero no como las comunidades locales perciben la masificación turística y tampoco cuantas y cuáles son las empresas locales distinguidas con el sello de distinción de sustentabilidad (S).

Agentes promotores

Uno de los criterios del Marco Estatutario de la Red Mundial de Reservas de la Biosfera (RMRB) es disponer de sistemas organizativos que faciliten la integración y participación de una gama adecuada de sectores, como autoridades públicas, comunidades locales e intereses privados en el diseño y la ejecución de las funciones de una reserva de la biosfera (Unesco, MAB y ODS, s. f.).

Así, con relación a la estructura de gobernanza, esta debe ser eficaz, eficiente y, en la medida de lo posible, flexible, democrática e integradora de los distintos interesados (comunidades, empresarios, autoridades gubernamentales, organizaciones no gubernamentales, universidades, escuelas, etc.). También debe garantizar su participación en los procesos de toma de decisiones, así como una posición equitativa en la gestión y una distribución uniforme de los poderes de gobierno en toda la reserva de la biosfera (Unesco, 2022, p. 14).

La Reserva de la Biosfera del Montseny cuenta con un Consejo Coordinador y una Comisión Consultiva, además de un Foro Permanente de Turismo Sostenible.

El Consejo Coordinador garantiza la participación y colaboración en la gestión de la Reserva en las diferentes administraciones públicas (municipios) con competencias específicas, y de las organizaciones profesionales o específicas, directamente interesadas en su gestión.

A su vez, la Comisión Consultiva está constituida por representantes de los ciudadanos e integrada por represente políticos y técnicos de las diputaciones de Girona y Barcelona, presidentes de los *Consells Comarcals*, alcaldes de todos los municipios con territorio en el parque y dos representantes de la Generalitat de Catalunya. Como "asistentes" están invitados a sus sesiones el personal técnico de la Diputación de Barcelona, así como el director del espacio protegido.

El Foro permanente – como estructura de participación y con reuniones semestrales –, posibilita a los gestores de este espacio protegido que trabajen con diferentes agentes del ámbito CETS Montseny en el desarrollo y la gestión del turismo. Es donde se identifican retos y necesidades, se plantean propuestas de mejora en el territorio y se mantiene una comunicación activa que da paso a la cooperación entre los participantes. Las empresas turísticas privadas están representadas tanto en el Foro Permanente de la CETS por la *Asociación de Empresaris Turístics del Montseny*, como en Grupos de Trabajo, donde participan también organizaciones conservacionistas (Europarc y Montseny Reserva de la Biosfera, abril de 2021, p. 31-42).

Al ser los ODS un marco normativo concebido con enfoque sistémico, resulta fundamental la participación y decisión del mayor número posible de organizaciones, incluso del sector privado para que planifiquen sus programas de responsabilidad social y se concienticen de las naturales sinergias que existen entre los ODS. Solo así se obtendrá una mayor interacción en términos de integridad y de intensidad entre los varios sectores, lo que orienta y potencia los resultados hacia un desarrollo sostenible (Pérez, Romero, González, 2020, p. 231).

Reserva de la biosfera del Montseny: puntuación global

Desde un análisis de los 21 criterios y 24 indicadores, ha sido posible evaluar el nivel de sostenibilidad de la Reserva de la Biosfera del Montseny, desde varias perspectivas.

El ámbito que recibe mayor puntuación es el Ámbito de la Gestión, con 91,67, pero con dos indicadores a mejorar: el Estudio de satisfacción del visitante, cuya información no está disponible, e informaciones sobre las empresas de alojamiento con el sello de distinción de sustentabilidad (S).

Le sigue el Ámbito medioambiental, con 86,67, a pesar de que su Plan de gestión de residuos sólidos, considerando las 3R (reducir, reciclar y reutilizar), no es convincente, ya que es una medida muy difícil de cumplir debido a que previsiblemente, no todos visitantes tienen educación suficiente para dejar limpios los espacios que

utilizan o por los que transitan. Por esto, se sugiere que la administración adopte medidas complementarias de control de residuos, considerando las 3R.

Con relación al Ámbito sociocultural – con una puntuación de 8,0 –, se evidencia la falta de estudios sobre el nivel de satisfacción de los residentes con la actividad turística en esta reserva, un tema muy polémico debido al problema de la masificación turística que muchos territorios naturales enfrentan.

Finalmente, recibe una menor puntuación (5,0) el Ámbito Económico puesto que le faltan informaciones fundamentales que podrían ayudar a precisar los resultados de sostenibilidad y económicos obtenidos con las actividades turísticas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Indicadores de sostenibilidad en la Reserva de la Biosfera del Montseny. Puntuación global



Fuente: Elaboración propia.

Esto es así porque, la Reserva de la Biosfera del Montseny cuenta con un amplio apoyo de las administraciones municipales y provinciales a las que pertenece, de la autonómica, de las comunidades locales y de la iniciativa privada. Así, aunque hay dados que no están compilados y/o disponibles para analizar todos los indicadores de sostenibilidad adaptados a la coyuntura de la Reserva de la Biosfera del Montseny, ésta obtiene, en su conjunto un notable, lo que le caracteriza como una reserva de la

Biosfera con grandes posibilidades de lograr un nivel de sostenibilidad suficiente, que fortalezca su capacidad de resiliencia.

Conclusiones

La transición hacia la sostenibilidad es urgente porque los ecosistemas están deteriorándose muy rápidamente, lo que está reduciendo el bienestar de sus habitantes. Así pues, tenemos un reto vital, que es alcanzar parámetros eco-sociales adecuados y suficientes, que logren la formación de una conciencia medioambiental colectiva, sobre los límites de la naturaleza y la preservación de su equilibrio, mediante un compromiso conjunto, al que se hay de añadir decisiones políticas basadas en los criterios de una investigación transdisciplinar.

El cambio de actitud respecto a la relación ser humano-naturaleza, posibilitará reducir nuestra huella ecológica, provocada por una economía lineal (producir, consumir y tirar, en una espiral sinfín) y su consecuente hiperconsumo.

En este escenario, las Reservas de la Biosfera son lugares privilegiados, en los que la aplicación de los enfoques de sostenibilidad vinculados a los ODS y sus resultados, pueden servir de ejemplo/modelo para la transición a la sostenibilidad en otros territorios, cuyas características sean similares y/o diferentes.

En su esencia, a Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS) se transforma en una herramienta y norma fundamental para la sostenibilidad de las Reservas de la Biosfera, como un reclamo para un turismo rural acorde con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y la Agenda 2030. Su meta es la preservación de la biodiversidad y sus correspondientes servicios sistémicos, en equilibrio con la dimensión económica y sociocultural de las comunidades locales. Desde este enfoque, se pretende fomentar, además de las interacciones y sinergias locales, la capacidad de adaptación a los cambios en estos territorios, es decir, la resiliencia, como condición *sine qua non* para prevenir el deterioro de los ecosistemas y no comprometer más todavía el futuro de nuestro planeta.

Bibliografía

BATISSE, Michel. The Biosphere Reserve: A Tool for Environmental Conservation and Management. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 101-111, Summer 1982. DOI: https://doi.org/10.1017/S0376892900019937.

BOADA JUNCÀ, Martí; SÀNCHEZ MATEO, Sònia; MANEJA ZARAGOZA, Roser; VARGA LINDE, Diego. **Diseño de indicadores para la evaluación de los servicios ambientales ofrecidos en la Reserva de la Biosfera del Montseny**. Ministerio del Medioambiente y

Medio Rural y Mariño, 2010. Disponible en: https://www.miteco.gob.es/content/dam/miteco/es/parques-nacionales-oapn/reservas-biosfera/programa-mab-espana/oapn_mab_serv_amb_tcm30-281168.pdf. Consulta el: 20 oct. 2024.

BOSCH, Rosa. Como evitar que millón de visitantes alteren el Montseny. **La Vanguardia**, 16/05/2016. Disponible en: https://www.lavanguardia.com/vida/20160516/401820059952/parque-natural-montseny-millon-visitantes-plan-equilibrio-turismo-actividades-tradicionales.html. Consulta el: 10 sept. 2024.

CAMPBELL, L. M.; VAINIO-MATTILA, A. Participatory Development and Community-Based Conservation: Opportunities Missed for Lessons Learned? **Human Ecology**, v. 31, n. 3, p. 417-437, 2003. DOI: https://doi.org/10.1023/A:1025071822388.

CASAS-VALLADOLID, Bárbara; LÓPEZ DÍAZ, Imanol. Geoturismo y educación ambiental en la Reserva de la Biosfera de Urdaibai. Fórum de Sostenibilidad. **Revista de la Cátedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible de la UPV/EHU**, n. 9, p. 40-50, 2020-2021. Disponible en https://www.ehu.eus/cdsea/web/wp-content/uploads/2017/03/V.-FINAL-REVISTA-FORUM-9.pdf. Consulta el: 20 feb. 2025.

COERZER, Kaera; WITKOWSKI, Edward; ERASMUS, Barend. Reviewing Biosphere Reserves globally: effective conservation action or bureaucratic label? **Biological Reviews**, v. 89, n. 1, p. 82-104, 2013. DOI: https://doi.org/10.1111/brv.12044.

DE LUCIO, José V. *et al.* Claves de éxito de las experiencias de transición a la sostenibilidad en reservas de la biosfera: Investigación participativa e intervención sobre sistemas ecológicos y sociales. Fórum de Sostenibilidad. **Revista de la Cátedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible de la UPV/EHU**, n. 9, p. 59-71, 2020-2021. Disponible en https://www.ehu.eus/cdsea/web/wp-content/uploads/2017/03/V.-FINAL-REVISTA-FORUM-9.pdf. Consulta el: 20 nov. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **Parcs de Catalunya. Xarxa de Parcs Naturals**. Aplicaciones móviles. Disponible en: https://parcs.diba.cat/es/web/montseny/aplicacio-mobil. Consulta el: 12 sept. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **Parcs de Catalunya. Xarxa de Parcs Naturals**. Opineu sobre el Parc Natural del Montseny/Opine sobre el parque/ Your feedback on the park. Disponible en: https://parcs.diba.cat/es/web/montseny/opineu-sobre-el-parc. Consulta el: 23 nov. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **Parcs de Catalunya. Xarxa de Parcs Naturals**. Informatiu: Life eCOadapt50, d'impuls local per a l'adaptació al canvi climàtic, obre els primers espais de treball i participación a la Xarxa de Parcs Naturals. Disponible en: https://parcs.diba.cat/es/web/l-informatiu/-/xarxa-life-ecoadapt50-d-impuls-local-per-a-l-adaptaci%C3%B3-al-canvi-clim%C3%A0tic-obre-els-primers-espais-de-treball-i-participaci%C3%B3-a-la-xarxa-de-parcs-naturals. Consulta el: 30 sept. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **Parcs de Catalunya. Xarxa de Parcs Naturals**. Consejos y regulaciones. Disponible en https://parcs.diba.cat/es/web/montseny/consells-i-regulacions.

Consulta el: 5 oct. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA; DIPUTACIÓN DE GIRONA. DR_340_01 Memòria del Sistema de Qualitat, 2021. **Parc Natural del Montseny**. 2021. Disponible en https://parcs.diba.cat/documents/155678/431853/DR_340_01_Memoria+de+qualitat_2021.pdf/b5c2f60f--042f-a006-e70d-29556befb7d4?t=1657885840825. Consulta el: 10 oct. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **El Parc Natural del Montseny supera l'auditoria de seguiment del certificat Q de Qualitat Turística amb bona nota**. 2024. Disponible en https://parcs.diba.cat/es/web/l-informatiu/-/montseny-el-parc-natural-del-montseny-supera-l-auditoria-de-seguiment-del-certificat-q-de-qualitat-turistica. Consulta el: 15 oct. 2024.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. **La Carta y las empresas**. Disponible en https://parcs.diba.cat/es/web/turisme-sostenible-als-espais-naturals/la-carta-i-les-empreses/montseny. Consulta el: 12 dic. 2024.

EUROPARC; DIPUTACIÓN DE BARCELONA; DIPUTACIÓN DE GIRONA, GENERALITAT DE CATALUNYA. **De casa al Montseny**. Disponible en https://parcs.diba.cat/documents/10534/208175176/MSYTripticBusParc2022.pdf/9f47d18c-b61f-65d2-0a32-5a5158e-172ae?t=1649157850638. Consulta el: 5 ene. 2025.

EUROPARC; MONTSENY RESERVA DE LA BIOSFERA. **Informe de Reevaluación de la Carta Europea de Turismo Sostenible**: Montseny 2021-2025. Barcelona, abril de 2021. Disponible en https://parcs.diba.cat/documents/38750978/87697783/InformeSolicitudCETS2021-2025_CAS.pdf/ce467ded-7641-2dd1-ecbb-d011871899c8?t=1622545253454. Consulta el: 8 ene. 2025.

EUROPARC; MONTSENY RESERVA DE LA BIOSFERA. **Memoria Anual. Carta Europea de Turismo Sostenible en el Montseny 2021-2025**. Barcelona, mayo 2022. Disponible en https://parcs.diba.cat/documents/38750978/87697783/Memoriageneral+CETS_2021.pdf/b9201e47-a3e7-eca9-54ad-10e353904151?t=1654084695503. Consulta el: 8 dic. 2024.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Turismo accesible. Turismo para todos**. Disponible en http://turismoparatodos.catalunya.com/es/parcsnaturals.php?p=715&pag=1&paramAux=1&pagdev=%2Fes%2FdestinacioParcs.php%3Fp%3D24%26rt%3D9%26id_pr%3D1. Consulta el: 10 ene. 2025.

GUATTARRI, Félix. **Las tres ecologías**. Valencia: Pré-Textos, 1996.

MAX NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**: Conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MERCADER, Aleix. Colapso en el Montseny: los Mossos cierran los accesos para evitar aglomeraciones. **Crónica Global**, 24 oct. 2020. Disponible en https://cronicaglobal.elespanol.com/vida/20201024/colapso-montseny-los-mossos-cierran-accesos-aglomeraciones/530696979_0.html. Consulta el: 10 nov. 2024.

MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO DE ESPAÑA. **El Programa MAB de la Unesco**. [s. f.]. Disponible en: https://www.miteco.gob.es/es/parques-nacionales-oapn/reservas-biosfera-mab/programa-mab-unesco1.html#_que--es-el-programa-mab. Consulta el: 27 ene. 2025.

MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO (ESPAÑA). **Reservas de las Biosfera (MaB)**. [s. f.]. Disponible en: https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos-naturaleza/informacion-disponible/mab.aspx Consulta el: 20 ene. 2025.

NACIONES UNIDAS. ASAMBLEA GENERAL. **Resolución aprobada: Promoción del turismo sostenible y resiliente, incluido el ecoturismo, para la erradicación de la pobreza y la protección del medio ambiente**. Disponible en: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2023-01/Resolucion_A_RES_77_178_Español.pdf?VersionId=Q5tzz5elyxkWcwH1KN8OQ80mvffwcp1z. Consulta el: 10 ene. 2025.

ONAINDIA, Miren. Presentación. Fórum de Sostenibilidad. **Revista de la Catedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible de la UPV/EHU**, n. 9, 2020-2021. Disponible en: https://www.ehu.eus/cdsea/web/wp-content/uploads/2017/03/V.-FINAL-REVISTA-FORUM-9.pdf. Consulta el: 5 mar. 2025

PANEL INTERGUBERNAMENTAL DE EXPERTOS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO (IPCC). **Cambio Climático 2021. Bases físicas**. Disponible en: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WG1_SPM_Spanish.pdf. Consulta el: 7 mar. 2025

PÉREZ, Óscar Iván; ROMERO, María Claudia; GONZÁLEZ, Paola Vargas. Interacciones y sinergias entre ODS: un análisis desde la responsabilidad social en Colombia. **Revista Desarrollo y Sociedad**, Bogotá, n. 86, p. 191-244, 2020. DOI: https://doi.org/10.13043/DYS.86.6.

PLATAFORMA INTERGUBERNAMENTAL CIENTÍFICO-NORMATIVA SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y SERVICIOS DE LOS ECOSISTEMAS (IPBES). **El planeta está en peligro:** el informe de la IPBES presenta opciones para lograr el cambio transformador urgentemente necesario y detener el colapso de la biodiversidad, 2024. Disponible en: https://ipbes.canto.de/s/R0VLF. Consulta el: 8 mar. 2025

RED ESPAÑOLA DE DESTINOS (SICTED). **Destinos turísticos distinguidos**. Disponible en: https://www.calidadendestino.es/Contenidos/ConsultaDestinosEstablecimientosDistinguidos.aspx. Consulta el: 15 ene. 2025.

RED ESPAÑOLA DE RESERVAS DE LA BIOSFERA. **Montseny**. [s. f.]. Disponible en: http://rerb.oapn.es/red-espanola-de-reservas-de-la-biosfera/reservas-de-la-biosfera-espanolas/mapa/montseny/ficha. Consulta el: 1 feb. 2025.

RIVAS ORTEGA, Humberto. **Destinos Turísticos Sustentables**: Propuesta para un Sistema de Distinción. Servicio Nacional de Turismo (SERNATUR) del Gobierno de Chile, 2013. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/338297598_Destinos_Turisticos_Sustentables Consulta el: 20 oct. 2024.

SOTELO, José A.; TOLÓN, Alfredo; LASTRA, Xavier. Indicadores por y para el desarrollo sostenible, un estudio de caso. **Estudios Geográficos** v. LXXII, n. 271, p. 611-654, jul.-dic. 2011. DOI: https: https://doi.org/10.3989/estgeogr.201124.

TAYMER MIRANDA, A.; SUSET, Aida Cruz; MACHADO, Hilda; CAMPOS, Maybe. El Desarrollo sostenible. Perspectivas y enfoques en una nueva época. **Pastos y Forrajes**,

Matanzas, v. 30, n. 2, p. 1-15, abr.-jun. 2007. Disponible en: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03942007000200001. Consulta el: 20 ene. 2025.

UNESCO; MAB; ODS. **Red Mundial de Reservas de Biosfera. Marco Estatutario**. [s./f.]. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373378_spa. Consulta el: 26 ene. 2025.

UNESCO. **Directrices técnicas para las Reservas de la Biosfera**. 2022. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375692_spa. Consulta el: 10 sept. 2024.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Informe Planeta Vivo 2024**. Disponible en: https://www.wwf.es/nuestro_trabajo/informe_planeta_vivo_ipv/informe_planeta_vivo_2024_perdidad_biodiversidad/. Consulta el: 7 mar 2025.

ZAAR, Miriam Hermi. Cambio climático antropogénico y decrecimiento. **Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XXV, n. 250, p. 1-20, 1 ene. 2021.
DOI: https://doi.org/10.1344/ara2021.250.33232.

ZAAR, Miriam Hermi. La resiliencia ante los riesgos socioecológicos y económicos: conceptos y propuestas. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 27, n. 1, 2023.
DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.194172.

Capítulo 7

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap07

DESAFIOS PARA A REGIÃO TURÍSTICA BONITO/SERRA DA BODOQUENA-MS NO CONTEXTO DA AGENDA 2030

Edvaldo Cesar Moretti[1]

Joyce Avila de Oliveira[2]

A proposta deste texto é contribuir com a reflexão sobre a relação entre interiorização do turismo no Brasil e as metas definidas para a Agenda 2030, a partir da análise da situação da transformação de um lugar no Centro-Oeste brasileiro, o Planalto da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, um importante destino turístico nacional, com a consolidação da região turística Bonito/Serra da Bodoquena, a partir dos anos 2000.

Como apontam Fonseca, Todesco e Silva (2022), nos anos de 1980 ocorre no Brasil um processo de valorização do turismo no interior, com fluxo turístico destinado a regiões serranas e regiões com rios. No Mato Grosso do Sul, o fluxo de turistas acompanha essa premissa e a região Bonito/Serra da Bodoquena, que possui paisagem com serra, quedas de água e rios, é transformada no principal destino turístico nacional e internacional do estado. O processo de consolidação do turismo na região é centralizado no município de Bonito e inclui os municípios de Jardim e Bodoquena.

O lugar turístico Bonito/Serra da Bodoquena é reconhecido por uma diversidade de usos das condições naturais, boa parte deles vinculados a sua geologia, geomorfologia e sistema hidrográfico. Esses elementos combinados materializam-se com a presença de grutas com formações cársticas, grutas com lagos, cavernas, cachoeiras, rios com águas cristalinas, rios subterrâneos, sumidouros e ressurgências.

Em pesquisa recente sobre a valorização e a valoração do recurso água como fundamental para o turismo em Bonito, Luz (2022) demonstra que o recurso hídrico é transformado de um bem comum em mercadoria, sendo a água um dos principais atrativos do polo turístico. A atratividade local está associada às condições naturais, à

1 Doutor em Geografia. Professor da Graduação e Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br

2 Doutora em Geografia. Docente do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul - Jardim/MS. E-mail: joyce.oliveira@ifms.edu.br

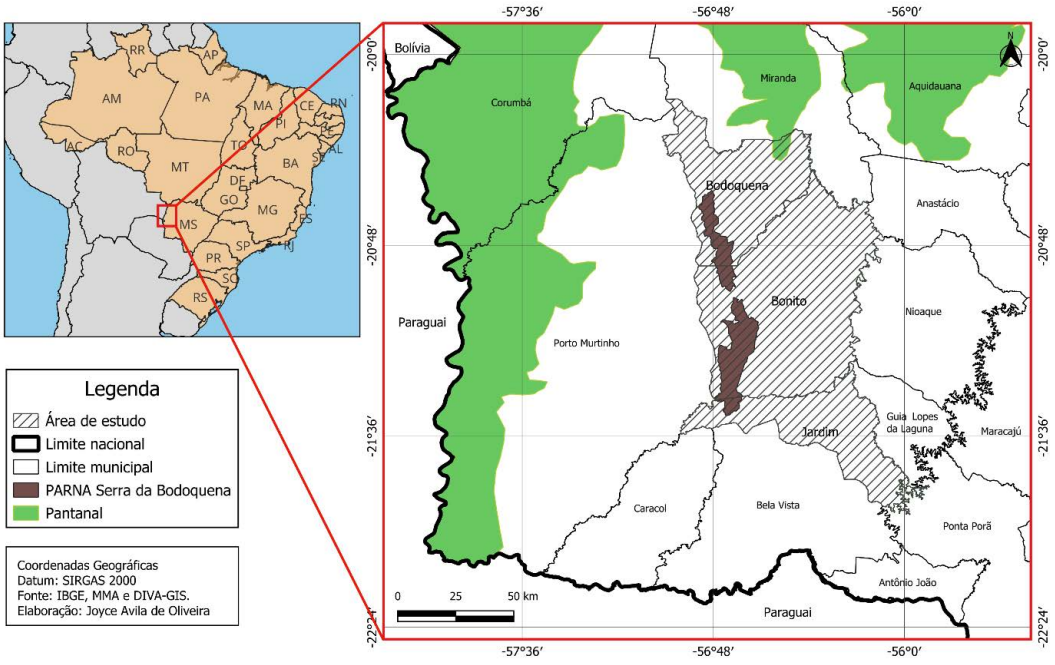
construção social moderna que valoriza paisagens naturais enquanto áreas especiais e à infraestrutura turística (hotéis, restaurantes, transporte, eventos).

No entanto, na região em análise, ocorre o conflito de interesses de frações do capital para o uso da natureza e do trabalho, especificamente um conflito entre a prática do turismo, com a transformação de elementos da natureza e da paisagem em atrativos, e a prática agrícola com a produção de monoculturas destinadas ao mercado externo, ocupando grandes extensões de terras, principalmente com a cultura da soja.

Nesse cenário de conflito de interesses sobre o uso dos recursos naturais, tendo de um lado o agronegócio e do outro a mercantilização do "ócio" associado ao turismo, a proposta deste trabalho é contribuir com a reflexão sobre a relação entre interiorização do turismo no Brasil e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela Agenda 2030, a partir da análise dos processos em curso na Região Turística Bonito/Serra da Bodoquena.

O recorte espacial da pesquisa engloba os municípios da região turística Bonito/Serra da Bodoquena, situada no Planalto da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, um importante destino turístico nacional, com a consolidação a partir dos anos 2000 (Figura 1).

Figura 1 – Mapa da localização da área de estudo: município de Bodoquena, Bonito e Jardim



Fonte: Oliveira (2025).

A região turística Bonito/Serra da Bodoquena é polarizada pela cidade de Bonito, que concentra infraestruturas e serviços destinados à prática do turismo, com aeroporto, concentração de agências de viagens, restaurantes, hotéis, eventos, cursos de capacitação para trabalhadores, e concentra a comercialização e a arrecadação de taxas por meio de *voucher* único para ingresso nos atrativos.

A metodologia utilizada foi baseada em levantamento de informações no local da investigação, realizada em projetos de pesquisa coordenados pelos autores, em pesquisa bibliográfica de material produzido por pesquisadores que atuam na região e em pesquisa documental junto ao Ministério do Turismo, ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Conselho Municipal de Turismo de Bonito e ao Observatório do Turismo e Eventos de Bonito. Também foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2024), no qual foi possível identificar o nível de desenvolvimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das localidades enfocadas no estudo.

O conflito de interesses no uso dos recursos naturais: turismo e agronegócio

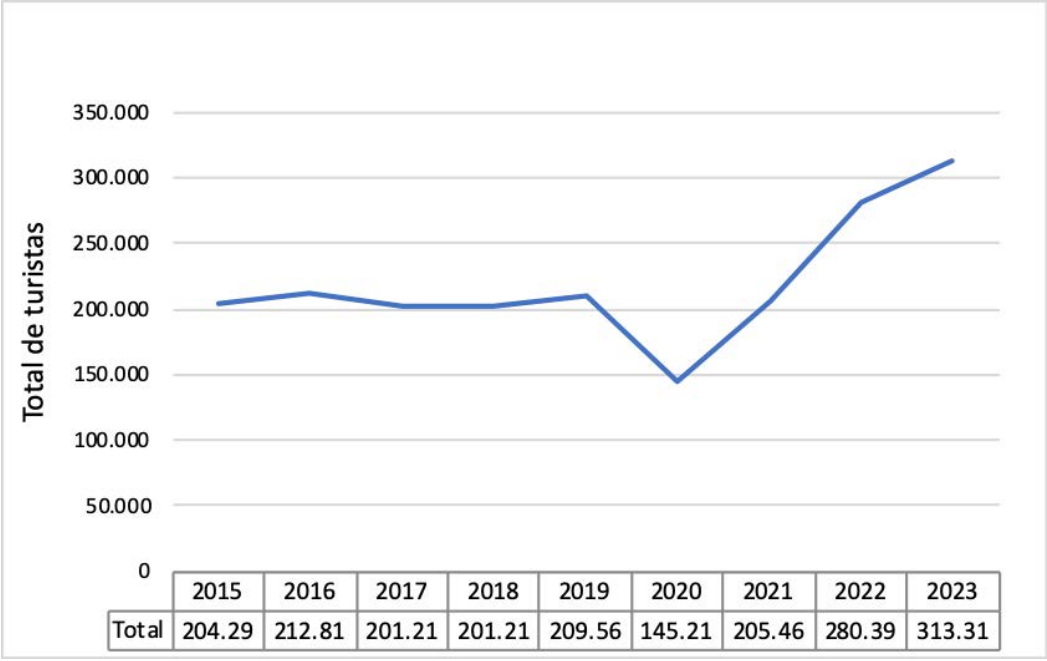
As características naturais valorizadas como atrativos são resultado de a área ser constituída por rochas calcárias do Pré-Cambriano, da Formação Bocaina, do Grupo Corumbá. Essa estrutura geológica possibilita a presença de grutas e rios subterrâneos, bem como os processos cársticos, com suas formas características: tufas calcárias, cânions, dolinas e cavernas (Almeida, 1965; Boggiani, 2001; Moretti, Chávez e Ribeiro, 2016).

O reconhecimento e a valorização dessas condições naturais como atrativos foram consolidados a partir dos anos 1990, inserindo-se no contexto de interiorização do turismo no Brasil indicada por Fonseca, Todesco e Silva (2022). Com o advento da pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2023[3], foram feitas previsões de que haveria uma tendência de dinamização do turismo em localidades situadas no interior, onde o turismo se manifestava de modo mais espraiado, e os visitantes poderiam ter maior contato com a natureza (Santos e Campos, 2021).

Os dados apresentados por Oliveira (2024), conforme mostra a Figura 2, corroboram a hipótese do aumento do fluxo turístico, após e mesmo durante o período de pandemia, para lugares com valorização da natureza.

3 Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a covid-19 como Emergência de Saúde Pública de Importância Mundial, e em maio de 2023 a OMS decretou o fim da emergência.

Figura 2 – Total de visitantes no município de Bonito (2015-2023)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	204.29	212.81	201.21	201.21	209.56	145.21	205.46	280.39	313.31

Fonte: Oliveira (2024), elaborado com base em dados da OTEB (2024).

Podemos observar, no gráfico, que ocorre aumento do fluxo de turistas logo após a liberação de visitação aos atrativos, e que o número de visitantes em 2021 aproxima-se ao registrado em 2019, período pré-pandêmico e anterior ao fechamento dos atrativos. Em 2023, o fluxo aumentou em aproximadamente 50% em relação ao ano de 2015. No período pós-pandêmico imediato, foi adotado o *marketing* com base nos protocolos de biossegurança em toda a cadeia turística de Bonito.

Como é comum no Centro-Oeste brasileiro, as terras da região Bonito/Serra da Bodoquena foram ocupadas por não indígenas para a criação de gado e agricultura, atividades iniciadas nesses municípios na década de 1950 (Lomba, 2004), constituindo as principais atividades econômicas, sobretudo relacionadas à agropecuária, com alguns períodos de retrocessos, mas mantendo a primazia econômica. Os principais produtos agrícolas cultivados são a soja, o milho e o arroz, e a pecuária destaca-se com a produção de gado de corte.

A produção agropecuária se manteve acelerada até a década de 1990 e produziu transformações significativas no ambiente natural. Boggiani (2001) constata que o desmatamento acelerado atingiu a cabeceira de rios, com destaque para os rios Formoso e Formosinho, os quais possuem grande apelo para o turismo.

A mineração se junta à agropecuária como importante mercantilização da natureza e como atividade de transformação na região, com a exploração de reservas de calcário dolomítico e calcítico, fosfato e mármores. Segundo a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar), em relatório de 2019, no município de Bodoquena operam três mineradoras e no município de Bonito cinco mineradoras.

No final do século XX e no início do século XXI, os estudos sobre cavernas, sobretudo pelo Projeto Grutas de Bonito, e o consequente tombamento da Gruta do Lago Azul como patrimônio natural, são marcos para a mudança de perspectiva econômica e para a valorização dos recursos hídricos, que historicamente faziam parte do lazer dos moradores locais, agora vistos como potencialmente turísticos (Behr, 2001). O projeto soma e contribui para a construção da racionalidade que considera Bonito como "cidade das águas", promovendo mais um destino no interior do Brasil e a recriação de identidades locais a partir do referencial do turismo, além da manutenção e releitura de símbolos tradicionais da sociedade local e a construção de novos símbolos, pautados na natureza, locais de visitação transformados em mercadoria.

No contexto de ocupação mercantil dessas terras, com a agropecuária e a exploração mineral, o turismo é construído e apresentado como um caminho alternativo capaz de promover condições de qualidade ambiental com a manutenção das condições naturais transformadas em atratividades, conforme é vendido nas propagandas de venda dos atrativos turísticos (Figura 3).

Figura 3 – Folder de divulgação de agência de turismo em Bonito/MS

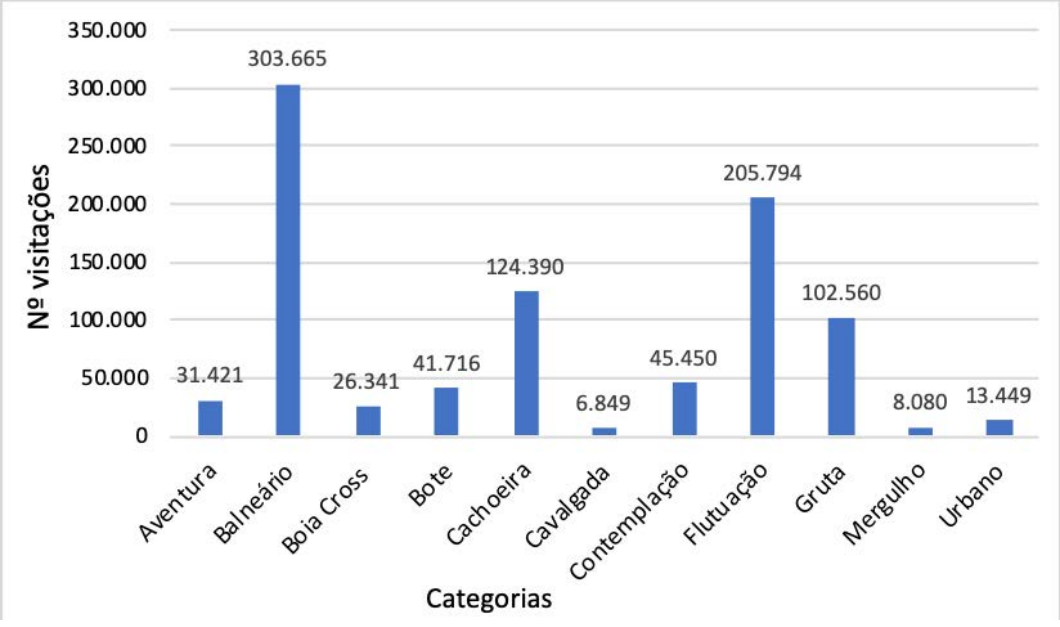


Fonte: https://agenciaygarape.com.br. Acesso em: 26 mar. 2025.

A região turística Bonito/Serra da Bodoquena é inserida na perspectiva do turismo de natureza, e com forte apelo relacionada à proposta de um destino ambientalmente sustentável. Em março de 2025, Bonito foi sede da Feira Internacional de Destinos Inteligentes (FIDI), reafirmando sua posição como referência mundial em turismo sustentável e recebendo a Certificação Carbono Neutro. A despeito das certificações, Spanholi e Yong (2023) destacam as pressões da agropecuária sobre as áreas nativas nos três municípios estudados, a perda de 1,9 mil hectares de remanescentes florestais entre 2019 e 2020, incrementando no ambiente emissões de CO^2 entre 213 mil e 354 mil toneladas, e uma erosão do solo de mais de 20 mil toneladas/ano.

Nos dados coletados e sistematizados junto ao Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (OTEB), é destacada a valorização dos elementos relacionados com a natureza no turismo na região Bonito/Serra da Bodoquena (Figura 4).

Figura 4 – Visitações em atrativos turísticos de Bonito/Serra da Bodoquena em 2023



Fonte: Oliveira (2024), elaborado com base em OTEB (2024).

Os dados apontam para a atratividade dos elementos naturais na região e, especificamente, para a reflexão proposta sobre o turismo e a Agenda 2030, fundamental para referenciar o funcionamento do sistema turístico implantado em Bonito, que permite o acompanhamento dos fluxos de visitações em cada atrativo específico e o controle do número de pessoas de acordo com a capacidade de suporte, assegurando

conhecimento e possibilidade de planejamento, conforme os interesses do mercado e/ou da conservação ambiental.

O sistema é baseado na condição de acesso aos atrativos naturais somente pela compra do *voucher* individual. O sistema é administrado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR-Bonito) e a arrecadação é dividida entre os proprietários das terras onde se localizam os atrativos, as empresas turísticas, os guias e o poder público. Esse sistema regulariza a privatização do acesso a grutas, rios, cachoeiras, lugares que são de domínio público comercializados como atrativos turísticos.

A estrutura de comercialização define a centralidade do controle sobre o turismo nas agências e junto aos proprietários de terras. Esse sistema é o primeiro desafio para atender às metas da Agenda 2030. Os proprietários das terras definem o uso das terras de acordo com o mercado agropecuário, aumentando ou diminuindo a área plantada de acordo com os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional e de acordo com a capacidade de geração de riqueza da atividade turística.

Os dados de ocupação de áreas para a cultura de grãos nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, nos últimos anos, indicam um aumento anual crescente da área plantada, de acordo com o SIGA (Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio do Mato Grosso do Sul).

Tabela 1 – Área ocupada para produção de soja por ano e hectares

	2021	2022	2023	2024
Bodoquena	4.103,12 ha	7.917,08 ha	10.682,33 ha	16.291,22 ha
Bonito	55.516,37 ha	61.262,07 ha	70.430,37 ha	80.506,67 ha
Jardim	17.983,27 ha	22.965,40 ha	31.720,00 ha	35.798,88 ha
Total	77.602,76 ha	92.144,55 ha	112.832,70 ha	132.596,77 ha

Fonte: organizado pelos autores com base em SIGA-MS (2025).

O aumento total da área de soja para os três municípios foi de, aproximadamente, 75% entre 2021 e 2024, ou seja, em apenas três anos recentes. O ritmo acelerado de crescimento provocou desmatamento intensivo de áreas florestadas (Figuras 5 e 6) e o carreamento de agrotóxicos para o leito de rios utilizados como atrativos turísticos. De acordo com pesquisa realizada pela Neotropica Brasil, divulgada pela imprensa no ano de 2024, foram encontrados quatro componentes químicos nos rios do município de Bonito, utilizados em agrotóxicos: simazina, tiametoxam, fipronil e carbendazim (Campo Grande News, edição on-line de 09/07/2024).

Figura 5 – Solo no município de Bonito em preparo para plantação



Fonte: acervo pessoal de Moretti, E. C. (2023).

Figura 6 – Solo ocupado por agricultura de grãos no município de Bonito



Fonte: acervo pessoal de Moretti, E. C. (2023).

Refletir sobre o turismo e a produção de geografias, no contexto de atender às metas definidas pela Agenda 2030, exige considerar o movimento da sociedade e os interesses que participam da constituição dos lugares. É nesse cenário que se insere uma das localidades turísticas mais relevantes do Centro-Oeste brasileiro, que foi pioneira na promoção do ecoturismo no Brasil e se constitui em uma importante referência de turismo associado à natureza no país, recebendo, inclusive, certificações internacionais (Certificado Carbono Neutro).

Agenda 2030 e os desafios para o turismo

A inserção de Bonito na produção territorial relacionada à construção do mundo mercantil da sustentabilidade ocorre por meio da atividade turística, valorizada como capaz de mercantilizar o uso da natureza, mantendo a falácia do equilíbrio natural. Nesse sentido, participa do contexto das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação universal coordenado pela ONU, que pode ser assim caracterizado:

> Adotada em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da ONU (UN General Assembly Resolution 70/1), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável resultou de um processo global participativo de mais de dois anos, coordenado pela ONU, no qual governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa contribuíram através da Plataforma 'My World'. (...) São 17 objetivos e 169 metas de ação global para alcance até 2030, em sua maioria, abrangendo as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada. Guiados pelas metas globais, espera-se que os países definam as suas metas nacionais, de acordo com as suas circunstâncias, e as incorporem em suas políticas, programas e planos de governo (Agenda 2030).

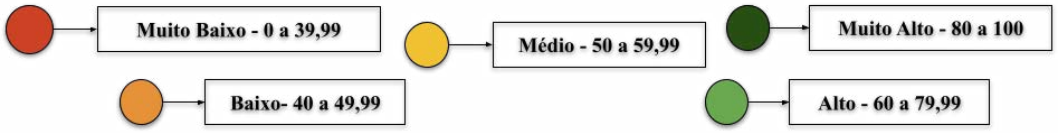
É fundamental a ciência refletir sobre as metas traçadas pela Agenda 2030 não apenas pela relevância social das transformações ambientais, mas também para buscar alternativas para a estrutura socioeconômica dominante e a necessidade de repensar o processo da geração de riqueza. O turismo como participante importante no mundo moderno e da estrutura produtiva dominante precisa também ser estudado na perspectiva crítica, compreendido em sua dialética como possibilidade de apresentar formas diferenciadas de produção territorial.

Uma das formas de compreender criticamente esses processos contraditórios é desvendar as formas e os processos de constituição de lugares turísticos – no caso específico desta reflexão, um lugar no interior do Brasil –, e uma forma de desvendar é refletir sobre os desafios a serem enfrentados a partir da expectativa traçada na Agenda 2030. Para construirmos um quadro sobre a situação da relação do turismo com as perspectivas da Agenda 2030, foi considerado o Índice de Desenvolvimento das Cidades (IDSC) para os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim (Tabela 2).

Tabela 2 – Nível de sustentabilidade dos ODS dos municípios - 2025

INDICADORES	BONITO	JARDIM	BODOQUENA
1 - Erradicação da Pobreza	59,74	54,54	40,39
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	40,11	45,71	45,93
3 - Saúde e Bem-estar	70,56	64,29	61,49
4 - Educação de Qualidade	53,01	55,48	56,65
5 - Igualdade de Gênero	24,91	29,85	31,24
6 - Água Limpa e Saneamento	80,06	64,92	69,37
7 - Energia Limpa e Acessível	98,39	98,99	97,35
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	60,50	48,72	47,52
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	14,26	8,03	9,25
10 - Redução das Desigualdades	50,32	42,76	43,09
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	75,91	72,69	69,63
12 - Consumo e Produção Responsáveis	34,29	67,69	34,41
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	56,04	54,85	55,35
14 - Vida na Água	78,31	13,32	70
15 - Proteger a Vida Terrestre	38,79	21,4	32,87
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	64,56	36,73	53,25
17 - Parcerias e Meios de Implementação	39,13	14,27	29,19
Nível de desenvolvimento sustentável	55,23	46,72	49,82

Legenda – Nível de desenvolvimento sustentável.



Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2024). Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br. Acesso em: abr. 2025.

A partir do levantamento das políticas públicas e pesquisas científicas, entre 2017 e 2022, sobre ODS e turismo, Traverso *et al*. (2023) destacam que, apesar de dar continuidade ao legado deixado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reconhecem que é fundamental a participação do setor privado para que as mudanças ocorram efetivamente e os objetivos sejam alcançados, ainda que os ODS sejam apresentados como novas perspectivas de desenvolvimento e que o turismo seja um dos setores apresentados

em muitos países como uma indústria para se chegar a esses objetivos, não pode ser negligenciado o fato de os ODS serem traçadas em um contexto de normativas centradas nas regras da produção mercantil de mercadorias.

Na perspectiva de que um lugar deve atingir a plenitude socioambiental no que se refere à vida das pessoas, o índice apresenta, em sua configuração, contradições ao tentar associar índices de produção e geração de riqueza com sustentabilidade, mas é uma ferramenta para quantificar e qualificar a avaliação do grau de atendimento das metas traçadas pela Agenda.

Conforme estudo de Traverso *et al*. (2023), os ODS 8, 12 e 14 – correspondentes, respectivamente, ao trabalho decente e crescimento econômico, consumo e produção responsáveis e vida na água marinha – são os objetivos que mais vinculam o turismo ao desenvolvimento, sendo o ODS 8 o mais mencionado no site do Ministério do Turismo. As discussões referentes ao trabalho no turismo tornam-se fundamentais para compreender como o setor pode ou não se tornar economicamente viável.

Em trabalho publicado em 2021, Buscioli verificou que, na região turística de Bonito/Serra da Bodoquena, a partir de 1990, ocorreu aumento da participação do número de empresas e empregos no setor do turismo. Em 2015, conforme dados do OTEB (2016), Bonito contava com um total de 131 prestadores de serviços e 302 empresas no setor turístico, resultando na geração de 2.007 empregos formais diretos. A proporção entre esses empregos formais e o total de empregos formais do município corresponde a 50%, o que indica que essa é a porcentagem de empregos formais atribuídos ao turismo no referido ano.

O número de empregos e empresas evidencia a dinamização da economia local promovida por esse setor. No caso específico da área de estudo, ocorre forte presença do turismo na geração de emprego (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de empresas e empregos gerados no polo turístico

	EMPRESAS (SETOR DO TURISMO)	MÉDIA DE EMPREGOS (SETOR DO TURISMO)	EMPREGOS FORMAIS NO SETOR DE SERVIÇOS (2023)	% EMPREGOS TURISMO / SERVIÇOS	EMPREGOS FORMAIS (2023)	% EMPREGOS NO TURISMO /TOTAL EMPREGOS
Bonito	392	2.723	3.197	85,1%	6.254	43,5%
Jardim	28	100	1.308	7,6%	3.536	2,8%
Bodoquena	35	500	421	118,7%	1.376	36,3%
Total	455	3.323	4.926	67,4%	11.166	29,8%

Fonte: Oliveira (2024), adaptada do Mapa do Turismo (Brasil, 2024b, 2024c, 2024d), no que tange aos dados das empresas e da média de empregos, e do Novo CAGED (Brasil, 2024b), quanto aos empregos formais.

O município de Bonito se destaca pela significativa quantidade de empresas dedicadas à prestação de serviços turísticos. A relevância do elevado número de empregos no turismo, em relação aos empregos formais nos municípios, é observada em Bonito (43,5%) e Bodoquena (36,3%). Em Jardim, embora o setor de serviços represente uma parcela considerável (37%) dos empregos formais do município, os empregos no setor turístico correspondem a apenas 7,6% do setor de serviços e 2,8% do total. No contexto do polo turístico como um todo, os empregos gerados pelo turismo representam 67,4% em relação ao setor de serviços e 29,8% em relação ao total de empregos formais.

A forte presença da atividade turística na geração de emprego permite aos três municípios apresentarem bons números no ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) na classificação do IDSC, com os municípios de Bodoquena e Jardim no nível Médio e Bonito no nível Alto dessa classificação (Tabela 2).

Conforme argumentação apresentada por Boggiani (2001), a implementação do turismo em Bonito vai além do mero aproveitamento das belezas naturais da região. O autor enfatiza a importância da organização e do trabalho dos guias turísticos, bem como a interação contínua deles com a comunidade científica, o que torna imprescindível a formação contínua e a capacitação dos profissionais envolvidos. Mesmo considerando a precariedade do trabalho no turismo, elucidada em pesquisas publicadas por Lomba (2004) e Moraes *et al.* (2022), o vínculo dos guias de turismo em Bonito com a formação técnica e cultural construiu conhecimentos que possibilitam relações que promovem o engajamento cotidiano com dinâmicas sociais de valorização da cultura local e dos elementos da natureza transformados em atrativos.

A viabilização e a racionalização de um lugar turístico envolvem uma série de etapas, fatores e a atuação de diversos agentes, considerando também a relevância do contexto histórico. Diversos eventos e circunstâncias contribuíram para a formação do lugar turístico na região de Bonito/Serra da Bodoquena e interiorização no âmbito brasileiro. Utilizando como base para a análise, e como referencial, a pesquisa de Moretti (2001) sobre o turismo de pesca artesanal no Pantanal, Oliveira (2024) destacou os seguintes fatores para a constituição da região turística:

1. a produção agropecuária e sua não rentabilidade em alguns momentos, gerando uma busca por novas atividades econômicas;
2. a construção de infraestrutura para desenvolvimento da atividade turística: tanto dentro das fazendas, com a construção de *decks*, pontes e disponibilização de materiais necessários à prática do turismo, como pelo comércio local (hotéis e pousadas, lojas e comércios e agências de turismo);

3. atuação do poder público na construção de estradas pavimentadas de acesso ao município e aos atrativos, inclusive com construção de aeroporto;
4. destaques na mídia a respeito das belezas cênicas e reforço do turismo de natureza como principal mercadoria, desde a exposição do lugar em rede nacional ao uso de panfletos e materiais de divulgação produzidos no município, além da participação do poder público vinculada ao turismo em grandes eventos nacionais e internacionais;
5. divulgação, qualificação e venda por agências e guias turísticos conectados às redes de comunicação;
6. e o incentivo ao turismo com políticas públicas promovidas por diferentes níveis do Estado e algumas vezes associadas a instituições internacionais.

Como contraponto ao turismo direcionado para a geração de renda concentrada em grandes empresas e à exploração do trabalho, é importante destacar a tentativa de comunidades de pequenos produtores em participar do fenômeno turismo na região turística analisada. Nesse sentido, é exemplar o trabalho dos moradores do assentamento Santa Lúcia, no município de Bonito, que elaboraram o projeto Pé de Serra, produzindo doces com produtos do cerrado retirados das matas ou cultivos realizados nas terras do assentamento. Os doces são comercializados em lojas para turistas na cidade de Bonito e possibilitam renda e a permanência dos agricultores familiares em seus lotes (Moretti e Farias, 2015).

Figura 7 – Mosaico de imagens da produção e comercialização no Assentamento Santa Lúcia



Fonte: acervo pessoal de Moretti, E. C. (2013 e 2022).

Esse exemplo do assentamento Santa Lúcia, classificado como turismo rural comunitário, se insere nas metas gerais dos ODS, com destaque para o ODS 12 (Consumo e Produção Responsável), valorizando elementos naturais, o conhecimento da comunidade, a geração de renda e a permanência na terra, mas encontra dificuldades geradas pela própria estrutura produtiva dominante na região turística. O turismo valoriza as práticas associadas às belezas cênicas, à aventura e ao lazer relacionado aos recursos hídricos, com o controle da atividade pelos grandes proprietários de terras e pelas empresas turísticas. A agricultura, privilegia a produção da monocultura da soja destinada ao mercado externo, com grande consumo de agrotóxicos, desmatamento e uso da água. Essa estrutura produtiva dominante resulta nos índices ruins para o ODS 12, com Bonito e Bodoquena apresentando índice Baixo e Jardim, índice Alto (Tabela 2).

Apesar de valorizarmos, em um lugar turístico, a análise dos indicadores nos ODS 8 e 12, é fundamental considerar que todos os indicadores do IDSC são relevantes para avaliação e importantes para pensar na totalidade da produção dos lugares, considerando que o destino turístico deve possibilitar condições adequadas de vida para a população residente. Nesse sentido, os dados gerais dos três municípios apresentam números abaixo do esperado na Agenda 2030. Bonito tem índice considerado Médio, e Bodoquena e Jardim têm índices considerados Baixo, sendo exemplar o índice Redução de Desigualdade, Baixo em dois municípios e Médio em um município, indicando que a atividade turística, em conjunto com as outras atividades práticas no município, concentra renda e não contribui para a superação das desigualdades, caracterizando uma região com grandes desafios, o turismo é uma das possibilidades para contribuir com avanços, principalmente na superação dos problemas sociais e ambientais locais.

Considerações finais

Considerando a interiorização do turismo, a formação da região turística de Bonito/Serra da Bodoquena e a criação de locais destinados a ações lucrativas previamente planejadas, fica evidente que a racionalização dos espaços, fundamentada na premissa de que o que não pode ser quantificado, o que não pode ser avaliado sob a perspectiva mercantil e o que não se insere nas 'necessidades' do indivíduo urbano, é sistematicamente excluído.

Constatamos que, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vinculados ao turismo, o ODS 8, referente ao crescimento econômico e trabalho, quando analisado do ponto de vista quantitativo para a região turística de Bonito/Serra da Bodoquena, apresenta-se como viável. Porém é necessário um estudo

mais aprofundado sobre as condições e precarização do trabalho e sobre a relação do turismo dito sustentável com as demais atividades econômicas. O estudo de Spanholi e Yong (2023) demonstrou que, até mesmo do ponto de vista econômico, é contraditório que a perda de remanescentes florestais para o desenvolvimento de atividade agropecuária seja lucrativa. Os ganhos econômicos derivados da retirada da cobertura vegetal cabem apenas aos poucos proprietários de terras, sendo o lucro mantido no âmbito privado, enquanto o prejuízo ambiental cabe à sociedade como um todo.

Em relação aos ODS 12 e 14, relativos à vida na água e ao consumo e produção sustentável, a região precisa, assim como o turismo de forma geral, encontrar maneiras de valorizar e produzir o lugar de acordo com as melhores condições de vida possíveis para o ecossistema e para as pessoas, as quais dependem do trabalho e das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios. A base da produção deve ser a preservação e o uso sustentável dos ambientes, e não a certificação, *marketing* e lucratividade, com base no conforto e "urbanização" dos atrativos turísticos.

A discussão sobre o tipo de turismo desejado, a preservação dos ambientes naturais e as metas da ONU para o desenvolvimento sustentável é pertinente ao turismo de natureza desenvolvido na região de Bonito/Serra da Bodoquena, no interior do Brasil, com grande visibilidade nacional e internacional. A água, o uso e a ocupação do solo e a produção e emprego/renda continuam a ser os temas centrais para a compreensão de que a atividade turística pode ser sustentável, desde que atenda ao imaginário do turista e também às necessidades da comunidade local do destino turístico, contribuindo para os desafios do tempo e do mundo atual.

Referências

AGENDA 2030. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/home/agenda. Acesso em: 16 dez. 2024.

ALMEIDA, F. F. Geologia da Serra da Bodoquena, Brasil. **Boletim de Geologia e Mineralogia**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1965.

BEHR, M. F. von. **Serra da Bodoquena**: história, cultura e natureza. Campo Grande, MS: Free, 2001.

BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? *In*: BANDUCCI, A.; MORETTI, E. C. (Org.). **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande, MS: UFMS, 2001. p. 151-165.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações do Novo CAGED**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024a. Disponível em: https://www.gov.

br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/junho. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo**: Relatório de atividades turísticas Bodoquena-MS. Brasília, DF: MTUR, 2024d. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo**: Relatório de atividades turísticas Bonito-MS. Brasília, DF: MTUR, 2024b. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo**: Relatório de atividades turísticas Jardim-MS. Brasília, DF: MTUR, 2024c. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 25 mar. 2024.

FONSECA, M. A. P. da; TODESCO, C.; SILVA, R. C. da. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

IDESC/BR. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades-Brasil**. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br. Acesso em: abr. 2025.

LAMOSO, L. P.; LOMBA, R. M. Transformações socioespaciais no município de Bonito – Mato Grosso do Sul após introdução do ecoturismo. **Ra'ega**, v. 11, n. 14, p. 129-138, 2006.

LOMBA, G. K. **Revelando o invisível**: o mundo do trabalho na atividade turística em Bonito-MS. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

LUZ, E. K. P. **A apropriação da água como elemento estrutural do turismo em Bonito - Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2022.

MORETTI, E. C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. *In*: BANDUCCI, A.; MORETTI, E. C. (Org.). **Qual paraíso**: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande, MS: UFMS, 2001. p. 41-73.

MORETTI, E. C.; CHÁVEZ, E. S.; RIBEIRO, A. F. do N. El Ecoturismo en áreas kársticas tropicales: Parque Nacional Sierra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brasil y Parque Nacional Viñales, Pinar del Rio, Cuba. Gran Tour: **Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 13, 2016.

MORETTI, E. C.; FARIAS, M. L. de. Incubadora de tecnologias sociais e solidárias da UFGD: economia solidária e turismo. *In*: MORETTI, E. C.; MARIANI, S.; PINTO, S. C. (Org.). **Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015.

OLIVEIRA, J. A. **O uso turístico do patrimônio natural e a concessão dos serviços para visitação no Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.

OTEB. **Anuário Estatístico do Turismo de Bonito-MS, ano base 2023**. 9. ed. Bonito, MS: Bonito Convention & Visitors Bureau, 2024. Disponível em: https://otbonito.com.br/?page_id=268. Acesso em: 10 abr. 2024.

OTEB. **Inventário Turístico de Bonito e Região 2015/2016**. Bonito, MS: OTEB, 2016. Disponível em: https://otbonito.com.br/?page_id=270. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTOS, C. A. J.; CAMPOS, A. C. Reflexões sobre residentes, turistas e espaços públicos pós-covid-19. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo e saúde global**: pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no Brasil e no mundo. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 140-168.

SEMAGRO. **Relatório de mineração em Mato Grosso do Sul**. CFEM-MS. 2019.

SIGA - Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio. **Boletim Informativo**.

SEMADESC/MS; APROSOJA/MS. Disponível em: https://aprosojams.org.br/boletim-de-produtividade. Acesso em: mar. 2025.

SPANHOLI, M. L.; YONG, C. E. F. Quanto vale Bonito (MS): a contribuição da conservação florestal para a economia regional. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 442-469, 2023.

TRAVERSO, L. D.; PATIAS, T. Z.; TOSELLI, C.; SILVA, L. D. da. Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da produção nacional e das políticas públicas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 79-91, 2023.

Capítulo 8

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap08

SUSTENTABILIDADE E TRABALHO DECENTE NO SETOR DE HOSPEDAGEM DO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO

Maria Rita Nunes[1]

Introdução

O turismo é uma atividade apontada com forte capacidade para a geração de emprego, renda e desenvolvimento, tanto em plano local, regional, quanto em plano nacional (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015; WTTC, 2024).

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, o turismo é responsável por um em cada dez empregos gerados mundialmente (WTTC, 2017). Além disso, está entre as atividades que mais têm contribuído para o crescimento econômico global. Em 2018, ano anterior a pandemia, o turismo foi responsável por cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial, o que representou um crescimento próximo dos 4%, comparativamente ao ano anterior (World Travel and Tourism Council, 2019).

Apesar de ser responsável por uma elevada quantidade de ocupações, os trabalhos no setor apresentam características que os tornam inseguros e instáveis: precariedade (Anna *et al*., 2021), baixos salários (Guimarães e Silva, 2016), vínculos pouco seguros (Baum *et al*., 2016) e falta de uma organização trabalhista que legisle especificamente acerca dos trabalhos no setor (Robinson *et al*., 2019). Além disso, são marcados pela sazonalidade (Martins, 2010), alta exigência, grande demanda (Cañada e Murray) e pouco tempo de ócio e lazer dos trabalhadores, o que, para o setor que tem como razão de ser o lazer e o ócio, é contraditório (Anna *et al*., 2021).

As características do trabalho no setor do turismo foram agudizadas em decorrência da pandemia e da consequente crise sanitária provocada da covid-19, tornando ainda mais precário o trabalho já precário. Demissões em massa (World Travel and Tourism Council, 2021), encerramento de diversos estabelecimentos

1 Doutora. Estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista CNPQ. Currículo: http://lattes.cnpq.br/5697616012695964. E-mail: mariaritanunes1@gmail.com.

(Fernandes, 2020), acarretou num excesso de trabalhadores desempregados, ocasionando também uma crise econômica (Ministério do Turismo, 2021).

A interrupção das viagens e o trânsito de turistas decorrente do confinamento intensificaram o questionamento sobre as práticas do turismo antes da pandemia, um turismo massivo e estandardizado. O agravamento das condições de precarização do trabalho no turismo no contexto desta crise sanitária tornou ainda mais relevante essa discussão na perspectiva do paradigma do desenvolvimento sustentável e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados na Agenda 2030, da qual o Brasil é signatário.

O paradigma da sustentabilidade vem se constituindo como uma importante diretriz para guiar as ações no setor turístico, tendo contribuído para o crescimento do turismo no interior do país (Fonseca, Todesco, Silva, 2022), com a formatação de novos segmentos voltados para a natureza (aventura, ecoturismo, turismo rural etc.). Apesar de muitas dificuldades de implementação desse novo modelo, o ideário da sustentabilidade vem sendo buscado por gestores, empresas e turistas.

A relevância assumida pelo trabalho na perspectiva de um turismo mais inclusivo é respaldada em alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 8, que busca "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos", e o 8.9, que versa expressamente acerca do turismo sustentável: "Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais". Somado a isso, também será aqui analisado, o trabalho a partir da categoria de trabalho decente, formulada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, explicitamente referenciada no ODS 8. Assim, questiona-se: como os ODS e o trabalho decente podem, em conjunto, atuar para a melhoria da qualidade dos trabalhos no turismo e diminuir a sua precariedade.

Há uma forte relação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Organização Internacional do Trabalho na perspectiva de minimizar os efeitos da precarização do trabalho atual.

O turismo, enquanto atividade potencialmente integradora de territórios e com uma parcela de seus trabalhadores sendo do sexo feminino, revela-se como uma possível ferramenta para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da diminuição da desigualdade de gênero (Alarcón & Cole, 2019).

Torna-se essencial examinar como o setor do turismo se enquadra na perspectiva da desigualdade de gênero e quais as medidas necessárias que devem ser adotadas para colaborar com a sua redução. Ademais, é imperioso conhecer as formas de desigualdade efetuadas pelas disparidades encontradas em regiões menos

desenvolvidas em detrimento da marginalização ocasionada pela centralização econômica em grandes aglomerados urbanos.

A retomada dos voos e a reabertura das fronteiras, devido, principalmente, ao avanço da vacinação nos países, fizeram surgir novos cenários no setor turístico, especialmente em áreas com amenidades naturais e fora dos eixos de grande aglomeração de turistas (World Travel and Tourism Council, 2021). Um novo paradigma se sobrepõe ao turismo massificado: o turismo voltado ainda mais para a natureza e a busca da sustentabilidade. E isso se verificou efetivamente com o aumento da procura por locais menores ou cidades pequenas e, consequentemente, com menos casos de óbitos pela covid-19, como demonstram Fonseca *et al*. (2022).

Estudos como o da WTTC (2021) indicam também a tendência do crescimento do turismo no interior dos países, motivada pela busca de áreas com menor concentração de pessoas, como também pela dificuldade de realizar viagens para o exterior.

Mesmo no Nordeste brasileiro, onde o turismo de sol e mar assume enorme relevância, vem se verificando o crescimento da atividade no interior da região (Cardona, Costa, 2013; Fonseca, Todesco, Silva, 2022; Fuentes, Machado, 2016; Magro-Lindenkamp, Passold, 2018).

Diante desse novo cenário onde a atividade turística se insere na contemporaneidade, no qual há a necessidade de repensar o modelo turístico hegemônico e massivo, buscando novas perspectivas para o setor, orientadas pelo paradigma da sustentabilidade e o trabalho decente, algumas questões se colocam como orientadoras para o presente trabalho: Como os postos de trabalho e as relações de trabalho no setor turístico foram afetadas pela crise sanitária da Covid-19? Como os princípios da sustentabilidade vêm conduzindo a empregabilidade e as relações de trabalho nas destinações turísticas? As empresas e os gestores públicos desenvolvem políticas públicas no sentido de promover uma atividade mais inclusiva, valorizando a mão de obra e os produtores locais, como versa o ODS 8.9? Dito isso, tem-se como objetivo deste estudo analisar o trabalho no setor de hospedagem nos municípios de três estados brasileiros Bananeiras/PB, Guaramiranga/CE e Gravatá/PE, a partir das diretrizes estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Trabalho Decente.

Fundamentação teórica

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Turismo e Trabalho Decente

Os ODS são alvos que necessitam ser alcançados para um mundo melhor, igualitário e não discriminatório. Diante dos objetivos, impõe-se o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento existente no mundo, nos seus mais variados âmbitos: social, cultural, econômico e ambiental (United Nations, 2015).

Baseados no questionamento acerca do modo de desenvolvimento que estamos construindo no mundo, passa-se também a questionar nosso modo de produção, consumo e vida. Assim, está exposta à necessidade de um turismo sustentável no ODS 8 e, mais especificamente, na meta 8.9.

A definição de turismo sustentável, assim como o próprio conceito de sustentabilidade, tem sido amplamente discutida, estudada e modificada no decorrer do tempo. Trata-se de um modo de desenvolver o turismo e não se caracteriza como uma tipologia de mercado, sendo uma forma de garantir que sociedade, comunidade local, meio ambiente e economia cresçam sem que um prejudique o outro (Marujo, Carvalho, 2010; Sharpley, 2020; Soares, Emmendoefer, 2011).

É interessante perceber que o trabalho também é abrangido pelos aspectos da sustentabilidade. Sem um trabalho digno e decente, a sustentabilidade não é viável (Alarcón, 2021). Apesar da alta empregabilidade do setor turístico, a qualidade do emprego no setor é amplamente investigada e questionada. O turismo se apresenta como um setor caracterizado pela sazonalidade, com grandes fluxos em determinada estação do ano e poucos em outras, ocasionando flexibilização e consequente vulnerabilidade no trabalho e nos trabalhadores (Costa *et al*., 2021a).

Além dessa característica inerente ao setor, a flexibilização das leis trabalhistas, a partir da Lei nº 13.467 (Brasil, 2017), que instituiu tipos de contrato mais flexíveis dos já existentes e, consequentemente, menor estabilidade para os trabalhadores, constituiu um fator complicador adicional à situação. Flexibilizou ainda mais uma relação já bastante maleável, modificando contratos e formas de contratação.

O turismo é um fator-chave no alcance de diversos aspectos do desenvolvimento sustentável, mas é também causador de efeitos nefastos nos territórios, os quais afastam as localidades do alcance dos ODS (Buckley, 2012; Ferguson, 2011; Ferguson, Alarcón, 2015; Kim, Uysal, Sirgy, 2013; Kostić, Jovanović-Tončev, 2014).

De acordo com Iloannides; Gyimóthy; James, (2021), os debates sobre sustentabilidade e turismo geralmente negligenciam temas relacionados aos trabalhadores. O trabalho decente no turismo somente será considerado sustentável quando for

entendido que a sustentabilidade vai além da criação de empregos e ocupações, com atenção à qualidade destes, às garantias e segurança, ao zelo pelos funcionários e por suas famílias (Winchenbach, Hanna, Miller, 2019). Alarcón & Cole (2019, p. 93) acrescentam a igualdade de gênero na discussão e afirmam que "no sustainability for tourism without gender equality" (não há sustentabilidade no turismo sem a igualdade de gênero). E igualdade não significa ter somente a mesma quantidade de empregos, carreiras ou oportunidades para homens e mulheres. É preciso, também – e mais importante – analisá-la de maneira qualitativa.

Dessa maneira, o alcance dos ODS e a consequente volta para um turismo mais preocupado com as questões da sustentabilidade como um modelo de desenvolvimento a longo prazo, necessita refletir também o mundo do trabalho, sobretudo para um trabalho decente, referenciado no ODS 8 e claramente necessário para a sustentabilidade, como atestado pela International Labour Organization (2019).

Desde 1919, ano de sua fundação, a Organização Internacional do Trabalho - OIT estabeleceu diretrizes para ser possível o desenvolvimento de condições dignas de trabalho para todos, tendo a liberdade, igualdade, dignidade e segurança como garantias para o bom funcionamento do mundo do trabalho (International Labour Organization, 2019).

Segundo a OIT (2019), o trabalho não é um produto inanimado, como uma maçã ou uma televisão, os quais podem ser negociados por um preço mais baixo e, assim, vendidos para obtenção de mais lucro. O trabalho é parte da vida de todos, e é crucial para a dignidade, o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas enquanto seres humanos. Esses atributos são utilizados para o fomento e incentivo ao trabalho decente, o qual está baseado em quatro atributos relacionáveis:

1. Empregos que garantam condições minimamente razoáveis para as pessoas que estão à procura de trabalho;
2. Capacidade organizativa dos trabalhadores, inclusive por meio de sindicatos;
3. Diálogo entre empregados, empregadores e governo e;
4. Procura por garantir que mulheres e homens tenham seus direitos a descanso, ao tempo com a família e à participação na sociedade assegurados adequadamente, além do acesso a cuidados de saúde (Costa *et al*., 2021b).

Assim, as Nações Unidas demonstram sua preocupação e seu interesse em proporcionar ao mundo, sobretudo aos países em desenvolvimento, ações que aproximem, cada dia mais, o trabalho dos atributos tanto propostos pela OIT quanto pelos ODS.

Muito embora se note o esforço para a melhoria das condições dos trabalhadores no mundo, com o passar dos anos e o avanço da tecnologia — decorrente, sobretudo, da globalização –, as relações do trabalho foram modificadas e, infelizmente, não melhoraram (Cañada & Sud, 2021). Houve, na verdade, uma flexibilização das relações econômicas (PNUD, 2015; Santos, 2008), a ascensão quase generalizada do neoliberalismo (Antunes, 2000; Cunha, 2009), a "uberização" da economia (Antunes, 2014; Paula, 2021; Ravjak, Rodrigues, Soares, 2022), principalmente com a reforma trabalhista e a formalização do trabalho intermitente – ou seja, o trabalhador ficou à disposição do contratante (Ravjak *et al*., 2022) –,o que tornou ainda mais urgentes os debates acerca da qualidade dos trabalhos.

Além do combate à precariedade do trabalho no turismo, torna-se essencial diminuir e, idealmente, extinguir a disparidade de gênero entre os trabalhos. Nas diversas atividades características do turismo e do lazer, como hotelaria, restauração e agenciamento, as mulheres ocupam cargos menos qualificados e, por consequência, são menos remuneradas (Simão; Breda, 2014). Tais características do trabalho no turismo são sentidas tanto em grandes cadeias de hotéis ou grandes empresas do setor quanto em hotéis de menor escala, ou gerenciados por famílias (Baum, 2013). Além disso, elas sofrem os mais variados tipos de assédio – do sexual ao moral –, assim como discriminações relacionadas às características biológicas das mulheres, como a reprodução, o período menstrual, a saúde mental e a jornada de trabalho doméstico (Costa *et al*., 2017). As empregadas do setor de viagens e turismo são também impelidas a trabalhar com contratos precários, com pouca ou nenhuma segurança social, além de pouca formação na área (Alarcón & Cole, 2019).

De acordo com Ladkin, (2011), as pesquisas sobre trabalho em turismo podem ser reunidas em cinco grupos: 1) gestão; 2) acumulação de capital humano; 3) valorização econômica do trabalho no turismo; 4) mobilidade no trabalho; e 5) turismo e gênero. Já Baum *et al*., (2016) encontraram nas pesquisas sobre trabalho e turismo diferentes níveis de análise, os quais seria micro, meso e macro, sociais. No primeiro nível, seriam caracterizados os trabalhadores no turismo, atitudes e comportamentos; na perspectiva meso, seria uma análise que prioriza as práticas organizacionais; e, na perspectiva macro, seriam estudos que analisam o trabalho no turismo a partir de recortes espaciais, num debate mais amplo, na busca por políticas de planejamento. Consoante os autores, as análises macro são as menos encontradas nos estudos sobre turismo e trabalho.

Assim, a literatura referente à discussão macro, como a apontada por Baum et al (2016) e corroborada por Costa *et al.* (2021), é escassa, por haver mais uma busca pela compreensão, organização e otimização dos trabalhos e trabalhadores do que

uma discussão aprofundada acerca das políticas de planejamento que efetivamente modifiquem realidades. Nota-se, assim, um espaço necessário a ser preenchido por meio da investigação científica, sendo fundamental alargar e aprofundar o estudo, de modo a perceber, em detalhe, a relação entre o trabalho e o turismo sustentável. É preciso entender, qualitativamente, como o trabalho no setor se comporta nos critérios do trabalho decente da OIT e dos ODS, identificar onde está essa desigualdade e como podemos combatê-la, a fim de proporcionar um desenvolvimento mais equitativo e permitir que regiões se desenvolvam e diminuam sua desigualdade.

Nas análises sobre turismo e trabalho, observa-se que ora o turismo é analisado do ponto de vista econômico, ora é investigado do ponto de vista social. No entanto, é importante verificar as condições subjetivas do trabalho no setor de acordo com prerrogativas internacionais, como as encontradas pela OIT e também nos ODS.

Para entender como o turismo pode ser uma ferramenta capaz de alcançar os Objetivos para o Desenvolvimentos Sustentável (ODS) (UNWTO, 2018), faz-se necessário, portanto, perceber como o setor está agora, e como o trabalho a ele relacionado se configura atualmente.

Metodologia

Inicialmente, a pesquisa foi realizada por meio da análise de documentos oficiais dos setores de alimentação, hospedagem e agenciamento, nos relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério da Economia; no Painel de Empresas do Sebrae, que disponibiliza dados da Receita Federal do Brasil (RFB); além de dados do Ministério do Turismo pelo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, com dados do corrente ano.

No entanto é importante ressaltar que, nessa última fonte, verificou-se uma divergência entres os dados encontrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), do Ministério do Turismo, acerca das unidades de hospedagem, restaurantes e agências de viagens, e o que foi encontrado em campo e nos motores de busca da internet, como o Google e o Booking.com. No caso das hospedagens e dos bares e restaurantes, havia um número muito maior do que o

registrado oficialmente[2], sobretudo no município de Guaramiranga/CE, já no caso de agências de viagens, a quantidade é inferior.[3]

Diante disso, decorreu, em um segundo momento, a observação direta e entrevistas não estruturadas de aproximação com as empregadas e empregados do setor de turismo e lazer na região, para o embasamento da elaboração de questionário e seleção das trabalhadoras e trabalhadores a serem entrevistados. As entrevistas tiveram a intenção de perceber, subjetivamente, o que acontece aos empregados do setor no dia a dia de sua atividade, por exemplo: as horas de trabalho, relacionamentos envolvidos, questões de assédio, comportamentos exigidos ou incômodos que possam surgir frente à atividade que desempenham. Além desses atores, também foram entrevistados representantes do poder público, por meio dos secretários de turismo dos municípios, empresários dos setores mencionados e representantes do Conselho de Turismo e de Associações em cada município (4 entrevistas).

E, em uma última fase, a aplicação de questionários (35) aos trabalhadores e trabalhadoras dos estabelecimentos selecionados do setor de turismo e viagens, sendo 27 recepcionistas de hotéis e pousadas, cinco garçons e três agentes de viagens (Tabela 1). Devido às limitações da pesquisa, focou-se, sobretudo, no setor de hospedagem. A localização das hospedagens e a aproximação aos trabalhadores foram mais simples, o que resultou em mais questionários respondidos. Já os setores de alimentação apresentam um processo mais complexo de abordagem e de acesso aos trabalhadores, fato que exige um maior período para aproximação e resposta às questões, o que fez com que essa atividade alcançasse poucos respondentes.

2 O Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo, é o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turístico. É obrigatório para Meios de Hospedagem, Agências de Turismo, Transportadoras Turísticas, Organizadoras de Eventos, Parques Temáticos, Acampamentos Turísticos e Guias de Turismo-MEI (Microempreendedor Individual). Outras atividades podem ser cadastradas em caráter opcional. O cadastro permite ao prestador atuar legalmente, de acordo com a Lei do Turismo, por meio da emissão do Certificado Cadastur, assim como oferece benefícios aos cadastrados. Fonte: https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-prestadora-de-servico-turistico.

3 Dessa maneira, a pesquisa, inicialmente nas três cidades interioranas, foi baseada no cadastro que estas apresentavam na plataforma da CADASTUR, haja vista ser um dado confiável e que pode balizar o trabalho no que toca a quantificação dos objetos de pesquisa.

Tabela 1 – Entrevistas e questionários aplicados por município

MUNICÍPIO	SETOR	OCUPAÇÃO	ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
Bananeiras/PB	Meios de Hospedagem	Recepcionistas	2	8
	Restaurantes e Bares	Garçons		2
	Agências de Viagem	Agentes de Viagem		1
Gravatá/PE	Meios de Hospedagem	Recepcionistas	2	11
	Restaurantes e Bares	Garçons		2
	Agência de Viagem	Agente de viagem		1
Guaramiranga/CE	Meios de Hospedagem	Recepcionistas	2	8
	Restaurantes e Bares	Garçons		1
	Agências de Viagem	Agentes de viagens		1
Todos os Municípios	Administração Pública	Secretários de Turismo, Gestores municipais, Associações	4	
Total			10	35

Fonte: dados da pesquisa.

A amostragem foi intencional, na busca de compreender como é o trabalho no setor do turismo nos municípios. O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2023 e contemplou os municípios de Guaramiranga/CE, Gravatá/PE e Bananeiras/PB, durante o segundo semestre de 2023.

Para investigar acerca dos empregos e o trabalho nas localidades, a pesquisa foi baseada em quatro atributos relacionáveis ao trabalho decente formulado pela Organização Internacional do Trabalho, os quais são: 1) Políticas públicas para a criação de empregos com condições mínimas para as pessoas; 2) Capacidade organizativa dos trabalhadores; 3) Diálogo entre empregados e o governo; 4) Garantir o direito ao descanso e acesso à saúde. Esses atributos foram norteadores e, em conjunto com os

ODS da Agenda 2030, auxiliaram na formulação dos questionários aos trabalhadores e nas entrevistas em profundidade.

A seguir será caracterizado, de maneira breve, como a atividade turística existente nos municípios é explorada. Discute-se como, a partir de uma característica geográfica existente nos três municípios – a serra –, o turismo e todos os produtos a ele envolvidos e associados são desenvolvidos tanto a partir do mercado turístico quanto pelo poder público local.

Resultados e discussão

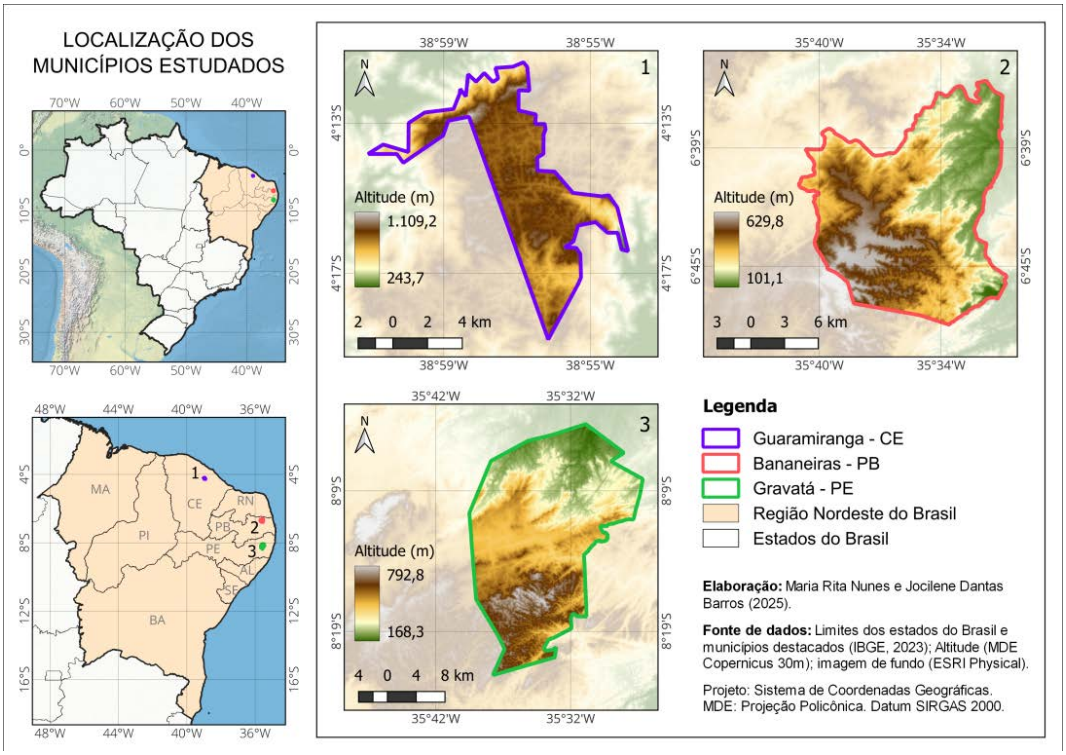
A atividade turística

Segundo o levantamento realizado por Fonseca *et al*. (2022), os destinos de natureza estão em segundo lugar entre os roteiros mais comercializados pelas maiores operadoras de turismo do país, representando 19% das vendas. A presença dessa tipologia de turismo é mais comum nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Os municípios de Gravatá/PE, Guaramiranga/CE e Bananeiras/PB são expoentes na categoria de turismo de serra, ou serrano, municípios que se caracterizam por um turismo praticado em regiões de certa altitude em relação ao litoral, com clima ameno e proximidade a grandes centros urbanos (Fonseca *et al*., 2022) (Figura 1).

O crescimento recente da procura do turismo em áreas de altitude está íntimo à busca pelo contato com a natureza, ar menos poluído e tranquilidade. Alguns aspectos que remetem a um turismo ligado às questões sustentáveis. Após os anos noventa, a valorização da natureza e o contexto das novas tipologias de turismo, criadas e incentivadas pelo mercado, encontram bastante espaço nas localidades de serra, com a exploração do ecoturismo, do turismo de aventura, turismo rural, entre outros (Fonseca *et al*., 2022) (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos municípios estudados



Do ponto de vista do alcance dos ODS, mensurados apatir dos Índices de Desenvolvimento Sustentável (IDS) os municípios de Bananeiras/PB e Gravatá/PE apresentam nível baixo. Já Guaramiranga/CE está entre as localidades que têm o alcance classificado como Médio (Tabela 2). Dos 17 ODS da Agenda 2030 analisados pelo Instituto das Cidades Sustentáveis no Brasil, destacam-se dois para essa pesquisa, ODS 5 e o ODS 8, índices em que metas importantes como a busca por uma maior equidade de gênero, turismo sustentável e o trabalho decente estão contidas.

Tabela 2 – Nível de sustentabilidade dos ODS dos municípios - 2025

INDICADORES	GUARAMIRANGA/CE	GRAVATÁ/PE	BANANEIRAS/PB
5 - Igualdade de Gênero	42,82	35,10	33,88
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	29,54	30,87	34,37
Nível de desenvolvimento sustentável	54,24	43,19	43,12

Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2024).



O nível alcançado na aderência do ODS nessas localidades, sinaliza o que ainda precisa ser efetivado para a melhoria das relações de trabalho e a diminuição da disparidade de gênero entre as relações de homens e mulheres e o turismo sustentável. Não podemos falar de sustentabilidade sem olhar paras as questões de gênero (Alarcón & Cole, 2019).

Para além dos aspectos sociais semelhantes, essas localidades se destacam no cenário regional, especialmente em termos de clima, turismo, população, densidade demográfica, economia e expressividade da atividade turística (Tabela 3).

Tabela 3 – Características das municipalidades

CARACTERÍSTICA	GUARAMIRANGA/CE	GRAVATÁ/PE	BANANEIRAS/PB
Altitude	865 m	447 m	526 m
Temperatura	Entre 16 °C e 25 °C (mínimas de até 12 °C em julho)	Média anual de 18 °C	Mínimas entre 12 °C a 17 °C (em julho e agosto)
População (Censo, 2022)	5.654 habitantes	86.516 habitantes	23.134 habitantes
Área	90,82 km²	507,36 km²	256 km²
Densidade Demográfica	62,26 hab/km²	170,5 hab/km²	90,49 hab/km²
Principais eventos	Festival de Jazz e Blues (Carnaval), Festival Nordestino de Teatro	Festa de Reis, São João, Festival Cultural	São João, Caminhos do Frio
Atrações Naturais	Pico Alto (1.115 m), trilhas ecológicas	Clima ameno e paisagens serranas	Cachoeira do Roncador, Reserva Ecológica de Goiamunduba
Atividades Econômicas	Turismo, agricultura (café, flores, algodão, banana), pecuária	Turismo, agricultura (flores de clima temperado), móveis rústicos, artesanato	Turismo, agropecuária, setor público, serviços, universidade
Destaque Cultural	"Cidade das Flores", tradição no cultivo de rosas	Maior produtora de flores de clima temperado no Nordeste	Mais de 80 edificações tombadas pelo IPHAEP

Fonte: (Brasil, 2023a, 2023b, 2023c).

As temperaturas entre 12 ºC e 25 ºC rendem a essas localidades títulos como "Suíça Cearense", para Guaramiranga/CE; "Suíça Pernambucana", para Gravatá/PE; e "Suíça Paraibana", para Bananeiras. E o eixo central do marketing que os governos municipais utilizam, e o mercado explora, é a relação aproximada com o clima da Europa, mais precisamente com os Alpes suíços. Referências à região europeia são amplamente encontradas nos nomes dos estabelecimentos e na divulgação das cidades.

Em entrevista com os secretários de Turismo dos municípios, tem-se a afirmação de que o clima é o principal vetor de atração dos turistas e visitantes. O secretário de Guaramiranga/CE, por exemplo, afirmou: "Não há outra motivação para as pessoas virem a Guaramiranga/CE que não seja o clima, não tem." O clima é o ponto-chave para o desenvolvimento do turismo nessas regiões, bem como a referência a países europeus mais frios, como se observa na fala do secretário de Gravatá/PE:

> "Agora, nós temos também, como vocês sabem, uma identidade que foi a cultura suíça, nós temos um produto comercializado, que é a identidade suíça, isso principalmente marcado na gastronomia e na arquitetura."

Essa construção identitária é expressa nas edificações encontradas nos municípios conforme a Figura 2, abaixo:

Figura 2 – Da esquerda para a direita: condomínio de casas em Gravatá/PE, Centro de Atendimento ao Turista em Guaramiranga/CE e condomínio de casas em Bananeiras/PB



Fonte: autoria própria.

O ODS 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Essa igualdade se dá não somente no âmbito objetivo, mas também subjetivo, na qualidade e nas divisões de trabalhos entre homens e mulheres, no tempo de descanso e na equidade salarial. Já o ODS 8 visa promover o crescimento

econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Uma de suas metas, a 8.9, tem como alcance a elaboração e implementação de políticas que promovam o turismo sustentável baseado em empregos, que fomentem a cultura e os produtos locais, gerando valorização da identidade do lugar. Ou seja, percebe-se uma inclinação clara da Agenda 2030 para os preceitos de um turismo mais equilibrado, menos predatório, que incentive a produção local e o desenvolvimento regional.

A exaltação de características que remetem ao clima ameno da Europa distancia os municípios de sua essência interiorana, nordestina e das premissas dos ODS referidos. Durante a observação direta nos municípios, foi difícil encontrar a gastronomia característica da região, como carne de sol e cuscuz, sendo, por outro lado, bastante comum a presença de culinária internacional nos restaurantes, como raclette e fondue.

Como o território é dialetizado (Lefebvre, 1969) e há uma busca orgânica da sociedade pelo diferente em meio à globalização (Pochmann, 2021), os municípios também tentam viabilizar um comércio local, com a disposição de feiras de artesanato e de polos de incentivo à cultura, como a ONG Amigos da Arte de Guaramiranga (AGUA), em Guaramiranga/CE, que oferece formação gratuita em música, teatro e comunicação para todo o Maciço do Baturité, bem como a feira agroecológica produzida em Bananeiras/PB e promovida pela Universidade Federal da Paraíba, e a Estação do Artesão em Gravatá/PE, que reúne uma série de artesãs e artesãos com peças a serem comercializadas, incentivando o comércio local e a continuidade da cultura do lugar.

Diante desse quadro de crescimento e de incentivo ao turismo, buscou-se aprofundar o estudo do turismo nas localidades, a partir das ocupações, compreendendo como o trabalho e o emprego são caracterizados por esses destinos.

O trabalho e o emprego turístico

O turismo se apresenta enquanto uma atividade de fluxo, mas que produz inúmeros fixos (Cruz, 2009). Dessa maneira, há uma quantidade significativa de empreendimentos turísticos nos municípios. No entanto, apesar do crescimento do turismo e do incentivo ao desenvolvimento do setor, verifica-se uma disparidade entre os dados registrados oficialmente no CADASTUR e o que foi encontrado em campo. No caso das hospedagens e dos bares e restaurantes, havia um número muito maior que o registrado oficialmente, sobretudo no município de Guaramiranga/CE.

Já no caso das agências de viagens, a quantidade observada foi inferior à registrada (Tabela 4).

Tabela 4 – Divergência na quantidade de empreendimentos dos municípios

DADOS ENCONTRADOS NO CADASTUR DE CADA MUNICÍPIO			
MUNICÍPIOS	MEIOS DE HOSPEDAGEM	AGÊNCIAS DE VIAGENS	RESTAURANTES, BARES E SIMILARES
Bananeiras/PB	9	4	11
Gravatá/PE	8	2	2
Guaramiranga/CE	24	2	3
DADOS ENCONTRADOS DURANTE A PESQUISA EM CADA MUNICÍPIO			
MUNICÍPIOS	MEIOS DE HOSPEDAGEM	AGÊNCIAS DE VIAGENS	RESTAURANTES, BARES E SIMILARES
Bananeiras/PB	19	4	59
Gravatá/PE	15	1	130
Guaramiranga/CE	307	2	42

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere ao emprego, e com base nos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), os municípios estudados apresentam os seguintes indicadores no setor de serviços, considerando os anos de 2022 e 2023 (Tabela 5).

Tabela 5 – Dados do setor de serviços dos municípios de Guaramiranga/CE, Bananeiras/PB e Gravatá/PE

MUNICÍPIO	SETOR DE SERVIÇOS			
	2022	2023	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA
Guaramiranga/CE	708	829	121	17,1%
Bananeiras/PB	1.140	1.464	324	28,4%
Gravatá/PE	7.032	7.994	962	13,7%

Fonte: Rais (2023).

Nota-se que os três municípios apresentaram uma média de 19% de crescimento em relação ao emprego. Gravatá/PE é o município que apresentou o maior número de empregados no setor de serviços comparativamente aos municípios em estudo. No entanto, em variação relativa, há o crescimento exponencial de Bananeiras/PB referente à formalização dos empregos. Esse crescimento foi também ressaltado durante as arguições, conforme podemos notar no trecho da fala a seguir:

> "Bananeiras seguiu o caminho oposto dos outros municípios. Enquanto havia despedimentos em massa, a cidade de Bananeiras estava recrutando (durante e após a pandemia), isso por conta do aumento da procura para hospedagem na cidade."

A partir dos atributos do trabalho decente formulados pela OIT, conforme explicitado na metodologia, estes foram relacionados ao emprego e ao trabalho no turismo, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e à crise sanitária da Covid-19. As questões, entrevistas, observações diretas *in loco* e abordagens em pesquisa de campo nos três municípios procuraram conhecer e caracterizar o trabalho nos Meios de Hospedagem, Agências de Viagens e Restaurantes. Em seguida, procurou-se aproximar essa caracterização das diretrizes estabelecidas para o trabalho decente e alcance dos ODS. Diante disso, apresentamos os dados baseados nos quatro pilares que orientaram a investigação.

Condições de trabalho e emprego no turismo

Segundo os dados do *Estudio de evaluaciones de riesgo en las empresas del sector del turismo*, realizado pela OMT (1998 *apud* Alves (2021a), os problemas de organização de trabalho nesse setor podem gerar ansiedade, depressão, problemas de saúde física e mental, bem como acidentes laborais. Esse estudo ainda estabelece uma correlação entre a sazonalidade, característica da atividade turística, e a falta de habilidades do trabalhador para exercer sua função. Alguns períodos com baixa produtividade e outros com altíssimo ritmo levam ao adoecimento dos trabalhadores, que acabam por executar suas atividades de maneira pouco eficiente (Alves, 2021).

Para os que se mantêm empregados durante a baixa temporada do fluxo turístico, a instabilidade nos ritmos de trabalho atrapalha a execução das tarefas. Essa instabilidade reforça a precariedade das condições de trabalho no setor, bem como causa adoecimento (International Labour Organization, 2019).

Para os trabalhadores entrevistados, os municípios apresentam um volume significativo de empregos no setor turístico, demonstrando sua relevância para a economia local. No entanto, esses empregos são, em sua maioria, caracterizados pela informalidade, sem garantias trabalhistas. Os trabalhadores enfrentam jornadas

extensas, com carga horária média de 12 horas diárias, baixa remuneração – em torno de um salário mínimo – e somente um dia de folga semanal, obedecendo a uma escala de seis dias de trabalho para um de descanso.

Quando questionados sobre as consequências da pandemia nos empregos do turismo nos municípios, os entrevistados relataram diversas implicações. Além do aglomerado de demissões, citaram que o aumento da carga horária e do volume de trabalho, devido à diminuição de empregados nos estabelecimentos, foi o mais difícil. Como o fluxo de turistas não voltou aos níveis anteriores ao período pandêmico, o número de trabalhadores também permaneceu reduzido, o que resultou em acúmulo de funções entre os que permaneceram empregados.

Outro fator preocupante para os questionados é a sazonalidade do turismo. Durante o período de alta estação, a demanda por mão de obra cresce, mas, ao término desse ciclo, muitos trabalhadores são dispensados. Um dos trabalhadores entrevistados afirmou recorrer a remédios depressivos e que só consegue sair de casa para trabalhar porque necessita do emprego. No entanto, referiu-se a crises de pânico e muita ansiedade no trabalho. A busca pelo sustento de cada dia faz com que as pessoas coloquem a própria saúde e, consequentemente, a vida em risco para responder a essas necessidades (Cañada, 2018).

Em Bananeiras/PB, por exemplo, um entrevistado alega que, ao ser dispensado na baixa temporada, trabalha consertando motos para complementar a renda, enquanto outro afirma que executa serviços de jardinagem e limpa piscinas nas casas dos condomínios fechados. Isso demonstra a falta de segurança no emprego e a inexistência de um trabalho que consiga oferecer condições sociais dignas de vida, contemplando o trabalhador com perspectivas de futuro e de aposentadoria.

A instabilidade dos contratos de trabalho é uma característica recorrente no setor de turismo. Na Espanha, por exemplo, Cañada (2018) estudou o trabalho de camareiras terceirizadas em diversas cidades turísticas do país. Na pesquisa, foi demonstrado como a reforma trabalhista espanhola precarizou ainda mais o trabalho, permitindo subcontratações. Tal fato não deixou de ocorrer no setor hoteleiro daquele país, onde as camareiras viram seus trabalhos serem ainda mais precarizados, gerando insatisfação entre as trabalhadoras, desvalorização da profissão, aumento da quantidade de horas trabalhadas e falta de sindicalização.

Os sujeitos da pesquisa em Gravatá/PE afirmaram que, nos setores de hospedagem, a empregabilidade ocorre por período trabalhado, com contratos que pagam

por tempo determinado[4]. No entanto, nos três municípios, há uma insatisfação geral acerca do excesso de horas e das condições em que trabalham: muitas horas em pé lidando com demandas múltiplas dos hóspedes, como reclamações, reservas, entre outras coisas relativas à ocupação, exigindo mental e fisicamente dos trabalhadores.

A informalidade no setor turístico brasileiro varia significativamente entre as diferentes Atividades Características do Turismo - ACT. As áreas de cultura e lazer apresentam os índices mais elevados, atingindo 67,8%, seguidas pelo setor de alimentação, com 62,1%. Ambos se caracterizam pela baixa exigência de qualificação profissional e pela facilidade de ingresso no mercado com pouco capital inicial. Em contraste, o segmento de transporte aéreo registrou a menor taxa de informalidade, ficando em 6,8% (IPEA, 2019).

Dessa forma, os dados reafirmam as condições do emprego e do trabalho no turismo no Brasil, revelando as amplas necessidades do setor para a melhoria e a aproximação da qualidade do trabalho e da decência na execução de suas atividades.

Capacidade organizativa dos trabalhadores

Os sindicatos na área da hospitalidade são fenômenos raro. Muito embora o setor seja o responsável pelo emprego de mulheres, imigrantes e jovens, onde muitos deles tem o trabalho em meio período ou em períodos da alta temporada, a sindicalização é muito baixa. Parte dessa problemática seria minimizada se essa força de trabalho entendessem a função social dos sindicatos, que vão além dos direitos trabalhistas individuais. De acordo com Zientara, Adamska-Mieruszewska, Bąk (2024), em seu estudo realizado na Inglaterra, a adesão dos trabalhadores aos sindicatos da área da hospitalidade são importantes para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária.

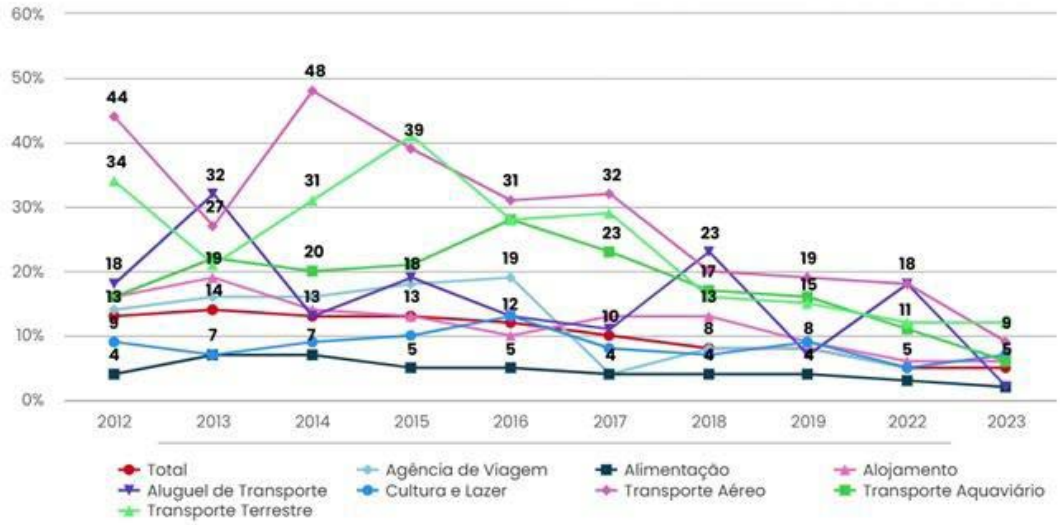
---

4 Tipos de Contratos de Trabalhos: 01 - Por tempo Indeterminado: Contrato padrão, com mais benefícios, como 13º salário, descanso e férias remuneradas, tempo de trabalho máximo de 8 horas por dia, pagamento de horas extras e salário mínimo, seguro-desemprego, 40% sobre valor do FGTS, aviso prévio e rescisão contratual a pedido do trabalhador. 02 - Por tempo determinado Temporário: Contrato estabelecido em tempo exato, com vigência máxima de dois anos, sem possibilidade de prorrogação mais de uma vez. Os direitos dos trabalhadores são reduzidos por não receberem aviso prévio, multa de 40% sobre o FGTS e seguro-desemprego. 03 - Por tempo determinado Intermitente: Contrato estabelecido na Reforma Trabalhista de 2017, permitindo a prestação de serviços de maneira subordinada e não contínua. Com período alterado para horas, dias ou meses. O trabalhador, embora receba os direitos trabalhistas dos temporários, fica em um banco de dados não sabendo quando será sua próxima prestação de serviço. 04 - Trabalho eventual: Contrato realizado por terceiros, no qual a organização não oferece benefícios ou remunera pelo trabalho prestado, mas paga à empresa que terceiriza. Em alguns casos, ocorre a pejotização do trabalho, para desvincular os direitos trabalhistas e reduzir a tributação da folha de pagamento, obrigando o trabalhador a abrir uma empresa. 05 – Teletrabalho: Contrato de trabalho a distância, regulamentado na última reforma trabalhista, podendo ser firmado por tempo determinado e indeterminado, não exige a obrigatoriedade de uma jornada fixa (Paula, 2021b).

A pesquisa revelou que os trabalhadores do turismo nos municípios estudados não possuem sindicatos ativos nem conhecimento sobre a existência de sindicatos. Além disso, não compreendem como funciona a possibilidade de se organizarem coletivamente para reivindicar melhorias trabalhistas. A ausência de representatividade sindical e de articulação coletiva impede que esses profissionais exijam condições mais dignas de trabalho e proteção contra a informalidade e a sazonalidade do setor, como reclamado pelos sujeitos investigados.

De acordo com Cruz (2021), há uma diminuição do papel dos sindicatos e a proletarização do trabalhador. Teberga & Brigulo (2025) afirmam que a adesão aos sindicatos, de maneira geral, tem diminuído significativamente no país, sobretudo após a reforma trabalhista de 2017 (Figura 5), a qual desobriga os acordos e convenções sindicais e aumenta a relação do patrão com o empregado, o que diminuiu o poder dos sindicatos.

Figura 5 – Taxas de sindicalização no setor do turismo



Fonte: Teberga; Brigulio, (2025).

No Brasil, a sindicalização abrange pouco mais de 8% dos trabalhadores. No setor do turismo, ela é ainda menor – cerca de 5% –, indicando o enfraquecimento da sindicalização no setor e dificulta ainda mais a luta pela melhoria das condições de trabalho. Para Harvey, (2004), o papel central da dinâmica do capitalismo é a relação entre o capital e o trabalho. No entanto, atualmente, o problema está no fato de o capital ter muito poder e o trabalho ser muito fraco. E não o oposto.

Diálogo entre empregados, empregadores e governo

Acerca do diálogo existente entre empregados, empregadores e governo, os entrevistados, nos municípios pernambucano e paraibano, relataram haver oferta de cursos de formação e qualificação pelas agências do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nas municipalidades. No entanto, apesar da existência e da gratuidade dos cursos, os sujeitos alegaram não ter disponibilidade para realizar essas formações. Outro fator apresentado para justificar a falta de formação dos trabalhadores é que, mesmo não tendo estudos na área, conseguiram o emprego. Sendo assim, apresentam pouco interesse em se especializar.

Essa falta de investimento na formação dos trabalhadores prejudica não somente a qualidade do serviço oferecido, mas também as perspectivas de crescimento profissional e de melhoria das condições laborais no setor. Quando a qualificação do trabalhador acontece, ela não é valorizada: não há contrapartida em forma de benefícios e incentivos. Tendo em vista os estudos realizados por Alves (2021b), há um desconhecimento sobre a formação em turismo. Os trabalhadores entrevistados pela autora relataram que iniciaram suas atividades sendo treinados pelos próprios colegas e que aprenderam seu ofício ao executá-lo, sem terem sido preparados previamente em alguma formação.

Essa mesma realidade foi constatada no decorrer desta pesquisa. Os entrevistados, em sua maioria, relataram não ter formação na área e ter aprendido as habilidades para executar sua ocupação por meio da prática e do auxílio de colegas mais experientes.

Essa falta de incentivo à formação e à qualificação do profissional, ou a opção por contratar profissionais não qualificados, demonstra a busca, por parte dos proprietários dos empreendimentos, pela redução de custos com funcionários e pela facilidade de gerenciá-los. Quanto menor a necessidade de treinamento, mais barato fica o empregado (Cañada & Sud, 2021).

Em Guaramiranga/CE, no entanto, encontramos o oposto. Todos os entrevistados (Tabela 1) relataram ter formação na área. Tal fato pode ser explicado pela presença do Instituto Federal do Ceará, que oferece gratuitamente o curso de Técnico em Hospedagem e em Restaurante e Bar no município. Além disso, o campus do IFCE possui um hotel-escola que oferece formação prática ao alunado, sendo um dos poucos com essa oferta na região.

Direito à Saúde e ao Descanso

Os dados levantados indicam que os trabalhadores do turismo enfrentam dificuldades significativas para garantir momentos de descanso e lazer. Muitos relataram que o único momento de pausa e descanso ocorre durante o sono, enquanto dormem.

Para as mulheres, essa realidade se torna ainda mais desafiadora, pois, além da jornada exaustiva de trabalho, ao chegarem em casa, assumem responsabilidades domésticas, como o cuidado com os filhos, a limpeza da casa e outras atividades. Quando inquiridos sobre quantas vezes vão ao médico ou se realizam exames com regularidade para verificar se estão bem de saúde, todos os entrevistados alegaram que raramente procuram atendimento médico, indo somente quando adoecem. A prática de cuidado preventivo com a saúde não foi relatada.

Apesar da precariedade do trabalho formal, a pesquisa também identificou uma dimensão positiva: a presença do **trabalho criativo**. Muitos trabalhadores encontram no turismo uma forma de expressão artística e cultural, engajando-se em atividades como música, artesanato, teatro e produções manuais. Esse tipo de trabalho, além de gerar renda complementar, representa uma alternativa que pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural local e para a diversificação da oferta turística.

Em Guaramiranga/CE, por exemplo, a presença da ONG AGUA é um grande catalisador dessas habilidades e criatividades, sendo mencionadas por muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores a prática de instrumentos musicais e a participação em grupos de apresentações teatrais, em razão do envolvimento com o AGUA. Já em Bananeiras/PB, a feira agroecológica promovida pela UFPB permitiu que muitos moradores vendessem seus produtos – desde frutas e verduras até artesanato e peças em madeira. Em Gravatá/PE, o polo moveleiro e a Estação do Artesanato funcionam como vitrines do que é produzido pela população local, incentivando a continuidade de algumas práticas sociais e culturais e promovendo a socialização da comunidade.

O trabalho criativo incentivado nos municípios representa uma aproximação considerável das localidades com o oitavo ODS, sobretudo com a meta 8.9. O papel do artesanato na cultura material e sua relação direta com o território são aspectos importantes que o caracterizam como uma produção associada ao turismo. Além disso, a presença de turistas abre oportunidades para mudanças decorrentes dessa troca comercial, como a chegada de investidores externos, o aumento das encomendas e das vendas.

Considerações finais

O presente estudo permitiu uma análise das dinâmicas do trabalho no setor turístico em três cidades do interior do Nordeste brasileiro – Guaramiranga/CE, Gravatá/PE e Bananeiras/PB – sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico sustentável.

Dentre os principais achados, observou-se que o turismo, apesar de ser um importante vetor de promoção da economia local, ainda enfrenta desafios significativos relacionados à qualidade do emprego e à sustentabilidade social do trabalho. A informalidade, a sazonalidade e a precariedade das condições laborais são elementos recorrentes nesses destinos, comprometendo a segurança econômica dos trabalhadores do setor. O fato de muitos profissionais enfrentarem jornadas extensas, com baixa remuneração e poucas garantias trabalhistas, demonstra a necessidade de uma ação mais efetiva por parte dos poderes públicos, empresários, turistas e dos próprios trabalhadores, a fim de promover o trabalho decente no setor turístico.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou a relevância do turismo criativo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e a valorização da identidade cultural local. Iniciativas voltadas à promoção do artesanato, da gastronomia regional e de eventos culturais têm potencial para fortalecer as economias locais e gerar oportunidades de emprego mais sustentáveis, conforme preconizado pelo ODS 8. No entanto, essas iniciativas precisam ser ampliadas e melhor estruturadas, garantindo maior apoio por parte dos gestores públicos e dos empresários do setor.

Outro aspecto importante é a implementação de políticas públicas que incentivem a sustentabilidade do turismo, com medidas que estimulem o consumo de produtos locais, a redução da sazonalidade do setor e a ampliação da oferta de atividades turísticas que valorizem a cultura regional. Incentivos fiscais e linhas de financiamento para pequenos empreendedores do setor turístico também podem contribuir para a dinamização da economia local e para a geração de empregos mais dignos.

As restrições de tempo e logística para realizar uma pesquisa em três estados diferentes limitaram o aprofundamento dos dados no setor de restaurantes e bares, o que dificultou a obtenção de uma dimensão real do que ocorre nas três atividades características do turismo inicialmente propostas. Como sugestão para futuras pesquisas, seria interessante compreender essa dinâmica e aprofundar os questionários por entrevistas em profundidade.

Por fim, é imprescindível que o turismo seja pensado dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo, alinhado aos princípios da sustentabilidade e do trabalho decente. Isso implica não só a geração de empregos, mas também a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, a valorização das culturas locais e a promoção de um turismo mais justo e inclusivo.

O turismo no interior do Nordeste brasileiro apresenta um grande potencial de crescimento, mas, para que esse crescimento seja efetivamente sustentável, é fundamental haver um compromisso conjunto entre setor público, iniciativa privada e comunidade local. Assim, será possível transformar o turismo em uma atividade verdadeiramente inclusiva, que beneficie não somente os visitantes, mas também aqueles que fazem do turismo sua principal fonte de renda e sustento.

Referências

ALARCÓN, D. M. Turismo e Gênero na Agenda 200 - Rumo ao Trabalho Digno. **Centro de Pesquisa e Formação - Edição Especial**, p. 109-130, 2021.

ALARCÓN, D. M.; COLE, S. No sustainability for tourism without gender equality. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 903-919, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1588283.

ALENCAR, A. **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Um estudo de caso em Gravatá, Pernambuco. 2007.

ALVES, K. dos S. Saúde e adoecimento no mundo do trabalho em turismo. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 1, n. 1, p. 131-150, 2021.

ANNA, S. *et al*. Quem Acolhe aos que Acolhem? Trabalho Decente como Ethos da Hospitalidade Organizacional na Hotelaria. **Rosa Dos Ventos**, v. 13, n. 1, p. 50-62, 2021.

ANOWAR, M. *et al*. Tourism for sustainable development goals (SDGs) achievement in Bangladesh. **BJPA**, v. 29, n. 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.36609/bjpa.v29i2.224.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: **La Ciudadania Negada. Politicas de Exclusion en la Educaión y el Trabajo**, p. 35-48, 2000.

BAUM, T. International Perspectives on Women and Work in Hotels, Catering and Tourism. 2013.

BAUM, T.; KRALJ, A.; ROBINSON, R. N. S.; SOLNET, D. J. Tourism workforce research: A review, taxonomy and agenda. **Annals of Tourism Research**, v. 60, p. 1-22, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.04.003.

BRASIL, M. do T. **Relatório de atividades turísticas**: Guaramiranga-CE. 2023a.

BRASIL, M. do T. **Relatório de Atividades turísticas**: Gravatá-PE. 2023b.

BRASIL, M. do T. **Relatório de atividades turísticas**: Bananeiras-PB. 2023c.

CAÑADA, E.; SUD, A. Trabajo turístico y precariedad. *In*: **Turistificación global. Perspectivas críticas en turismo**. p. 267-287, jan. 2021.

CAÑADA, E. Too precarious to be inclusive? Hotel maid employment in Spain. **Tourism Geographies**, v. 20, n. 4, p. 653–674, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/14616688.2018.1437765.

COSTA, C. *et al*. Gender, flexibility and the 'ideal tourism worker.' **Annals of Tourism Research**, v. 64, p. 64–75, 2017. DOI: https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.03.002.

COSTA, J. C. da *et al*. Trabalho (in)decente no turismo: reflexões para a construção de uma agenda de pesquisa. Rosa Dos Ventos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo**, v. 13, n. 4, p. 1213-1233, 2021.

CRUZ, R. de C. A. da. Trabalho no Turismo: reflexões acerca do caso brasileiro. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, p. 76-89, 2021.

CUNHA, A. A Crise Financeira Global: em busca de um novo Bretton Woods. **II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, p. 1-20, 2009.

FERGUSON, L. Current Issues in Tourism Promoting gender equality and empowering women ? Tourism and the third Millennium Development Goal. v. 3500, 2011.

FERGUSON, L.; ALARCÓN, D. M. Gender and sustainable tourism : reflections on theory and practice. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 3, p. 401–416, 2015.

FERNANDES, N. Economic effects of coronavirus outbreak (COVID-19) on the world economy. *In*: **SSRN**, v. 1, n. 2, 2020.

FONSECA, M. A. P. da; TODESCO, C.; SILVA, R. C. da. **A interiorização do turismo no Brasil**. 1. ed. Letra Capital, 2022.

FUENTES, M. C.; MACHADO, R. A. S. Examples of "land stewarship" in Brazil. The "Projecto Sempre Viva" (Mucugê-Bahia). **Anales de Geografia de La Universidad Complutense**, v. 36, n. 1, 2016.

GUIMARÃES, C.; SILVA, J. Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. **Tourism Management**, v. 52, p. 440-450, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.07.003.

Harvey, D. (2004). *El nuevo imperialismo* (p. 178).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, I. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo no Brasil**. IPEA, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, I. **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo** – SIMT, 2019.Disponível em:**https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html.** Acesso em 04 de Abril de 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, I. **The rules of the game**: an introduction to the standards-related work of the International Labour Organization. 4. ed. Centenary Edition, 2019.

IOANNIDES, D.; GYIMÓTHY, S.; JAMES, L. From liminal labor to decent work: A human-centered perspective on sustainable tourism employment. **Sustainability**, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/su13020851.

KIM, K.; UYSAL, M.; SIRGY, M. J. How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? **Tourism Management**, v. 36, p. 527–540, jun. 2013.

KOSTIĆ, M.; JOVANOVIĆ-TONČEV, M. Importance of sustainable tourism. **Proceedings of the 1st International Scientific Conference - Sinteza 2014**, p. 722–725, 2014.

LADKIN, A. Exploring tourism labor. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 3, p. 1135–1155, 1 jul. 2011.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, lógica Dialética**. 1969.

MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; PASSOLD, A. J. Coping with the effects of tourism in natural areas. *In*: **Tourism and Protected Areas in Brazil**: Challenges and Perspectives, 2018.

MARUJO, M. N.; CARVALHO, P. C. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório de impacto da pandemia de Covid-19 nos setores de turismo e cultura do Brasil**, 2021. 40 p.

PAULA, A. T. de. Contrato intermitente no turismo: tendência em tempos de pandemia e pós-pandemia? **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, v. 13, 2021.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**: O trabalho como motor do desenvolvimento humano. 2015b.

POCHMANN, M. Turismo na sociedade de serviços e no tempo da globalização. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 1, n. 1, p. 36-55, 2021.

RAVJAK, L.; RODRIGUES, G.; SOARES, V. Trabalho Intermitente: uma análise comparada. **O Social em Questão**, v. 1, p. 11-34, 2022.

ROBINSON, R. N. S. *et al*. Sustaining precarity: critically examining tourism and employment. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 1008-1025, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1538230.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. EDUSP, 2008.

SANTOS-ROLDÁN, L. *et al*. Sustainable Tourism as a Source of Healthy Tourism. **Public Health International Journal of Environmental Research and**, v. 17, n. 5353, p. 1-14, 2020. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph17155353.

SHARPLEY, R. Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 11, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732.

SIMÃO, P.; BREDA, Z. Gender and leadership in the tourism sector: The case of the restaurants industry in the city of Aveiro, Portugal. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 21, n. 22, p. 341-352, 2014.

SOARES, É. B. S.; EMMENDOEFER, M. L. Por um turismo sustentável? Uma análise à luz das abordagens de desenvolvimento no planejamento público do turismo em Minas Gerais (2007-2010). **Abet**, v. 1, n. 2, p. 15-28, 2011.

TEBERGA, A.; BRIGULIO, B. **Albasud - Brasil**: O que explica a baixa sindicalização no setor de turismo e hospitalidade? 18 fev. 2025. Disponível em: https://www.albasud.org/blog/pt/1794/brasil-o-que-explica-a-baixa-sindicalizacao-no-setor-de-turismo-e-hospitalidade. Acesso em: 04 de abril de de 2025.

WINCHENBACH, A.; HANNA, P.; MILLER, G. Rethinking decent work: the value of dignity in tourism employment. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 1026–1043, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1566346.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. [s.l: s.n.].

UNWTO. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030**. UNWTO ed. Madrid: World Tourism Organization (UNWTO), 2018.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. **Travel and Tourism Global Economic Impact and Trends - 2019**. 2019.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. Travel & Tourism Economic Impact 2021. *In*: **Global Economic Impact & Trends 2021**, 2021a.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. **Trending in travel. Emerging consumer trends in Travel & Tourism in 2021 and beyond**. nov. 2021b.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL **Travel & Tourism Economic Impact 2017**. 2017.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL.**Unlocking Opportunities for Travel and Tourism Growth in Latin America.** (2024).

Capítulo 9

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap09

SUSTENTABILIDADE, MERCADO IMOBILIÁRIO E TURISMO NA ESCALA LOCAL: GRAVATÁ/PE E GUARAMIRANGA/CE

Ricardo Rayan Nascimento Rocha[1]
Matheus Filipe Dias Davi[2]

Introdução

Cidades turísticas de grande, médio e pequeno porte, na escala internacional e nacional, testemunham eventos/fenômenos globais que incidem localmente de forma singular. No cenário turístico brasileiro, esse panorama é evidenciado na materialização do turismo, tratando-se de uma condição metodológica elegê-los para a interpretação desse fenômeno socioespacial. Afinal, "a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados" (Santos, 2002, p. 315) faz parte do diálogo que buscamos estabelecer neste capítulo para entender as lógicas globais que intervêm na escala local dos lugares turísticos.

O turismo constitui prática social que possui um pano de fundo histórico que o explica e que, portanto, nos permite traduzi-lo. As condições político-econômicas do capitalismo no período de "transição" do modelo de produção fordista à acumulação flexível reestruturaram a dinâmica do turismo no contexto global, mas, principalmente, local, protagonizando tal instância a partir de aspectos como singularidade na segmentação de lugares turísticos (Brandão, 2009). Em contraponto ao turismo de massa, esse turismo "pós-fordista", na reflexão de Harvey (1996, p. 148) sobre a condição pós-moderna da sociedade contemporânea, "celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais", embora a massificação e a estandardização sejam características que ainda predominam a lógica do mercado turístico global.

1 Mestre. Doutorando em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4058452686100591. E-mail: ricardo.rocha.037@ufrn.edu.br

2 Estudante de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4728067083994005. E-mail: matheusdavi001@gmail.com.

De forma concomitante, outro tema subjacente à discussão atual desse fenômeno socioespacial é o paradigma da sustentabilidade, que, para Irving *et al*. (2005, p. 02), "em sua perspectiva global, se consolida como um dos temas centrais, na atualidade, no debate do turismo como fenômeno complexo". Resulta de ações desenvolvidas entre Estados, movimentos sociais e estudiosos que resultaram no conceito de Desenvolvimento Sustentável, proposta de conciliação entre o presente e o futuro no que se refere às dimensões econômica, ambiental e sociocultural (Brundtland, 1991).

No turismo brasileiro, o impacto é estrutural para os destinos turísticos, seja pela ação do Estado na concepção e implementação de políticas públicas de turismo sob a tônica do "regional-local", como o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que promoveu a interiorização do turismo, seja por meio do surgimento de novas estratégias mercadológicas das empresas turísticas e da comunidade local para "materializar" o discurso desse ideário.

A influência do paradigma da sustentabilidade no turismo é significativa tanto nos estudos turísticos que, direta e/ou indiretamente, são afetados por essa dimensão de análise, como nos destinos diversos que tentam absorver tal ideário em suas atividades turísticas. Atualmente, como consequência da Agenda+30, que aponta o turismo como um dos setores centrais para o "desenvolvimento social, econômico e proteção ambiental em prol do Desenvolvimento Sustentável" (Traverso *et al*., 2023; Abdou *et al*., 2020), está em voga a Agenda 2030, pactuada por 193 países (inclusive o Brasil), em que o turismo está pautado, de forma central, em 3 (três) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: (ODS 8) – Promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (ODS 12) – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e (ODS 14) – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

A ocorrência da pandemia da Covid-19 foi um evento catalisador e de resgate da sustentabilidade enquanto paradigma, pois nos confirmou a "insustentabilidade dos modos de ser e existir em sociedade" (Irving *et al*., 2024, p. 74). Com o fechamento das fronteiras internacionais, o turismo ficou mais restrito ao turismo doméstico, contribuindo para o maior protagonismo de cidades turísticas de médio e pequeno porte. Se, por um lado, ocorreu o fortalecimento do turismo na escala local sob o discurso da sustentabilidade, por outro, houve o "aquecimento" do mercado imobiliário-turístico, mesmo em tempos de crise sanitária (Todesco, Fonseca e Fonseca, 2021).

O "aquecimento" do mercado imobiliário-turístico de cidades de médio e pequeno porte, durante e após a pandemia da Covid-19, vem sendo dinamizado pelo processo de plataformização da sociedade, que, nas palavras de Srnicek (2018),

se convenciona como a fase atual do capitalismo: o capitalismo de plataforma. A plataformização do turismo vem sendo debatida, principalmente, por meio da atuação da plataforma Airbnb, que vem criando dinâmicas locais nos territórios turísticos.

Conforme Bicalho (2022), durante a pandemia da Covid-19, cidades serranas/interioranas do Nordeste brasileiro, de pequena escala, como Guaramiranga/CE e Gravatá/PE, tiveram suas atividades turísticas fortalecidas, mediante o "aquecimento" do mercado imobiliário-turístico tradicional (compra e venda de imóveis). Junto a esse cenário, percebemos que esse mercado imobiliário-turístico vem sendo mediado por plataformas digitais como o Airbnb e, com isso, vem nos apresentando novas questões de análise do turismo local.

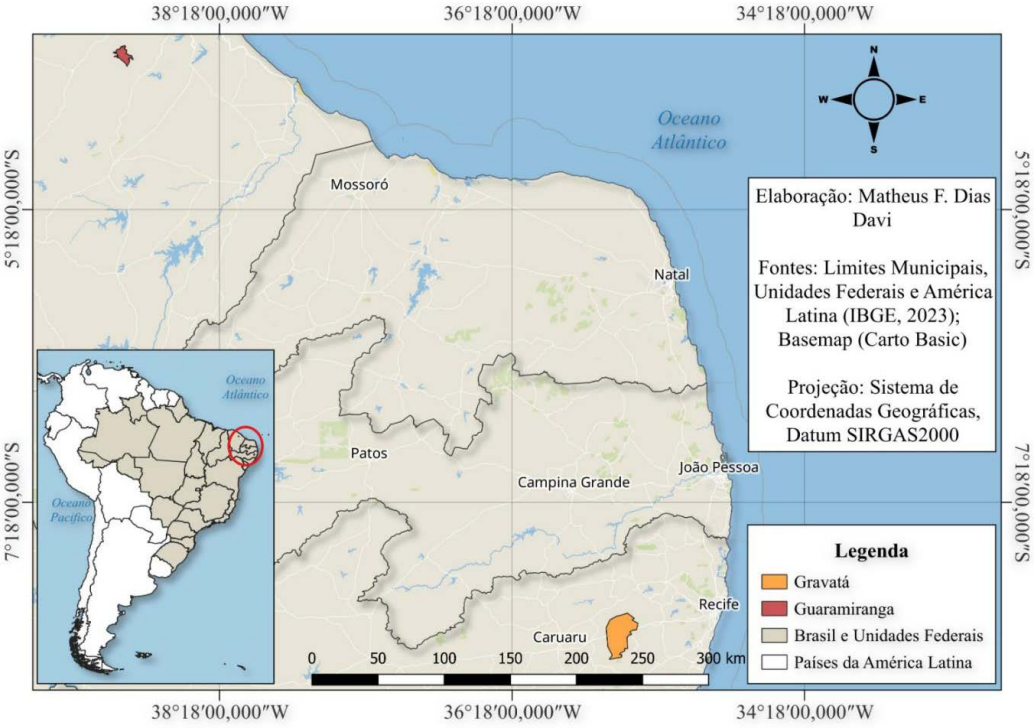
Com desdobramentos ora singulares ora similares, esses municípios refletem a dialética global-local estabelecida pela disseminação do paradigma da sustentabilidade e pelas mudanças ocorridas no capitalismo que recaem como elementos de análises na escala local do turismo. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir os indicadores de sustentabilidade de Gravatá e Guaramiranga diante da expansão do mercado imobiliário.

Este capítulo tematiza como cidades turísticas do interior do Nordeste brasileiro – tanto Gravatá, como Guaramiranga – vêm repercutindo imbricações postas entre turismo, mercado imobiliário e sustentabilidade, considerando os novos acirramentos mediados pela transição digital do capitalismo informacional. Se, por um lado, alguns destinos turísticos têm buscado absorver e materializar o ideário da sustentabilidade ao criar estratégias de contenção do desenvolvimento desenfreado, por outro, também se observa a dinamização do mercado imobiliário-turístico tradicional por meio do avanço de plataformas de hospedagem.

Metodologia

O recorte espacial (Figura 01) deste estudo refere-se a Gravatá, em Pernambuco, e Guaramiranga, no Ceará, municípios de médio e pequeno porte, com similaridades e singularidades espaciais no tocante à discussão proposta sobre sustentabilidade, mercado imobiliário e a escala local do turismo.

Figura 01 – Mapa de localização dos municípios do recorte espacial do estudo



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O município de Gravatá, localizado no estado de Pernambuco, está situado na área central do agreste pernambucano e trata-se de uma cidade de médio porte (em termos populacionais). Com "clima de montanha" e temperatura que varia de 15°C a 24°C no inverno, o crescimento urbano e o processo de turistificação de Gravatá estão próximos a lugares/zonas de altitude média e clima ameno, devido ao intenso processo de "condominização" do município.

Quanto ao município de Guaramiranga, trata-se do menor município do estado do Ceará e, assim como Gravatá, tem o clima ameno – a ponto de ter a alcunha de "Suíça cearense" – e, turisticamente, tem atividades conexas aos aspectos naturais e culturais locais. Está inserido na Área de Proteção Ambiental - APA Serra de Baturité, necessitando que o turismo se associe às ações que apoiem a preservação e conservação ambiental por parte de agentes locais envolvidos.

A partir de literatura internacional e nacional acerca dos desdobramentos atuais entre turismo, sustentabilidade e mercado imobiliário à luz da plataformização do capitalismo, realizou-se um estudo exploratório em Gravatá e Guaramiranga que, conforme ressaltado por Zikmund (2000 *apud* Oliveira, 2011, p. 21), são particularmente

úteis quando se busca diagnosticar situações desconhecidas, investigar alternativas ainda não estudadas ou descobrir novas perspectivas sobre um determinado fenômeno. Essa natureza exploratória é crucial, pois permite ao pesquisador uma maior flexibilidade e abertura para a descoberta de novas ideias e entendimentos, algo que seria difícil de alcançar com abordagens mais rígidas e estruturadas. Além disso, conforme argumentado por Aaker, Kumar e Day (2004 *apud* Oliveira, 2011, p. 21), as pesquisas exploratórias frequentemente se valem de abordagens qualitativas devido às suas capacidades de capturar nuances, contextos e profundidades que as quantitativas não conseguem apreender adequadamente, como defendido por Gil (1999 *apud* Oliveira, 2011, p. 24).

Para a discussão proposta, foram utilizados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS para mensurar o nível de aderência da sustentabilidade nos municípios turísticos que compõem o recorte do estudo. Com isso, foram analisados atributos, indicadores, classificação, dentre outras informações contidas no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC, instituição brasileira responsável pela coleta de dados no que se refere aos ODS em cidades nacionais.

Quanto ao mercado imobiliário, foram levantados dados no *Airdna.com*, banco de dados em nível global que disponibiliza informações quantitativas sobre a atuação de imóveis comercializados por meio de plataformas digitais como o Airbnb em cidades com maior densidade de anúncios. Para estabelecer correlações, levantou-se o histórico temporal de Domicílios de Uso Ocasional - DUO, entre os anos de 2000 e 2022, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A conjugação desses dados nos permite pressupor como o mercado imobiliário voltado para o turismo vem se delineando em Gravatá e Guaramiranga.

Os dados turísticos foram coletados no Mapa do Turismo, acerca de clusters, estimativa de fluxo, quantidade de meios de hospedagem, empregos gerados por esse setor e dados sobre arrecadação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS. Também buscaram-se, no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur e no DataSebrae dados sobre a quantidade de agências de viagens e meios de hospedagem cadastrados.

Para a coleta de dados primários, foram realizadas 2 (duas) pesquisas de campo nos municípios de Gravatá e Guaramiranga e aplicadas 3 (três) entrevistas semiestruturadas, sendo 2 (duas) com as secretarias de Turismo dos respectivos municípios e 1 (uma) com um agente que compõe o mercado imobiliário de Guaramiranga. Além disso, foram realizadas anotações de campo e registros fotográficos para a composição da análise dos dados.

Essa operacionalização do estudo *in loco*, aliada à discussão teórica, propiciou observar a aderência dos ODS na dinâmica do turismo em nível local, que vem sendo disputado, direta e/ou indiretamente, pelo mercado imobiliário à luz de plataformas de hospedagem como a plataforma Airbnb.

Turismos e sustentabilidades na era do capitalismo de plataforma

Ao considerarmos o turismo como prática social que reflete a essência e a dinâmica do modo de produção capitalista, as destinações turísticas podem ser entendidas como produtos e condição do processo geral de reprodução, conforme apontado por Carlos (2008; 2011).

O turismo, de ampla relevância global, desempenha um papel importante no que concerne à dinamização econômica e ao desenvolvimento regional, constituindo-se importante atividade econômica, capaz de gerar renda e emprego (Porsse & Rabahy, 2013 *apud* Rabahy, 2020, p. 2). Nesse contexto, o turismo expressa as mudanças no capitalismo e, ao mesmo tempo, impulsiona as transformações econômicas, sociais e culturais em diversas escalas.

Quanto ao seu percurso histórico, sobretudo a partir da década de 1990, um dos fios condutores centrais para a análise do turismo é a construção e busca pela materialização do paradigma da sustentabilidade, que, como destaca Irving (2018, p. 23), "está impressa, irreversivelmente, na dinâmica contemporânea". Com impactos negativos gerados nos atrativos naturais e culturais por conta da massificação dos destinos turísticos, sob a égide do turismo "moderno", novas possibilidades de fazer turismo (ecoturismo, turismo rural etc.), na perspectiva da "pós-modernidade", surgem como resposta ao ideário da sustentabilidade, resultando em multiterritorialidades turísticas.

Essa reestruturação do mercado turístico é reflexo do que Coriolano (2013, p. 134) teoriza sobre o desenvolvimento turístico, compreendendo-o como "contraponto ao desenvolvimento globalizado, realçando o local, o conhecimento, as organizações cooperativas e participativas como resistência ao global", bem como do paradigma da sustentabilidade (diluído em terminologias como economia solidária, economia criativa, cooperativismo, dentre outras).

Por se tratar de uma temática polissêmica e que adentra diversas dimensões da sociedade, a sustentabilidade se constitui conceito, paradigma e/ou projeto de sociedade em constante redefinição, principalmente no contexto atual em que se acirram as contradições do capitalismo digital.

Entre as críticas sobre o conceito da sustentabilidade, aponta-se seu aspecto genérico, abrangente e redutivo, sem considerar as singularidades do lugar (turístico) (Gabrielli, 2017). Para Veiga (2010, p. 165), ao se questionar como definir sustentabilidade, é categórico em dizer que "não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse", constituindo-se conceito e/ou paradigma em constante disputa por diversos agentes (Estado, empresas, movimentos sociais, áreas de produção de conhecimento etc.).

À medida que há uma multiplicidade de abordagens sobre sustentabilidade, o turismo acompanha tal característica. Para Irving (2018, p. 30), a noção de turismo aliada à sustentabilidade não se reduz a uma "forma especial de turismo, pois todas as formas de turismo deveriam ser, em tese, sustentáveis". Nessa perspectiva, um dos dilemas da contemporaneidade dos lugares onde o turismo atua como setor produtivo é pensar como operacionalizar o ideário da sustentabilidade turística (principalmente quando se pensa as dimensões econômica e sociocultural) na fase atual do capitalismo digital.

Essa fase atual, nomeada por Srnicek (2018) de "capitalismo de plataforma", vem sendo construída a partir do poderio político-econômico, não mais apenas dos Estados, mas também de corporações tecnológicas (*Google, Facebook, Amazon, Apple e Microsoft*) e plataformas digitais (Airbnb, Uber, iFood etc.), no contexto global. No turismo, identifica-se a plataforma Airbnb como recorte temático a ser discutido, devido aos desdobramentos gerados em destinos turísticos de grande porte, como Paris, Barcelona, Nova Iorque, dentre outros.

Balizada pela noção de "economia compartilhada" (Slee, 2017), a plataforma Airbnb pode ser entendida como "uma ferramenta on-line que oferece uma nova maneira de hospedagem para usuários no mundo todo, conectando pessoas que oferecem seus imóveis (ou partes deles) para aluguel em curtas temporadas com pessoas que têm interesse em se hospedar, através da Internet" (Souza, Leonelli, 2021, p. 487), e vem se apresentando como temática de estudo devido às suas implicações, como a falta de regulação estatal, encarecimento de imóveis, gentrificação turística, massificação de destinos turísticos e transformação de cidades com a finalidade apenas de "negócio".

Fato é que, apesar de estarmos nos referindo a um processo de plataformização que surge na escala global em que plataformas como o Airbnb vêm desencadeando novas dinâmicas socioespaciais nos lugares turísticos, podemos capturar resquícios de tal verticalidade em cidades turísticas de médio e pequeno porte, reafirmando a dialética global-local. Nesse contexto, questiona-se como a dinâmica local do turismo está imbricada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e

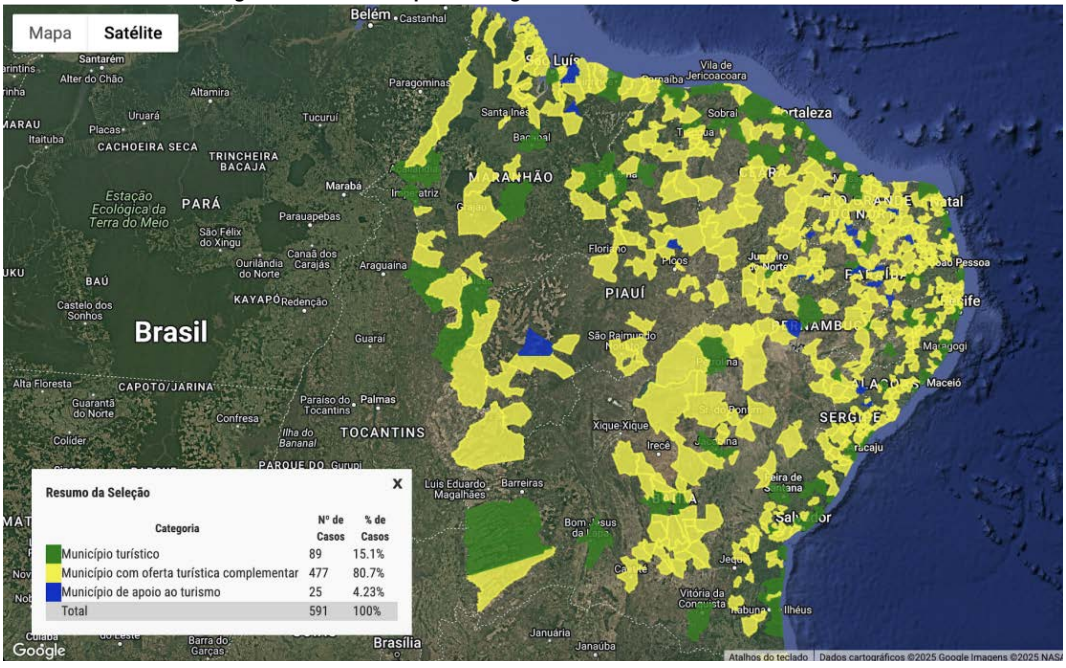
com o processo de plataformização, por meio do Airbnb, tendo em vista o caráter complexo do uso do território pelo turismo.

A escala local do turismo

Dantas e Alves (2016, p. 8) observam que o Nordeste brasileiro se constitui em "um dos principais lócus de desenvolvimento da atividade no país", constituindo novos espaços de acúmulo de capital em sua faixa litorânea desde o final do século XX, a partir da criação de novas materialidades (infraestrutura urbana turística, serviços diretos e indiretos do turismo etc.) e simbolismos (distanciamento da imagética da pobreza e da seca nordestina) (Dantas, 2008).

Podemos identificar o "regional-local" como escala intermediadora na concepção e implementação de políticas públicas no contexto brasileiro. Ações mediadas pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) impactaram o turismo nordestino ao alcançar uma maior diversidade de municípios turísticos de médio e pequeno porte, localizados no interior do Nordeste (Figura 02). Esse fenômeno é observado por Fonseca, Todesco e Silva (2022) ao analisar como ocorre a interiorização do turismo no contexto brasileiro (figura 02).

Figura 02 – Municípios categorizados do Nordeste brasileiro



Fonte: printscreen do Mapa do Turismo Brasileiro (2025).

No Nordeste brasileiro, o turismo se manifesta de forma heterogênea, considerando os diferentes níveis de atuação dessa atividade no contexto regional-local. Em ordem decrescente, predominam os municípios com oferta complementar com 477 (80,7%), ou seja, com nível de gestão e desenvolvimento turístico de média expressão; 89 municípios turísticos (15,1%) e 25 (4,23%) municípios de apoio turístico. Com a pandemia da Covid-19, o governo federal, através do *Guia de Retomada Econômica do Turismo* (MTUR, 2021), orientou estrategicamente o incentivo ao turismo doméstico e de curta duração, favorecendo as destinações turísticas locais/de pequeno porte e atraindo investimentos público-privados.

Analisando as ações estatais de turismo no período da pandemia da Covid-19, Santos, Campos e Rodrigues (2024) observam que a política federal de turismo conjecturou, em 2021, os segmentos de turismo de natureza e "turismo de proximidade" como prioritários de turistas e/ou visitantes. Embora o turismo pós-Covid tenha se normalizado no contexto global, podemos inferir que, na escala regional, lugares com "turismo de serra" e/ou "turismo rural" (ambos associados à sustentabilidade), dotados de atrativos naturais e socioculturais, ganharam impulso a partir da expansão do mercado turístico-imobiliário no interior do Nordeste.

Cidades turísticas de médio e pequeno porte do interior do Nordeste como Guaramiranga/CE, no Ceará, e Gravatá, em Pernambuco, são exemplos de lugares turísticos impulsionados na pós-pandemia. Acerca do contexto socioeconômico desses municípios, Guaramiranga e Gravatá possuem o seguinte cenário apresentado na tabela 01:

Tabela 01 – Dados socioeconômicos de Guaramiranga e Gravatá

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2022)*	HIERARQUIA URBANA*	PIB PER CAPITA (R$)*	IDHM (2010)*	IFDM**	EMPREGO (POP. OCUPADA)*	EDUCAÇÃO (TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO)*
Guaramiranga	5.654	Centro Local	15.847,79	0,637	0.6705	21,37 %	97,6 %
Gravatá	86.516	Centro de Zona A (4A)	15.938,31	0,634	0,6312	16,38 %	97,2 %

Fonte: *IBGE (2022), **IFDM (2016).

O turismo se espacializa mediante desigualdades socioespaciais já existentes, ora diminuindo-as, ora fortalecendo-as (Rocha, Costa e Fonseca, 2023). Nessa perspectiva,

a centralidade urbana que cada município possui se relaciona, de forma direta e/ou indireta, com o papel que o turismo expressa nessas centralidades.

Enquanto Guaramiranga, menor município do Ceará, com 5.654 habitantes, constitui-se como Centro Local, última posição na hierarquia urbana brasileira, Gravatá, com 86.516 habitantes, apresenta-se como Centro de Zona A (4A), posição superior[3].

Quanto aos dados do PIB *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – referentes a emprego e renda, educação e saúde[4] –, os dois municípios apresentam cenários similares.

Quanto ao panorama turístico desses municípios, Gravatá possui melhor posicionamento comparado a Guaramiranga:

Tabela 02 – Indicadores turísticos de Guaramiranga e Gravatá

INDICADORES TURÍSTICOS	GUARAMIRANGA	GRAVATÁ
Cluster	C	B
MH - Mapa do Turismo	43	18
MH - Cadastur	25	9
Airbnb (anúncios)	400	1.100
Média de Empregos (MH)	750	270
Fluxo Nacional (Estimativa de 2021)	58.611	211.852
Fluxo Internacional (Estimativa de 2017)	676	634
Agências de Viagens (Cadastur)	2	7

Fonte: Mapa do Turismo - MTUR (2024); Cadastur 2024/2º Trimestre; DataSebrae (2024); Airdna (abril/2025).

É relevante situar a dificuldade de representação do turismo por meio de dados/informações quantitativas, seja pela natureza espacial do fenômeno turístico, seja pelo déficit de banco de dados turísticos sobre o turismo brasileiro.

Os dados revelam que Guaramiranga se destaca quanto à média de empregos gerados em MH e ao fluxo internacional, enquanto Gravatá protagoniza as outras

3 O IBGE classifica a rede urbana brasileira através da hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis: 1. Metrópoles, 2. Capitais Regionais, 3. Centros Sub-Regionais, 4. Centros de Zona, 5. Centros Locais.

4 O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde" (IFDM, 2023). Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/.

variáveis (quantidade de MH, quantidade de anúncios no Airbnb, fluxo nacional e quantidade de agências de viagens). Na escala estadual de Pernambuco, Gravatá ocupa a 4ª posição no ranking de municípios turísticos quanto à demanda turística interna (PRT, 2025). O município de Guaramiranga, por sua vez, possui fluxo nacional de 58.611 turistas/visitantes, ocupando a 2ª posição no estado do Ceará quanto a esse aspecto.

Acerca da demanda externa, os dados demonstram que ambos os municípios possuem números irrisórios, ratificando a lógica intrarregional do turismo em nível local. Sobre os dados meios de hospedagem, sejam os dados do Mapa do Turismo, sejam do DataSebrae, eles ratificam a realidade de destinações turísticas do interior do Nordeste, que possuem uma incipiente oferta desses equipamentos, centrais para a entrada e permanência de turistas/visitantes.

Nesse contexto, o que chama atenção como fenômeno recente é a presença de plataformas como o Airbnb nesses municípios, os quais apresentam incipiente quantitativo de meios de hospedagem de cunho tradicional, enquanto os imóveis plataformizados por meio do Airbnb são bem expressivos, ratificando a atuação das plataformas de hospedagem como recorte de análise a ser considerado na contemporaneidade dos destinos turísticos interioranos do Nordeste.

A expansão da produção imobiliária e domicílios de uso ocasional

Para Fonseca e Zaar (2019, p. 60), o setor imobiliário "busca no espaço global localidades dotadas de amenidades que são valorizadas no mercado" enquanto espaços de lazer. Ainda que tal reflexão possua maior densidade de análise quando se utiliza de destinos turísticos do litoral nordestino como recorte empírico, também se observa a incidência do mercado imobiliário na reprodução do capital (Harvey, 1980; 2005) em cidades turísticas interioranas como Guaramiranga e Gravatá.

Um dos indicativos de que o mercado imobiliário exerce territorialidade no contexto local é o crescimento da quantidade de Domicílios de Uso Ocasional (tabela 03), que nos aponta a atuação do turismo de segunda residência, seja por conta do apelo turístico das áreas naturais que circundam e estão presentes nos municípios, seja pela ocorrência da pandemia da Covid-19, que fortaleceu esse setor, mesmo em tempos de crise.

Na tabela 03, apresenta-se o percurso histórico de DUOs em Guaramiranga e Gravatá, considerando os dados percentuais comparados à totalidade de domicílios dos respectivos municípios:

Tabela 03 – Total e percentual de Domicílios de Uso Ocasional sobre o total de domicílios - 2000/2010/2022

UF	MUNICÍPIO	2000			2010			2022		
		DUO	%	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DUO	%	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DUO	%	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CE	Guaramiranga	327	18,76%	1.743	540	29,98%	1.801	1.089	32,23%	3.389
PE	Gravatá	3.056	12,55%	24.359	7.483	21,93%	34.119	11.785	23,60%	49.982
Total		3.383		26.102	8.023		35.920	12.874		53.371

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IBGE (2000, 2010 e 2022).

A quantidade expressiva de DUO em tais municípios revela a tendência local para o "turismo de segunda residência". Esse paradoxo do "turismo residencial", no qual Aledo (2008, p. 101) aponta que a "atividade central é produzir solo urbano, construir moradias e vendê-las", é particularmente evidente em Guaramiranga, onde a proporção de DUO (1.089) em relação ao total (3.389), de acordo com o censo demográfico do IBGE (2022), atingiu 32,23% em 2022, reforçando seu posicionamento como um destino turístico expressivo no interior do estado do Ceará. Verifica-se que, ao longo dos 20 anos, a evolução dos DUO foi crescente, particularmente entre 2010 e 2022 quando o aumento foi de mais de 100%, isto é, dobrou o quantitativo de DUO.

Paralelamente, em Gravatá, com relação ao total de domicílios, a proporção de DUO também é relevante: representa 23,60% em relação ao total (49.982) de domicílios classificados nessa categoria (IBGE, 2022), com destaque para o processo intenso de condominização no âmbito local.

Outro ponto a ser considerado é acerca da regulamentação local, seja na permissão de uso de imóveis para aluguel de curta e média duração, seja para coibir tal prática. Conforme a Secretaria de Turismo de Guaramiranga, não se tem regulação desses imóveis na escala local:

> Assim, o condomínio foi a forma legal que encontraram dentro de brechas de leis para se construir apartamentos para alugar e para vender. Porque a legislação local não permite nessas áreas consolidadas que você construa além de 5% dentro da área do seu terreno. Se você tem um terreno de 10 mil metros você vai só poder construir 5% (Secretaria de Turismo de Guaramiranga).

A regulação do Airbnb (ou a sua ausência) vem sendo debatida no contexto global e local devido aos desdobramentos que tal plataforma vem gerando nos territórios turísticos (Souza, Leonelli, 2021). No contexto de Guaramiranga, a tentativa

de regulação por parte do poder público municipal não foi bem-sucedida diante de legislações em nível federal que dificultaram tal processo. Em Gravatá, esse debate ainda não vem sendo enfrentado pelo poder público municipal, bem como por outros agentes (iniciativa privada, comunidade local etc.).

Para conter o avanço de condomínios, o Ministério Público do Ceará, sob o pedido da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, elaborou um Termo de Compromisso que normatiza, de forma expressa, o licenciamento ambiental local de "novos empreendimentos multifamiliares, vilas residenciais, loteamentos e empreendimentos unifamiliares (segundas residências com área a ser edificada igual ou superior a 150 m2), até que seja estipulada […] a taxa de capacidade de suporte ambiental […]" (MP/CE, 2008, p. 02). Essa tentativa de restrição está imbricada com a busca pela proteção da dimensão ambiental de Guaramiranga.

Quanto à imponência do turismo de segunda residência em Gravatá (Galvão, 2019), essa realidade é ratificada pela Secretaria de Turismo:

> Gravatá é um destino de segunda residência, é um destino forte de segunda residência. Pelo IBGE, nós temos mais de 11.600 casas de segunda residência, talvez tenha até mais, [...] mas, pelo IBGE, 11.400 casas, salvo engano, e daí esse número é muito expressivo, e existe também apoiando os equipamentos hoteleiros da cidade cerca de 2.600 leitos hoteleiros, tá? Então, dividido entre hotéis, hotéis fazendas, pousadas e esses eixos hoteleiros que são as casas de segunda residência, que têm a finalidade de receber principalmente os seus proprietários (Secretaria de Turismo de Gravatá).

Tanto Guaramiranga como Gravatá apresentam imbricações locais entre o turismo, a sustentabilidade e o mercado imobiliário tradicional, mediadas por processos contemporâneos, como a plataformização (conforme já discutido na seção anterior). A sustentabilidade também acaba sendo absorvida pelo setor empresarial na medida em que incorpora esse ideário às dinâmicas de mercado turístico, principalmente no que diz respeito à implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em meios de hospedagem tradicionais (Körössy, 2008, p. 63).

O Airbnb, à luz do mercado imobiliário que se reestrutura com o discurso da sustentabilidade, é uma das plataformas digitais mais promissoras no que diz respeito ao uso mercadológico, quando se analisa a sua atuação em cidades turísticas de pequeno e médio porte que possuem aspectos naturais e culturais como centrais para o turismo. A Tabela 04 mostra como essa plataforma vem se apresentando na escala local:

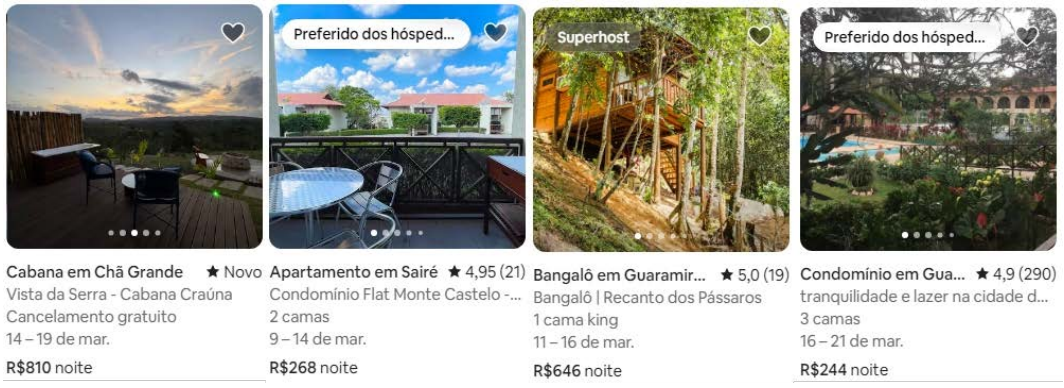
Tabela 04 – Crescimento de imóveis no Airbnb

MUNICÍPIO	ABR/2022	ABR/2023	ABR/2024	%
Guaramiranga	167	179	254	52,06%
Gravatá	499	487	538	7,8%

Fonte: Airdna (abril/2025).

A quantidade de imóveis no Airbnb em Guaramiranga e Gravatá é expressiva, tanto se comparada ao setor hoteleiro desses municípios, que é incipiente, quanto de forma isolada, ao analisarmos os dados percentuais. Guaramiranga apresenta crescimento de anúncios via Airbnb em mais de 50%, enquanto Gravatá possui o percentual de 7,8%. Por suas singularidades naturais, identificam-se anúncios de aluguel de curta e média temporada de imóveis (Tabela 04) localizados próximos às áreas arborizadas, sob o apelo da natureza como recurso turistificado (Figura 03).

Figura 03 – Compilado de anúncios do AIRBNB de Guaramiranga e Gravatá que usufruem da natureza como atrativo



Fonte: Airbnb (2025).

Essa dinâmica territorial de Guaramiranga e de Gravatá reflete as complexas imbricações entre o crescimento imobiliário e a dimensão da sustentabilidade, evidenciando como a valorização da paisagem natural se torna tanto um atrativo quanto um desafio para o planejamento sustentável, uma vez que a expansão, seja do mercado imobiliário, seja do uso turístico do ambiente, pode desenvolver problemáticas relacionadas ao meio ambiente.

Em Guaramiranga, a crescente demanda por empreendimentos, impulsionada pelo turismo e pelo desejo de segunda residência, aumentou a mancha urbana e alterou a paisagem (Junior *et al*. 2018, p. 1.323), resultando no desmatamento de áreas nativas, na ocupação irregular de encostas e na impermeabilização do solo.

Além disso, a atuação desses empreendimentos vem comprometendo a capacidade de recarga hídrica com o rio Pacoti, que nasce em Guaramiranga, bem como vem gerando detritos, por meio de construções em torno das nascentes e desmatamento em seus mananciais (Junior *et al*. 2018, p. 1.325).

Quanto ao poder público municipal de Guaramiranga, percebe-se a criação de meios para mitigação (a exemplo da colocação de promissórias concernentes às leis de proteção ambientais[5]), destacando a suspensão do licenciamento ambiental para novos empreendimentos multifamiliares, vilas residenciais, loteamentos e empreendimentos unifamiliares (segundas residências) com área a ser edificada igual ou superior a 150m².

Todo processo de mercantilização do ambiente, na sociedade capitalista atual, também apresenta impactos ambientais, considerando que a ação de abrir espaço para condomínios requer a supressão de uma vegetação para alterar o uso e ocupação do solo. Pode-se apontar também os impactos ambientais que geralmente são inerentes ao turismo, como a exagerada poluição sonora, do ar e dos mananciais, além do lixo jogado em locais inapropriados (Correia, 2015). Em Gravatá, esse processo coexiste, direta e/ou indiretamente, uma vez que é um município que se destaca pela intensa presença de condomínios fechados e com o entorno de atributos naturais presentes, o que Valença (2014) nomeia de "espaços raros".

Os indicadores da sustentabilidade no turismo local: Guaramiranga e Gravatá

Na expectativa de "mensurar" ou "medir" a aderência da sustentabilidade em cidades do cenário global e local, foram propostas diversas metodologias e indicadores que garantissem tal finalidade. Indicadores configuram um atributo ou característica de um sistema, apresentando seu estado atual, bem como caminhos para a resolução de problemas existentes (United Nations Division for Sustainable Development, 2001).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam operacionalizar o paradigma da sustentabilidade com a finalidade de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Irving (2020) observa que o alcance dos ODS ocorre por meio do estabelecimento de parâmetros a serem cumpridos envolvendo várias dimensões (econômica, ambiental e sociocultural).

---

5 O Ministério Público do Ceará, sob solicitação da SEMACE, elaborou um termo de compromisso, em 2008, com foco na limitação de construção de imóveis residenciais com área igual ou superior a 150 m² em Guaramiranga/CE (MP/CE, 2008).

Uma das formas como se manifesta a atuação do Estado na perspectiva da sustentabilidade é por meio da criação das Unidades de Conservação (Figura 04). Para Pinheiro, Silva e Solórzano (2021, p. 13), trata-se de "um dos principais instrumentos de gestão do território, criados com o objetivo de salvaguardar o patrimônio biodiverso brasileiro, bem como uma das estratégias centrais dos governos para o enfrentamento da crise ambiental contemporânea". O intenso processo de implantação de UCs no Brasil se deve, principalmente, às conferências mundiais, como a Rio-92, que oportunizou a assinatura da Convenção da Diversidade Biológica - CDB (Pinheiro, Silva e Solórzano, 2021).

Figura 04 – Gráfico de Crescimento de Unidades de Conservação no Brasil

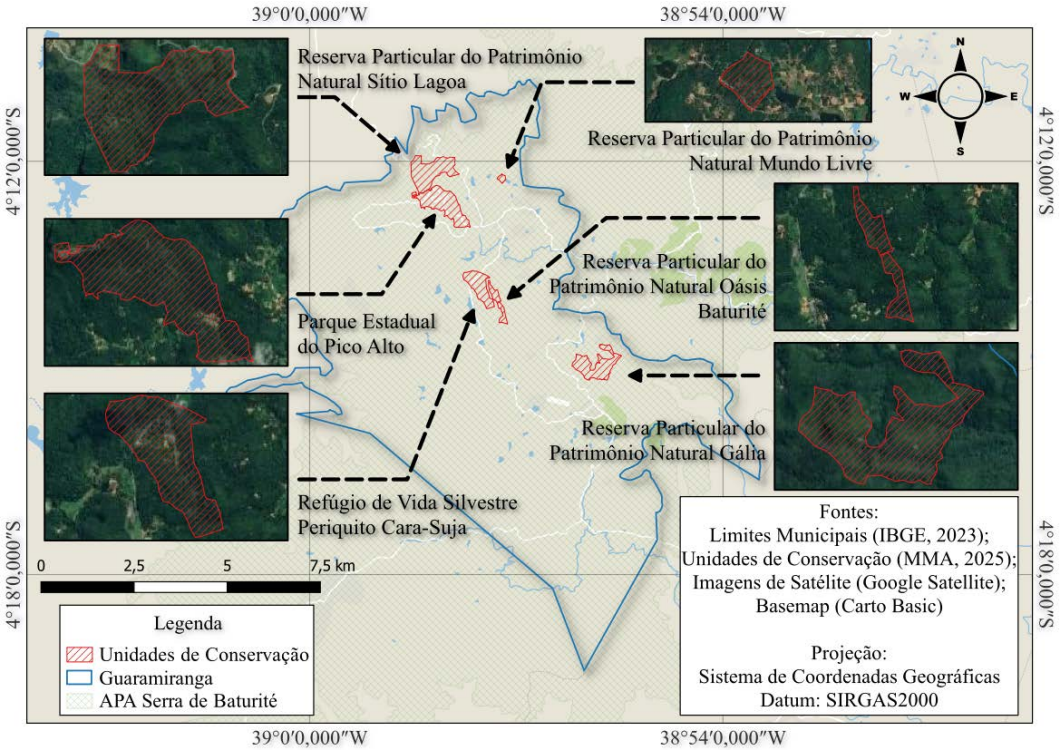


Fonte: elaborado pelos autores a partir do MMA (2025).

A presença de UCs no Brasil se dá a partir de diversas tipologias (integral e de uso sustentável) e instâncias (federal, estadual e municipal), correspondendo a "cerca de dois milhões e quinhentos e cinquenta e dois metros quadrados do seu território [que] são protegidos por, ao menos, duas mil quatrocentas e quarenta e seis unidades de conservação, espalhadas pelos seus seis biomas" (Pinheiro, Silva e Solórzano, 2021, p. 27).

No contexto local, o município de Guaramiranga está inserido na APA da Serra de Baturité, área de proteção de uso sustentável que abrange grande parte do município. Além dela, 6 (seis) Unidades de Conservação de proteção integral estão distribuídas pelo território, conforme destacado na Figura 05. Elas representam espaços fundamentais para a preservação da biodiversidade local, garantindo a proteção de ecossistemas sensíveis em meio ao avanço do turismo e do mercado imobiliário. A disposição dessas unidades reflete uma preocupação com a manutenção dos recursos naturais, especialmente em uma região onde o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação é essencial para um futuro sustentável.

Figura 05 – Unidades de Conservação do Município de Guaramiranga, Ceará



Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 05 – Unidades de Conservação dentro do limite municipal de Guaramiranga/CE, com seus tipos, anos de criação e áreas por hectare (ha)

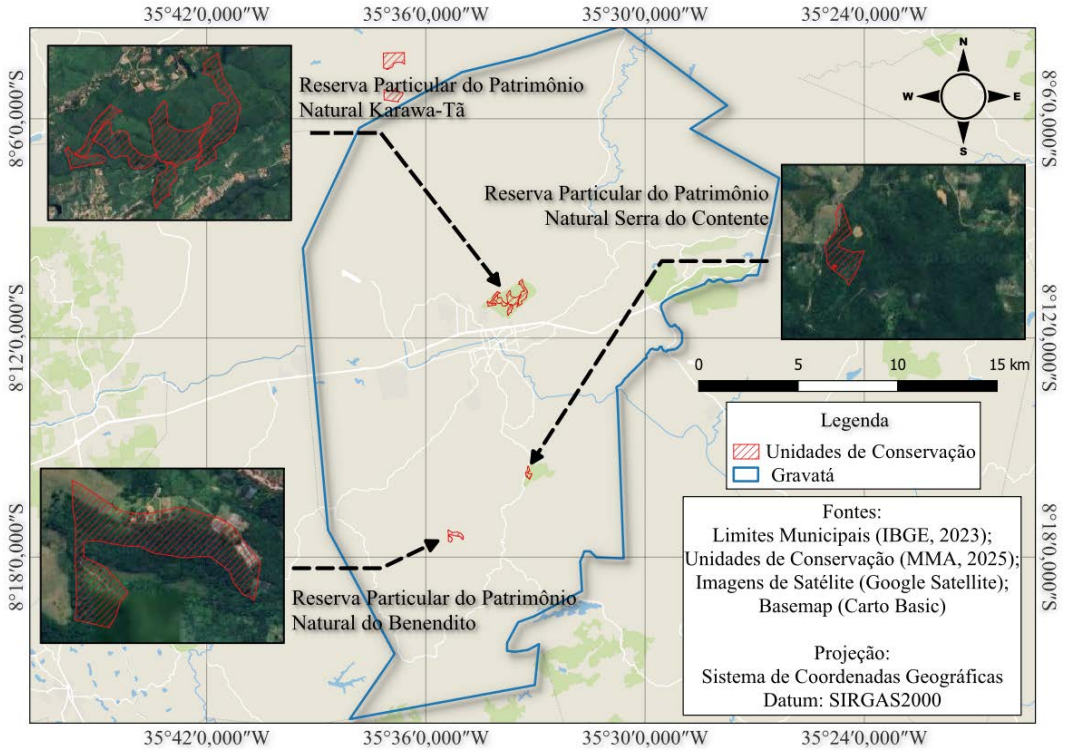
NOME	TIPO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)
Serra de Baturité	APA	1990	30.238,28
Sítio Lagoa	RPPN	2018	70,06
do Pico Alto	Parque	2022	72,59
Mundo Livre	RPPN	2023	3,28
Periquito Cara-Suja	REVIS	2018	39,15
Oásis Baturité	RPPN	2023	14,58
Gália	RPPN	2012	56,02

Fonte: MMA, 2025.

Guaramiranga se revela como um refúgio onde a natureza e o mercado imobiliário caminham lado a lado. Inserida na Serra de Baturité, a cidade encanta não apenas pelo clima ameno e pelas paisagens naturais, mas também pelo desafio constante de equilibrar o crescimento do turismo e do mercado imobiliário com a preservação ambiental, uma vez que se constitui, turisticamente, destino de segunda e terceira residência. As Unidades de Conservação (Figura 05, Tabela 05) espalhadas pelo município expressam esse esforço, refletindo a necessidade de pensar um futuro sustentável, bem como vêm se tornando munição para a propaganda imobiliária que, nas palavras de Junior *et al*. (2018, p. 1.323), [...] "observa-se que há propaganda intensa das imobiliárias que utilizam o verde da serra como atrativo: "vende-se um pedaço da serra de Guaramiranga nas encostas".

Assim como Guaramiranga, percebe-se em Gravatá a presença de UCs, reflexo da normalização do território por meio dos gestores públicos (Figura 06):

Figura 06 – Mapa de Unidades de Conservação no município de Gravatá, em Pernambuco



Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 06 – Unidades de Conservação dentro do limite municipal de Gravatá/PE, com seus tipos, anos de criação e área por hectare (ha)

NOME	TIPO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)
Karawa-Tã	RPPN	2009	85, 67
Serra do Contente	RPPN	2009	9,10
do Benedito	RPPN	2014	18,59

Fonte: MMA, 2025.

Conhecida por um clima ameno que contrasta com o calor do litoral pernambucano, Gravatá também se firma como um destino onde o turismo e o mercado imobiliário se entrelaçam. Situada no agreste de Pernambuco, a cidade atrai visitantes não apenas por seu charme serrano e sua rica gastronomia, mas também pelo crescente movimento de segunda residência, impulsionado pela busca por refúgio e qualidade de vida.

O município de Gravatá engloba 4 (quatro) UCs, que, assim como Guaramiranga, expressam a atuação estatal para que práticas locais (inclusive turísticas) atuem com a responsabilidade ambiental, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais apresentam os seguintes dados nos municípios supracitados:

Tabela 07 – Nível de Desenvolvimento Sustentável dos municípios com base no IDSC

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO GERAL (0 - 100)	CLASSIFICAÇÃO GERAL (1 - 5570)	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Guaramiranga	54,24	769	Médio
Gravatá	43,19	3.782	Baixo

Fonte: IDSC (2025).

Tal classificação aponta que Guaramiranga, comparada a Gravatá, possui melhor posição em nível de desenvolvimento sustentável. Isso pode ser explicado por se tratar de um município com maior normatização do território para fins de proteção ambiental, ao se considerar a quantidade de UCs em nível local.

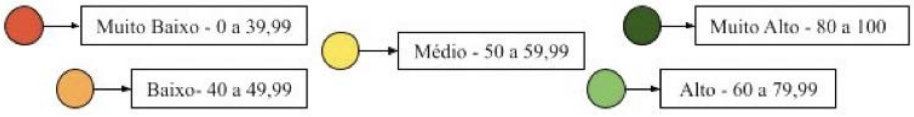
Ao se analisar a dimensão ambiental, a partir dos indicadores dos ODS da Agenda 2030, tem-se o seguinte cenário em Guaramiranga:

Tabela 08 – Indicadores de Dimensão Ambiental dos ODS 2030 em Guaramiranga/CE

INDICADORES	2022	2023	2024
6 - Água Limpa e Saneamento	58,38	53,3	60,44
7 - Energia Limpa e Acessível	58,77	58,77	81,92
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	78,87	79,12	83,70
14 - Vida na Água	68,00	68,00	68,00
15 - Proteger a Vida Terrestre	43,84	43,84	44,41

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

Figura 07 – Níveis de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

Com exceção do indicador 15 – *Proteger a Vida Terrestre*, os indicadores apontam um cenário alto e muito alto quanto à proteção dos aspectos ambientais locais de Guaramiranga. Apesar dos indicadores de desenvolvimento ambiental serem relativamente altos, é perceptível que o avanço do mercado imobiliário provocou impactos significativos no ambiente natural de Guaramiranga.

Conforme incursões realizadas *in loco*, a Secretaria de Turismo de Guaramiranga aponta questões atuais, como a presença do Airbnb, enquanto possível impacto negativo no contexto local acerca da oferta de água:

> A água já tivemos (problemas) há alguns anos, estamos há algum tempo sem ter, mas isso é um problema iminente, que está sempre iminente, por exemplo. Se a gente tiver uma ausência de um inverno rigoroso, a gente vai ter problema de falta de água, porque todo o fornecimento de água aqui é do subsolo. Então, a partir do momento que mais e mais liberações para construções de unidades habitacionais, então, mais um poço profundo se reforça, mais ele vai diminuindo, reduzindo. Então, a gente tem uma séria preocupação de que no futuro, não muito longe, a questão da água seja uma questão (Secretaria de Turismo de Guaramiranga).

Ao analisar a escala "local" do ODS 14 – *Vida na Água*, que tem relação direta com o turismo, identifica-se que a intensificação do mercado imobiliário voltado para o Airbnb (Tabela 2) pode se apresentar como problema futuro, tendo em vista a quantidade expressiva de turistas/visitantes em um município de pequeno porte (o menor do Ceará). Com exceção do ODS 15 – *Proteger a Vida Terrestre*, os outros indicadores apresentaram melhoria de 2022 a 2024.

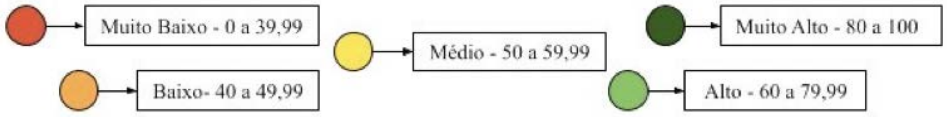
Ao se observar a dimensão ambiental a partir dos indicadores dos ODS da Agenda 2030, Gravatá se apresenta da seguinte forma:

Tabela 09 – Indicadores de Dimensão Ambiental dos ODS 2030 do município de Gravatá/PE

INDICADORES	2022	2023	2024
6 - Água Limpa e Saneamento	70,99	75,61	76,97
7 - Energia Limpa e Acessível	58,67	58,67	81,82
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	56,80	56,88	84,92
14 - Vida na Água	1,60	1,60	1,60
15 - Proteger a Vida Terrestre	20,11	20,11	20,09

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

Figura 08 – Níveis de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

Com exceção do ODS 14 – *Vida na Água*, que não apresentou mudança, os outros indicadores demonstram que Gravatá, de forma análoga a Guaramiranga, possui bons indicadores quanto à dimensão ambiental. Isso pode ser explicado por conta do município ter, turisticamente, apelo natural e, com isso, atrair investimentos com seus anúncios em busca de vender um estilo de vida equilibrado com a natureza (Valença, 2014).

De forma relacionada à dimensão ambiental, a dimensão econômica repercute, estruturalmente, na dinâmica de setores produtivos como o turismo e possui o seguinte cenário local:

Tabela 10 – Indicadores de Dimensão Econômica dos ODS 2030 do município de Guaramiranga/CE

INDICADORES	2022	2023	2024
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	33,58	32,93	29,54
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	50,61	1,20	5,34
12 - Consumo e produção responsáveis	20,91	62,73	22,73

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

Figura 09 – Níveis de Desenvolvimento Sustentável



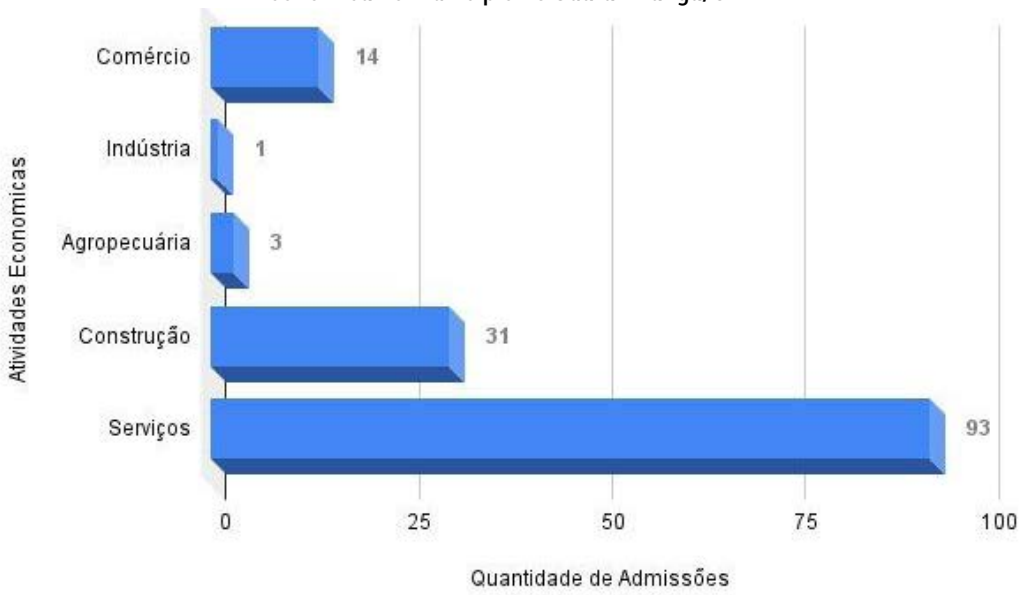
Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

A dimensão econômica de Guaramiranga no contexto dos ODS reflete desafios significativos quando se observa os baixos indicadores. Historicamente, a economia do município esteve fortemente ligada à agricultura, com destaque para o cultivo de café sombreado, tornando-se uma das cidades mais relevantes nesse setor no Brasil (Santana e Lopes, 2014). No entanto, ao longo do tempo, a economia local passou por transformações (como é observado na figura 10) e o turismo emergiu como um dos principais vetores de promoção da economia local.

Impulsionado pelos atrativos naturais da região, o setor turístico se consolidou como a principal atividade econômica, redefinindo a dinâmica socioeconômica do município, destacando o ecoturismo e o turismo de experiência, incluindo festivais culturais e gastronômicos e como segunda ou terceira residência.

Na figura 10, apresenta-se o setor de serviços, onde o turismo está inserido, como central na geração de empregos na economia local:

Figura 10 – Gráfico de Empregos Formais por Atividade Econômica no município de Guaramiranga/CE[6]



Fonte: Ministério do Trabalho, CAGED (2024).

Contudo, é perceptível a falta de diversificação, no que tange às atividades econômicas, ao observar que os empregos gerados no município estão concentrados no setor de serviços, onde o turismo está inserido, conforme apresenta a Figura 10. Isso elucida, de certa forma, os indicadores econômicos baixos, tendo em vista que o turismo local sofre efeitos da intensa sazonalidade (instabilidade quanto à permanência de turistas/visitantes).

Como apontado, o setor de serviços está voltado, principalmente, ao turismo que no contexto local se relaciona com a "segunda residência". Para a Secretaria de Turismo, o Airbnb é um dos responsáveis pela potencialização do turismo local:

6 Tais dados não representam a totalidade de empregos gerados no município, mas sim o número de admitidos no ano em questão (2024).

> O Airbnb potencializa o fluxo, porque a rede é muito poderosa, tanto na questão da comercialização, que todo mundo que quer se hospedar vai para o Airbnb (Secretaria de Turismo de Guaramiranga).

Quando se analisa a dimensão ambiental, anteriormente apresentada, a atuação dessa plataforma acirra o intenso uso dos recursos naturais locais, protegidos pelas Unidades de Conservação no contexto local.

Sobre a dimensão econômica de Gravatá, ao se considerar os indicadores associados aos ODS da Agenda 2030, destacam-se as seguintes características:

Tabela 11 – Indicadores de Dimensão Econômica dos ODS 2030 do município de Gravatá, em Pernambuco

INDICADORES	2022	2023	2024
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	34,09	34,51	30,87
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	71,64	6,10	5,67
12 - Consumo e produção responsáveis	30,46	76,82	24,81

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IDSC (2025).

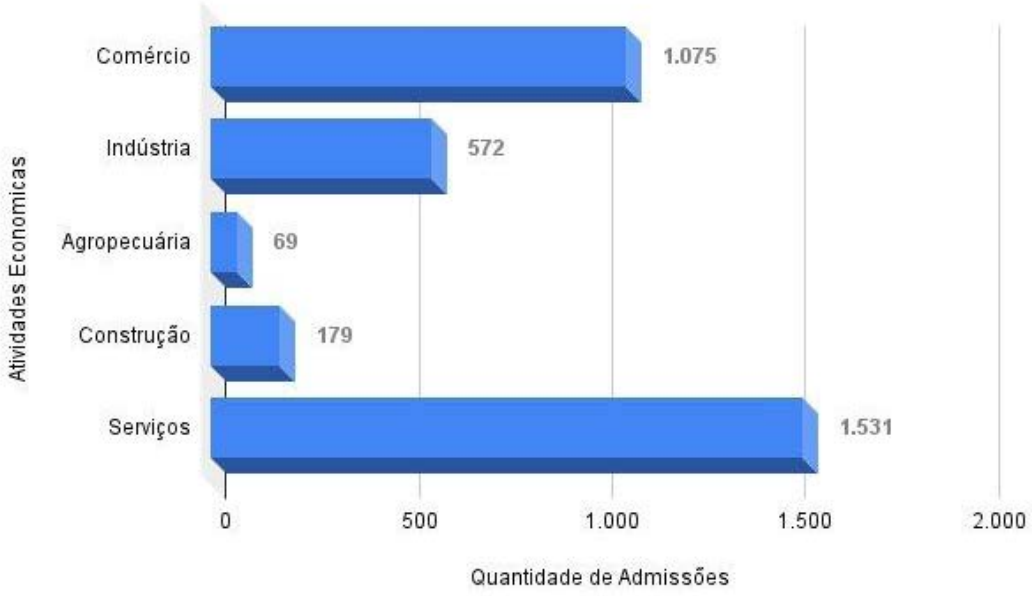
Figura 11 – Níveis de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: IDSC (2025). Elaborado pelos autores.

Historicamente, Gravatá se consolidou como um importante polo econômico no Agreste pernambucano, inicialmente impulsionado pela agricultura e pecuária, além da sua posição estratégica como entreposto comercial entre o litoral e o interior do estado (Valença, 2014). Conforme o Ministério do Trabalho (2023), por meio do RAIS/CAGED, em 2023, Gravatá apresenta o seguinte cenário local quanto à geração de empregos:

Figura 12 – Gráfico de Empregos Formais por Atividade Econômica no município de Gravatá/PE[7]



Fonte: Ministério do Trabalho, CAGED (2024).

Tais dados demonstram que os empregos gerados em Gravatá estão concentrados, em sua maioria, no setor de serviços (com a totalidade de 1.531 empregos), demonstrando a relação direta do município com atividades como o turismo, que se dinamiza a partir do clima ameno encontrado no Planalto da Borborema e de grandes condomínios que aquecem o mercado imobiliário local.

Apesar desse cenário que demonstra a presença expressiva de imóveis de segunda residência no contexto local, percebe-se que os indicadores econômicos possuem níveis baixos, assim como Guaramiranga, apresentando grandes desafios quanto ao ODS 12 – Crescimento econômico, inovação e consumo responsável. Os dados demonstram uma estabilidade no ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, mas com valores ainda classificados como muito baixos, assim como uma distribuição de renda mais equitativa. Quanto ao ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, os indicadores apontam oscilações, porém continuam baixos. Ou seja, os dados da dimensão econômica da sustentabilidade são muito preocupantes e, para melhorar tais indicadores, serão necessários muitos esforços.

7 Tais dados não representam a totalidade de empregos gerados no município, mas sim o número de admitidos no ano em questão (2024).

Considerações finais

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao estabelecerem parâmetros globais, reforçam a necessidade de alinhar o crescimento econômico e a preservação ambiental, tornando-se referência para setores que, tradicionalmente, operam em lógica expansionista, como é o caso do turismo.

Embora a dimensão ambiental apresente bons indicadores nos municípios de Guaramiranga e Gravatá, onde a paisagem natural se apresenta como ativo econômico e elemento estruturante da identidade local, essa convergência entre crescimento econômico e conservação torna-se desafiadora no que tange ao desenvolvimento dos ODS. Tal questão se aprofunda ao discutir a dimensão econômica, que possui baixos indicadores em ambos os municípios e exige planejamento por meio de abordagens diferentes para que atinjam os ODS, de forma que o impacto à dimensão ambiental seja mínimo ou inexistente.

O desafio da aderência da sustentabilidade em tais municípios ganhou novos marcos ao se analisar o mercado imobiliário. O crescimento expressivo do mercado imobiliário nessas cidades reflete tanto o aumento do turismo quanto a intensificação da busca por segundas residências, um fenômeno que se fortaleceu nas últimas décadas e se estabeleceu com a pandemia da Covid-19.

Além disso, o mercado imobiliário de Gravatá e Guaramiranga vem sendo intermediado pela plataformização desse setor, impulsionado por serviços como o Airbnb, que vem redefinindo o uso e a função dos espaços urbanos e rurais, ampliando a oferta de hospedagem temporária e também se utilizando da tendência da valorização do "natural". Condomínios residenciais em Gravatá e Guaramiranga frequentemente enfatizam a harmonia com o meio ambiente, a proximidade com áreas de preservação e a oferta de um "refúgio" em meio à natureza.

No entanto essa mercantilização da paisagem natural pode ocultar impactos ambientais significativos, como o desmatamento para a construção de novas unidades habitacionais, a impermeabilização do solo e o aumento da pressão sobre os recursos hídricos. Embora muitas dessas iniciativas sejam apresentadas como sustentáveis, há uma discrepância entre o discurso e a realidade, visto que a expansão do mercado imobiliário nessas regiões nem sempre está acompanhada de medidas eficazes de mitigação de impactos ecológicos.

Embora os ODS preconizem o equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, observa-se que o modelo de desenvolvimento predominante em Guaramiranga e Gravatá avança com maior ênfase no uso mercadológico

do discurso da sustentabilidade em detrimento de estratégias efetivas para o consumo e produção responsável.

Em suma, este estudo analisou a imbricação entre eventos/fenômenos globais--locais como estratégia para entender processos atuais que intervêm na dinâmica do turismo, sobretudo de cidades de pequeno e médio porte do Nordeste brasileiro, na tentativa de oferecer novos caminhos de análise da sustentabilidade enquanto paradigma em constante discussão.

Referências

ABDOU, A. H.; HASSAN, T. H.; DIEF, M. M. EL. A description of green hotel practices and their role in achieving sustainable development. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 22, p. 1-21, 2020. DOI: https://doi.org/10.3390/su12229624.

ALEDO, A. Da terra ao solo: a transformação da paisagem e o novo turismo residencial. **Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. 184, n. 729, p. 99-113, 2008.

BICALHO, D. M. **O turismo em áreas serranas do Nordeste brasileiro no contexto da pandemia de Covid-19**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BRANDÃO, P. R. B. O turismo na contemporaneidade: algumas considerações a partir de uma perspectiva geográfica. **Revista de Geografia**, v. 26, n. 3, set./dez. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia para a retomada econômica do turismo**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/retomada-do-turismo/GuiadeRetomadaEconomicaDoTurismoResumoExecutivo.pdf. Acesso em 01 fev. 2025.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 272 p.

CORIOLANO, L. N. Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, n. 2, p. 127-142, 2013.

CORREIA, W. J. V. **Impactos resultantes do turismo em Gravatá-PE**: um estudo à luz dos gestores públicos locais. 2015. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2015.

DANTAS, E. W.; ALVES, L. S. F. **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. 83 p.

DANTAS, E. W. C. Les mutations du Nordeste du Brésil. **Hérodote**, Paris, v. 131, p. 137-155, 2008.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. **A interiorização do turismo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

FONSECA, M. A. P.; ZAAR, M. H. Turismo enquanto potencializador e indutor da produção imobiliária: um estudo sobre o Polo Costa das Dunas/RN. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 46, n. 2, p. 59-73, 2019. DOI: 10.5380/raega.v46i2.57587.

GABRIELLI, C. Turismo responsável: caminhos possíveis? **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 1, 2017. DOI: 10.21680/2357-8211.2017v5n1ID7738.

GALVÃO, P. L. A. **Turismo, lazer e segunda residência**: as transformações socioespaciais no meio rural de Gravatá-PE. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). 2016. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/. Acesso em: 1 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/gravata.html. Acesso em: 3 mar. 2025.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (org.). Turismo: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: **Folio Digital: Letra e Imagem**, 2018.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para o planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, 2020.

JUNIOR, A. C.; SILVA, E. V.; RABELO, F. D. B. Relação sociedade e natureza em Guaramiranga: uma análise da degradação ambiental proporcionada pela especulação imobiliária. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 4, 2018.

KOROSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013. 202 p.

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO. 2025. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 3 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Empregos formais por atividade econômica no município de Guaramiranga/CE - 2023**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/fevereiro/pagina-inicial. Acesso em: 19 abr. 2025.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PINHEIRO, E.; SILVA, A. C. P.; SOLÓRZANO, A. Unidades de conservação: um panorama breve sobre o processo de construção da política ambiental brasileira. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 12-33, jan./jun. 2021.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2020.

REDCLIFT, M. R. **Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 124-136, jan./jun. 2002.

ROCHA, R. R. N.; COSTA, H. A. da; FONSECA, M. A. P. da. Espaços centrais e complementares do turismo na Rota das Emoções (MA-PI-CE): relações urbano-regionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 24, n. 2, p. 52–77, 2024. DOI: 10.18472/cvt.24n2.2024.2140.

SANTANA, A. N.; LOPES, N. N. Produção do espaço e urbanização capitalista na cidade de Guaramiranga: entre a metrópole e a cidade pequena. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais** [...]. 2014.

SANTOS, C. A. J.; CAMPOS, A. C.; RODRIGUES, L. P. Turismo no nordeste do Brasil pós-pandemia de COVID-19. *In*: BAIDAL, J. A. I.; SOARES, J. C. (Coord.). **El turismo pos-covid en Iberoamérica**: ¿Recuperación y/o transformación? Programa Iberoamericano Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED), 2024. ISBN: 978-84-15413-64-6.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA, R. B. de; LEONELLI, G. C. V. Como as cidades brasileiras estão lidando com o Airbnb? Colocando a regulação em perspectiva. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 1, p. 486-514, 2021. DOI: 10.12957/rdc.2021.45740.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018. 128 p. ISBN: 978-987-1622-68-9.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE. **Termo de compromisso**. Ministério Público do Estado do Ceará, 2008.

TRAVERSO, L. D.; PATIAS, T. Z.; TOSELLI, C.; SILVA, L. D. da. Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da produção nacional e das políticas públicas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 23, n. 1, p. 79-91, 2023. DOI: 10.18472/cvt.23n1.2023.2073.

TODESCO, C.; FONSECA, M. A. P.; FONSECA, I. L. Pequenas e grandes cidades turísticas do Nordeste: as diferenças na retomada do turismo no cenário pandêmico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 3, p. 95-111, 2021.

UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Indicators of sustainable development**: guidelines and methodologies. New York: Commission on Sustainable Development, 2001.

VALENÇA, M. R. A estética da mercadoria e a produção do espaço em Gravatá-PE: a comercialização da natureza. *In*: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014. **Anais** [...], 2014.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

Capítulo 10

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap10

PAISAGEM, MEIO ECOLÓGICO E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO POTIGUAR: INDISSOCIABILIDADE NATUREZA-CULTURA E INTERESCALARIDADE ESPACIAL

Hugo Aureliano da Costa[1]

Introdução

O meio técnico-científico-informacional está cada vez mais imbuído de técnicas modernas que racionalizam o espaço geográfico. A técnica artificializa o meio e o torna cada vez mais racional. É comum pensar, por isso, que o mundo caminha para uma tecnificação da vida humana e da própria natureza, pois os lugares são transformados constantemente. Não se questiona esse ponto. Porém ressalta-se que, apesar dos graus de artificialidades, a natureza continua a ser um elemento indispensável no mundo atual.

A inalteração da natureza gera, por si só, valor de troca. As atividades econômicas podem, de diversas formas, auferir renda acerca dos elementos da natureza. Uma das atividades econômicas que utiliza elementos naturais é o turismo. A atividade turística é composta por turistas, redes geográficas, infraestrutura e atrativos turísticos. Cada um desses elementos influencia, à sua maneira, o turismo, mas chama-se atenção para um elemento em específico: os atrativos turísticos.

Após os anos 1970, mediante a compressão espaciotemporal (Harvey, 2008), as redes de informações e os transportes passam a conectar diferentes lugares do mundo com enorme velocidade. Segundo Rodrigues (1999), diante desse contexto geográfico e por causa das mudanças culturais, o turismo se transforma em uma necessidade imposta culturalmente. Com isso, a fim de cumprir com esse padrão/demanda comportamental, milhões de pessoas/turistas se deslocam do seu local de origem em busca de elementos que destoem do seu cotidiano para satisfazer suas necessidades de lazer.

1 Doutor. Professor na Secretaria Municipal de Educação de Natal, RN, Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/0007418624637855. Email: aureliano.hugo@gmail.com

O turista, normalmente urbano, procura fugir dos objetos que o rodeiam. Há, assim, uma contradição, pois, ao passo que a vida se torna mais rodeada de objetos artificiais, a procura por objetos naturais fora do cotidiano se intensifica. O turista tende a se deslocar para atrativos que destoem da sua rotina, dirigindo-se muitas vezes em busca de algo cada vez mais escasso: a natureza, ou melhor, alguns elementos naturais. Segundo Santos (2013, p. 76), "as atrações (...) definem os destinos turísticos e constituem um dos principais componentes do sistema turístico". Por isso, para esse autor (*ibidem*), "o elemento mais importante de uma atração é a sua singularidade". Pode-se inferir que turistas procuram singularidades que não encontram em suas vivências comuns, as quais podem ser encontradas na natureza ou na própria cultura.

De acordo com Besse (2014, p. 22), "o discurso do sublime se desenvolveu correlativamente ao aparecimento de dois novos objetos, que assumiram, então, um valor paisagístico: o mar e a montanha". O turismo se apropria desses aspectos naturais e os humaniza, capitalizando os lugares que ofertam tais paisagens.

As paisagens (turísticas) se configuram, portanto, como o principal motivo para haver visitação turística. A respeito da paisagem, "ela é, sempre, por essência, uma expressão humana, um discurso, uma imagem, seja ela individual ou coletiva, seja ela encarnada numa tela, em papel ou no solo" (Besse, 2014, p. 14). Ou seja, o simbolismo da paisagem é construído mediante interesses relacionados ao capital e, com isso, as paisagens geram interesses graças às suas individualidades.

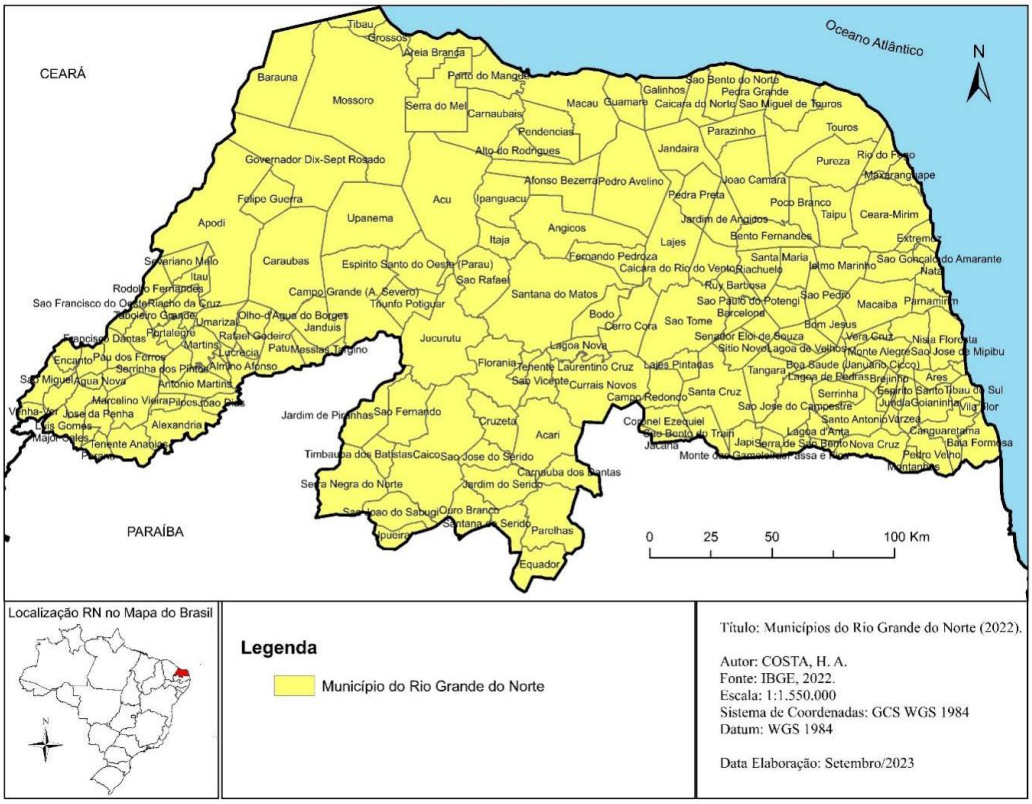
A existência de turistas, redes e paisagens estrutura o turismo nos diferentes locais. O Rio Grande do Norte, por exemplo, diante do contexto internacional, apresenta-se como uma destinação turística em virtude de suas paisagens e de uma infraestrutura que permite a estada e os fluxos turísticos no território potiguar. As principais paisagens do turismo no Rio Grande do Norte se baseiam na natureza, seja no litoral ou no interior, e isso demonstra a centralidade desses elementos para o turismo norte-rio-grandense. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é analisar como as paisagens que assumem relevância turística no Rio Grande do Norte são constituídas e geram processos de interescalaridades espaciais.

Procedimentos metodológicos

O recorte espacial do presente trabalho corresponde ao estado do Rio Grande do Norte (RN). Esse estado (Figura 1) apresenta relevância turística nacional, pois conta com variados atrativos turísticos e fluxos de visitantes (Costa, 2024). Assim,

com o intuito de observar como os atrativos se configuram no estado potiguar, essa área é o objeto de estudo da presente pesquisa.

Figura 1 – Municípios do Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: Costa (2024).

Com relação aos dados (primários e secundários), este trabalho utiliza diversas fontes, quais sejam:

1) Os dados dos fluxos turísticos se referem a registros disponibilizados pelos passeios dos guias e pelas agências de turismo no estado potiguar. Para isso, foram consultadas informações disponibilizadas pelos próprios guias no CADASTUR, no ano de 2022 (Brasil, 2022). Além disso, ocorreram entrevistas com as agências turísticas no estado potiguar com o intuito de obter detalhes a respeito dos passeios ofertados. Com base nos dados disponibilizados por 139 agências e pelos guias de turismo no CADASTUR, mapeou-se os fluxos turísticos, o que permitiu identificar os municípios turísticos.

2) Os dados dos atrativos turísticos correspondem às informações disponibilizadas pelos próprios municípios no Mapa do Turismo, por meio dos relatórios do MTur (Brasil, 2023). A partir da identificação dos municípios que recebem fluxo turístico, analisaram-se os relatórios disponibilizados pelas localidades com demanda turística, onde se observa quais são os atrativos turísticos de cada município. Baseado nesse material, classificou-se os atrativos conforme sua segmentação turística.
3) Foram utilizadas informações do Sistema de Informação Turística do Rio Grande do Norte (Sírio, 2023), referentes aos lugares de origem dos turistas no estado potiguar e aos tipos de atrativos visitados. Cruzando esses dados, percebe-se a interescalaridade do fenômeno turístico com base nos atrativos turísticos.
4) As visitas de campo em 2024 (Costa, 2024) contribuíram com observações diretas em 16 municípios turisticamente relevantes no estado potiguar. Nessas localidades, buscou-se visualizar como a prática do turismo se estrutura a partir dos atrativos turísticos e da infraestrutura. Essas observações mostraram-se essenciais para compreender a forma-conteúdo do turismo nas principais destinações do turismo potiguar.
5) Por fim, analisaram-se os conteúdos das atas[2] dos polos turísticos do Rio Grande do Norte. A partir do site da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN[3]), examinaram-se as 84 atas de reuniões do Polo Costa das Dunas, as 35 atas de reuniões do Polo Agreste Trairi, as 50 atas do Polo Costa Branca, as 49 atas do Polo Seridó, as 44 atas do Polo Serrano, bem como a ata de cada polo instituído recentemente: Polo do Sertão para o Mar, Polo Potengi, Polo Rota do Frio, Polo Serras do Agreste Potiguar e Polo Vale do Mar. A leitura desses documentos revelou discussões sobre a organização do turismo no Rio Grande do Norte nas últimas duas décadas, com destaque ao papel do poder público.

As paisagens valorizadas e a interescalaridade espacial no turismo potiguar

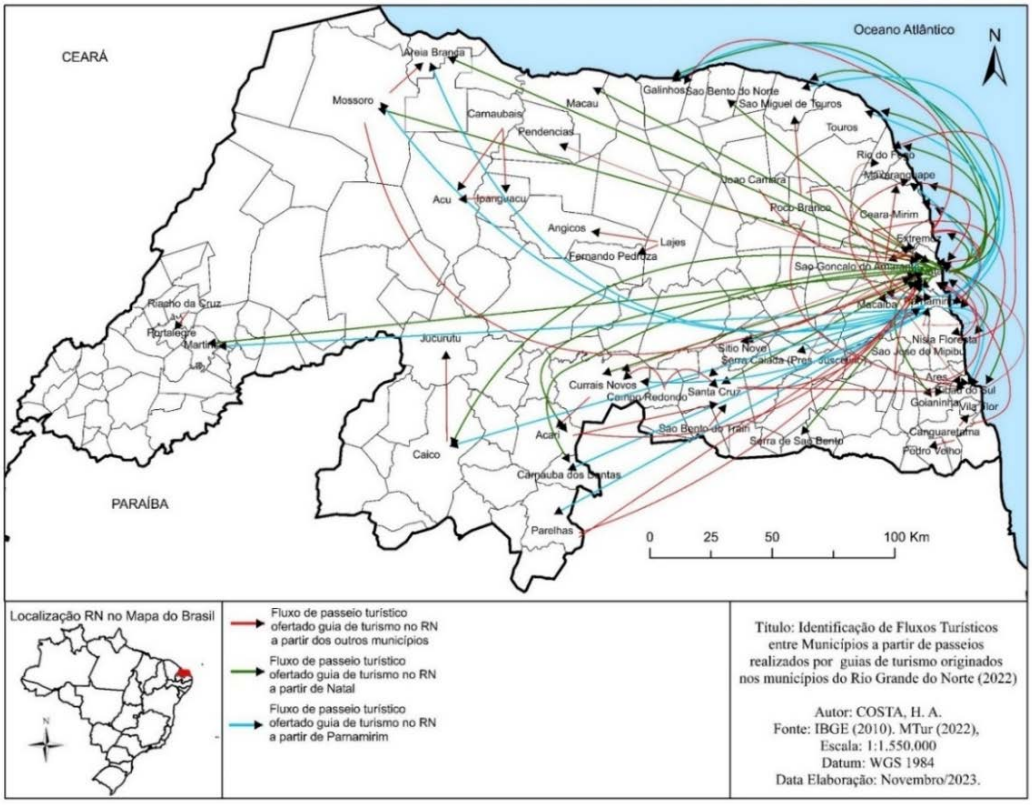
O turismo só existe mediante a presença de turistas. Sem visitantes, não há atividade turística. Os municípios podem ser classificados como turísticos caso recebam fluxos de turistas. As Figuras 2 e 3 demonstram os passeios ofertados

2 As atas dos polos turísticos do Rio Grande do Norte correspondem ao período entre 2004 e 2023.

3 Ver <// https://setur.rn.gov.br/turismonorn //>.

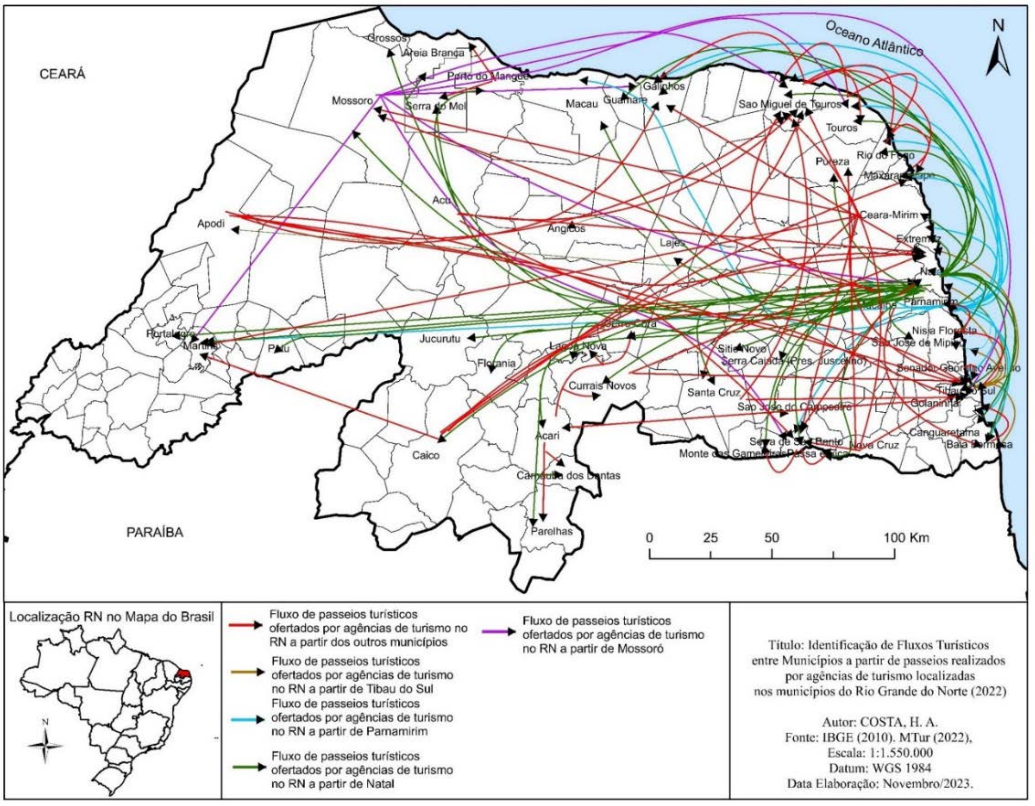
pelos guias e pelas agências dentro do estado potiguar, permitindo identificar quais lugares do Rio Grande do Norte emitem e recebem passeios turísticos.

Figura 2 – Identificação de fluxos turísticos entre municípios a partir de passeios realizados por guias de turismo no Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

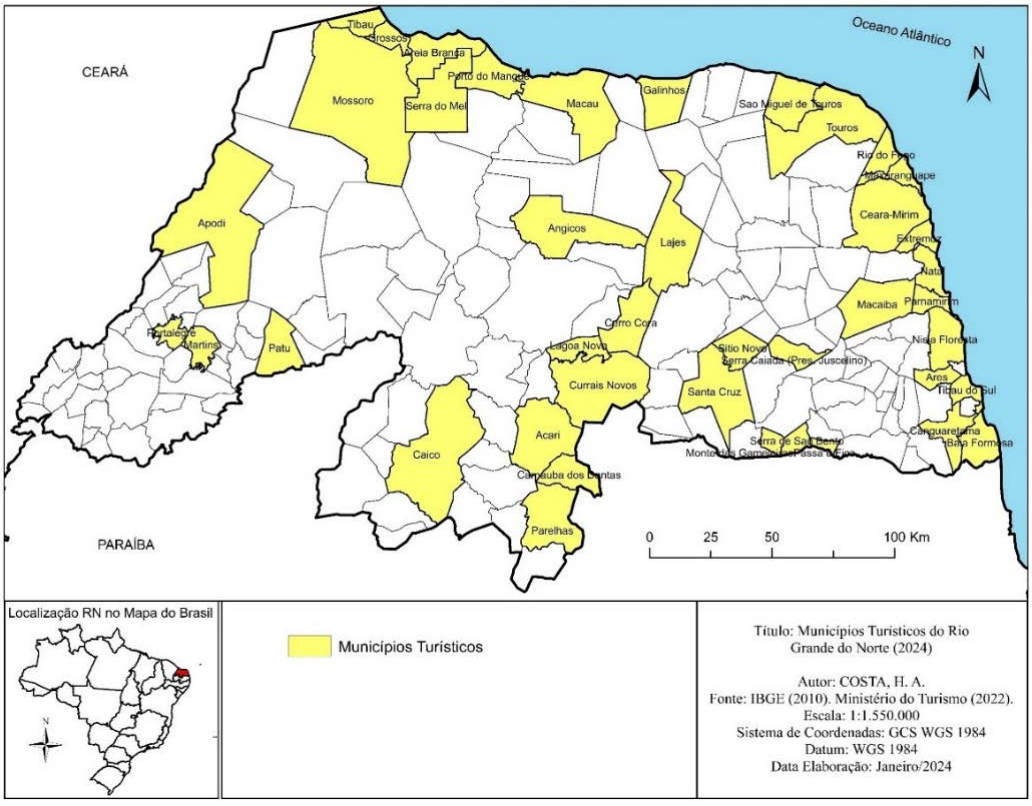
Figura 3 – Identificação de fluxos turísticos entre municípios a partir de passeios realizados por agências de turismo no Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

A partir do levantamento das Figuras 2 e 3, foram identificados 41 municípios com relevante presença de visitantes (Figura 4), os quais são classificados como turísticos.

Figura 4 – Municípios turísticos do Rio Grande do Norte (2024)



Fonte: Costa (2024).

De acordo com essas informações, pode-se inferir dois prognósticos: nem todos os municípios potiguares são turísticos, pois não recebem turistas, e há municípios no interior e no litoral do estado do Rio Grande do Norte que recebem fluxos de turistas. O turismo é, destarte, uma atividade que se configura/territorializa de forma seletiva no estado potiguar. Mas por quê?

Segundo Besse (2014), as paisagens são fundamentais para a existência de muitas atividades econômicas. Com o turismo não é diferente. O valor paisagístico dos lugares se relaciona com as diferentes demandas dos sujeitos e da própria sociedade, que, por sua vez, estão intrinsecamente relacionadas com as possibilidades de o turismo existir.

As paisagens correspondem a recortes da realidade no tempo-espaço, cujas características se relacionam com os sujeitos, podendo refletir elementos sentimentais e variados vínculos. Sua beleza, altiveza ou (des)agradabilidade podem despertar distintos sentimentos e, por isso, as paisagens se relacionam de forma distinta para cada sujeito. Apesar disso, nem todas as paisagens são turísticas.

A globalização e o mercado global criam padrões de consumo e estabelecem o que é belo e deve ser visitado. Por isso o valor de uma paisagem é relativo em função do lugar/posição do sujeito e pelas demandas criadas pela própria sociedade (Gomes, 2013). Assim, há variados tipos de paisagem que se relacionam com os atrativos do turismo, respondendo às demandas do mercado.

As serras/montanhas e as praias correspondem aos atrativos turísticos mais conhecidos mundialmente, conforme Besse (2014). As paisagens geradas a partir desses atrativos se tornam representativas no Rio Grande do Norte. Seus conteúdos são, portanto, indissociáveis da natureza, dada essa intrínseca relação. Essa singularidade atrai o mercado, que se apropria economicamente desses atrativos, utilizando-os conforme seus interesses – no interior e no litoral do estado potiguar.

Além disso, valores históricos e festividades profanas/religiosas expressam costumes locais, formando outro tipo de paisagem: a cultural, cuja segmentação turística também é incorporada pelo mercado (turístico). Essas paisagens existem no território potiguar, sobretudo em localidades interioranas, sendo representativas em distintos lugares.

Ademais, a natureza pode ser explorada de forma ampla, por meio de trilhas e passeios. Quando isso ocorre, normalmente o atrativo está relacionado à geodiversidade, que "engloba todo o patrimônio natural abiótico, como os aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, paleontológicos etc." (Bento, 2011, p. 1) de um lugar. Com isso, corresponde a mais um tipo de atrativo turístico e, por consequência, de paisagem.

Em síntese, os segmentos de turismo no Rio Grande do Norte, baseados nos atrativos identificados, são: geodiversidade (em que são explorados os elementos naturais por meio de trilhas e passeios); serranos (locais de relativa altitude e tudo o que engloba a amenidade climática); sol & praia (correspondente ao turismo no litoral); e culturais[4] (festividades, aspectos históricos e religiosos).

O primeiro ponto para analisar a segmentação das paisagens turísticas do estado potiguar se refere à classificação dos atrativos existentes. Foram identificados 41 municípios turísticos (Figura 4) no estado potiguar com fluxo de turistas (visitação proeminente). A fim de visualizar o porquê de esses municípios obterem fluxos/passeios, decidiu-se criar, por meio de visitas a campo e, especialmente, com a leitura dos relatórios disponibilizados pelos municípios para o próprio Mapa do Turismo (Brasil, 2023), um quadro-síntese com os atrativos dos municípios efetivamente

4 Há diferença entre os variados atrativos culturais: os que apresentam patrimônio histórico-arquitetônico, religiosidade e festividades – que são, por sinal, bastante distintos entre si. Porém, a fim de simplificar e caracterizar em 3 grandes grupos os atrativos turísticos do RN, optou-se por uni-los todos em um grupo (cultural).

turísticos e as segmentações baseadas nas ofertas dos atrativos turísticos predominantes, conforme se visualiza no Quadro 1.

Quadro 1 – Atrativos turísticos e segmentações dos atrativos nos municípios turísticos do Rio Grande do Norte

MUNICÍPIOS	ATRATIVOS TURÍSTICOS PRINCIPAIS	SEGMENTAÇÕES PREDOMINANTES DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Caicó	Festa de Santana, Carnaval Multicultural, Arco do Triunfo e Ilha de Santana.	Cultural
Mossoró	Pingo da Mei Dia, Festa de Santa Luzia, Estação das Artes, Mossoró Cidade Junina, Memorial da Resistência, Museu de Mossoró e Museu do Petróleo.	Cultural
Santa Cruz	Santuário de Santa Rita e Museu Rural Auta Pinheiro Bezerra.	Cultural
Apodi	Lajedo Soledade, Barragem Apodi e Museu de Arqueologia de Lajedo Soledade.	Geodiversidade e Cultural
Acari	Açude Gargalheiras, Geoparque Seridó, Museu Histórico de Acari, Festa de Nossa Senhora da Guia e Auto de Natal.	Geodiversidade e Cultural
Carnaúba dos Dantas	Monte do Galo, Serra da Rajada, Sítio arqueológico Xique-Xique, Geoparque Seridó, Castelo do Bivar, Festa de Nossa Senhora das Vitórias e Festa de Santa Luzia.	Geodiversidade e Cultural
Currais Novos	Canyon dos Apertados, Gruta de Santa Bárbara, Geoparque Seridó, Memorial Tomaz Salustino, Museu Memorial Mario Moacyr Porto, Festa de Sant'Ana, Carnaxelita e Forronovos.	Geodiversidade e Cultural
Macaíba	Poço do Eco e Museu Solar Ferreiro Torto.	Geodiversidade e Cultural
Parelhas	Serra do Boqueirão, Serra da Areia, Serra das Gargantas, Geoparque Seridó, Forró Folia e Festival de Cultura (FECAP).	Geodiversidade e Cultural
Patu	Gruta de Jesuíno Brilhante, Sítio Arqueológico do Jatobá, Serra do Patu e Santuário do Lima.	Geodiversidade e Cultural
Angicos	Pico do Cabugi e Poço da Oiticica.	Geodiversidade
Arês	Bica do Figueiredo, Lagoa de Guaraíras e Porto do Patané.	Geodiversidade
Lajes	Parque Ecológico do Cabugi e Serra do Feiticeiro.	Geodiversidade

Passa e Fica	Pedra da Boca (apesar de se localizar em Araruna/Paraíba, faz fronteira e é vendida também como Passa e Fica) e Pedra da Caveira.	Geodiversidade
Serra Caiada	Serra Caiada: trilhas e rapel.	Geodiversidade
Serra do Mel	Dunas e Trilha da Serra do Mel.	Geodiversidade
Sítio Novo	Pedra de São Pedro, Olho D'água, Serra da Tapuia, Castelo Zé dos Montes e Cruzeiro de São Francisco.	Serrano e Cultural
Cerro Corá	Mirante do Cruzeiro, Trilha do Escorrego, Mirante do Pipila, Geoparque Seridó e Festa de São Sebastião.	Serrano
Lagoa Nova	Cruzeiro da Baraúna, Geossítio Mirante da Praia, Serra de Santana, Geoparque Seridó, Festa de São Francisco de Assis e Festa de Emancipação Política.	Serrano
Martins	Mirante da Carranca, Casa da Pedra e Festival de Inverno.	Serrano
Monte das Gameleiras	Pedra Pintada, Pedra Navio, Pedra da Caridade e Pedra do Milagre.	Serrano
Portalegre	Cachoeira do Pinga, Cachoeira do Talhado, Mirante Alto da Serra e Ponta da Serra.	Serrano
Serra de São Bento	Serra de São Bento, Festival de Inverno, Festival da Cachaça e Festival Gastronômico.	Serrano
Canguaretama	Praia Barra de Cunhaú, Mortuário de Cunhaú e Festa dos Mártires de Cunhaú.	Sol & Praia e Cultural
Natal	Praia de Ponta Negra e Morro do Careca, Praia dos Artistas, Praia do Forte, Parque das Dunas, Forte dos Reis Magos e Palácio da Cultura (Pinacoteca).	Sol & Praia
Areia Branca	Praia de Upanema, Praia de Baixa Grande, Praia de Morro Pintado e Praia de Ponta do Mel.	Sol & Praia
Baía Formosa	Praia de Baía Formosa, Praia do Sagi, Lagoa da Coca Cola, Foz do Rio Guajú e Praia da Cotia.	Sol & Praia
Ceará-Mirim	Praia de Jacumã, Praia de Muriú e Cachoeirinha de Pitangui.	Sol & Praia
Extremoz	Genipabu, Praia e Lagoa de Pitangui, Passeio de Buggy, Praia de Santa Rita, Aquário Natal, Barra do Rio e Passeio de Dromedário.	Sol & Praia
Galinhos	Praia Galinhos, Dunas de Galinhos, Praia Gaias e Farol de Galinhos.	Sol & Praia
Grossos	Praia de Pernambuquinho e Dunas de Valença.	Sol & Praia
Macau	Praia Camapum, Ponta do Tubarão e Parque Salineiro.	Sol & Praia
Maxaranguape	Praia de Maracajaú, Praia do Amor, Árvore do Amor, Parrachos e Farol de São Roque.	Sol & Praia

Nísia Floresta	Praia Pirangi do Sul, Praia de Camurupim, Praia de Búzios, Praia de Barreta, Tabatinga, Lagoa do Bonfim e Lagoa de Arituba.	Sol & Praia
Parnamirim	Cajueiro de Pirangi, Barreira do Inferno, Praia de Cotovelo e Praia de Pirangi.	Sol & Praia
Porto do Mangue	Dunas do Rosado, Praia de Pedra Grande e Praia da Costinha.	Sol & Praia
Rio do Fogo	Praia de Zumbi, Praia de Perobas, Praia e Parrachos de Rio do Fogo, Lagoa da Cotia e Barra de Punaú.	Sol & Praia
São Miguel do Gostoso	Praia de Tourinhos, Praia São Miguel do Gostoso, Praia Ponta do Santo Cristo e Praia da Xêpa.	Sol & Praia
Tibau	Praia de Tibau, Morro de Areias Coloridas, Carnaval e Festa da Padroeira.	Sol & Praia
Tibau do Sul	Praia de Pipa, Santuário Ecológico de Pipa, Falésias de Cacimbinhas, Praia do Madeiro, Festival MPB Pipa e Festival Bossa & Jazz.	Sol & Praia
Touros	Praia de Perobas, Praia de Touros, Farol do Calcanhar e Praia de São José.	Sol & Praia

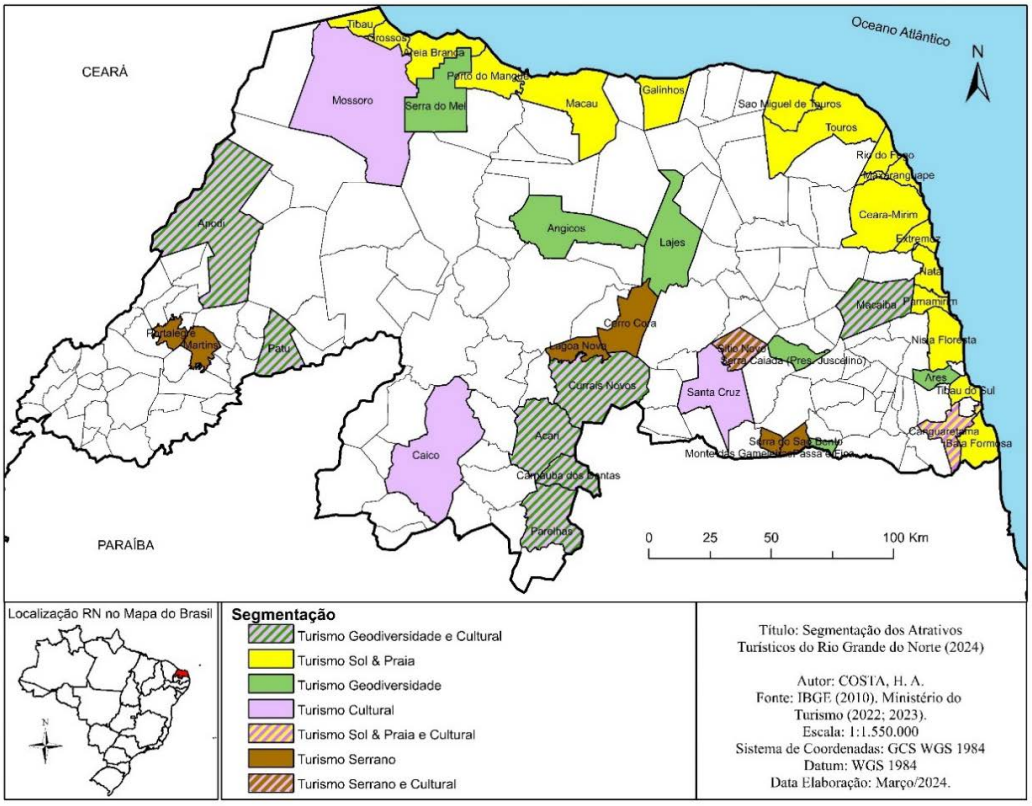
Fonte: visitas a campo e Mapa do Turismo (Brasil, 2023).

Alguns fatores chamam atenção no Quadro 1 e na Figura 5. Segundo Costa (2024), os fluxos turísticos no Rio Grande do Norte expressam maior representatividade em direção aos municípios localizados no litoral. Esses fluxos correspondem majoritariamente ao segmento "Sol & Praia", isto é, o mar e as altas temperaturas como elementos estruturadores das visitas turísticas.

Os destinos interioranos potiguares, por sua vez, apresentam produtos mais distintos: serras com amenidade climática, festividades (sagradas e/ou profanas) e sítios e parques (geodiversidade). Em resumo, o turismo no interior potiguar apresenta atrativos culturais e/ou naturais, sendo que alguns municípios agregam os dois elementos, isto é, a cultura e a geodiversidade ou localidades serranas.

Após evidenciar os municípios turísticos (Figura 4), apresenta-se a síntese dos segmentos turísticos dos municípios na Figura 5.

Figura 5 – Segmentação dos atrativos turísticos do Rio Grande do Norte (2024)



Fonte: Costa (2024).

O turismo se apropria das singularidades de cada lugar para atrair visitantes. É por isso que as escalas espaciais são fundamentais na dinamização dos atrativos turísticos. Segundo Nonato Junior (2016, p. 211), a "escala não se configura apenas como estrutura, mas também como relação". Isso significa que os atrativos se tornam turísticos graças às escalas que os concebem. O apelo sol & mar, por exemplo, é nacional e internacional; as festividades religiosas e os locais serranos no Rio Grande do Norte (amenidade climática) têm apelo regional e, em alguns casos, nacional.

A configuração escalar é essencial para a estruturação do turismo. Como consequência,

> as escalas são importantes como modalidades de hierarquização/rehierarquização: os processos de diferenciação socioespacial manifestam-se material e discursivamente através das escalas. Os processos associados a esses significados singulares e plurais podem estar intimamente interligados. A interpretação de escala de Brenner implica uma mudança dos contextos (hierárquicos) dos processos socioespaciais para processos de escala/reescalonamento (do estado capitalista)

> que são constitutivos e constituídos por estes contextos espaciais dinâmicos em perpetuamente transformação (Paasi, 2004, p. 538, *tradução nossa*).

Em síntese, "as escalas também são historicamente contingentes; elas são produzidas, existem e podem ser destruídas ou transformadas em práticas e lutas sociais e políticas. A institucionalização/desinstitucionalização da região, do local e da escala são, de fato, elementos inseparáveis no processo perpétuo de transformação regional" (Paasi, 2004, p. 542, *tradução nossa*). Dessa forma, o turismo apresenta diferentes demandas em virtude de sua possibilidade escalar de articulação (regional, nacional e global).

A representação e a configuração do turismo vinculam-se às demandas existentes por parte dos turistas (regionais, nacionais e internacionais), e as conexões/articulações espaciais são criadas para atender a esses desígnios. Os turistas são verticalidades que, ao visitarem as localidades, influenciam na composição econômica, na estruturação e na relacionalidade dos municípios turísticos e de suas respectivas regiões.

Portanto, há vários tipos de turistas a partir de cada atrativo/recurso turístico[5]. Conforme Barros (2001, p. 26), "olhar para os fenômenos tal como se desencadeiam globalmente e como acabam por se rebaterem em níveis regionais e locais é uma prática metodológica que se tem revelado muito útil" e, segundo esse autor, metodologicamente a análise do turismo deve estar centrada nas distintas escalas do fenômeno. Em síntese, a interescalaridade entre os variados elementos da atividade turística é condição *sine qua non* para a forma-conteúdo do turismo.

No Rio Grande do Norte, de acordo com informações do Relatório do Perfil do Turista do Sírio de 2023 (Tabela 1), os estrangeiros correspondem ao grupo que menos visita as cidades interioranas e os atrativos histórico-culturais potiguares, ao passo que os brasileiros têm um grau de visitação considerável a esses atrativos. Da mesma forma, os estrangeiros visitam majoritariamente as cidades litorâneas, o que corrobora a ideia apresentada de interescalaridade do turismo, isto é, as áreas litorais se estruturam para atender turistas regionais, nacionais e internacionais, enquanto os trechos interioranos do RN recebem visitantes nacionais/regionais.

5 "A diferença entre atrativo turístico e recurso turístico é que o primeiro está formatado como negócio, enquanto o segundo tem potencial para ser transformado em produto, podendo receber interferências, para, então, ser comercializado e usufruído pelos turistas" (SEBRAE-SP, 2016, p. 12).

Tabela 1 – Locais visitados por turistas no Rio Grande do Norte (2023)

LOCAL DE ORIGEM	VISITAÇÃO ÀS PRAIAS	VISITAÇÃO ÀS CIDADES DO INTERIOR	VISITAÇÃO AOS ATRATIVOS HISTÓRICOS CULTURAIS
Estrangeiros	97,12%	5,79%	7,19%
Média brasileiros total	92,65%	14,12%	12,99%
Norte	92,75%	13,9%	12,85%
Nordeste	86,54%	6,34%	8,34%
Centro-Oeste	98,83%	20,39%	19,03%
Sudeste	98,60%	22,19%	16,87%
Sul	99,06%	24,45%	22,26%

Fonte: Sírio (2023)[6].

Segundo informações desse relatório, as belezas naturais correspondem ao motivo mais citado para visitação ao RN, totalizando 65,99%. Isso demonstra que os atrativos turísticos do Rio Grande do Norte são especialmente naturais (sol & praia, serras/planaltos etc.). Assim sendo, além de haver uma segmentação dos atrativos, os próprios turistas (regionais, nacionais e internacionais) também têm demandas diferentes, pois turistas internacionais têm preferência pelos atrativos de sol & praia, ao passo que os turistas nacionais têm múltiplos interesses. A diferenciação dos atrativos é, dessa maneira, um fator que contribui para compreender a forma-conteúdo do turismo no estado potiguar e, em especial, para as distintas interescalaridades espaciais, tendo em vista que as relações no espaço são diferentes, conforme os locais de origem dos turistas e os tipos de atrativos.

Desse modo, a segmentação turística dos atrativos (geodiversidade, serrano, cultura e sol & praia) no Rio Grande do Norte demonstra a complexidade que esse setor tem no estado. As escalas espaciais são sustentadoras do turismo e a mobilidade dos turistas existe de acordo com a sua demanda, ou seja, as paisagens configuram e influenciam a estrutura do turismo potiguar.

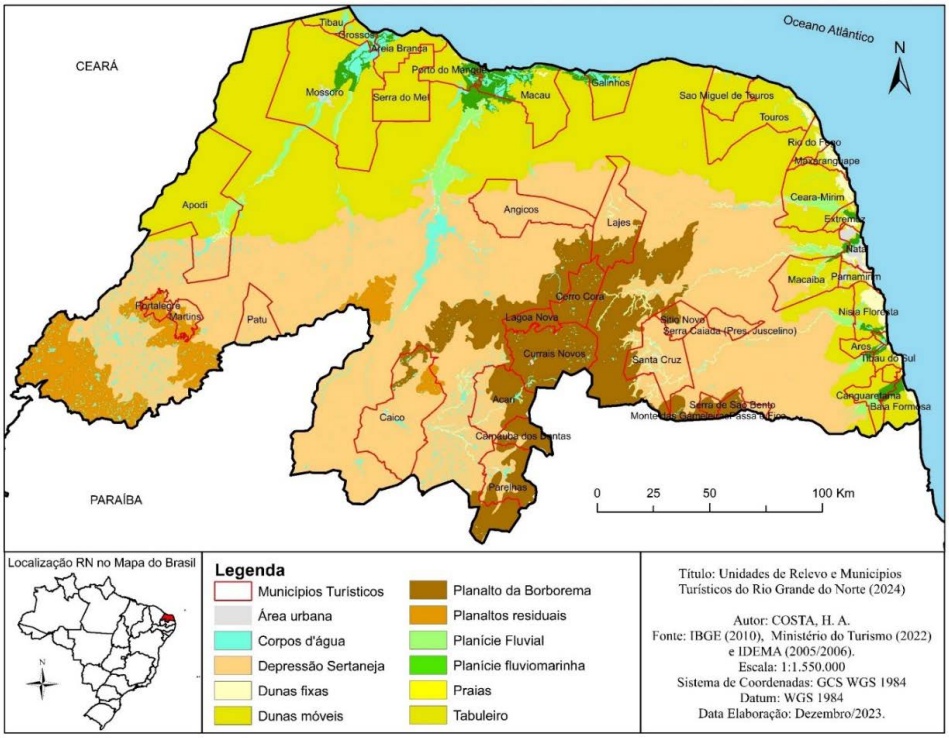
6 Como a aplicação dessa pesquisa ocorre nos municípios de Natal, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul, Tibau e Mossoró, alguns pontos necessitam ser ressaltados: não há, de fato, uma apreensão dos turistas no interior. Dos 5 municípios onde há turistas entrevistados, 4 se localizam no litoral, e Mossoró, apesar de não estar no litoral, emite turistas para o litoral. Portanto, esses dados, apesar de importantes, apresentam fragilidades. Os relatórios das regiões turísticas, inclusive, afirmam que nas regiões turísticas interioranas o fluxo ocorre a partir dos turistas regionais. Entretanto o ponto mais importante a se observar nessa informação diz respeito aos turistas estrangeiros (que têm pouco interesse em se deslocar para o interior), comprovando a interescalaridade/demanda dos atrativos turísticos (sol & praia) no estado potiguar.

O meio ecológico e a estruturação do turismo potiguar

O meio ecológico é um dos elementos do espaço geográfico (Santos, 2012), e o seu papel no mundo é fundamental, sobretudo para a atividade turística. As formações naturais (meio ecológico) são vistas como motivo de visitação, pois são naturais e, por consequência, singulares (belezas naturais) – frente ao contexto local ou mesmo se comparadas ao contexto internacional.

A Figura 6 apresenta as unidades de relevo e os municípios com evidente fluxo turístico no Rio Grande do Norte. Ao notar essas informações e as do Quadro 1, observa-se que o turismo interiorano ocorre especialmente nos lugares onde há planaltos, serras e/ou *inselbergs*[7]. Destarte, é no planalto da Borborema e nos planaltos residuais do Oeste Potiguar onde há mais fluxo turístico no interior do estado.

Figura 6 – Unidades de relevo e municípios turísticos do Rio Grande do Norte (2024)



Fonte: elaboração do autor (2023).

7 Conforme Guerra (1993), os *inselbergs* são relevos residuais encontrados majoritariamente em áreas de clima semiárido. A área do seu entorno geralmente foi erodida e os *inselbergs* têm feições variadas, como domo, cúpula ou crista. Devido aos declives do seu entorno e a uma superfície de aplanamento superior, isto é, área mais alta que seu entorno, os inselbergs podem receber visitação turística ou, mesmo, ter moradas/outras atividades econômicas em sua área. É uma singularidade presente especialmente no bioma da Caatinga.

Assim, os aspectos relacionados às unidades de relevo são imprescindíveis à estruturação do turismo potiguar. Cabe pontuar que ter o recurso/paisagem não é sinônimo de visitação turística. É necessário ter o recurso e maneiras de circular com os turistas por intermédio das redes. Ou seja, para a estruturação do turismo, deve-se contar com atrativos, infraestrutura e turistas.

O fator físico-geográfico contribui para a estruturação do turismo potiguar, sobretudo no interior, pois a maior parte dos municípios interioranos com caráter turístico se localiza em relevos com relativa altitude. Municípios efetivamente turísticos do interior potiguar utilizam atrativos naturais (geodiversidade e/ou serranos) com o intuito de divulgar os próprios produtos e receber visitações, conforme a possibilidade de atratividade e interescalaridade do atrativo.

Alguns destinos interioranos relevantes, como são os casos de Martins (Figura 7.1) e Serra de São Bento (Figura 7.2), possuem na amenidade climática gerada a partir das serras, bem como nas condições geomorfológicas do relevo, os maiores apelos para a atração de fluxo turístico. Como essa amenidade, com temperatura variando de 15 a 19 °C, não tem apelo internacional, estima-se que os turistas que se deslocam para essas áreas apresentem caráter regional. Essas áreas ganharam maior notoriedade durante a pandemia da Covid-19, como sintetizam Bicalho e Fonseca (2023, p. 181):

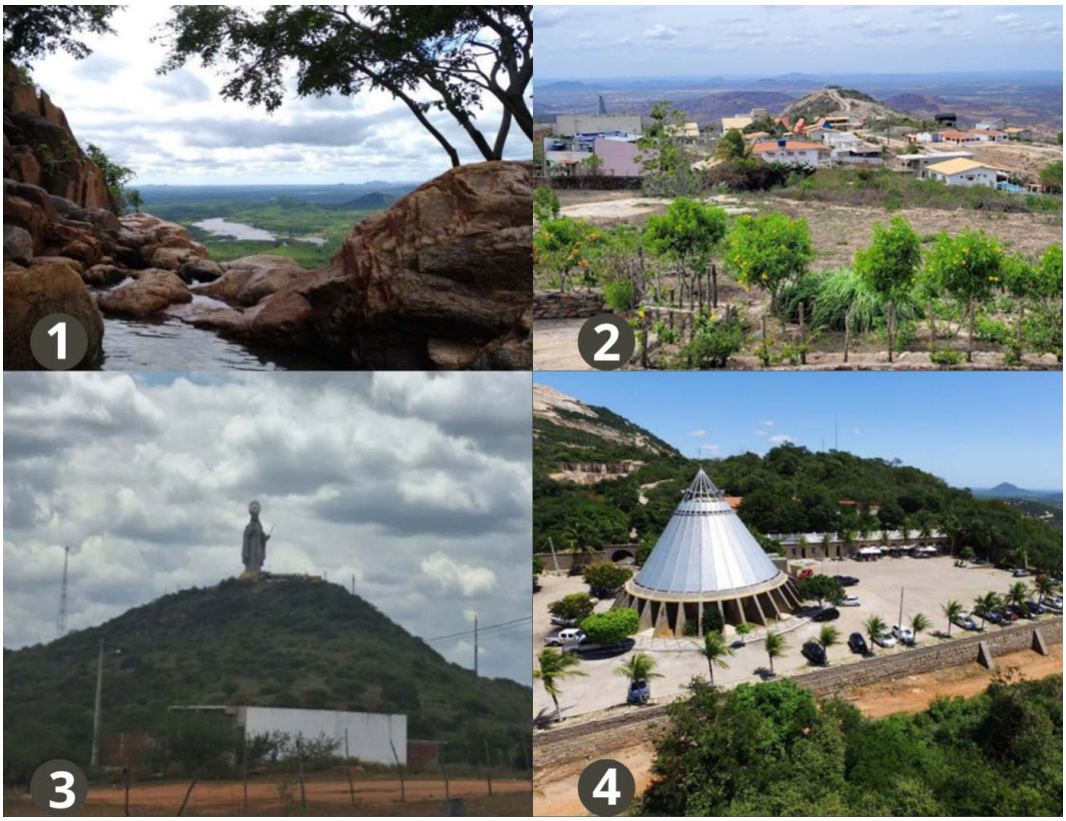
> na região Nordeste, onde as praias assumem preponderância na atração dos fluxos turísticos, também se verificou uma maior procura e valorização de pequenos municípios turísticos localizados no interior, em geral situados próximo às capitais, diante do evento da pandemia. E é nesse momento que alguns destinos serranos, antes até mesmo desconhecidos, despontam por ofertarem atrativos naturais onde se destacam um clima ameno, o relevo acidentado e os recursos hídricos, em contraponto ao estereótipo de sertão e seca associado à região.

Apesar da maior valorização do turismo interiorano após a Covid-19, essa tendência já vinha ocorrendo. Segundo a 13ª ata do Polo Agreste Trairi (SETUR, 2016), com relação ao fluxo turístico para as cidades de Passa e Fica, Monte das Gameleiras e Serra de São Bento (áreas serranas do RN), "o perfil do turista está vindo do próprio estado, viajando em família e com renda boa". As secretarias de turismo observaram que os turistas que se deslocam para Serra de São Bento são especialmente regionais, o que provavelmente ocorre da mesma forma em Martins, por também ser um pequeno destino turístico com características idênticas.

Na 41ª ata do Polo Serrano (SETUR, 2021), verifica-se que, com relação a essa região, "o fluxo turístico na região ocorre de forma centralizada, principalmente nos municípios de Martins, Portalegre, no Lajedo de Apodi"; isto é, a atividade turística se espacializa em municípios com características geomorfológicas específicas.

Exceto Apodi e Mossoró, todos os outros municípios do interior estão em alguma unidade geomorfológica de relevo que compõe algum planalto ou apresentam inselbergs como componentes dos próprios atrativos turísticos. Alguns municípios cujo apelo cultural/religioso é proeminente, como são os casos de Santa Cruz, com o Santuário de Santa Rita de Cássia (Figura 7.3), e de Patu, com o Santuário do Lima (Figura 7.4), também se localizam nessas unidades de relevo.

Figura 7 – Paisagens turísticas do interior do Rio Grande do Norte



Legenda: 7.1 Cachoeira da Umarizeira, em Martins/RN; 7.2 Serra de São Bento/RN; 7.3 Localização do santuário de Santa Rita, em Santa Cruz/RN; 7.4 Santuário do Lima, em Patu/RN.

Fontes: 7.1 https://br.pinterest.com/pin/222998619033866160/ (2023). 7.2 Google (2022). 7.3 Acervo do autor (2024). 7.4 https://www.facebook.com/SantuariodoLimaPatu/?locale=pt_BR (2023).

O que explicaria o fato de atrativos religiosos (culturais) estarem localizados em áreas com amenidade climática/altura relevante? Para Heidegger (2020), os templos religiosos se vinculam, quase sempre, a um processo de desocultação, isto é, com o intuito de se ter relevância, é necessário que o recinto sagrado tenha visibilidade. De acordo com esse autor, mencionando os templos gregos, "o deus advém no templo"

(Heidegger, 2020, p. 32), e continua: "ali de pé repousa o edifício sobre o chão da rocha" (*ibidem*). Por isso, "o brilho e a luz de sua pedra, que sobressaem graças apenas à mercê do Sol, são o que põe em evidência a claridade do dia, a imensidão do céu, a treva da noite. O seu seguro erguer-se torna assim visível o espaço invisível do ar" (ibidem). Ou seja, os templos religiosos historicamente se localizam em áreas onde se possa visualizá-los com maior exuberância, conforme deixa claro o filósofo alemão. Sem a visualização, não há representação religiosa. A imensidão da fé também está relacionada à apresentação dos templos em áreas com relevante altitude e em locais que demonstrem "poder".

Desse modo, os atrativos turísticos religiosos no Rio Grande do Norte seguem essa lógica e se localizam em áreas cujas altitudes são maiores que seu entorno – com o intuito de demonstrar sua exuberância, o que gera atratividade. É essa a gênese da relação entre a localização dos templos religiosos nos topos dos *inselbergs* e/ou das serras no estado potiguar.

O meio ecológico é essencial para a existência dos mais variados atrativos/lugares turísticos do Rio Grande do Norte, inclusive os que têm apelo cultural/religioso no interior do estado potiguar.

Serra Caiada, com os rapéis e trilhas (Figura 8.1), é outro município potiguar que tem no *inselberg* o seu principal atrativo para o turismo de aventura. Sítio Novo, por sua vez, localiza-se na Serra da Tapuia e tem no Castelo de Zé do Monte (Figura 8.2), no pico da serra, um atrativo turístico proeminente dentro do contexto potiguar.

Outro destino natural relevante no interior do estado potiguar é o Pico do Cabugi. Situado em Angicos (Figura 8.3), é um dos poucos vulcões (adormecidos) do Brasil. Esse município tem nas trilhas um apelo muito forte para visitação e, com isso, recebe passeios, além de se localizar entre Natal e Mossoró, podendo ter fluxo de turistas hospedados nessas duas localidades via BR-304, constituindo-se em uma rota turística relevante no Rio Grande do Norte, com base na geodiversidade do atrativo.

Além desses atrativos, outro local com visitação e que tem em um *inselberg* o fator proeminente para o fluxo turístico é a Pedra da Boca (Figura 8.4), localizada em Araruna/PB, mas publicizada como Passa e Fica devido ao fato de estar no limite entre as duas cidades e, por consequência, entre os dois estados (Paraíba e Rio Grande do Norte). É um local com apelo turístico, um contingente relevante de pousadas, hospedagens do Airbnb, chalés e restaurantes em seu entorno.

Figura 8 – Paisagens turísticas do interior do Rio Grande do Norte



Legenda: 8.1 Serra Caiada, no município de Serra Caiada/RN; 8.2 Castelo de Zé do Monte, em Sítio Novo/RN; 8.3 Pico do Cabugi, em Angicos/RN; 8.4 Pedra da Boca, em Araruna/PB, na divisa com Passa e Fica/RN.

Fontes: 8.1 Acervo do autor (2024). 8.2 Acervo do autor (2024). 8.3 Drone Smart Inovações (2023). 8.4 Acervo do autor (2024).

Uma trilha extremamente relevante no Geoparque Seridó é a do Canyon dos Apertados, localizada em Currais Novos (Figura 9.1). Imbricado no planalto da Borborema e situado em um vale, o canyon atrai turistas dos mais diversos lugares, em busca de perceber as belezas naturais e de fazer trilhas.

Além da natureza em geral, outro elemento vendido e com apelo turístico no estado é a cultura. Grande parte das festividades existentes e exploradas pelo turismo no interior perpassa o "sagrado" e o "profano". Para Alves (2009), no Seridó, por exemplo, as festas religiosas estão vinculadas ao catolicismo. Em Santa Cruz e em Patu (Figuras 7.3 e 7.4), outrossim, isso também ocorre, mas com algumas diferenças. De acordo com essa autora,

> as festas religiosas do catolicismo popular brasileiro constituem uma das maiores manifestações de crenças e práticas religiosas que condensam histórias e mitos presentes no imaginário popular. Habitualmente exercidas por festeiros, devotos, patrocinadores e *especialistas do sagrado*, tornam-se propriedade da comunidade e portadoras de uma identidade, à medida que se nutrem das raízes culturais, da memória coletiva, dos valores e dos *saberes e fazeres* inseridos num *habitus* religioso inculcado na história do grupo (Alves, 2009, p. 6).

A mesma autora afirma que o turismo religioso constitui o Seridó como uma região (turística). "Os peregrinos e turistas que se deslocam para a Festa de Sant'Ana, em Caicó, ou para outras festas nos demais municípios pesquisados, possuem motivos suficientes para usufruírem dos atrativos que a região oferece" (Alves, 2009, p. 8). Com o fator religioso, o Seridó se destaca com as festividades de rua, conforme Silva (2022). De acordo com essa autora, "as celebrações, incluindo os rituais religiosos e as festas de rua, são as principais atrações culturais do Polo" (Silva, 2022, p. 35). No Seridó essas festividades se articulam com as missas (sagrado) e com os shows de forró (dimensão do profano), dissociando-se do turismo religioso, por exemplo, de Patu e de Santa Cruz, que, por sua vez, são mais ligados às romarias.

No Seridó, além do fator cultural, o Geoparque Seridó é outro atrativo representativo localizado nessa região. Acerca dessa região e das suas características do fluxo turístico, a Secretaria de Turismo do RN - SETUR (2011a, p. 149) menciona "que a atividade turística no Polo Seridó ainda ocorre de maneira bastante sazonal, motivada por festejos populares ou por fluxos de turismo pedagógico".

O roteiro do Geoparque Seridó, inclusive, não nega o aspecto religioso/cultural em sua delimitação. Conforme matéria veiculada no site Metrópoles[8], "além de trilhas, cachoeiras e cavernas, os destaques do Geoparque Seridó ficam para o sítio arqueológico Xiquexique, onde podem ser vistas pinturas rupestres datadas com mais de 9 mil anos". Outro ponto citado que demonstra a interlocução entre os aspectos naturais e culturais, de acordo com a mesma reportagem, é o Monte do Galo, em Carnaúba dos Dantas (Figura 9.2), com grande capacidade de atração turística e religiosa. Segundo a matéria,

> outro ponto que merece atenção é o Monte do Galo, com forte pegada do turismo religioso. Inaugurado em 1927, o local recebe fiéis em romarias com bênçãos de Nossa Senhora das Vitórias. É um dos principais pontos turísticos religiosos do Rio Grande do Norte. No espaço há uma capela, cruzeiro, estátua do galo, sala dos ex-votos e os 12 passos de Cristo ao longo da subida. Possui altura média de 155 metros, possibilitando ao visitante apreciar a vista panorâmica da região, formada por quartzitos, micaxistos e pegmatitos (Metrópoles, 2023).

8 Disponível em: https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/turismo/veja-o-que-fazer-no-geoparque-serido-rn-reconhecido-pela-unesco. Acesso em: 27 dez. 2023.

Percebe-se, portanto, a inter-relação entre os locais religiosos e as áreas de planaltos residuais, assim como ocorre em Patu.

Outra destinação cultural relevante do Seridó é o Geossítio Mina Brejuí (Figura 9.3). O passeio para essa localidade é dividido em duas partes: visitação ao Museu/Memorial Tomaz Salustiano e, em seguida, visita às cavernas (Mina Brejuí), onde há extração da scheelita. Nesse passeio, o turista conhece aspectos históricos do Rio Grande do Norte e visita formações rochosas onde há a extração de minerais raros (como o tungstênio e a scheelita). Esse é um exemplo de turismo pedagógico que ocorre em diferentes municípios do Geoparque Seridó[9].

Além do cenário cultural/religioso no Seridó, Mossoró é outro destino turístico do interior potiguar que se utiliza dos aspectos culturais para atrair turistas. Entender o turismo em Mossoró é compreender como a cidade vende a sua história de combate ao cangaço. Em junho, por exemplo, a peça *Chuva de Bala no país de Mossoró*, que retrata o conflito entre Lampião e a polícia local, é um espetáculo tradicional e importante para as festividades juninas da cidade (Alves, 2017). O Memorial da Resistência (Figuras 9.4) evidencia o conflito histórico entre cangaceiros e a população local e se torna, por conseguinte, motivo de visitação.

Mossoró se estabelece turisticamente dentro do estado potiguar com os grandes eventos, como o "Pingo da Mei Dia"[10], e com a valorização da cultura local. Mossoró tem um caráter duplo, nesse caso: como receptivo, depende do aspecto cultural e das festividades; como emissor de passeios, articula-se aos municípios relativamente próximos com passeios turísticos gerados pelo turismo de sol & mar.

Infere-se que a escalaridade do fenômeno turístico para áreas do interior potiguar ocorre mediante a incorporação de fluxo turístico especialmente regional e, em alguns casos, nacional.

9 Municípios do geoparque Seridó: Cerro Corá, Currais Novos, Carnaúba dos Dantas, Acari, Lagoa Nova e Parelhas.

10 "Um enorme bloco de carnaval, só que junino. Essa poderia ser a definição do "Pingo da Mei Dia", um dos maiores festejos juninos do Brasil e que abre o Mossoró Cidade Junina, o maior São João do Rio Grande do Norte". Para conhecer melhor, ver: https://saibamais.jor.br/2024/05/conheca-o-pingo-da-mei-dia-e-a-importancia-para-o-mossoroense/.

Figura 9 – Paisagens turísticas do interior do Rio Grande do Norte



Legenda: 9.1 Canyon dos Apertados, em Currais Novos/RN; 9.2 Monte Galo, em Carnaúba dos Dantas/RN; 9.3 Entrada do geossítio Mina Brejuí, em Currais Novos/RN; 9.4 Memorial da Resistência, em Mossoró/RN.

Fontes: 9.1 Acervo do autor (2024). 9.2 https://euamooserido.com.br/2020/02/17/monte-do-galo-carnauba-dos-dantas/ (2020). 9.3 Acervo do autor (2024). 9.4 Acervo do autor (2024).

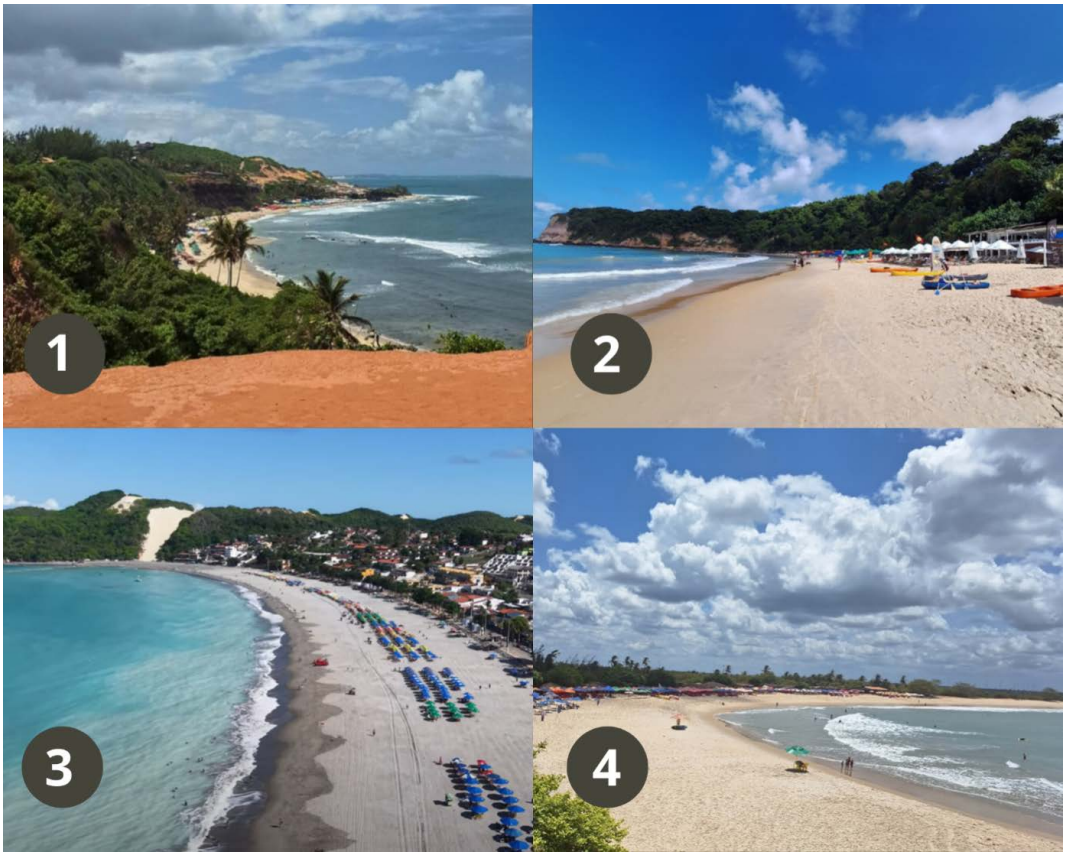
Com relação ao litoral oriental potiguar, as praias e lagoas próximas são os elementos estruturantes das conexões espaciais (sol & praia). Sem dúvidas, a Praia de Pipa, localizada em Tibau do Sul, com suas falésias (Figuras 10.1 e 10.2), a Praia de Ponta Negra, em Natal (Figura 10.3), com o Morro do Careca, e a praia de Tourinhos, em São Miguel do Gostoso (Figura 10.4), são fundamentais para a forma-conteúdo dessa área e para o apelo turístico nacional e internacional.

As falésias/praias têm demanda turística internacional. Segundo Bujosa, Riera e Pons (2015), o segmento sol & praia corresponde à modalidade de turismo mais relevante internacionalmente e exerce grande influência sobre destinos tropicais, a exemplo do litoral leste do Rio Grande do Norte. Para esses autores,

> embora o turismo costeiro em suas origens fosse considerado exclusivo para turistas de elite, sua democratização na segunda metade do século XX contribuiu para sua expansão, especialmente no sul da Europa, o qual se tornou um símbolo do turismo de massa. Desde então, as estatísticas têm demonstrado a importância do turismo de sol e praia como o maior segmento do turismo mundial, apresentando altas taxas de crescimento até o momento (Busoja, Riera e Pons, 2015, p. 780, *tradução nossa*).

O turismo no litoral leste se desenvolve a partir da interescalaridade, e sua relevância está na demanda paisagística internacional, com muitos visitantes.

Figura 10 – Paisagens turísticas do litoral oriental do Rio Grande do Norte



Legenda: 10.1 Praias de Pipa a partir do chapadão, Tibau do Sul/RN; 10.2 Praia do Madeiro, em Tibau do Sul/RN; 10.3 Praia de Ponta Negra, em Natal/RN; 10.4 Praia de Tourinhos, em São Miguel do Gostoso/RN.

Fontes: 10.1 Acervo do autor (2024). 10.2 Acervo do autor (2024). 10.3 https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/41689 (2025). 10.4 Acervo do autor (2024).

Como aponta Paasi (2004), as regiões têm seus conteúdos vinculados a outras escalas espaciais, e o litoral leste, por essa razão, é a área potiguar com maior número

de municípios com fluxos turísticos, haja vista que sua demanda é a maior e, portanto, estrutura-se cooptando as demandas (escalas) verticais. Esse fato ocorre pelo menos desde o ano de 2011, pois "tem-se que o tipo predominante de turismo praticado hoje no Polo Costa das Dunas é o *turismo de sol e praia,* que acontece, em maior ou menor escala, em todos os municípios litorâneos do Polo", e "entende-se que, em alguns pontos do litoral, o turismo de sol e praia – associado a uma vertente mais ecológica e/ou ao seu papel de centro de distribuição de visitantes – tem o potencial de atrair turistas internacionais. Nos demais locais, acredita-se que o potencial maior de atratividade é de turistas nacionais" (SETUR, 2011b, p. 172).

Mediante a interescalaridade dos atrativos turísticos de sol & praia, "a associação de Natal e, por consequência, de todo conjunto de municípios que compõem o Polo Costa das Dunas, a um destino de lazer e férias litorâneo é muito forte e já está consolidada nos mercados nacional e internacional" (SETUR, 2011c, p. 25).

De acordo com dados da Embratur (2023)[11], Natal seria a capital brasileira com o maior aumento do número de turistas estrangeiros em janeiro de 2024 (alta estação). A demanda paisagística internacional do segmento sol & praia atrai relevantes contingentes de turistas para o litoral leste potiguar.

Com isso, o meio ecológico é essencial para a forma-conteúdo do turismo no Rio Grande do Norte, pois é mediante suas características que há interescalaridade espacial no turismo potiguar – a partir da relação entre os atrativos e os turistas.

A sustentabilidade do meio geográfico

O turismo no Rio Grande do Norte, portanto, necessita do meio natural e da preservação da cultura para existir. Quase todos os atrativos têm influência direta e/ou indireta dos elementos naturais. O debate a respeito da indissociabilidade entre economia e meio natural (sustentabilidade) se torna relevante em virtude dessa correlação.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que, apesar da maior tecnicidade dos lugares, os elementos naturais denotam enorme importância, pois sem a natureza algumas atividades econômicas sequer existiriam da forma atual. O segundo ponto é que a preservação do meio geográfico pode contribuir, sim, para o crescimento

11 Segundo essa notícia, "a capital potiguar deverá ter um aumento de 26,6% no número de estrangeiros, na comparação com o mesmo período de 2023. Segundo a Embratur, Natal também concentrou o maior aumento em janeiro de 2023 em relação ao mesmo mês de 2022: 54,7%. Ainda de acordo com o levantamento, os países que mais enviam turistas internacionais para Natal são, do maior para o menor, Argentina, Portugal, Itália e Estados Unidos". Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/12/27/natal-sera-capital-com-maior-aumento-de-turistas-estrangeiros-em-janeiro-de-2024-diz-embratur.ghtml. Acesso em: 27 dez. 2023.

econômico, uma vez que os turistas se direcionam para lugares com atrativos preservados, fomentando emprego e renda.

O meio ecológico é elemento central da vida humana e das atividades econômicas. Com base nisso, o debate acerca de sua preservação se aprofunda em escala global e se relaciona com o discurso da sustentabilidade (Mariano e Ferrareze-Junior, 2022).

A sustentabilidade deve ser pensada a partir de suas múltiplas dimensões. Segundo Iaquinto (2018), as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais integram o desenvolvimento sustentável, uma vez que, caso haja a ausência de algum desses elementos, o lugar não se desenvolve de forma efetivamente sustentável.

Atualmente, segundo a Agenda 2030, há 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para este estudo, optou-se por trabalhar com 6 desses objetivos. Essa escolha ocorreu pelo fato de alguns ODS se vincularem claramente a uma perspectiva ambiental e, a partir desses objetivos, haver a possibilidade de observar como o meio ecológico se configura nessas localidades. Nesse sentido, elucidam-se as dimensões ambientais dos ODS nos municípios turísticos do estado potiguar.

O Quadro 2 apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que se relacionam com a dimensão ambiental.

Quadro 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (dimensão ambiental)

OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	TÍTULO	DIMENSÃO
ODS 6	Água potável e saneamento	Ambiental
ODS 7	Energias renováveis e acessíveis	Ambiental
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	Socioambiental
ODS 13	Ação climática	Ambiental
ODS 14	Proteger a vida marinha	Ambiental
ODS 15	Proteger a vida terrestre	Ambiental

Fonte: IDSC.

Os objetivos 6, 7, 11, 13, 14 e 15 se associam à dimensão ambiental e, portanto, ao meio ecológico. Com base nesses ODS, tabulou-se a informação dos Índices de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) dos 41 municípios considerados turísticos no Rio Grande do Norte (Quadro 3), com o intuito de analisar esses dados.

Quadro 3 – Municípios turísticos potiguares e ODS ambientais, sociais e econômicas

MUNICÍPIOS	ODS 6	ODS 7	ODS 11	ODS 13	ODS 14	ODS 15	NDS*
Acari							51,88
Apodi							37,80
Angicos							39,31
Areia Branca							41,08
Arês							41,08
Baía Formosa							44,76
Caicó							49,76
Canguaretama							40,21
Carnaúba dos Dantas							46,38
Ceará-Mirim							44,55
Cerro Corá							43,34
Currais Novos							54,09
Extremoz							41,50
Galinhos							49,16
Grossos							37,34
Lagoa Nova							48,22
Lajes							48,23
Macaíba							41,73
Macau							51,66
Martins							47,29
Maxaranguape							41,34
Monte das Gameleiras							46,39
Mossoró							47,99
Natal							44,66
Nísia Floresta							44,74
Parelhas							50,69
Parnamirim							47,19
Passa e Fica							46,27
Patu							39,45

Portalegre							42,84
Porto do Mangue							36,95
Rio do Fogo							39,33
Santa Cruz							47,83
São Miguel do Gostoso							42,42
Serra Caiada							48,22
Serra de São Bento							43,99
Serra do Mel							39,70
Sítio Novo							40,24
Tibau							42,57
Tibau do Sul							46,99
Touros							44,77

Legenda: Muito bom; Bom; Regular; Baixo; Muito baixo; Sem informação
NDS* = Nível de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/ (2025).

O primeiro ponto a se ressaltar no Quadro 3 é que o 6º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável trata do saneamento ambiental, do abastecimento e do tratamento de água, bem como do esgotamento sanitário. Nesse ODS, 19 municípios turísticos potiguares apresentam índices baixos ou muito baixos, isto é, têm algum problema de "água potável e saneamento", ao passo que 22 têm índices regulares, bons ou muito bons. Com isso, há um equilíbrio nas classificações entre os municípios turísticos do RN, com um desempenho levemente positivo.

O 7º ODS demonstra que todos os municípios potiguares turísticos têm bons índices de "energia acessível e limpa", isto é, contemplam domicílios com acesso à energia elétrica e baixa vulnerabilidade elétrica.

O 11º ODS trata das "cidades e comunidades sustentáveis". Apesar de ser social, esse objetivo tem forte vinculação com a dimensão ambiental, por isso neste trabalho o considerou socioambiental. O 11º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS)[12] estabelece que se deve "tornar as cidades e os assentamentos

12 Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 28 jan. 2025.

humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", e pontua, no subtópico 4, que é necessário "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo". Dos 41 municípios, 39 alcançaram índices classificados como muito bons ou bons nesse ODS.

O 13º ODS, por sua vez, evidencia que todos os municípios apresentam boa classificação para suas "ações contra a mudança do clima", ou seja, os municípios têm indicadores positivos quanto à baixa emissão de CO^2, ao controle de queimadas, às estratégias para a prevenção de desastres ambientais, bem como ao baixo índice de desmatamento.

O 14º ODS, no entanto, apresenta um problema. São poucos os municípios potiguares que têm informações disponíveis acerca da "proteção da vida na água". Apenas 17 foram classificados, com nove sendo muito bons ou bons e oito com índices baixos ou muito baixos – esses indicadores versam a respeito de informações sobre o tratamento do esgoto antes de chegar aos corpos d'água. Assim, verifica-se que metade dos municípios apresenta dados satisfatórios, enquanto a outra metade possui informações ruins.

O 15º ODS é o que apresenta o pior desempenho na dimensão ambiental, pois todos os 41 municípios evidenciam índices baixos ou muito baixos em relação à "proteção da vida terrestre". Ou melhor, no que diz respeito às informações de reflorestamento, às unidades de conservação e ao grau de financiamento da proteção ambiental, os municípios turísticos potiguares denotam índices baixos.

Com isso, pode-se inferir que o desempenho da dimensão ambiental dos municípios turísticos do Rio Grande do Norte é regular/bom. Os ODS 6 e 14 têm equilíbrio entre bons e maus índices (com um desempenho levemente positivo), os ODS 7, 11 e 13 demonstram bons dados e o ODS 15, ao contrário, tem péssimo desempenho.

Apesar disso, apenas quatro municípios turísticos potiguares apresentam níveis regulares de desenvolvimento sustentável[13], enquanto 37 têm um desempenho ruim ou muito ruim. Ou seja, embora os municípios delineados neste estudo apresentem índices regulares ou bons nas dimensões ambientais dos ODS, as dimensões sociais e econômicas provavelmente evidenciam baixos índices, resultando no péssimo desempenho dos níveis de desenvolvimento sustentável. Esse fato possivelmente se explica pelo papel essencial do meio ecológico/ambiente para o funcionamento do turismo potiguar. Por depender diretamente das paisagens naturais, essa atividade tende a preservar o meio ambiente. No entanto, a transformação social das

13 Esta é a informação geral a partir da média dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

comunidades que vivem do turismo não acompanha esse processo, o que contribui para o baixo desempenho no desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

O turismo é uma atividade que se estrutura a partir do fluxo de turistas, mas esses turistas são vinculados às demandas comportamentais geradas pelos tipos de atrativos. O Rio Grande do Norte é, portanto, um estado com uma multiplicidade de paisagens turísticas e de segmentos turísticos, com um turismo destinado a diferentes públicos.

Apesar desse fato, em virtude das hierarquizações geradas pelas múltiplas paisagens, o estado potiguar tem diferentes demandas, distintas paisagens e variados tipos de turistas. Nas localidades litorâneas, graças aos atrativos sol & praia, há uma possibilidade maior de haver turistas nacionais e, em especial, internacionais. Em relação ao interior do Rio Grande do Norte, pelos atrativos existentes (serrano, geodiversidade e cultural/religioso), normalmente os turistas são estaduais/regionais e, às vezes, nacionais. O próprio atrativo influencia o tipo de turista existente. Cabe pontuar que possuir o atrativo não significa que o turismo será desenvolvido. É necessário ter, além do atrativo, infraestruturas que permitam maiores demandas de turistas, como é o caso do litoral leste potiguar.

Além disso, os atrativos turísticos no estado potiguar estão ligados, direta ou indiretamente, aos elementos naturais. O meio ecológico no Rio Grande do Norte é indissociável da prática turística, constituindo o fundamento basilar da paisagem e do desígnio dos turistas. Até mesmo os atrativos culturais, em boa medida, vinculam-se aos elementos naturais graças à sua localização. Observar o turismo no RN é notar como a natureza é indispensável para todo o fluxo turístico, uma vez que a atividade se estrutura, em grande parte, a partir das paisagens naturais.

O relevo, por exemplo, é um elemento natural indispensável para a existência do turismo. As dunas, os planaltos e os *inselbergs* delimitam a maior parte dos atrativos e estruturam a forma-conteúdo dos municípios turísticos do Rio Grande do Norte. A maioria dos municípios turísticos potiguares se localiza nessas unidades de relevo. Assim, há uma indissociabilidade no turismo potiguar entre natureza-cultura e uma relação singular com as distintas escalas espaciais (interescalaridade). As segmentações, os elementos naturais e tipos de paisagem configuram, assim, a estrutura hierárquico-escalar do turismo do ponto de vista espacial.

Em virtude da importância das paisagens com elementos naturais, percebe-se que os índices de sustentabilidade da dimensão ambiental desses municípios turísticos

potiguares são relativamente bons/regulares. Os índices sociais e econômicos, no entanto, demonstram desempenho insatisfatório, pois o nível de desenvolvimento sustentável desses municípios é baixo. Portanto, o turismo potiguar possivelmente contribui para os resultados regulares dos indicadores ambientais; no entanto, essa atividade não melhora as condições socioeconômicas da população vinculada a esse tipo de atividade.

Referências

ALVES, M. L. B. Novos caminhos do turismo: cultura e tradições religiosas na região do Seridó Potiguar/RN. **Anais do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade Anhembi Morumbi – UAM/São Paulo/SP, p. 1-12. 2009.

ALVES, A. R. O. A memória em foco: o uso da memória do cangaço a serviço do turismo na cidade de Mossoró/RN. **Temporalidades – Revista de História,** v. 9, n. 3, p. 196-210, 2017.

BARROS, N. C. C. **Manual de Geografia do Turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: EdUFPE, 2001.

BENTO, L. C. M. Um novo olhar para a geodiversidade através do geoturismo. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia**, v. 7, n. 12, p. 159-166, 2011. Disponível em: https://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/um%20novo%20olhar%20para%20a%20geodiversidade.pdf.

BESSE, J. M. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BICALHO, D. M.; FONSECA, M. A. P. Crise sanitária e os municípios turísticos serranos no interior do Nordeste brasileiro. *In*: CRUZ, R. de C. A. *et al*. (org.). **Turismo em tempos de pandemia [recurso eletrônico]**: (des)continuidades e conjecturas. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turístico (CADASTUR)**. 2022 Disponível em: https://dados.gov.br/dataset?q=cadastur&organization=ministerio-do-turismo%20mtur&sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc. Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatórios do Mapa do Turismo**. 2023. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 3 nov. 2023.

BUJOSA, A.; RIERA, A.; PONS, P. J. Sun-and-beach tourism and the importance of intra-destination movements in mature destinations. **Tourism Geographies**, v. 17, n. 5, p. 780-794, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/14616688.2015.1093538.

COSTA, H. A. **A norma e a forma das regiões turísticas no Brasil**: proposta teórico-metodológica de regionalização do turismo. 2024. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59809.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEIDEGGER, M. **A origem da obra de arte**. Lisboa: Edições 70, 2020.

IAQUINTO, B. O. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, *[S. l.]*, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018. DOI: 10.14295/revistadaesmesc.v25i31.p157. Disponível em: https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187. Acesso em: 8 abr. 2025.

MARIANO, N.; FERRAREZE-JUNIOR, E. Meio ambiente: a sustentabilidade como meio para erradicação da degradação ambiental. Revista Interface Tecnológica, v. 19, n. 2, p. 784–796, 2022. DOI: https://doi.org/10.31510/infa.v19i2.1515.

NONATO JUNIOR, R. **Geografia regional da fronteira franco-brasileira:** A tensão entre "regionalização" e "internacionalização" do espaço. Oyapockois. Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle/PRES Sorbonne Paris Cité, 2016.

PAASI, A. Place and region: looking through the prism of scale. **Progress in Human Geography** [online], v. 28, n. 4, p. 536-546, 2004.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, J. C. V. **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Print Editora, 2013.

SEBRAE-SP. **Cadernos de atrativos turísticos**. São Paulo: Gráfica Zello, 2016. 168 p. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

SETUR, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Polo Seridó**. 2011a. Disponível em: https://governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/c12bf3b0459ebbc1b7c624940113431a.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SETUR, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Polo Costa das Dunas.** 2011b. Disponível em: https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/36e9013effb5c323e077aad90084f42e.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SETUR, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. **Elaboração da avaliação ambiental estratégica do conjunto de ações integrantes do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável (PDITS) dos Polos Turísticos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó**. 2011c. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO_AMBIENTAL/RN/AAE_RN.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SETUR, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. **13ª Ata do Polo Agreste Trairi**. 2016. Disponível em: https://setur.rn.gov.br/doc/atas/poloagrestetrairi/13%C2%AAAtaPolo-AgresteTrairi.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SETUR, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. **41ª Ata do Polo Serrano**. 2021. Disponível em: https://setur.rn.gov.br/doc/atas/poloserrano/41%C2%AAAtaPoloSerrano.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

SILVA, F. B. **Os impactos da crise de covid-19 no Polo de Turismo Seridó – RN**. 2022. 68 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Currais Novos, 2022.

SÍRIO – Sistema de Informações Turísticas do Rio Grande do Norte. **Perfil do turista potiguar 2023**. 2023. Disponível em: https://sirio.tur.br/painel/?p=perfil-do-turista%20potiguar-2023. Acesso em: 4 jan. 2024.

Capítulo 11

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap11

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL TRAIRI - RIO GRANDE DO NORTE

Marília Barbosa Gonçalves[1]

Introdução

A busca pelo desenvolvimento sustentável é uma prioridade global, especialmente em um contexto em que os desafios ambientais, sociais e econômicos se entrelaçam de maneira complexa. Para as regiões turísticas, essa busca se torna ainda mais relevante ao considerar seu potencial turístico e os recursos disponíveis. Logo, compreende-se que uma região desenvolvida de maneira sinérgica, balizada por uma gestão que pensa estrategicamente, é uma das possibilidades de se aproximar de um desenvolvimento regional mais harmonioso (Gabdrakhmanov *et al*., 2016).

As regiões turísticas brasileiras surgem em pauta com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), lançado em 2004, com a identificação de 219 regiões turísticas nas 27 unidades federativas (Brasil, 2013). Dentre as diretrizes do PRT, está a criação das Instâncias de Governança Regionais (IGRs), responsáveis pela gestão dessas regiões, e que têm por objetivo dotar redes de agentes para resolverem os problemas do turismo, ao mesmo tempo que oportunizam o desenvolvimento local e a boa gestão dos recursos, a partir de uma ação integrada, colaborativa e engajada dos agentes (Brasil, 2019).

O Rio Grande do Norte (RN) conta com 11 IGRs. Neste estudo, será abordada a IGR Trairi, uma das primeiras regiões turísticas criadas no estado, atualmente composta por oito municípios interioranos, de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro (2025). Tal ferramenta permite acompanhar a categorização dos municípios com relação à atividade turística no país, porém não infere sobre os índices de

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/5571178325927055. E-mail: mariliagoncalves_rn@hotmail.com

desenvolvimento sustentável do território, de certa forma desconsiderando o contexto atual de desafios sociais, econômicos e ambientais que afetam as regiões turísticas.

A utilização dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, tem sido apontada como uma ferramenta de subsídio à governança para o planejamento do turismo (Santana, 2024), talvez porque a amplitude dos efeitos multiplicadores das atividades turísticas e seu importante caráter mobilizador potencializa os impactos e, ao mesmo tempo são socialmente responsáveis pelas três dimensões do desenvolvimento sustentável (Martínez e Rosenfeld, 2017), que são: ambiental, social e econômico. Apesar disso, os ODS ainda não estão entre os critérios de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, por exemplo.

Ademais, a pandemia da Covid-19 deu origem a uma série de reflexões. Uma delas envolveu toda a cadeia de setores estreitamente vinculados ao turismo e como foram prejudicados e, outra, como determinados destinos turísticos, que baseiam a sua economia no turismo, destacaram a necessidade de uma mudança de direção a um turismo mais sustentável (Rosa e González, 2020). Dito isso, esta pesquisa busca responder à questão: qual o nível de desenvolvimento sustentável nos municípios da IGR Trairi?

Para tal, tem-se como objetivo analisar o desempenho dos municípios da IGR Trairi em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com base nos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). A pesquisa identificou quais destinos se destacam ou enfrentam maiores desafios em termos de sustentabilidade, permitindo avaliar os avanços e obstáculos da região frente às metas da ONU e fornecendo subsídios ao planejamento da governança regional.

A importância deste estudo reside na avaliação da situação atual das cidades da IGR Trairi, permitindo que gestores públicos e sociedade civil identifiquem estratégias de governança que promovam a articulação entre os diferentes setores, a partir da Agenda 2030, e impulsionem um turismo responsável e inclusivo, com ênfase na sustentabilidade, assegurando um futuro mais equilibrado e próspero para a região, visando reduzir as desigualdades existentes entre as cidades em diversos aspectos.

Revisão de literatura: o Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, representam um compromisso

global com a construção de um futuro mais sustentável, justo e inclusivo até 2030. Os ODS foram construídos sobre o legado dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e pretendem atingir os objetivos não alcançados por eles (UNRIC, 2016).

Em setembro de 2015, durante a revisão das Metas do Milênio (2000-2015), representantes de 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, concordaram com a Agenda 2030, um plano global que visa promover o desenvolvimento sustentável em benefício das pessoas, do planeta, da prosperidade e da paz mundial (UNIC Rio, 2015). Esse plano deve ser implementado até 2030 e requer a adoção de medidas transformadoras. Estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1), é compreendido de forma integrada e detalha 169 metas que buscam erradicar a pobreza, proteger o planeta e seus ecossistemas, além de promover uma vida digna para toda a humanidade, respeitando os limites dos recursos ambientais. Assim, como sinaliza Fraguas e Lerena (2024), a Agenda 2030 foi proposta como um novo marco de governança, uma estrutura de pensamento capaz de abranger os desafios da sociedade contemporânea, cada vez mais globalizada, e, embora ambicioso, representa um esforço compartilhado sem precedentes na comunidade internacional.

Figura 01 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: GT Agenda 2030, 2025.

A Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Rio +20, realizada em 2012, teve como foco garantir um novo acordo político em desenvolvimento

sustentável, resultando em um documento final que identificou o turismo como um dos setores vitais para contribuir com o desenvolvimento social, econômico e de proteção ambiental em prol do desenvolvimento sustentável, possuindo vínculos estreitos com outros setores, podendo criar empregos decentes e gerar oportunidades comerciais (Abdou, Hassan e Dief, 2020; Martínez e Rosenfeld, 2017).

Na ocasião, foram destacadas as menções ao turismo no âmbito dos ODS: ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) – 8.9: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais; ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) – 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais; e ODS 14 (Vida na água) – 14.7: Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo (UNIC Rio, 2015).

Apesar da ênfase nos três referidos ODS, o turismo vai além, podendo ser uma ferramenta crucial para que outros objetivos possam progredir direta e indiretamente, desempenhando um papel significativo na entrega de soluções sustentáveis, como pode ser visto nas conexões feitas pela própria Organização Mundial do Turismo (OMT), em sua plataforma "Turismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2025), bem como defendido por vários autores que concordam que o turismo está vinculado a cada um dos ODS da Agenda 2030 (Monsalve-Peláez *et al*., 2023; González-Infante *et al*., 2021).

Diante da importância do turismo como motor para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é fundamental entender como a atuação das instâncias de governança regionais podem contribuir nesse processo. A implementação eficaz da Agenda 2030 requer não apenas políticas públicas robustas, mas também a colaboração entre diferentes níveis de governo e a participação ativa de comunidades locais e do setor privado. A governança regional no turismo pode atuar como um catalisador, promovendo parcerias e boas práticas que alinhem os interesses econômicos com a proteção ambiental e a inclusão social, assegurando que todos os ODS sejam contemplados de forma holística e sinérgica.

Instância de Governança Regional

É sob o viés da expansão econômica, diversificação dos produtos e implantação do modelo neoliberal que se fundamenta a intervenção do Estado como agente promotor do turismo no Brasil, a partir da década de 1990, com a criação de uma política específica para o setor de turismo (Sansolo e Cruz, 2003). É por esta razão que o turismo começou a ganhar força em todo país, e a noção de desenvolvimento local sustentável passou a ser priorizada na agenda de políticas públicas. Os anteriores planejamentos -pontuais e individualizados, passaram a envolver diversos agentes sociais nas decisões das ações públicas, adotando-se, assim, um modelo mais participativo, também pelo fato de os municípios passarem a ter mais autonomia política, administrativa e financeira (Dias, 2008).

A discussão sobre as Instâncias de Governança Regionais parte da ausência de uma política nacional de base territorial até o início dos anos 1990. Essa perspectiva começou a se estruturar com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), de 1993, que propôs o desenvolvimento do turismo com foco no município como unidade territorial. No entanto, essa abordagem evidenciou a necessidade de ampliar o olhar para além das fronteiras municipais, incorporando a regionalização como eixo estruturante. Foi somente com o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 que o Governo Federal passou a adotar, de forma mais efetiva e abrangente, uma política de regionalização voltada à diversificação da oferta turística — até então concentrada no turismo de sol e mar — e à promoção de uma gestão descentralizada do setor (Virginio e Ferreira, 2013).

Pimentel, Oliveira e Pimentel (2024) defendem que o Brasil vivenciou uma sucessão de políticas públicas de turismo propagando a ideia de que a atividade econômica do setor turístico deveria ser organizada de forma agregada, por meio da atuação conjunta de vários municípios, sob a premissa de que a oferta turística estava dispersa e de que existiria complementaridade entre eles, implicando um novo modelo de gestão, baseado em uma nova visão de interação entre as diversas instâncias do poder público e da sociedade civil.

O PNT apresentou um macroprograma denominado "Estruturação e Diversificação da Oferta Turística" e promoveu o lançamento do PRT em 2004 (Brasil, 2013). O Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo (MTur) com estados, regiões e municípios brasileiros, tendo como objetivo principal apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país, com base em uma gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada à junção

de todos os agentes participantes na formulação de políticas da atividade turística (Brasil, 2007).

Costa e Dantas (2022) relembram que, com base na nova política, em 2007 foram criadas nove etapas de implementação, distribuídas em Cartilhas de Módulos Operacionais, com o intuito de garantir a interação de todos os gestores envolvidos no programa, e que, depois da implementação, os estados brasileiros passariam, então, a definir e institucionalizar suas regiões turísticas, criando instâncias de governanças capazes de dar continuidade ao processo.

No estado do Rio Grande do Norte, a formação de regiões turísticas se iniciou em 2005, com a oficialização de polos de desenvolvimento turístico, quando foram instituídos cinco polos turísticos como forma de desenvolver e ampliar o turismo do estado para além do litoral. Essa iniciativa está inserida em um contexto mais amplo de transformação da política turística nacional. Como lembram Fonseca, Todesco e Silva (2022), no Brasil, o paradigma da sustentabilidade influenciou parte significativa dos agentes públicos e privados responsáveis pela gestão e promoção da atividade turística. Dentre as mudanças inseridas nesse contexto de redefinição do turismo, é possível ressaltar duas:

> 1 - Apesar de o turismo continuar fortemente concentrado na costa brasileira, sob o paradigma do turismo massivo baseado no segmento sol e mar, verifica-se uma difusão do turismo para áreas mais interioranas, em busca de novos produtos, sob o paradigma da sustentabilidade. 2 - Observa-se o surgimento de novos modelos de gestão do turismo, como o turismo de base comunitária e o turismo responsável, como também de novos segmentos turísticos, tais como o turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, etnoturismo, em que a preservação ambiental e a valorização da cultura local ganham relevância. Esses novos produtos são ofertados especialmente no interior, em destinos de natureza que representam 1/3 dos destinos encontrados no interior do país (Fonseca, Todesco & Silva, 2022, p. 96).

Para Silva e Fonseca (2017), a intenção de interiorizar a atividade turística foi claramente manifestada no PRT. Contudo, passados anos de implementação dessa política, o turismo ainda continua fortemente concentrado no litoral (binômio sol e mar), e a almejada interiorização ainda está sendo buscada. No que pese o fato de o RN apresentar um histórico de quase 20 anos de atividades oficiais no âmbito da regionalização do turismo, ao longo desse espaço-tempo as regiões passaram a caminhar com maior autonomia, conforme informações levantadas nos últimos quatro anos, reduzindo sua dependência em relação às ações da Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN).

Presente nos discursos e amplamente utilizada como estratégia retórica para a promoção sustentável do turismo, a governança turística vem compondo, de forma

sistemática, as políticas públicas e, com maior força, as diretrizes da regionalização do turismo (Oliveira *et al*., 2022). Contudo, no campo dos discursos, a compreensão de governança tem sido imbuída de uma referência muito comumente direcionada à noção de governo, fato que acaba por atribuir ao poder público um lugar de destaque, o que reflete uma concepção reducionista e denota um desafio institucional marcante para o fortalecimento das IGRs.

Nesse sentido, conforme destacam Coutinho e Nóbrega (2019), a ideia de governança turística se ampara, sobretudo, na representatividade diversificada de atores que podem ser reunidos em três grupos: privados, públicos e comunidade/terceiro setor. Tal característica ainda se apresenta como um importante desafio que, se superado, pode se tornar importante indicador dessa governança no ODS 17 – Parcerias em prol das metas. Uma boa governança é caracterizada por gerar competitividade, sustentabilidade (Velasco, 2016), diminuir custos de transação, estabelecer uma imagem estável para o destino (Kocak e Cobanoglu, 2024) e engajar a ação coletiva entre os agentes do local para o fortalecimento da destinação (Oliveira *et al*., 2023).

Para o MTur (Brasil, 2022), o desenvolvimento turístico de uma região necessita da cooperação e integração de todo o seu *trade*, sendo a interdependência compreendida para que os gestores possam orientar as políticas e ações locais e regionais para a consolidação do pensamento e esforço comum. Assim, o processo de desenvolvimento turístico será resultado da criação de parcerias estratégicas e da gestão integrada e descentralizada de programas e projetos que possibilitem a cada região e município compartilhar alternativas de desenvolvimento, respeitando suas realidades e especificidades. Logo, a expressão Institucionalização das Instâncias de Governança Regionais significa o estabelecimento formal de uma organização que possa, de forma sustentável, construir pactos, compartilhar espaços de diálogo, tomar decisões e orientar o desenvolvimento turístico de uma região, fortalecendo a governança turística.

A IGR Trairi

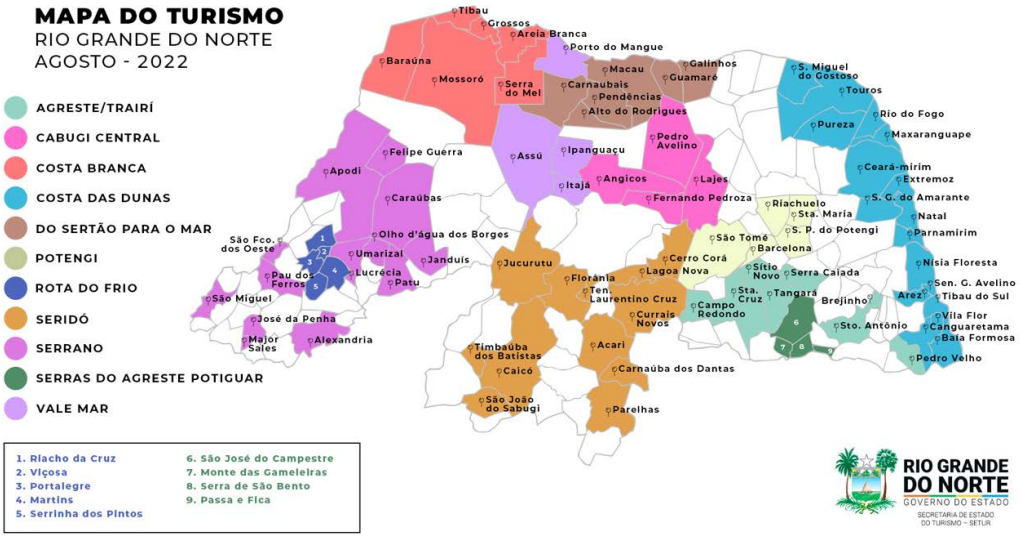
Como mencionado, o estado do Rio Grande do Norte estava dividido em cinco polos turísticos, sendo estes: Costa das Dunas, Costa Branca, Seridó, Agreste-Trairi e Serrano, e cada qual detinha sua instância de governança estruturada em modelo de Conselho Regional, sendo presidida pela SETUR/RN (Gonçalves *et al*., 2023). A atual região turística Trairi passou a existir em 2009, à época como Polo Agreste/Trairi. Conforme identificado por Silva e Lima (2022), a política de regionalização do turismo, apesar de ter sido constituída e implementada desde 2004 pelo Governo

Federal, juntamente com os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010, só incluiu a região do Agreste/Trairi em 2009, quando o governo do estado do Rio Grande do Norte instituiu o Polo de Turismo Agreste/Trairi e o seu Conselho Gestor.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Agreste/Trairi, a região localiza-se a uma distância de 126 km da capital, Natal, e atrai fluxo de turistas em busca de atividades ligadas à fé, a recursos naturais propícios à prática de atividades ligadas à natureza, a festejos juninos e religiosos e à culinária.

Inicialmente, o polo era composto por 16 municípios (SETUR/RN, 2016). Com o passar dos anos e as modificações demandadas pelo Ministério do Turismo para todas as regiões turísticas brasileiras, foram realizados novos mapeamentos. Quando o Governo Federal lançou a Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021, trazendo uma atualização anual a partir de critérios predefinidos a serem declarados via Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (Sismapa), o Mapa do Turismo do RN ganhou nova configuração. Os membros das cinco regiões turísticas existentes decidiram dividir as áreas, ampliando seu quantitativo, e o novo mapa, constituído em 2022, passou a contar com 85 municípios e 11 regiões turísticas (Figura 02): Agreste/Trairí, Cabugi Central, Costa Branca, Costa das Dunas, Do Sertão para o Mar, Potengi, Rota do Frio, Seridó, Serras do Agreste Potiguar e Vale Mar (Gonçalves, *et al*., 2023).

Figura 02 – Mapa do Turismo do RN



Fonte: SETUR/RN, 2022.

Concomitantemente a essas mudanças, as regiões receberam uma consultoria especializada para sua formalização. Como já citado, os polos mantinham sua governança sob o modelo de gestão "conselho"[2]. Os decretos que criaram os cinco polos turísticos do RN trazem texto similar em seu Artigo 3º: "As atividades pertinentes ao Polo serão coordenadas por um Conselho Regional de Turismo formado paritariamente por representantes dos setores público e privado" (Decreto 18.186, 2005). O instrumento legal de criação desses conselhos nunca foi publicado (Gonçalves *et al*., 2023).

Após um ano de consultoria, as novas regiões foram reconhecidas juridicamente a partir da Portaria-SEI nº 49, de 15 de maio de 2023. A publicação altera a Portaria nº 10/2021 - SETUR/RN e dá outras providências, reconhecendo as 11 regiões turísticas do RN, as quais também podem ser denominadas de polos: I - Agreste/Trairi; II - Central Cabugi; III - Costa Branca; IV - Costa das Dunas; V - Do Sertão para o Mar; VI - Potengi; VII - Rota do Frio; VIII - Seridó; IX - Serrano; X - Serras do Agreste Potiguar; XI - Vale Mar.

Também foi a partir dessa consultoria que todas as regiões acabaram se formalizando e passaram a ter sua Instância de Governança Regional estruturada sob o modelo de gestão "associação", dispondo de cargos de diretoria e conselho fiscal, sendo deliberativas, conforme seus estatutos.

Foi durante o trâmite da formalização que a associação da região Agreste/Trairi votou por modificar seu nome apenas para Trairi. Atualmente, a região aparece como IGR Trairi no Mapa do Turismo Brasileiro (2025). No cartão de reconhecimento, enquanto pessoa jurídica (CNPJ), é intitulada como Associação da Instância de Governança Regional do Trairi, CNPJ 53.051.309/0001-77, e nome fantasia IGR TRAIRI.

De acordo com seu estatuto (2023), a IGR tem como órgãos administrativos a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Sua ata de fundação (2023) esclarece que o corpo gestor é formado por presidência, vice-presidência, tesouraria e conselho fiscal, constituído por três integrantes e seus suplentes, sendo todos voluntários, uma vez que o estatuto permite a remuneração apenas para profissionais contratados para serviços especializados.

O estatuto também informa que a IGR tem como missão fomentar o desenvolvimento turístico na região Trairi de forma integrada e sustentável, por meio de parcerias públicas e privadas, respeitando as diversidades do seu povo e território,

2 De acordo com o MTur (Brasil, 2007), conselhos são instrumentos de gestão que têm por objetivo promover a descentralização administrativa, a ampliação da participação dos diversos atores sociais envolvidos em uma determinada situação ou tema, o exercício da democracia e o desenvolvimento do sentido de comprometimento das pessoas com uma causa definida, podendo ter função deliberativa ou consultiva.

promovendo, orientando e articulando o fortalecimento do turismo dos municípios que a compõem, bem como projetos turísticos estratégicos regionais, vinculados aos objetivos e metas previstos em seu Plano de Trabalho. Percebe-se que a sustentabilidade aparece como algo primordial para a organização, destacando-se também por sua visão, construída durante a consultoria de formalização junto aos membros da IGR: "Ser reconhecida pelo setor público e privado do RN como agente articulador do turismo sustentável da região Agreste-Trairi" (SETUR/RN, 2022).

Sob o novo modelo de gestão, espera-se que a IGR atue de forma mais eficaz, reposicionando a percepção de seus membros, pois, de acordo com pesquisa feita por Silva e Lima (2022), quando os integrantes do Polo Agreste/Trairi foram questionados sobre a percepção da importância do Polo – sendo solicitado que avaliassem com uma nota de 1 a 10 –, a média obtida foi 7,6 pontos. Entre as observações, destacou-se que a nota não foi maior devido à péssima atuação dessa instância de governança, gerando um sentimento de incredulidade acerca da funcionalidade dessa política de turismo de ação cooperada e de desenvolvimento integrado, afetando, de certa forma, o avanço dos índices de sustentabilidade da região, como o ODS 17, que intercede sobre as parcerias e colaboração.

Atualmente, os municípios que compõem a IGR Trairi, de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro (2025), são: Brejinho, Campo Redondo, Lajes Pintadas, Santa Cruz, São Bento do Trairi, Serra Caiada, Sítio Novo e Tangará. Juntos, têm uma população aproximada de 106.094 habitantes e atraem turistas e visitantes predominantemente regionais, embora não disponham de pesquisas de demanda que comprovem esses dados. De acordo com o Mapa do Turismo (2025), a maioria dos municípios dessa região está categorizada como "Municípios com oferta turística complementar", com exceção do município de São Bento do Trairi, enquadrado na categoria "Municípios de apoio ao turismo". Não há nenhum município na região enquadrado na categoria "Municípios turísticos", demonstrando que a região, embora reconhecida há 16 anos e detendo um dos grandes indutores do turismo religioso do Brasil (município de Santa Cruz), ainda requer esforços para se desenvolver turisticamente.

Nesse ponto, vale apresentar a nova categorização do MTur (Brasil, 2025a): os "municípios turísticos" – antigas categorias A e B do Mapa do Turismo – concentram os maiores fluxos de visitantes, detendo os principais atrativos e serviços turísticos. Já os "municípios com oferta turística complementar" (até então nas categorias C e D) possuem atrativos e serviços que agregam à oferta da região. Os "municípios de apoio ao turismo" (antiga categoria E), por sua vez, não têm fluxo turístico ou apresentam movimento pouco expressivo, mas se beneficiam da atividade fornecendo

para cidades com oferta complementar mão de obra, serviços ou produtos associados ao setor (Brasil, 2025a).

Salienta-se que as métricas do turismo priorizadas pelo Mapa são a ampliação do número de visitantes, de empregos, de estabelecimentos de hospedagem e de arrecadação de impostos no referido setor. Contudo os dados utilizados pela ferramenta são referentes às últimas pesquisas realizadas por órgãos oficiais, como IBGE e Receita Federal, variando entre os anos de 2019 e 2021 (Brasil, 2025), não traduzindo a real situação de 2025, que poderia elevar o posicionamento da região na categorização turística.

Nesse mesmo ritmo, a categorização da região será analisada não mais pelas métricas do turismo, mas pelas da sustentabilidade, que, direta ou indiretamente, influenciam o desenvolvimento da atividade turística no Trairi.

Procedimentos metodológicos

Este estudo de caso faz um recorte em relação à Instância de Governança Regional Trairi, situada no Rio Grande do Norte, e compreende avaliar, de forma individual e conjunta, seus oito municípios presentes no Mapa do Turismo Brasileiro a partir de indicadores ligados aos ODS. Segue uma abordagem quantitativa, utilizando dados numéricos e análises a partir da estatística descritiva para compreensão dos fatos, permitindo a determinação de indicadores, ou seja, dados representativos e objetivos (Mussi *et al*., 2019).

A coleta foi realizada em fevereiro de 2025, a partir de pesquisa aprofundada na ferramenta Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, que permite uma visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos ODS, visando estimular o cumprimento da Agenda 2030 (IDSC-BR, 2025).

O IDSC-BR buscou traduzir os compromissos definidos pela ONU em metas e indicadores monitoráveis, especialmente adaptados às prioridades das cidades brasileiras, consolidando o conjunto de dados e estatísticas relacionados aos ODS capazes de ser medidos e comparados ao longo do tempo, de modo que se possa acompanhar e avaliar a sua evolução entre os municípios brasileiros. A ferramenta é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), a partir da metodologia elaborada pela rede SDSN (*Sustainable Development Solution Network*) da ONU. Ela tem a intenção de orientar a ação política, definir referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento dos ODS em nível local, guiando as prioridades dos governos locais de acordo com

os desafios identificados, além de permitir a geração de relatórios com balanços do progresso das cidades no cumprimento da Agenda 2030 (IDSC-BR, 2025).

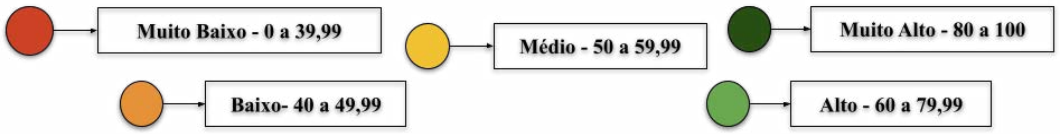
A ferramenta, segundo descrição própria, apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos 17 ODS nos municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados (entre 2010 e 2020) disponíveis em nível nacional. Essa avaliação faz uso de 100 indicadores (distribuídos entre os 17 ODS) de fontes públicas e oficiais nacionais (como o IBGE), com duas exceções provenientes de organizações não governamentais. A falta de dados nas fontes públicas oficiais não permitiu que as dimensões fossem totalmente cobertas, ademais, falta atualização no ano de referência para alguns indicadores. A pontuação é atribuída no intervalo entre 0 e 100 e pode ser interpretada como a porcentagem de desempenho ótimo. O mesmo conjunto de indicadores foi aplicado a todos os municípios para gerar pontuações e classificações comparáveis, usando como critérios: seleção limitada a cem indicadores; dados atualizados que permitam monitoramento constante; validade estatística; cobertura de dados; indicadores simples com implicações para políticas públicas; e indicadores normativos (IDSC-BR, 2025). Além dos 17 ODS comumente trabalhados, a ferramenta ainda apresenta dados do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial (Brasil, 2024), explicado mais à frente.

Embora seja possível realizar alguns comparativos de recortes territoriais na ferramenta, não há um específico para as regiões turísticas. Logo, essa coleta foi realizada de maneira manual, identificando-se as pontuações de cada ODS nos municípios do Trairi e, posteriormente, por meio do Excel, foram geradas médias dos índices e extraído seu desvio padrão. Assim, os dados extraídos dos municípios foram agrupados para a Região Turística Trairi, sendo calculadas as médias com desvio padrão e identificadas as pontuações que se destacavam como "muito alta" ou "muito baixa". Os números encontrados nos relatórios são gerados pela própria ferramenta e estão numa escala de 0 a 100, "em que 0 indica o pior desempenho e 100, o desempenho ótimo" (IDSC-BR, 2025).

Resultados

Como explicado, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades é avaliado a partir de indicadores que buscam mensurar cada ODS. A partir dessa mensuração, os indicadores são classificados em níveis: Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto, conforme figura a seguir:

Figura 03 – Classificação do nível de desenvolvimento sustentável



Fonte: elaboração própria a partir de IDSC-BR (2025).

Ao coletar os índices de cada ODS dos oito municípios que compõem a IGR Trairi, foi estruturada a seguinte tabela:

Tabela 01 – Pontuação de cada ODS por município da Região Turística Trairi

ODS	Brejinho	Campo Redondo	Lajes Pintadas	Santa Cruz	São Bento do Trairi	Serra Caiada	Sítio Novo	Tangará	MD	DP
1 - Erradicação da Pobreza	48,87	35,43	35,14	57,55	41,52	34,37	29,89	44,21	40,87	9,10
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	49,16	69,95	56,49	50,37	44,33	45,33	52,68	41,95	51,28	8,89
3 - Saúde e Bem-estar	74,76	68,48	84,4	75,63	77,46	69,16	74,43	71,42	74,47	5,10
4 - Educação de Qualidade	37,13	54,69	42,59	43,01	47,79	45,95	46,29	39,58	44,63	5,40
5 - Igualdade de Gênero	33,26	51,48	54,52	31,69	35,62	42,81	38,69	32,14	40,03	8,85
6 - Água Limpa e Saneamento	40	67,13	72,32	38,67	75,81	66,36	46,53	76,38	60,40	16,02
7 - Energia Limpa e Acessível	78,5	74,88	77,73	80,14	76,51	77,25	77,3	78,03	77,54	1,52
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	34,11	24,63	34,31	27,24	34,59	37,47	24,5	26,69	30,44	5,19
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	6,65	1,35	3,24	11,95	7,22	6,33	1,77	2,15	5,08	3,64
10 - Redução das Desigualdades	55,22	64,83	51,98	51,84	53,71	74,64	47,62	50,46	56,29	8,98
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	85,65	88,26	92,07	75,27	99,71	76,17	84,24	77,02	84,80	8,57
12 - Consumo e Produção Responsáveis	23	25,1	20,76	52,69	33,33	29,7	33,33	34,88	31,60	9,99
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	78,54	80,68	80,09	78,74	80,46	81,24	80,8	81,96	80,31	1,17
14 - Vida na Água	0	71,11	66,67	88,02	88,24	22,92	0	0	42,12	40,30
15 - Proteger a Vida Terrestre	6,67	0,29	13,74	6,84	7,27	13,45	7,28	6,91	7,81	4,26
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	30,16	80,16	80,16	29,76	30,1	82,14	27,38	28,46	48,54	26,75
17 - Parcerias e Meios de Implementação	7,74	2,21	11,08	13,77	3,53	14,47	11,32	3,25	8,42	4,93

Fonte: elaboração própria, a partir dos municípios turísticos da IGR Trairi (Brasil, 2025) e indicadores dos ODS (IDSC-BR, 2025).

A Tabela 01 oferece uma visão abrangente do desempenho dos municípios em várias categorias, permitindo identificar as dimensões mais exitosas e as de maior desafio, destacando-se a partir de sua coloração. Ao analisar médias e desvios padrão, é possível compreender a consistência das pontuações para pensar em melhorias futuras.

De acordo com a referida tabela, os ODS com maior pontuação, ou seja, que alcançaram a maior média entre seus índices, atingindo o nível Muito Alto (80-100/ cor verde-escuro), foram os ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima), com desvio padrão de 8,57 e 1,17, respectivamente, demonstrando variâncias relativamente baixas quando comparadas a outros na tabela, indicando que a maioria dos municípios teve pontuações altas e muito altas na dimensão, e próximas entre si. Embora seja um dado positivo, sugerindo que os municípios estão priorizando a urbanização sustentável e as ações contra mudanças climáticas, pode levantar questões sobre a equidade nas políticas públicas e se todos os ODS estão sendo considerados de maneira equilibrada na gestão dessas cidades.

Na sequência, estão os ODS que alcançaram nível Alto (60-79,99/cor verde-claro), sendo eles: ODS 3 - Saúde e Bem-estar; 6 - Água Limpa e Saneamento; e 7 - Energia Limpa e Acessível, considerando empenho nas dimensões sociais e econômicas da sustentabilidade. Em seguida, estão os ODS que alcançaram nível Médio (50-59,99/ cor amarela): ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável e 10 - Redução das Desigualdades, os quais requerem atenção especial nesses aspectos da dimensão social. Já entre os ODS que alcançaram um nível de desenvolvimento sustentável Baixo (40-49,99/cor laranja) estão: 1 - Erradicação da Pobreza; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 14 - Vida na Água; e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Nesse ponto, vale uma menção direta a um dos ODS diretamente relacionados ao turismo – neste caso, o 14 –, que aparece numa classificação baixa, embora melhor que os ODS 8 e 12, apresentados a seguir.

Aqueles que alcançaram o nível Muito Baixo (0-39,99/cor vermelha) foram os ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 12 - Consumo e Produção Responsáveis; 15 - Proteger a Vida Terrestre; e 17 - Parcerias e Meios de Implementação, com desvio padrão de 5,19, 3,64, 9,99, 4,26, e 4,93, respectivamente, apontando uma dispersão baixa ou moderada dos índices entre as cidades e demonstrando que todas, de fato, requerem muita atenção nos referidos ODS que são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo, já que envolvem crescimento econômico sustentável, inovação, consumo responsável e parcerias. A baixa pontuação pode indicar falta de investimento, ausência de políticas integradas ou um foco em áreas que não abordam as necessidades básicas da população. Nesse

ponto, é importante destacar que os ODS 8 e 12, que fazem referência direta ao turismo, como expressado no documento final da Rio + 20, estão no pior nível de classificação, embora o turismo esteja direta ou indiretamente relacionado a todos os 17 ODS (Martínez e Rosenfeld, 2017; Fragelli e Lima, 2021).

Considerando que os ODS buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável — econômica, social e ambiental (UNIC Rio, 2015) —, a análise da Tabela 01 revela que os Objetivos classificados com níveis Muito Altos ou Altos na Região Turística Trairi são os ODS 11, 13, 7, 3 e 6, já mencionados anteriormente. Em sua maioria, esses objetivos estão vinculados à dimensão social da sustentabilidade, evidenciando a força da região nesse aspecto.

Ademais, o desvio padrão entre as categorias sugere uma variabilidade nas pontuações, indicando que nem todos os municípios estão se desenvolvendo de maneira uniforme. Isso pode refletir desigualdades regionais que precisam ser abordadas, garantindo que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma equitativa. Os ODS que apresentaram médias com alto desvio padrão, indicando maior variabilidade entre os índices das cidades, foram: 6 - Água Limpa e Saneamento; 14 - Vida na Água; e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, todos com mais de 10 pontos de variação. No caso do ODS 6, os municípios de Brejinho, Santa Cruz e Sítio Novo apresentaram índices muito baixo e baixo, diferente dos demais. No ODS 14, a grande diferença foi ocasionada pelos municípios de Brejinho, Sítio Novo e Tangará, que zeraram o índice, pois, segundo a plataforma, as informações que possibilitavam sua mensuração estavam indisponíveis. Já no ODS 16, cinco dos oito municípios apresentaram índices muito baixos (0-39,99), enquanto três municípios apontaram índices muito altos, sendo eles: Campo Redondo, Lajes Pintadas e Serra Caiada. Por outro lado, os ODS que apresentaram menor desvio padrão entre as médias dos índices foram: 7 - Energia Limpa e Acessível e 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, com pontuação de 1,52 e 1,17, respectivamente, demonstrando baixa dispersão entre os dados, corroborando o fato de ambas estarem bem avaliadas.

Ainda sobre os dados, além de calcular a média desses indicadores por ODS, como já apresentado, também foi possível identificar a pontuação geral por município e calcular a média geral da Região Turística Trairi, juntamente com seu desvio padrão, cruzando essas informações com a categorização turística, conforme observado na Tabela 2.

Olhando para a pontuação geral do índice de desenvolvimento sustentável de cada município, é possível identificar os que alcançaram menor e maior pontuação. A tabela a seguir traz a pontuação geral de cada cidade (IDSC-BR, 2025), sua

classificação no país, o nível de desenvolvimento sustentável apresentado e, ainda, a categorização enquanto município turístico, possibilitando a comparação dos dados.

Tabela 2 – Avaliação geral do desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem a região turística da IGR Trairi

CIDADES	PONTUAÇÃO GERAL (0-100)	CLASSIFICAÇÃO GERAL (1-5570)	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	CATEGORIZAÇÃO MAPA DO TURISMO*
Lajes Pintadas	51,60	1.336	Médio	D
Campo Redondo	50,63	1.615	Médio	D
São Bento do Trairi	49,25	1.998	Baixo	E
Serra Caiada	48,22	2.296	Baixo	D
Santa Cruz	47,83	2.401	Baixo	C
Tangará	40,91	4.414	Baixo	D
Brejinho	40,55	4.507	Baixo	D
Sítio Novo	40,24	4.585	Baixo	D
Média	46,15			
Desvio Padrão	4,78			

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do IDSC-BR (2025) e do Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2025).

*Foi utilizada a antiga categorização do Ministério do Turismo.

De acordo com o IDSC-BR (2025), as cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS. A pontuação varia de 0 a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como observado na Tabela 2, seis municípios da IGR Trairi apresentam nível de desenvolvimento sustentável baixo, sendo eles, do maior para o menor: São Bento do Trairi (49,25), Serra Caiada (48,22), Santa Cruz (47,83), Tangará (40,91), Brejinho (40,55) e Sítio Novo (40,24). Por outro lado, dois apresentam nível de desenvolvimento sustentável médio: Lajes Pintadas e Campo Redondo, que obtiveram pontuação geral de 51,60 e 50,63, respectivamente.

Fazendo um paralelo com a categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, foi identificado que os municípios não se equiparam da mesma forma. Por exemplo, nos painéis do Mapa (Brasil, 2025), Santa Cruz aparece na categoria C – um nível intermediário numa classificação que ia de A a E –, enquanto, na ferramenta do ISDC-BR (2025), apresenta nível baixo. Brejinho, Campo Redondo, Lajes Pintadas,

Serra Caiada, Sítio Novo e Tangará foram identificados na categoria D, um nível baixo na categorização do turismo; contudo, entre os índices de sustentabilidade, Campo Redondo e Lajes Pintadas se destacaram, obtendo nível médio, enquanto os demais permaneceram com classificação baixa nas duas ferramentas. Já São Bento do Trairi aparece na categoria E no Mapa do Turismo – ou seja, muito baixa –, enquanto no IDSC-BR apresenta desempenho um pouco melhor, situando-se no nível baixo.

Destaca-se que não há relação formal entre os índices, mas a possibilidade de cruzamento dos dados permitiu perceber as correlações possíveis e evidenciar que, atualmente, não há relação entre o município com turismo mais bem estruturado na região e os indicadores de sustentabilidade. Nesse caso, subentende-se que o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento sustentável não estão, necessariamente, caminhando juntos, mas que o uso de indicadores, como os do IDSC-BR, pode servir de base para um futuro planejamento turístico alinhado à sustentabilidade.

Aponta-se também que a região em si não dispõe de nenhum destino nas categorias elevadas (A e B) em termos de turismo, nem em sustentabilidade; tampouco possui destinos classificados em nível muito baixo de sustentabilidade. A partir desses dados e seus comparativos, surge a reflexão: seriam os índices da plataforma IDSC-BR, construídos a partir dos ODS e da Agenda 2030, uma variável pertinente a ser incorporada ao processo de categorização dos destinos no Mapa do Turismo Brasileiro? Muito possivelmente, haveria mudanças nas categorias atribuídas aos destinos em nível nacional, principalmente entre aqueles que não priorizam práticas sustentáveis em seu planejamento turístico. Esse talvez seja o ponto central da discussão aqui estabelecida, reforçando a necessidade de interligação entre os indicadores dos ODS (seja da plataforma IDSC-BR ou de outra fonte) e a categorização turística, com vistas a aprimorar os dados e fortalecer o planejamento turístico no Brasil.

Ainda sobre a Tabela 2, percebe-se que, embora a diferença de pontuação dos índices de sustentabilidade entre Campo Redondo e Lajes Pintadas seja menos de 1 ponto (0,97), no cenário nacional isso resulta em um distanciamento relevante na classificação: o segundo colocado da IGR Trairi ocupa a 1.615ª posição no país, enquanto o primeiro está na 1.336ª. No ranking nacional, o primeiro lugar é ocupado pelo município de Alfredo Marcondes, situado no estado de São Paulo, que alcança um nível alto, com 66,76 pontos em seu índice (IDSC-BR, 2025).

A média entre os índices das cidades que compõem a IGR Trairi é de 46,15, com um desvio padrão baixo, de 4,78 pontos, demonstrando que os municípios da região se encontram em níveis muito próximos, muitas vezes tendo que lidar com os mesmos desafios, algo que pode ser amenizado pelo fortalecimento da governança regional.

O IDSC-BR (2025) inclui ainda o índice do ODS 18, que reúne 10 indicadores de 5.570 cidades brasileiras, permitindo verificar e monitorar dados relacionados às questões raciais em cada município do país. Desigualdade de renda, violência, saúde, educação e representatividade política são alguns dos temas abordados. É importante ressaltar que o Brasil se posicionou como um país inovador na agenda dos ODS, em setembro de 2023, quando o então presidente anunciou, na Assembleia Geral da ONU, a adoção voluntária de um décimo oitavo objetivo dedicado à igualdade étnico-racial, que surge da necessidade urgente de enfrentar um dos principais entraves ao desenvolvimento nacional: o racismo e a desigualdade. O ODS 18 foi oficialmente lançado pelo Governo Federal brasileiro em novembro de 2024, durante um evento paralelo ao G20 Social (Brasil, 2024). A tabela a seguir apresenta os índices do ODS 18 referentes a cada município integrante da IGR Trairi:

Tabela 3 – Índices do ODS 18 referentes aos municípios que compõem a IGR Trairi, do maior para o menor

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ODS 18
Serra Caiada	86,13
Campo Redondo	73,07
Brejinho	56,85
São Bento do Trairi	55,56
Lajes Pintadas	51,49
Tangará	50,82
Santa Cruz	50,05
Sítio Novo	46,36
Média do ODS 18 na região	58.79
Desvio Padrão	13,70

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do IDSC-BR, 2025.

Analisando a Tabela 3, é possível identificar que o destino com menor índice no ODS 18 é Sítio Novo, com pontuação de 46,36 pontos, enquadrando-se no nível baixo; enquanto o de maior pontuação é Serra Caiada, com 86,13 pontos, enquadrando-se no nível muito alto. Nenhum município apresentou nível muito baixo nesse ODS. Cinco municípios estão no nível médio (Brejinho, São Bento do Trairi, Lajes Pintadas, Tangará e Santa Cruz), e um no nível alto (Campo Redondo). A média calculada sobre os índices para a região foi de 58,79, apontando que a IGR Trairi alcançou um nível médio (50-59,99) no ODS 18. Ainda assim, é necessário ressaltar

que o desvio padrão calculado foi de 13,70, demonstrando discrepância entre os níveis dos municípios, estimulada pela ótima classificação de Campo Redondo e Serra Caiada perante seus vizinhos.

Os resultados dessa avaliação representam um diagnóstico quantitativo para o planejamento turístico da IGR Trairi. Assim, para que os municípios possam inserir os ODS como prioridade em busca do desenvolvimento sustentável, por meio das intervenções da governança e do fortalecimento do turismo regional, algumas ações podem ser consideradas e implementadas junto à gestão da instância, destacadas a seguir:

- Priorizar, entre políticas públicas, ações e orçamento, os ODS com pontuação muito baixa (ODS 8, 9, 12, 15 e 17), a partir de seus indicadores, não esquecendo de equilibrar os investimentos destinados aos demais ODS, visto agirem como um conjunto integrado e indivisível de prioridades mundiais para o desenvolvimento sustentável. Nesse ponto, é importante ressaltar que os ODS 8 – sobre trabalho digno e crescimento econômico – e ODS 12 – sobre produção e consumo sustentáveis – fazem referência direta ao turismo, como já apontado.
- Fomentar a equidade nas políticas públicas, garantindo que todos os municípios estejam recebendo apoio adequado de forma integrada;
- Captar recursos financeiros, tanto públicos quanto privados, para projetos que visem ao desenvolvimento sustentável e à melhoria dos índices relacionados aos ODS;
- Implementar projetos focados em cada ODS, considerando as particularidades de cada município e alinhando-os ao monitoramento contínuo;
- Fortalecer a governança regional de forma ativa, incentivando a articulação entre destinos e setores, uma vez que a colaboração pode ajudar a superar desigualdades regionais e compartilhar melhores práticas – incluindo a possibilidade de criação de um fórum para a troca de experiências e soluções;
- Oferecer capacitação para gestores públicos e agentes do setor privado, aumentando a capacidade local de implementar práticas sustentáveis e inovadoras alinhadas aos ODS;
- Desenvolver o turismo de forma sustentável nos variados segmentos existentes na região turística, como o turismo religioso, gastronômico, de eventos e de aventura, respeitando a cultura local e os recursos naturais, compreendendo a importância da atividade econômica no cumprimento da Agenda 2030, por promover os indicadores sustentáveis de forma direta e indireta.;

- Promover campanhas de sensibilização sobre a importância dos ODS, envolvendo a comunidade local, a fim de ampliar a participação social no processo de tomada de decisão e o apoio às ações sustentáveis;
- Inserir os índices do desenvolvimento sustentável na categorização dos municípios como mais uma ferramenta de planejamento turístico;
- Inovar no setor turístico, buscando novas formas de atrair visitantes e diversificar a oferta turística, o que pode contribuir para o crescimento econômico da região;
- Estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar o progresso em relação aos ODS, garantindo que os esforços sejam direcionados de maneira eficaz e integrada na região, reforçando as ações esperadas pelo ODS 17, que trata de Parcerias e Meios de Implementação.

Embora essas proposições tenham sido pensadas sob a ótica do turismo, compreende-se que todos os setores envolvidos na gestão pública, assim como o *trade* turístico e a sociedade civil, precisam estar alinhados e engajados no processo. Sob esse feito, as instâncias de governança regionais podem desempenhar um papel crucial na melhoria dos índices, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 no território da IGR Trairi.

Considerações finais

A análise dos Índices de Desenvolvimento Sustentável das Cidades da Região Turística Trairi revela a necessidade de um enfoque mais holístico nas políticas de desenvolvimento sustentável. Os municípios devem trabalhar para integrar os ODS em suas agendas, de forma que o progresso em um objetivo não ocorra à custa de outro. Os dados apresentados mostram que, enquanto alguns ODS, como os 11 e 13, atingem pontuações muito altas, indicando um compromisso com a urbanização sustentável e ações contra as mudanças climáticas, outros ODS, como os 8, 9, 12, 15 e 17, permanecem em níveis muito baixos, o que é preocupante, uma vez que os ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 12 - Consumo e Produção Responsáveis, por exemplo, têm relação direta com o turismo.

Reconhece-se que altas pontuações em certos ODS não garantem um progresso uniforme entre os municípios, o que sugere uma necessidade urgente de reavaliação e priorização de políticas públicas que assegurem um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, para que algumas áreas não permaneçam estagnadas ou até regredindo em aspectos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.

A variação nos índices de desenvolvimento entre os municípios destaca desigualdades regionais que precisam ser abordadas. A constância de pontuações em algumas cidades e a disparidade em outras indicam que, apesar dos progressos em certas áreas, muitos desafios ainda persistem. A média de 46,15 no índice da IGR Trairi e o seu baixo desvio padrão, de 4,78, sugerem que as cidades estão enfrentando problemas semelhantes, o que pode representar uma oportunidade para a implementação de estratégias de governança regional que promovam a colaboração e o compartilhamento de boas práticas.

O aumento da conscientização e o fortalecimento da gestão local são fundamentais para estimular melhorias nos ODS com desempenho insatisfatório. A criação de parcerias e o investimento em áreas críticas, como o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social, são essenciais para garantir que o crescimento seja não apenas quantitativo, mas também qualitativo.

A introdução do ODS 18, que aborda questões raciais, é um passo significativo na luta contra a desigualdade no Brasil. A análise dos índices desse novo objetivo revela a urgência de medidas que tratem das disparidades raciais e socioeconômicas nas cidades da IGR Trairi. A promoção da igualdade étnico-racial deve ser uma prioridade nas agendas municipais, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades equitativas.

Para melhorar as baixas pontuações, é essencial envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisão, pois, muitas vezes, as políticas locais não consideram as vozes e as necessidades da população, tendendo a falhar em suas estratégias. Logo, o engajamento ativo da sociedade civil é visto como crucial na implementação de iniciativas e projetos que devem ser realizados de forma colaborativa, garantindo que as comunidades mais vulneráveis sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas, promovendo não só a inclusão, mas também a eficácia das políticas implementadas.

A sustentabilidade deve ser encarada não apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como um processo contínuo de aprendizado e adaptação. Logo, análises como essa necessitam de atualização periódica, ao menos anualmente, a fim de acompanhar o avanço ou retrocesso dos índices, entendendo a possibilidade de lidar com estagnações decorrente de dados não atualizados nas bases oficiais do governo. O monitoramento constante e a avaliação das políticas são fundamentais para garantir que os esforços sejam efetivos e que ajustes possam ser feitos quando necessário. A transparência e a prestação de contas nas ações governamentais também são essenciais para construir a confiança da comunidade e assegurar que todos os cidadãos se sintam parte do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se a restrição dos dados disponibilizados pelas bases oficiais, muitas vezes não atualizadas, o que pode não refletir mudanças recentes ou dinâmicas emergentes nas cidades analisadas. Ademais, a análise predomina sobre dados quantitativos de uma única ferramenta e faz uso de médias e desvios padrão que podem ocultar disparidades significativas entre municípios, limitando a compreensão das experiências vividas pelas comunidades locais e as percepções sobre os ODS, além de não levar em consideração fatores externos que influenciam o desenvolvimento sustentável, a exemplo de crises econômicas ou eventos climáticos extremos, como a seca na região. Essas limitações devem ser consideradas ao interpretar os resultados e ao traçar estratégias para melhorias futuras no desenvolvimento sustentável das cidades da Região Turística Trairi.

Por fim, compreende-se que o caminho para um desenvolvimento sustentável e inclusivo na Região Turística Trairi requer um esforço conjunto, no qual a colaboração, a inovação e a equidade sejam os pilares centrais das políticas públicas.

Referências

ABDOU, A. H.; HASSAN, T. H.; DIEF, M. M. EL. A description of green hotel practices and their role in achieving sustainable development. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 22, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su12229624.

BRASIL. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Associação da Instância de Governança Regional do Trairi – CNPJ 53.051.309/0001-77. Santa Cruz, RN, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília, DF: [s. n.], 2007. 68 f.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: diretrizes**. [S. l.]: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regionalização: sensibilização e mobilização**. [S. l.]: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Cartilha%202_%2048pgs_Regionalizacao%20Sensibilizacao_final2.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-41-de-24-de-novembro-de-2021. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucionalização da instância de governança regional: Programa de Regionalização do Turismo – cartilha**. Brasília, DF: Ministério do

Turismo, 2022. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/Cartilha%203_%2032pgs_Institucionalizacao%20da%20Estancia-2022%20(N.R)%20-%2006-01-22.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Governo Federal lança o ODS 18 "Igualdade Étnico-Racial" em evento paralelo do G20 Social. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/governo-federal-lanca-o-ods-18-201cigualdade-etnico-racial201d-em-evento-paralelo-do-g20-social. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Atenção, gestores! Mapa do Turismo tem nova nomenclatura para a categorização dos municípios. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/atencao-gestores-mapa-do-turismo-tem-nova-nomenclatura-para-a-categorizacao-dos-municipios. Acesso em: 6 mar. 2025.

COSTA, A. L. M.; DANTAS, F. R. A. A terceirização de políticas públicas de turismo no Rio Grande do Norte: uma análise dos Polos do Seridó e do Agreste Trairi. *In*: TODESCO, C.; FERNANDES, P. R. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento do turismo nas regiões do Seridó e Agreste Trairi**: política e meio ambiente [recurso eletrônico]. Natal, RN: EDUFRN, 2022.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 55-70, 2019. DOI: https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008. 226 p.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. A interiorização do turismo no Brasil [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49374. Acesso em: 15 fev. 2025.

FRAGELLI, C.; LIMA, M. A. G.; FERREIRA, G. F.; OLIVEIRA, E.; SOUZA, N. N. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e turismo: inspirações para a cocriação de projetos de educação para o empreendedorismo na Década da Ação. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 15, n. 3, p. 123-160, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.17648/raoit.v15n3.7176.

FRAGUAS, J. B.; LERENA, E. G. La Agenda 2030 en la Organización Mundial del Turismo: comunicando sostenibilidad. **Pasos**, v. 22, n. 2, p. 265-274, abr.-jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.018.

GABDRAKHMANOV, N. K.; RUBTZOV, V. A.; BAYBAKOV, E. E.; SOMAEH, H. S.; SHAMIL'EVICH NUGAEV, F. Tourism and sustainable development. **Academy of Strategic Management Journal**, v. 15, Special Issue 1, p. 21-26, 2016. https://doi.org/10.4324/9781315686196-13.

GONÇALVES, M. B.; VIRGINIO, D. F.; MAGALHÃES, D. R. D. M.; LOPES, R. M. R.; GONÇALVES, S. Consultoria em Turismo: o processo de estruturação e fortalecimento

das Instâncias de Governança Regionais do Rio Grande do Norte. **Anais do XX Seminário Anptur**, Niterói/RN, 20 a 22 set. 2023.

GONZÁLEZ-INFANTE, M. A.; DÍAZ-POMPA, F.; SERRANO-LEYVA, B.; GONZÁLEZ-MONTERO, G. Mapping sustainable tourism through scientific publications: Progress towards the 2030 agenda. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo**, v. 17, n. 2, p. 167-178, 2021. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-235X2021000200167.

GT Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/ods/. Acesso em: 28 fev. 2025.

IDSC-BR. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. 2025. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/. Acesso em: 28 fev. 2025.

IGR TRAIRI. Ata de fundação, aprovação de estatuto, eleição e posse da diretoria e conselho fiscal da Associação da Instância de Governança Regional do Trairi. Lajes Pintadas/RN, 20 jun. 2023. Registro no 1º Cartório de Ofícios de Santa Cruz/RN.

IGR TRAIRI. Estatuto Social da Associação Trairi. Santa Cruz/RN: 1º Ofício de Notas, 20 jun. 2023.

KOCAK, E.; COBANOGLU, C. World uncertainty and international tourist arrivals: does good governance make a difference? **Current Issues in Tourism**, p. 1-5, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13683500.2024.2309151.

MARTÍNEZ, A. N.; ROSENFELD, A. La alineación de la responsabilidad social de las organizaciones turísticas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible. **Revista Realidad, Tendencias y Desafíos en Turismo | CONDET**, v. 15, 2017. ISSN 2545-6199. Disponível em: https://revele.uncoma.edu.ar/index.php/condet/article/view/1817/1862. Acesso em: 17 fev. 2025.

MONSALVE-PELÁEZ, M.; TOVAR-MELÉNDEZ, A.; SALAZAR-ARAÚJO, E. Revisión documental sobre el turismo sostenible en el marco de los ODS. **Journal of Tourism & Development**, n. 40, p. 137-153, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.34624/rtd.v40i0.31483.

MUSSI, R. F. F.; MUSSI, M. P. T.; ASSUNÇÃO, E. T. C.; NUNES, C. P. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul.-dez. 2019.

OLIVEIRA, J. L. S.; SILVA, J. V.; TOMAZZONI, E. L.; PANOSSO NETTO, A. P. Análises da governança turística com base nas visões de ex-ministros do turismo do Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 16, e-2426, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2426.

OLIVEIRA, T.; PEREIRA, M. d. L.; DOS ANJOS, F. A.; FEGER, J. E. Governance and competitiveness of tourism destinations: validation of the structural model in the case of Brazil. **Journal of Quality Assurance in Hospitality and Tourism**, p. 1-26, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1528008X.2023.2251686.

ONU. **Tourism for SDGs**. 2025. Disponível em: https://tourism4sdgs.org/. Acesso em: 20 fev. 2025.

PIMENTEL, T. D.; OLIVEIRA, M. C. B.; PIMENTEL, M. P. C. Avaliação do nível de governança das Instâncias de Governança Regional (IGR) de Minas Gerais: um estudo preliminar para a proposição de um ranking. **Anais do XXI Seminário ANPTUR**, São Paulo, SP: USP, 2 a 4 out. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 18.186, de 14 de abril de 2005. Institui o Polo Costa das Dunas e dá outras providências.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria - SEI nº 49, de 15 de maio de 2023. Altera a Portaria 10/2021 – SETUR/RN, e dá outras providências.

ROSA, S. S.; GONZÁLEZ, E. F. La hora del turismo sostenible y las personas. *In*: SIMANCAS CRUZ, M. R.; HERNÁNDEZ MARTÍN, R.; PADRÓN FUMERO, N. (Org.). **Turismo pos-covid-19**: reflexiones, retos y oportunidades. Cátedra de Turismo Caja Canarias – Ashotel de la Universidad de La Laguna, 2020. p. 283-291. Disponível em: https://doi.org/10.25145/b.Turismopos-COVID-19.2020.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, p. 1-6, 2003.

SANTANA, M. B. **A aplicação dos ODS para o turismo**: um estudo de caso da RT Pontal Paulista. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana. 82 p. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7f04b58d-e436-4405-bf10-70db-7fe38a0b/content. Acesso em: 30 jan. 2025.

SETUR. Governo do Estado do RN. Relatórios da Start Consultoria – Metas 02 e 03 (Atividade 1). Consultoria especializada em estruturação e fortalecimento das IGRs. Contrato nº 18/2022, 2022.

SETUR RN. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS POLO AGRESTE/TRAIRI. Diagnóstico Estratégico**. Vol. 1, 2016.

SILVA, R. C. da; FONSECA, M. A. P. da. Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 148-165, 2017. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1207/542. Acesso em: 30 jan. 2025.

SILVA, R. C. D.; LIMA, K. M. d. Polos de Desenvolvimento Integrado e a Política Pública de Turismo: Análise do Polo Agreste/Trairi. *In*: **Planejamento e desenvolvimento do Turismo nas regiões do Seridó e Agreste Trairi**: política e meio ambiente [recurso eletrônico] / Carolina Todesco, Paula Rejane Fernandes. Natal, RN: EDUFRN, 2022.

UNIC Rio. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [A/RES/70/1. 2015.] Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

UNRIC. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. Guia sobre Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo. 1-38,

2016. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

VELASCO, M. Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. **Pasos – Eletrônica**, v. 14, n. 3, ed. especial, p. 577-594, 2016. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.03.

VIRGINIO, D. F.; FERREIRA, L. V. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 162-182, 2013. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/721/352. Acesso em: 20 fev. 2025.

Capítulo 12

DOI: 10.21680/978-65-5569-600-4_cap12

SUSTENTABILIDADE, TURISMO E A VALORIZAÇÃO DO LOCAL NAS SERRAS POTIGUARES

Maria Heloisa de Souza Barbosa[1]
Hugo Aureliano da Costa[2]
Ricardo Rayan Nascimento Rocha[3]

Introdução

No Brasil, o turismo de sol e mar se consolidou historicamente como o principal segmento da atividade turística. Atualmente, entretanto, observa-se uma crescente valorização de destinos situados no interior, impulsionada pela busca por experiências em meio à natureza (Brasil, 2022). Segundo Fonseca, Todesco e Silva (2022), a difusão do paradigma da sustentabilidade, a partir da década de 1990, contribuiu significativamente para esse movimento, pois a geodiversidade e a biodiversidade passaram a desempenhar papel central na configuração dos novos produtos turísticos.

Nesse contexto, as regiões serranas vêm adquirindo protagonismo. No Nordeste, ocorre uma ressignificação da imagem do interior, antes associada à aridez e à escassez, e agora reinterpretada como espaço de refúgio, beleza cênica e riqueza cultural. As serras, com seus climas amenos, recursos hídricos e paisagens preservadas, oferecem um contraste atrativo frente às áreas litorâneas mais exploradas.

Além dos atributos naturais, esses territórios são marcados por modos de vida tradicionais, hospitalidade, religiosidade, patrimônio histórico e arquitetura singular – fatores que agregam valor à experiência turística. Esse novo olhar sobre o interior favorece uma reestruturação do espaço, ampliando as possibilidades de desenvolvimento local.

1 Mestre. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/5670168798324048. Email: mariaheloisasouzabarbosa@gmail.com.

2 Doutor. Professor na Secretaria Municipal de Educação de Natal, RN, Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/0007418624637855. Email: aureliano.hugo@gmail.com

3 Mestre. Doutorando em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo: http://lattes.cnpq.br/4058452686100591. E-mail: ricardo.rocha.037@ufrn.edu.br

Por isso a expansão do turismo nessas áreas exige um planejamento responsável. A crescente demanda pode pressionar recursos naturais e alterar dinâmicas sociais, se não forem adotadas práticas sustentáveis. Nesse sentido, a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornam-se referenciais estratégicos para orientar políticas públicas e ações no setor.

Ao articular turismo e sustentabilidade, os ODS apontam caminhos para promover inclusão social, conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento econômico equilibrado. Os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 12 (consumo e produção responsáveis) estão relacionados intrinsecamente à valorização do local pelo turismo, por meio da promoção dos produtos locais, geração de emprego e renda para a população.

No Rio Grande do Norte, a interiorização do turismo tornou-se mais notória na última década, impulsionada por três eventos importantes: a criação do Seridó Geoparque Mundial da UNESCO (comumente chamado de Geoparque Seridó), reconhecido pela UNESCO em 2022; a emergência de um novo destino turístico no Agreste Potiguar, composto pelos municípios de Monte das Gameleiras, Serra de São Bento, Passa e Fica e São José do Campestre, englobados na IGR Associação dos Municípios da Região Serrana do Agreste Potiguar (AMSAP); e a constituição de seis novas regiões turísticas no interior do RN, a partir da última regionalização que consta no Mapa do Turismo Brasileiro de 2022, evidenciando o envolvimento e organização dos gestores municipais com a finalidade de promover o turismo interiorano.

A Agenda 2030 menciona a necessidade de adoção de práticas sustentáveis no turismo, destacando a importância da valorização do local, com ênfase na geração de empregos, no incentivo à produção regional e na preservação da cultura. Além dos indicadores ambientais, os indicadores sociais também ganharam relevância como critérios fundamentais para avaliar a sustentabilidade dos locais.

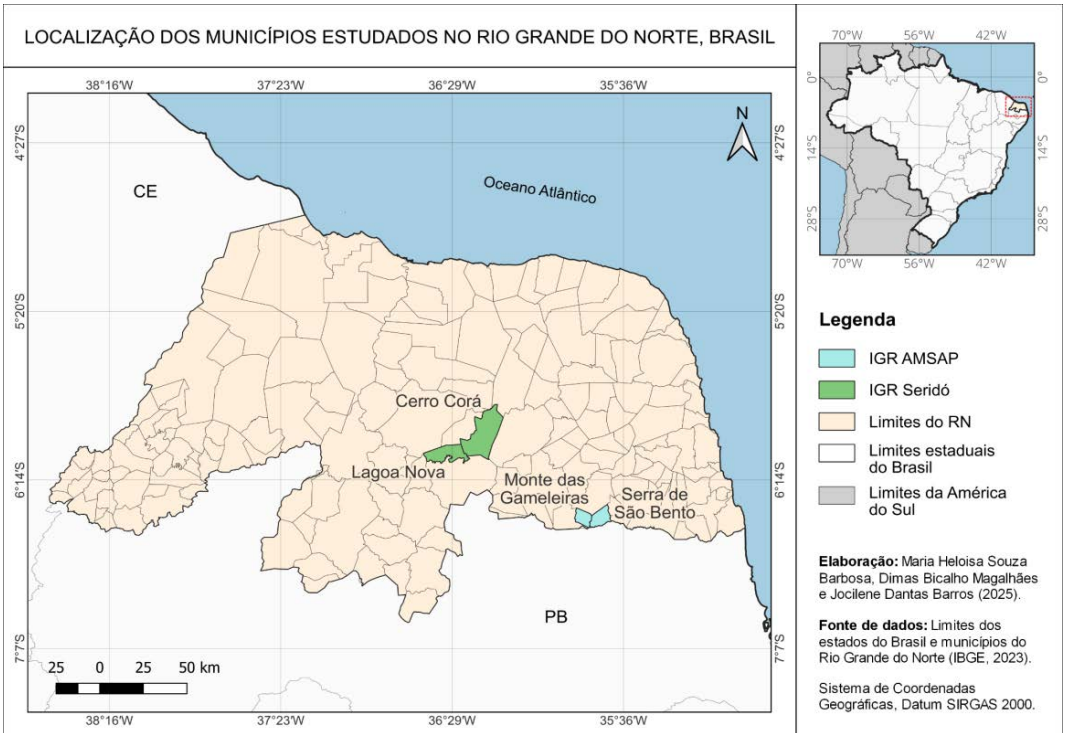
Sendo assim, o objetivo central do presente artigo é analisar os indicadores de sustentabilidade nos municípios turísticos serranos englobados pelas IGR Instâncias de Governança Regional da Associação dos Municípios da Região Serrana do Agreste Potiguar e do Seridó, destacando os aspectos referentes à valorização local para o desenvolvimento do turismo.

Procedimentos metodológicos

A delimitação da área de estudo foi realizada com base na observação dos fatores que contribuem para o desenvolvimento do turismo interiorano no Rio

Grande do Norte, a partir dos quais evidenciou-se a centralidade da dimensão geomorfológica na constituição desses lugares turísticos. Sendo assim, os municípios com característica serrana localizados nas Instâncias de Governança Regional[4] do Agreste Potiguar e do Seridó correspondem ao objeto de estudo desta pesquisa (Figura 01). Os municípios analisados neste trabalho são: Cerro Corá, Lagoa Nova, Monte das Gameleiras e Serra de São Bento.

Figura 1 – Recorte espacial da área de estudo



Fonte: autores (2025).

O recorte espacial se justifica pela ascensão desses municípios no contexto de valorização do turismo interiorano potiguar, pois são destinações com visitação turística (Brasil, 2025) em processo de consolidação, localizadas em áreas serranas.

O recorte temporal refere-se ao período de 2019 a 2024 e se justifica em função de três acontecimentos: o evento da pandemia de covid-19 (crise sanitária) em 2020, que intensificou o turismo no polo AMSAP, conforme analisado em Bicalho (2022); a

4 O recorte espacial foi definido com base na regionalização do turismo do Ministério do Turismo, em que o RN apresenta onze Instâncias de Governança Regional (IGR), sendo estes: IGR Costa das Dunas, IGR Costa Branca, IGR Seridó, IGR Associação dos municípios da região Serrana do Agreste Potiguar (AMSAP), IGR Cabugi Central, IGR do Sertão para o Mar, IGR Rota do Frio, IGR Trairi, IGR Potengi, IGR Vale Mar, IGR Oeste Potiguar.

instituição da região turística AMSAP pelo Ministério do Turismo na regionalização de 2022 (inicialmente denominada apenas "Serra do Agreste Potiguar"), indicando a visibilidade turística que tais municípios passam a assumir; e o reconhecimento do Geoparque Seridó pela Unesco em 13 de abril de 2022.

A coleta de dados referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 foi realizada por meio da plataforma Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Essa plataforma, atualizada em 2024, avalia o nível de desenvolvimento sustentável dos 5.570 municípios brasileiros com base em 100 indicadores oficiais fornecidos por diferentes órgãos e entidades do país.

Os 17 ODS são mensurados em uma escala que varia de 0 a 100, classificada em cinco níveis: muito alto (80 a 100), alto (60 a 79,99), médio (50 a 59,99), baixo (40 a 49,99) e muito baixo (0 a 39,99). Esses níveis são representados por cores correspondentes às faixas percentuais: verde escuro (80 a 100, muito alto), verde claro (60 a 79,99, alto), amarelo (50 a 59,99, médio), laranja (40 a 49,99, baixo) e vermelho (0 a 39,99, muito baixo). Foram obtidas informações sobre as características dos municípios por meio dos relatórios do Mapa do Turismo de 2025, que forneceram dados complementares à análise.

Outrossim, a pesquisa incluiu, ainda, a análise dos inventários turísticos municipais, produzidos em Monte das Gameleiras e Cerro Corá em 2024, e em Lagoa Nova em 2023, fornecendo dados relevantes sobre a infraestrutura turística, especialmente no que se refere ao número de estabelecimentos de alimentação.

Ademais, houve também atividade de campo nos municípios analisados, com a realização de entrevistas junto a diferentes agentes do setor turístico. Em Serra de São Bento, a entrevista com o secretário de Turismo ocorreu presencialmente. Em Cerro Corá, a conversa foi por meio de videoconferência pelo Google Meet. Nos demais municípios, os dados foram coletados por meio de questionários estruturados enviados por e-mail.

Também foram conduzidas conversas com representantes de associações locais, artesãos e pequenos produtores. Dentre os municípios investigados, apenas Serra de São Bento apresentou retorno institucional, por meio da Associação de Artesanato, com a qual foi realizada uma entrevista virtual via Google Meet, em novembro de 2024. Além disso, ocorreu uma entrevista com representantes da ASTURE – associação de iniciativa privada que abrange os municípios de Cerro Corá e Lagoa Nova.

Foram estabelecidos contatos com restaurantes locais, por meio das redes sociais WhatsApp e Instagram, além de ligações telefônicas, com o objetivo de analisar os cardápios e identificar a utilização de produtos de origem regional. Os

estabelecimentos que responderam aos questionamentos distribuem-se da seguinte forma: [5]cinco em Serra de São Bento, quatro em Monte das Gameleiras, quatro em Cerro Corá e quatro em Lagoa Nova.

Sustentabilidade, turismo e a valorização do local

Diante da globalização, a tendência à homogeneização é contraditória. Segundo Haesbaert (2010), os processos de des-articulação, ao mesmo tempo que homogeneizam parte do espaço, precisam de sua diferenciação para co-existirem. Para esse autor, o espaço e, por consequência, as regiões existem mediante suas diferenças – sejam de grau (desigualdade) ou de natureza (diferença, no sentido estrito). Não há lugares idênticos – há distintas densidades técnicas, e a própria cultura dos habitantes modifica o sentido *stricto sensu* de cada lugar. Conforme Costa (2024), é a partir dessas diferenças nos lugares que o turismo se efetiva espacialmente.

O turismo é uma atividade cuja base é a materialidade do espaço geográfico. Não bastam apenas as ações; são necessários objetos articulados espacialmente para que as ações possam se realizar (Gomes, 1997). Apesar da materialidade, toda ação se estabelece com elementos gerados discursivamente a partir dos objetos para existir. Isso significa que o turismo é uma atividade econômica que se apoia na tecnosfera e na psicosfera (Santos, 2012).

A psicosfera representa o discurso contido nas atividades econômicas e nos objetos. Por isso, sua centralidade, haja vista que esse discurso, enquanto ideologia, justifica e cria nexos espaciais para a existência/propagação de atividades econômicas.

Para Ribeiro *et al*. (2018), o turismo de massa e o turismo sustentável são duas modalidades distintas de uma mesma atividade econômica. Apesar de apresentarem semelhanças discursivas, o primeiro se baseia no consumo efetivo do lugar e o último tem na experiência/vivência cotidiana um fundamento definidor. Assim, tratam-se de discursos e estruturas diferentes, que coexistem nos variados lugares.

Habiba e Lina (2023), por sua vez, chamam a atenção para o fato de que, além da especificidade do lugar, o turismo pode prejudicar ou melhorar as características internas de uma destinação. Deve-se atentar que "o turismo sustentável está voltado para objetivos de longo prazo e para o desenvolvimento do turismo em nível macro, o que inclui a sustentabilidade e o desenvolvimento ambiental, social e econômico, ao proporcionar os benefícios do turismo para a geração atual e proteger tudo para as gerações futuras" (Habiba, Lina, 2023, p. 4, *tradução nossa*).

---

5 As discussões presentes neste trabalho e as entrevistas são, em parte, resultantes do trabalho de dissertação de Barbosa (2025).

O que esses trabalhos têm em comum? Todos demonstram que o turismo sustentável perpassa as dimensões ambiental, social e econômica, sendo a valorização e preservação do lugar elemento-chave para essa configuração. Assim, para distinguir o turismo de massa do turismo sustentável, faz-se necessário entender o turismo como uma atividade integrada e holística, de modo que o lugar seja valorizado na perspectiva de sua natureza intrínseca, conforme apontado por Haesbaert (2010).

Nesse contexto, o turismo se insere como uma atividade com capacidade de valorizar o local em meio aos diversos debates referentes à sustentabilidade. Se o turismo de massa caracteriza-se por assumir um caráter predatório do lugar onde se realiza, atualmente a atividade turística pode estabelecer novas articulações e relações em seu desenvolvimento.

Segundo Bicalho e Fonseca (2023), o discurso da sustentabilidade e de um novo tipo de turismo – mais vinculado à natureza, ao silêncio e ao descanso –, especialmente nas localidades serranas, ganha relevância no Nordeste brasileiro a partir da pandemia de covid-19, em contraposição ao tradicional turismo sol e praia. Como aponta Costa (2024), no Nordeste do Brasil, por exemplo, o turismo serrano apresenta fluxo turístico regional, que, gradativamente, se intensifica, demonstrando sua relevância no contexto nacional, em especial a partir do ano de 2020.

Assim, o turismo interiorano de caráter serrano configura-se como uma recente segmentação de turismo na região Nordeste, cujas características destoam do turismo de massa de sol e praia. Essa modalidade revela uma nova psicosfera para essa atividade – marcada pela valorização do local, do cotidiano e do discurso da sustentabilidade.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os municípios serranos do Agreste e do Seridó Potiguar

A Agenda 2030 propõe, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um crescimento econômico que considere o efeito no meio natural e social. A World Trade Organization (2017) reconhece a importância do turismo no progresso mundial conforme mencionado nos ODS e destaca a necessidade de desenvolver políticas públicas para um turismo sustentável. Esse reconhecimento é um marco significativo que permite considerar a formulação de políticas sólidas desenvolvidas para este setor.

No cenário atual, é possível perceber que o turismo ainda está longe de ter alcançado níveis de desenvolvimento satisfatórios conforme as metas concebidas na Agenda 2030. Para Pereira (2022, p. 21),

> [...] é preciso refletir sobre as principais lições relacionadas à sustentabilidade do turismo, pois, se tratando de um setor global tão grande e complexo, é perceptível que os esforços internacionais empreendidos nas últimas décadas foram insuficientes para encontrar um caminho de sustentabilidade, além da necessidade de as políticas públicas, em nível nacional e internacional, fornecerem a base e criar incentivos para promoção da sustentabilidade junto ao setor privado.

Com base nos dados coletados na plataforma IDSC - BR, os quatro municípios foco desta pesquisa possuem nível de desenvolvimento sustentável baixo. Analisando a tabela 01, em ordem decrescente de pontuação e classificação geral, o município de Lagoa Nova está em primeiro lugar, com a pontuação geral de 48,22. Em seguida, vem o município de Monte das Gameleiras, com 46,39, depois Serra de São Bento, com 43,99, e, por último, o município de Cerro Corá, com 43,34, ou seja, há muitos desafios para esses municípios avançarem nos indicadores de sustentabilidade.

Tabela 01 – Pontuação e classificação dos IDS nos municípios - 2024

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO /BRASIL	NÍVEL DE DS
Lagoa Nova	48,22	2.298	Baixo
Monte das Gameleiras	46,39	2.858	Baixo
Serra de São Bento	43,99	3.560	Baixo
Cerro Corá	43,34	3.750	Baixo

Fonte: IDSC-BR, 2024.

Analisando a evolução temporal (Tabela 02) do índice de sustentabilidade dos municípios entre os anos de 2015 e 2024, verifica-se que permanecem na classificação baixo e, inclusive, vêm apresentando uma variação negativa e perdendo posições ao longo dos últimos 10 anos.

Tabela 02 – Progresso dos municípios na pontuação geral

MUNICÍPIO	2015	2022	2023	2024	VARIAÇÃO 15/24
Lagoa Nova	49,30	47,50	46,15	48,22	-1,08
Monte das Gameleiras	47,73	41,18	45,48	46,39	-1,34
Serra de São Bento	45,76	40,99	42,65	43,99	-1,77
Cerro Corá	47,79	44,29	48,87	43,34	-4,45

Fonte: IDSC, 2024.

Cerro Corá foi o município com a maior queda percentual, com uma redução de aproximadamente -4,45% em sua pontuação, ou seja, diminuiu seu índice de 47,79, em 2015, para 43,34, em 2024. Esse município ocupava a segunda posição em 2015, nesse recorte, e passou para a última em 2024. Em seguida, aparece Serra de São Bento, com uma diminuição de -1,77, e Monte das Gameleiras, com queda de -1,34. Lagoa Nova, embora também tenha registrado oscilação negativa, apresentou a menor variação entre os quatro municípios, com uma redução de -1,08, sendo o município que apresentava a melhor posição em 2015, com 49,30, permanecendo nessa posição em 2024 com 46,39. Apesar de algumas variações serem mínimas, a tendência negativa em todos os municípios revela que os desafios rumo ao desenvolvimento sustentável são grandes.

Nessa análise, é fundamental destacar que a ausência de dados entre os anos de 2015 e 2021 compromete a clareza das informações, dificultando uma compreensão mais ampla e contínua sobre o progresso dos municípios ao longo do tempo. A falta de registros nesses anos limita a capacidade de avaliar de forma mais precisa o efeito de políticas públicas e ações locais em direção à sustentabilidade.

A avaliação do desempenho de cada ODS nos proporciona um panorama dos avanços e desafios em cada município. A Tabela 03 revela um cenário marcado por contrastes e fragilidades estruturais na construção de uma Agenda de desenvolvimento realmente sustentável nos municípios serranos no interior potiguar.

Tabela 03 – Desempenho dos ODS nos municípios

INDICADORES	IGR – SERIDÓ		IGR - AMSAP	
	LAGOA NOVA	CERRO CORÁ	MONTE DAS GAME-LEIRAS	SERRA DE SÃO BENTO
1 – Erradicação da Pobreza	46,82	27,18	26,78	35,71
2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	52,44	50,68	46,52	48,74
3 – Saúde e Bem-estar	68,34	79,26	66,10	75,71
4 – Educação de Qualidade	48,55	48,61	46,48	40,97
5 – Igualdade de Gênero	28,74	39,01	60,24	52,37
6 – Água Limpa e Saneamento	70,23	69,86	54,55	53,10
7 – Energia Limpa e Acessível	79,72	77,28	75,08	76,49
8 – Trabalho Decente e crescimento econômico	30,15	33,42	41,36	26,37

9 – Indústria, inovação e infraestrutura	2,02	2,77	-	11,37
10 – Redução das Desigualdades	43,38	47,38	61,51	56,47
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	77,41	84,36	96,99	80,05
12 – Consumo e produção responsáveis	49,33	37,15	33,33	33,33
13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	80,89	79,68	76,82	80,88
14 – Vida na Água	67,27	-	-	-
15 – Proteger a Vida Terrestre	26,72	13,94	26,85	0,05
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	36,00	36,07	72,62	75,00
17 – Parcerias e Meios de Implementação	11,70	10,17	3,51	1,04
Nível de desenvolvimento sustentável	48,22	43,34	46,39	43,99

Legenda de Desenvolvimento Sustentável:



Fonte: IDSC-BR (2024), elaborado pela autora (2025).

No conjunto, os dados são ruins, no entanto existem ODS com indicadores mais frágeis e outros mais satisfatórios. Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) é o indicador mais forte de todos os municípios, especialmente Monte das Gameleiras (96,99), revelando bons resultados em urbanismo e sustentabilidade urbana. Excetuando-se Lagoa Nova, que não atingiu o nível muito alto, os demais municípios alcançaram esse objetivo de forma satisfatória, sendo o que apresenta melhor performance.

Os ODS 3 – Saúde e Bem-estar, 7 – Energia Limpa e Acessível e 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima também apresentam bons resultados. No ODS 3, há um bom desempenho geral dos municípios, com Cerro Corá liderando (79,26), seguido por Serra de São Bento (75,71), o que demonstra avanços importantes na área da saúde. O ODS 7 apresenta índices elevados em todos os municípios, com Lagoa Nova no topo (79,72), o que indica um bom desempenho regional. No ODS 13, todos os municípios têm bons índices, acima de 76, com destaque para Lagoa Nova e Serra de São Bento (ambos com cerca de 80,9), mostrando boas práticas ambientais.

Há alguns ODS com níveis de desenvolvimento muito baixos, sendo eles: 1 – Erradicação da Pobreza; 8 – Trabalho Decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 12 – Consumo e produção responsáveis; 15 – Proteger a

Vida Terrestre; 17 – Parcerias e Meios de Implementação, sendo que este último é o pior desempenho de todos os indicadores, com todos os municípios abaixo de 12 pontos e Serra de São Bento com apenas 1,04, sinalizando grandes fragilidades na articulação de políticas, captação de recursos e capacidade de gestão integrada. Referem-se às dimensões sociais, ambientais, econômicas e gestão, ou seja, em todas as dimensões há problemas sérios para o alcance dos ODS estabelecidos pela Agenda 2030.

O ODS 8 mostra fragilidade, com todos os municípios com índices abaixo de 42, sendo Serra de São Bento o menor (26,37), indicando dificuldades na geração de empregos e desenvolvimento econômico. O ODS 12 também apresenta baixa pontuação, especialmente em Monte das Gameleiras e Serra de São Bento (33,33), sinalizando desafios quanto ao uso consciente dos recursos. Nesses dois ODS, o turismo é diretamente citado como um possível promotor de empregos, produtos e da cultura local, no entanto a realidade revelada nos municípios analisados no presente estudo é insatisfatória.

Em relação ao ODS 9, todos os municípios têm desempenho muito baixo, o que demonstra uma carência significativa em infraestrutura e inovação tecnológica. Serra de São Bento apresenta uma pontuação baixíssima (11,37) e Monte das Gameleiras é desprovida de dados para esse ODS. Em Vida Terrestre (ODS 15), novamente os índices são baixos, com Cerro Corá se destacando negativamente (13,94) e Serra de São Bento com um valor quase nulo (0,05), o que demonstra descuido com a proteção dos ecossistemas.

Outros ODS apresentam variações e contrastes, sendo satisfatórios para alguns municípios e insatisfatórios para outros. É o caso dos ODS 5 – Igualdade de Gênero e 10 – Redução das Desigualdades, cujos indicadores são muito baixo ou baixo em Lagoa Nova e Cerro Corá, médio em Serra de São Bento e alto em Monte das Gameleiras. É o caso também do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), com variações que vão de muito baixo para Lagoa Nova e Cero Corá e alto para Monte das Gameleiras e Serra de São Bento, com pontuação de 72,62 e 75,00, respectivamente.

Os ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e 6 – Água Limpa e Saneamento apresentam variações, sendo o primeiro com dados mais baixos, com indicadores médios para Lagoa Nova e Cerro Corá, e baixos para Monte das Gameleiras e Serra de São Bento; e o segundo mais satisfatório (alto) para Lagoa Nova e Cerro Corá e médio para Monte das Gameleiras e Serra de São Bento.

O ODS 14 – Vida na Água – é contabilizado satisfatoriamente apenas para Lagoa Nova, com indicador alto, sendo que não há informações para os demais municípios. A ausência de informações relativas aos ODS 9 e ODS 14 para o município de Monte

das Gameleiras rebaixou a pontuação geral do município, que apresenta o maior número de ODS com indicador alto ou muito alto, totalizando 7 ODS, enquanto Lagoa Nova tem 6, Serra de São Bento e Cerro Corá com 5 cada um.

Desse modo, foi alcançado um número reduzido de ODS, o que posiciona tais municípios em um baixo nível de desenvolvimento sustentável. Apesar de apresentarem grande variação, no geral os piores indicadores são encontrados nos ODS das dimensões sociais, econômicas e de gestão, enquanto os ODS relativos à dimensão ambiental são um pouco mais satisfatórios.

Dessa forma, observa-se que o conjunto de informações de ODS é ruim. O turismo nessas destinações passa a se articular com maior presença a partir de 2020 e as mudanças são obviamente lentas. Porém é necessário perceber como a atividade turística incide espacialmente, principalmente na valorização do local, pois essa característica pode ter um caráter transformador positivo do turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A valorização do local e o fortalecimento da identidade dos municípios

A valorização do local deve ser analisada com ênfase na perspectiva simbólica, considerando o espaço não apenas um suporte físico para atividades econômicas, mas também como um território que carrega significados. Segundo Moraes e Costa (1987), a valorização do espaço corresponde às funções produtivas, mercantis e aos sentidos atribuídos pelo/no lugar.

Nesse sentido, a valorização do lugar pode ocorrer de distintas formas. O turismo serrano, por exemplo, ao valorizar os atributos naturais e simbólicos por meio de experiências, pode contribuir para ressignificar seu território. Nesse contexto, os festivais, o artesanato, a gastronomia local, a arquitetura rústica e os modos de vida das populações serranas ganham destaque, pois valorizam econômica e simbolicamente os lugares. A valorização do espaço, portanto, não se restringe ao potencial de exploração econômica, mas está profundamente ligada à sua capacidade de mobilizar representações sociais e significados compartilhados.

Os festivais gastronômicos e culturais

Os festivais gastronômicos promovem culturalmente as cidades, em especial aquelas que se localizam no interior. Ao celebrar a culinária típica de uma região, esses eventos atraem turistas, estimulando a economia local e incentivando a produção artesanal, artística e cultural.

O município de Monte das Gameleiras teve seu primeiro Festival Gastronômico realizado em 2011. A 5ª edição aconteceu nos dias 26 e 27 de julho de 2024. Nessa edição, observou-se o destaque dado aos recursos naturais e culturais do município, como, por exemplo, a vegetação da caatinga e a Igreja Católica. Outro elemento que se destacou foi a faixa "Sejam bem-vindos" (Figura 02). Percebeu-se nessa figura a representação de um moinho característico da Holanda. Esse objeto é estranho às características do lugar, indicando o descompasso com os princípios da sustentabilidade referentes ao turismo local.

Figura 02 – Abertura do evento



Fonte: acervo pessoal, 2024.

O secretário de Turismo desse município defendeu a representação do moinho na Vila Rural Holandesa para a promoção inicial do turismo, pois "o turismo em Monte das Gameleiras iniciou em meados de 2010, com a chegada de Júnior Gurgel, que criou o estabelecimento Pedra Grande, localizado na Vila Rural Holandesa. Esse empreendimento se tornou o carro-chefe do turismo na cidade, atraindo visitantes e fomentando o setor" (Acervo de campo, 2024).

A vila está situada na divisa dos municípios de Serra de São Bento e Monte das Gameleiras. É conhecida por sua arquitetura inspirada nos Países Baixos, com chalés coloridos e moinhos de vento que, combinados às paisagens serranas, remetem ao cenário europeu. Segundo a Agenda 2030, "o turismo deve fomentar o desenvolvimento sustentável e a valorização das culturas locais" (ONU, 2015). A referência a uma cultura externa contradiz esse princípio. Apesar desse fato, iniciativas que objetivam valorizar a identidade local também ocorrem.

Por exemplo, o Desafio das Serras ocorreu em 2020 no município e atraiu mais de 500 atletas nordestinos. Segundo a Prefeitura de Monte das Gameleiras (2020), "o evento trouxe fortalecimento ao comércio local, movimentando a cidade, incentivando o esporte e levando o nome do nosso município para todo o Brasil". O prefeito da cidade, em outro momento, afirmou que "mais da metade dos participantes nunca vieram antes a Monte das Gameleiras" (Site oficial da Prefeitura, 2024). Conforme o gestor municipal, "isso é muito importante, pois esses dados mostram que centenas de pessoas passaram a conhecer a nossa cidade" (Prefeitura de Monte das Gameleiras, 2020). Esse tipo de evento demonstra o impacto do turismo na economia local e como ele pode projetar o município. A natureza assume papel central na dinâmica turística, uma vez que o ambiente das atividades envolve trilhas, integrando o visitante à paisagem serrana da região. Também chama atenção o número elevado de atletas para uma atividade no espaço natural, não convergindo com as orientações para o fomento de um ecoturismo.

Em Serra de São Bento ocorre o "Festival de Inverno", que em 2024 chegou à sua 13ª edição (Figura 03). A primeira edição ocorreu em 2006 e isso foi fundamental para o surgimento do turismo nesse município. De acordo com o secretário de Turismo de Serra de São Bento, "em 2006, eu planejei um evento para que as pessoas conhecessem o município. Vamos criar um festival de inverno. Vamos fazer um festival grande, trazer jornalista, banda, associações..." (Entrevistado, acervo de campo, 2024).

O secretário ainda ressaltou que "foi uma transformação total no município; para o turismo, o divisor de águas foi o evento" e que "O comércio vendia dez camisas por ano, mas no festival vendia cinquenta. Isso mudou a economia. O vendedor de bebidas, que tinha estoque para 2.000 pessoas, no dia seguinte já não tinha mais nada. Eram caminhões saindo para abastecer outras áreas" (Entrevistado, acervo de campo, 2024). Esse relato evidencia a repercussão do Festival de Inverno sobre a dinâmica econômica e espacial do município.

Outro impacto ressaltado se refere aos investimentos na região. Segundo o secretário, o projeto Villas da Serra, empreendimento de alto padrão, foi diretamente influenciado pela visibilidade conquistada pelo evento.

Figura 03 – Festival de Inverno em Serra de São Bento/RN



Fonte: Instagram oficial do evento, 2024.

O Festival de Inverno de Cerro Corá iniciou em 2004, alcançando sua 20ª edição em 2024. Esse evento se consolidou no calendário cultural do município, atraindo turistas e contribuindo para o fortalecimento do turismo local. Outro evento importante para esse município é o Circuito Gastronômico "Sabores da Serra", lançado em 2004, idealizado pela Associação Serrana de Turismo e Eventos (ASTURE), com apoio do Governo do Estado, do Sebrae-RN e do Geoparque Seridó. O circuito abrange três municípios da Serra de Santana: Cerro Corá, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz. Esse evento destaca a gastronomia típica da região e integra distintas manifestações culturais, como apresentações musicais de artistas locais, exposições de artesanato e concursos culinários.

Essas iniciativas fortalecem a identidade cultural dessa região e impulsionam o turismo e a economia local. O prefeito de Cerro Corá destaca a relevância desse evento: "o Circuito Gastronômico valoriza a diversidade e as belezas locais, promovendo o reconhecimento de um destino turístico mais integrado, que vai além de suas características naturais e culturais" (Governo do Estado do RN, 2024b).

Em março de 2025, houve o lançamento da segunda edição do Circuito Gastronômico "Sabores da Serra", no Museu da Rampa, localizado em Natal/RN, às margens do Rio Potengi. O local foi escolhido devido à importância do rio, que se origina em Cerro Corá e é muito relevante para o desenvolvimento e promoção da região.

Esse evento apresenta ao público atrativos turísticos dos municípios envolvidos, bem como demonstra elementos que valorizam a culinária local, além de manifestações culturais, como o grupo de teatro Serrano. Percebem-se produtos expostos que são típicos da região nas figuras 04 e 05.

Figura 04 – Licores Artesanais



Figura 05 – Produções locais



Fonte: acervo pessoal, 2025.

A valorização dos pequenos produtores locais é um aspecto observado nesse evento e que denota muita importância para o contexto local-regional. O circuito gastronômico proporciona um espaço para que empreendedores da região exponham e comercializem seus produtos, estimulando cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar, ao artesanato e à gastronomia. Na Figura 06, observa-se a produção de mel realizada por uma rede familiar no próprio município de Cerro Corá.

Figura 06 – Mel produzido em Cerro Corá



Fonte: acervo pessoal, 2025.

No município de Lagoa Nova, ocorre o festival intitulado "Sabor e Som by Fest Bossa & Jazz", cuja primeira edição foi em julho de 2023 e a segunda em 2024. Esse festival é promovido pela Prefeitura Municipal, com apoio do Governo do Estado, do SEBRAE-RN, da Assembleia Legislativa do RN, da consultora Juçara Figueiredo Produções e do Geoparque Seridó.

Para a secretária de Turismo do município, "o turismo tem desempenhado um papel significativo na valorização da identidade e cultura local de Lagoa Nova, RN" (Entrevistada, acervo pessoal, 2024). Conforme destaca, a gastronomia e os produtos artesanais locais são valorizados, o que contribui para consolidar a identidade do destino e para desenvolver economicamente o município. No entanto há um descompasso nesse sentido, uma vez que "Som by Fest Bossa & Jazz" são elementos culturais exógenos ao local, já que a bossa está associada ao Rio de Janeiro e o Jazz aos Estados Unidos. Mais uma vez, observa-se um descompasso com as orientações e princípios da sustentabilidade.

O evento segue um formato semelhante ao adotado em festivais de outros municípios da região. Há uma praça de alimentação com pratos típicos da culinária regional e a programação inclui uma feira de artesanato, com a participação de expositores regionais e locais.

Os festivais realizados nos municípios da Serra de Santana, como Cerro Corá e Lagoa Nova, valorizam a cultura local, promovendo a integração entre diferentes expressões culturais, como o artesanato, a música e, especialmente, a culinária. Essa articulação entre setores produtivos fortalece a economia criativa e diferencia os eventos da região em relação a outros festivais realizados no Agreste potiguar, onde a gastronomia local é menos explorada ou integrada à programação.

Os restaurantes e os produtos locais

Os restaurantes contribuem para a valorização do local quando utilizam ingredientes produzidos na própria região e ao incluir a culinária local em seus cardápios. Os quatro municípios possuem uma culinária voltada para a valorização do local, entre os quais se destacam os municípios de Serra de São Bento e Cerro Corá.

O município de Lagoa Nova apresenta, com base no inventário turístico (2023) e nas observações de campo realizadas em 2024 (Barbosa, 2025), 24 estabelecimentos de alimentos e bebidas, enquanto Cerro Corá contabiliza 23, conforme o inventário turístico de 2024.

Nos municípios de Lagoa Nova e Cerro Corá, conforme análise de campo (Barbosa, 2025), a culinária regional é destacada nos cardápios dos estabelecimentos gastronômicos. Em Cerro Corá, 11 estabelecimentos utilizam produtos como carne de sol, galinha caipira, queijo coalho, macaxeira, feijão verde, carne suína, jerimum, queijo manteiga, cuscuz, castanha de caju e arroz de leite. Em Lagoa Nova, 10 estabelecimentos locais apresentam pratos similares, com a inclusão de farofa, carne de carneiro, picanha suína, buchada e pirão de queijo. Esses dados demonstram a presença da culinária regional nos estabelecimentos alimentícios dessas cidades, destacando a valorização dos produtos locais na gastronomia ao incorporar os elementos tradicionais, contribuindo para a economia local, pois, ao adquirir ingredientes dos produtores da própria região, favorecem a circulação de renda nos lugares.

Em entrevista, o responsável pelo restaurante O Mirante Casa de Taipa, em Lagoa Nova, afirmou que a maior parte dos ingredientes utilizados no preparo dos pratos é adquirida no próprio município, junto a pequenos produtores, comerciantes e açougues da região. De acordo com ele,

> mais de 90% dos produtos que utilizamos vêm aqui da serra. Compramos de comerciantes locais verduras frescas, de produtores da agricultura familiar que fornecem galinha, batata, leite, queijos, macaxeira, entre outros. As carnes, como carneiro, porco e gado, também são adquiridas em açougues da região. Nosso objetivo é valorizar

> os produtores locais e manter a qualidade dos ingredientes que oferecemos no restaurante (Entrevistado, acervo de campo, 2024).

A compra de ingredientes no comércio local é uma prática comum entre os restaurantes dos municípios. Alguns estabelecimentos, no entanto, relatam dificuldades para manter essa exclusividade, principalmente devido à falta de padronização nos cortes de carne e à limitação nos dias de fornecimento, o que compromete o abastecimento regular. Assim, embora a maioria atenda suas demandas com fornecedores da região, quatro restaurantes afirmaram recorrer a cidades vizinhas para adquirir produtos específicos não disponíveis localmente. Além de priorizar a compra de produtos no comércio local, o restaurante Casa de Taipa valoriza o local-regional por meio de um cardápio que vai além da simples apresentação dos pratos. O cardápio compartilha com os clientes a história da criação do restaurante e contextualiza seu surgimento a partir do aumento da movimentação turística gerada pelo Mirante da Serra. Os pratos também fazem referência aos geossítios do Seridó, como é o caso do "Cruzeiro de Baraúna", que integrou o Circuito Gastronômico Sabores da Serra em 2024.

Em uma mesma perspectiva de valorização cultural e identidade regional, o restaurante Mirante Alto da Serra também se destaca por nomear seus pratos típicos com expressões populares carregadas de regionalismo, como "A Mulher Arretada", "O Caboclo" e "O Cabra Macho".

O restaurante Serra Preta, por sua vez, vai além da oferta de pratos típicos. O local também promove passeios educativos no Geossítio Serra Preta, permitindo que os visitantes vivenciem uma experiência imersiva, que associa o sabor à educação ambiental e cultural. Essa abordagem posiciona o restaurante como um agente ativo na promoção da cultura local, do turismo sustentável e do desenvolvimento da região.

Nos municípios do Agreste Potiguar, com base no inventário turístico (2024) e registros de campo (Barbosa, 2025), Monte das Gameleiras conta com 21 estabelecimentos gastronômicos, enquanto Serra de São Bento possui 24, entre restaurantes, bistrôs e cafés. Chama atenção o fato de que apenas 7 estabelecimentos na Serra de São Bento e 6 em Monte das Gameleiras ofertam alimentos associados à região em seus cardápios. Por outro lado, observou-se que todos os estabelecimentos entrevistados usam produtos locais na elaboração de seus pratos, o que representa um aspecto positivo para o fortalecimento do comércio local.

Entre os pratos típicos da região do Agreste Potiguar, destacam-se a galinha caipira, carne de sol, buchada, pirão de carne, feijão verde, fava e macaxeira, além de sobremesas tradicionais, como o pudim de rapadura, bastante popular em Serra de São Bento. Este último ganhou destaque especial ao ser reconhecido, em 2023,

como Patrimônio Cultural e Imaterial tanto do município quanto do estado do Rio Grande do Norte, consolidando-se como símbolo da identidade gastronômica local. A valorização desse tipo de produto evidencia a importância da culinária tradicional como elemento cultural e como atrativo turístico.

Figura 07 – Restaurante Pudim de Rapadura, o original, em Serra de São Bento/RN



Fonte: Revista Deguste, 2024.

A presença reduzida de pratos tradicionais nos cardápios nesses municípios levanta reflexões importantes sobre o potencial subutilizado da gastronomia como ferramenta de promoção cultural e de diferenciação turística no território, apontando para a necessidade de políticas e ações que incentivem uma maior presença e valorização desses elementos na experiência turística oferecida.

Manifestações Culturais

O artesanato representa uma manifestação cultural característica. Em Serra de São Bento, encontra-se a Casa do Artesão Serrabentense (Figura 08), a qual possui 25 artesãos associados.

Figura 08 – Casa do Artesão Serrabentense



Fonte: acervo pessoal (2024).

Segundo a coordenadora da Casa do Artesão, "o artesanato local começou em março de 2017, [...] tiveram a ideia de fazer uma feira com os trabalhos em frente à igreja, para que as pessoas, quando saíssem da igreja, pudessem conhecer" (Entrevistada, acervo de campo, 2024). Desse modo, a iniciativa surgiu não apenas para apresentar o artesanato aos visitantes, mas também para aproximar a própria comunidade local dos produtos feitos por seus moradores. "Até então, muitas peças artesanais eram produzidas apenas para uso pessoal, sem a intenção de comercialização" (Entrevistada, acervo de campo, 2024).

A realização da feira permitiu que os artesãos começassem a expor e vender seus trabalhos, incentivando o fortalecimento da identidade cultural e a valorização das práticas artesanais no cotidiano da cidade. Outro ponto importante destacado pela coordenadora é a procura dos turistas pelo artesanato, fato esse que fez mudar o nome da praça onde se localizava a feirinha e a localização espacial de comercialização dos produtos.

> [...] as artesãs se reuniam na praça da cidade, a praça chamada Praça do Turista. Todos os domingos estava lá. Porém, a praça passou por uma reforma e surgiu a oportunidade de vir para o centro. Alugamos uma casa e estamos aqui. Mas, após a reforma, iremos voltar para lá. A ideia foi revitalizar essa parte da cidade, pois agora há movimento de turistas para conhecer aqui a casa. A praça é chamada de Praça do Turista, mas antes era chamada de Praça da Criança. Como os turistas viam a feirinha de artesanato e paravam para conhecer o local, o nome foi alterado (Entrevistada, acervo de campo, 2024).

A mudança de local e a adaptação às novas condições demonstram a importância do artesanato não apenas como produto cultural, mas também como instrumento de dinamização do espaço urbano.

> A Casa do Artesão é um misto de estudo, temos peças como chaveiros de cactus, bem característicos da serra. Aqui o dinheiro circula, pois são em média 25 famílias que vendem a história da cidade, a cultura da cidade, porque isso aqui é a nossa cultura, nossa tradição que vem desde os nossos avós. Nosso trabalho aqui é não deixar a cultura morrer, e a gente bate muito nessa tecla: não vamos perder nossas raízes. E isso ajuda muito, tem pessoas que sobrevivem com o dinheiro da Casa, da venda dos seus produtos, e é um dinheiro que gira dentro da cidade, pois compramos tudo aqui (Entrevistada, acervo de campo, 2024).

O artesanato local contribui para a preservação das tradições e da cultura da região e é uma ferramenta de fortalecimento econômico e de autonomia para as famílias envolvidas. A Casa do Artesão oferece uma variedade de produtos que refletem a cultura e a tradição local (Figura 09).

Figura 09 – Produtos culturais da casa do Artesão



Legenda: a) Cactus feitos de crochê, b) Chaveiros e imãs com atrativos locais e cactus.

Fonte: acervo pessoal, 2024.

Além dos produtos que representam a cultura e a natureza local, a Casa do Artesão também comercializa peças religiosas dedicadas a São Bento, o santo padroeiro do município de Serra de São Bento (Figura 10). Essas peças homenageiam o santo que dá nome à cidade e à igreja matriz, dedicada a São Bento Abade. No município, o dia 11 de julho, data de celebração do padroeiro, é marcado por festividades religiosas que atraem turistas e contribuem para o turismo religioso.

Figura 10 – Produtos religiosos da Casa do Artesão



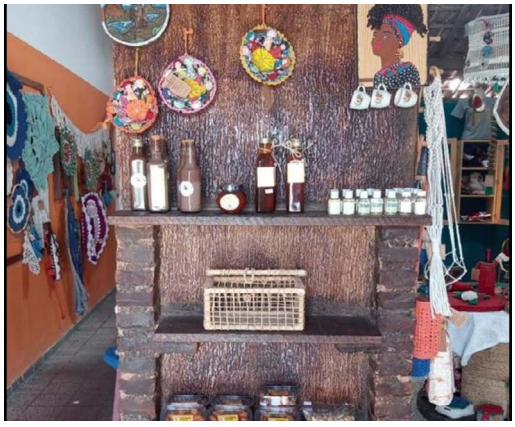
Fonte: acervo pessoal (2024).

Além dos itens que retratam a fé e a tradição local, a Casa do Artesão também adota práticas sustentáveis na produção de seus produtos (Figura 11). Segundo menciona a coordenadora, "temos também aqui em casa um material feito com fibra de bananeira, bolsas feitas com material reciclado de fábricas. Tem algumas fábricas aqui que doam os retalhos e são feitas as nossas peças". Essa abordagem demonstra a valorização dos recursos naturais da região e contribui para a conscientização ambiental, transformando materiais descartados em produtos de valor artístico e cultural.

Figura 11 – Itens feitos com fibra de bananeira



Figura 12 – Produtos alimentícios da região



Fonte: acervo pessoal (2024).

O local também oferta itens alimentícios que integram as tradições culturais do município (Figura 12). Destacam-se, entre os produtos, licores caseiros, cachaça típica da região e essências feitas para perfumar a casa – todos preparados com ingredientes locais e receitas tradicionais. Esses produtos resgatam o sabor da cultura local e podem ser considerados uma maneira de oferecer aos turistas uma experiência culinária autêntica do local visitado.

Esses produtos, assim, representam a identidade e a memória de Serra de São Bento, pois carregam a história e a cultura local. A Casa do Artesão contribui para a valorização da cultura da cidade, por meio de artesanato, alimentos típicos e artigos religiosos, além de promover a circulação do dinheiro dentro da própria comunidade, fortalecendo a economia local – com o beneficiamento das famílias envolvidas e com a preservação das tradições do município.

O artesanato do município de Monte das Gameleiras, por sua vez, não tem uma associação formal que organize os artesãos. A ausência de uma associação é um desafio em termos de estrutura organizacional, apoio institucional e visibilidade no mercado. A falta de uma associação, no entanto, não impede a produção artesanal. Muitos artesãos de Monte das Gameleiras mantêm uma produção independente, com exposições e comercialização de suas obras em festivais e eventos do município. No Festival de Inverno, o artesanato contou com um estande destinado à comercialização de peças produzidas localmente (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Chaveiros para recordação



Figura 14 – Decoração/artesanato



Fonte: acervo pessoal (2024).

Segundo o secretário de Turismo de Monte das Gameleiras, esse município "incorporou os objetivos da Agenda 2030 ao promover o uso de produtos artesanais,

capacitar a comunidade local para o turismo e fortalecer a divulgação de sua identidade cultural" (Entrevistado, acervo pessoal, 2024).

Para valorizar o artesanato local de forma sustentável, é fundamental investir na inovação e na adequação dos produtos visando às expectativas dos visitantes, sem perder a essência cultural e tradicional. A criação de uma associação de artesãos pode fortalecer esse grupo e ampliar a visibilidade de suas demandas. Com esses avanços, torna-se possível promover uma valorização constante do artesanato, beneficiando os artesãos, a comunidade e a economia local de Monte das Gameleiras.

Os entrevistados questionam nesse município a ausência de espaços destinados à comercialização das peças e à exposição permanente da produção. De acordo com as palavras de um entrevistado, "o turismo não é mais participativo por falta de espaços culturais em Monte das Gameleiras, tais como casa de cultura e lojinhas de artesanato". Essa carência dificulta a visibilidade do artesanato e limita o envolvimento do turista com a cultura local.

O artesanato se faz presente em Cerro Corá e Lagoa Nova com uma identidade regional intensa nos produtos. Cerro Corá possui um local específico para a comercialização de produtos artesanais, cujo nome é o Artesanato Serrano - Central do Turista (Figura 15), localizado no centro da cidade. Alguns dos produtos comercializados nesse local (Figura 16) são panos de prato bordados, vasos feitos de barro, plantinhas típicas da região, material em crochê e porta-retratos.

Figura 15 – Loja de artesanato, Cerro Corá/RN



Fonte: acervo Pessoal (2024).

Figura 16 – Produtos comercializados



Fonte: Inventário Turístico de Cerro Corá (2024).

Na entrada do Centro de Artesanato, há uma placa com os dizeres: Leve um pedacinho de Cerro Corá. Segundo o Inventário desse município, o objetivo desse local é que turistas visitem o município e a comercialização dos produtos (Inventário Turístico de Cerro Corá, 2024).

O município de Cerro Corá também tem o grupo teatral Teatro Serrano (Figura 17), fundado em 2018 por jovens do povoado Albino, na zona rural do município. A iniciativa objetiva fortalecer a identidade local por meio da arte cênica, encenando peças que dialogam com a fé, os costumes e a história da comunidade. Entre os espetáculos apresentados, destaca-se Auto de São José: Uma história de fé e devoção (Figura 18) e a peça Resgate histórico e registros dos dramas no povoado Albino em Cerro Corá (Figura 19).

Figura 17 – Apresentação no 2º Circuito Gastronômico Sabores da Serra



Fonte: acervo pessoal (2025).

Figura 18 – Auto de São José



Figura 19 – Peça sobre o local



Fonte: acervo do teatrol (2024).

A participação da empresa Zaja Confecções, sediada em Cerro Corá, é bastante relevante, pois, em 2023, lançou a coleção "Raízes do Seridó – Promovendo a cultura e o turismo através da moda". As peças exibem elementos que representam o patrimônio cultural e natural da região/do local, como pinturas rupestres e bordado de flor (Figuras 20 e 21), o que contribui para a valorização da identidade local e inter-relação entre turismo, moda e cultura.

Figura 20 – Camisa bordada com flor



Figura 21 – Camisa com pinturas rupestres



Fonte: acervo pessoal, 2025.

Embora o município de Lagoa Nova não conte com um centro de artesanato organizado pelo poder público, alguns estabelecimentos da iniciativa privada promovem a produção artesanal local com motivos rupestres relacionados ao Geoparque Seridó. Um exemplo é a Bodega Vô Chico do Ô, que comercializa produtos feitos por artesãos do município, como bordados e licores artesanais, conforme ilustrado nas Figuras 22, 23, 24 e 25.

Figura 22 – Bonecas de pano



Figura 23 – Xícaras com pinturas



Fonte: acervo da loja (2025).

Figura 24 – Jarros de barro

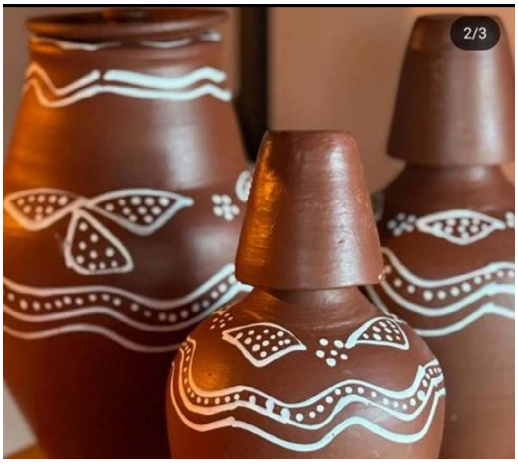


Figura 25 – Licores



Fonte: acervo da loja (2025).

Outra manifestação relevante em Lagoa Nova é o Grupo de Mulheres Florescer da Serra, localizado no Sítio São Francisco, zona rural desse município. Formado em 2019, o grupo é composto por mulheres agricultoras que desenvolvem trabalhos artesanais, os quais são comercializadas no próprio município, valorizando a cultura local e gerando renda.

O Inventário da Oferta Turística (2023) e a observação empírica realizada durante o trabalho de campo (Barbosa, 2025) evidenciam um potencial criativo para o artesanato de Lagoa Nova, mas com pouco apoio institucional. A principal lacuna para a valorização e a promoção do artesanato local é a ausência de um centro de artesanato organizado pelo poder público.

Considerações finais

Diante da análise realizada, constata-se que o turismo nessas destinações ganhou centralidade nos últimos anos, contribuindo para uma reconfiguração espacial do turismo potiguar. Enquanto o turismo de sol e praia ainda predomina nas localidades litorâneas, emergem, sobretudo em localidades interioranas, formas de turismo um pouco mais alinhadas ao paradigma da sustentabilidade, com características vinculadas ao cotidiano e à vivência do lugar.

Apesar desse cenário, há desafios significativos para os municípios interioranos alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, sobretudo nas dimensões social, econômica e de gestão.

O cenário mais preocupante reflete-se diretamente nos dados sociais e econômicos das destinações serranas potiguares, foco deste estudo, que se apresentam frágeis em razão da condição de pobreza desses municípios. Nota-se, nas informações disponibilizadas pelo IDSC, que os dados ambientais são relativamente bons, mas as informações socioeconômicas ainda carecem de maiores investimentos. O turismo, *per se*, pode contribuir com a melhora do lugar, mas não basta tão-somente ele.

A melhoria a partir do turismo nos lugares se associa normalmente com a maior oferta de empregos para a população autóctone e a valorização da cultura local. Esse fato se iniciou em Cerro Corá, Serra de São Bento, Monte das Gameleiras e Lagoa Nova. Percebeu-se que o turismo serrano tem forte valorização das características simbólicas do local, com festividades (que podem ter características culturais internas ou externas), gastronomia, artesanato e teatro. Cada lugar tem a sua particularidade, tendo em vista que o turismo se estrutura de maneira distinta em cada um desses municípios, porém o turismo contribui, sim, para a valorização das características do lugar nessas localidades e esse fato foi percebido no decorrer deste trabalho, embora os municípios serranos do Seridó demonstrem uma identidade local mais fortalecida em relação aos dois municípios serranos do Agreste, que incorporam inclusive elementos neerlandeses em algumas manifestações – os quais não se vinculam com o local. Sugere-se que festivais como o *Som by Fest Bossa & Jazz*, encontrados em algumas localidades, sejam revistos, pois representam uma cultura exógena.

Assim, o turismo altera a estrutura espacial das destinações, mas as mudanças são lentas. A Agenda 2030 ainda está longe de ser efetivada nos municípios analisados, mesmo com alguns avanços pontuais que indicam esforços isolados em determinadas áreas. Essa realidade evidencia a necessidade urgente de um planejamento estratégico mais articulado, capaz de envolver todos os atores locais e promover ações contínuas que integrem as dimensões ambiental, social e econômica, garantindo um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Referências

ARAÚJO FILHO, Gabriel Martins de; ARAÚJO, Regina Ferreira de (Coords.). **Inventário da oferta turística Monte das Gameleiras - RN**. Natal: DETUR, 2024. 43 p.

BARBOSA, Maria Heloisa de Souza. **A interiorização do turismo e Agenda 2030 no Rio Grande do Norte**: uma análise dos municípios serranos do Agreste e Seridó Oriental. 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

BICALHO, Dimas Magalhães. **O turismo em áreas serranas do Nordeste brasileiro no contexto da Pandemia de Covid-19**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BICALHO, Dimas Magalhães; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Crise sanitária e os municípios turísticos serranos no interior do Nordeste brasileiro. *In*: CRUZ, R. de C. A. *et al*. (Org.). **Turismo em tempos de pandemia**: (des)continuidades e conjecturas. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro – edição 2021**. Brasília: MTur, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ecoturismo-cultura-e-gastronomia--ampliaram-busca-por-viagens-em-2021. Acesso em: 5 jun. 2025.

COSTA, Hugo Aureliano da. **A norma e a forma das regiões turísticas no Brasil**: proposta teórico-metodológica de regionalização do turismo. 2024. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59809. Acesso em: 5 jun. 2025.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; TODESCO, Carolina; SILVA, Rodrigo Cardoso da. **A interiorização do turismo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: https://www.letracapital.com.br/produto/a-interiorizacao-do-turismo-no-brasil/. Acesso em: 16 mar. 2023.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

HABIBA, Most.; LINA, Farhana Yeasmin. Community-Based Tourism (CBT): a community development tool. **European Journal of Business and Management**, v. 15, n. 17, p. 1-9, 2023. Disponível em: https://iiste.org/Journals/index.php/EJBM/article/view/61644. Acesso em: 4 jun. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IDSC-BR. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. 2024. Disponível em: https://idsc-br.sdgindex.org. Acesso em: 4 mar. 2025.

LAGOA NOVA (RN). **Inventário turístico** [recurso eletrônico] / Marcelo da Silva Taveira (coord.). Currais Novos, RN: UFRN/FELCS, 2023. 1 recurso online (PDF).

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987. Acesso em: 13 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015a. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf. Acesso em: 10 maio. 2025.

PEREIRA, Adriana Israel de Almeida. **Indicadores de sustentabilidade na avaliação do turismo em unidades de conservação**: um estudo de caso no Arquipélago de Fernando de Noronha. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50845. Acesso em: 22 jan. 2023.

RIBEIRO, Monique; RICHTER, Monika; FERREIRA, Eduardo; OLIVEIRA, Marcos. **Turismo sustentável na Ilha Grande**: uma análise frente ao turismo de massa. 2018. Disponível em: http://ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/TURISMO%20SUSTENT%C3%81VEL%20NA%20ILHA%20GRANDE%20UMA%20AN%C3%81LISE%20FRENTE%20AO%20TURISMO%20DE%20MASSA.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

TAVEIRA, Marcelo da Silva (Coord.). **Inventário turístico**: Lagoa Nova/RN – Edição 2022-2023. Currais Novos, RN: UFRN/FELCS, 2023.

TAVEIRA, Marcelo da Silva (Org.). **Inventário da oferta turística de Cerro Corá – Edição 2024**. 2024.

Breve currículo dos autores



Edvaldo Cesar Moretti

Doutor em Geografia; docente titular da Universidade Federal da Grande Dourados; atua nos cursos de graduação e pós graduação em Geografia da UFGD e no curso de Pós Graduação em Geografia da UNIOESTE-Marechal Cândido Rondon; coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente; membro da Rede de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais e da Rede Fórum Universitário do Mercosul. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8065-8392



Hugo Aureliano da Costa

Doutor, mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; professor de Geografia da Rede Municipal de Natal/RN; atua como membro-pesquisador Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade (DGE/UFRN) e da Rede Internacional de Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4607-1587



Joyce Avila de Oliveira

Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); professora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3614-9347



Kerlei Eniele Sonaglio

Professora da Universidade de Brasília e do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; integra Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo - GEPPOT/UFRN; vice-lider no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Turismo - UnB; atuou como vice-presidente da ANPTUR 2020-2022. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8849-9632



Maria Aparecida Pontes da Fonseca

Professora titular do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Bolsista produtividade em pesquisa CNPQ; coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade da UFRN; membro-pesquisadora da Rede Internacional de Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1863-2332



Maria Heloisa de Souza Barbosa

Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); foi laureada com a Medalha de Honra Acadêmica pelo desempenho destacado na graduação; Integra Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade da UFRN. Orcid: https://orcid.org/0009-0003-3493-9905



Maria Rita Nunes

Doutora em Turismo pela Universidade de Lisboa - Portugal; pesquisadora em estágio Pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Bolsa CNPQ; integra o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade da UFRN. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5435-6529



Marília Barbosa Gonçalves

Doutoranda e Mestre em Turismo pelo PPGTUR/Universidade Federal do Rio Grande do Norte; turismóloga, administradora e graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; consultora credenciada do Sebrae RN e assessora das IGRs Trairi e Caminhos do Potengi; é secretária da ANPTUR e coordenadora da Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do Rio Grande do Norte - FEMPTUR. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1384-3301



Matheus Filipe Dias Davi

Graduando em Geografia (Bacharelado) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; participou de projetos de iniciação científica, com estudos voltados à relação entre turismo, mercado imobiliário e a produção do espaço urbano; integra o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade da UFRN. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-2614-2660



Miriam Hermi Zaar

Geógrafa com mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado na Universidad de Barcelona com qualificação sobressaliente cum-laude; exerceu docência em várias universidades brasileiras no âmbito da graduação e de Programas de Pós-graduação (Unioeste, UFRN, UFPB e UERJ); atualmente está vinculada à Universidad de Barcelona, também como diretora da Revista Ar@cne; integra vários grupos de pesquisa. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1717-8118



Ramón García-Marín

Licenciado en Geografía (1999-2004), con Premio Nacional Fin de Estudios Universitarios (Ministerio de Educación, 2005); doctor en Geografía (2008) por la Universidad de Murcia, con Premio Extraordinario de Doctorado; actualmente, Catedrático de Geografia Humana en la Universidad de Murcia; coordinador del Programa de Doctorado "Sociedad, Territorio y Patrimonio" (EIDUM); director de la revista Cuadernos de Turismo (EDITUM). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3268-5182



Ricardo Rayan Nascimento Rocha

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí, Mestre em Geografia e Doutorando em turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; estuda o turismo sob a perspectiva socio-espacial, considerando as interfaces turismo-território, turismo-plataformas digitais e turismo-capitalismo de plataforma; integra o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade da UFRN. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3718-4942



Rubén Giménez-García

Profesor Ayudante Doctor en el área de Análisis Geográfico Regional del Departamento de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid; doctor en Geografía (2022) por la Universidad de Murcia (UMU), con calificación de sobresaliente y menciones Cum Laude y Doctorado Internacional; es licenciado en Geografía y Ordenación del Territorio (2012/2016), con Premio Extraordinario Fin de Carrera por la UMU. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7889-994X



Víctor Ruiz-Álvarez

Graduado en Geografía y Ordenación del Territorio (2010-2014) por la Universidad de Murcia con Premio Extraordinario Fin de Grado (2015); Máster en Planificación y Gestión de Riesgos Naturales (2014-2015) por la Universidad de Alicante; posteriormente Doctor en Geografía (2020) por la Universidad de Murcia; actualmente Profesor Sustituto en el Departamento de Geografía Humana de la Universidad de Sevilla. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6630-4571


CNPq
edufrn
Editora da UFRN